

(Atas das 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Reuniões da “CPMI da Terra”, realizadas em 12, 20, 26 e 27 de maio, e 1º e 15 de junho de 2004, respectivamente.), e, (13ª e 14ª Reuniões Extraordinárias e 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizadas em 12 e 26 de agosto de 2004.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”

Ata da 10ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2004 – Audiência Pública no Estado de PE

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às oito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças do Senador Sibá Machado e do Deputado João Alfredo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as exposições dos Senhores Dr. João Farias de Paula Júnior, Superintendente do INCRA/PE, Dr. Gabriel Alves Maciel, Secretário Estadual de Produção Rural de Pernambuco, Dr. Wanderley de Siqueira Filho, Juiz Federal da 7ª Vara, Dr. Jorge Peres,

Delegado do Trabalho de Pernambuco, Dr. Francisco Sales de Albuquerque, Procurador de Justiça Estadual, Dr. Manuel Barros Sobrinho, Superintendente da FUNAI, Sr. Ricardo Buarque de Gusmão, Presidente da Associação de Fornecedores de Cana de Açúcar; Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco; Sr. Edílson Barbosa, Representante do MST; Sr. João Santos da Silva, Representante da OLC; Sr. Marcos Antônio da Silva, Representante do MLT e do Sr. José Carlos Oliveira, do INCRA. Os expositores foram questionados por todos os Parlamentares presentes. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião às 18 horas e dez minutos e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Esta é a primeira visita desta Comissão a um Estado brasileiro. Por solicitação e requerimento do Senador Sérgio Guerra, a CPMI resolveu priorizar o Estado de Pernambuco, em função do que vinha ocorrendo no mês de abril com o crescimento das invasões, com a exacerbação do Movimento dos Sem Terra, aqui no Estado de Pernambuco.

Convido para tomar assento à mesa o Relator da CPMI, o Deputado João Alfredo; da mesma forma, o Senador Sibá Machado.

Nesta parte dos trabalhos da CPMI, em Pernambuco, vamos ouvir órgãos públicos, buscando subsídios para que o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito possa, ao final, apresentar o diagnóstico da realidade fundiária brasileira e, naturalmente, propor alternativas, não só no campo legislativo, mas também para a execução de um programa de reforma agrária na contribuição que se deseja oferecer ao Governo.

Temos aqui a presença da Delegacia do Trabalho, na pessoa do Superintendente Dr. João Farias de Paula Júnior; contamos com a presença do Ministério Público Estadual, na pessoa do Dr. Francisco Sales de Albuquerque; da Secretaria de Produção Rural, representada pelo Dr. Gabriel Alves Maciel; e do Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho, Juiz da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, especializada em desapropriações.

Vamos iniciar os depoimentos, convidando, inicialmente, o Dr. João Farias de Paula Júnior, Superintendente do Incra, para que faça uma exposição inicial.

Creio que 10 minutos serão suficientes para cada convidado. Se houver necessidade, evidentemente,

prorrogaremos o tempo para que o convidado possa ficar à vontade, trazendo a sua contribuição a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Peço ao Dr. João Farias de Paula Júnior que tome assento à mesa, utilizando o microfone à direita, a fim de que possa iniciar a sua exposição.

Posteriormente, ouviremos os demais convidados e, ao final, a começar pelo Relator da CPMI, teremos as indagações.

Agradecendo desde já a sua presença e a sua colaboração, com a palavra o Dr. João Farias de Paula Júnior, que é Superintendente do Incra.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Bom dia aos membros da Mesa, Deputados e Senadores! Bom dia às autoridades aqui presentes!

Seria interessante situar um pouco a questão da terra, em Pernambuco, a partir da primeira Lei de Terras daqui, de 1850, porque, até essa data, todas as terras eram públicas e pertenciam à Coroa. Com a Lei de Terras, passou-se a ter a propriedade privada da terra, por meio da qual grande parte da população foi excluída de um direito, que é o direito à propriedade.

Com a libertação dos escravos, Pernambuco tinha Joaquim Nabuco como um dos seus principais expoentes, que defendia, inclusive, a distribuição de terra, a reforma agrária, que não foi feita. A estrutura fundiária no Estado permaneceu intocada e a escravidão, de certa forma, também, tendo em vista um instituto que foi criado, que é o instituto do cambão, que só veio a ser extinto na década de 60 com as lutas aqui travadas principalmente pelas ligas camponesas e pelo movimento sindical. Então, na década de 60 foi extinto o cambão, que era a condição, o modelo de cessão da terra em troca de trabalho gratuito.

Com a instalação do período militar em 1964, se instituiu o Estatuto da Terra, que foi uma ferramenta criada e que permitia, do ponto de vista legal, a reforma agrária, que teve várias idas e vindas aqui no Estado de Pernambuco, com a desapropriação de algumas áreas, principalmente a gente pode citar o caso da Usina Caxangá, em Ribeirão, onde toda a usina foi desapropriada para que se implantasse um projeto de assentamento.

Após esse período, já na década de 80, com a retomada inclusive das mobilizações no campo, da luta no campo, que, de certa forma, na Zona da Mata era uma luta pelo salário. Com o Pró-álcool a gente chegou a ter 250 mil trabalhadores na palha da cana, de 1978 até 1986, que foi o pique da produção de cana aqui na Zona da Mata, com cerca de 250 mil trabalhadores na palha da cana e com a produção de 26 milhões de toneladas.

Com a falência da atividade canavieira, hoje os dados que se apresentam são de algo em torno de 80 mil trabalhadores na palha da cana, com uma produção de 16 milhões de toneladas. De 26 caiu para 16; mas já foi menos, já chegou a 13. Graças inclusive a um programa de recuperação desenvolvido pelo Governo do Estado nos anos 1997 e 1998, houve uma recuperação da atividade canavieira e, portanto, também do aumento de emprego.

Se formos ver um pouco as estatísticas das mobilizações de trabalhadores pela terra, teremos que elas coincidem com esse fluxo da atividade canavieira aqui na Zona da Mata. Outros dados importantes a registrar são aquelas que apontam que, com o Pró-álcool, de 1978 a 1982, na Zona da Mata, foram destruídos mais de 30 mil sítios. Ou seja: moradores de engenho que cultivavam um pequena parcela de terra do engenho, tiveram seus sítios destruídos, as lavouras de milho, feijão, manga, jaca, banana erradicadas, e esses trabalhadores vieram para a periferia da cidade. Como era um movimento de ascensão da produção da cana, esses trabalhadores permaneceram na atividade, como assalariado, como bóias frias.

Um outro dado também interessante de registrar é que, no Agreste/Sertão aqui do Estado, havia a cultura do algodão. E como é que o algodão era cultivado? Em grandes propriedades cedidas pelos proprietários em troca do pasto. Ou seja: o agricultor recebia um lote de terra, plantava o milho, o feijão, o algodão, em troca de deixar a palha para o gado e para o proprietário da terra. Com os grandes projetos da Sudene, com os créditos subsidiados do Banco do Brasil para a implantação de pastagem, esse sistema ainda foi extinto e, então, substituído pela algaroba, pela palma, pelo buffel, pelo pangola, e o agricultor expulso para a periferia da cidade.

Hoje, na maioria das cidades do Agreste/Sertão, o que movimento as economias são os velhos aposentados. Ou seja: hoje, uma família que tenha um velho recebendo do INSS é uma família que tem uma certa segurança, porque a atividade econômica hoje, do ponto de vista agrícola, no meio rural do Semi-árido, do Agreste/Sertão, é muito precária, inclusive em função de que as terras não são mais colocadas à disposição para a produção do agricultor. Elas estão concentradas.

Então, com a falência das usinas, com o fim dos subsídios e dos projetos da Sudene e o desmonte desses modelos, criou-se nas periferias das cidades do nosso Estado um contingente de agricultores familiares imenso. Para se ter uma idéia, se fizemos um cálculo: de 250 mil trabalhadores da palha da cana, que havia em 1990, para os oitenta de hoje, há uma massa de

desempregados de mais de cem mil trabalhadores. E esse número aumenta, agora, exatamente no mês de março e abril, período em que se inicia a entressafra. Por isso, inclusive, os históricos de pique ou repique das mobilizações dos trabalhadores nos meses de março, abril e maio.

O que assistimos hoje, com a notícia do abril vermelho, com as mobilizações dos trabalhadores, são fenômenos já de algum tempo, que se repetem anualmente. Ou seja: nos finais dos anos 70, 80 e 90, setembro é o mês da campanha salarial; abril é o mês das mobilizações pela terra. Ou seja: em setembro, a luta na Zona da Mata é pelo salário e, em abril, é pela terra.

Com a falência das usinas, criou-se um espaço, em termos de território, em termos de terra, disponível para ser disputado pelos moradores e trabalhadores assalariados, bóias-frias, desempregados durante a entressafra. Com esses dados, com esses elementos, está criada a situação que vive hoje Pernambuco, ou seja, é um dos Estados em que existe a maior mobilização dos trabalhadores na luta pela terra.

Dados do ano passado, de acordo com um levantamento que fizemos na Superintendência de Recife, porque temos duas superintendências atuando aqui no Estado de Pernambuco, uma em Recife e outro em Petrolina, nós cadastramos 260 acampamentos de trabalhadores, alguns desses acampamentos dentro de áreas e a grande maioria fora de áreas, em beira de estrada e em áreas consentidas. Nesses 260 acampamentos, temos 25 mil famílias acampadas e mobilizadas aguardando um pedaço de terra da reforma agrária. Então, esses são alguns dados.

Há quatorze movimentos sociais atuando aqui no campo – quatro grandes e dez de tamanhos variados. Os quatro maiores são Fetape, em primeiro lugar, ligado à Contag; em segundo lugar, o MST; em terceiro lugar, hoje, a OLC, a Organização da Luta no Campo; e, em quarto, a CPT – Comissão Pastoral da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a contribuição do Dr. João Farias de Paula Júnior e passamos a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que faça suas indagações. Depois, se desejarem, o Senador Sibá Machado e o Deputado Paulo Rubem, aqui do Estado de Pernambuco, que nos honra com a sua presença, também poderão fazê-lo.

Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senador Sibá Machado, Deputado Paulo Rubem, Dr. João Farias de Paula Júnior, nosso Superintendente, como já disse o nosso Presidente, esta é a primeira atividade externa

da CPMI da Terra. Nós já ouvimos, em depoimento no Senado Federal, a Ouvidoria Agrária Nacional; como representante dos trabalhadores, o líder do MST, João Pedro Stédile, e o Presidente da Contag, Manoel de Serra, de Pernambuco; ouvimos, como representação da igreja, da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino; tivemos a representação dos proprietários rurais através da UDR, na pessoa do Sr. Luiz Antônio Naban Garcia e, na última semana, começamos a tomar depoimentos de especialistas ligados à área, quando ouvimos um professor ligado ao Instituto Liberal.

Pernambuco foi escolhido para ser visitado no nosso roteiro pela grande mobilização que existe no campo, sendo que houve até uma pressa maior em função do dado de que o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco, havia dirigido uma carta ao Presidente da República acerca de uma suposta invasão do Palácio das Princesas, em Recife, na sede do governo de Estado.

Inicialmente, a primeira visita iria ocorrer no Estado do Pará, onde tivemos o maior número de mortes na luta pelo campo, ligadas à questão da terra. A minha primeira pergunta seria essa. Efetivamente vou fazê-las todas de uma vez e se V. S^a puder anotá-las seria interessante. Esse receio de que houvesse essa invasão ao Palácio em Recife era justificável ou se tratou de uma bravata ou má compreensão dessa situação?

Entendi essa abordagem que V. Sr^a fez acerca das origens, do que originou essa grande mobilização aqui no campo, mas não é só Pernambuco que tem zona da mata canavieira e aqui percebemos esse aspecto de uma mobilização bem maior do que em outros Estados, inclusive do Brasil. Salvo engano, o maior número de ocupações no mês de abril, conforme os dados que temos, foi justamente aqui no Estado de Pernambuco. Todavia, haveria razões, além da falência da indústria canavieira, para justificar esse grande número de ocupações que ocorrem e que vinham ocorrendo no Estado de Pernambuco?

Em terceiro lugar, a que V. S^a atribui o surgimento de tantos movimentos sociais no campo? Geralmente, temos, no Brasil, pelo menos três grandes vertentes ligadas à questão dos trabalhadores, o MST, a Contag e a CPT, e aqui nós temos outros movimentos ligados à luta pela terra. V. S^a listou pelo menos 14 atuando no Estado de Pernambuco.

Acompanhei pela imprensa uma troca de responsabilizações, um ente da federação responsabilizando outro pela inação na questão do campo. Salvo engano, o governo de Pernambuco reclamando do Incra pela falta de presteza na execução da política de reforma agrária e, por outra, se devolvia ao Governo Federal e Estadual

uma reclamação acerca da falta de aplicação de uma determinada verba para assentamentos estaduais.

Queria que V. S^a falasse sobre a responsabilidade da União por intermédio do Incra, a responsabilidade do Estado, quais os assentamentos ligados à União, quais assentamentos ligados ao Estado e se tem havido dificuldade na relação entre a União, por meio do Incra, e o Estado, pela Secretaria de Produção Rural. Como tem sido a realização do plano de reforma agrária aqui em Pernambuco? Essa é uma preocupação que temos uma vez que, neste ano, a meta em todo o Brasil é de assentamento de 15 mil famílias, no entanto, pelo menos no primeiro trimestre, houve um pequeno número de assentados que poderiam, em tese, a partir dali, comprometer a meta. Depois, tivemos o problema da questão ligada à greve dos advogados públicos e, agora, a própria greve dos funcionários do Incra. Então, peço a V. S^a para fazer uma projeção: qual a meta no Estado de Pernambuco e como se encontram as superintendências para dar conta dessa meta?

São esses os questionamentos, Sr. Presidente, que faço ao nosso ilustre convidado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra ao Dr. João Farias de Paula Júnior para responder essas questões.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Com relação à posição do Governo do Estado sobre uma possível invasão, a minha percepção era de que havia uma preocupação legítima de parte do Governador. Foi declarado, por uma liderança do Movimento dos Sem Terra, que haveria uma mobilização com a ocupação, inclusive, do Palácio do Governo, mas que, em seguida, foi prontamente desmentida pelo Coordenador Regional aqui no Estado, Jaime Amorim. Apesar de ter sido noticiado de várias formas um abril vermelho, com azucrinação do Governo nesse sentido, no próprio processo da jornada feita pelo MST aqui no Estado, não se concretizou essa invasão do Palácio do Governo. Houve um acampamento montado no pátio da Secretaria de Agricultura, houve uma passagem pela sede do Incra, sem ocupação, apenas os trabalhadores passaram por lá, manifestaram-se, e fizeram uma caminhada ao centro da cidade de Recife. Foi monitorada permanentemente toda essa mobilização pelo Governo do Estado e pelo Incra, em que tivemos contatos e diálogos com as coordenações dos movimentos, havendo um acompanhamento de todo esse processo. Isso foi o que aconteceu aqui.

Por que tantos movimentos em Pernambuco? Pernambuco é um Estado que tem uma tradição muito forte de mobilização política em todas as esferas, ou seja, a história de Pernambuco é feita de muita luta, no campo principalmente. Durante o início do processo da

redemocratização em 1979, as primeiras categorias a se mobilizarem aqui no Brasil foram os operários do ABC paulista e os canavieiros da Zona da Mata aqui de Pernambuco, com a primeira greve no campo pelo salário e o cumprimento da legislação trabalhista. No ano de 1979, foram dois sindicatos, Pau D'Alho e São Lourenço, e nos anos seguintes, os quarenta e oito sindicatos aqui da Zona da Mata.

Primeiramente, até início dos anos 90, apenas quem fazia luta pela terra na Zona da Mata era a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Há alguns assentamentos dessa época como o Patrimônio, em Condado, e Pitanga, em Abreu e Lima. Após esse período, no final de 1989 para 1990, iniciou-se a atuação do MST no Estado. A primeira grande mobilização se deu, inclusive, numa área do Porto de Suape, do distrito industrial de Suape. Até hoje alguns engenhos dessa área estão com famílias de trabalhadores com contrato de comodato. A partir daí, o MST começou a ter uma atuação aqui no Estado e fez escola, ou seja, o movimento sindical, que tinha como bandeira principal a reforma agrária, não participava das mobilizações e da luta pela reforma agrária, vamos dizer, com o padrão de operação que o MST trouxe para cá, que era o padrão de ocupar para conquistar as áreas, o que funcionou até a edição da medida provisória, se não me engano, em 1997 ou 1998. Esse padrão do MST fez escola no Estado. Dessa escola, surgiram todos esses outros movimentos que atuam hoje no campo.

Com relação à questão Governo Federal/Governo do Estado, apesar de termos aqui, na área agrícola e agrária do Estado uma excelente relação – diria –, com parcerias interessantes entre o Incra e a Secretaria de Produção Rural, a própria dinâmica dos movimentos sociais fica, às vezes, tentando buscar ou criar contradição na atuação dos dois, ora privilegiando o Governo do Estado, ora privilegiando o Incra como, vamos dizer, espaço de pressão. Os movimentos sociais, dependendo de sua estratégia, ora atuam sobre o Governo do Estado, ora sobre o Incra e, às vezes, jogando e confrontando um com o outro.

Com relação à realização do Plano Nacional de Reforma Agrária...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Se V. S^a me permite, eu queria uma resposta mais substancial. Como se encontra essa relação entre o Governo do Estado e o Governo Federal, entre a Secretaria de Produção Rural, que acredito ser responsável por isso, e o Incra aqui no Estado? Há uma relação de cooperação, de disputa? Como se encontra isso? Isso é importante para que possamos traçar esse diagnóstico.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Existe uma relação de cooperação entre o Governo

do Estado e o Governo Federal, de acompanhamento dos conflitos. Tanto eu como o Gabriel, que está aqui, mantemos um acompanhamento permanente do campo aqui no Estado. Temos, inclusive, alguns convênios firmados entre o Governo do Estado e o Governo Federal nessa área. Por exemplo, agora mesmo, conseguimos recuperar um convênio de R\$6 milhões para obras de infra-estrutura nos assentamentos da Mata Sul do Estado, que estão sendo executadas pelo Governo do Estado.

Creio que temos uma boa parceria e uma boa relação. Pontualmente, temos sido instigados – como disse –, às vezes, a se confrontar. O Incra tem o seu papel; o Governo do Estado também tem o seu papel.

Até para poder situar melhor a parceria com o Governo do Estado, devo dizer que, no cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, temos uma meta para o Estado todo de Pernambuco de assentar 8.800 famílias neste ano, sendo 6.800 para a Superintendência SR-3, aqui, Recife; e 2 mil para SR-29, em Petrolina.

Há, como ação complementar da reforma agrária, a intervenção do Governo do Estado com o crédito fundiário. Não tenho esses dados de meta. O Gabriel poderá, depois, apresentar esses dados aqui para todos nós, em termos de cumprimento de meta.

Como estamos nessa área? A Superintendência de Petrolina, com uma área cedida pela Chesf, já está com estoque de terra suficiente para assentar 1.900 famílias. Há alguns processos em andamento, para obtenção, que vai garantir o cumprimento da meta, ou seja, as duas mil famílias de Petrolina estão, do ponto de vista de processo para a obtenção de área de assentamento de famílias, bem avançadas. A expectativa nossa é que se possa cumprir. Então, em termos de área, para viabilizar isso, está bem adiantado o trabalho.

Com relação à SR-3, que é a maior SR - inclusive a maioria dos municípios do Estado está sob a nossa responsabilidade -, já temos também, em termos de processo, 93 áreas, que estão além do processo de vistoria, ou seja, de classificação, que é área suficiente para que também possamos cumprir a nossa meta. É claro que essa meta nos foi colocada muito mais em função da necessidade de assentamento de famílias aqui, no Estado, do que da nossa real capacidade operacional.

Então, eu diria que hoje estamos tentando operar milagres. Ou seja, a Superintendência aqui, de Recife, que historicamente sempre trabalhou com a capacidade operacional de assentar em torno de mil famílias por ano, estamos sendo desafiados a fazer isso quase sete vezes em um ano, com uma dificuldade imensa.

No ano passado, quase conseguimos nos manter na média histórica. Assentamos novecentas famílias aqui no Estado. Todavia, não se abre um processo de vistoria e não se viabiliza uma área no mesmo ano. Ou seja, a média de duração de um processo, se não houver nenhuma demanda judicial, é de um ano e quatro meses. Agora, por uma série de medidas, estamos trabalhando no sentido de encurtar esse processo. Então, o que pudemos trabalhar no ano passado foi no sentido de viabilizar estoque de terra, áreas, para este ano. O que viabilizamos em novembro e dezembro do ano passado, muito provavelmente, com muito esforço, estaríamos viabilizando para novembro e dezembro deste ano.

Então, nos primeiros meses de 2004, ainda não colocamos, sobre a terra, nenhuma família. No entanto, já temos 21 áreas com Decreto presidencial em processo ou já avaliada, para emissão de títulos e de recurso, ou em processo de avaliação. Temos 72 áreas, das quais 22 já estão com processo preparado para Decreto, aguardando apenas parecer da Procuradoria Jurídica que, já há mais de trinta dias, está em greve. Então, estamos aguardando o final da greve, para podermos liberar esses processos.

Vamos ou não vamos cumprir a meta? Bom; o esforço tem sido imenso. O Governo do Estado tem sinalizado inclusive a nos ajudar, colocando técnicos do Incra à nossa disposição. É claro que nunca na quantidade – não é Gabriel? – e nas condições que gostaríamos; mas está se dispondo a ajudar nesse sentido, o que não resolve os nossos problemas, que são emergenciais. Acho que só no médio e no longo prazos é que teremos condições de resolver o problema estrutural para a realização da reforma agrária, mas isso não quer dizer que ficaremos esperando, e não estamos esperando termos todas as condições para podermos fazer, ou seja, estamos fazendo com as condições que se têm.

Estamos também complementando esse processo com convênios com a Embrapa e a Universidade Rural de Pernambuco, já sinalizado positivamente. Ou seja, a Superintendência do Incra aqui – SR-3 – está elaborando convênios com o Governo do Estado para obter técnicas para ajudar no processo, elaborando convênios com a Universidade Rural, para obter técnicos para ajudar no processo, e elaborando convênio com a Embrapa, para obter técnicos para ajudar no processo.

Então, a expectativa nossa é que consigamos chegar, em 31 de dezembro deste ano, com a meta cumprida, que é ainda muito pouco diante da situação de famílias acampadas no Estado de Pernambuco,

que são, com dados de dezembro do ano passado, em número de 25 mil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós vamos prosseguir. Faço um apelo à síntese, porque temos, além do Dr. João Farias, mais quatro convidados, que farão sua exposição e responderão às indagações.

Passo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, colegas Deputados, fiz algumas perguntas aqui, vou reduzir porque algumas já estão até respondidas.

Primeiro, queira saber o número de assentamentos totais do Governo Federal e o número de assentados.

Segundo, baseado nessa informação, qual a média do rodízio de desistência dessas famílias e se está havendo, dentro desses assentamentos, reconcentração fundiária.

Terceiro, eu queria saber o número de acampamentos e de acampados.

Outra coisa, queria saber o estoque de terras da União e do Estado e, concomitante, queria saber se existe o Instituto de Terras do Estado de Pernambuco.

A relação entre as esferas de Governo já foi respondida.

E se há uma certa coincidência entre as áreas reivindicadas pelo Movimento Social e a situação dúbia de legalidade dessas terras, ou seja, se o Movimento tem conhecimento, na área que ele está reivindicando, se há algum dispositivo que contesta a legalidade dessa terra, algum dispositivo legal ou se é apenas uma meta histórica.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Poderia repetir essa?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O que quero saber é o seguinte: se, numa terra reivindicada, o movimento coincide com o conhecimento de que existe alguma ambigüidade legal, ou ainda, se se está ocupando a terra ora porque o proprietário não tem um título definitivo, ora porque é uma terra em que foi utilizado trabalho escravo, ou qualquer tipo de contestação legal quanto à propriedade.

A meu ver isso está bom.

Gostaria, ainda, que V. S^a repetisse as quatro entidades que hoje coordenam o Movimento Social pela Terra no Estado de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Dr. João Farias.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Apenas um dado. Quando assumimos a Superintendên-

cia, no início do ano passado, aqui em Pernambuco, a SR-3 tinha 187 assentamentos, com 10.456 famílias assentadas, com 19 mil famílias acampadas. Os dados de hoje apontam 201 assentamentos, 11.411 famílias assentadas, 21.678 famílias acampadas, com 265 processos abertos na Superintendência de classificação de imóveis para aferir o grau de utilização de produtividade para ver se é possível ou não serem desapropriados.

Esse dado de 19 mil famílias acampadas, que foi passado pela Ouvidoria Agrária para a comissão de transição entre os governos, era um dado estimativo. Ele poderia ser menor ou maior. Já esse dado de 21 mil famílias acampadas é um dado real. Nós cadastramos cada acampamento de trabalhador rural e tiramos um ponto de GPS, ou seja, está georeferenciado, inclusive para que possamos localizar precisamente esse acampamento, até para saber se está dentro da área ou fora dela, já que, às vezes, há uma disputa muito grande. Por conta da medida provisória, que impede áreas ocupadas ou invadidas de serem vistoriadas, era preciso que a gente tivesse uma ferramenta, um instrumento que balizasse se a área estava ou não ocupada, e, para isso, a gente georeferenciou cada acampamento. Então, todos os 260 acampamentos do Estado de Pernambuco foram georeferenciados. Tanto o número de famílias quanto o número de acampamentos, até dezembro do ano passado, todos que existiam no Estado de Pernambuco estão cadastrados e georeferenciados.

Com relação ao estoque de terras. Terras públicas aqui no Estado de Pernambuco praticamente inexistem. Diferentemente de outros Estados, a maioria das terras aqui tem um proprietário. É claro que às vezes tem, como em Buíque, um conflito, com mandato de reintegração de posse já expedido pelo juiz local, numa área ocupada pelos trabalhadores já há mais de cem anos. Ou seja, são famílias que já está há mais de cem anos ocupando esta área e, ainda assim, foi dada a reintegração para o proprietário da área, que tem o título da terra, ele tem o título de propriedade, mas nunca teve a posse. Ele tem 70 anos, e nunca teve a posse. É claro que a Promotoria, o Ministério Público tem movido ação no sentido de garantir, e isso ainda está em nível de justiça para ser decidido esse processo e, tanto o Governo do Estado quanto o Inbra estão se envolvendo no processo no sentido de tirar uma solução negociável.

Mas, com relação ao estoque de terra, para reforma agrária, terra pública aqui não existe, à exceção dessa área da Chesf na SR-29, que vai dar para assentar em torno de 1.900 famílias. Sobre a coordenação da nossa SR aqui, não existe terra pública disponível.

Umás áreas do DNOS, em torno de barragens aqui no Agreste do Estado de Pernambuco, foram colocadas à nossa disposição, mas, quando fomos ver, no lugar que poderia ser aproveitado, que seria uma área de 200 e poucos hectares, já havia uma série de posseiros lá, ocupando; uma série de minifúndios que, inclusive do ponto de vista de fazer assentamento, seria inviável.

Como estamos construindo o estoque de terras? A partir da vistoria e da classificação de imóveis que não estejam cumprindo a sua função social. Para isso, temos 260 processos abertos tramitando aqui na Superintendência, com mais cerca de 200 outras áreas que nos foram indicadas para a abertura de processo, ou seja, são áreas que solicitamos aos cartórios as certidões de propriedade para identificar o proprietário e a propriedade, para, só assim, abrir o processo.

Se há terra ilegal aqui? Não; não temos isso como, vamos dizer, uma coisa significativa ou uma coisa que se aperceba. O que existe aqui, no Estado de Pernambuco, às vezes, é a posse da terra por um e a propriedade por outro.

O SR. (Orador não identificado.) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Acampamentos, ele falou em 260?

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Sim; são 260 acampamentos. Esse é um dado de dezembro do ano passado, porque este ano houve... Ainda estamos fechando os levantamentos. Esta reunião coincidiu exatamente com a semana em que estamos fechando esses dados, até para trazer aqui para a CPMI.

O SR. SIBA ACHADO (Bloco/PT – AC) – Existe o instituto de terras no Estado?

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Existe o instituto de terras no Estado, o Funtepe.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Paulo Rubem com a palavra.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, bom dia; Senador Sibá Machado, Deputado João Alfredo, Relator, trataremos apenas rapidamente de três questões.

A primeira delas é se, além dos trabalhos em parceria feitos, já citados, com a Embrapa e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, o Incra tem tido a oportunidade também de buscar uma ação conjunta com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com a Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco e também com o Ministério Público. Enfatizo a preocupação com a área fiscal por entendermos que parte do território de conflito no Estado de Pernambuco – refiro-me à Zona da Mata – encontra-se hoje numa situação de gigantescos passivos fiscais contra a Fazenda Pública Estadual e o Tesouro Nacional. Talvez já tenha sido

abordado aqui pelo Superintendente do Incra, a Zona da Mata, que outrora representava uma das maiores atividades econômicas de Pernambuco, embora ainda tenha uma participação, no caso do açúcar, na balança comercial do Estado, é uma região já muito distante do que foi há duas décadas. Estima-se que em dez anos desapareceram 150 mil empregos na Zona da Mata. Então essa seria a primeira questão.

Em segundo lugar, se há uma incidência de contestações judiciais às ações de vistoria, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, às ações de desapropriação, e, se tem ocorrido essa contestação judicial, em que regiões elas mais se expressam e que providências têm sido tomadas pela Superintendência para que essas contestações possam ser vencidas na esfera judicial e assim se possa dar continuidade ao processo de vistoria e de desapropriação.

Em terceiro e último lugar, uma preocupação com a viabilidade sustentável dos assentamentos. Pernambuco teve, durante muitas décadas, uma expressiva participação de algumas culturas agrícolas importantes. Recordo-me aqui do café, no Agreste meridional; o algodão, no Sertão do Estado; o açúcar e álcool; a caprinocultura; a avicultura; e, sobretudo, a agricultura de subsistência. De que forma têm sido permitidos ao Incra, isoladamente ou em convênio com os demais órgãos, o acompanhamento e a avaliação da viabilidade sustentável desses assentamentos, especialmente na área de monocultura, modalidade praticada na Zona da Mata. O que tem sido possível observar dos assentados na Zona da Mata em relação à sua sustentabilidade? Os assentamentos repetem o modelo do cultivo da cana-de-açúcar? Esse modelo tem levado à geração de renda ou se têm sido criadas novas experiências de assentamentos com culturas agrícolas diferenciadas da secular monocultura da cana-de-açúcar?

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Ainda não tivemos oportunidade de realizar parcerias do Incra com a Receita Federal ou estadual. Nessa área de obtenção, conseguimos fazer parceria interessante com o Banco do Brasil. Ano passado foi disponibilizado para o Estado – o processo está tramitando na Superintendência para viabilizar essas áreas – 14.500 hectares de terra na Zona da Mata do Estado de Pernambuco que permitirão o assentamento em torno de 1.400 famílias.

No primeiro momento parece uma solução interessante. Quando fomos fazer a avaliação das áreas, vimos que sobre essa terra já estão vivendo 2.700 famílias, ou seja, o que seria uma solução se transformou em um problema a mais. Com essas terras, teremos condições de resolver o problema de 1.450 famílias que já vivem sobre elas, mas ainda nos sobram algu-

mas famílias para arranjarmos terra em volta a fim de assentá-las. Esse é o quadro de demanda do Estado e de disponibilidade de terras.

É claro que estamos tentando estabelecer relações nas mais diferentes esferas para avançar no processo de reforma agrária. Inclusive, estamos discutindo uma parceria com o Ministério Público estadual – e já foi criada uma promotoria que tratará da aplicação do artigo da Constituição Federal que trata da questão da função social da propriedade. O Ministério Público, em parceria com o Incra, está firmando um convênio de cooperação, e poderemos nos apoiar nesse trabalho para que possamos avançar, inclusive para que seja garantida a função social da propriedade no Estado de Pernambuco, tendo em vista que percebemos que parte bastante significativa das propriedades na Zona da Mata, Agreste/Sertão não estão cumprindo com sua função social.

Citarei um dado do ano passado sobre o critério de produtividade e produção: de 109 processos vistoriados no ano passado, em uma passagem de um pente mais grosso sobre essas áreas, identificaram-se cinquenta que não estavam atingindo os índices mínimos de produtividade. Ou seja, as terras são improdutivas e estão em processo de desapropriação. Ou seja, para cada duas áreas vistoriadas, uma não está cumprindo a função social pelo item produtividade.

Com relação ao fechamento de usinas. São várias as usinas falidas na Zona da Mata de Pernambuco, assim como são várias as usinas em processo de dificuldade. Embora não tenham sido fechadas, não estão produzindo ou gerando o desenvolvimento regional que se esperava. É claro que há usinas que estão muito bem, que estão produzindo e gerando emprego, renda e desenvolvimento para o Estado.

Com relação a saber se há áreas com contestação judicial. Na maioria das áreas que classificamos como improdutivas, são poucas aquelas que têm recebido demanda judicial. Então, de um universo de aproximadamente 109 áreas vistoriadas ano passado, acho que não chega a dez o número daquelas em que houve demanda judicial, principalmente na Zona da Mata – Mata Norte e Mata Sul.

Dois casos mais concretos: o Grupo Prado, que foi palco de um conflito bastante sério ano passado, e uma região da Mata Sul, que é a Usina Estreliana. Quando da notificação por parte do Incra para vistoria e classificação da propriedade, houve uma demanda judicial no sentido de paralisar o processo, e, com decisão favorável ao proprietário, o processo foi paralisado e está entregue hoje à nossa Procuradoria Regional para que dê o tratamento adequado.

Com relação à viabilidade dos assentamentos. Esta foi uma das áreas em que mais pudemos avançar durante o ano passado. O Estado de Pernambuco, hoje, tem aqui na Superintendência SR-3, 80% das famílias assentadas com assistência técnica contratada através de organizações da sociedade civil, cooperativas de técnicos, ONGs e universidades. Então, temos cinco convênios que assistem a 9.100 famílias. Mais 10% das famílias que estão assistidas por um programa do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o Programa D. Hélder Câmara, que assiste à região do Pajeú, no Sertão.

Com relação a essa questão de viabilidade, tem-se desenvolvido uma série de ações no sentido de dar estrutura aos assentamentos, que, no caso, foi importante o resgate deste convênio com o Governo do Estado, no valor de R\$6 milhões, que permitiu obras de infra-estrutura para assentamentos na Mata Sul do Estado. Estamos investindo, vamos dizer assim, com muita prioridade na questão da educação. Pernambuco é, hoje, o Estado que tem o maior número de projetos de Pronaf aprovados e em execução no Brasil, em parcerias com universidades e fundações de ensino, tanto na educação básica, com alfabetização, até cursos técnicos que se encerraram ano passado e que foram renovados este ano, que são os formadores de técnicos em enfermagem, para garantir, dentro dos assentamentos, pessoas habilitadas na questão da saúde.

Estamos também discutindo com o Ministério da Saúde exatamente algumas parcerias no sentido de viabilizar programas complementares para a área de saúde. Renegociaram-se todas as dívidas dos agricultores familiares e se disponibilizaram créditos de apoio à produção. Então, o Compra Antecipada está sendo realizado hoje pela Conab/Incra, que permite o financiamento da produção com a garantia da venda para o próprio Governo Federal, ou seja, o plantio, principalmente aqui na Zona da Mata, de mandioca para a produção de farinha para compor as cestas de alimento do Programa Fome Zero. Então, um dado de dezembro do ano passado: foram da ordem de R\$5,9 milhões os recursos contratados até dezembro aqui em Pernambuco. Com uma demanda hoje de mais de R\$28 milhões, já em carteira, para ser contratada na Conab hoje. Então, estamos avançando nessa área.

Na área do Pronaf, no ano passado, avançou-se também muito. Nós conseguimos colocar, em termos de Pronaf, dentro dos assentamentos, aproximadamente R\$20 milhões em recursos de apoio à produção pelo Pronaf-A. Então, é todo um trabalho de reestruturação e recuperação dos assentamentos que vem sendo

desenvolvido, como também de reorganização dos assentamentos.

Com relação ao dado famílias assentadas, famílias que abandonam os lotes, ou abandonavam o processo de reforma agrária, nós temos aí um número em torno de 20% de substituição de parcelas. Desde porque não tinha nada a ver com a reforma agrária e simplesmente abandonou o lote ou negociou, ou vendeu, até transferências entre pai e filho. Às vezes, o pai já não consegue mais tocar a parcela e transfere para o filho. Às vezes, alguma movimentação mesmo de trabalhador para outras áreas, sendo substituído por outro trabalhador com perfil na reforma agrária. Então, isso está na faixa de 20%

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a presença do Dr. João Farias de Paula Júnior.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V.Exª a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, o que me chamou a atenção no depoimento do Dr. João Farias foi justamente a realização desses diversos convênios com órgãos públicos, com universidades, na área, vamos dizer, de assistência técnica, de infra-estrutura.

Então, gostaria de solicitar ao Dr. João Farias – nós vamos estar aqui, em Recife até amanhã – que disponibilizasse para a Comissão a cópia desses convênios. Digo isso porque, na verdade, a CPMI não vai só traçar um diagnóstico, mas ela também vai apresentar sugestões. Então, é importante que aquelas experiências exitosas, que estão sendo criativas, inclusive, na área da parceria, que nós achamos importantes, no seu depoimento, possam ser disponibilizadas para esta CPMI para constar do nosso relatório. Então, eu queria fazer este pedido ao Dr. João Farias.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – A relação ou a cópia dos próprios convênios.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ou a cópia, ou se V. Sª puder trazer o sumário do convênio, dizendo com quem é realizado o convênio, qual é o objeto. Um sumário, um resumo. Isso resolve.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – Tudo bem. Pergunto porque alguns convênios têm termos de aproximadamente umas 700 a 800 páginas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos o Dr. João Farias de Paula e o convidamos para nos acompanhar, amanhã, na visita ao assentamento se puder.

O SR. JOÃO FARIAS DE PAULA JÚNIOR – É possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Vamos convidar para tomar assento à mesa o Dr. Gabriel Alves Maciel, Secretário de Produção Rural do Estado de Pernambuco.

Mais uma vez, solicitamos que todos colaborem com a síntese em função de que temos ainda mais cinco convidados para a exposição.

Com a palavra o Dr. Gabriel Alves Maciel.

O SR. GABRIEL ALVES MACIEL – Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ex-governador e hoje Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, Srs. Membros, Senador Sibá Machado, e o nosso Deputado, autêntico e competente pernambucano, Paulo Rubem Santiago, vou tentar ser bastante simples em meus comentários, porque estou vendo a preocupação com o tempo e porque há várias pessoas realmente. Mas podemos iniciar, dizendo da satisfação de tê-los aqui no Estado num momento bastante oportuno.

Pernambuco – e, embora João já tenha traçado um perfil, eu queria repetir algumas coisas – é um Estado bastante diferenciado. Nós temos essa questão tradicional de luta no campo, iniciadas pelas Ligas Camponesas, com o Francisco Julião; temos essa diversidade de movimentos sociais, o que torna bastante difícil o entendimento, porque não conseguimos ou pouco conseguimos...

Lembro-me uma vez, por intermédio do Deputado Paulo Rubem, colocar todos os movimentos numa discussão conjunta. Tivemos aqui nessa sala essa oportunidade. Mas é uma coisa muito rara e muito difícil. Cada movimento tem realmente uma filosofia de trabalho diferente, um formato de luta diferente, não é fácil conseguirmos agregar ou colocarmos todos no mesmo nível, os quatorze movimentos sociais, além de um movimento de pequenos agricultores, que não luta diretamente sobre a terra, mas também tem uma intervenção muito boa aqui no Estado. Então, alguém colocar nivelados esses quatorze, quinze movimentos no Estado...

Outro fator é a politização. Pernambuco é um Estado bastante politizado e isso torna também essa ação conjunta bastante difícil.

Agora, por que essa questão de uma pressão maior de ocupação de terras no Estado?

O João já disse: temos, ao longo de toda a história do Incra, basicamente doze mil assentados no Estado. Temos duzentos e poucos assentamentos federais do Incra; temos 47 do Fundo de Terras do Estado de Pernambuco, Estadual; e temos 168 do Crédito Fundiário, que é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, não é pela Secretaria de Produção Rural,

mas trabalhamos junto como Fundo de Terras nessa parceria aqui no Estado.

Isso faz com que esse número aumente muito em termos. Temos um resíduo muito forte, um resíduo muito grande ao longo desse tempo,

Se durante toda a história do Incra em Pernambuco foram assentadas 12 mil famílias, como vamos assentar 25 mil? Isso gera realmente um quadro muito preocupante.

Outro aspecto interessante é que a reforma agrária vem sendo tratada, ao longo do tempo, mais por uma questão quantitativa, de colocar “n” pessoas assentadas, e não pela qualidade do assentamento.

Se V. Ex^{as} verificarem o número de assentamentos que temos no Estado e procurarem um modelo, verão que realmente é muito difícil. Hoje, se imaginávamos que um assentamento poderia se tornar uma classe média rural, o que estamos vendo é a formação de verdadeiras favelas rurais. Isso é um fato preocupante aqui no Estado.

Outro fator que preocupa bastante é a qualidade, a matriz tecnológica e a falta de infra-estrutura nos assentamentos já existentes.

Temos conversado já há bastante tempo, pela nossa amizade pessoal, pela nossa amizade institucional com o Ministro Rossetto e também com o João aqui no Incra.

Temos que ter realmente esse diagnóstico, esse perfil dos assentamentos existentes e torná-los produtivos, porque a matriz tecnológica é completamente defasada.

Então, não temos, dentro do assentamento, uma assistência técnica permanente. Já começou avançar há pouco tempo, mas esse quadro ainda é bastante defasado; não se tem uma estrutura de acompanhamento, principalmente de comercialização, que é a fase final do processo – e isso preocupa bastante o Governo do Estado.

Então, estamos num momento que é normal, o mês de abril, esse momento de ocupações no Estado. O MST tem sua campanha, na comemoração do Eldorado dos Carajás – este ano um pouco mais exagerado que nos anos anteriores. A Fetape está também em campanha para “Grito da Terra”, começando também a demarcar as suas áreas; assim a CPT, o OLC e os outros movimentos também. Cada um começa a marcar o seu território, também trabalhando muito forte perto da mídia, delimitando seus espaços.

Temos uma preocupação do Governo com a questão da legalidade. Trabalhamos fortemente, em colaboração com o Incra, para apoiar e cooperar com os assentamentos já existentes.

Na questão do acampamento, como não é assentamento, o Governo considera como uma forma ilegal.

Dentro dessa linha, o que houve foi um acirramento – vi o Deputado perguntando a questão da invasão –, tivemos realmente uma ameaça, que naturalmente foi uma ameaça retórica, e o Estado cumpre a lei, o Estado tem autoridade, e a gente não ia permitir que houvesse esse tipo de coisa. Foi apenas uma retórica de mídia, mais para marcar presença junto à mídia estadual. Essa foi uma preocupação nossa, porque a gente sabia fortemente que esse tipo de coisa jamais aconteceria.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição. Acho que o mais importante são as questões; é o debate.

Gostaria de dizer que estamos, o Governo de Pernambuco, sempre dispostos a colaborar com o Incra; temos conversado com o Ministro; temos conversado com o Superintendente aqui em Recife, o João Farias, e também com o Erilson, lá no São Francisco.

Temos ainda um dado interessante – vou providenciar, porque, como disse, não é na nossa Secretaria. Mas, de 1999 a 2002, em 86% dos assentamentos de Pernambuco, tivemos a intervenção do Governo Estadual. Não temos avançado mais porque os movimentos não prestam conta, na maioria dos casos, e a gente não tem como prosseguir nessa cooperação porque não tem prestação de contas. Temos um documento e prometo amanhã providenciá-lo junto com o nosso colega e passar para a Comissão – esse é um dado importante.

Estamos também iniciando uma intervenção muito forte com o nosso Promata – o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata, onde vamos fazer bastantes parcerias nessa área de reforma agrária. Tem de haver uma compreensão, um trabalho conjunto entre os movimentos sociais, o Incra e o Governo do Estado, que é coordenado pela Secretaria de Planejamento. Temos um acompanhamento muito forte disso.

Outro fator preocupante é a questão de terra. Realmente, temos essa dificuldade. Na Zona da Mata houve uma recuperação muito forte da cana-de-açúcar. O Governo do Estado, não em 1997 nem em 1998, porque não estávamos no Governo, mas em 2000 e 2001, fizemos um programa de recuperação da Mata Norte. Tivemos uma seca forte em 1997 e 1998, onde perdemos 70% da cana da Mata Norte e uma grande parte da Mata Sul. Então, houve uma demanda forte porque isso significa emprego e renda para a Zona da Mata, e conseguimos recompor 30 mil hectares, significando a recuperação de 20 mil empregos e um

aumento na produção de cana da ordem de 3 milhões de toneladas.

Estamos reafirmando a nossa preocupação e também, ao mesmo tempo, reafirmando a disposição do Governo de Pernambuco de apoiar todo o processo de reforma agrária no Estado e, bem entendido, dentro da lei, dentro da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Gabriel Alves Maciel.

Para ganharmos tempo e sermos mais eficientes e produtivos, vamos colher as indagações dos três Parlamentares para, depois, o convidado responder em bloco.

Primeiramente o Relator, o Deputado João Alfredo, que está com a palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Dr. Gabriel, gostaria basicamente de fazer alguns questionamentos importantes para nós.

Em primeiro lugar, o detalhamento de como é que se dá essa intervenção do Governo do Estado nos assentamentos, até nos assentamentos federais do Incra. Em 86% dos assentamentos de Pernambuco há intervenção do Governo do Estado. De que forma isso se dá? Acho que é importante que conheçamos como efetivamente o Estado tem apoiado a reforma agrária aqui em Pernambuco.

A segunda questão, que foi tratada muito rapidamente – e acho que seria importante também ser detalhada –, diz respeito à essa afirmação de V. S^a de que a reforma agrária tem sido tratada mais quantitativamente que como qualitativamente, chegando mesmo a dizer que esses assentamentos podem inclusive se transformar em favelas rurais.

Li no **O Globo** de ontem o artigo do Chico Graziano, onde praticamente ele diz que não tem terra no Brasil para fazer reforma agrária e colocou o Nordeste como área que não pode ter assentamento, porque não chove nunca etc. Isso, inclusive, confronta com o estudo coordenado pelo Prof. Moacir Palmeira e outros nas áreas de assentamento do Nordeste, inclusive do meu Estado, o Ceará, onde se comprovou uma melhoria da qualidade de vida daquela população. Todavia, aqui, temos Zona da Mata, Agreste e Sertão; assim, talvez fosse bom colocar um pouco o que efetivamente está ligado à questão dos fatores climáticos, oferta de recursos hídricos, infra-estrutura, e onde os assentamentos têm sido mais exitosos e onde eles têm tido mais problemas do ponto de vista da sua sustentabilidade.

Uma terceira questão, para concluir, está ligada à relação entre a reforma agrária e a agricultura familiar do ponto de vista – e também desenvolvendo um tema que V. S^a tratou muito rapidamente – da comercialização.

Então, Sr. Presidente, seriam essas as três perguntas que eu faria ao nosso convidado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado para que possa apresentar também as suas indagações.

Vamos fazer em bloco para facilitar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dr. Gabriel, a primeira pergunta é a seguinte: até onde a luta pela terra em Pernambuco é uma luta real, de necessidade de reforma agrária, ou uma luta meramente política?

A segunda, o que V. S^a sugere para a viabilidade econômica de um assentamento de reforma agrária?

A terceira, como será possível acelerar a reforma agrária de uma maneira legal, entre o número de assentados no período feito e a demanda de que V. S^a nos falou recentemente?

A quarta, é possível pensar num acordo entre o Governo – e quando falo em Governo refiro-me aos Governos Federal e Estadual – e proprietários de terras assentados em áreas nobres? Digo isso porque ouvi recentemente de dois Governos da Amazônia, que fazem um cálculo entre a infra-estrutura que chega em uma determinada área – vide rodovias asfaltadas, rede elétrica e tudo o mais – e o nível das propriedades existentes ao longo dessas estradas. Esses dois Governos estão iniciando um debate dessa natureza para que haja a reforma agrária onde chegou a rede elétrica e o asfalto.

Então, a minha pergunta é para ver se há alguma coincidência nesse encaminhamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIGADO (PT – PE) – Prezado Secretário, talvez fosse importante que pudéssemos detalhar um pouco mais qual é o papel do Funtepe na estrutura da política agrícola, da política fundiária no Estado de Pernambuco, já que, como perguntou o Senador Sibá Machado na rodada anterior, em muitas unidades da Federação os Governos de Estado têm, há muito tempo, os institutos de terras. Era importante que tomássemos conhecimento, para a CPMI, do que é o Funtepe, quais são suas atribuições, como o Funtepe se relaciona hoje com a participação da Secretaria junto ao Incra no processo de reforma agrária.

Uma segunda questão é sobre qual é de fato a estrutura que a Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária tem hoje para fazer avançar o processo de reforma agrária em Pernambuco. Digamos que não tivesse ocorrido o Abril Vermelho, não tivesse sido fei-

ta a ameaça de ocupação do Palácio do Governo. Se nada disso tivesse ocorrido, o que de fato vinha sendo construído em termos de estrutura, técnicos, equipamentos, recursos, para que o Estado de Pernambuco pudesse avançar nessa perspectiva?

Talvez também fosse importante uma consideração sobre o IPA, que é um instituto de pesquisas de grande significação no Estado e em nível nacional, que, parece-nos, talvez tivesse um papel importante para contribuir com tecnologia ou com o acompanhamento das culturas agrícolas junto aos assentamentos.

Por fim, a mesma pergunta que fiz ao Superintendente do Incra: de que forma a Secretaria de Agricultura tem conseguido atuar junto a outras secretarias de Estado, especialmente frente à paralisação das atividades rurais na Zona da Mata de Pernambuco? Sabemos da importância dessas atividades para a geração de emprego, para a economia do Estado, mas o que tem sido feito pela Secretaria de Agricultura frente à paralisação de parte significativa do parque sucroalcooleiro e, conseqüentemente, da situação de desemprego e da queda na produção rural na Zona da Mata?

O Secretário falou do Promata. Talvez pudesse expor um pouco mais sobre o que é o Promata, que recursos que foram investidos, que metas foram atingidas e o que é se pode fazer para alterarmos essa situação.

Lembrando aqui, para encerrar, que há quinze dias, a Fundação Getúlio Vargas, coordenada regionalmente pelo ex-secretário da Fazenda Jorge Jatobá, publicou estudos, em parceria com a Ação da Cidadania Contra a Fome, revelando que 53% da população de Pernambuco vive na linha de miséria. E esses dados se agravam quando saímos dos centros urbanos para os municípios da zona rural.

Seriam estas as questões, Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Gostaria de acrescentar a seguinte indagação: há uma avaliação do Governo estadual sobre o percentual de trabalhadores urbanos que, engrossando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, se encontram acampados? São 21 mil famílias acampadas em Pernambuco em 260 acampamentos. E parece que a angústia provocada pelo desemprego na área urbana leva trabalhadores a engrossar esse Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

E é muito importante para o êxito do programa de reforma agrária essa distinção entre quem é do campo e quem é da área urbana, quem tem aptidão para a atividade rural e quem não a tem. Certamente, entregar uma área de terra a quem não tem aptidão para o trabalho rural é levar o assentamento ao fracasso, é levar essa propriedade à inviabilidade. Por isso é muito

importante distinguir quem é trabalhador rural e quem é trabalhador urbano nesse movimento.

Então, perguntaria se o Governo do Estado tem, portanto, essa avaliação de percentual de trabalhadores urbanos no movimento.

O SR. GABRIEL ALVES MACIEL – vou responder pela ordem como foram formuladas as perguntas.

O Deputado João Alfredo perguntou como é que se dá a intervenção do Estado nos assentamentos. Temos um programa, Deputado, o Prorural Renascer, que é um programa de combate à pobreza rural. Então, todos os movimentos são habilitados de acordo com as normas do programa. Tem que ser via associação; tem que ser de uma forma mais organizada.

Que tipo de intervenção apoiamos? São intervenções em infra-estrutura. O que é infra-estrutura? Tivemos um momento em Pernambuco de convênio entre o Incra e projeto Renascer. Zeramos o quadro de déficit habitacional nos assentamentos. É possível fazer esse tipo de parceria, porque normalmente o valor que é destinado para uma residência, tanto do Renascer como do Incra, não seria suficiente e haveria esse complemento. E houve esse tipo de acordo, em uma ação complementar de infra-estrutura.

São ações também de eletrificação rural, de recursos hídricos para melhorar o processo produtivo dos assentamentos. São ações também de estradas, passagens molhadas, dentro da linha de recursos hídricos do sistema. Isso aqui tem naturalmente esse processo que é verificado de acordo com as normas do programa de combate à pobreza rural.

Tivemos, de 1999 a 2002, investimentos da ordem R\$7,5 milhões nessa parceria, dentro de assentamentos no Estado de Pernambuco. São assentamentos dos diversos movimentos sociais; não seriam assentamentos privilegiados ora de Fetape, nem de CPT, nem OLC, nem MST, nem MTB ou alguma coisa desse tipo. Seria dentro dessas normas, atendendo um calendário que o projeto Renascer tem com todos os movimentos sociais.

Tivemos também parceria, não foi recente, mas conseguimos resgatar recentemente, no valor de R\$6 milhões para infra-estrutura em assentamentos na Mata Sul. São 133 assentamentos nos quais estamos fazendo intervenção, dentro também dessa linha de eletrificação rural, de recursos hídricos, de pontes, de escolas e também atividades sanitárias, como fossas sépticas etc.

A intervenção do Estado é sempre de acordo com o que o programa realmente estabelece e dentro desta parceria de contato direto com o movimento ou com parceria direta com o Incra.

Na questão da quantidade e da qualidade, o que tenho a dizer é que não consideramos... E essa é uma visão nossa, do Secretário, de que não adianta colocar, porque todo governo que assume tem um discurso de que a reforma é diferente; porém, vem sendo feita da mesma forma ao longo de vários anos, apenas trabalha com números, assentei 20 mil famílias, assentei 10 mil. Esse não é o problema. O problema é como essas famílias vão viver dentro do assentamento. Precisamos transformar, e esse será um processo construído nas diferentes esferas de governo, envolvendo o Governo Federal. Sempre tivemos a convicção de que a reforma agrária é realmente coordenada em nível nacional pelo Incra, mas o Governo do Estado não pode ficar omissos, nem tampouco o município. Há de haver uma parceria também com os trabalhadores.

Então, temos 12 mil assentados em Pernambuco. Se verificarmos a forma como é feita agricultura nesses assentamentos, veremos que é muito pobre, porque não temos a questão, como falei, da matriz tecnológica, que vou detalhar lá na frente. Foi uma pergunta que o Deputado Paulo Rubem nos fez.

Vejam: como é que vamos ter famílias assentadas com deficiência em infra-estrutura e produção e já pensar em assentar mais 25 mil famílias enquanto já temos uma área bastante defasada? Isso é o que temos levantado e discutido. Por que não parar e verificar a demanda desses assentamentos já existentes e partir para o assentamento.

A meta do Governo Federal para este ano é muito alta, impossível de ser atingida, porque o processo é muito lento, não é culpa do Incra ou do Governo. Temos muitos processos que a Justiça pára por muito tempo. Você ter um processo em um ano e quatro meses numa média, é muito difícil você fazer reforma agrária. O processo é muito lento e muito burocrático, e o próprio Ministro já se comprometeu e está trabalhando junto ao Incra para reduzir, pelo menos, em 50% essa atividade.

A questão jurídica atrapalha muito porque, normalmente, o ganho de causa é sempre do proprietário. E tem um dado importante, Sr. Presidente: 73% dos proprietários de terra não pedem reintegração. É um dado muito interessante. É uma coisa que consideramos realmente um pouco difícil de entender porque não há esse pedido de reintegração aqui no Estado.

Temos dificuldade realmente na questão do equilíbrio entre qualidade e quantidade, analisando as diferentes regiões do Estado. Na Mata, temos uma posição favorável de clima e solo, porque temos chuva num volume muito alto, mas temos hoje deficiência de terra. Hoje, temos pouca terra na Zona da Mata para

reforma agrária, a fim de acomodar o contingente de pessoas que temos hoje nos acampamentos.

Agreste e Sertão são semi-áridos, e temos uma limitação muito forte, Sr. Relator, pela questão do clima e do solo. Fazer agricultura de subsistência, dependendo de chuva é muito difícil. Para se ter um dado real, em 10 anos, aqui em Pernambuco, que é um Estado que não tem vocação para a produção de milho, por exemplo, que é uma cultura importante, colhe-se uma pequena safra de milho, em três, regular, e o restante, 100% perdidos. Então, a questão da água é fundamental, por isso, temos que trabalhar vocações locais. No Semi-árido, temos as vocações naturais: a caprinovinocultura, a apicultura, e também podemos fazer pequenas irrigações que são perfeitamente possíveis.

Há um dado interessantíssimo: normalmente, aqui na Zona da Mata, o pessoal já tem a cultura da cana-de-açúcar. Hoje, recebo diariamente grupos de assentados que estão cortando cana, trabalhando no corte de cana-de-açúcar para sobreviver. Vários nos têm procurado, todos eles cortadores de cana, sendo subempregados para sobreviver no assentamento.

Então, temos este quadro. A Mata, apesar de ter essa característica de chuva e de solo, que são características favoráveis, temos problemas limitantes de topografia muito difícil. Temos um estoque muito grande, mas, quando vamos utilizar, são áreas impróprias para a agricultura devido à estrutura topográfica dessas áreas.

Quanto à questão da reforma agrária e da agricultura familiar, eu não faço separação. Considero o assentado um agricultor familiar, apesar de ter movimentos que não o considerem. Eles dizem que não fazem parte e não são agricultores familiares. Eles são assentados da reforma agrária. Eu não vejo essa distinção.

Nós, hoje, temos um programa social muito mais abrangente no campo que é o Pronaf, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Sempre tenho dito e continuo: crédito não é problema nem para a reforma agrária, nem para a agricultura familiar. O nosso problema, hoje, no País – não é só em Pernambuco – é a assistência técnica. No nosso processo produtivo nós temos que ter um crédito com qualidade. Quando nós discutimos a falta de investimento, de crédito em Pernambuco, nós não vamos ter esse tipo de insistência junto aos agentes bancários se não tem a qualidade no crédito, ou seja, o tomador, principalmente o agricultor familiar que é desassistido, é aquele que é mais vulnerável no processo produtivo e, depois, tem a dificuldade na venda.

O João Farias falava, aqui, na questão da aquisição pela Conab. A minha preocupação é de saber o

que eles vão comprar realmente? A produção é muito pequena. Ontem mesmo assinei 368 cartas para que a Conab possa, realmente, comprar essa produção dentro dos assentamentos. Isso ontem, mas diariamente nós temos bastante para fazer. É um processo muito importante que o Governo Federal está dando. A nossa preocupação, agora, é, realmente, ter o que comprar porque o nível de produção do assentamento é ainda muito baixo.

O processo da agricultura familiar é fundamental, porque 55% da agricultura de Pernambuco é a agricultura familiar, que produz 75% do alimento, que gera 70% do emprego no campo e é fundamental. Agora, temos que ver a agricultura familiar não como uma agricultura de subsistência. Nós temos uma agricultura como o agronegócio, que funciona muito bem, e a agricultura familiar, que tem que funcionar bem, também, dentro do ritmo do agronegócio, como uma atividade produtiva que tenha sustentabilidade.

Senador Siba Machado, a questão da reforma agrária – e nós, aqui, podemos colocar num termo bastante misto – é uma luta real e nós temos movimentos por lutas reais, realmente, de uma necessidade da reforma agrária como uma forma de atividade sustentável e produtiva. Contudo, temos, também, movimentos que trabalham de uma forma eminentemente política, em que, sendo, como falei, 14 movimentos, cada um tem uma situação completamente diferente. Mas temos alguns que existem como uma atividade real para a realização da reforma agrária, como necessidade? Temos. Temos movimentos que trabalham nisso. Mas temos, também, movimentos que trabalham desorganizadamente mas que têm um enfoque político muito forte.

Eu tenho que dizer aqui o que nós sentimos. Eu não vou privilegiar. Não quero considerar como privilegiando, mas temos uma forma diferenciada entre a Fetape e o MST.

O Senador falou na questão da viabilidade econômica. Foi como eu disse: primeiro, há de se mudar a matriz tecnológica. Se você tem um assentamento e não tem uma priorização de uma cadeia produtiva ou uma atividade que tenha viabilidade econômica... Porque normalmente se trabalha de trás para frente. Qual é o principal foco da produção? Primeiro, naturalmente, é o consumo das famílias que produzem, mas tem a questão do mercado e, normalmente, não se faz essa avaliação. Se você tem o mercado, se você tem a sua comercialização garantida, é um grande passo. Depois, nós vamos para a tecnologia. Tem que ser com tecnologia – o assentamento não pode ser tratado com preconceito nem tampouco como uma atividade inferior. A tecnologia tem que chegar ao assentamento. Para

isto é importante o trabalho que vimos conversando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Incra, com a Embrapa e com o próprio Ipa, sobre o qual falarei um pouco na frente que foi uma questão do Deputado Paulo Rubem.

Aí, vem a assistência técnica. Se você em uma assistência técnica garantida, você tem um crédito de qualidade. Então, você tem que verificar os diferentes aspectos: você produz mesmo sem um nível tecnológico, mas produzir, para ter sustentabilidade, se não tiver essa matriz mercado, garantindo só a comercialização... Estamos agora para inaugurar – estamos aguardando pequenos detalhes, a chuva tem atrapalhado muito – um centro de comercialização só para agricultura familiar e assentamentos aqui na Ceasa. É um modelo de gestão diferente; é uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, investindo basicamente R\$2,5 milhões. Essa iniciativa será transformada também num centro de capacitação e comercialização. Isso se dará, possivelmente, no final do maio para o início de junho, quando inauguraremos o centro com a presença do Ministro e do Governador. Este é um ponto fundamental para realmente viabilizar e implementar a produção familiar ou a produção dos assentados de Pernambuco.

A questão da maneira legal. O difícil que verificamos na questão da reforma é trabalharmos sob a forma de pressão. O Governo não pode realmente trabalhar... A pauta tem que ser puxada pelo Governo, e, normalmente, acompanhamos a pauta pressionados pelos movimentos. Temos que ter uma linha pró-ativa em relação a isso. Isso temos conversado com o Incra e com o próprio MDA. Isso se torna bastante difícil devido a esse processo lento, que é natural. Não é culpa, já falei, nem de Incra, nem de Governo. É culpa de como tem sido feito o processo. E continua difícil, pois temos essa meta de 8.800 famílias. Se não fizermos um esforço muito grande, será muito difícil.

Estamos no meio do ano e não foi assentada nenhuma família, e o nível de pressão vai aumentar muito mais, principalmente no processo de greve que temos agora no Incra, o que torna tudo mais difícil.

Se olharmos do ponto de vista legal, veremos que é uma forma legal, em que vem todo o processo de vistoria até a imissão de posse. Consideramos ilegal a ocupação da propriedade. Existe uma medida provisória que proíbe isso, a de número 2.027. Existem movimentos aqui que fazem isso realmente, o que significa que não têm interesse na reforma agrária. Consideramos ilegal a invasão de terras produtivas, a invasão de prédios públicos e também a interdição de vias públicas, como tem acontecido recentemente no Estado.

É difícil, Senador Sibá Machado, a questão do acordo entre áreas nobres. Primeiro porque não temos áreas muito nobres. Se não tivermos essa infra-estrutura... O São Francisco não podemos considerar uma área nobre, mas, porque tem água, transformamos um deserto num grande celeiro de produção, o maior produtor de uva e manga deste País e, possivelmente, de vinho. Agora é realmente um deserto. Não temos solos. Temos água e transformamos uma região dessa numa verdadeira Califórnia. Agora, em termos de mata, agreste e sertão, considerando essa área que não seja irrigada no semi-árido, é muito difícil termos áreas nobres.

João Farias falou na questão de áreas públicas. Temos trabalhado também junto ao Incra. O Incra tem uma propriedade. O DNOCS, na realidade, em Serra Talhada, tem uma propriedade de 6 mil hectares, onde temos um açude, temos água, mas temos essa dificuldade, porque as pessoas que foram indenizadas continuam na área. É um processo muito difícil de viabilizar. Estamos agora retomando junto ao DNOCS uma área nobre, a questão de Ibimirim, em que temos várias famílias também aguardando a irrigação, que estamos trabalhando. Isso chamamos de área nobre, mas fora isso aí, é muito difícil um acordo em relação a isso.

Com relação, Deputado Paulo Rubem, ao papel do Funtepe. O Funtepe está sendo reformulado, porque, na reforma do Estado, equivocadamente, foi extinto e, agora, conseguimos recuperar. Contudo, o Funtepe tem um papel muito forte; já teve convênio com o Incra, que espero que se restabeleça, João. Acho que o Incra e o Funtepe têm que estar bastante juntos, como estamos na Secretaria, mas, neste caso, é uma relação mais institucional e pessoal entre nós, institucional entre o Incra e o Governo Federal e a Secretaria de Produção Rural; e ele tem atribuição realmente de regularizar título de posse de terra, trabalhando hoje, exclusivamente, no crédito fundiário. Hoje, o Funtepe é quem faz toda essa avaliação para que os imóveis sejam adquiridos.

Estava conversando com a coordenadora do Renascer. Hoje já temos 167 assentamentos do Crédito Fundiário no Estado, e a meta para este ano é muito ambiciosa: são 150 propriedades e, basicamente, 2.300 famílias. Mas o difícil é realmente o aumento excessivo da propriedade. Por exemplo, se fazemos 50 avaliações, conseguimos comprar cinco propriedades. O processo é lento e, com certeza, não vamos cumprir a meta de assentar 2.300 famílias pelo Crédito Fundiário.

Quanto à atribuição mais organizativa dos assentos, estamos estruturando o Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (Funtepe), com regionais no

Estado. Gostaríamos muito que fosse restabelecida a parceria entre o Funtepe e o Incra.

Deputado, a estrutura da Secretaria para a reforma agrária é uma coisa interessante. Somos da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária, mas a parte da questão fundiária, fora o fundo de terra, está na Secretaria do Desenvolvimento Social, antiga Secretaria do Planejamento.

Vimos trabalhando e acompanhando essa questão juntamente com o Secretário José Arlindo e com a Coordenadora Brenda, e estamos dispostos, junto à Secretaria, dentro da linha de pressão como falamos, agora em abril, a estudar a possibilidade de contratar pessoas porque sabemos da dificuldade do Incra de cumprir sua meta da estruturação. Se o Incra e o Governo Federal sofrem as limitações de contratação de pessoal, nós também as temos, mas estamos dispostos a tentar. Já marquei uma conversa com o Sr. João na sexta-feira pela manhã – e tenho conversado bastante com o Ministro Miguel Rosseto – para vermos o que realmente é possível fazer para que a meta de assentar 8.800 famílias em Pernambuco possa ser cumprida.

Temos discutido muito a questão do IPA, que tem uma experiência de 68 anos de pesquisa no Estado. É a empresa estadual, fora o IAC, de Campinas, que tem a maior tradição e longevidade. Temos conversado muito com o Presidente do IPA no sentido que não podemos ficar com tecnologias em gavetas. Entendemos que as tecnologias devem chegar ao produtor, e estamos fazendo isso junto ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata) que apresentarei aqui.

Sr. Presidente, a discussão do Promata foi iniciada no Governo Joaquim Francisco, seguiu nos Governos do Dr. Miguel Arraes e chegou a ser viabilizado no atual Governo. Portanto, foi um processo longo de discussão. O programa tem um foco muito forte em infra-estrutura, principalmente nas áreas de saneamento básico, estradas e nas questões de saúde, educação e meio ambiente, além do desafio da diversificação agropecuária.

Estou em Pernambuco há 33 anos, e vimos discutindo diversificação. É muito difícil uma cultura alternativa da cana-de-açúcar. Por quê? É muito fácil, o mercado. Se se produz cana, há para quem vender. O que se vai fazer para diversificar a produção? Há alternativas na Zona da Mata que estão sendo discutidas junto ao Promata para serem ou não aprovadas. Um setor que já desponta em Pernambuco é a floricultura, assim como a produção de aguardente, um derivado da cana-de-açúcar, e a piscicultura.

Ontem recebi a visita de dois diretores da Netuno, que informaram que estão ampliando a capacidade e

que comprem toda a produção de peixes que venha a ser produzida. João, esse é um caminho forte para trabalharmos junto aos assentamentos na Mata por ser uma atividade econômica que tem mercado. O único limitante da cadeia produtiva era o mercado, mas a Netuno, a maior empresa exportadora de peixes e camarões do Brasil, se prontificou a comprar a produção. Como está forte em camarão, nos procurou para que o Estado tenha a capacidade de mobilizar uma atividade como a de criação de peixes na Zona da Mata.

Deputado, também temos discutido a questão da banana, produto muito importante na Mata Norte, principalmente no Sirigi. Estamos trazendo uma equipe da Embrapa da área de agregação de valor aos produtos porque é disso que estamos precisando. Temos produtos, mas não temos como agregar valor a eles. Assim, quem ganha normalmente é a indústria. É o caso do leite, em que o produtor fica com muito pouco ou com uma margem pequena de lucro. Nosso objetivo é organizar a atividade de produção e comercialização dos produtos.

Em relação à pergunta do nosso querido Presidente, Senador Alvaro Dias, esse é um processo que vimos acompanhar atentamente. Digo a V. Exª que hoje esse contingente de pessoas que partem para ocupação de terra, em torno de 80%, pelo menos, vem da periferia urbana. Se for feita uma reforma agrária com pessoas que não têm aptidão e que não são treinadas para aquela atividade, o processo se tornará bastante difícil. Isso é muito fácil de se comprovar. Num acampamento hoje, há 300 a 600 famílias. Quinze dias depois, não há 20 famílias. Elas vêm de onde? Vem da periferia o pessoal que vive numa situação de desemprego muito forte. O movimento vai lá e garante a ele uma cesta-básica. Se ele vive numa situação que não tem essa dificuldade de alimentação, dizem-lhe: "Você terá uma cesta-básica e R\$2 mil para uma instalação" – um crédito de instalação que só existirá se for instalado, se o acampamento for transformado em assentamento. É um processo difícil. Acompanhei e acompanho o trabalho de Chico Graziano. Essa dificuldade é grande. Tenho também acompanhado os trabalhos do Professor José Eli da Veiga sobre o que é urbano, o que é rural, que também é uma discussão muito complexa. Esse é um problema muito sério, porque a periferia urbana está cedendo muitas pessoas para o campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Este microfone está me boicotando desde o começo.

Sobre essa questão, para problematizar ainda mais, na exposição do Superintendente do Incra, S.

Sª relatou o problema causado pela desativação de uma série de usinas, com a decadência do Pró-álcool. Essas massas foram acabar na periferia. Pergunto: como esses desempregados que hoje estão nas periferias têm origem no próprio desemprego causado pela cana-de-açúcar, eles não seriam, portanto, também trabalhadores rurais?

O SR. GABRIEL ALVES MACIEL – Deputado, temos uma avaliação: 40% das pessoas que moram na periferia de qualquer cidade normalmente têm atividade na zona rural. Quarenta por cento com certeza têm. Mas hoje, além dessas pessoas que vêm do desemprego da cana, há pessoas também da periferia urbana que não têm experiência com essa atividade. Hoje há realmente uma mistura muito forte e um número relativamente significativo. Quarenta por cento, com certeza, no mínimo, de quem mora na periferia de cidades de médio e pequeno porte têm origem na atividade agrícola, na zona rural.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Apenas para complementar a preocupação do Deputado João Alfredo, é sempre importante nos lembrarmos de que essas unidades industriais, via de regra, não se restringem a apenas uma localidade. Grande parte das principais usinas e destilarias que encerraram as atividades ou estão em situação pré-falimentar têm suas terras, seus fundos agrícolas espalhados por diversos Municípios. A paralisação da atividade de uma dessas unidades, via de regra, tem provocado desemprego aos seus trabalhadores da indústria e aos trabalhadores dos engenhos que se espalham, muitas vezes, até em mais de uma dezena de municípios.

Amanhã, iremos ao Município de Barreiros. Certamente não passaríamos pela BR-101, que vai ao interior da Zona da Mata, mas poderíamos ir até o Município de Xexéu, último Município na fronteira com Alagoas, e lá ver uma longa extensão de aglomerados urbanos em situação precária, onde existem trabalhadores, famílias remanescentes de empresas que fecharam, por exemplo, num Município, e que perderam emprego em toda a região. O mais grave é que a paralisação das atividades também traz um grande e grave problema de pobreza dos Municípios. A economia pára de circular: a renda dos Municípios, o óleo diesel dos caminhões, a compra dos trabalhadores nas mercearias, a arrecadação do ICMS agregado do Município. É de uma dimensão extremamente grave. É importante que atentássemos para essa peculiaridade da Zona da Mata

no tocante à atividade econômica, ao empobrecimento e à expectativa de reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Já concluiu?

O SR. GABRIEL ALVES MACIEL – Senador, se houver mais algum questionamento, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Agradecemos a sua presença e a sua colaboração. Pedimos-lhe que transmita ao Governador Jarbas Vasconcelos nossoS agradecimentoS pela atenção que dedica aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. GABRIEL ALVES MACIEL – Darei com certeza, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado.

Convidamos para tomar assento à mesa o Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho, que é juiz da 7ª Vara Federal, especializada em desapropriação.

Então, Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho, inicialmente para sua exposição, e, seguindo, já o formato adotado para os trabalhos desta reunião, depois ouviremos as indagações dos três Parlamentares.

O SR. ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO – Eu gostaria de agradecer ao Senador Alvaro Dias o convite para participar deste encontro, saudar os ilustres integrantes desta Comissão e expor aqui o que tem sido feito na Justiça Federal, particularmente na 7ª Vara Federal de Pernambuco, desde agosto de 1999, quando vim a assumir sua titularidade.

É importante destacar que, com relação a essas ações de reintegração, existe a atuação dos juizes de Direito, na medida em que envolve interesses particulares dos proprietários e dos ocupantes. A participação da Justiça Federal existe na medida em que há a intervenção do Incra através do próprio processo administrativo de avaliação do imóvel e, posteriormente, através das próprias ações de desapropriação.

Em Pernambuco temos uma Vara Federal em Petrolina e as demais sediadas em Recife, sendo a Sétima privativa dessas ações de desapropriações, além de outras ações de natureza cível. Contamos, no âmbito dessa área de jurisdição, 127 desapropriações em andamento, isso resulta numa quantidade maior de propriedades porque algumas desapropriações se referem a grupos de imóveis rurais, além de uma série de demandas conexas a essas desapropriações: ações, por exemplo, de retificação de classificação fundiária, ações cautelares de produção antecipada de prova, de suspensão de imissão na posse, suspensão de processo administrativo, de vistoria. Enfim, esse número de 127 se multiplica também em função dessas

ações conexas. Dispomos de uma servidora que cuida especificamente dessas demandas, além de toda a estrutura restante da 7ª Vara Federal.

Nessa experiência de 1999 para cá, nós temos procurado sempre debater com o Incra, principalmente através do Procurador-Chefe, Dr. João Luís, sobre uma série de pontos que entendemos importantes para o aprimoramento deste nosso trabalho. É importante lembrar que nossa preocupação na Vara Federal está em contemplar todos os interesses envolvidos. Então, temos que nos preocupar com os credores, com os proprietários, além, é claro, dos beneficiários desses assentamentos.

Um primeiro ponto que achamos relevante é a necessidade de o Incra aprimorar o planejamento de suas ações, evitando exatamente que continue a desenvolver suas atividades somente mediante pressão desses movimentos sociais. Então, seria importante que essas ações fossem concatenadas de um modo planejado, exatamente tendo em vista, como já foi destacado aqui, a própria viabilidade econômica desses assentamentos. Por outro lado, esse aprimoramento também deve ser observado com relação à vistoria. Uma vistoria tecnicamente bem elaborada vai, sem sombra de dúvida, facilitar bastante a realização da perícia por ocasião do momento próprio na ação judicial e, evidentemente, vai proporcionar uma diminuição do tempo na demora na tramitação dessas demandas. Vemos com frequência certas dúvidas que se identificam por ocasião da perícia que poderiam ser melhor solucionadas se houvesse um cuidado com essas vistorias implementadas, inclusive com uma capacitação técnica dos profissionais do Incra ainda maior, exatamente para que essa peça contribuísse ainda mais para a adequada avaliação daquele imóvel.

Um ponto que destacamos é que as chamadas inspeções judiciais, que são aquele tipo de produção de prova onde o próprio juiz, juntamente com os procuradores, com as partes, com o perito, se desloca para os imóveis, têm-se revelado bastante importantes para o esclarecimento da situação fática. E aqui eu destacaria a situação dos engenhos da usina Aliança, onde tivemos oportunidade de verificar *in locu* a sua situação, o que resultou, inclusive, no julgamento de uma ação que os proprietários ajuizaram para evitar essa desapropriação e que foi julgada improcedente exatamente porque, através dessa inspeção, foi constatado que o argumento invocado de que a baixa produtividade era decorrente do *El Niño* não se confirmava, na medida em que ele atingiu da mesma forma todos os imóveis na região e estes imóveis estavam efetivamente produzindo. Esse é um ponto importante. Acho que deve ser cada vez mais incentivado esse tipo de prova.

Uma outra preocupação que tínhamos é com os honorários periciais. Na sistemática processual brasileira, esses honorários são antecipados pelo autor e, quando a ação é julgada, são suportados pela parte vencida. No caso aqui da desapropriação, o Incra é autor e, portanto, cabe a ele antecipar esses honorários. Verificamos que sistematicamente, quando esses honorários são arbitrados, existe recurso por parte do Incra, o que, claro, paralisa o processo até que se resolva a respeito desse aspecto dos honorários.

É bom destacar que o que chamamos de honorários envolve tanto o pagamento do trabalho do perito como as despesas com a realização da perícia que, como os senhores sabem, são despesas elevadas que implicam um deslocamento, um levantamento de uma série de dados técnicos que têm um custo considerável. E muitas vezes existe esse recurso sistemático que inviabiliza essa maior agilização da realização da perícia e, conseqüentemente, do julgamento da desapropriação. Era importante que tivéssemos dados, elementos que permitissem definir da melhor forma possível como arbitrar esses honorários para que tenhamos um trabalho idôneo, tecnicamente adequado e que, portanto, toda a sociedade seja beneficiada com uma análise isenta e, sob o ponto de vista técnico, não merecedora de qualquer reparo.

Um ponto importante é que a preocupação que norteia a ação de desapropriação é a da indenização justa. Que não se tenha uma indenização excessiva nem uma indenização insuficiente. Neste ponto, vale destacar que, ao contrário do que os leigos possam imaginar, verificamos com uma certa frequência a fixação de indenização inferior ao que o próprio Incra tinha identificado na vistoria. Não é uma regra geral absoluta de que o valor fixado na sentença será superior ao que o Incra arbitrou. É claro que isso às vezes varia de acordo com a terra nua, com a benfeitoria. Às vezes as benfeitorias são avaliadas por um valor maior, às vezes a terra está nua, isso dependendo do caso específico.

Outro ponto importante e que gera uma complexidade maior nas ações de desapropriação diz respeito aos credores, à situação de todos os interessados que estão envolvidos naquela demanda. E eu lembraria, em primeiro lugar, os credores trabalhistas, já que eles têm a preferência, conforme a nossa legislação. Acho que seria importante haver um diálogo maior com a própria Justiça do Trabalho com relação a esses credores trabalhistas no sentido de haver um controle maior dessas demandas. Inclusive, por exemplo, em Aliança, na Justiça do Trabalho, houve várias adjudicações em pagamento de débitos trabalhistas que, somadas às áreas que foram adjudicadas, alcançavam uma área

superior à do próprio imóvel que estava sendo objeto daquela adjudicação. Portanto, deve haver um maior controle com relação a isso, também para evitar demandas trabalhistas de natureza simulada, que tenham por objetivo evitar que os demais credores tenham acesso àquela importância que está sendo depositada naquela desapropriação.

Ocorreu um caso aqui – não recorro qual foi a propriedade – que foi encaminhado ao Ministério Público Federal para essa apuração. Era um valor elevado, e existiam indícios de que haveria uma simulação. Conseqüentemente, não houve liberação alguma em favor daquele suposto credor. Esse é um ponto que realmente deve causar preocupação.

Também comungo da preocupação com relação aos chamados créditos fiscais, que foram inclusive destacados pelo Deputado Paulo Rubem Santiago aqui e em outra ocasião, em uma audiência pública. Apesar de a legislação não prever isso, na 7ª Vara adotamos a prática de, quando a ação é ajuizada e há imissão na posse, cientificarmos a Justiça do Trabalho e a Justiça do Estado naquela comarca do imóvel, para que indiquem se há algum eventual credor daquele proprietário, e qualquer liberação só é efetuada mediante a apresentação de certidões a respeito de todos os tributos de natureza federal, estadual ou municipal. Nesse caso, serão abrangidos evidentemente os próprios tributos referentes à Previdência Social.

Identificamos, numa ação de desapropriação, conflitos de interesses os mais variados. Não nos cabe pensar tão-somente naquela fase inicial, em que há imissão na posse e, aparentemente, se soluciona o conflito. Por quê? Identificamos, principalmente na Zona da Mata, a situação dos arrendatários que devem ser indenizados com as benfeitorias que lhes cabem. Há preocupação também com os ex-empregados, a que já nos referimos, e com os posseiros.

Outro ponto que reputo importante destacar é que não identificamos – pelo menos até agora não houve qualquer identificação no âmbito da Justiça Federal de Pernambuco – superindenização alguma. Os valores têm sido fixados conforme patamares tidos como razoáveis. E registramos a importância que representou a modificação da legislação para fixar, como teto da indenização, o valor de mercado. A partir da identificação do valor de mercado, basta identificar o valor da terra nua e o valor das benfeitorias em razão desse valor de mercado.

Um ponto também relevante com relação à indenização diz respeito a um método de avaliação desenvolvido no Rio Grande do Sul e que, conforme contatos que já tivemos com o Incra, seria importante que fosse devidamente repassado a todos os profissionais do In-

cra, para que estivessem capacitados a utilizar essa metodologia, que vem sendo entendida pelo Ministério Público como a mais adequada e a mais consentânea com a necessidade de uma indenização justa.

Outro ponto fundamental é buscarmos outras formas de obter esses imóveis e não somente por meio das desapropriações, já que elas têm, como já visto, um custo bastante considerável. Nesse ponto, atuei também como juiz da Vara Federal de Petrolina, onde identificamos um número expressivo de desapropriações, daquelas chamadas “confisco de terras”, onde foi encontrado o cultivo da maconha e não há desembolso de qualquer valor. Existe a mera incorporação daquele bem ao patrimônio público com destinação à reforma agrária.

Também identificamos lá uma quantidade grande de execuções fiscais, decorrentes do chamado “Escândalo da Mandioca”, em que houve também diversas adjudicações de imóveis, que foram igualmente destinados ao Incra para a realização da reforma agrária.

Portanto, considero bastante importante buscar estes caminhos, inclusive, conforme foi destacado aqui, mediante parcerias com a própria Procuradoria da Fazenda Nacional, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e as autarquias que tenham eventuais devedores que possam ser utilizados para fins de reforma agrária.

Eram esses os pontos que gostaria de esclarecer exposição. Estou à disposição dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho, Juiz da 7ª Vara.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo. Antes, porém, agradeço a presença do Deputado Estadual de Pernambuco Antonio Moraes, que nos honra com sua presença.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Antes de fazer os questionamentos, parabenizo V. Ex^a, Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho, pela sua exposição, ainda que sintética. Talvez pelo fato de eu ser da área - sou advogado e militei como advogado de trabalhadores rurais -, considero-a muito importante porque trouxe muitas contribuições para aquilo que pode ser entrave ao próprio processamento da reforma agrária no Brasil, ou seja, no que tange ao aspecto judicial.

Vou procurar abstrair um pouco mais do conhecimento e da prática de V. Ex^a, mas queria fazer, na verdade, apenas uma solicitação. Seria interessante se V. Ex^a pudesse remeter à CPMI da Terra essas observações, inclusive do ponto de vista das críticas e sugestões que faz ao próprio processamento administrativo por parte do Incra, que, de alguma forma, atravança esse processo.

Parabenizo V. Ex^a também pela realização de inspeções judiciais. Quando militei como advogado, a minha maior dificuldade foi o fato de que os juízes não queriam deslocar-se para conhecerem os conflitos no local. Tinham aquela visão antiga de que o que não está nos autos não está no mundo, e não queriam trazer para os autos o mundo. Então, só vale o papel, de uma parte ou de outra. Considero fundamental a compreensão de que, na questão agrária, os juízes têm que ir ao local do conflito, para poderem formar melhor o seu juízo de valor.

Vamos às perguntas.

Quais são, Dr. Élio, as principais falhas que V. Ex^a tem observado nos processos de vistoria por parte do Incra? Se V. Ex^a puder responder agora pelo menos uma parte, esteja à vontade para fazê-lo. Senão, seria importante que pesquisasse e remetesse o resultado, porque poderíamos levar ao Incra nacional esta listagem, porque a CPMI vai apresentar estas sugestões.

Como tem sido resolvida a questão dos honorários periciais que têm que ser suportados pelo Incra? Como se poderia solucionar tal conflito? Então, o perito estipula, o Incra – vamos dizer - contesta aquele preço. Como é essa relação entre o que o perito estipula, o que o Incra considera justo para, inclusive, poder saber quem é que medeia esta situação, se é o CREA ou outro órgão.

Considero importante que nós, da CPMI, conhecêssemos a metodologia que é usada no Rio Grande do Sul, à qual V. Ex^a se referiu, e o que significou para o processo de reforma agrária o confisco de terras para cultivo de maconha e as adjudicações no processo do Escândalo da Mandioca. Percentualmente é significativo? Nessas áreas tem havido, digamos, um processo importante de reforma agrária, ou isso é, digamos, marginal, do ponto de vista da demanda e da própria oferta de áreas para reforma agrária?

Eram esses os questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dr. Élio Wanderley, no decorrer de sua explanação, eu me lembrei de algumas perguntas que poderiam muito bem caber aos demais. Mas como estamos em uma mesa e ouvimos um de cada vez, farei essas indagações a V. Ex^a e, mais tarde, talvez nos corredores, gostaria de ouvir os demais.

Tenho três perguntas. A primeira é que tudo que ouvimos aqui, e que já ouvimos em outros momentos, é que a reforma agrária no Brasil tem sido um insucesso, um fracasso. Existem oásis de sucessos. O resultado geralmente é de dificuldades. Por quê? Pergunto mais

no caso de Pernambuco, se há 12 mil assentados e 25 mil na expectativa de serem assentados? O campo continua sofrendo uma procura tão violenta, tão grande, por terra?

A segunda é se V. Ex^a considera a legislação agrária brasileira, no que diz respeito mais diretamente à desapropriação, satisfatória. Se sim, gostaria de ouvir uma explicação sobre isso. Se considera insatisfatória, se tem alguma sugestão para a sua melhoria.

E a terceira pergunta, que esqueci de fazer aos demais, mas queria fazer a V. Ex^a – e posteriormente queria ouvir os demais –, é se no Estado de Pernambuco há terra já comprovada ou com forte suspeita de envolvimento com narcotráfico, trabalho escravo ou crime contra o Erário. Se existe, os nomes dessas áreas, se tem idéia do tamanho delas e por que não estão ainda no debate para a viabilidade de transformá-las em assentamento, que é uma das coisas que hoje se conversa muito, a partir do assassinato dos três funcionários do Ministério do Trabalho em Minas Gerais.

Eram as três perguntas que gostaria de fazer.

Bem, no que diz respeito às terras, quais, quantas e o que está sendo feito para a desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)
– Dr. Élio Wanderlei, inicialmente, gostaria de expressar nossa satisfação em tê-lo aqui. Temos acompanhado, em pareceria com os movimentos e com o Incra, todas as demandas que chegam à 7ª Vara Federal. Temos acompanhado a sua postura e temos reconhecido uma posição de muita preocupação para com os conflitos, evidentemente na posição de Magistrado, com bastante equilíbrio, mas preocupações que sintonizam a ação do magistrado com a nossa realidade.

Gostaria, em primeiro lugar, de solicitar, se possível, se V. Ex^a, na condição de magistrado e de cidadão, faria alguma observação sobre o que o Texto Constitucional dispõe sobre a função social da propriedade. Se evidentemente a norma constitucional hoje é suficiente para que haja uma ação fundiária eficaz, produtiva, justa; se os parâmetros da produtividade, da renda, da geração de emprego devem também ser associados a outros parâmetros, especialmente no tocante aos compromissos fiscais e previdenciários, ou se, com a norma vigente, é possível ao Poder Judiciário, ao magistrado, expressar suas opiniões e decidir nos processos apenas com o que nos dispõe a Constituição Federal no tocante à função social da propriedade.

Em segundo lugar, sua opinião sobre a constituição das chamadas forças-tarefa, que ocorrem em várias unidades da Federação, nas quais estão se

reunindo órgãos federais, como a Receita Federal, o Banco Central, o Banco do Brasil, especialmente pela alta inadimplência de boa parte das empresas rurais em relação ao Imposto de Renda, ao ITR, aos créditos trabalhistas, às contribuições dos Fundos de Garantia do Tempo de Serviço e notadamente no campo da Previdência Social.

Temos uma idéia de que em Pernambuco, acessando hoje o *site* da Previdência Social, temos 14 empresas rurais do setor sucroalcooleiro que acumulam uma dívida de R\$460 milhões para com a Previdência Social.

Estamos com uma forte expectativa do retorno à Câmara dos Deputados do projeto da Lei de Falências. Em particular, meu caro Senador Alvaro Dias, tenho algumas preocupações com algumas alterações que o Senado da República está propondo democraticamente, mas eu gostaria de ouvir também do Dr. Élio, embora talvez V. Ex^a não tenha tido oportunidade ou já tenha também exercido a função de magistrado nessa área de falência, mas seu conhecimento e sua vivência para nós são bastante importantes. V. Ex^a, como magistrado, como observador no Poder Judiciário, que sugestões faria ou que críticas sinceras teria à ação do Poder Executivo no tocante à tomada de providências. Às vezes é muito difícil entendermos por que tantos e tantos passivos se acumulam sem que os credores tomem iniciativas prontas, rápidas, para que não cheguemos a situações que muitos de nós conhecemos. Num determinado momento, descobre-se que os passivos dessa ou daquela empresa rural são cinco, oito, dez, quinze vezes superiores ao seu patrimônio. E cria-se um gargalo, não há como encontrar, nem com a benção divina, uma forma de responder à recuperação daquela atividade.

Portanto, são essas as ponderações e a solicitação de colaboração de V. Ex^a para a solução desses problemas.

O SR. ÉLIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO

– Em primeiro lugar, prontifico-me a repassar à Comissão as observações que fiz com maior detalhamento e com alguns dados técnicos mais precisos a respeito dos vários itens abordados.

Com relação ao processo de vistoria, penso que é fundamental procurar pautar essas vistorias no que já se definiu como relevante pela própria jurisprudência e o que tem sendo identificado nas próprias perícias judiciais efetuadas num momento posterior.

O ponto principal, com relação a essa questão da vistoria, tem sido o fator tempo, porque muitas vezes essa vistoria é realizada num momento bem anterior ao próprio ajuizamento da desapropriação e principalmente com relação à própria realização da perícia,

e fica difícil o perito analisar o que realmente existia de concreto naquele imóvel principalmente com relação às benfeitorias, já que muitas delas já não mais existem por ocasião da sua perícia. Então, ele fica basicamente vinculado, atrelado àqueles dados que constam da vistoria.

Com relação aos honorários periciais, realmente temos buscado fazer uma espécie de licitação entre peritos, procurando ver justamente as várias propostas que os peritos têm e, claro, vendo propostas dentro do factível, já que se o valor for extremamente insignificante, sabemos que ele não vai realizar o trabalho conforme desejado. Então, estamos procurando ver mais de uma opção de propostas de honorários, para que haja essa flexibilidade maior para o Incra.

Com relação a essa questão de existência de uma tabela ou algo parecido junto ao CREA, isso é extremamente difícil, já que os imóveis têm características bastante variadas. Então, por mais que tentemos identificar dados objetivos para aferir esses honorários, realmente ainda não conseguimos isso até o momento, mas é algo que pode ser pensado, discutido para se chegar a um ponto de consenso.

Com relação a essa metodologia do Rio Grande do Sul, o Procurador-Chefe do Incra aqui já externou a preocupação do órgão em passar a adotar essa metodologia, já que o Ministério Público sempre que vem se pronunciando nessas desapropriações tem solicitado a identificação do valor de indenização em função dessa metodologia. Tanto os peritos como os técnicos do Incra, grande parte deles, ainda não estão capacitados a empregá-la. Então, seria importante que a própria instituição buscasse essa parceria.

Com relação às desapropriações por plantio de maconha e as adjudicações de terras referentes ao Escândalo da Mandioca, não disponho de dados mais precisos, mas o Incra de Petrolina poderá apresentá-los. Contudo, na minha época, tramitava em torno de 25 ações de confisco de terra por plantio de maconha, isso até 99. De lá para cá já deve ter aumentado substancialmente, já que tinha todo o processo administrativo antes do ajuizamento. Não disponho de dados referentes às ações sobre o Escândalo da Mandioca.

O ponto que creio ser mais difícil com relação a esse tipo de incorporação de terras se refere à própria viabilidade econômica, porque algumas vezes esses imóveis não apresentam uma maior viabilidade e são imóveis de pequeno tamanho, não comportando uma quantidade grande de assentados.

Com relação às indagações do Senador Sibá Machado sobre a identificação desses conflitos, tenho a dizer que eles existem em função do próprio contexto socioeconômico por que passa nosso Estado, especial-

mente a nossa Zona da Mata, conforme já foi exposto anteriormente. Mas é fundamental que as instituições procurem, de modo sistemático, conjunto, alternativas para prevenir esses conflitos. Essa agilização da reforma agrária, antes mesmo que essas pressões venham a acontecer, é fundamental para que ela tenha sucesso, para evitar toda essa situação de conflito – e sempre com a preocupação da viabilidade econômica.

Então, não basta se contentar com a ação de desapropriação, com a imissão na posse, com o assentamento; é bastante salutar essa mudança de foco para se investir na qualidade do assentamento, exatamente para que o próprio sistema se autofinancie e que se evite que aqueles assentados venham a promover novas ocupações e, conseqüentemente acirrar ainda mais os ânimos entre os agente envolvidos.

Com relação à legislação, penso que esse ponto que já abordei, qual seja, o da prévia cientificação das Justiças do Estado e do Trabalho com relação à tramitação das demandas era importante já no início da ação. A exigência das certidões referentes a todos os tributos e não apenas aos tributos incidentes sobre o imóvel, no caso o ITR, como é atualmente; e procurar, na medida do possível, evitar a duplicidade dos processos, porque hoje temos todo o processo administrativo, depois todo o processo judicial, e tudo isso com o fator tempo que somente contribui para acirrar ainda mais os conflitos. Então, se houvesse a possibilidade de se enxugar esse encaminhamento, seria bastante importante. Por exemplo, quanto a essa cautelar de produção antecipada de provas, estamos verificando algumas utilizações, em que, ainda no curso do processo administrativo, é pedida pelo proprietário, levando à Justiça a discussão sobre a própria questão da produtividade, evitando todos os embaraços que surgem em face da existência dessas duas etapas.

Com relação ao trabalho escravo e das terras em que se constatou esse tipo de trabalho e de proprietários que praticaram atos atentatórios ao Erário público, realmente, não dispomos de maiores informações, de maiores dados a respeito, até em função dessa falta de comunicação entre os vários órgãos envolvidos, conforme já foi destacado.

Com relação ao narcotráfico, especialmente no que diz respeito ao plantio de maconha, existiam, até 1999, esse dados. Todavia, de lá para cá, já houve um incremento, e o Incra pode dispor desses dados.

Com relação às observações do Deputado Paulo Rubem Santiago, penso que, a rigor, não seria necessário explicitar, além da necessidade de que o imóvel tenha uma produtividade adequada e de que gere renda e emprego, a necessidade da observância dos compromissos fiscais e previdenciários no âmbito constitu-

cional. Na medida em que se exige que a propriedade tenha uma função social, é claro que essa função social implica uma contribuição efetiva dessa propriedade e do seu empreendedor na formação dos recursos que vão viabilizar que o Estado desempenhe essa função social. Então, penso que não se pode excluir de uma função social da propriedade o cumprimento desses compromissos, podendo, é claro, a legislação, para evitar qualquer dúvida e qualquer questionamento posterior, detalhar aspectos que vão denotar essa função social com relação a esse campo.

Com relação a essas forças-tarefa desenvolvidas pela Receita Federal, pelo Banco Central, pelo Banco do Brasil, penso que são relevantes. Destaco também que a legislação brasileira tem avançado, principalmente com os instrumentos que vêm surgindo com relação à quebra dos sigilos bancário e fiscal e com relação à lavagem de dinheiro. Temos identificado avanços.

Mais uma vez, embora não queira ficar repetitivo, penso que o que tem dificultado é exatamente o fator tempo. O fator tempo sempre tem contribuído exatamente para o aumento dessa inadimplência, como foi destacado aqui, permitindo que, quando essas dívidas sejam detectadas e essas pessoas venham a ser executadas, as dívidas já alcancem valores praticamente impagáveis. Para não se dizer que, em muitas situações, há o próprio desaparecimento daquele devedor e dos próprios bens que vêm a serem dilapidados. Com isso, o Fisco não tem como obter o pagamento daquele débito.

Com relação à legislação referente a falências, de fato, não tenho trabalhado com a mesma. Por isso, não tenho maiores informações e não tenho como alegar nada a respeito disso.

Com relação à atuação do Poder Executivo, acredito que existem, de fato, todas essas dificuldades a que nos referimos em lidar com toda a pressão por uma solução rápida e imediata, diante de restrições de recursos, de número de servidores e de qualificação de servidores. Isso inviabiliza que sejam alcançadas as metas desejadas. Entretanto, existe uma intenção de atingir essas metas. Penso que o caminho para atingi-las é o da cooperação entre os vários entes envolvidos. Então, nesse ponto, é importante trazer a universidade, os outros entes públicos, os Estados, os Municípios, o Poder Judiciário, as Organizações Não Governamentais, as entidades associativas, enfim, toda a sociedade, para que se obtenha o maior êxito com relação à implementação da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação do Dr. Élio Wanderlei de Siqueira Filho. É certamente uma contribuição importante.

Registramos a presença de Eduardo Garcia, Diretor da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra. Agradecemos a sua presença.

Vamos passar ao próximo convidado, Dr. Jorge Péres, Delegado do Trabalho. (Pausa.)

O SR. EDUARDO GARCIA - (*Intervenção fora do microfone.*) (...) em defesa do servidor público, pela correção das distorções, a reestruturação da Casa, o reaparelhamento da Casa e até a recomposição da força de trabalho. O Incra hoje conta com 5.200 servidores no Brasil todo, e nesse Incra, 40% está prestes a se aposentar.

Então, não é essa reforma agrária que os servidores do Incra querem fazer. É a reforma agrária justa e digna para os trabalhadores no campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Registramos o seu apelo como representante dos servidores do Incra. Agradecemos à presença de todos.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Pedro Perez, Delegado do Trabalho.

O SR. JORGE PEDRO PEREZ – Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a questão da Terra, Senador Sibá Machado; Deputado João Alfredo; Deputado Paulo Rubem, em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite e pela oportunidade de colaborar com este importante trabalho desta Comissão Parlamentar. Acreditamos todos nós que se trata de um tema de fundamental importância para a Nação.

Nós, do Ministério do Trabalho, não temos uma atuação na questão fundiária propriamente dita; temos a nossa atuação voltada para a fiscalização das relações de trabalho, a mediação das negociações nas relações de trabalho, além de outras questões, no sentido de procurar desenvolver a melhoria das condições de trabalho e produção, o que não quer dizer evidentemente que não tenhamos atuação que não envolva diretamente a questão da terra.

Se trabalharmos com o conceito da função social da propriedade, na questão da terra, o tema mais relevante e que até está em debate na sociedade com a ação do Governo através do Ministério do Trabalho e outros órgãos, diz respeito a nossa fiscalização nas ocorrências de trabalho escravo.

Nessa questão, o Ministério do Trabalho tem atuado com força, junto com o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e outros órgãos, por determinação do Governo Federal, do Presidente Lula.

Felizmente, aqui em Pernambuco não temos tido denúncias de ocorrência de trabalho escravo no campo. Digo felizmente porque ninguém gostaria de ter esse tipo de ocorrência. E posso dizer que isso não é propriamente falta de informação. Até pela característica

do movimento social aqui em Pernambuco – e já foi dito aqui sobre o papel da Comissão Pastoral da Terra, o papel atuante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e seus sindicatos, dos movimentos sociais pela reforma agrária, que são bastante organizados, evidentemente temos um movimento social bastante ativo, que teria condições de estar nos trazendo informações sobre a ocorrência de trabalho escravo em nosso Estado.

Esse dado, felizmente, não temos aqui. O que não quer dizer que eventualmente não tenha ocorrido ou não venha a ocorrer. Mas não é a nossa situação aqui no Estado.

Isso não quer dizer, por outro lado, que as relações de trabalho no campo sejam totalmente tranqüilas. Se não temos essa ocorrência grave, temos outras situações graves. No nosso entender, se queremos discutir a função social da propriedade da terra, ela não pode ser somente a função social de ter produtividade; o interesse do produtor, do proprietário em auferir os lucros da sua atividade. Mas, quanto à função social, na produção, têm de estar evidentemente verificadas as condições em que essa produção se realiza e, evidentemente, as condições das relações de trabalho assalariado, em que nós atuamos.

Aqui em Pernambuco, no campo, o trabalho assalariado se concentra na Zona da Mata, no setor sucroalcooleiro, que, como já foi dito, é um setor em crise. Trata-se de um setor que já empregou 250 mil trabalhadores e que, hoje, não chega perto dos 100 mil. Evidentemente, essa situação de crise, de desemprego nesse setor gera problemas na relação capital trabalho e, no meu modo de entender, explica o crescimento e a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura na questão da reforma agrária. Esta é, justamente, a resposta que esse setor, por não ter mais acesso ao trabalho de forma assalariada, busca alternativas, com a reforma agrária.

Se temos esse setor em crise, o setor sucroalcooleiro, com a diminuição do número de trabalhadores, temos outro setor importante, o de fruticultura no Vale do São Francisco, que é um setor em ascensão e que faz com que tenhamos uma atuação importante nos termos de fiscalização do trabalho, da mediação. Em termos de trabalho assalariado, a atividade no Estado se concentra nesses dois setores, além de um pouco na avicultura. A produção, o trabalho, está mais no âmbito familiar.

Identificamos alguns problemas. Em primeiro lugar, temos um papel muito importante na mediação das negociações. É tradição – e aqui foi lembrado – no setor sucroalcooleiro, João Farias nos lembrou, a retomada do movimento sindical, sob o ponto de vista reivindi-

catório, de organização, no Brasil, começou pelo ABC. A história não conta muito bem. Precisamos repeti-la. Aqui, no Nordeste, começou exatamente com os trabalhadores da cana, em 79, com a primeira greve. De lá para cá, temos tido uma atuação muito forte. Somos constantemente procurados para mediar essa relação nas negociações salariais. No setor da fruticultura, a mesma coisa ocorre. Apesar de não ser obrigatório haver mediação por parte do Ministério do Trabalho e da DRT, somos muito procurados, constantemente, pelos trabalhadores e pelas empresas, pelos empresários do setor da fruticultura, para que, também, possamos contribuir com a mediação, com a construção dos acordos e das convenções coletivas de trabalho.

Qual é a realidade que podemos detectar nesses dois setores, principalmente, no que diz respeito à relação capital/trabalho? No setor sucroalcooleiro – e é claro que está muito ligado à crise por que passa –, temos uma situação que eu diria muito crítica para as relações capital e trabalho. É o setor onde identificamos e atuamos, com maior força, a questão de trabalho sem registro. Ou seja, trabalhadores que são empregados, mas que não têm a carteira assinada. Em consequência, não têm seus direitos assegurados. O setor da cana-de-açúcar é onde isso mais ocorre. Como se não bastasse, apesar de ser um setor que tem uma tradição de negociação coletiva e até desenvolve e consegue estabelecer contratos de trabalho, que avançaram em muitos aspectos na contratação coletiva, infelizmente, na realidade, no dia-a-dia, aquilo que é estabelecido no contrato coletivo de trabalho não é praticado nas empresas. Somos muito acionados, por meio da nossa fiscalização, para que seja verificado o não cumprimento das cláusulas da convenção coletiva, além das questões de legislação trabalhista já está estabelecida.

Uma outra área onde atuamos muito forte é a fiscalização no que diz respeito à arrecadação do Fundo de Garantia. É o único tributo, a única arrecadação que é da nossa competência fiscalizar. Também nisso temos uma atuação forte e constante. Temos identificado muito a questão do não-recolhimento do Fundo de Garantia nesse setor.

Outras áreas importantes em que já atuamos e em que, felizmente, já avançamos bastante, diz respeito ao trabalho infantil. E, em parceria com o Ministério Público e outros órgãos, tivemos uma atuação muito importante e continuamos atuando. A incidência do trabalho infantil na Zona da Mata, no setor sucroalcooleiro, diminuiu bastante nos últimos anos graças a essa atuação articulada entre o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, o Governo do Estado e outros órgãos. E, a partir do Programa de Erradicação do

Trabalho Infantil – Peti, conseguimos ter um avanço significativo nessa área. Não quer dizer que não identificamos mais ocorrência de trabalho infantil, mas já diminuiu bastante.

No setor da fruticultura, que é um setor em ascensão, também temos avançado bastante no sentido da nossa fiscalização, apesar das dificuldades que temos, pelo número exíguo de fiscais que estão à disposição do Ministério do Trabalho, mas temos uma atuação constante no Vale do São Francisco. É um setor em ascensão, que tem contribuído muito para o emprego na região, mas onde também a dificuldade na relação capital/trabalho é bastante grande. Então, somos freqüentemente chamados a fazer a mediação nas negociações e a fazer a fiscalização do ponto de vista da relação do trabalho.

Identificamos também problemas da mesma ordem, como o não-cumprimento de determinados direitos da Legislação Trabalhista, não-recolhimento do Fundo de Garantia e, volto a dizer, não-cumprimento das convenções coletivas de trabalho.

Nesse aspecto, gostaria de chamar atenção para o fato de que isso não é uma realidade só do campo, mas, no campo, diria que isso é mais grave do que na cidade.

No que diz respeito ao trabalho assalariado, é preciso avançar. O Governo buscou apontar formas de avançar nessa relação quando criou o Fórum Nacional do Trabalho, procurando fortalecer as negociações coletivas e as representações sindicais de empregadores e de trabalhadores. Mas, de fato, essa realidade se agravou, no último período, pois as convenções coletivas, em alguns aspectos, avançaram na mesa de negociação, conseguiram-se pactuar cláusulas que beneficiavam o trabalho, mas que, na prática, não são respeitadas ou aplicadas em boa parte das empresas empregadoras.

Então isso faz com que possamos identificar, no campo, voltando à questão da função social da propriedade, na produção assalariada, muitos problemas, seja em função da crise do setor sucroalcooleiro, seja ainda em função da necessidade de se avançar na democratização da relação capital/trabalho, mesmo nos setores de crescimento econômico, de crescimento de produção, como é o da fruticultura no Vale do São Francisco.

Então resumindo, para não ser muito extenso, os problemas principais: trabalho escravo – não identificamos; trabalho infantil – apesar de ainda existir a relação mais formal de emprego, diminuiu muito em nosso Estado, graças a essa atuação a que já fiz referência;

E o que aparece muito é a questão do desemprego no setor sucroalcooleiro e do desrespeito à legislação trabalhista e às próprias convenções coletivas nos dois setores, seja no sucroalcooleiro, seja no setor da fruticultura.

Então, seriam esses os elementos que poderia levantar de imediato na situação aqui da relação capital/trabalho no campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado!

Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, teria apenas uma pergunta num tema que foi tratado muito rapidamente pelo Delegado Regional do Trabalho, Dr. Jorge Pedro Perez, que está ligado justamente à questão da função.

O art. 186 da nossa Constituição explicita que a função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidas em lei aos seguintes requisitos: aproveitamento racional adequado, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreçam o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Esses dois itens, o item III e o item IV, mais aquele do que este, ainda que o IV possa ser medido, está muito ligado a atuação da DRT e o que ela fiscaliza.

Há uma queixa – e isso temos observado em todos os locais, como a fala, mesmo que improvisada, do representante dos servidores do Incra coloca isso – da falta de pessoal do próprio órgão para realizar esse trabalho ligado a questão da reforma agrária.

Sei que o Governo está abrindo concurso, mas o desmantelamento que o serviço público, ao longo dos últimos anos, sofreu é tão grande que mesmo esses concursos não vão conseguir repor todas as necessidades do órgão relacionado a isso.

Interessante quando o Superintendente do Incra aqui falou dos diversos convênios que o Incra vem realizando para poder dá conta dessa situação. Quer dizer, temos o concurso; temos esses convênios, mas eu pergunto a DRT, em algum momento, nesse aspecto que está ligado à questão das relações de trabalho, tem prestado algum serviço ao Incra, tem havido algum convênio nessa área ou ela tem pelo menos repassado ao órgão as informações que ela tem sobre as áreas onde existe, mesmo que em menor monta, o trabalho infantil e onde existem essas irregularidades ligadas à falta de carteira assinada, não recolhimento do FGTS e não cumprimento das causas trabalhistas?

É só esta pergunta, Sr. Presidente, que tenho para o nosso convidado de agora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado deseja fazer alguma pergunta?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Antes de mais nada, Sr. Presidente, quero fazer uma observação: um dos dirigentes do sindicatos pediu a oportunidade de falar, e nós estamos aqui confabulando se não é o momento da tarde já que nós ouvimos o movimento social. O pessoal do sindicato dos servidores poderia estar incluído na agenda da tarde. Indago se V. Ex^a pode aceitar essa sugestão.

Dr. Jorge Pedro, a única pergunta é para saber se essa nova região do novo direcionamento da economia rural do Estado está acontecendo algum tipo de pressão, de conflito social pela propriedade da terra. Não estou falando do problema trabalhista; estou falando se nesta nova direção dessa economia, no Vale do São Francisco, tem surgido uma reivindicação e um a pressão do movimento social ou conflitos quanto à propriedades da terra. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Paulo Rubem, peço permissão para registrar a presença da Deputada Ceça Ribeiro, aqui do Estado de Pernambuco, Deputada Estadual.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Prezado Jorge Perez, Delegado Regional do Trabalho, eu teria duas questões: a primeira delas tem como referência um fato ocorrido no município de Aliança, onde vamos estar amanhã. De qualquer modo, era importante nós registrarmos esse fato até pela grande quantidade de empresas que deixaram de produzir, muitas delas sequer entraram em um processo formal de falência com a participação da Justiça, com a participação dos credores. Naquele Município, foi feita uma negociação onde créditos trabalhistas foram trocados por cessão de terras. Posteriormente, inclusive com a participação do Ministério Público do Trabalho, foi constatada uma gigantesca fraude na proposição dessa negociação entre os proprietários da empresa e os trabalhadores. E muitos desses casos, posteriormente, foram objeto de renegociação e reconcentração dessas propriedades, por meio da ação de uma empresa que também se revelou depois uma empresa fantasma.

A pergunta é se casos como esses têm sido encontrados pela DRT em outras unidades fabris aqui na Zona da Mata e, caso tenham sido encontrados, como a DRT tem se manifestado.

Por fim, em relação à questão das falências, uma das medidas que está em discussão no Congresso,

na alteração que se propõe no Senado, é o estabelecimento de um limite para o pagamento dos créditos trabalhistas e a mudança de posição na hierarquia dos créditos quando as empresas tenham adiantamento de contratos de câmbio ou tenham débitos com os bancos. Nas duas situações, esses créditos passariam a ter prioridade em relação aos créditos trabalhistas. Gostaria de saber a opinião do Delegado Regional do Trabalho quanto a essas duas questões, especialmente no tocante à situação de falência, já que, como eu disse antes, temos um grande contingente de empresas rurais que deixaram de produzir e arrendaram parte dos seus engenhos, das suas propriedades agrícolas, para outros pretensos proprietários. E, em um desses casos, nós inclusive tivemos que acompanhar os sindicatos rurais da Fetape, de madrugada, e encontramos viaturas da Polícia Militar dando respaldo a trabalho clandestino em um engenho que havia sido arrendado, se não me falha a memória, de propriedade da antiga Usina Frei Caneca. Esse é um fato grave, a menos de uma hora e meia da capital do Estado.

Gostaria de saber do Dr. Jorge se isso tem acontecido, ou seja, essa pulverização da propriedade, com o arrendamento para terceiros e em que isso tem implicado o uso do trabalho não registrado, o uso do trabalho clandestino.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Delegado.

O SR. JORGE PEDRO PEREZ – Sr. Presidente, primeiro gostaria de reafirmar a fala do Deputado João Alfredo. Realmente, há essa situação de falta de trabalhadores e servidores que possam dar conta da realidade. Nós vivemos, gostaria inclusive de tornar público o nosso caso, falo aqui em relação à falta de servidores que possam dar conta dessa realidade, da relação capital-trabalho aqui no Estado. Particularmente, aqui no Estado, já que estamos envolvendo a questão do campo, que obviamente está no interior, posso registrar que, quando assumi a Delegacia, em março do ano passado, identificamos, no período anterior, além do número insuficiente de servidores, de auditores fiscais do trabalho, que a grande maioria desses auditores que estavam lotados no interior foram deslocados para a capital, o que fragilizou e muito a nossa atuação naquela porção do Estado, particularmente na área rural.

Estamos tentando organizar o trabalho de fiscalização, levando os auditores fiscais aqui de Recife para o interior, o que evidentemente torna mais custosa a nossa atuação, em função de diárias, de deslocamentos, daí para a frente. No último concurso que foi realizado para auditores fiscais aqui no Estado, dos 150 que foram aprovados no Brasil todo, foram seis para

Pernambuco e desses seis nós lotamos cinco em Petrolina e um em Garanhuns, e estamos fazendo um esforço que tem tido algum sucesso de transferir servidores da capital de volta a nossas unidades no interior para fortalecer exatamente a ação da fiscalização, não só nas áreas urbanas do interior mas principalmente nas áreas rurais.

Esse esforço nós temos procurado fazer mas não é suficiente ainda para...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A pergunta é se existe alguma cooperação entre DRT e o Incra no levantamento dessas áreas ou no repasse dessas informações.

O SR. JORGE PEDRO PEREZ – Nessa questão de convênios com o Incra, ainda não temos estabelecido uma relação formal. Tivemos alguns contatos, algumas conversas com o Superintendente do Incra no sentido de buscarmos identificar elementos que pudessem, na nossa atuação, enquanto fiscalização, encontrando as irregularidades na relação de trabalho, utilizá-las como elementos para que o Incra possa identificar terras que pudessem ser avaliadas em função do desrespeito à relação de trabalho; elementos que possam contribuir para a convicção de que aquela propriedade não está tendo uma função social plena, conforme o Deputado fez referência no item constitucional.

Então, não temos essa relação formalizada, mas a preocupação está estabelecida, já tivemos algumas conversas e precisamos avançar nesta área.

Sem dúvida alguma, com a nossa atuação, apesar da nossa preocupação não ser a questão fundiária, poderemos repassar elementos para o Incra identificar situações que levariam a avaliar a função social da propriedade na terra. A preocupação há, mas não existia essa relação anterior e estamos levantando justamente as formas de trabalhar isso.

Conflito de propriedade em Petrolina. Como não trabalhamos a questão fundiária, formalmente não temos essa informação. Sei que existe um movimento forte dos trabalhadores sem terra na região do Vale do São Francisco, existe luta pela terra, mas o Ministério do Trabalho não atua nessa área e as informações não vêm diretamente a nós. Temos informações a partir da relação da nossa atuação enquanto fiscalizador da relação capital-trabalho, mas não somos o órgão ao qual é dirigido a questão desse tipo de conflito. O conflito que trabalhamos e que estamos informando é o conflito da relação capital-trabalho, relação assalariada, mas temos informações de que esse tipo de conflito se estabelece.

Na questão do setor sucroalcooleiro, levantada pelo Deputado Paulo Rubem, como fiscalizamos a relação capital-trabalho, direitos e deveres dos trabalha-

dores nesta relação, a nossa ação vai até onde essa relação capital-trabalho está estabelecida, ou seja, na questão dos créditos trabalhistas após o término da relação capital-trabalho deixa de ser da nossa esfera para ser da Justiça. A nossa esfera pode ser a da mediação de buscar chegar a um entendimento, a um acordo, de pagamento, no caso dos créditos não terem sido realizados.

Agora, evidentemente, esse tipo de fraude, como ocorrido em Aliança, conforme foi apontado, é fiscalizada no sentido do não-cumprimento dos direitos trabalhistas que estão previstos na legislação no momento da rescisão do contrato de trabalho. Então, se aquela rescisão do contrato de trabalho não for realizada nos moldes que está prevista na legislação ou algum acordo possível dentro da lei tenha regularizado a indenização, nós autuamos a empresa pelo não-cumprimento do ato da rescisão do contrato de trabalho.

Agora, o que temos visto de importante – e talvez pudéssemos fazer referência – no caso do setor sucroalcooleiro, a crise por que passa o setor e as falências das usinas, acho que podemos identificar um setor aqui, uma experiência muito importante que é a da Usina Catende. Talvez seja uma experiência, do ponto de vista da relação capital/trabalho, do ponto de vista do trabalho da terra, da função social da terra, das mais bem sucedidas, apesar de ainda não estar concluída.

A Usina Catende – não sei se alguém fez referência antes de mim aqui na minha ausência – é uma usina que está em processo falimentar; é uma massa falida administrada judicialmente. Um movimento social de trabalhadores assalariados, envolvendo cerca de 2.500 trabalhadores, que resistiram, que hoje ocupam as terras não do ponto de vista de uma reforma agrária realizada, mas que continuam trabalhando a terra seja na produção de cana-de-açúcar, seja na busca de alternativas de diversificação de culturas. Como foi dito pelo Deputado Paulo Rubem, a produção nesses lugares afeta diretamente a economia local. Então, é uma usina que afeta cinco municípios. E o fato de os trabalhadores terem resistido, terem provocado o processo de falência e hoje estarem organizados, ocupando e produzindo, apesar da administração judicial e em colaboração com a administração judicial, fez com que aquela região não tivesse o impacto que outras regiões tiveram não só para os trabalhadores envolvidos como também para toda a sociedade e para a economia da região. A Usina Catende, apesar da dificuldade, o fato de ser uma massa falida, de não ter crédito, continua produzindo. Tanto que podemos dizer, e acho que é uma expressão forte, o deserto verde na Zona da Mata, onde só se vê cana, cana, não se vê nada, não se vê

trabalhador, não se vêem os trabalhadores morando. Quando se vai à Usina Catende não se vê o deserto verde, vêem-se os trabalhadores morando, morando em melhor qualidade hoje, com habitações que, a partir do trabalho na Usina Catende, melhoraram bastante, apesar de não serem condições ideais de habitação, de moradia, mas que não só está permitindo que o processo falimentar lá possa se concluir com a posse da usina e de seus engenhos pelos trabalhadores, de forma coletiva, como também mantendo a produção, os empregos e renda para os trabalhadores, mantendo a economia local em um patamar não tão degradante como em outros lugares onde as diversas usinas que faliram, onde os trabalhadores não tiveram nem a indenização respeitada, nem o emprego ou trabalho mantido, e a economia local sofreu impacto bastante negativo.

Então, a Usina Catende é uma experiência importante, que talvez valesse a pena a Comissão conhecer e visitar. Mas nós do Ministério do Trabalho estamos tendo uma atuação muito forte, também como preocupação da geração de trabalho e renda, no sentido de o Governo contribuir com essa iniciativa dos trabalhadores da Usina Catende, mesmo em não se tratando de uma forma de reforma agrária, de partilhamento da terra, mas de trabalho coletivo dessas terras, com geração de trabalho e renda e desenvolvimento econômico da região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação do Delegado do Trabalho, Dr. Jorge Pedro Perez.

Vamos convidar o penúltimo expositor de hoje, Dr. Francisco Sales, Procurador de Justiça do Ministério Público de Pernambuco.

Solicitamos o comparecimento à mesa para sua exposição e para que possa ouvir, posteriormente, a indagação dos Parlamentares presentes.

O SR. FRANCISCO SALES ALBUQUERQUE – Bom dia. Gostaria de agradecer primeiramente o convite da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na pessoa do seu Presidente, Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, Senador Sibá Machado e do colega Paulo Rubem. Também registro a presença da Deputada Ceça, João Farias, do Incra, do Perez, Joba e Patrick, do MST, de alguns jornalistas que têm acompanhado essa questão há muito tempo e das senhoras e senhores presentes.

Eu diria, como disse ontem no Tribunal, repetindo Padre Vieira, que os sermões deveriam descontentar mais aos outros que a nós mesmos. Gostaria de dizer isso porque, nessa questão, pessoalmente, tenho uma interpretação desse fenômeno de maneira diversa. Acho que o modelo, da forma como está, está falido.

Temos uma institucionalidade para enfrentar a questão extremamente fraca, uma legislação insuficiente e, sobretudo, uma desarticulação de todos os órgãos que trabalham com a questão da reforma agrária e da política agrícola no Brasil.

O papel do Ministério Público na questão da reforma agrária é – diria – secundário porque o monopólio da questão está com a União. O modelo federal, advindo da Ditadura, concentrou na União toda a questão da reforma agrária. Tudo necessariamente da reforma agrária está com a União e ficam com os Estados e Municípios algumas dessas consequências. Para o Ministério Público restou tão-somente acompanhar as reintegrações de posse, o que é uma lástima e uma pena. Todos nós do Ministério Público do Brasil temos nos unido no sentido de não sermos apenas e tão-somente aqueles que vão acompanhar, para evitar violência, as reintegrações de posse concedidas liminarmente sempre, sempre sem a oitiva do Ministério Público, quando dessas ocupações dos trabalhadores sem terra.

Construímos uma institucionalidade, às vezes e à parte da legalidade expressa, interpretando os princípios da Constituição da República. Temos dois grandes direitos: o direito à propriedade, que é fundamental, e igualmente o direito social à moradia, que também constitucional, e o direito humano à alimentação, que tangencia toda essa questão. O direito à moradia e o direito à propriedade são fundamentais e, por vezes, contrapõem-se. Invade-se uma terra, e à justiça acaba protegendo o direito à propriedade, mas, ao mesmo tempo, cabe assegurar que a função social dessa propriedade seja efetiva e, igualmente, o direito à moradia e à alimentação daquelas pessoas, dos trabalhadores rurais. Cabe assegurar a proteção dos idosos, crianças e adolescentes que estão presentes naquela área. Muitas vezes, quando dessas desocupações, todas essas questões têm sido esquecidas ou tangenciadas. Em todas as falas que me antecederam, raramente, embora todos defendam os direitos humanos, vemos a questão da reforma agrária enfocada sob o prisma da dignidade e dos princípios da República, dos arts. 1º, dos Princípios Fundamentais, e 3º. São dois artigos da Constituição que, geralmente, estão à parte de qualquer discussão. Lembra-se tão-somente em discursos vagos, mas a efetividade disso, inclusive da própria delimitação do que é função social da propriedade, não é feita. Há uma escassez legislativa disso. São princípios gerais, mas é necessário assentá-los para normas claras, prescritivas, que dêem ao aplicador do direito, ao magistrado que vai aplicar a lei e ao promotor de justiça que fiscaliza sua execução regras claras para torná-las mais efetivas.

Diria que, na incumbência de promover essas leis, o Ministério Público do Brasil tem sentido dificuldades, em especial o de Pernambuco, Estado onde há uma dívida histórica com os movimentos sociais relacionados a terra. O Estado de Pernambuco, desde as Ligas Camponesas, senão de antes, tem um débito com os trabalhadores, os sem terra, que vieram para as cidades. Hoje ouço nos discursos o seguinte: quantos trabalhadores urbanos estão nos movimentos agrários? Diria que, talvez, essas pessoas estejam voltando ao **locus** anterior. Muitas delas migraram para as cidades em busca de serviços e de comodidade ofertados às populações urbanas ou porque, no campo, por vezes – e também não é o caso de Pernambuco, que tem uma boa cobertura de energia elétrica –, como em muitos Estados, sequer se tem eletrificação, água encanada, não se tem acesso à tecnologia os trabalhadores de muitas áreas. Então, relegamos o campo ao esquecimento. E essas pessoas vieram para a cidade e estão engrossando todos os bolsões de pobreza. Se olharmos para a margem do Capibaribe, veremos o retrato em 3 por 4; às vezes, colorido, porque a paisagem é muito bonita. Às vezes, descompassa a paisagem humana com a paisagem urbana.

Então, eu diria que esse modelo da forma como está posto - este é o discurso de João, do Incra, e de todos - mostra a falência disso. O João, para fazer as coisas, tem de pedir empréstimo ao Governo do Estado. Como se fará uma reforma agrária se temos um órgão que executa a reforma agrária sem nenhuma condição? A meta não será atingida e sabemos disso. Então, criar essa expectativa leva à falência do próprio sistema.

É necessário que trabalhemos com metas claras. Assentar 8.800, se não me falhe a memória, é uma meta, pelo que temos, hoje, eu diria, sem medo de errar, inatingível. Nem João, com a ajuda do Ministério Público ou com a ajuda do Estado, vamos atingi-la. Nem com a ajuda do Ministério Público. Então, não há como fazê-la da forma que temos, hoje, os órgãos estruturados. Então, eu diria que, para a execução da reforma agrária, é necessário repensar o modelo.

Creio que o modelo federal concentrou. É necessário descentralizar. Se temos ganhos, hoje, na área da saúde e da educação, nós o tivemos porque houve a descentralização. E houve mais a questão do controle social, que, hoje, inexistente nessa área. Então, eu diria, talvez, embora não tenha nenhuma *expertise* na matéria, que essa é uma das questões que têm de ser pensadas. Esse modelo deu certo? Avaliemos, ao longo da história, se ele deu certo. E tentemos algumas experiências, do ponto de vista da descentralização, porque a Constituição trouxe dois princípios, o da des-

centralização e o da participação popular. Isso ocorre na política de reforma agrária? Não. Deu-se em todas as políticas, se vocês observarem: a assistência social tem conselhos e tudo; a saúde tem conselhos paritários e deliberativos; a educação, de igual forma. Então, por que não se tem na área de reforma agrária?

Os movimentos sociais, quando fazem as suas manifestações, muitas vezes as fazem porque os canais formais de participação inexistem. Não há, com relação à reforma agrária, a mesma institucionalidade criada para o SUS, o Sistema Único de Saúde, que articule ações. Tampouco você tem na área fundiária, como tem na área de educação e de saúde.

Lembro-me bem que eu já estava no Ministério Público, em 1996, quando no Governo - se não me falha a memória - de Miguel Arraes se fez a primeira edição. A Assembléia votou uma lei que, para a época, era inconstitucional e dizia que cabia aos promotores de justiça acompanhar as reintegrações de posse, porque estavam matando trabalhadores e espancando, por milícias privadas ou por forças públicas. E passamos a acompanhar. Regredimos à violência com acompanhamento dos promotores.

Eu vi aqui o Dr. Élio falar das inspeções e dava um dado. Eram 127 desapropriações. Ora, S. Ex^a relatou uma, que foi a de Aliança, onde foi feita as inspeções. Nas outras 126, o magistrado se deslocou para fazer a inspeção judicial, como o João disse ser necessária aqui para a Mesa? Não. Não temos a presença de quase nenhum magistrado nas inspeções. Inexistem inspeções judiciais antes de qualquer concessão de liminar. Por vezes, diz-se ser desnecessário e, às vezes, até é. Mas, é necessário que isso possa – e farei algumas sugestões, ao final – tornar-se obrigatório. Algumas insuficiências legislativas têm de ser cobertas.

Primeiro, repensar o modelo. Segundo; ver algumas insuficiências legislativas; e trabalharmos a parte conjuntural, pois é isso que está em nossas mãos, hoje. Eu dou um dado aqui, para mostrar que o modelo é fracassado. Eu pedi, ontem, aos quatorze movimentos sociais alguns dados que foram consolidados, e me foram entregues pela CPT. Segundo a CPT, temos 280 mil famílias sem terra no Estado, que é um dado do IBGE. Temos 40 mil famílias acampadas. Há um dado do Estado que é de 25 mil famílias. Temos um pouco mais de doze mil famílias assentadas durante essa história, segundo outro dado; 201 assentamentos foram criados e temos os quatorze movimentos referidos atuando pela posse da terra. Mas, temos dois dados que são alarmantes. Um deles foi colocado aqui por Paulo Rubem, ou seja, que 53% da população é miserável, tangencia a linha de miséria; e 36% dos pernambucanos não tem sequer registro de nascimento.

Então, por esses dados e quando vejo a meta de 8.800 famílias para serem assentadas neste ano, sei que é uma expectativa que não vamos alcançar nem temos, honestamente, como passar para a população, salvo se houver um investimento maciço de recursos financeiros, mas não só; humanos, sobretudo, e materiais. Diria que todas as equipes que o Gabriel está colocando hoje, eram 20 e quantas serão agora, Gabriel? São 20 pessoas? É o Exército de Brancaneone, não é? Então, são alguns dados que gostaria de passar.

E uma coisa que gostaria também de dizer é que alguns desses estão sendo analisados só pela produtividade. Os outros critérios com relação à desapropriação, que foram tocados aqui, como a questão ambiental e, igualmente, a questão trabalhista, estão sendo tangenciados ao longo de todo esse processo.

Diria, em resumo, que atestaria, passaria uma nota pública de falecimento do modelo; diria que a institucionalidade que existe ou é fraca, ou inexistente, ou inadequada; a centralização não resolveu o problema da questão da reforma agrária; diria também que há uma insuficiência legislativa acerca desta questão, tanto do ponto de vista constitucional, como infraconstitucional; diria que em todas essas desocupações há necessariamente a vulneração ou a violação dos direitos humanos, no que se refere aos idosos e às crianças, que são, na noite ou na madrugada, jogadas à beira da estrada, todas sem exceção. E muitas delas, hoje, inclusive nos assentamentos, que não têm acesso a educação ou a serviços de saúde de qualidade. Visitei alguns assentamentos e diria que escoamento de produção, comercialização, estradas, água e energia elétrica, às vezes, é exceção.

E diria, então, que a ausência de sustentabilidade social e econômica desses muitos assentamentos hoje existentes se dá em razão dessa ausência de energia, por vezes, água, e estradas; e atestaria que estamos tendo a parte grande desta disfunção social revelada na criminalidade que se verifica em alguns assentamentos, que é outra coisa esquecida. Alguns assentamentos estão com níveis de violência superiores aos revelados na área urbana.

E, por fim, diria que deveríamos conceber a reforma agrária não só como sendo 8.800 assentados, mas perguntar-se: funcionam? Os que existem hoje, como o Gabriel referiu, como eles estão? Temos algum diagnóstico acerca da realização, da efetivação da reforma agrária nesses assentamentos hoje existentes?

Assim constatado, faria algumas sugestões: diria que é necessário alterar a Constituição da República para tirar o monopólio da União no que se refere à reforma agrária. Correria o risco, senão pelo menos em definitivo, de termos um novo modelo descentraliza-

do e participativo no que se refere à reforma agrária, descentralizando-a para Estados e para municípios, cujos critérios poderiam ser definidos por áreas ou por hectares de terra, que poderiam ser definidos. Isso ficaria a cargo dos Estados ou dos municípios, ou no formato de um modelo como o do Sistema Único de Saúde ou de educação, que hoje funciona precariamente, mas funciona melhor do que hoje atestamos na reforma agrária.

Ainda mais: a necessária modificação do art. 82 do Código de Processo Civil, para que o Ministério Público Estadual, que tem uma atribuição apenas no asseguramento dos direitos humanos das pessoas, e não na efetivação da reforma agrária efetiva, porque ela é matéria Federal e, portanto, da alçada dos juizes federais e dos procuradores da República. Digo isso para que, nos processos de reintegração que tramitam, pudéssemos ter uma atuação mais pró-ativa e que tivéssemos, se não se mudasse essa realidade, vista antecipada dos autos, antes da concessão das liminares, para que pudéssemos exigir a questão dos tributos, a questão da previdência e muitas outras que conhecemos no dia-a-dia da realidade do processo judicial.

A modificação, também, do Código de Processo Penal para que o Ministério Público, quando a violência fosse cometida por agentes do Estado nas desocupações, que essa investigação ficasse a cargo dos promotores de justiça e não das polícias. O que temos levado com isso é a impunidade na questão da violação da integridade física de trabalhadores quando não da vida. Então, é necessário que, nesses casos onde haja violação pelo próprio Estado, a investigação fique a cargo dos promotores de justiça em matéria criminal ou dos procuradores da República.

Ainda, que fosse impedida a concessão de liminares para proprietários que devessem ao Erário ou que, comprovadamente, estivessem sendo processados por sonegação fiscal. Porque muitos desses que têm inúmeras terras hipotecadas, por vezes em terceiro, quarto, quinto grau, devem somas altíssimas ao Estado de Pernambuco ou aos municípios.

Eu diria mais: quando instalado o conflito ou processo de desapropriação, que se invertesse o ônus da prova, como a gente faz no Código de Defesa do Consumidor. Aquele que tem mais poder deve comprovar aquilo que a lei exige; portanto, que se invertesse o ônus da prova no sentido de que o proprietário do imóvel comprovasse que aquele imóvel, que é seu, cumpre a função social da propriedade e, igualmente, está em dia com os seus tributos federais, estaduais e municipais; e, ainda, que cumprisse a função, atestada pelo órgão público, sócio-ambiental, bem como que

a quitação das obrigações decorrentes das relações trabalhistas pudesse ser atestada pela DRT. Ainda: que se proibisse os repasses de recursos federais, estaduais e municipais, via benefícios fiscais ou créditos aos grupos econômicos que estivessem sendo igualmente processados por esses crimes ou por ações de improbidade, às vezes em conjunto com o próprio ente estatal.

Ainda eu faria a seguintes sugestão: que determinasse à institucionalidade que hoje existe, o INCRA ou outro que venha, a apresentar relatórios de acompanhamento sistemáticos sobre a sustentabilidade econômica dos assentamentos, com a possibilidade de reversão, inclusive. Se não está cumprindo a função social, como não cumpria antes com o proprietário e, tendo passado a assentado, também não está cumprindo a função social, que é dar produtividade, que é ter acesso a moradia, ou igualmente é ter acesso ao direito humano à alimentação, que se pudesse reverter para que outros pudessem igualmente explorar a área do ponto de vista econômico. Que se desse poder ao Incra de fazer essa reversão, uma vez constatada a não qualificação daquela área.

Eu diria, ainda, aos Srs. Parlamentares que propusessem a modificação da Constituição da República no que se refere à criação das varas agrárias, que, embora estejam contempladas na reforma do Judiciário, não se tem consenso. Não sei se já há agora, Sr. Senador. Que era para instalação de promotorias de justiça e varas de defesa da função social nos Estados. Estão sendo instaladas varas federais para desapropriação, mas o efetivo cumprimento da função social fica a cargo dos órgãos estatais, dos órgãos públicos do Estado, a quem cabe segurar aos trabalhadores o direito humano à alimentação e à moradia adequada, como está no art. 6º da Constituição da República.

Eu diria, ainda: é necessário fazer a oficialização dos cartórios de registro de imóveis. Nós temos, como foi referido aqui, adjudicações e adjudicações que, quando terminam, os papéis estão maiores que as terras. Então, é necessário que se tenha um georeferenciamento disso para que não apareça terra maior do que se tem. É necessário que se tenha a coragem, nesse caso, de oficializar as serventias que tem os cartórios de registro de imóveis a fim de que se tenha a fidedignidade dos registros de terras. E eu diria, ainda, que fosse possível, uma experiência que a gente tentou aqui: o Estado, quando ocorressem os débitos fiscais, adjudicaria essas terras, repassá-las à União, abatendo as suas dívidas com o Governo Federal. Hoje, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os Estados têm que despendar 11% da sua receita corrente líquida para o pagamento da dívida. Quando

o Estado tivesse o executivo fiscal e a pessoa desse terras, quando fosse feita a adjudicação dessas terras, que elas pudessem ser repassadas para a União e esta, com as terras, abatesse o respectivo valor das dívidas dos Estados. Não sei se isso poderia e como poderia ser efetivado. De qualquer sorte, foi uma idéia que nós tentamos aqui em Aliança, ainda quando, inclusive, o Deputado também participou de alguns desses encontros.

Eu diria que é necessário também modificar essa questão do sigilo fiscal e bancário dessas empresas, porque muitas delas são empresas agrícolas falidas ou em vias de falência, mas com empresários ricos, com patrimônio. A gente vê a agroindústria nessa situação, não só em Pernambuco, mas, de resto, em quase todo o País.

Uma outra sugestão é que se modificasse a Lei da Ação Civil Pública, a Lei nº 7.347/85, no sentido de incluir o acesso à terra, o direito à moradia e à alimentação como direito coletivo ou difuso para que a legitimidade ativa do Ministério Público nos processos não fosse questionada pela Justiça. Isso porque o art. 6º da Constituição determina que são direitos dos trabalhadores vários, entre eles o direito à moradia. Aí entramos, às vezes, para proteger, vamos dizer, ou forçar o Estado a retirar os trabalhadores que estão morando dentro d'água. Aí o Judiciário diz: "Não posso decidir mandando o Estado construir casas, porque há o princípio da separação dos Poderes; não posso dizer o que o Estado tem que fazer". Aí a gente do lado de cá, do Ministério Público, diz: "Pode e deve". Se está no Plano Plurianual de investimentos, está na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento contemplou como meta, a administração já tomou a si e disse discricionariamente o que era meta. Se já está proposto no Orçamento, pode. Somente no caso de a receita não se realizar como previsto; seria o único impedimento a que o Judiciário mandasse fazer.

Então é necessário que essa lei seja alterada para que essa legitimidade ativa do Ministério Público esteja expressa de maneira que não haja dúvida do Judiciário dizer: "O Ministério Público não tem legitimidade ativa para propor essa ação". Não obstante tenhamos a normativa internacional – e o Brasil é signatário de vários tratados e convenções, principalmente do Pacto de São José da Costa Rica, que assegura os direitos econômicos, sociais e culturais aos trabalhadores –, essa normativa internacional era deixada de lado na aplicação do Direito no Brasil e quase nunca se tem essa normativa aplicada no País. É necessário que isso esteja expresso, porque talvez essa seja uma das melhores leis do País, que é a Lei da Ação Civil Pública, porque, a par de você coletivizar os conflitos, você tenta

não empanturrar a Justiça com conflitos individuais, e, por uma solução apenas, a gente resolveria outras. E também determinar que a Magistratura e os membros do Ministério Público dêem preferência a essas ações, sob pena de não serem promovidos nem removidos de sua comarca, porque a gente entra com uma ação dessa e demoram 10, 15, 20 anos para julgar. Os trabalhadores morrem ou se aposentam e não se consegue uma decisão definitiva nessas ações.

Uma outra sugestão, que foi tocada aqui pelo Magistrado federal, é com relação às inspeções judiciais, que, ao invés de serem facultativas, como está no art. 126 – se não me falhe a memória – da Constituição, que se tornem obrigatórias nos casos de conflitos coletivos de terra. Estaria obrigado o magistrado ir à área e ao promotor de justiça da comarca fazer a inspeção para decidir vendo – decidir olhando para papel é uma coisa, decidir vendo o conflito é outra. Quando fomos ao Engenho Prado ver o reflorestamento lá, junto com o Procurador da República, dissemos: “Doutor, o senhor vai dar o parecer, vamos com a gente, vamos ver lá se tem”, e não tinha. Então uma coisa são os papéis, outra é você ir ver o campo, e os Srs. Parlamentares, amanhã, verão em Pernambuco como está a miséria do trabalhador do campo, no campo.

Eu diria ainda, para finalizar, que acho que, como os cadastros das propriedades são declaratórios, a gente diz das dificuldades aqui das perícias – o Magistrado referiu e a gente, do Ministério Público, também refere. Então que fosse exigido que o proprietário da terra declarasse os dados que fossem necessários para as perícias lá na frente, porque, se eu digo que a minha terra vale 20, eu estou declarando que ela vale 20. Como eu quero que ela seja desapropriada um ano depois ou no mesmo ano que declarei por 40? Se estou declarando para recolher o tributo, então que seja declaratório e assinado, mas, quando for para a desapropriação, que ele aceite aquele valor que ele declarou, e mais: que se inclua nesse cadastro os dados que lá na frente vamos precisar para as perícias, porque essa é a grande dificuldade das perícias. Há – eu diria – uma mobilidade da situação da propriedade, como Gabriel colocou aqui e também o próprio Magistrado, mas as benfeitorias que são necessárias ou permanentes elas, dificilmente, se alteram, salvo as colheitas.

Diria aqui o que disse ao Comandante do Exército, faria também como sugestão: que se colocasse os batalhões ou as companhias de engenharia do Exército, que tem *expertise*, nas construções e que eles construíssem as casas dos Sem Teto. Ia fazer esse desafio ao general aqui, dizendo: “General, sou da Paraíba; vi a estrada todinha, que parte de João Pessoa à minha

cidade, que é a Oeste do sertão paraibano, Cajazeiras, ser feita pelo Exército”. E têm batalhões e companhias de engenharias parados, literalmente, absolutamente, sem fazer nada.

E eu daria, Srs. Senadores, um novo **status** ao instituto da posse. A propriedade tem sido privilegiada em todos os ordenamentos, em todas as leis, mas a posse, que é a realidade da propriedade, pois a propriedade não existe sem a posse, a posse, que é o efetivo, o trabalhar sobre a terra, tem sido negligenciada. Então, que se dê um novo **status** constitucional à posse. Se não constitucional, mas infraconstitucional. Que se declare o que é uma posse; e não como hoje: o proprietário apresenta o título de propriedade e, às vezes, há posseiros anos a fio naquela terra, e simplesmente, pela apresentação do título de propriedade, a pessoa é retirada daquela propriedade.

Diria também que se desse um novo **status** à questão da mediação e dos termos de ajustamento de conduta, sem ser necessário o processo judicial, que é demorado, é custoso, é moroso. Que os termos de ajuste nesta questão, que hoje são valorosos na área do consumidor, pelo Ministério Público, na área da criança, na área do adolescente, na área do meio ambiente, pudesse ser aplicada igualmente, desde que estritamente, regulada pelos parlamentares, na área agrária. Dou o exemplo de Goiana, onde tentamos com o Incra fazer a desapropriação. O módulo não permitia. Então, que fosse possível ao Ministério Público, desde que houvesse os laudos, como aconteceram pelo Estado, ou pela União, que nós pudéssemos fazer essa mediação das famílias – eram 25 famílias –, mas há cinco anos, com plantações, com casas construídas, que a gente pudesse fazer uma mediação entre o Estado e a comunidade que está ocupando aquela terra, no sentido de dirimir um conflito sem necessidade de ir ao Judiciário.

Enfim, são essas as colocações, acreditando que é possível, com algumas dessas questões postas em prática, por todos nós, fazer uma reforma agrária que assegure pelo menos a soberania alimentar das pessoas do campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Francisco Sales. Sem dúvida, importantes sugestões que contribuirão de forma especial para que esta Comissão alcance alguns dos seus objetivos que é propor alterações na legislação; diante, principalmente, da crítica constante de que há uma lentidão que angustia nos processos judiciais referentes à área rural.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, primeiro, são tantas as questões que o Dr. Francisco Sales levanta nesse momento que teríamos até dificuldade, teríamos até que fazer um debate à parte, no meu entendimento. Ainda que haja uma preocupação com o horário, em função de termos ainda o depoimento do representante da Funai e porque, à tarde, ouviremos os movimentos sociais, considero da maior importância aqui mesmo, sem entrar no mérito, a série de sugestões feitas pelo Dr. Sales. De qualquer forma, como Relator, gostaria de solicitar a V. Exª, Dr. Francisco Sales, que depois remetesse à própria CPMI essas proposições, que reputo algumas delas da maior importância e algumas delas teríamos que ter, talvez, uma outra correlação de forças no Congresso Nacional para aprová-las, porque estão num estágio muito mais adiantado.

Penso, como V. Exª, que a posse é mais importante do que a propriedade, mas isso tem resistido ao longo da história do nosso País, desde a lei de terra de 1850. Então, o nosso desejo, a nossa vontade de modificar são dados importantes. V. Exª, que está no dia a dia dessa luta, compreende isso, e eu queria que nós pudéssemos receber essa contribuição de V. Exª, até com algum arrazoado para ser analisado no próprio relatório que vamos fazer.

Estou lhe fazendo o pedido da mesma maneira que fiz ao Dr. Élio, representante da Magistratura.

Mas eu só faria, na verdade, duas perguntas a V. Exª: a primeira, não sei se se refere ao Ministério Público Estadual ou ao Federal, porque não perguntei, mas o Dr. João Farias, na sua exposição, se reportou a um convênio de cooperação com o Ministério Público para a definição de função social da propriedade rural. Se foi com o Ministério Público Federal, nem cabe a pergunta, mas, se foi com o Estadual, eu queria que V. Exª falasse um pouco disso, até porque, no depoimento anterior do Delegado Regional do Trabalho, ficou claro que, nessa questão trabalhista, não estava havendo uma cooperação entre os dois órgãos.

V. Exª levantou também questões de natureza ambiental. Parece-me, com isso, que, quando se vai fazer uma vistoria, se leva unicamente em conta o aspecto da produtividade, quando há esses outros aspectos.

A segunda pergunta é sobre a preocupação que me causou uma afirmação de V. Exª sobre a criminalidade nos assentamentos. Recentemente, a revista **Carta Capital** publicou uma matéria de capa, creio que muitos daqui leram, intitulada “Assentamentos dão certo”, uma pesquisa realizada com apoio do Nead e do MDA por professores da Universidade Federal Fluminense, no Brasil todo, que esteve, se não me engano, em nove Estados da Federação durante

um período longo de 5 a 7 anos aproximadamente, e a conclusão era de que, efetivamente, mesmo com todas as dificuldades já relatadas, já referidas aqui de infra-estrutura, de assistência técnica e tudo o mais, os assentados estavam em condições melhores do que quando entraram e passaram até a obter o respeito das cidades onde aqueles assentamentos estão situados. Vejo isso **in loco** no meu Estado, em grande parte eu diria, evidentemente, não é geral. Mas V. Exª disse aqui que aumentou a criminalidade nos assentamentos e que, em alguns deles, o nível seria superior à área urbana. Ora, a área urbana é uma área, no Brasil hoje, conflagrada. O que acontece hoje no Rio de Janeiro acontece nas grandes capitais do País. Não estou dizendo que não haja criminalidade no interior, tem; mas a proporção é muito maior.

Eu perguntaria a V. Exª se tem dados acerca disso ou se é apenas uma impressão, a partir de alguma experiência do seu trabalho, se já tem um estudo que comprove efetivamente que há assentamentos com alto índice de criminalidade.

Eram estas as duas perguntas. Ademais, quero reiterar o apelo para que V. Exª nos mande essas sugestões, algumas das quais considero de fundamental importância, inclusive esta, ressalto apenas esta, para não tomar muito tempo, que torna a inspeção judiciária obrigatória nos casos de conflitos coletivos de terra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dr. Albuquerque, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela sua exposição, porque é a primeira vez, nestes meus 20 anos de acompanhamento do tema, e até tendo vivido e sentido na pele o problema, pois fui trabalhador rural na Transamazônica, no Estado do Pará por 6 anos, tendo convivido com os conflitos do Bico do Papagaio, na região de Marabá, questão de garimpos, conflitos indígenas e assim por diante, que vejo uma pessoa fazer uma exposição, em tão pouco tempo, com lógica, perfeição e com coerência com o tema.

Realmente, eu faria questão, se fosse possível, de que V. Exª descrevesse melhor para nós, até mesmo para o trabalho da CPMI, para meu entendimento pessoal, porque é uma coisa muito importante.

Tenho uma preocupação de que a legislação brasileira, para qualquer coisa, é prevista com a grande preocupação com a burra, e não com o que é para ser feito. Se tomarmos, assim, alguns exemplos – eu digo, assim, porque ajudei na elaboração durante um período de estatutos de sindicatos, cooperativas e tantas outras agremiações da comunidade. Eu via lá que a grande preocupação não era criar o que era

para ser feito, mas como proibir a possível aberração que alguém poderia utilizar lá na frente. E se destinava páginas enormes sobre essas coisas. Começo a ver que isso está traduzido em toda a Constituição e em todos os códigos e leis brasileiras.

Portanto, acho que o Direito fica realmente dúbio em todos os momentos. O Direito acaba sendo usufruído por quem tem mais força e capacidade.

Vou, agora, me ater a alguns pontos do que V. Ex^a falou.

Sobre a descentralização, queria lembrar que vimos isso no início do primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi lançada a idéia da descentralização, tanto é que foram criados, naquele momento, os programas municipais de reforma agrária. Esqueci-me do nome do programa, onde a Prefeitura participava. Havia um programa da terra, da infra-estrutura, do assentamento e havia isso. E eu acompanhei, naquele momento, a reação contrária e forte do movimento social e de boa parte da sociedade, que não concordou com a descentralização. E um dos aspectos da não-concordância foi que, no tema reforma agrária, sobrepõe-se tantas necessidades que é impossível um Estado e um Município legislar sobre subsolo, bacias hidrográficas e uma série de problemas, tanto que o pessoal foi contrário a ter uma legislação descentralizada sobre reforma agrária sob pena de nós transformarmos o Brasil num barril de pólvora. Foi isso que ouvi. Então, eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse melhor a questão da descentralização.

Sobre a insuficiência legislativa a que V. Ex^a se referiu, gostaria que V. Ex^a descrevesse o que significa essa insuficiência legislativa. E, se pudesse, talvez, como grande novidade, descrever melhor o que é a posse diante disso. Esse me pareceu aqui o ponto novo. Não mexer com aquilo que já está claro: o direito de propriedade e outras coisas mais; porém, melhorar essa caracterização de posse.

E o último ponto é sobre o título de propriedade. Quero dizer isso porque levantei este ponto, enquanto Presidente da CUT, no Acre, no início da década de 90, e quase apanhei por causa disso, ou seja, eliminar-se, de uma vez por todas, no Brasil, o título definitivo de propriedade de terra em áreas de reforma agrária.

Eu fiz a pergunta aqui, anteriormente, se havia reconcentração fundiária, no Estado de Pernambuco, a resposta foi que isso é muito pequeno; porém, essa realidade é fortíssima, pelo menos, na Amazônia. O rodízio, a concentração, o único assentamento do Estado do Acre, chamado Pedro Peixoto, com 4.555 famílias teve duas vezes o rodízio de seu assentamento global. Ou seja, passaram por lá mais de 12 mil pessoas. E, dos 4.500 lotes, um único fazendeiro comprou, para

si próprio, mais de 70. E agora, estão desafiando o Incra a tomar os 70 lotes, mesmo que a terra esteja sob a propriedade privada por causa de um título de propriedade que foi concedido pelo Incra.

Então, eu gostaria de saber de V. Ex^a se é possível erradicarmos do Brasil o direito de propriedade privada, ou seja, o título definitivo em áreas de reforma agrária, o título por concessão pública por tempo determinado enquanto a pessoa se colocar como beneficiária da reforma agrária.

E, por último ponto, já que nós falamos de tecnologia durante todo o nosso trabalho, que tratasse do sistema da assistência técnica. E, antes de falar dela, um outro trabalho que estou me dispondo a fazer é sobre a associação de interesses para a reforma agrária. Vou citar um exemplo: a Companhia Vale do Rio Doce pretende produzir biodiesel e, como tal, quer comprar terra para a produção do seu biodiesel, como também precisa agora de carvão vegetal para a produção de ferro gusa, mas também quer comprar terra.

Eu os estou desafiando no sentido de que a terra fique na mão dos Sem Terra e produza o produto que eles precisam para fazer a sua indústria progredir. Esse é um sonho. E no caso da assistência técnica é imaginável o retorno do sistema nacional, que foi extinto no Governo Collor e que foi transportado como responsabilidade direta para os governadores e penso que pode ser colocado como responsabilidade dos municípios.

No atual quadro o que se propõe para, de fato, termos o sistema nacional de assistência técnica minimamente com condições de fazer a reforma agrária ir para a frente?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Vou pedir a colaboração do Deputado Paulo Rubem, em função do horário, temos mais um depoimento. Devemos retomar depois às 14h. É óbvio que esse intervalo é importante que ocorra.

Portanto, pedir o poder de síntese do Deputado e também depois do nosso convidado, Dr. Francisco Sales, quando das respostas.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)

– Pois não, Senador.

Prezado Procurador de Justiça, talvez pela condição de sermos Deputado do Estado e termos exercido na Assembléia dois mandatos, tivemos mais do que todos à Mesa a oportunidade de conviver com o Ministério Público, especificamente já com o período da direção do Dr. Sales.

Queríamos rapidamente enfatizar algumas questões que nos parecem graves em Pernambuco e que

podem servir de luz para uma mudança na nossa institucionalidade.

Anotei, talvez coincidentemente, 21 pontos da fala do Dr. Sales, não sei se 21 é maior idade que deveremos atingir, para enfrentar os conflitos da reforma agrária e a modernização real do Estado brasileiro, mas me deterei em alguns poucos desses 21 pontos.

Em primeiro, a questão da concessão de liminares a proprietários que devem ao Erário ou que estão sendo processados por sonegação fiscal.

Há exatos nove anos nesta Casa presidimos uma CPI da sonegação fiscal e vimos como era relevante, do ponto de vista da dívida ativa tributária, o passivo fiscal das empresas, usinas e destilarias da nossa Zona da Mata.

Para nossa tristeza, em dezembro de 1995, o Estado de Pernambuco buscava recuperar 605 milhões de créditos, dos quais aproximadamente 100 a 110 milhões de créditos devidos pelas empresas rurais. Chegamos agora, no último mês, a R\$6,200 milhões de créditos devidos por diversas empresas e lá ainda estão créditos vultosos dessas empresas do setor sucroalcooleiro.

Então, chega a ser uma atitude absolutamente de desrespeito ao cidadão termos a ação do Poder Judiciário concedendo liminares sem que o eminente magistrado tenha a obrigação de verificar a condição do que requer a decisão judicial, mesmo sabendo que, na maior parte dos casos, muitas dessas propriedades estão aí com uma fila de hipotecas que daria voltas e voltas em torno da propriedade.

Então, é bastante meritória a preocupação do Dr. Sales e creio que deveríamos refletir sobre a possibilidade dessa mudança da legislação.

Outros dois aspectos: a questão do Estado adjudicar as terras e repassá-las à União, pleiteando da União o desconto do valor desses imóveis na dívida do Estado.

No ano passado, em maio, há um ano, tivemos em audiência com o então Presidente do Incra, Marcelo Resende, e depois provocamos uma audiência conjunta da Presidência do Incra com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com a proposta da criação de uma força-tarefa específica. Seria muito mais inteligente do que sobrecarregarmos o Incra de processos e de encargos para a desapropriação, criarmos essa força-tarefa, pelo menos que envolvesse os estados de Alagoas ao Rio Grande do Norte, com toda a faixa de terras da Zona da Mata, para que, definitivamente, a lei funcionasse de maneira igual para todos. Os cidadãos que não cumprem com suas responsabilidades fiscais sofrem encargos que a maior parte das empresas não sofre. Então, é inestimável o esforço e

a ação do Estado, através da sua Secretaria de Fazenda, das Procuradorias, para que possamos acelerar a disponibilidade de terras para fazer com que a reforma agrária avance.

A questão da Lei da Ação Civil Pública, creio que também é preciso construir esse consenso, esse valor da necessidade da legitimidade ativa do Ministério Público na proposição da ação. Todos estamos na iminência da Reforma do Judiciário, mas questões coletivas deveriam de fato ter prioridade e precedência no enfrentamento pelo Poder Judiciário, as questões da obrigatoriedade da inspeção para as áreas de conflito de terra, e eu diria ainda mais: normas que regulassem precisamente a ação da força policial em apoio às ações de reintegração. Temos convivido com inúmeros desses processos e é lastimável a ação da Polícia Militar que, muitas vezes, não dá segurança à presença do oficial de Justiça, mas parte vergonhosamente para a violência, agindo indiscriminadamente, agindo inclusive com o uso da força, o uso de equipamentos e aparelhos sofisticados, como gás pimenta, armamento sofisticado. Temos fotografias, inclusive, do uso de uma metralhadora de grande porte que foi colocada lá na propriedade do Engenho Prado quando dos conflitos que todos tomamos conhecimento.

Então, é preciso também regular qual é o papel real da força policial, que é garantir a reintegração e a garantia implica no respeito aos direitos. Não são poucas as vezes em que membros da Polícia Militar espancam, agridem, ameaçam, debocham, humilham e desrespeitam trabalhadores rurais que muitas vezes não têm sequer condição física nem para reivindicar o que reivindicam, tamanha a fome, a miséria, a sua fraqueza, passando até por cima de seus bens. Temos casos de ocupações que se arrastam há anos, há seis anos, como na área do Prado, onde havia um conjunto de atividades agrícolas e essas atividades foram violentamente atacadas, os cultivos agrícolas foram totalmente revirados e gostaria de refletir se a presença da força policial para garantir a reintegração implica também a destruição dos bens daqueles assentados que lá tinham a posse. Isso precisa também ser regulado, porque muitas vezes o Judiciário e o suporte policial não agem da mesma forma no enfrentamento dos sonegadores, das empresas fantasmas, dos sócios-laranja, de todos aqueles que burlam a lei para se apropriar do que é propriedade do Estado, no caso, o imposto público.

Por fim, essa questão da mudança do **status** constitucional ou infra-constitucional em relação à posse. Essa é uma questão séria que, muitas vezes, não é considerada, muitas vezes o Poder Judiciário se exime da verificação real da condição dessas famílias

nos conflitos agrários e, certamente, essa preocupação merecerá da PCI Mista, dos Deputados e Senadores, uma atenção para que possamos reformular a Constituição ou a legislação infra-constitucional, fazendo com que a institucionalidade do país atenda exatamente aos princípios fundamentais da Constituição, notadamente àqueles contidos no art. 3º, que indica os objetivos da República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência registra a presença do Deputado Manuel Ferreira, agradecendo o seu prestigiamento aos trabalhos desta CPMI.

Vamos passar a palavra agora, para a conclusão da exposição do Dr. Francisco Sales, reafirmando a solicitação do relator de, se possível, encaminhar-nos por escrito as valiosas sugestões e, é claro, para responder a todas essas questões que foram aqui colocadas, teríamos que lhe oferecer o dia todo. Por isso, peço que exercite o seu poder de síntese o máximo possível em respeito ao horário e sobretudo ao último convidado de hoje, que falará em nome da Funai. Muito obrigado, desde já.

O SR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

– Caros Senadores, caros Deputados Estaduais, Toinho, Presidente da nossa Comissão de Justiça, Manoel, é um prazer tê-los aqui. No que se refere à primeira questão, que diz respeito à função social da propriedade, eu diria que quando o artigo da Constituição manda que isso seja de alguma forma regulado, caberia – e por isso eu disse da insuficiência legislativa – ao legislador ordinário promover as suas devidas complementações, porque para ficarmos, como a gente diz na linguagem jurídica, colmatando, ou seja, preenchendo o que a Constituição diz, quando os dois interesses são conflituosos, é muito complicado; a Justiça não encontra. E aí lembro do mestre Zafaroni, que diz que, quando o poder político não quer resolver, remete para a Justiça ou para o Ministério Público, porque sabe da ineficiência. A Justiça brasileira é extremamente ineficiente. E aí não digo a Justiça, mas o sistema de justiça, que é extremamente ineficiente, moroso.

Então, não tem condições de dar nenhuma resposta efetiva, nem o Ministério Público, nem o Poder Judiciário. Então, a função social da propriedade tem que ter algumas linhas. Temos insuficiência no que diz respeito a isso? Temos. Como é que o Ministério Público estava resolvendo? Tive a grande contribuição do Dr. Weslei, que é Promotor de Justiça e coordenador das Promotorias de Cidadania, estudioso da matéria internacional, e fomos para os tratados. A gente criou a Promotoria de Defesa da Função Social da Propriedade para não chamar de reforma agrária, porque parece que reforma agrária tem um cancro e, no Estado,

quando se fala, todo mundo se ouriça. Na área da cana, nem se fala. Então, a gente foi lá e colocou mais ou menos quais são as nossas atribuições para que esse princípio seja realizado. Vou passar para vocês, é um documento, para não ter de lê-lo, mas, entre elas, tem a articulação com ele, que está fiscalizando as relações de trabalho, e com o Ibama, porque eu diria que o Engenho Prado foi um grande laboratório para o Estado de Pernambuco na área policial, na área da articulação política, no papel do Parlamento estadual, no papel da Justiça Federal, no papel do Ministério Público Federal. Em todos eles tivemos um laboratório. Se pararmos e tivermos um dia para analisar o Engenho Prado do ponto de vista legal, do ponto de vista político, vamos ter um mecanismo de estudo para ver como todas as instituições funcionariam e, nesse caso, o Ibama funcionou, porque foi lá, fez o laudo de volta para ver se o projeto de reflorestamento existia.

Então, acho que essas questões tendem, na prática, à criação de alguns modelos, porque, repito, esse modelo que está aí não funciona. Fico assustado quando vejo a meta, porque é criar uma expectativa para o povo que não é realizável com a estrutura que a gente tem. Passaria o documento para ver como é que seria. No que diz respeito à questão da criminalidade, não há generalização com relação a isso. Temos grandes indicadores de, primeiro, o próprio Engenho Prado. Tivemos produção de Engenho Prado vendida nas feiras. Não tinha nenhum incidente, mas temos outras áreas de ocupação em que temos pessoas que praticaram ilícitos dentro dos acampamentos. Temos questões de homicídios dentro dos acampamentos, não há generalização nem se diz que no campo há maior...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nos acampamentos ou nos assentamentos? Ou nos dois? Porque, nos acampamentos, a situação...

O SR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE

– Porque os assentamentos são mais permanentes. Então, nesses, é mais raro, a passagem é mais, vamos dizer, há pessoas que se assentam e têm relações familiares. Relações pessoais se estabelecem. Mas existem alguns dados que eu possa ter de denúncias criminais, levadas a efeito pelos Promotores de Justiça, que também encaminharei à CPI, não generalizando, tendo o cuidado, repito, não estou generalizando dizendo que em acampamentos e em assentamentos a violência é maior do que na área urbana, porque temos em Pernambuco indicadores suíços, dois anos sem homicídio, mas temos a capital, com entre 700 e 1.000. Então, temos taxas suíças e taxas pernambucanas ou do Rio de Janeiro. No que diz respeito ao Sibá Machado, eu agradeceria primeiro o elogio e depois diria que, na questão da descentralização, o Movimento

é todo contra. Tenho aqui uma publicação que é interessante, "A política destrutiva do Banco Mundial para a reforma agrária", e, entre essas questões, ela está posta contrariamente à descentralização.

Se todos os movimentos camponeses, e aqui tem história, são sete países analisados pelo Banco Mundial, pessoas que contestam a política do Banco Mundial, que financiam a questão da reforma agrária no Brasil, ou por meio da Cédula ou de outras questões, Promata*, Prorural*. Então, há uma série de projetos aqui que são financiados com recursos do Banco Mundial.

Eu diria que há que se enfrentar isso. É só analisarmos o que foi feito até agora centralizado e tivéssemos pelo menos uma experiência de descentralização, que nunca tivemos, efetivamente. Então, eu enfrentaria essa questão, diria que é necessário enfrentar para termos um modelo.

E a insuficiência legislativa existe com relação a todos esses itens que vou mandar. E, respondendo também à outra pergunta, a questão do título de propriedade. É possível erradicar a questão do título de propriedade? Vou lá para a 67.

Hely Lopes Meireles, era um decreto-lei, na época, chamava de concessão de direito real de uso, que não se transferia o título de propriedade. Era um direito real, mas não se transferia o título de propriedade, podendo inclusive ser hipotecado, desde que inscrito no cartório. E poderia ser por ato administrativo.

Tivemos uma experiência interessante na área urbana, chamada Prezeis*, Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social, as áreas de favela, que fui coordenador aqui nos idos de 1989 na capital. E adotávamos dentro dessa lei, era a lei municipal que não permitia em áreas desapropriadas pelo Poder Público para projetos habitacionais ser feito doação. Só era permitido fazer títulos de concessão de direito real de uso. E aquele que a recebia, o concessionário poderia inscrevê-la, dar como hipoteca, como garantia.

O próprio movimento social foi quem reivindicou. Ou seja, se o rico tem direito a ter a propriedade, eu também sou pobre tenho direito a ter a propriedade. E fica nessa questão e temos aí repasses e repasses de áreas.

Penso que poderia ser adotada uma medida, ou a concessão de direito real de uso, que é o Decreto-lei, se não me falha a memória, 271/67, ou adotarmos uma outra coisa, que seria um cadastro nacional. Quem recebeu título de posse e que o transferisse não teria direito a entrar em mais nenhum assentamento de área, que é mais ou menos do que está-se tentando aqui no plano habitacional, que foi sugerido no Recife.

Por fim, como fica a questão da assistência técnica? Digo que é um desastre. Os senhores visitarão os acampamentos e verão que aquilo que existe, de fato e de direito, no mais das vezes, são construídos pelo próprio movimento social, porque a assistência técnica do Estado brasileiro está um caos. É um caos, não em Pernambuco, mas no Brasil inteiro, porque houve um desmonte, não só do Incra, mas de quase todas as instituições no âmbito nacional. E igualmente o Estado sai fazendo as suas reformas administrativas e cortando tudo. Cortou-se tudo.

Paulo Rubem, acredito que pensamos em quase tudo de maneira semelhante no que diz respeito à questão, até por que trabalhamos aqui no Parlamento estadual, na questão fiscal, que é muito articulado nessa questão da sonegação fiscal. Mas tem uma coisa que é federal. Por exemplo, equalização, que um procurador que é de Pernambuco entrou com uma ação cautelar para obstaculizar o repasse pelo Governo Federal. Isso já passou. Ou seja, empresas devendo toneladas de dinheiro ao Estado, foram passados recursos direto da União para essas empresas. E pedíamos que se devesse passasse para o juízo, para que o juiz pagasse o Estado prioritariamente e fosse transformado em políticas públicas. Mas a liminar foi obtida e depois cassada pelo Tribunal.

Quem entrou aqui com essa ação foi o Dr. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar, meu colega de turma de faculdade, que é Procurador Adjunto hoje da Fazenda Nacional. Mas foi cassada infelizmente a liminar e o recurso que foi passado pela União e vai ser repassado novamente agora.

A questão de adjudicação de terras pelo Estado abatendo na dívida, penso que pode ser uma experiência. O Estado tem, dentro dessa sua dívida ajuizada, não sei quantos milhões de reais, que poderíamos receber em terra, passar para a União e o Estado poder abater a sua dívida, que o Estado de Pernambuco paga hoje em torno de R\$50 milhões/mês à União, retirando dinheiro que poderia fazer suas políticas públicas, inclusive a política decorrente dos assentamentos.

Por fim, a questão da modificação do **status** da posse. Penso que esse talvez seja o grande desafio do parlamento para ultrapassar essa questão das suas maiorias parlamentares. Se conseguíssemos dar o **status** que a posse nunca teve no Brasil seria um grande caminho, ou seja, conferir a ela um **status** diferente da propriedade. Ela é a posse que realiza a função social da propriedade, não a propriedade. Só o título de propriedade não garante, como não garante a quem terra hoje, não garantirá aos atuais Sem Terra que ele dê uma boa utilidade à propriedade, seja produtiva, seja ambiental, seja social. Porque temos

terras produtivas com trabalho escravo, temos terras produtivas destruindo o meio ambiente. É necessário que se crie essa mentalidade de que essas coisas têm que ser articuladas. E um favor especial que peço aos Srs. Parlamentares é que defendam o Ministério Público. Defendam o Ministério Público para que a gente tenha uma institucionalidade forte, porque sem essa institucionalidade forte a gente não vai ter defesa dos direitos humanos neste País de maneira eficiente e nem democrática. É um pedido, para terminar.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Dr. Francisco Sales. Vamos ouvir então o último convidado desta manhã, porque retomaremos às 14 horas, quando ouviremos os movimentos sociais e teremos mais uma série de depoimentos importantes aqui.

Convidamos o Sr. Manoel Barros Sobrinho, Administrador Adjunto da Funai a tomar assento à Mesa.

No período da tarde conversaremos com entidades patronais e concluiremos com as entidades dos trabalhadores rurais. A CPT, MST, FETRAP e OLC. E das patronais, Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar e Sindaçúcar.

Com a palavra então o Sr. Manoel Barros Sobrinho, Administrador Adjunto da Funai.

O SR. MANOEL BARROS SOBRINHO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Presidente, Senador Alvaro Dias, da CPMI, o Relator, Deputado João Alfredo, o Senador Sibá Machado e o nosso Deputado aqui, Paulo Rubem.

Antes de qualquer coisa, gostaria de acrescentar que o nosso administrador titular é o Dr. Petrônio Machado, ao qual foi feito o convite. Ele, neste momento, se encontra em Brasília, fazendo curso. A Funai está passando, neste momento, por uma reformulação, onde o administrador foi nomeado interinamente, e eu também, juntamente com ele, estou há um mês, aproximadamente, respondendo pela Funai daqui do Recife, a AR-Recife. E ele me pediu para colaborar, para contribuir. Então, é um prazer a gente, dentro do nosso limite, poder contribuir, considerando que ainda a gente está num processo de adaptação, um processo de domínio de toda a situação.

Salientamos, de antemão, que a questão fundiária fica centralizada na Funai Brasília. A gente aqui dá uma contribuição, a gente participa, mas toda a questão de levantamento, questão de homologação, a questão de desintração, em síntese, tudo isso parte da Funai Brasília. Mas considerando aqui a nossa área indígena, temos dez etnias em Pernambuco. E gostaria de colocar os problemas fundiários, relativos, sobretudo, a três áreas, que seria Funiô, Xucuru e Truká.

Funiô fica na região de Águas Belas. E no momento ela está com uma área de onze mil hectares, aproximadamente. E está sendo feito um levantamento dos posseiros para se ampliar. Já foi feita a aprovação do levantamento do laudo antropológico. E estão se levantando todos os posseiros da área, ampliando para cinquenta e sete mil hectares, na região de Águas Belas, e pega também município de Itaíba. Então, esse levantamento já começou a ser feito no ano passado. Já foram levantados, em média, 30%. Por falta de recurso não foi dada continuidade. Somente agora é que se estão retomando esses trabalhos novamente, de levantamento. E a equipe, infelizmente, que veio já, já esteve na área, mas não pôde dar prosseguimento, devido à Polícia Federal, os agentes não poderem acompanhar a equipe, e por isso está suspenso neste momento. A gente está esperando que a Polícia Federal possa suspender a greve, até para dar continuidade na questão de levantamento de todos os posseiros dessa área delimitada para a questão de funil.

A questão relacionada – que é a mais crítica – a questão do Xucuru que é uma questão de permanente conflito, nós tivemos e todos aqui são sabedores das questões das mortes que aconteceram em função dos conflitos. Primeiro, com os posseiros e, posteriormente, até mesmo com um conflito interno em Xucuru, onde o Cacique Chicão foi vítima dos posseiros, num primeiro momento, e, aí, se acelerou um pouco a questão da demarcação e o levantamento dos posseiros e se fazer a desintração desses grupos que estavam dentro da área Xucuru. Posteriormente, também, houve a morte de mais dois índios, quando o Cacique Marquinhos sofreu um atentado e, aí, num conflito interno com os índios que seriam considerados os Xucurus de Cimbres e, hoje, esses índios foram expulsos da terra e estão desaldeados – estão com casas pagas em Pesqueira, em Recife. São mais de mil índios que estão desaldeados e nós, por assim dizer, temos uma dificuldade muito grande na questão de reassentá-los porque para a área onde eles estavam fica impraticável, uma vez que as lideranças dos Xucuru que estão na área não aceitam e não permitem, e a Funai também não compra terra. Este é um papel do Incra, um papel do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no sentido de adquirir, e, no momento, já se foi procurar todos os órgãos públicos no sentido de encontrar uma saída para essa questão dos xucurus, para assentar esses índios que estão desaldeados, aonde eles estão numa dificuldade imensa e a Funai não tem conseguido dar uma resposta no sentido de manter a moradia e a alimentação adequada. Existem atrasos nas questões de cestas básicas, de pagamento de aluguéis – Brasília não tem descentralizada até porque o Ministério da

Justiça não tem repassado, também, esses recursos para esta finalidade e o sofrimento dessas pessoas que estão desaldeadas é muito grande. Isto já tem um ano. Foi no dia 7 de fevereiro de 2003 e, até o momento, não se apontou nenhuma saída para resolver, definitivamente, a questão desses índios que estão desaldeados. Este, então, é um problema muito grave que nós estamos vivenciando com essa questão de terras para os índios.

A outra questão que, também, eu gostaria de citar é a questão de Truká. Tem as ilhas do São Francisco na região de Cabrobó aonde o polígono da maconha tem, também, uma intersecção e o que ocorreu lá foram, também, situações de conflitos com essas pessoas que plantam maconha lá, onde o Ailson Suca está desaldeado. Ele está em Recife. Está escondido aqui porque ele denunciou o narcotráfico e o narcotráfico o persegue, procurando, de todas as formas, eliminá-lo. Ele, então, está ausente da aldeia porque não tem segurança para ele poder fazer o trabalho. Agora mesmo, a Polícia Federal está fazendo todo um trabalho no sentido de erradicar a maconha – pelo menos temporariamente. Mas eu acho que esse trabalho – e, aí, é aonde eu coloco – deveria ser permanente. Deveria haver uma segurança permanente, um trabalho de garantir para que os índios trabalhadores – aqueles agricultores – pudessem plantar, sobretudo, no que é a área de arroz em grande escala. Lá nós temos plantações de arroz em grande escala e que fosse assegurado a esses índios a segurança deles conseguirem fazer a sua produção e o escoamento sem que haja essa insegurança que, hoje, está vivenciada lá na área.

Então, até para não me delongar – e nós ainda estamos tomando pé de toda a situação – eu gostaria de fechar com essas três etnias nas quais temos problemas aí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Com a palavra o Relator, Sr. Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Primeiro, eu gostaria de solicitar ao Sr. Manoel Barros Sobrinho para que fornecesse a esta CPI a cópia de todos os expedientes dirigidos à Direção da Funai e ao Ministério da Justiça, porque é muito preocupante ouvir de V. S^a, neste momento, que é uma situação que perdura a um ano sem solução.

Presidente Alvaro Dias, diante de uma situação como essa, o entendimento tem que esperar o fim da CPI. Creio que, de posse desses documentos, vamos estar aqui até amanhã, poderíamos oficializar o quanto antes ao Sr. Ministro da Justiça e ao Sr. Presidente da Funai, cobrando providências acerca disso.

Creio que essa é uma primeira providência imediata e necessária.

A segunda questão é um questionamento que faz semelhante ao do DRT. Sabemos que o programa da desintrusão envolve a situação dos não-índios. Como é que está acontecendo esse trabalho com o Incra. Há um entendimento, há o convênio, porque também acaba sendo público-alvo da própria reforma agrária, beneficiário, portanto, na questão da reforma agrária e dois órgãos do mesmo Governo, do Governo Federal, neste caso, teriam que agir de forma parceira.

Então, esses questionamentos e mais a minha preocupação com esses fatos que estão acontecendo aqui, que não vem de hoje evidentemente, mas que nós, como membros de uma CPMI da Terra, que está voltada para os problemas dos conflitos fundiários, que não são pequenos, são muitos, que pretende, vamos dizer, dar ou um basta, ou pelo menos diminuir a violência no campo, essa situação das etnias é muito preocupante, e creio que era importante termos essa documentação, esses expedientes, ofícios, que já foram remetidos às instâncias superiores, no sentido de solucionar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não sei se o Senador Sibá deseja fazer uso da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vi pela televisão o trabalho da Polícia – parece-me que é Polícia Federal – nesta região que o senhor falou.

A minha pergunta é: o que foi feito precisamente até agora pelo Poder Público? Houve a sugestão que se apontaria que, caso pudéssemos, na conversa com o Governador, adiantar alguma sugestão para, pelo menos, essa solução mais imediata no que diz respeito a essa região do Vale do São Francisco, que o senhor levantou a respeito de narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – A primeira questão o Deputado João Alfredo já fez e solicitou a documentação. Não vamos repeti-la. A segunda: quais são as áreas que ainda aguardam ou ainda guardam problemas de demarcação no Estado de Pernambuco?

O senhor citou os conflitos com a etnia Xucuru, Truká e Funiô, no Município de Águas Belas. A aldeia praticamente se confunde com o perímetro urbano da cidade.

E uma última questão é que, nos primeiros meses de gestão do ex-administrador, Dr. Manoel Lopes, houve uma série de conflitos na Funai, em Pernambuco, inclusive com a ocupação da sede da Funai e a solicitação de apoio à Polícia Federal, para que o

conflito não prosperasse. Se, durante esse período em que o senhor está na Funai, pode nos informar quais teriam sido as razões do afastamento do primeiro superintendente nomeado, já que todos nós acompanhávamos esses conflitos, especialmente em relação às questões da Funai no setor do São Francisco? É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, o Sr. Manoel Barros Sobrinho.

O SR. MANOEL BARROS SOBRINHO – É muito oportuna essa sugestão que V. Ex^{as} estão nos dando, de fornecer os memorandos de todas as reivindicações, de todas as solicitações que fizemos no sentido de resolver essa questão de Xucuru, porque isso vem se perdurando. Só para resumir essa questão, são oito meses de aluguel sem se pagar. Então, é uma coisa cruel. Eles têm, inclusive, ameaçado vir à sede do Recife. Temos dito que não podemos realizar a solução não só nessa questão, mas também e sobretudo a questão definitiva que seria terra para poderem usufruir com assistência técnica para que possam produzir. Portanto, isso é importante, e vamos colaborar. Hoje ou amanhã pela manhã, no máximo, providenciaremos isso.

Com relação ao convênio com o Incra, esta semana estive conversando com Andréa Butto, que cuida da questão indígena no Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também com o João Farias no sentido de que possamos manter esse intercâmbio. A Andréia me disse que está sendo firmado um convênio entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Justiça, junto à Funai, para que seja feita desintrusão, sobretudo nas terras da reserva Raposa Serra do Sol, de Roraima, conflito que desencadeou a formalização desse acordo. O convênio está sendo formalizado, e esperando que a partir dele possamos avançar na questão da desintrusão dos posseiros que se encontram nas aldeias, já que na maioria delas existem posseiros.

Posteriormente, poderei responder melhor. O Paulo Rubem coloca quais as outras áreas em que se está precisando avançar na questão da demarcação.

Em relação à área de segurança do polígono da maconha, temos o conhecimento de que a ação do Poder Público tem sido muito tímida. É algo que tem ocorrido esporadicamente, como a ação da Polícia Federal em conjunto com o Governo do Estado que está ocorrendo agora. Conforme foi colocado pela imprensa, isso não tem ocorrido até para não se colher a maconha. Não há uma ação sistemática e consistente que garanta permanentemente, até por falta de condições, a segurança nessa área tão difícil de ser controlada porque ora se tira a maconha e, posteriormente, retorna tudo de novo, e eles continuam fazendo

as plantações. Quer dizer, não há um trabalho no sentido de não permitir que se volte a plantar, até porque creio que a Polícia Federal não tem efetivo suficiente para fazer a cobertura permanente.

Por isso, a Funai, juntamente com o povo Truká, em 1999, preparou um projeto de segurança alternativa. Porém, esse projeto praticamente ficou no papel. Só foram descentralizados R\$2 mil nesse tempo todo. Era um projeto orçado em R\$66 mil e absolutamente parou por aí. Quer dizer, já se passaram quase cinco anos, e não se avançou na questão da segurança do pessoal da área de Truká. Assim, não há efetivamente nada que garanta uma produção tranqüila do arroz, produção básica da região.

Quanto às áreas de demarcação que ainda existem, as áreas como Pankararu firmaram um acordo com a Chesf num processo de área, mas também Cambiuá, Pipipã e Capinauá.

Deputado Paulo Rubem, posso lhe dar detalhadamente esses números por escrito sobre todas essas etnias. Todas elas, de forma geral, têm um processo de regularização da posse para que o índio possa ter tranqüilidade de trabalhar para o seu sustento. Não quero me alongar, pelo tempo, nas questões políticas propriamente ditas, como a questão do índio, da minoria e da discriminação. Não adentrarei em todas as questões porque o tempo é exíguo, e há necessidade de cuidarmos mais das questões práticas que necessitam de resposta imediata que garanta toda uma prosperidade ou, pelo menos, assegure a sobrevivência dos povos indígenas, o que é fundamental para avançarmos nessa questão.

Com relação ao conflito ocorrido na sede, em janeiro deste ano – quando foi ocupada inclusive a sala do administrador –, esse conflito se deu porque o José Índio – que está preso no Presídio Aníbal Bruno – tentou forçar a barra junto o administrador para conseguir recursos. Grande parte dos índios, por uma situação histórica, não pedem ajuda, mas a exigem, fazem exigências até com ameaças físicas aos administradores. Há grande dificuldade de se trabalhar dentro da Funai. Tanto o é que está para ocorrer uma intervenção – não seria uma intervenção na administração – para levantar todas as questões de facilidade que alguns administradores anteriores tiveram com relação à liberação de recursos públicos que não tiveram suas aplicações acompanhadas. Não foi feito o controle disso. Assim, estão vindo um Delegado da Polícia Federal, um representante do Ministério Público e auditoria para fazer todo esse levantamento.

O atual administrador, Dr. Petrônio, quer implantar um sistema de orçamento participativo, com controle das próprias etnias. Uma delas não concorda, foi a

Brasília com mais de 140 índios e forçaram a barra. A intervenção acontecerá justamente por conta desse problema que foi gerado em Brasília.

Queremos dar transparência, modificar a estrutura de trabalho para podermos dar uma resposta à base, àqueles mais necessitados que, muitas vezes, nem à sede vêm em detrimento de outros que vêm à sede arrancar – vamos dizer assim – verba, que, muitas vezes, não têm aplicação devida, para o que é fundamental, para a produção. Então, esse conflito aconteceu.

O administrador Manoel Lopes saiu muito mais em função do tratamento que dava aos índios. Isso é fundamental para responder o Paulo. Era um tratamento de choque, de confronto, de conflito com o índio. Na minha opinião, não condiz com o administrador essa postura de ameaça ao índio, de peitá-lo, de criar medo nele. Na minha opinião, não é esse o procedimento que nós, gestores, devemos exercer, mas, sim, buscar o diálogo e o entendimento mesmo com todas as dificuldades existentes, como disse, de pressão, de exigência. Cabe-nos tomar as providências legais e não com a força física. Isso foi consequência de se ter levado uma insatisfação muito grande na base indígena. Muitos foram a Brasília reclamar dessa situação. Posteriormente, pelo que o Presidente coloca, essas denúncias, juntamente com outras coisas que foram colocadas – não sei bem – em relação a armas, que também ele estaria usando – não posso afirmar porque não vi –, teriam gerado a saída dele.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, ao Manoel Barros Sobrinho, da Funai.

Agradeço a todos pela presença no auditório da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Agradeço também o Presidente da Assembleia, Deputado Romário Dias, pela concessão deste espaço a fim de que esta CPMI pudesse trabalhar.

Retornaremos a partir das 14h30min para os novos depoimentos.

Muito obrigado.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 13h14min, a reunião é reaberta às 14h43min.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Boa-tarde a todos. Estamos reiniciando a reunião da CPMI iniciada logo pela manhã, para ouvir depoimentos de organizações sociais. O objetivo é ouvir lideranças das associações que representam trabalhadores sem terra e também os representantes dos proprietários rurais. Na parte da manhã, ouvimos os órgãos públicos que possuem relação com a questão da terra.

Cabe justificar a ausência do Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco, Sr. Renato Augusto Pontes Cunha, que está em Brasília; representando-o está o Sr. Tiago Delfino de Carvalho Filho, que vem para ouvir e trazer a justificativa da ausência do Presidente de seu Sindicato.

Está ausente também a Srª Marluce Cavalcanti de Melo, da Comissão Pastoral da Terra, por se encontrar na assembléia geral ordinária da Comissão Pastoral da Terra, que se realiza no Estado de Goiás. Juntamente com o ofício justificando sua ausência, S. Sª encaminha vários dossiês que a CPI levará para análise.

Vamos iniciar os trabalhos desta tarde, convidando para que assuma lugar à mesa o Sr. Ricardo Buarque de Gusmão, da Associação dos Fomecedores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco, cuja presença agradecemos. Ele será o primeiro depoente desta tarde, trazendo sua contribuição a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e, após sua explanação, os Senadores e Deputados farão as indagações.

Passo a palavra, então, ao Sr. Ricardo Buarque de Gusmão.

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Boa-tarde a todos. Quero manifestar o agradecimento por Pernambuco acolher os Srs. Senadores que têm a preocupação de trazer uma solução para esse conflito que vem atormentando toda a classe produtora rural pernambucana.

Estou à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O nosso convidado Ricardo Buarque de Gusmão não desejaria expor o ponto de vista da Associação, antes que os Parlamentares fizessem suas indagações? Ou prefere que já formulem as questões?

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Eu prefiro que sejam formuladas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Então, vamos passar a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que proponha questões a serem respondidas pelo representante da Associação dos Fomecedores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Senador Sibá Machado; Deputado Paulo Rubem, nosso companheiro da Bancada do PT lá na Câmara; nosso convidado de agora à tarde, Sr. Ricardo Buarque de Gusmão, vínhamos seguindo aqui uma sistemática – não sei se V. Sª estava aqui de manhã – que era de dar um período para as pessoas fazerem uma exposição livre, e, a partir daquela exposição, procurávamos formular algumas perguntas para esclarecer algumas dúvidas.

Pois bem, ouvi V. S^a falando, como representante da Associação dos Fornecedores, que há um problema grave no campo, aqui em Pernambuco. Então, eu lhe faria aqui duas perguntas importantes para que entendamos a situação, até porque hoje teríamos o representante dos proprietários, Sr. Renato Augusto Pontes Cunha, do Sindicato do Alcool e do Açúcar, que infelizmente não pôde comparecer; seu representante é o Sr. Tiago, que já disse que ficará apenas observando, que não fala pela entidade; mas temos a presença de V. S^a, representante da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar. Então, pediremos alguns esclarecimentos, também porque não sou de Pernambuco, sou do Ceará. E eu pediria a V. S^a que anotasse as perguntas, porque a nossa sistemática aqui será esta: V. S^a ouvirá perguntas minhas, depois do Senador Sibá Machado, depois do Deputado Paulo Rubem.

Minha primeira pergunta a V. S^a é sobre a Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco. O que é essa associação? Quem ela representa em Pernambuco? Ela tem alcance estadual? Ela representa o pensamento dos proprietários rurais aqui do Estado de Pernambuco ou somente dos fornecedores de cana e, portanto, só os mais ligados à Zona da Mata? Mesmo sendo ligada aos fornecedores de cana da Zona da Mata, ela representa a todos – pequenos, médios e grandes? Ou só os grandes?

A segunda pergunta refere-se ao Proálcool, até para a compreensão do problema a partir das exposições feitas hoje pela manhã pelo Superintendente do Incra e pelo Secretário de Produção Rural do Governo do Estado. Talvez a palavra seja forte, talvez não seja apropriada, mas gostaria de saber sobre o impacto da “falência” do Proálcool, esse programa de incentivo à indústria sucroalcooleira. Na visão dos fornecedores, o que efetivamente aconteceu com esse ramo da produção? O que significou essa crise? Quais foram os impactos dela do ponto de vista dos proprietários e também do ponto de vista dos trabalhadores? O que isso causou aos trabalhadores? Segundo o representante da Delegacia Regional do Trabalho, constatou-se que estariam sendo descumpridas normas que regem as relações trabalhistas, tais como assinatura de carteira, recolhimento das obrigações sociais, cumprimento dos acordos trabalhistas. Isso foi dito pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho, e eu também queria ouvir de V. S^a a visão dos fornecedores de cana-de-açúcar.

Por último, que crise é essa, no entendimento de vocês, que está ocorrendo no campo brasileiro de modo geral, porém mais especificamente no Estado de Pernambuco? Fiz essa pergunta ao representante

do Incra, ao representante da Secretaria de Produção Rural, e também vou fazê-la aos representantes dos trabalhadores, pois houve essa grande mobilização social aqui. Como os fornecedores de cana-de-açúcar identificam essa crise, do ponto de vista econômico, social e político?

Na verdade, estou puxando por uma exposição que deveria ter sido feita. São esses os questionamentos que faço a V. S^a para que tenhamos um quadro completo do tema. Ouvimos os órgãos públicos de manhã e ouviremos representantes dos proprietários e dos trabalhadores à tarde, para termos uma visão de todos os lados dessa questão.

Eram essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passo a palavra imediatamente ao Sr. Ricardo Buarque de Gusmão, pois as perguntas do Relator oferecem a oportunidade da exposição inicial do nosso convidado. Depois concederei a palavra ao Senador Sibá Machado e ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Responderei à primeira pergunta, que se destina a saber quem é a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco. A Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco representa seus 920 sócios atuais e os demais contribuintes não-sócios. Em Pernambuco, há 11.161 fornecedores de cana, dos quais 92% produzem abaixo de mil toneladas de cana, 5% acima de mil até cinco mil toneladas, 1% acima de cinco mil até dez mil toneladas, e 1,3% acima de 10 mil toneladas. Para traduzir o que isso significa, informo a V. Ex^{as} que um hectare de terra produz, na média do Estado, em torno de 53 toneladas de cana. Portanto, a atividade, conforme informativo, já é ocupadora de uma pequena área na Zona da Mata.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A Associação representa proprietários de terras com, mais ou menos, quantos hectares? Não tenho intimidade com esses números.

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Nem todos os fornecedores de cana são proprietários; muitos deles são rendeiros.

A segunda pergunta refere-se ao Proálcool. O que ocorreu com o Proálcool na visão do fornecedor de cana? Faltou o acompanhamento do programa, depois de montado. O programa foi criado na década de 70, quando o Governo publicou o seguinte *slogan*: “Plante que o Governo garante”. Porém, depois de implantado, ele foi abandonado. Por quê? Porque deixou de ser considerado um programa estratégico de fonte de energia renovável. O impacto que isso provocou na cadeia produtiva afetou não apenas os fornecedores de cana – que nem sempre são proprietários –, mas

também os industriais e os trabalhadores. Isso não ocorreu apenas em Pernambuco. A Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, migrou para dentro da cidade e hoje está ocorrendo o mesmo naquele Estado. Por sinal, a Secretaria de Produção do Rio de Janeiro fez um convite ao nosso Assessor Gregório Maranhão, que esteve lá na semana passada, para demonstrar um programa que foi executado em Pernambuco, chamado Prorenor, em que o Governo do Estado deu a mão ao produtor para que voltasse a ter uma produção que havia sido dizimada pela seca.

Esse foi o resultado do Proálcool: de um lado, houve incentivo; do outro, tirou-se a condição de consumo, por falta de controle. Depois de 1990, quando acabou o IAA, não houve mais nenhum órgão gestor, e o setor realmente ficou sem rumo.

Quanto à parte trabalhista, infelizmente o nosso órgão representante não foi convidado, nem está presente. É o Sindicato dos Produtores de Cana. Confesso-lhe que não tenho dados para responder a essa parte.

A terceira pergunta foi sobre os motivos da crise da terra em Pernambuco. Também me resguardo ao responder, pois a crise que conheço é a da Zona da Mata, onde atuamos. E os motivos são a junção de tudo o que já falei: a produção, a liquidez do nosso produto – que, em certas horas, falta –, o desincentivo, a saída do Banco do Brasil como órgão de apoio ao produtor, o regime econômico milagroso publicado pelos Governos anteriores – tivemos que engolir esse regime milagroso, mas o nosso produto não era corrigido na mesma proporção; isso causou o endividamento do setor canavieiro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Saúdo os convidados desta audiência, o setor que representa os plantadores e fornecedores de cana e o que representa o movimento social organizado no campo de Pernambuco, principalmente o Sr. Aristides, que eu não via há alguns dias.

Sr. Ricardo, falando sobre a crise, o plantio de cana-de-açúcar no Nordeste se iniciou, salvo engano, no séc. XVII ou no séc. XVIII. O Proálcool foi criado no Governo militar, ou seja, na década de 70. Pergunto, então, desde quando o setor está em crise, pois me parece que o Proálcool foi criado para salvar a economia. Gostaria de saber também se há outro programa em curso para solucionar o problema da produção de cana no Brasil. Queria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso.

Em segundo lugar, indago se o setor hoje se sente ameaçado em Pernambuco e por quem. Terceiro, se

os plantadores de cana são também usineiros. Quarto, se o senhor acredita que ainda há espaço para novos assentamentos de reforma agrária na região da cana-de-açúcar, e, quinto, se é possível associar a reforma agrária com a indústria canavieira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de ouvirmos o Sr. Ricardo, passamos a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Senador Sibá Machado, Deputado João Alfredo, prezado participante e caro Ricardo, há mais ou menos seis ou sete anos, tivemos a oportunidade de atender a um convite da Associação dos Fornecedores de Cana, naqueles primeiros momentos em que se rediscutia a questão do Proálcool. Recordo-me de que, durante mais de quatro horas, já naquela época, foram suscitadas inúmeras questões que me parece ainda persistem no cenário da agricultura de Pernambuco e do Nordeste, sem que tenha havido uma convergência dos órgãos federais e estaduais para que tais problemas sejam adequadamente resolvidos.

Um primeiro ponto sobre o qual gostaria de ouvir sua opinião é em relação à progressiva desativação do parque industrial sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco. Muitas vezes são tratados os créditos devidos pelas usinas e destilarias por ocasião do encerramento ou da paralisação de suas atividades, mas não chega ao conhecimento da opinião pública quanto os fornecedores de cana ficam à espera do pagamento da cana fornecida às usinas e destilarias, e de que forma tentam ou conseguem se articular a fim de recuperar o que lhes é devido pelas empresas que fecham ou paralisam as atividades. Com relação a esse aspecto de paralisação ou de fechamento da atividade industrial, ou até do desmonte da atividade industrial – em algumas cidades conhecemos isso de perto –, qual é a situação dos fornecedores nos municípios que, há alguns anos, viviam a atividade industrial das usinas e destilarias? Os fornecedores conseguiram redirecionar a produção? Que tipo de apoio tem sido obtido para que o fechamento ou a paralisação de usinas e destilarias não arraste pela correnteza também a situação dos fornecedores?

Além disso, V. S^a poderia detalhar um pouco mais o problema do preço? Temos lido e acompanhado, inclusive com o respaldo da Fundação Getúlio Vargas, a constante reivindicação da atualização do preço pago pela cana-de-açúcar. Isso tem sido reiteradas vezes apresentado à opinião pública e levado ao conhecimento das autoridades, mas creio que termina inserido na mesma situação de outros insumos que

se ressentem de um preço corrigido, adequado em função de todos os insumos envolvidos na produção da cana-de-açúcar. Do seu ponto de vista, o problema ainda está pendente? Há pleitos encaminhados ao Governo Federal, aos órgãos estaduais? Ou ainda é uma grande dor de cabeça para o fornecedor a correção do preço de sua produção?

Finalmente, gostaria que alguns dados nos fossem fornecidos em mais detalhes – em parte, a tabela já esclarece: a quantidade de produtores, a média das propriedades, a produção, o que representa atualmente a atividade em termos dos municípios da Zona da Mata, em quantas cidades da Zona da Mata se desenvolve a atividade do fornecedor de cana e qual tem sido a participação do fornecedor de cana perante os órgãos de Estado e da União no sentido da reestruturação produtiva da Zona da Mata. Temos ouvido algumas opiniões e visto alguns empreendimentos que se inserem no meio da atividade canavieira. Algumas pessoas acreditam que isso pode representar uma opção agroindustrial para a zona canavieira. Outras acreditam que não, que a Zona da Mata vai continuar, por muitas décadas, sendo viável apenas com a cana e com o atual modelo. É possível consorciar outras culturas? Tais culturas teriam escala e rentabilidade para gerar renda ao produtor, renda ao empregado? Ou é ilusão pensar em outros empreendimentos, em outros cultivos, especialmente nas áreas em que as usinas e destilarias fecharam suas propriedades e não se conseguiu uma nova perspectiva? (Não se conseguiu, como se diz na linguagem do setor, “botar cana para outra usina”, nem se conseguiu uma reestruturação.) De que forma a Associação vê hoje a relação do Estado com o Governo Federal? E de que forma vê a persistência das situações de crise, de conflito e, sobretudo, de desigualdade?

Encerro, Sr. Presidente, lembrando que há uma pequena diferença de números, mas talvez seja entendimento comum que, nos últimos dez anos, com o fechamento das atividades de usinas e destilarias, algo em torno de 150 mil empregos sumiram da Zona da Mata. Portanto, de que forma o setor leva sua voz ao Governo Federal? Lembre-se também que o Banco do Nordeste acaba de anunciar a retomada de linhas de crédito e financiamento para a cana-de-açúcar. Não sei se já há documentos fechados quanto a isso, se já há parcerias firmadas entre os fornecedores e o Banco do Nordeste, mas me parece que é um anúncio que merece a consideração de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passo a palavra ao Sr. Ricardo Buarque.

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Pois não, Sr. Presidente. Respondendo às perguntas do Se-

nador, em primeiro lugar, todo proprietário, seja de terra, de carro, de farmácia, de apartamento, vive realmente ameaçado com a falta de respeito ao direito do próximo. Hoje, estamos vendo terra produtiva sendo invadida. Amanhã, talvez vejamos apartamentos ocupados sendo invadidos. Essa é a nossa preocupação.

Os plantadores de cana, ou melhor, o produtor de cana pode ser proprietário, rendeiro, usineiro. Não é só o proprietário, só o usineiro que produz cana. O rendeiro produz cana, o usineiro produz cana, o proprietário pequeno, grande, todos produzem cana.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Todas as usinas são proprietárias de terra? Ou existem usinas que não possuem terras e compram o produto de outras pessoas?

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – A coisa é meio dinâmica: tanto existem usinas proprietárias de terra plantando cana, como arrendando essas terras a produtores, como comprando o produto do proprietário diretamente, ou do rendeiro da terra de terceiros. É muito dinâmico o processo.

Quanto à questão do espaço, nunca falta espaço para uma reforma, não só agrária como de qualquer tipo. No entanto, é preciso que essas reformas sejam bastante harmônicas e que o processo esteja sob controle. O que está ocorrendo em Pernambuco é que a falta de respeito, a falta de cumprimento da lei está fugindo um pouco ao controle.

A pergunta sobre a associação da reforma agrária com a cana e a indústria fica respondida na resposta anterior. Ora, sabemos que há diversos assentamentos no Estado, principalmente na Zona da Mata, onde antes se produzia e hoje não se produz, depois do assentamento. Sabemos que existem assentamentos que se estão transformando em imobiliária rural, em favela rural. Tudo isso está acarretando descontrole e falta até de capacidade de se identificar a vocação desse pessoal: não sabemos quem tem vocação de ser produtor rural ou quem tem vocação de fazer tumulto na área rural. Seria bastante relevante que, ao se adotarem critérios para a reforma, fosse estabelecido, em primeiro lugar, que o trabalhador deve ter vocação para produzir, plantar, colher. Temos visto pessoas da cidade indo para o campo para provocar falta até de higiene, porque não existe saneamento, não existe nada preparado para aquele aglomerado de gente, e, de repente, transforma-se um pedaço de terra em um conjunto de residências, sem nenhum preparo para aquilo.

Então, espaço há, desde que haja, em primeiro lugar, uma reforma nos assentamentos. Temos ouvido que chega dinheiro do Governo Federal para fazer isso e aquilo, que já foi aumentada a verba para o

proprietário ou para o assentado de quatro para oito; contudo, quem está publicando o retorno disso? Qual é o retorno desse investimento?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nossa preocupação é saber se a cana-de-açúcar é um dos produtos possíveis de salvar a reforma agrária, que está com esse problema grave atualmente, da favelização. Hoje de manhã, outras pessoas também falaram sobre isso. Estou perguntando se é possível associar a cana à reforma agrária, em novos assentamentos ou para os já estabelecidos, como forma de se resolverem esse problemas.

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Sei que não é do conhecimento de V. Ex^a, mas posso assegurar que a cana, por si só, já impulsionou algumas reformas frustradas. Houve época em que o Incra proibia o reformado, o assentado de plantar cana, mas os que sobreviveram foram exatamente aqueles que não cumpriram essa determinação. Sou capaz de identificar um caso em que foi a cana que tirou o assentado da miséria: o assentamento do Engenho Florescente, antigo Engenho Macaco, na cidade de Água Preta, que foi propriedade da usina Catende e hoje é terra de assentados.

Responderei agora a indagação do Deputado Paulo Rubem sobre o parque industrial desativado. Na verdade, quando uma indústria é desativada, seja ela qual for, deixa um bocado de viúvas e viúvos, pois a desativação acarreta desemprego e causa um desequilíbrio econômico no município, sobretudo quando se trata de uma usina de açúcar, porque, como disse o Senador, o que temos de mais valioso no Estado, além da usina, é a tradição. Pernambuco foi pioneiro no Brasil na plantação de cana, e não é possível que estejamos errando nesses anos todos. A atividade merece uma reflexão. O município perde as usinas, e fica um viúvo. Nossa condição em Pernambuco é menos agravada, por uma questão de logística: a produção das usinas fica em torno de 20 quilômetros a 30 quilômetros de raio; somando-se 30 quilômetros mais 30 quilômetros, referentes a duas usinas, são 60 quilômetros, ou seja, se uma dessas usinas é desativada, normalmente há outra por perto para absorver os trabalhadores que perdem o emprego. É o que se vem praticando. Nos últimos anos, caiu a produção. Não só as usinas fecharam, como a produção do Estado caiu. A distribuição por unidade continuou praticamente a mesma. Fecharam seis usinas, se não estou enganado, mas a produção caiu de 26 milhões de toneladas de cana para 17 milhões de toneladas. Agora estamos retomando essa área perdida, a princípio por conta do programa do Estado, o Prorenor. Agora que o produtor foi incentivado, que foi beneficiado com esse progra-

ma, ele já está em condições de se preparar para um aumento, para um retorno de produção.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Ricardo, como o senhor avalia o fato de algumas empresas terem encerrado as atividades em Pernambuco, tendo deixado alguns compromissos para trás, e os grupos terem se deslocado para outros Estados para reabrir suas empresas, alguns com outras razões sociais? Elas deixaram de produzir em Pernambuco, de comprar cana, de pagar os fornecedores, e passaram a atuar em outros Estados, sem que se resolvesse o conflito aqui. Ficou um passivo aqui, mas as empresas se constituíram em outros Estados, com outra razão social, talvez até dispondo de outros insumos e créditos. Isso realmente ocorreu? O senhor tem conhecimento de casos? Qual a avaliação que os senhores, fornecedores de cana, têm desse fato?

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Não tenho nenhum conhecimento que me possa assegurar que houve esse tipo de migração. No entanto, volto a dizer que o grande responsável pelo atrapalho todo do setor foi a extinção do órgão gestor, o IAA, sem que outro o substituísse. De 1933 até 1990, existiu o IAA. Em 1941, houve uma reforma; em 1965, outra reforma; em 1990, o IAA simplesmente foi extinto; “puxou-se o tapete” de toda a classe produtora de cana-de-açúcar do Nordeste. Isso foi, com certeza, o que contribuiu bastante para o desequilíbrio socioeconômico do setor.

O preço da cana era dado de acordo com o estudo da Fundação Getúlio Vargas. Desapareceu até esse tabelamento, que era sempre alguém do que queríamos, mas que respeitava, de certa forma, um patamar de custo de produção. De 1998 para cá, desapareceu. Estamos produzindo hoje, nas nossas terras acidentadas, com a remuneração igual a de São Paulo, a do Centro-Sul. Nós, aqui, para cada mil toneladas de cana, empregamos mais de quatro trabalhadores; no Centro-Sul, para cada mil toneladas de cana, emprega-se, em média, um trabalhador ou menos.

Então, não é atrás de lucros que estamos defendendo, perante o Governo, a continuação do Programa de Equalização do Custo de Produção no Nordeste – o que chamam erradamente de subsídio. Não é subsídio. No Nordeste, somos o segundo menor custo de produção de açúcar do mundo. O primeiro é o Centro-Sul. Então, o Brasil tem o direito de ter o primeiro menor custo e o segundo menor custo de produção. Para que haja uma harmonia nessa produção, é preciso que se mantenha um equalizador de custos de produção. Não é subsídio. Acabamos de moer uma safra, e todos que têm pelo menos um parente no setor sabem que o preço que recebemos não foi compatível com o que gastamos.

Vamos agora à pergunta sobre o que representa a cana aos municípios e quantos municípios. Enquanto a cana em São Paulo representa, se não me engano, algo em torno de 190 milhões de toneladas, Pernambuco produz 17 milhões de toneladas. Mas, em São Paulo, ela representa 2% do PIB; em Pernambuco, mais de 12%.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Em relação ao Estado?

O SR. RICARDO BUARQUE DE GUSMÃO – Sim, em relação ao Estado. Então, com toda certeza, ela representa muito mais socialmente do que economicamente, se levarmos em conta o número de empregos que ela oferece e o que representa em termos percentuais para a economia do Estado.

Quanto ao Banco do Nordeste, há mais ou menos um mês, ele anunciou um noivado com o setor. Isso já é alguma coisa, porque fazia mais de vinte anos que Banco não operava com a classe. O Banco do Brasil nos deixou por conta de inadimplência, provocada por planos que foram lançados. Tomando apenas um desses planos como exemplo, corrigiu-se a dívida dos produtores em 83%, enquanto o produto foi corrigido apenas em 40%.

O Banco do Nordeste agora acenou com essa intenção, e a Associação, dentro do possível, está fornecendo todos os dados técnicos para que o Banco tenha conhecimento do que se está processando, do custo, da produtividade. Houve uma recuperação na produtividade. Chegamos a ter menos de 45 toneladas por hectare; hoje estamos com 53 toneladas por hectare. Assim, estamos aguardando que, dentro de poucos dias, estejam em andamento os projetos de financiamento do Banco do Nordeste.

Só voltando um pouco em um ponto e pedindo permissão ao Senador Presidente da Comissão, quero fazer uma explanação: sou a terceira geração na família a plantar cana. Meu avô plantou, meu pai plantou, eu estou plantando e rezando, pedindo a Deus para que meu filho consiga continuar com essa atividade, porque, como eu disse antes, Pernambuco foi o pioneiro. O Estado tem não só a tradição de plantar cana, mas uma coisa mais profunda, que é a família. A família do plantador de cana, normalmente, vem dos avós, dos bisavós, em terras cedidas pela Coroa, que hoje são de produtores de cana.

Aqui faço uma pausa para contar uma história sobre a cana. Jesus, quando esteve na terra, ia levando uma queda e seguiu-se em uma touceira de cana, salvando-se de ter um acidente maior. Quando se levantou, Ele disse à cana: “Tu és amarga e serás doce; quem te plantar enverga, mas não quebra!”

Eu estou acreditando nisso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação do Sr. Ricardo Buarque de Gusmão.

Pedimos para que tome assento à Mesa, para o próximo depoimento, o Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – Fetape, a quem passamos a palavra. Em seguida, usarão da palavra o Sr. Relator e os demais Parlamentares. Desde já, Sr. Aristides, agradecemos a sua presença e certamente a contribuição importante dessa federação de trabalhadores com grande expressão no Estado de Pernambuco.

V. S^a está com a palavra para a sua exposição inicial. Fique à vontade para abordar as questões que considera mais importantes no cenário atual de conflitos existentes relativos à reforma agrária no Estado de Pernambuco.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Inicialmente, quero saudar o Sr. Presidente da Comissão Mista, Senador Alvaro Dias, e o Relator, Deputado João Alfredo. Retorno também a saudação ao companheiro Senador Sibá Machado, que esteve conosco nas lutas sindicais, na época da construção do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores. Igualmente, saúdo os senhores representantes dos sindicatos do setor patronal, os demais presentes, companheiros e companheiras de outros movimentos sociais, e o Deputado Paulo Rubem, por meio de quem saúdo a todos os Deputados.

Farei aqui algumas considerações. Estamos vivendo um momento em que é preciso trazer algumas contribuições. É isso o que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Pernambuco tenta trazer, na tarde de hoje, para este debate, não só em Pernambuco, mas no Brasil, com relação à realização de tão importante luta, de tão grandes sonhos, dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, principalmente dos sem terra e dos com pouca terra, que querem ver o País desenvolvido, o que começa por uma justa distribuição da propriedade.

Como é um problema secular no Brasil, vamos levantar algumas questões, algumas denúncias. Vamos entregar à CPI nossa contribuição, Sr. Presidente, por meio de um documento com alguns dados, com algumas informações.

Inicialmente, quero dizer que constatamos um baixo nível na execução da reforma agrária, principalmente no Estado de Pernambuco. Se V. Ex^{as} tomarem os dados do Incra relativos ao período de 1979 a 2002, aproximadamente 10 mil famílias apenas foram assentadas em Pernambuco. Se verificarmos os números gerais de hoje, eles aproximam-se a 13 mil famílias.

Nesse período tão grande, a ação do Incra foi muito pequena diante do número de pessoas necessitadas de terras no Estado. Se considerarmos as 13 mil famílias assentadas, veremos que a infra-estrutura e a condição de produção delas também são precárias, dando margem àqueles que são contra a reforma agrária para armarem seu discurso contra ela.

IO Estado está ausente – e, quando falo de Estado, estou falando de municípios, dos governos estaduais e da União. Há uma ausência de políticas para as áreas de assentamentos. Não basta desapropriar uma terra em uma área da Zona da Mata, do agreste, ou do sertão. É preciso dar condições para que as pessoas possam viver, produzir, melhorar suas vidas e trazer progresso para a região, para a localidade onde vive. Como diz Dom Francisco, que é da minha região, do Pajeú, bispo aposentado da Diocese de Afogados da Ingazeira: “Reforma agrária não é apenas distribuição de terras.” E ele compara a reforma agrária a uma feijoada: “Não se faz feijoada só com feijão, porém não se faz feijoada sem feijão.” A base da reforma agrária é a terra, como a base da feijoada é o feijão. Mas, sem os temperos, sem os outros ingredientes, não se faz a feijoada. Portanto, terras sem crédito, sem condições de habitação, energia, infra-estrutura não é reforma agrária. Pode ser distribuição de terra ou qualquer outra coisa.

Assim, podemos dizer, principalmente quanto à Zona da Mata, que teve um enfoque bastante forte, com muitos números, que, de fato, não existiu ainda uma reforma agrária como desejam os trabalhadores e trabalhadoras sem terra, não só de Pernambuco, mas do Brasil.

Vou dar alguns dados para ilustrar. Só na Zona da Mata canavieira, foram desempregados, por conta do fechamento de empresas e dessa situação toda, como já disse o Deputado Paulo Rubem, em torno de 150 mil trabalhadores. Vinte empresas sucroalcooleiras fecharam, incluindo-se aí algumas destilarias. Há 22 funcionando hoje, entre elas, seis funcionando de forma normal, em boas condições. Então, fecharam 22 empresas, há vinte funcionando, e, dessas vinte, apenas seis podemos dizer que têm um funcionamento considerado bom para a realidade de trabalho e de disputa de mercado.

A dívida desse setor é muito grande – no nosso documento, trazemos denúncias sobre isso. O Estado brasileiro não tem feito a execução dessas dívidas de forma eficiente. A dívida do setor alcooleiro, de R\$3,2 bilhões, atualizada com base na variação do dólar, seria hoje em torno de R\$12 bilhões. Esse valor, no orçamento do Incra – e o Presidente do Incra ainda

está aqui presente –, daria um bom impulso na reforma agrária no Brasil.

Essas dívidas não são pagas com dinheiro nem com terra, ficando a União e os Estados omissos nesse processo. Gostaríamos de trazer essa discussão à tona, porque penso que seja importante neste momento. Se o Estado tem dinheiro, mas muitas vezes na mão dos que devem e não pagam, uma boa contribuição para realizar a reforma agrária seria a execução eficiente das dívidas do setor, conforme menciono aqui.

Quanto ao Proálcool, o programa não deu certo por uma série de fatores. Se ainda for executado, não pode ser da forma como era antes. O Proálcool vinha na mesma forma de apenas favorecer o setor empresarial, não levando em conta as questões sociais. A Fetape estima que 40 mil sítios de agricultores da zona canavieira foram atingidos pelo Proálcool. Havia trabalhadores que tinham um sítiozinho, mas foram destruídos por esse programa do Proálcool. Então, houve um problema social muito grande. Pela nossa avaliação, o programa chegou a ser eliminado, não por falta de cana para fazer o álcool, mas porque, naquela época, era mais atraente produzir açúcar do que álcool. Havia frota de carros movidos a álcool, havia consumo de álcool no Brasil suficiente, mas houve uma inversão na prioridade: quem plantava cana para produzir álcool passou a produzir açúcar, porque era mais rentável naquele momento. Assim, o Proálcool foi à falência, e o Governo, à época, não teve competência para administrar isso. Eu quis dar apenas um toque rápido nessa questão do Proálcool, mas talvez haja aqui pessoas mais especializadas, que possam falar nisso com mais propriedade.

Entendemos que a situação da Zona da Mata de Pernambuco, em relação à reforma agrária, equivale à situação da região do sertão e do agreste, que são outras regiões do Estado cujo quadro social também é igualmente grave, ou seja, os assentamentos carecem da mesma infra-estrutura. São em menor quantidade e padecem das precariedades todas que já mencionamos.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados e Senadores presentes, senhoras e senhores, entendemos que a reforma agrária é importante para a geração de emprego e renda no Brasil. Pernambuco tem procurado dar a sua contribuição, e os movimentos sociais fazem o seu papel, que é mobilizar os trabalhadores, aqueles que necessitam de terra. Essa história de dizer que estão vindo as pessoas da cidade para ocupar terra é porque, há 50 anos, a grande maioria da população brasileira morava no campo; hoje, a maioria mora na cidade. Cento e cinquenta mil da Zona da Mata foram expulsos do emprego. Eles iriam para

onde? Para a periferia das cidades. Então, hoje estão voltando ao lugar de onde não deveriam ter saído se o Estado brasileiro tivesse cuidado dessa questão um pouco mais cedo, evitando-se o grande êxodo rural havido no País e que ainda hoje continua.

Assim, estamos procurando discutir a reforma agrária, e creio que os senhores e toda a opinião pública têm o consenso de que, se não fossem os movimentos sociais, nem essas três mil famílias teriam sido assentadas no Estado de Pernambuco. Isso vale para o todo o Brasil.

Senhores, eu ficarei por aqui, porque acredito que muitas contribuições poderei dar no debate a partir das perguntas que virão dos ouvintes.

Muito obrigado inicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Sr. Aristides, e vamos passar a palavra imediatamente ao Relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, nossos companheiros Sibá Machado e Paulo Rubem; nosso Presidente da Fetape, eu gostaria de saber de V. S^a duas informações importantes, a primeira delas sobre essa questão tratada muito rapidamente por V. S^a, de que os movimentos sociais estão buscando pessoas na periferia das cidades que não têm vocação para o campo e que, portanto, podem levar assentamentos ao fracasso, pois seriam pessoas sem vocação para a agricultura. Eu queria que fosse bem detalhada essa questão, até porque fiz um questionamento ao Secretário de Produção Rural e Reforma Agrária, Dr. Gabriel Alves Maciel, que me informou que 80% dos ocupantes de terra vêm da periferia urbana. Ele também admitiu que 40% dos que estão na periferia vêm do desemprego da cana. Então, como a Fetape faz esse trabalho de mobilização – e essa é uma questão que eu também vou fazer para os outros movimentos –, eu queria que fosse aprofundado esse tema.

O segundo tema que me chamou a atenção – que inclusive foi minimizado depois – foi uma afirmação do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales de Albuquerque, sobre a criminalidade em assentamentos – depois ele disse que era em acampamentos. Evidentemente, há uma série de movimentos sociais, e é verdade que uns não podem responder pelos outros. Mas a pergunta é a seguinte: como a Fetape vê essa situação nas áreas em que ela faz as suas organizações, as suas mobilizações? Existe efetivamente criminalidade? Ou não existe? Isso me preocupou, e depois ele esclareceu que essas criminalidades davam-se nos acampamentos – e aí seria muito por falta de critério com relação às pessoas que estão acampadas.

Aí volta aquela discussão de que seriam pessoas das periferias das cidades, que não têm ligação alguma com o campo. Creio que esses pontos são importantes de serem bem esclarecidos.

Finalmente, há uma questão que me preocupa muito desde que o Governo anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária. A meta global do Plano é de um milhão de famílias, porque incluem-se os assentados – 450 mil aproximadamente –, inclui-se o pessoal do crédito fundiário, que é a compra de terras – que são 130 mil, 150 mil mais ou menos –, e inclui-se uma legião muito grande de trabalhadores a serem assentados em terras públicas. É como se fosse meio a meio: metade em terras particulares – propriedades privadas ou desapropriadas em grande parte, ou compradas por acordo ou quando não fosse possível a sua desapropriação – e metade em terras públicas. Neste último caso, o Estado não terá que desembolsar recursos, porque são terras devolutas ou terras, vamos dizer assim, de órgão públicos.

Neste ano, a meta para o Brasil todo é de 115 mil famílias; para o Estado de Pernambuco, 6,8 mil famílias, quase 7 mil famílias. O Superintendente do Incra, mesmo reconhecendo a falta de pessoal e de estrutura para o setor, considera que, fazendo-se convênios com outros órgãos – e citou a Embrapa, a Universidade Rural e o próprio Governo do Estado –, essa meta pode ser alcançada. No entanto, o Secretário de Produção Rural de Pernambuco, mas principalmente o Dr. Sales, Procurador-Geral de Justiça, disse aqui, com todas as letras, que dificilmente essa meta será alcançada, o que poderá levar a uma frustração muito grande, porque há em torno de 25 mil acampados, e a meta é que apenas 6,8 mil sejam assentados. Já existe aí uma diferença grande, e, se esses números não forem alcançados, essa situação de frustração aumenta.

Como é que a Fetape vê essa questão hoje? Como vê a estrutura do órgão público, do Incra, que inclusive está em greve nacional? Já houve uma primeira greve, a dos procuradores, que gerou um primeiro impacto na reforma agrária, dada a necessidade dos encaminhamentos na área jurídica. E agora há uma segunda greve, do conjunto dos servidores, que pode levar ao acúmulo desses problemas. Então, pergunto: o que isso poderia causar?

Finalmente, como acredito que é bom ouvirmos a opinião de todos, indago ao representante da Fetape como vê a situação dos movimentos sociais no campo, aqui em Pernambuco.

São essas as questões que apresentamos ao Presidente da Fetape.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra ao Senador Sibá Machado. Depois, o convidado responderá a todas as questões.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Sr. Presidente, eu me perdi na lista de convidados, porque parece que alguns não estão presentes. Além do Aristides, quantos mais?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu já pedi a confirmação dos demais presentes, o que já está sendo verificado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Ao líder sindical, Sr. Aristides, a primeira pergunta que faço, com a presença das demais organizações do movimento social em Pernambuco, é a seguinte: vocês sentem-se responsáveis pela ameaça à paz no campo aqui no Estado? E o contrário também: vocês sentem-se ameaçados? Por quem?

Outra pergunta seria: que medida o movimento social aqui no Estado sugere para que se dê mais celeridade na implantação da reforma agrária? Essa pergunta é oportuna, porque, hoje de manhã, mencionou-se que foram assentadas 12 mil famílias, mas que já existem 25 mil famílias na expectativa de assentamento.

O próxima questionamento já foi feito, mas quero só reiterar que também me interesse em saber se o movimento social em Pernambuco recruta desempregados urbanos e por que faz isso.

Também indago se, para a reforma agrária de Pernambuco, pelo menos no que diz respeito à Zona da Mata, a cana é uma economia importante para ser aproveitada nos assentamentos já instalados e em assentamentos que possam ser instalados futuramente.

Outra questão que apresento, também para provocar, é se o movimento aceita um pacto no campo em Pernambuco e quais as bases que apresentaria para esse pacto social.

Além disso, gostaria de saber qual é o tamanho do módulo rural de reforma agrária aqui no Estado, se está a contento ou se existem outras sugestões.

Por último, a propósito de dois pontos gritantes levantados aqui, a área de tecnologia e a de assistência técnica, gostaria de saber como vocês estão conseguindo resolver esse problema no Estado.

Eram essas as dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE) – Sr. Presidente, na parte da manhã, entre outras contribuições, ouvimos do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Francisco Sales, a defesa de um sistema semelhante ao existente hoje na Educação e na Saúde Pública, de mecanismos de controle social. Há referência aos conselhos, aos fundos, obrigatoriedade da prestação

de contas de todos os recursos que são aplicados. A primeira pergunta ao Presidente da Fetape é a seguinte: qual a avaliação que ele faz dos programas anunciados e desenvolvidos pelo Governo de Pernambuco? Alguns desse programas foram citados pela manhã pelo Secretário Gabriel Alves Maciel. Alguns deles, como o Promata, contam com recursos internacionais. Foram referidos também o Prorenor e sua versão para a mata sul, o Proresul. Nossa pergunta, aproveitando a proposta do Procurador Francisco Sales, é se a Fetape, se os sindicatos rurais concordam com isso ou se já elaboraram algum tipo de proposta de controle social sobre os programas de governo, na esfera estadual e federal, para incentivo à agricultura, à reforma agrária, à agricultura familiar, sobre qualquer modalidade, desde a liberação de crédito, disponibilidade de assistência técnica, programas de compra antecipada da produção, enfim, toda a sorte de programas, que são tantos e não há controle externo.

Em segundo lugar, qual é a posição da Fetape e dos sindicatos que ela representa em relação às alternativas frente à queda da atividade industrial sucroalcooleira? Temos insistido na especificidade da Zona da Mata, não só em Pernambuco, mas na grande extensão de terras de Alagoas até o Rio Grande do Norte, porque muitas vezes os órgãos centrais do Governo Federal não têm conhecimento dessa especificidade. Muitas vezes, a máquina federal é constituída de técnicos, de lideranças, de especialistas de outras regiões do País e que, por isso, têm dificuldades de entender o que é a Zona da Mata. O Dr. Ricardo citou aqui um provável tropeço de Jesus Cristo, que, para não cair, pegou em um pé de cana. Ora, talvez haja gente aqui que não saiba nem onde está o pé de cana. Para o agente que exerce função e responsabilidade pública, é difícil raciocinar e entender os conflitos e alternativas se ele não conhece a realidade local. Então, a pergunta é para a Fetape: o que se deve fazer com a paralisação de boa parte do parque industrial produtivo em Pernambuco?

Em terceiro lugar, qual é a avaliação da Fetape sobre a postura do Governo de Estado e do Governo Federal frente a esse contingente de empresas que paralisam as atividades? Lembre-se que muitas delas sequer são objeto de pedidos de falência, muitas delas sequer têm a participação dos credores na defesa da retomada da atividade produtiva e da recuperação desse crédito. Qual é a avaliação da Fetape sobre a posição do Governo de Estado e do Governo Federal, que quase sempre são os principais credores dessas empresas? Que alternativas deveriam ser trabalhadas? Seria bom até que se expusesse, dentro da possibilidade do tempo, o esforço que vem sendo feito, por

exemplo, quanto à Usina Catende, objeto de uma ação há alguns anos. Temos acompanhado esse processo com muito carinho e com muita atenção.

Por fim, qual a sugestão da Fetape e dos sindicatos rurais – que, mais do que a presença e a movimentação de cada movimento social, querem a reforma agrária, a ampliação do emprego e da renda rurais no Estado – para que se possa construir um projeto de médio e longo prazo? O Secretário Gabriel Alves Maciel fez referência a uma iniciativa ocorrida exatamente há dois anos, a partir de uma ação de ocupação da Fetape na sede do Incra, em maio de 2002. Naquela ocasião, por um esforço coletivo, pela primeira vez, conseguimos que todos os movimentos participassem de uma audiência, discutindo a iniciativa do Incra para as vistorias, para o encaminhamento dos processos de desapropriação e a disponibilização do crédito. A Fetape tem uma proposta, os sindicatos rurais têm uma proposta para um plano de médio e longo prazo, que pudesse servir de referência para o avanço da reforma agrária, estabelecidas as metas de ampliação do emprego rural, de ampliação da renda, da infra-estrutura, da capacidade até de o processo de reforma agrária significar o aumento do PIB dos municípios, das microrregiões do Estado, para que saíamos da situação de relativa estagnação, com todos os prejuízos aqui citados?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ouvir o Sr. Aristides Veras dos Santos, respondendo ao Relator, Deputado João Alfredo, ao Senador Sibá Machado e ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Sr. Presidente, quanto tempo eu teria? Não são poucas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Solicitamos que o amigo procure sintetizar as respostas, porque temos outros convidados, mas vamos respeitar o direito de V. S^a responder às perguntas de forma objetiva.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo a responder às perguntas do Relator, Deputado João Alfredo. Fiz referência aos trabalhadores e trabalhadoras que residem na periferia das cidades. A maioria da população está nas cidades de porte médio ou nas pequenas, mas às vezes mantém a propriedade rural. Essas pessoas têm a casa na cidade apenas como local para dormir, para estar com a família, para ter o filho na escola. Contudo, muitos são até pequenos proprietários rurais. E os que não têm a terra, que não são proprietários, também têm uma área por assentamento, uma terra alugada, são parceiros, meeiros, arrendatários. Enfim, mantêm a

atividade agrícola como base de sua sobrevivência. Os estudos mostram que mais de 80% dos municípios brasileiros são de economia agrícola. Então, essa realidade tem que ser entendida. O camponês hoje, o agricultor, o trabalhador ou a trabalhadora rural e o assalariado rural inclusive não podem ser vistos como aqueles que residem somente na área rural, até porque, na área rural, também já se formam os distritos, as vilas, há também os aglomerados urbanos. Então, trabalhamos também com esse contingente de trabalhadores que estão residindo na periferia da cidade, mas nunca deixaram de ser homens e mulheres da terra, porque vivem da terra, da agricultura. Não estão fora dela. Mas temos cuidados. É claro que cada movimento aqui fala por si. A Fetape, por exemplo, tem 800 mil agricultores assalariados filiados e sem terras também. Estimamos hoje que a maioria desses 800 mil já moram em perímetros urbanos, mas continuam na atividade agrícola, porque a pessoa só pode ser sócia do sindicato se for agricultor ou agricultora. Temos uma característica talvez um pouco diferente de outros movimentos sociais que venham falar aqui, que podem ser mais amplos: nós só trabalhamos com quem realmente vive da agricultura, que se disponha a produzir e a viver da agricultura. Nosso público é selecionado. São pessoas que realmente trabalham, querem e vivem da terra, mas, muitas vezes, não a têm. A grande maioria das pessoas que trabalham na terra não têm terra ou têm pouca terra. Portanto, também pegamos as pessoas que estão nessas áreas, mas levando em consideração a sua aptidão, a sua vontade e a sua tradição, inclusive porque elas não sabem fazer outra coisa. Muita gente na periferia aprendeu a viver da roça e não tem como fazer outra coisa. Trabalhamos no sentido de incluir essas pessoas. Elas estão no nosso público da reforma agrária.

Com relação à criminalidade, temos procurado, com muita responsabilidade, evitar os conflitos, seja com os proprietários de terra, seja com o Estado – quando vem uma ação de despejo – seja com outros movimentos sociais, porque, às vezes, também nos desentendemos. Temos amadurecidos muito nessa relação, e a Fetape tem procurado evitar problemas. Este ano, por exemplo, fizemos 26 acampamentos no Estado de Pernambuco e não registramos nenhum conflito, nem com polícia, nem com proprietário de terras, nem com movimentos sociais, ou seja, estamos procurando evitar isso. Realmente, é difícil mexer com a propriedade da terra, com o latifúndio, porque a própria lei brasileira coloca a propriedade acima da vida. Imaginem o que isso significa. Ainda é muito tradicional, muito cultural o apego à propriedade. Então, temos que ter todos os cuidados – e temos tido – para não expor os trabalha-

dores a situações de risco de morte. Temos tido muito cuidado. Procuramos trabalhar com os cuidados necessários, e essa atitude tem dado certo.

Falando agora sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, o Governo tem que responder se vai cumprir ou não a meta. Estamos fazendo a nossa parte. Temos aqui em Pernambuco em torno de nove mil famílias acampadas. Se fosse apenas para atender as famílias da Fetape, a meta deste ano ainda não daria. Os outros movimentos aqui podem dar outros números, inclusive superiores aos nossos, mas esta é a realidade: a demanda em Pernambuco é muito grande, e a meta para lá ainda é muito pequena, mas essa meta já seria um grande avanço porque, nas nossas contas, em oito anos, o ex-Presidente Fernando Henrique assentou oito mil em Pernambuco. Em um ano, se o Presidente Lula assentasse 6.800, seria uma revolução, uma enorme mudança. Esperamos que esses números sejam cumpridos.

Contudo, posso citar algumas atitudes que penso não estão caminhando na perspectiva de as metas serem cumpridas, como, por exemplo, a participação do Governo do Estado, que fez uma carta, fez o maior barulho. Até pensávamos que agora ia. Nunca havia recebido os movimentos sociais. Recebeu o MST e, uma semana depois, anunciou que vai ajudar o Incra com cinco equipes, quando este solicitou cinquenta. Ora, esse número é insuficiente! Cinco equipes são irrisórias para ajudar o Incra em sua missão em Pernambuco, ainda mais diante de tantas dificuldades. Quero registrar aqui que a Fetape julga ridícula a proposta do Governo do Estado de apresentar apenas cinco equipes. O Estado tem condições de ajudar com mais, até porque, se não tivesse, não devia ter se expressado tão veementemente, como se expressou, naquela carta ao Presidente do Lula, inclusive em relação aos movimentos sociais.

Um dos grandes problemas é que temos que fazer todo um debate – o Governo Federal e o Incra tem ajudado no sentido de abriremos também as portas do Governo Estadual e dos Governos Municipais – para discutir a reforma agrária como um todo. A reforma agrária é responsabilidade do Município, do Estado e da União. Não se pode transferir a responsabilidade apenas para a União, como acontece hoje, na maioria dos casos. Essa é uma questão grandiosa que deve ser debatida.

Com essa proposta, o Governo do Estado de Pernambuco – já disse – não ajuda muito nesse processo. É muito pouco para o tamanho do desafio do Incra em Pernambuco.

Com relação aos movimentos sociais, creio que a sua pergunta foi no sentido de...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na verdade, outros que o antecederam já explicaram um pouco isso, mas chama a atenção de todos nós a quantidade de movimentos sociais no campo existentes aqui em Pernambuco. Tanto o Superintendente do Incra como o Secretário de Produção Rural já falaram sobre isso, mas sempre é bom sabermos mais. Normalmente, no Brasil, com mais visibilidade, existem a Contag, as suas federações, o MST, a CPT; mas aqui há outros movimentos também com importância. Peço a opinião de V. S^a para que possamos entender.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Em primeiro lugar, é preciso entender que Pernambuco é um Estado com tradição de luta. Quem não sabe das lutas das Ligas Camponesas? No Brasil, a luta pela terra é muito antiga. Antes das Ligas, talvez tenha havido muitas outras. E as Ligas Camponesas são uma demonstração disso. Depois, veio o movimento sindical, e aqui há muitos movimentos sociais. Creio que isso não é problema. Movimentos sociais são vários aqui em Pernambuco, e creio que talvez haja lugar para mais. Isso não é problema. Nós da Fetape, por exemplo, somos 176 sindicatos organizados de trabalhadores rurais nesses 185 municípios do Estado de Pernambuco. Se considerar a Fetape cada sindicato um movimento, são mais de quatorze. Então, a Federação inclui todos esses sindicatos. Na nossa luta nos assentamentos, a Federação coordena esses sindicatos.

Se somos uma ameaça, só se for ao latifúndio; à democracia, não; à legalidade, também não. A nossa luta não é contra a legalidade. Não estamos aqui incentivando ninguém a invadir – não usamos a palavra invadir – ou a ocupar áreas produtivas e que estejam cumprindo sua função social. Estamos no marco da legalidade. A Fetape trabalha no marco da legalidade. Às vezes, dizem até que somos muito legalistas. Não vejo problema em dizerem que somos legalistas. Procuramos trabalhar no marco da legalidade, porque acredito que há latifúndios improdutivos suficientes em Pernambuco e no Brasil para darmos bons avanços na reforma agrária. Quando terminarem os improdutivos, discutiremos as outras questões.

Então, não somos uma ameaça aos anseios da sociedade brasileira por um País desenvolvido e pelo progresso do campo. E a reforma agrária leva a cidadania para o campo, porque ela representa progresso e justiça social. Junto com a reforma agrária, vai a educação, a infra-estrutura e as condições de vida para que a desigualdade nos País seja menor. A reforma agrária acarreta distribuição de renda e geração de empregos. Isso é bom para a cidade e para o campo, porque quem está na periferia disputando emprego com quem está na cidade vai produzir no campo alimento

mais barato e vai ajudar também quem está na cidade, pois não disputará emprego lá. Ou seja, a reforma agrária é muito importante e, cada dia mais, precisa do apoio da sociedade e dos governos para que seja realizada no menor tempo possível, porque ela ajuda a resolver grandes males da sociedade brasileira.

Quanto à pergunta sobre ameaças, de vez em quando, sentimo-nos ameaçados, mas, se estamos trabalhando no marco da legalidade, não nos sentimos ameaçados, também pelo latifúndio. Temos nossas preocupações, evidentemente, mas, aqui em Pernambuco, graças a Deus, não temos tido ameaças, se compararmos com outros Estados. Eu, pelo menos, não tenho informações sobre isso. Tenho suspeitas disso, mas não tenho informação para dizer: “Provo que há milícia armada, que perseguiram assentamentos nossos, que colocaram os assentados para fora e lhes meteram bala”. Isso não aconteceu. Espero que não aconteça, mas temos tomado os nossos cuidados. Creio que a reforma agrária está no marco da democracia e no da Constituição Federal, em seus arts. 184 e 186, que dizem que, se a área está improdutiva, cabe ao Estado desapropriá-la. Cabe ao movimento social fazer a sua luta, para que o Estado ande um pouco mais rápido do que é a sua natureza. Então, não posso dizer que me sinto ameaçado.

Com relação a sugestões para agilizar a reforma agrária, penso que os municípios têm de dar a sua cota; eles teriam de participar mais ativamente da reforma agrária, e a União tem de chamá-los para esse debate. O Governo do Estado tem de dar uma contribuição maior; ele não pode só colocar cinco equipes, achando que está fazendo a sua parte. Acredito que isso foi mais para justificar o Estado, perante a opinião pública, de que não era omisso quanto a reforma agrária do que realmente para dar uma demonstração de que quer ajudar a fazer a reforma agrária. Na prática, ele está transferindo ainda a responsabilidade para o Governo Federal. Essa é a nossa avaliação. Juntandose o Município ao Estado e à União, vamos avançar nesse sentido.

Além disso, é preciso rediscutir a estrutura do Incra, rediscutir a reforma agrária inclusive com os funcionários do Incra, com os sindicatos dessas categorias, para estreitar um pouco essa relação com os movimentos sociais. É preciso aprimorar a gestão do Incra e a relação dos trabalhadores daquele órgão com os trabalhadores que estão sem terra, querendo terra. É preciso melhorar essa relação, porque às vezes olhamos para o servidor do Incra e achamos que ele mais se parece com um representante do latifúndio do que com um servidor público. Isso é triste para nós, que temos uma visão classista e vemos ali um trabalhador,

uma trabalhadora sem entender o processo de reforma agrária, às vezes querendo trabalhar até com atitudes ilícitas no processo de reforma agrária.

Passando à indagação sobre a importância da cana, não temos preconceito com nenhuma cultura. Não somos daqueles que dizem que tem que colocar fogo na cana da Zona da Mata, acabar com tudo e plantar outra coisa. Achamos que a monocultura, por si só, na Zona da Mata, está provado, está falida. O processo produtivo, a visão de desenvolvimento com base na monocultura não pode mais ser assim, até pela realidade que vive a cana. Então, é preciso ser adequado. Agora, acho que dá para conviver com as duas coisas, mas não pode ser no modelo que está. O problema não está na cultura da cana, está no modelo de desenvolvimento. A cana não faz mal a ninguém. O que faz mal é o modelo de desenvolvimento concentrador. A terra foi herdada da Coroa. Por que os sem-terra não herdaram a terra da Coroa? Por que os negros não herdaram a terra da Coroa? Não é, velho do peixe? Você hoje não seria velho do peixe, seria velho da uva, não estaria no mato, estaria na terra.

Então, companheiros e companheiras, essa é a realidade. A cana é importante, mas estamos abertos a fazer esse debate e achamos que é preciso mudar o modelo, a visão do desenvolvimento da cana. É preciso trabalhar a diversificação de cultura, mas também não é só para a seringueira, não é para o eucalipto, não são só os projetos hoje incentivados, não é apenas o Prorenor, que ajudou a plantar a cana – Deputado Paulo Rubem, já estou respondendo a uma pergunta sua. O Prorenor ajudou a plantar cana, ajudou ao fornecedor, ao usineiro, mas o que representou para o trabalhador? O que há de respaldo para a área social, para a geração de emprego e renda? Há melhorias pequenas nesse sentido. Como é que estão as questões trabalhistas? Como é que está o processo como um todo? Qual é a visão colocada na produção?

Aqui em Pernambuco, há cinco usinas e uma destilaria, se não me engano, que estão funcionando bem. Elas não têm incentivo, não existe mais o Proálcool, não há mais o subsídio, mas elas estão dando certo, estão bem. E as outras não estão bem por quê? Será que não é um problema administrativo ou de gestão? Não é a forma como a empresa está trabalhando? Como é que seis estão dando certo? Se o problema fosse realmente a situação, era para todos estarem falidos. Não quebraram todos os empresários. Houve transferência de capital, que saiu daqui e foi para Goiás, para São Paulo. Então, existe algo errado no setor empresarial, na forma como eles estão trabalhando, na parte administrativa. É preciso verificar essa situação.

Agora, é preciso fazer a reforma agrária na zona da cana, aproveitando-se as áreas em que isso é possível, para que melhoremos essa situação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – Hoje pela manhã, foi dito que a reforma agrária está falida, que os assentamentos estão sendo transformados em favelas, que a pobreza é crescente no campo, e saiu um início de conversa sobre qual é o produto desafiador. Cheguei até a lembrar o caso da minha atual briga, no bom sentido, com a Vale do Rio Doce, que está querendo comprar terras para produzir madeira para carvão vegetal, destinado a suas indústrias de aço. Eu estou querendo saber se é possível pensar em um produto que associe a reforma agrária a uma economia estabilizada, a uma economia que está em andamento. Nesse sentido, indago se a cana é esse produto, se é possível pensar em uma associação da reforma agrária com a economia canavieira.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Como eu disse antes, nós não temos preconceito à cana, mas, em princípio, achamos que deve ser diversificada a cultura, que não deve haver monocultura. Assim, temos que avançar nesse sentido.

Quanto à afirmação de a reforma agrária está falida, o problema é que não houve reforma agrária ainda no Brasil. Os senhores têm que reconhecer isso. Nós não temos reforma agrária, temos distribuição de terras. Olhem os assentamentos! Quem foi em assentamentos sabe que, quando há escola, não há energia. Quando há energia e escola, não existe água, não há saúde. Onde está a infra-estrutura? E os créditos? E a assistência técnica? Houve uma pergunta do Senador Siba Machado sobre isso também. A assistência técnica está avançando um ouço com o Governo Lula, mas não havia nada. Contudo, ainda não posso dizer que haja uma assistência técnica de acordo com que pensa o movimento sindical, mas já é alguma coisa: há um técnico passando ali, fazendo a discussão; já existe um atendimento melhor, que, porém, chega a apenas 60% dos assentamentos; não se contemplou ainda os 100% dos assentamentos, mas a questão começa a ser mais discutida, e creio que é possível avançarmos nesse sentido.

Analisando agora o ponto do pacto no campo, essa história de pacto, no Brasil, é meio complexa. É meio difícil discutir pacto. Precisávamos de mais tempo para fazer esse debate. Mas eu acho que não há necessidade. Creio que estão querendo transformar o que está ocorrendo em Pernambuco e no Brasil na reforma agrária em uma coisa que não é verdade. O mundo aqui não está se acabando. Quem disse que ia incendiar não incendiou. O vermelho agora está verde, porque estamos no grito da terra Brasil. A Contag está

fazendo o mês de maio verde. Então, não há problema. O importante é que quem esteja no Governo, seja federal, seja municipal, cumpra com a sua parte, fazendo com que os órgãos públicos dêem conta da demanda, que funcionem de fato. Aí teremos reforma agrária e prosperidade sem problema. Não é preciso haver pacto. O pacto nosso, dos movimentos sociais com a União, foi o Plano Nacional de Reforma Agrária. O Plano é um pacto. Isso é o que vale. Mas precisamos de uma agenda. A demanda era maior, todos os movimentos sociais queriam números maiores, mas, observados os limites da situação da União, foram acertados esses números de áreas, de terras, de famílias – as 115 mil famílias para este ano, por exemplo.

Então, creio que ali já existe um entendimento – se não é um consenso – em torno de uma proposta que estamos trabalhando. Contudo, o Incra tem que fazer a sua parte, o Governo do Estado tem que fazer a sua parte, como também os Governos municipais. O verdadeiro pacto é esse, é aquilo que a gente senta e negocia. E, no Governo Lula, por exemplo, há uma agenda bastante aberta, quase que permanente, com todos os movimentos sociais – acho que os outros vão confirmar isso que estou dizendo. Mas não basta ficar na conversa, não basta discutir a agenda, não basta fazer o plano: tem que executá-lo. Aí, na execução, veremos os resultados no final do ano e poderemos reavaliar o plano, redefinir suas metas, dependendo dos avanços alcançados.

Quanto ao módulo rural, não vejo muito problema com o tamanho. Na Zona da Mata, estão entre 7 hectares e 8 hectares; no agreste, entre 40 hectares e 50 hectares. Varia muito. O sertão tem uma variedade grande, entre 40 hectares, 75 hectares e 80 hectares. Depende da área. Então, precisamos até rediscutir o módulo rural, mas existe terra em tanta abundância, com tantos acampamentos, há tanta terra a ser desapropriada que já seria um grande avanço se nós, mesmo no patamar de hoje, déssemos passos importantes nesse sentido.

Como já dei um toque no sentido da assistência técnica, vamos agora para as perguntas do Deputado Paulo Rubem, que também são várias.

Com relação aos programas do Governo do Estado, já falei do Prorenor. Há também o Promata, também com suas limitações; ajuda, mas ainda não é um programa. Além disso, não temos espaço para discutir mais o todo do programa, o geral do programa. Já tivemos algumas conversas nesse sentido com o Governo do Estado, mas não pudemos participar da elaboração e da discussão no todo do programa. Inclusive, Deputado Paulo Rubem, relativamente àquela segunda pergunta de V. Ex^a, sobre o controle social,

apesar de os municípios estarem lá nos conselhos, nos sindicatos, há lugares em que até o sindicato não participa. Acho que é preciso melhorar um pouco essa parte da gestão, para que possamos avaliar e aprofundar melhor o Promata.

Nos demais aspectos, acho que o Governo do Estado deixa muito a desejar. Não é só na reforma agrária, mas em todas as outras políticas para o campo. O Governo do Estado elegeu algumas regiões prioritárias e deixou a grande maioria do Estado fora. A não ser as estradas, feitas com recursos da Celpe, não enxergamos outras coisas importantes do ponto de vista de chegar para os agricultores. Na área da saúde, há dificuldades; na área agrícola, não se tem muita coisa; na caprinocultura, ensaiaram algumas coisas, mas ainda está muito longe de o Governo do Estado ter políticas que realmente possam deixar a Fetape satisfeita. E tenho uma grande crítica ao Governo do Estado: ele não senta, não dialoga. A conversa que temos é com o Secretário Gabriel, que esteve aqui. No dia em que marcamos audiência, ele comparece. Só que precisamos definir com o Governo do Estado políticas gerais, como também precisamos discutir orçamento. Isso precisa ser feito com o Governador, com a equipe toda do Governo, e não apenas pela Secretaria de Produção Rural. Então, ele faz de conta: deixa a Secretaria de Produção Rural sem estrutura e sem condições. E dou um exemplo: a colchonilha da palma carmim, lá no Pajeú, está acabando com a palma lá no sertão. A praga já está entrando no Estado da Paraíba, e o IPA não tem estrutura técnica nem pessoal para dar conta da questão. Nem barreira sanitária estão fazendo. Então, são coisas desse tipo que estão acabando com uma cultura importante para a criação de animais, e o Governo do Estado não apresenta soluções. Então, Deputado Paulo Rubem, é bastante débil aqui o Governo do Estado no tocante a programas para o campo.

No tocante ao controle social, a Fetape está em tudo o que é conselho: nos Municípios, os sindicatos estão; no Estado, também. Temos um conselho estadual, há avanços, mas é preciso evoluir. Temos um papel importante como movimento social, que é exatamente o papel de discutir, de participar da elaboração das políticas e depois de acompanhá-las, verificando os seus resultados finais para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. É uma questão importante, sobre a qual nos devemos debruçar, mas temos que avançar muito. No Governo Lula, tem havido progressos, mas, nos Governos dos Estados e dos Municípios, temos que avançar, porque às vezes os conselhos são instrumentos apenas para legalizar a vontade dos prefeitos.

Nas prefeituras ocorre muito isso, e quem conhece os Municípios sabe do que estou falando.

Com relação à alternativa para a Zona da Mata, Deputado Paulo Rubem, talvez já existam vários estudos, mas precisam ser mais aprofundados. Na área da Usina Central Barreiros, por exemplo, foram desapropriados mais de 10 mil hectares. Lá existe uma possibilidade de projeto, pois a terra tem qualidade, e os produtores lá querem produzir. A área tem todas as condições para que tenhamos um projeto ali, que podia até ser considerado um projeto-piloto, exemplo importante para a zona canavieira de Pernambuco e para a reforma agrária. Contudo, o Estado não se interessa. A União até agora não apresentou uma proposta. Estamos discutindo com a União, já levamos várias propostas. Então, é necessário fazer estudos dessas regiões e apresentar propostas a partir deles. Nesses estudos, seriam envolvidas as universidades e também seriam reunidas todas as condições técnicas e tecnologias que temos para promover o desenvolvimento.

Não basta dizer quais são as alternativas. Precisamos partir das pesquisas e dos diagnósticos, que nos vão dar as condições para elaborar os estudos. Às vezes, até já existem muitos, feitos pela antiga Sudene e outros órgãos, mas ficam nas gavetas. E lembre-se que existe a Embrapa, o IPA. Enfim, precisamos estudar essa região e constatar que ela é viável. Basta que haja políticas públicas e vontade política das diversas instâncias de Governo para fazer isso.

No tocante ao parque industrial, se está dentro dessa alternativa, repito: não sou daqueles que pensam que é preciso acabar com as usinas. Creio que deve haver respeito à legislação, porque hoje não se cumpre a legislação trabalhista. Atualmente se fazem as convenções com muita pressão dos sindicatos, e uma grande maioria não cumpre com os direitos trabalhistas: não paga o INSS, não paga o FGTS. Aquela dívida toda de que falei, que hoje daria R\$12 bilhões, são de INSS e de FGTS, que o Estado não executa.

Então, o parque industrial precisa também ser re-discutido. Cada um tem que cumprir com sua função, dentro dessa dinâmica de mercado e do desenvolvimento da região da Zona da Mata, que tem como ser uma região desenvolvida, mas é onde se encontram os piores índices sociais. Os piores índices sociais de Pernambuco – de desemprego, de qualidade de saúde, de educação – estão na Zona da Mata, e eles podiam ser os melhores. Essa é a realidade.

Com relação às dívidas, o Estado tem que cobrá-las, mas não há como. Por que nós, agricultores, estamos devendo R\$15 mil no banco e temos que pagar essa dívida, que até estamos renegociando? Por outro lado, o Governo Federal e o Governo do

Estado não podem cobrar a dívida dos usineiros, dos fornecedores? Têm que cobrar também! Precisamos resgatar isso. Isso é uma coisa que se debate, que se fala, que se denuncia, mas ninguém toma as providências. Está chegando a hora de a opinião pública abraçar essa causa também. E que V. Ex^{as}, que estão no Parlamento, seja na Câmara, seja no Senado, ajudem-nos nesse ponto. A União já foi informada dessa questão. Vou deixar um documento com V. Ex^{as} com dados sobre isso. Temos mais informação sobre essa questão, estamos abertos a discuti-la, pois é um problema a ser resolvido. É evidente que a dívida tem que ser cobrada, e cada um tem que negociar a forma de pagá-la. A situação não pode é ficar do jeito que está: a dívida vai aumentando, o Estado não cobra, e quem deve não paga. Seria importante levar em consideração essa dívida relacionada à reforma agrária.

Falando sobre um plano de médio e longo prazo, esse ponto também se relaciona àquela questão do estudo. O Plano Nacional da Reforma Agrária apresenta proposta nesse sentido, e acho que ele tem um bom desenho. Contudo, não podemos tratar apenas da Zona da Mata, mas de todo o Estado de Pernambuco. O agreste pernambucano tem a bacia leiteira, é uma região produtiva, temos condições de avançar muito lá. No sertão, a caprinocultura é importante, como outros tipos de cultura. Então, Pernambuco tem como ser um Estado desenvolvido. Pernambuco não é só a Zona da Mata e o Vale do São Francisco não, como parece para o Sul, para o Sudeste e para outras regiões, Sr. Presidente e Senador Sibá Machado. Pernambuco, como um todo, pode ser produtivo, pode ser importante. Precisamos apenas trabalhar o Estado em toda a sua dimensão, considerando suas diversas potencialidades e tentando fazer com que ele seja realmente um Estado produtivo no seu todo. É preciso levar em conta as especificidades, inclusive da região semi-árida. Sou do semi-árido, da cidade de Tabira, sertão do Pajeú, e sei que é possível sobreviver lá. Precisamos conviver com o semi-árido, que não é um lugar para ser deserto, mas um lugar para que haja pessoas lá produzindo e gerando progresso nas nossas cidades. O Deputado Estadual Nelson Pereira, nosso companheiro aqui presente, também é da região do semi-árido.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, não sei se respondi à contento, mas me esforcei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor disse que tinha um material para deixar conosco, não é mesmo?

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Tenho um documento cuja cópia vou deixar com os membros da Mesa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso é importante.

O SR. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós é que agradecemos a sua participação, Sr. Aristides Veras dos Santos, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

Convido já o próximo depoente, Sr. Edílson Barbosa, da direção estadual do MST de Pernambuco. Enquanto ele toma assento à Mesa, registro a presença do Deputado Estadual Nelson Pereira, do PCdoB, e da Deputada Estadual Tereza Leitão, do Partido dos Trabalhadores.

Amanhã, às 8 horas, visitaremos o Assentamento Central Barreiros, no Município de Barreiros. À tarde, visitaremos o Acampamento Bonito, no Município de Condado. Com essas duas visitas, a Comissão cumpre a sua missão aqui em Pernambuco, retornando a Brasília certamente com subsídios importantes para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Concedo a palavra, para a sua exposição inicial, ao Sr. Edílson Barbosa, representante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Eu queria saudar o Presidente da CPI, Senador Alvaro Dias; o Deputado João Alfredo, Relator; o Senador Sibá Machado, o Deputado Paulo Rubem e demais Deputados e Senadores presentes, como também os companheiros dos movimentos sociais que se fazem presentes.

Foi um prazer termos sido convidados para prestar nossos esclarecimentos neste debate sobre a reforma agrária e sobre a luta pela terra em Pernambuco e no Brasil. A reforma agrária é um tema que tem sido bastante discutido na sociedade de modo geral, e nos sentimos, então, na obrigação de prestar nossos esclarecimentos em relação à nossa luta, que entendemos necessária para o desenvolvimento deste Estado e deste País.

O Estado de Pernambuco, como foi mencionado por alguns companheiros, tem uma tradição de luta bastante importante, o que fez com que vários processos de luta fossem desencadeados, na sua grande maioria abortados pela fúria de alguns, como ocorreu durante o Golpe Militar e outros modelos que foram implementados. Entendemos que a luta dos movimentos sociais, do MST é uma luta democrática, em função de tantos problemas sociais existentes neste Estado. E o acirramento do conflito pela terra, no Estado de Pernambuco, vem-se dando justamente em função do alto índice de desemprego, principalmente na região

metropolitana e na canavieira, onde se concentra a monocultura da cana-de-açúcar. Por sua vez, na região dos sertões, do agreste, os conflitos ocorrem em virtude da concentração de terras das margens dos rios ou das margens das grandes barragens e de BRs na mão de pouca gente, o que acarreta um índice de exclusão social muito grande no nosso Estado e, conseqüentemente, um índice de miserabilidade altíssimo. O Estado tem sido marcado, conforme veiculado pela imprensa nacional, pela violência generalizada. É um dos primeiros na classificação nacional da violência, justamente pela exclusão social, pelo mal que os latifúndios, a concentração de terra trazem para uma nação. Isso precisa ser bastante discutido para que possamos resolver definitivamente esse mal que é o latifúndio no Estado de Pernambuco e – por que não dizer? –, no Brasil e no mundo.

Com esse grau de desemprego, de desigualdade social, de miserabilidade, restam aos trabalhadores dois caminhos: um – que citei e que a imprensa vem citando diariamente nos jornais – é a criminalidade, a prostituição, o mundo das drogas, a violência generalizada; o segundo é a organização dos trabalhadores. Então, resta a nós, sem terra, pobres deste País, desempregados, essas duas opções: ou se juntar ao mundo do crime ou se juntar às organizações sociais para lutar por nossos direitos. E, no Estado de Pernambuco, temos dito que essa luta acirrada contra o latifúndio, pela desapropriação das terras tem se dado justamente por esses fatores que citei anteriormente. E nós cremos que, independentemente do MST, dos outros movimentos sociais fazerem a luta pela ocupação de terras, há carência de políticas que possam gerar emprego e garantir condições de produção. Se tais políticas não forem implantadas, os trabalhadores irão para um conflito muito mais acirrado do que a luta feita a partir de suas organizações.

O MST e as outras organizações de luta pela terra, neste Estado, neste Brasil, têm um papel importante, pois, por intermédio de suas organizações, pelo processo de luta organizada, evitam que esses trabalhadores escolham a primeira alternativa, a do mundo do crime, e fazem com que eles procurem o segundo caminho, o da luta por terra para produzir, o da luta para decidir seu próprio destino. Um povo que não tem condição de decidir seu próprio destino é um povo que continua escravo. Falava-se aqui da herança da Zona da Mata, a herança dos usineiros. Ora, a herança deste Estado, a herança da Zona da Mata é a herança da escravidão. Até hoje prevalece essa herança, essa cultura da escravidão do povo da Zona da Mata, do povo pernambucano. É assim que se sente o trabalhador que vive lá no engenho da Zona da Mata

do Estado, escravizado, porque não tem condição de higiene, de moradia, de saúde, de habitação, não tem condição de vida alguma lá nos engenhos de cana-de-açúcar. Até hoje, às vezes há situações piores do que havia antes nas senzalas.

Então, a cultura dessa região, deste Estado, foi uma cultura de escravidão. Nós não queremos preservar cultura de escravidão. Nós queremos preservar a cultura do desenvolvimento, do emprego, da moralidade, para que as pessoas possam recuperar valores, princípios da educação. No entanto, vê-se aqui a defesa da cultura da escravidão.

Os movimentos sociais, no qual nos enquadrados, precisam fazer muito mais. Há gente se alarmando, dizendo que é o “abril vermelho”, ou o “maio verde”, ou dizendo que as lutas são demais. Não é verdade! É preciso que os trabalhadores, as organizações façam muito mais! Há 35 mil ou 40 mil famílias acampadas em Pernambuco, segundo dados do Deputado Paulo Rubem Santiago e do companheiro Aristides, da Fetape. Esse número representa um terço dos trabalhadores que foram desempregados na cana-de-açúcar – e nós estamos falando do Estado de Pernambuco –, representa um terço dos trabalhadores que foram desempregados durante o programa do Proálcool!

Se vocês acham que 40 mil famílias acampada é muito coisa, é muito pouco! Enquanto as 150 mil famílias acampadas na Zona da Mata não estiverem assentadas para produzir alimento, dignidade e vida digna, estaremos atrasados há alguns anos. É preciso avançar. É preciso ter 200 mil famílias acampadas neste Estado. E o Governo deverá criar condições para assentar, senão vamos passar a vida inteira contando dados. Daqui a trinta anos, vamos voltar para este auditório com uma nova Comissão, para discutir a cultura que se vai manter.

Assim, é preciso que tenhamos a clareza de que vivemos uma situação bastante delicada no Estado. A miserabilidade, a fome, o desemprego são muito grandes. É preciso que as organizações façam seu papel, que é o de garantir que seja feita a reforma agrária.

Toda essa crise e essa falta de responsabilidade foi criada no Estado de Pernambuco, tanto pelo latifúndio quanto pelo Poder Público constituído. Em Pernambuco, várias ocupações foram realizadas durante todo o período de história do MST. Alguns acampamentos chegam a durar seis anos, sete anos. Eles já se mudaram tanto que não sabem mais contar as vezes em que foram despejados pela polícia, ou por jagunços, por pistoleiros de fazendeiros, de donos de engenhos, de usineiros. Outras vezes, foram transferidos pela inviabilidade da própria área reivindicada para desapropriação. Assim, as famílias ficam mofando nos acampamentos,

e não há condição efetiva de desapropriação de terra para que possam produzir no campo.

Mesmo com essas dificuldades, por que uma família se submete a passar seis anos, sete anos acampada, sofrendo despejos, sendo humilhada, ameaçada na maioria das vezes? É porque ela acredita, ela sonha que o sofrimento no acampamento vai servir de felicidade para os seus filhos, para que estes não vão para a prostituição, para o mundo do crime e das drogas. Então, só se submete a ir para o acampamento quem tem sonho de nação, quem tem o desejo de nação, o desejo de desenvolver uma região e uma nação. Os trabalhadores submetem-se a passar cinco anos, seis anos, se for preciso, dez ou vinte anos acampados, para garantir que, caso não consigam desfrutar dessa terra por que tanto lutaram, que tanto sonharam em possuir, pelo menos que seus filhos e as futuras gerações tenham a garantia de um mundo digno, de uma vida digna para desenvolver suas atividades.

Com relação ao acirramento do conflito no Estado de Pernambuco, isso se dá, primeiro, porque existe, de alguma forma, toda uma falta de estrutura na instituição do Governo para realizar a reforma agrária. Isso está expresso pelo próprio Superintendente do Incra, pelo próprio Presidente do Incra. O Ministro tem dito – e temos acompanhado os fatos nesses vinte anos – que não há estrutura capaz de atender as demandas que surgem no campo em termos de desapropriação e de condições de assentamento. Por isso, o conflito vai-se acirrando.

Em alguns casos, as famílias, mesmo com dificuldades, mantêm-se na terra, apesar das ameaças que lhes são feitas, na maioria das vezes, pelos proprietários. Na última jornada de abril, houve vários casos de confronto direto ou de ameaça direta e de perseguição por parte de proprietários, em relação ao nosso movimento. Foi o caso, por exemplo, da Fazenda Berra Boi, que fica pertinho aqui de Glória do Goitá, onde vários jagunços foram lá e despejaram, de forma violenta, os acampados.

E não estamos comunicando aqui outro massacre na história de Pernambuco, como o ocorrido com o companheiro Pedro Inácio e tantos outros companheiros que morreram na Usina Aliança e nesse Estado afora, porque houve uma articulação muito forte do Ministério Público, na pessoa do Dr. Francisco Sales, que evitou uma tragédia na Fazenda Berra Boi, onde poderiam ter sido assassinados vários companheiros. Estive presente na ação, e havia pelo menos trinta ou quarenta homens armados, para fazer o despejo. O Dr. Sales entrou em ação com o promotor de Glória do Goitá, e conseguiram evitar o que seria mais um massacre neste Estado.

Sr. Presidente, aproveitamos o ensejo para parabenizar a atuação do Ministério Público no Estado de Pernambuco, sob a coordenação do Procurador-Geral, Dr. Francisco Sales. O MP está atento aos confrontos, à violência praticada pelos latifúndios no campo e tem evitado vários despejos, vários confrontos. Além disso, está tentando garantir os direitos humanos das pessoas que lutam, que trabalham lá no interior, em seus acampamentos, em seus assentamentos.

Quanto à meta proposta pelo Governo Lula em relação à reforma agrária, não é a meta sonhada pelo MST, que era inicialmente de um milhão de famílias novas a serem assentadas. Mas consideramos, pelo menos aqui em Pernambuco, que a nossa atuação, em nível nacional, será no sentido de pressão para que o Governo Lula possa cumprir a sua meta de assentar 530 mil famílias, as 400 mil por desapropriação e as outras que foram anunciadas. Vamos fazer toda uma gestão para garantir o cumprimento dessa meta. E reitero as palavras de alguns que falaram antes, referindo-me também aos companheiros da Fetape: assentar 6.800 famílias em Pernambuco é um número razoavelmente importante para a história da execução da reforma agrária neste Estado. Mas faço um apelo para os companheiros desta Comissão, para que seja construída uma força-tarefa perante o Governo Federal, para que essa meta seja triplicada, seja multiplicada. Ora, há um saldo de 35 mil ou 40 mil famílias acampadas no mês de maio, no Estado de Pernambuco. Até o final do ano, esse número deve-se multiplicar, independentemente de o MST, a Contag ou os outros Movimentos fazerem acordo com o Governo Lula, dizendo que não vão acampar. Se as organizações que lutam pela terra não organizarem os trabalhadores para que façam sua luta de forma ordeira, eles a farão da sua forma. Aí, sim, haverá muita violência generalizada neste Estado, neste Brasil.

Então, será necessário um esforço para garantir o cumprimento dessa meta, mas, além disso, um esforço, do ponto de vista do Governo, para tentar a superação dessa meta de 530 mil famílias. O Brasil necessita de uma reforma agrária ampla e urgente, que possa gerar emprego, que possa garantir as condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras que têm sofrido, ao longo desses 500 anos, com a perversidade do latifúndio, com a perversidade da monocultura, principalmente da cana-de-açúcar em Pernambuco, que tem sofrido pela falta de políticas que venham desenvolver o interior do nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Fico à disposição de V. Ex^{as} para algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Sr. Edílson Barbosa. Vamos passar a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, ao Senador Sibá Machado e ao Deputado Paulo Rubem. Depois, concluindo a audiência de hoje, ouviremos ainda o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade e um representante de sindicatos de servidores públicos.

Concedo a palavra ao Relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, um dos objetivos desta CPI Mista é justamente diagnosticar as causas da violência no campo e tentar superá-las. Queria aproveitar a presença do representante do MST para pedir que ele desenvolva mais esse tema que ele já tratou um pouco na sua fala, inclusive dando um testemunho que considero importante, da atuação do Ministério Público Estadual na mediação desses conflitos, em que se evitou até uma tragédia no Estado de Pernambuco. Abro um parêntese para dizer que ficamos muito impressionados com a postura e a contribuição trazida pelo Dr. Sales para este debate, mas eu gostaria de desenvolver esse tema da violência.

Primeiro, sabemos que o Movimento dos Sem Terra tem sido acusado de promover a violência no campo; então, eu queria que o nosso representante do MST, o Edílson Barbosa, dissesse o que ele pensa dessa questão.

Segundo, gostaria de saber como tem ocorrido a violência contra os trabalhadores; foi citado um caso, mas gostaria de esclarecimentos sobre como isso tem ocorrido na história de Pernambuco, ou pelo menos na história de Pernambuco desde que o MST atua aqui.

A terceira indagação, ainda sobre a violência, é se há violência nos acampamentos, e como o MST vê saída para superar a violência no campo. Em suma, como está a violência, a violência de que o MST é acusado, a violência contra os trabalhadores, a questão dos acampamentos, como é que se encontram. Também é importante dizer há quanto tempo há pessoas acampadas aqui, quais são os acampamentos mais antigos, como eles têm sobrevivido e, efetivamente – isso para ajudar a fazer o nosso relatório –, como superar essa situação de violência.

Gostaria de ouvir a opinião do MST sobre outra questão que também fiz a outros: como o Movimento vê a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária? O representante da Fetape disse claramente que, mesmo sendo uma meta pequena diante da demanda, já seria importante se fosse cumprida. Essa afirmação foi repetida por V. S^a, mas era preciso saber como é que o MST vê as condições de aplicação do Plano. Faço essa pergunta porque uma questão que nos preocupa

é que se está gerando uma expectativa, uma demanda, e pode ser que essa meta não seja efetivamente cumprida. Como é que tem sido? O MST deve estar acompanhando, não é mesmo? Então, como é que ele vê a participação do Estado nesse processo? Como vê os convênios que têm sido realizados? E como é a relação do Movimento com os órgãos, inclusive com o próprio Incra? Enfim, como é que está a situação em Pernambuco, de um ano e meio para cá, aproximadamente, ou principalmente neste ano, depois do anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária pelo Presidente Lula?

Então, seriam essas duas questões: a violência – um tema importante, como é que isso é visto pelo MST – e a reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estava ainda elaborando algumas perguntas, mas já tenho quatro. Vai ser até mais rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, o MST de Pernambuco dispõe de um cadastro das famílias sem terra que vocês coordenam nos acampamentos ou no processo de organização como um todo? Se existe o cadastro, com mais ou menos quantas famílias de sem terra vocês hoje trabalham no Estado?

Segundo, foi dito aqui pelo Ministério Público que a legislação agrária brasileira é muito deficitária, para não dizer outras coisas; baseado nessa afirmação, você acha que a luta do MST e do Movimento Organizado de Pernambuco está fazendo uma luta ilegal pela terra? Você mencionou a existência de uma relação de trabalho na região da Zona da Mata que nos leva a acreditar em trabalho escravo; eu queria que você falasse melhor sobre isso e queria fazer a pergunta mais incisiva: você acha que existe trabalho escravo em Pernambuco? Se existe, onde? E como fazer para procurarmos imediatamente uma solução para isso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, só acrescento que o Delegado do Trabalho, na manhã de hoje, disse que em Pernambuco não existe trabalho escravo. É importante o depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, gostaria de saber se o Sr. Edílson contradita isso.

A quarta e última pergunta é a seguinte: Edílson, você falou que o MST, como todos os outros movimentos, vê que todas as áreas nobres do Estado de Pernambuco estão ocupadas por latifúndio; como a lei diz que só é possível desapropriar latifúndios improdutivos, pergunto se você conhece realidades como essa nessas áreas nobres, de latifúndios improdutivos – se possível, citando até algum exemplo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem, quero registrar a presença da Deputada Estadual do PT Ceça Ribeiro, que já esteve conosco de manhã e honra-nos com a sua presença, acompanhando esta reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PT – PE)

– Prezado Presidente, Senador Alvaro Dias; meu caro Edílson Barbosa, em primeiro lugar, gostaria que você nos expusesse quais são as outras atividades desenvolvidas pelo MST em Pernambuco. Sei das funções específicas em relação à reforma agrária: as questões das ocupações, o acompanhamento no Incra do processo de reforma agrária. Quais são as outras atividades desenvolvidas pelo MST no âmbito nacional, mas sobretudo aqui em Pernambuco? Como exemplo, já temos conhecimento de que recentemente, aqui no Estado, teriam sido certificados cinco mil jovens e adultos em programas de alfabetização. O que isso representa hoje em relação às áreas de reforma agrária?

Em segundo lugar, quais são hoje as áreas do Estado em que o MST já tem desenvolvido os programas de reforma agrária há mais tempo? Se possível, gostaria que fossem citadas as regiões, áreas, assentamentos que já venceram os processos iniciais desde a vistoria, a desapropriação e, conseqüentemente, a efetiva implantação, considerando que o Movimento tem pelo menos 15 anos.

Em terceiro lugar, qual é a opinião que vocês podem apresentar à CPI em relação ao que disse pela manhã o Procurador Francisco Sales, de que não é eficaz, não tem sido ágil a centralização da matéria reforma agrária apenas sob responsabilidade do Governo Federal? De que forma o MST entende a participação também dos Governos de Estado e de Municípios?

Também aproveitando uma ponderação do procurador relativa ao controle social, não há um único Município neste País situado fora das regiões metropolitanas que não tenha, na sua estrutura administrativa, ou uma secretaria, ou uma diretoria ou um departamento rural; o Estatuto da Cidade – que, ao se referir à cidade, não aborda a cidade urbana, mas o conjunto dos Municípios – dispõe que nenhum orçamento público pode ser elaborado sem que seja precedido de audiências públicas; ainda não calculamos quanto de recursos públicos os Municípios destinam, nas suas Secretarias Municipais de Agricultura, à produção rural, às ações voltadas à agricultura; o MST tem procurado também refletir sobre a descentralização do processo de reforma agrária? O MST entende que essa descentralização pode ser a autoridade principal da

desapropriação do ente federal, com a participação do Estado e Municípios? Será que poderíamos evoluir para uma espécie de estatuto da reforma agrária e de um orçamento para a reforma agrária, que poderia ser compartilhado com Estados e Municípios? Digo isso também porque, em muitos casos, há assentamentos distantes da sede do Município, da feira municipal, do mercado público municipal, das maiores cidades do pólo, e há uma dependência das ações do Município, seja para passar a máquina, seja para melhorar a pista, seja para construir uma passagem molhada, seja para garantir apoio, semente e assistência aos assentados e aos acampados; o MST admite essa descentralização? Que proposição poderia se fazer para o estabelecimento dessa descentralização, desse controle, desse Estatuto da Reforma Agrária e até de conselhos estaduais e municipais da reforma agrária, que pudessem efetivamente vigiar e fiscalizar a função social da propriedade e a própria produção e geração de emprego no campo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao representante do MST, Edílson Barbosa.

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Em relação à violência, os trabalhadores de modo geral – não só em Pernambuco, mas no Brasil, no mundo –, quando se organizaram, foram tratados com violência. O exemplo citado anteriormente, no Estado de Pernambuco, foram as Ligas Camponesas, barbaramente reprimidas. E a gente tem tido um cuidado de preparação das famílias que fazem parte do MST, que vão para os acampamentos, para não caírem na provocação dos latifundiários, dos proprietários.

A reforma agrária tem sido tratada como questão de polícia, e a gente sabe que, todas as vezes em que foram organizados movimentos em prol da reforma agrária, eles foram reprimidos. E não será o MST que vai disputar com os latifundiários, com os proprietários – que, na sua maioria, são violentos –, da mesma forma que eles. O nosso papel na sociedade é o de pressionar o Poder Público constituído na execução da reforma agrária, e não de enfrentar o latifúndio de forma que venha a trazer confronto.

É claro que, em alguns momentos, quando não há condições de se evitar o confronto, quando não existe um Ministério Público, um Poder Público local que atue para evitar a tirania de alguns proprietários que usam a violência para impedir a luta pela reforma agrária, somos obrigados a assistir confrontos ou até a participar deles, se estivermos próximos de algumas áreas que são tratadas com violência.

E temos dito que não existe violência maior, por exemplo, do que o que aconteceu na Usina Aliança.

Está aqui o Dr. Bruno Ribeiro, que pode testemunhar os fatos, pois acompanhou o processo desde o início. Não existe violência maior no Estado de Pernambuco do que a ocorrida na Usina Aliança. Trata-se de uma indústria falida, cujos trabalhadores tiveram seus direitos trabalhistas negados e suas vidas colocadas em jogo. É a usina com uma dívida milionária com o Estado, com a União, e até hoje não se resolve a situação das famílias que vivem lá, que são moradores acampados naquela usina. Houve um episódio lá que não vou comentar, porque muitos o assistiram. O MST denunciou casos de tortura de trabalhadores, provados com fotos encontradas nos escritórios da usina, fotos de trabalhadores torturados, assassinados, violentados, com todos os seus direitos negados e, depois, ainda torturados e massacrados.

Assim, a violência no campo se dá por conta de sentimentos gerados por fatos como esse da Usina Aliança. Para evitar a violência no campo, Sr. Presidente, só existe uma forma: uma ação radical do Governo na desapropriação dos latifúndios improdutivos neste Estado e neste País. Enquanto houver gente excluída, gente marginalizada na periferia do Estado ou nos grandes centros, vai haver violência. Não há outro caminho. Ou as famílias têm comida para se alimentar, ou as famílias têm terras para produzir, ou as famílias têm trabalho para oferecer para os seus filhos; caso contrário, vão oferecer o quê aos seus filhos? O pai, quando não consegue oferecer aos filhos alimentação, moradia e condição de trabalho, perde a moral diante de sua família: seus filhos viram marginais, suas filhas viram prostitutas, e não há outra saída.

Então, tem que haver uma intervenção do Governo nesse sentido de desapropriar as terras e garantir emprego, garantir renda para que as famílias possam sair do mundo da marginalização e ir para o mundo de produção, da perspectiva.

Quanto aos acampamentos, a gente tem dito que a situação é diferente, pois a violência é maior nos engenhos, nas fazendas. Nos acampamentos, é construído um espaço. O Ministério Público Estadual passou a ter essa atenção em Pernambuco em relação à reforma agrária quando fez várias visitas a acampamentos, como foi o caso do Acampamento Agrícola, lá em Escada, e passou a conhecer os fatos de perto. Em vez de ficar ouvindo histórias pela imprensa, o Ministério Público foi conhecer de perto como vivem as famílias acampadas. Não posso responder pelo Ministério Público, mas imagino que, a partir dessas visitas, ele pôde sentir como vivem as famílias acampadas. Então, a violência está justamente no outro lado. Nos acampamentos, construímos um espaço de discussão, de estudo, de debates, um espaço de lazer, onde as

pessoas podem se confraternizar, podem estudar e discutir os problemas centrais da sociedade. Assim, quando garantirem a sua terra, irão para a produção com melhores condições de desenvolvimento.

Em relação à execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, o Governo tem afirmado que vai cumprir a meta estabelecida, mas temos dúvidas se vai ou, não em função dos números atingidos no ano anterior: deveriam ter sido assentadas pelo menos 45 mil famílias, mas foram assentadas apenas em torno de 7 mil famílias no Brasil – não me recordo o número exato. No quarto mês do ano, já temos sinais, em âmbito nacional, de que a meta será executada, de que o Plano será executado. Mas temos muitas dúvidas. É claro que faremos o que for preciso, dentro do possível, para pressionar o Governo a cumprir a sua meta e também o ajudaremos nesse objetivo. Estamos dispostos a negociar e a dar a nossa contribuição ao Governo para que cumpra essas metas. Estamos otimistas, há um canal de negociação e de discussão. Por um lado, estamos preocupados, porque não vemos os sinais claros de que as coisas vão andar; mas, por outro lado, estamos dispostos a, junto com o Incra e com o Governo Federal, ajudar no cumprimento dessas metas.

Com relação ao Governo do Estado, alguém mencionou que o Secretário de Agricultura disse que as famílias que vivem nos acampamentos, na sua maioria, são da cidade ou não têm vínculo com a reforma agrária. No Estado de Pernambuco, o Governo deveria ter vergonha de vir aqui falar sobre a reforma agrária, pois é o Estado com o maior índice de violência no Brasil, onde morrem mais mulheres assassinadas, onde há o maior índice de execução de jovens. Apesar disso tudo, o Secretário vem aqui e diz que é quem vive no campo.

Então, é preciso perguntar ao Secretário qual é a concepção dele de urbano e de rural. Isso precisa ficar claro. Os companheiros da Fetape disseram alguma coisa nesse sentido. Uma coisa é ser ex-funcionário de usina, ex-trabalhador da cana-de-açúcar e morar na cidade há 5 ou 6 anos e ser considerado urbano. Outra coisa é ser ex-funcionário de uma metalúrgica. Aí, tem que se saber qual a concepção de urbano e de rural, para podermos dizer quem vive no campo e quem vive na cidade.

Então, a participação do Governo do Estado, principalmente de Pernambuco, não é suficiente para ajudar o Governo Federal na execução de suas metas relativas à reforma agrária. O Governo tem se omitido. Os companheiros da Fetape disseram isso, e nós reafirmamos. Em seis anos desse Governo, basicamente uma única reunião foi extraída com o Governo do Esta-

do para avançar na questão da reforma agrária. Essa reunião foi marcada justamente em função de várias pressões no mês de abril. Houve até uma marcha que saiu de São Lourenço da Mata para Recife, e, na semana seguinte, conseguimos ser atendidos pelo Governador do Estado. Contudo, ele não atendeu a nossa pauta na sua totalidade. Deu um sinal muito pequeno – concordo com os companheiros da Fetape – quando liberou 15 agrônomos para ajudarem na vistoria do Incra. É um número insuficiente, mas já é alguma coisa. Então, com um debate mais aprofundado com o Governador, com uma pressão maior do Movimento dos Sem Terra e dos outros movimentos, talvez esse número possa chegar a um número suficiente para ajudar na execução da reforma agrária.

Em suma, achamos que fica a desejar a participação do Governador do Estado de Pernambuco no que diz respeito à reforma agrária, mas, naquele momento e ainda agora, consideramos importante a liberação desses 15 agrônomos para que o Incra possa ajudar no cumprimento das metas. Se o Incra tem condição de assentar quatro mil famílias e, com os 15 agrônomos, pode aumentar para 4.100 famílias ou 4.200 famílias, para nós, é um avanço. São menos duzentas famílias ou menos cem famílias que estarão debaixo da lona ou em situação subumana neste Estado. Cada família a mais assentada no Estado é um avanço para a reforma agrária, e vamos, de uma em uma, de dez em dez, de cem em cem, ajudando a garantir com que todas as famílias acampadas sejam assentadas.

Em relação à pergunta do Senador Sibá Machado, sobre se o MST tem um cadastro das famílias acampadas, cada acampamento tem um cadastro oficial das famílias acampadas. O Incra também tem alguns cadastros. Não é o número total, mas há um cadastro das famílias acampadas. É claro que a Secretaria do MST não vive dentro da minha mochila, a mochila de militante do MST, mas a informação de que dispomos é que o MST tem 23.400 famílias acampadas em 172 acampamentos no Estado de Pernambuco.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Esse cadastro coincide com o do Incra, ou você não tem conhecimento disso?

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Ele não coincide com o do Incra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Você remete esse cadastro também para conhecimento do Incra?

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Remetemos, mas o problema é que o cadastro feito pelo Incra, que foi feito recentemente em função do Fome Zero, só é colocado para Brasília – talvez o Superintendente possa nos ajudar a informar sobre isso. Quem tiver problema

de CPF, quem tiver problema de documentação não entra nesse cadastro. A maioria dos trabalhadores do campo, principalmente de Pernambuco, principalmente ainda da Zona da Mata, não têm documentação. E só vai para o cadastro oficial do Incra quem tem CPF. Ora, há um déficit muito grande neste Estado de documentação. Por isso, o número do oficial do Incra não condiz com o número oficial do Movimento Sem Terra, e imagino que as outras organizações também tenham essa mesma diferença de números, em função dessa questão de documentação.

Em relação a se as organizações estão fazendo a luta no Estado de Pernambuco de forma ilegal, não achamos isso. Temos a certeza de que todas as organizações que lutam pela reforma agrária em Pernambuco são movimentos legítimos, de atuação nacional ou local, e que têm sua liberdade de fazer pressão garantida pela Constituição brasileira. Todo cidadão pode se organizar, pode se manifestar em situações em que lhe forem negados direitos seus ou em que direitos seus lhe forem tirados. Então, a posição do MST é de que nenhuma organização social que luta pela terra neste País é movimento ilegal. Seriam se fossem movimentos armados ou se afrontassem o Poder constituído. São movimentos que lutam por direitos que lhe são garantidos pela Constituição brasileira. Cabe ao Estado resolver essa situação.

Em relação ao trabalho escravo, talvez eu tenha sido mal interpretado. Referi-me à cultura dos usineiros, que é uma cultura escravista, desde quando as sesmarias foram feitas. Alguém perguntou se havia condições de fazer um pacto. Foi feito um pacto na época da Coroa. Esse pacto beneficiou meia dúzia de latifúndios, que até hoje mantêm o Nordeste nas mesmas condições de Pernambuco. O Governo, se tiver que fazer pacto ou não, tem que fazer no sentido de desapropriar terras ou de garantir que as famílias tenham acesso à terra. E o companheiro disse muito bem: por que os escravos não herdaram da Coroa suas terras? As terras foram divididas para as famílias. Entendemos que, enquanto existir esse sistema patriarcal, construído principalmente na Zona da Mata, em relação à propriedade da terra, haverá essa desigualdade.

É uma vergonha falar em produtividade e em custo da produção da cana-de-açúcar. Imaginem um Estado que tenha o menor custo de produção da cana-de-açúcar ou de açúcar. Às custas de quem esse custo é baixo? Quem pagou o preço para que a cana seja produzida a baixo custo, para os europeus tomar o café doce? Às custas de quem? Os usineiros do Nordeste sobreviveram às custas de financiamento público e

da exploração da mão-de-obra! Isso não é segredo pra ninguém!

É inadmissível que trabalhadores da Zona da Mata tenham piores condições de vida do que alguns que vivem no sertão, na região castigada pela seca! Faz vergonha andar nas cidades da Zona da Mata. Amanhã V. Ex^{as} terão oportunidade de visitar a Zona da Mata e passar por uma cidade que faz vergonha. Há um monte de barracos de madeira e de barro amontoados nos morros, caindo em cima do povo. Esse é o sistema de desenvolvimento que as usinas trouxeram para essa região.

Não temos condições de afirmar que existe trabalho escravo em Pernambuco, mas tenho muitas dúvidas de que não haja trabalho escravo naquele Estado. Volto a falar sobre a questão do conceito. Não sou advogado, mas creio que deve ser reavaliado o conceito de escravo. Qual é o conceito de trabalho escravo? O que é um trabalhador que fica por quarenta anos em uma empresa, sem carteira assinada, sem direito à educação, à saúde, à moradia digna? Se ele não for escravo, perdoem-me, porque o considero escravo. Pode não ser perante a Constituição brasileira, perante as leis vigentes, mas eu o considero escravo, porque a Constituição brasileira diz que todo brasileiro tem direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho e à alimentação digna. Se a pessoa não tem isso, automaticamente é considerada escravo, no meu ponto de vista.

Senador, eu não tenho condições de citar para V. Ex^a uma fazenda, um engenho ou uma usina que esteja nessa situação, mas farei questão, daqui para a frente, de pesquisar o conceito de trabalho escravo com mais profundidade e também de verificar a situação no interior onde vivemos.

Em relação à existência de latifúndio improdutivo em áreas nobres, é só onde existe. Os maiores latifúndios improdutivos no Estado de Pernambuco ficam nas áreas nobres. Estão na margem do rio São Francisco, nas margens dos rios que existem no sertão e à beira das usinas de açúcar. As terras mais improdutivas do Estado de Pernambuco estão na Zona da Mata, na mata norte, sul e metropolitana.

Existe um índice de improdutividade nessa região, e vejam que estou levando em consideração produtividade como território. Não estou levando em consideração o que alguns disseram antes: a função social da terra. Se a função social da terra no Estado de Pernambuco for analisada, não escapará uma usina, porque nenhuma cumpre sua função social. Se uma usina tem 25 mil, 30 mil hectares e está instalada em um município em que há trabalhadores passando fome, ela não cumpre sua função social. Do ponto de

vista da produtividade territorial, na Zona da Mata e nas margens dos rios e das grandes barragens, existe um grande número de áreas improdutivas. Várias delas foram denunciadas ao Incra. Quando solicitamos uma vistoria, estamos automaticamente denunciando que a área é improdutiva. Todos os movimentos têm uma relação de áreas no Incra com pedido de vistoria, porque são consideradas improdutivas pelos trabalhadores. Contudo, a improdutividade só poderá ser confirmada depois da avaliação do Incra, órgão responsável por essa questão.

Um exemplo que posso citar é o da Usina Santo André, vizinha da Central Barreiros, que agora é do Grupo Una. Amanhã, indo para a Central Barreiros, vocês vão passar no terreiro da usina, onde o engenho não produz nada. O engenho da usina está totalmente improdutivo, levando-se em consideração – volto a repetir – a produtividade como território produzido, e não como função social. A Usina Aliança, há sete anos, está em processo de luta pela desapropriação. São tantas as áreas improdutivas que, se formos citar todas, passaremos a noite aqui. São terras que teriam todas as condições de ser desapropriadas para o desenvolvimento da reforma agrária.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero fazer um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço que o movimento social nos apresente um documento até amanhã, antes da partida, com os nomes das áreas que consideram latifúndio improdutivo no Estado de Pernambuco.

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Para o MST, é tranquilamente possível.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Foi pedida uma relação das usinas fechadas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não vi o documento. Ele já responde isso?

O SR. – (Fora do microfone) ...dessas usinas todas. A maior parte (inaudível) do que está aí está com o controle de quem deve. Alguns grupos que já foram para fora do Estado e continuam controlando a terra estão no documento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Solicito ao nosso convidado Edílson Barbosa que agilize o encerramento de seu depoimento, para que possamos ouvir outras organizações.

O SR. EDÍLSON BARBOSA – Sr. Presidente, tentarei ser mais objetivo.

Com relação à questão levantada pelo companheiro Deputado Paulo Rubem, sobre as outras atividades do MST além da ocupação de terras, há diver-

sas iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, buscando-se parcerias com as universidades federais e escolas agrícolas de Pernambuco e do Brasil inteiro. Temos buscado não só a escolarização fundamental, mas também o ensino médio e até o ensino superior, para vários filhos de trabalhadores sem terra, assentados e acampados.

Um exemplo é a turma formada na Universidade Federal Rural de Pernambuco, no final do ano. Sessenta e quatro companheiras e companheiros receberam o certificado de técnicos de saúde, numa parceria entre a Universidade Federal, o Incra, o MST e o companheiro da CPT. Estamos formando, agora em junho, outra turma de técnicos agrícolas, em parceria com o Incra da Paraíba, o MST e a Universidade de Bananeiras, na Paraíba. Foram iniciados agora cursos de Pedagogia e Agronomia no Estado de Sergipe, que é para todo o Nordeste. Possivelmente no dia 17, estamos iniciando outro curso de Agronomia com a Universidade de Juazeiro, na Bahia. Mais 70 companheiros farão o curso. Tivemos a certificação de cinco mil trabalhadoras e trabalhadores alfabetizados aqui no Geraldão, no final do mês de abril. Há várias outras iniciativas que têm sido construídas no sentido de buscar sempre parcerias com universidades, com organizações, para que possamos garantir à mulher e ao homem do campo as condições dignas para, com a sua terra, desenvolver sua área com melhor condição.

Quanto à produção, há vários exemplos de incentivos. O exemplo de maior expressão, talvez, que podemos utilizar aqui no Estado é o dos companheiros de Bonito, que vocês visitarão amanhã. Há todo um trabalho de produção de inhame. Estamos agora desenvolvendo um projeto para que, junto com outros assentamentos, eles possam criar um banco de sementes de inhame na região da Mata Norte. Há uma iniciativa de agroindústria. Em Escada, por exemplo, há uma agroindústria em pleno funcionamento, com produção de doces em calda, que as pessoas chamam de “nego bom”, doces em tablete e toda uma iniciativa de produção. Temos desenvolvido, em parceria com as prefeituras de vários Partidos, essa idéia da feira da reforma agrária, como ocorre em Aliança, Escada, Água Preta, Quipapá, em vários Municípios. Trata-se de iniciativa dos assentados, dos acampados, que têm procurado desenvolver sua produção, visando a um mercado solidário, que possa valorizar o produto da reforma agrária como fruto de um processo de luta, mas também com melhor qualidade, para ser consumido pelas famílias.

Sobre a descentralização – apesar de que não posso afirmar isto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nacional, pois devemos ir apro-

fundando o tema –, sempre tivemos a posição de que a reforma agrária tem que ser uma ação do Governo Federal. Ela não pode ser uma ação do Governo municipal, não pode ser uma ação do Estado. Tem que ser uma ação do Governo Federal. É um programa estruturador, e tem que ser o Incra a desapropriar as terras, a entregá-las e a dar as condições para os trabalhadores. Essa é a posição do movimento. Não podemos cair na ilusão de que a reforma agrária vai ser desenvolvida ou gerida pelo Prefeito do Município, se ele tem 50% das terras do Município sob sua propriedade. Então, a reforma agrária tem que ser uma intervenção do Governo Federal.

Em relação ao Estatuto da Terra e a essa questão do Orçamento de conselhos, é claro que algumas coisas têm que ser discutidas, como está sendo discutida hoje a reforma agrária pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional. Tem que haver um debate do tema com a sociedade, com o Poder Público municipal, estadual e federal, mas não pode ser uma ação do Município. É preciso que se crie orçamento para a reforma agrária. É preciso que se constituam metas. É preciso que os trâmites para desapropriação do latifúndio sejam mais desburocratizados, para que se possa garantir agilidade no processo de reforma agrária, que se vem arrastando há décadas sem mudança. É preciso haver orçamento e instrumentos novos para desapropriação dessas terras. E é preciso, necessariamente, uma estrutura federal que garanta a desapropriação. Se não for uma ação do Governo Federal, uma ação de estrutura, com recurso garantido, com quadro técnico garantido, com infra-estrutura para acontecer, a reforma agrária vai se arrastar. Aqui no Estado de Pernambuco, por exemplo, o companheiro fazia a conta da Fetape. Calculando por baixo, 30.000 famílias, 7.000 por ano, vamos durar... Termina este Governo, entra o outro, e a gente não consegue assentar as famílias que estão acampadas. É preciso que haja uma reestruturação do órgão gestor da reforma agrária. São necessárias mudanças na execução da reforma agrária na questão jurídica, e é preciso haver interação entre o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário, o Congresso Nacional, o Senado Federal e o próprio Governo Federal, no sentido de criar verdadeiros mutirões, para que possa avançar o processo da reforma agrária.

É que tenho dito. Quero agradecer mais uma vez aos companheiros...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Quero registrar a presença de Westey Conde, Promotor de Justiça; do Deputado Estadual Sílvia Costa,

do PMN; do Deputado Estadual Roberto Leandro, do PT. Muito obrigado a todos pela presença.

Como o microfone não estava funcionando, vou apresentar João Santos da Silva, representante da Organização da Luta no Campo, que tem a palavra, para sua exposição inicial. Depois passaremos às indagações.

O SR. JOÃO SANTOS DA SILVA – Quero saudar os Srs. Senadores, Deputados, Presidente desta Comissão, demais membros da Comissão e demais parlamentares e autoridades, trabalhadores e representantes dos movimentos sociais.

Tentarei ser bastante rápido e objetivo porque eu, como a maioria dos trabalhadores rurais sem terra em Pernambuco e neste País, ainda não almocei. Eu, por falta de tempo e eles, trabalhadores, por falta de alimentação mesmo.

Existe uma discussão em nível nacional, em que se diz que Pernambuco é um barril de problemas e de confusão.

Pernambuco é um Estado histórico de lutas. Se resgatarmos aqui a história do povo de Pernambuco, sobretudo os rurais, veremos que sempre foi de luta mesmo. Pernambuco, por exemplo, foi o primeiro Estado da Federação onde se fez a primeira greve no campo, os canavieiros. Temos aqui em Pernambuco, a luta das ligas camponesas – a organização foi aqui neste Estado –, 14 movimentos sociais, com métodos variados. Então, Pernambuco, de fato, é um Estado com uma história de luta.

Pontuei aqui alguns tópicos aos quais queria reportar-me, até porque achamos interessantes.

Foi citado aqui pelo representante do setor canavieiro que os assentamentos da Zona da Mata estão abandonados e que é preciso fazer uma reforma agrária ou uma reforma nesses assentamentos. Entendemos que a reforma agrária que até hoje foi colocada para nós, trabalhadores, pelos Governos que por aí passaram não foi e não é a reforma agrária que queremos; ela foi colocada para não dar certo. Por conta disso, existem de fato alguns assentamentos ociosos, mas é por falta de política dos Governos que passaram para com os assentados e os assentamentos – políticas públicas de um modo geral.

Vejam os. Até dois meses atrás, um assentado recebia em torno de R\$10 mil para cuidar de uma parcela de terra com sua família. Esse dinheiro era referente ao crédito de investimento e custeio. Hoje, é possível contar com um pequeno aumento de aproximadamente R\$15 mil. O trabalhador receberá cerca de R\$13,5 mil, e R\$1,5 mil destinados à assistência técnica. No entanto, essa quantia, de R\$10 mil ou R\$13,5 mil, é

insuficiente para que o agricultor consiga transformar essa parcela em produtiva.

Por exemplo, para se plantar hoje um hectare de inhame, gasta-se, em média, cerca de R\$9 mil – esse é o custo previsto pelos técnicos. Digamos que alguém pegue uma parcela, na Zona da Mata, com 14 hectares. Plantaria um hectare de inhame, caso resolvesse plantar inhame, e os 13 hectares restantes de terra ficariam ociosos. Foi assim ao longo da história dos assentados, mas estamos lutando, trabalhando, pressionando, fazendo a nossa parte para que a situação melhore neste Governo.

Sabemos que, na verdade, os empresários do setor campo sempre tiveram facilidade e colocaram muito dinheiro nesse setor, que hoje está totalmente endividado. Ou se melhora essa questão, discutindo o destino da reforma agrária no País, ou haverá algumas parcelas ociosas, porque esse recurso é pouco, insuficiente, para se fazer uma reforma agrária que pretende gerar emprego, renda, alimento etc. Não é verdadeira a forma como estão falando sobre o abandono dos assentamentos.

Outro assunto que fizemos questão de anotar refere-se ao medo. Donos de terra, juntamente com donos de estabelecimentos comerciais da cidade, estão com medo dos sem-terra. Ora, quem mata neste País? São os trabalhadores? Somos nós? Ao abrirmos as páginas dos jornais e, vez por outra, lemos notícias de que os donos de terra estão se organizando ou vão se organizar para barrar os sem-terra. Em muitos momentos, no ano passado, – não me lembro de ter ocorrido isso neste ano – alguns donos de terra falaram em comprar armas e se armarem para defender suas propriedades. Quer dizer, quem tem medo desse povo somos nós, os trabalhadores, porque são os trabalhadores, as lideranças, que morrem assassinados por esses donos de terra que anunciam que vão se armar e se armam. Não é verdade quando dizem que os sem-terra pregam medo, até porque os comerciantes que forem inteligentes vão aderir, sim, ao nosso pleito e, no mínimo, apoiá-lo, porque o trabalhador com terra, que produz, gerará emprego e dinheiro para ele e sua família e terá possibilidade de comprar muito mais. Então, algumas questões estão sendo deturpadas.

É importante voltarmos a debater o Proálcool. Nós, da Organização da Luta no Campo, somos radicalmente contrários ao restabelecimento do Proálcool da forma como se sugeriu. Por que somos contrários? Porque significa reorganizar e aplicar mais dinheiro em um setor falido. Quem está produzindo bem que continue a produzir. Entretanto, ressuscitar defunto para continuar pregando a miséria que existiu durante 500 anos na Zona da Mata não permitimos, e vamos en-

vidar todos os esforços que temos para que, de fato, isso não aconteça, apesar de que o Governo, na prática, já esteja disponibilizando um pouquinho de Pró-álcool para nós.

Volta ao debate agora à tarde o fato de os trabalhadores urbanos serem os acampados da reforma agrária e, portanto, não entenderem do trabalho no campo, não saberem lidar com a agricultura, criando problemas lá nos acampamentos e assentamentos.

O companheiro Edílson se referiu a certa questão: qual o conceito de urbano que o Governo Estadual compreende. Por quê? Estamos, sim, mobilizando e organizando os trabalhadores que estão na periferia, para resgatarem sua cidadania, porque muitos deles foram expulsos do emprego e da terra. Eles estão, sim, na periferia. Os que conseguiram sobreviver à fome estão lá na periferia. Estamos discutindo, e vamos continuar discutindo, essa questão com eles. Não é verdade que são esses trabalhadores que criam problemas. Aliás, não temos problemas entre nós, entre trabalhadores nos assentamentos, nem nos acampamentos. Todos nós sabemos que lidar com gente é difícil. Obviamente, em casa, a família é constituída de cinco, seis, sete pessoas. Quando se sai de casa para um acampamento, depara-se com uma família de 200 ou 300 pessoas. Embora dê um pouco de trabalho, os Movimentos têm administrado isso com muita firmeza.

Quanto à situação de Pernambuco com relação aos conflitos, às lutas, ao grande número de acampados e acampamentos, o Governo do Estado – evidentemente, não quero transferir a responsabilidade central de quem faz a reforma agrária –, se fosse mais inteligente, ajudaria a fazer a reforma agrária. Seria um momento para ficar registrado na história de Pernambuco. Fosse eu do Governo, faria isso.

O Governo de Pernambuco precisa falar menos, criticar menos e agir, fazer alguma coisa para ajudar a realizar a reforma agrária de Pernambuco.

Cinco equipes praticamente é nada para vistoriar as terras, para assentar 25 mil famílias, que é a meta do Governo Lula até o final do mandato.

O último tópico que anotei aqui é sobre o pacto social. Não há pacto social com a realidade que existe hoje, sobretudo a questão da Zona da Mata, onde há um grande problema. Vamos discutir sobre a Zona da Mata! Vamos devolver o dinheiro público que eles meteram no bolso e fizeram o que bem queriam com ele, os R\$12 bilhões que foram aqui mencionados pelo Presidente da Fetape, e outros recursos mais. Vamos discutir. Eles topam devolver o dinheiro? Vamos começar o pacto por aí.

Agora, podem ter certeza, enquanto não estiverem assentadas as cerca de 280 mil famílias sem

terra, segundo o IBGE, em Pernambuco, nós da OLC mobilizaremos trabalhadores e os levaremos para as terras, a fim de forçar o Governo Federal a agilizar o processo de reforma agrária em Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao representante do movimento, o Sr. João Santos, pela participação lúcida nos debates desta tarde.

Passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, observei que o Sr. João Santos acompanhou todo o debate e, praticamente, já anotou os temas polêmicos e as questões que poderíamos levantar aqui. Inclusive, foram feitos esses questionamentos tanto ao representante da Fetape como ao representante do MST. Portanto, ele veio colocar de forma clara e aberta – eu diria de forma sincera mesmo – a posição da sua Organização com relação às ocupações, à violência, à falência dos assentamentos, à questão do Pró-Álcool, das usinas, todos os temas que já havíamos tratado.

Portanto, considero-me contemplado pela exposição, pois acredito que ele fez as anotações durante as outras intervenções, e, de forma bastante objetiva, respondeu o que eu iria questionar. Assim sendo, não tenho perguntas, e sinto-me satisfeito com a exposição do Sr. João Santos, da OLC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tenho apenas duas perguntas rápidas a fazer.

A primeira é se a OLC atua em outros Estados ou se está assentada apenas em Pernambuco.

A segunda é se ele concorda que a meta de 8 mil, como os demais já citaram, embora ainda singela, já é um bom começo, e como vão negociar entre vocês, ou seja, que acampados serão beneficiados com esses 8 mil.

O SR. JOÃO SANTOS DA SILVA – Em primeiro lugar, Senador Sibá Machado, em Pernambuco, existem 280 mil famílias, segundo o IBGE. Atualmente, há mais de 30 mil famílias acampadas no Estado. A meta do Governo é assentar 6,8 mil famílias. Eu diria que é insignificante para o grande número de famílias em conflitos existentes no Estado. Se o Governo conseguir cumprir essa meta, entrará para a história por haver ultrapassado todos os Governos que por aí passaram. Não queremos viver de história. De História quem vive é museu. Queremos de fato a reforma agrária acontecendo em Pernambuco. E até para dividir

– são famílias do MST, da Fetape, MTL, MTB, etc. – é difícil, é complicado. Agora, há um grande problema. Do jeito que as coisas estão hoje, aqui no Estado, não vamos assentar 600 famílias este ano. Quer dizer, ou são criadas condições para o órgão gestor, o Incra, para fazer a reforma agrária, ou seremos frustrados, mais uma vez, e o Governo Lula ficará devendo, como ficou no ano passado. Acreditamos que, por toda sua história, a reforma agrária está na pauta do dia-a-dia do Governo Lula, de sua equipe. Porém, temos dito: ou se colocam as condições para o Incra executar e fazer a reforma agrária, ou vamos ficar no discurso mais uma vez.

Respondendo à outra questão, a OLC atua apenas no Estado de Pernambuco, mas há um projeto – ontem e hoje passamos o dia discutindo – de a entendermos – no máximo até janeiro do ano que vem –, colocarmos a Organização atuando nacionalmente, até porque entendemos que não dá para fazer pressão atuando apenas em um Estado; não temos força suficiente e necessária para isso. E, expandindo para os outros Estados, teremos a força que precisamos para sentar com o Governo, para reivindicar a pauta dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao João Santos, representante da OLC.

Convidamos imediatamente, para sua exposição, o Coordenador estadual do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Sr. Marcos Antônio da Silva. Depois, vamos encerrar com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco.

Por sugestão do Relator, Deputado João Alfredo, solicitamos que o Sr. Marcos Antônio da Silva, já na sua exposição, responda a essas questões fundamentais, para economizarmos tempo e partirmos para o encerramento depois com o representante do Sindicato dos Servidores Públicos.

Com a palavra, então, o Sr. Marcos Antônio da Silva.

O SR. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA – Srs. Senadores, Srs. Deputados da CPMI da Terra, senhores e senhoras, companheiros e companheiras, em nome da MTL, agradecemos o convite e queremos dizer que, de fato, temos ainda uma esperança de que, no Brasil, os trabalhadores consigam, de fato, fazer a tão sonhada reforma agrária.

Antes de iniciar minha exposição, eu gostaria de parabenizar todos os servidores do Incra do Brasil inteiro que estão em greve para que tenham condições de trabalhar no processo da reforma agrária no Brasil. Porque é uma vergonha hoje, em todos os Estados, as condições de trabalho de um órgão que

tem uma responsabilidade enorme de resolver esse conflito agrário.

Primeiro, Sr. Presidente e demais membros desta Comissão, o MTL hoje atua em 15 Estados do Brasil, com certeza, chegaremos, ao final do ano, nos 22 Estados da Federação. Em Pernambuco, especificamente, temos 2,473 mil famílias acampadas – infelizmente, o Superintendente do Incra, por algum motivo ou outro, não reconhece esse número, mas apenas 1,7 mil famílias.

Mas esse é o cadastro do Incra feito para o Fome Zero, e está com mais de quatro meses. Então, as novas famílias acampadas ele não reconhece, isso em 31 acampamentos.

Temos hoje 25 assentamentos, num total de 1,385 mil famílias assentadas, que, apesar das condições em que se vive hoje nessas áreas, em relação a ações de Governo passados para recursos para reforma agrária, ainda produzem alguns alimentos para a sua subsistência e para alguns mercados da região, graças aos esforços dos técnicos, dos militantes e dos dirigentes dos movimentos que as acompanham.

Como os demais companheiros aqui falaram, todos sabem do tamanho da violência que nós trabalhadores enfrentamos no campo brasileiro, especificamente em Pernambuco, na Paraíba e em Alagoas.

Hoje, nós do MTL sofremos uma forte repressão, especificamente em dois municípios, duas regiões: a Central Barreiro, pegando São José e o Município de Barreiros, e Jaboatão, aqui próximo do Grande Recife. Temos umas áreas, só para citar aqui, como Buenos Aires e Araguaí, onde, permanentemente, as lideranças, os acampados sofrem perseguição. Já fizemos mil e uma denúncias no Município, na delegacia, mas, infelizmente, nenhuma autoridade tomou providências. Acho que só se encaminhará alguma coisa quando um trabalhador, de fato, derramar seu sangue. Isso que vivemos hoje no Brasil é lamentável!

Jaboatão é outro exemplo. Lá já morreu trabalhador, numa área que, há oito anos, está em desapropriação e, infelizmente, nem a Justiça e nem o Incra consegue resolver. Há oito anos que existe decreto para essa área, chamada de Sumaúma.

Outra violência que enfrentamos muito forte aqui no campo, com o movimento de fato, é a atitude do Superintendente do Incra em Pernambuco. É um absurdo. E isso acontece não só aqui em Pernambuco, mas também em outros Estados. Tem responsabilidade o Governo Lula, que elegemos com a esperança de fazer no Brasil algumas mudanças, entre elas a tão sonhada reforma agrária. Mas, aqui em Pernambuco, a Superintendência local deixa muito a desejar.

Primeiro, retaliando o movimento, desconsiderando uma importante atitude nossa de encaminhamento, transferindo área de um movimento para outros. E isso é absurdo! Temos provas concretas disso, vários ofícios. Exigimos que pessoas “grandes” de Brasília, do Incra, viessem aqui e forçamos uma audiência, porque, com o Incra local, não nos interessava mais sentar e negociar, porque nada era resolvido, só aumentava o conflito.

Segundo, todo mundo sabe que as lutas de trabalhadores acontecem, e não é de hoje. Esse, de fato, é um dos pontos fundamentais que nos alimentam num processo de um dia alcançarmos a reforma agrária em Pernambuco e no Brasil.

A concentração de terras e de renda é que nos motiva para a luta de termos não só a terra, mas também condições de sobrevivência e de vida digna no campo. É isso nos leva a lutar. E a concentração de terra e de renda, que não é distribuída para os trabalhadores das regiões canavieiras e etc, é que nos leva a nos mobilizarmos, ocuparmos e exigirmos do Governo Lula e demais responsáveis a tão sonhada reforma agrária.

A violência por parte do Estado. Todo mundo sabe que a violência é muito praticada por alguns grupos. É muito diferente em cada Estado. Alguns Estados deixam muito a desejar em relação a isso. A repressão por parte da PM é muito forte. Em muitas regiões, os militares fardados, ou à paisana, agem ilegalmente. Todo mundo sabe disso. Eles agem, batem, reprimem, prendem ilegalmente, sem nenhuma ordem judicial. Temos mil e uma denúncias disso. São jagunços que, claramente – e todo mundo sabe –, eles vivem, ali na região de Barreira, armados. Denunciamos isso, temos fotos, mas nenhuma autoridade da região toma providências.

Pernambuco deveria criar uma Comissão de direitos humanos, da sociedade civil organizada e dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, especificamente um órgão que aja na relação de despejo.

Alagoas é exemplo dessa situação, o Estado ficou dois anos, teve 102 despejos durante esse tempo. Mas houve muita negociação e nenhum arranhão, porque o Governo do Estado teve pelo menos a capacidade de, assim que assumiu, criar uma comissão, principalmente na PM, junto à sociedade civil organizada, OAB e demais órgãos, para que qualquer assunto em relação à reforma agrária fosse tratado, antes de qualquer ação, pela Comissão de direitos humanos. Essa experiência vem dando certo em Alagoas; temos acompanhado essa relação. Antes de qualquer ação legal, essa Comissão tenta intermediar nas negociações de saída ou de permanência das famílias na área.

Para acabar com a violência no campo, no nosso entendimento, há apenas uma maneira: fazer a reforma agrária. No momento em que o Governo Lula ou qualquer Governo tiver a coragem de enfrentar os usineiros e latifundiários no Brasil e fazer, de fato, a reforma agrária, não tenho dúvida de que os conflitos no campo acabam neste País. É esse, sim, o ponto que vai fazer a reforma agrária, e que vai acabar com a violência. Se não for assim, não tenho dúvida de que a violência no campo vai continuar, porque todo mundo sabe que a terra é poder. A concentração de terra não é de hoje. Como defendemos a posse da terra para trabalhar, com certeza, os fazendeiros latifundiários vão continuar defendendo as suas terras, de uma forma ou de outra.

E, enquanto existir um sem-terra e um latifúndio que não produza, nós estaremos dispostos, Srs. Senadores e Srs. Deputados, a empunhar a bandeira do movimento e, de fato, a fazer a tão sonhada reforma agrária.

Não queria tomar muito tempo, até porque já foram feitas as exposições dos demais companheiros, e não queria repetir o que foi dito.

Acredito que, pelo fato de esta Comissão estar aqui ouvindo os relatos dos Movimentos e das autoridades responsáveis, algo irá mudar. Mas também não tenho dúvida de que a luta, a cada dia que passa, vai aumentar, porque há uma esperança da classe trabalhadora neste Governo, que foi eleito para fazer a reforma agrária. E vamos cobrar. Vamos cobrar com mobilização, com organização, para que, de fato, consiga manter o pão na mesa de cada brasileiro, neste País e em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Marcos Antônio da Silva. Agradecemos a sua presença e a sua contribuição.

Vamos encerrar, convidando o Sr. José Carlos de Oliveira, que é Coordenador-Geral do Sindicato de Servidores Públicos Federais de Pernambuco. Houve uma solicitação para que os servidores pudessem manifestar-se também. Estamos oferecendo esse espaço para que o Sr. José Carlos de Oliveira possa manifestar-se em nome de todos eles.

O SR. JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA – Boa noite a todos.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Senador Sibá Machado, companheiro de outras jornadas; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; companheiro Deputado Paulo Rubem Santiago, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco; demais autoridades presentes; companheiras e companheiros dos Movimentos sociais; companheiras e companheiros do Incra, primeiro, foi

difícil construir alguma coisa para poder colaborar com este fórum, que é de suma importância.

Penso que se está num momento oportuno de se debater. Esclareço que entramos pela janela – até agradeço a benevolência do Sr. Presidente de nos ter cedido este espaço, para que possamos fazer algumas ponderações. Aliás, fica como sugestão que, em outros Estados, convoque-se também a representação dos trabalhadores do Incra, para participar dos debates, e não somente os gestores.

Quando se trata de políticas públicas neste País, ficamos preocupados, porque percebemos claramente que temos um longo caminho para percorrer. É um caminho longo, árduo e espinhoso. Com a política econômica que está desenhada e com a correlação de forças que temos no poder constituído deste País, realmente, sobrar alguma coisa para fazer política pública e reforma agrária é uma luta que vai durar muito tempo ainda.

Em relação ao que está sendo dito pontualmente, na questão da reforma agrária, mais especificamente quanto aos companheiros do Incra, sabemos a função de quem está nesse processo de uma forma mais aberta – o Incra.

Foi desmontado o Estado brasileiro ao longo desses anos. E, se o Estado brasileiro não for recomposto, não vai haver nem reforma agrária, nem segurança, nem habitação, nem educação. Não vai haver política pública.

Hoje, porque não sabíamos desta audiência, houve uma explanação do companheiro da Funai aqui. Eu gostaria muito de estar presente, porque, há bem pouco tempo, não havia recursos nem para fornecer água para os trabalhadores beberem, na Funai daqui.

Em relação ao Incra, hoje, está-se numa situação de muita penúria também. Além do massacre que essa classe trabalhadora sofreu ao longo dos anos, por intermédio do achatamento salarial, houve o desmantelamento da instituição.

Então, hoje, fala-se muito – aqui, até surgiram algumas discussões – na linha do envolvimento do Estado de Pernambuco com a reforma agrária. Primeiramente, não há nenhum registro de que tenha sido dado algum passo por conta do Governo do Estado de Pernambuco, na história da reforma agrária, que venha na linha de contribuir com esse processo.

Até tenho em mão – é preciso ver a pasta de convênios – que já foram repassados R\$100 milhões para o Governo do Estado para infra-estrutura dos assentamentos, e não houve retorno. Não sei se algo já foi feito. Se não me engano, está até inadimplente com a questão dos convênios.

Também se fala nas equipes que estão sendo cedidas pelos Estados. Fazemos aqui uma pauta bastante sacrificada, mas isso é bom para reflexão neste momento. Por exemplo, não adianta colocar 10, 15, 20, 30 ou 50 agrônomos do Estado para ajudar nas vistorias e corroborar com os companheiros que estão lá na ponta do *iceberg* nessa questão, que são os trabalhadores que estão morrendo de fome, que estão querendo cidadania, que estão querendo trabalhar e contribuir para o crescimento econômico e social deste País.

O Incra hoje conta com quatro GPS, que são os geoprocessadores por satélite, instrumentos técnicos necessários para se fazer esse trabalho. Então, não adianta ter agrônomos se você não tem esse equipamento. A tese é a seguinte: você não pode receber uma visita em sua casa se ela não está devidamente arrumada. É preciso reestruturar o Incra, é preciso reestruturar essa mão-de-obra que foi esfacelada ao longo dos tempos, ao longo desses anos. O Incra hoje no Estado, contando com a Superintendência e Petrolina, tem aproximadamente 300 trabalhadores, isso no cômputo geral. São apenas 23 agrônomos; é uma equipe técnica que está parada, que não tem viatura, não tem estrutura.

Além do que já começam a surgir um discurso, de forma desqualificada, na linha de tentar transferir para os funcionários do Incra a inércia da reforma agrária neste País.

Alerto a todos os companheiros e companheiras e a esta Comissão para que não façam com o Incra o que fizeram no serviço público ao longo desses tempos.

Nós, nordestinos, estamos sofrendo na pele a extinção da Sudene. Não quiseram investigar profundamente o que estava acontecendo lá. Jogaram todos em um vala comum de corrupção e extinguiram a Sudene. Para nós, nordestinos, apesar de sermos um povo forte, resistente, bravo, um povo de trabalhadores, quando não há seca, há enchente. E quantos e quantos milhões deixaram de circular na região Nordeste pela inexistência da Sudene. Vários políticos, diga-se de passagem, que coadunaram com a política do Governo anterior, extinguiram a Sudene com uma simples canetada; hoje, estão se arvorando defensores da volta da Sudene.

Quanto ao Governador do Estado de Pernambuco, estive em uma reunião com S. Ex^a, que dormia literalmente quando nós, trabalhadores da Sudene, discutíamos a reestruturação do órgão.

Lá, se discutem as políticas públicas. Talvez estejam querendo fazer o mesmo com o Incra, por intermédio desse discurso desqualificado que aqui ou acolá surge – “O problema está nos trabalhadores da

casal!”. Talvez estejam querendo fazer com isso a terceirização da reforma agrária, que seria o caos para toda a sociedade brasileira e principalmente para os companheiros dos movimentos organizados do setor rural, que estão necessitando, mais do que nunca, que essa reforma agrária seja implementada, até porque o movimento de mudança tem que concretamente começar neste País, mesmo com toda essa correlação de forças difícil.

Então, colocamos aqui essa preocupação de forma muito veemente e vou até comentar o que o Aristides falou aqui. Nós não desacreditamos que há gente no Incra que não esteja, no âmbito brasileiro, muito envolvido com a questão da reforma agrária.

Quanto a isso, o Poder Público tem instrumento suficiente para aplicar a lei. Não estamos aqui para defender quem não quer. Agora, é necessário neste momento envolver primeiro os trabalhadores da instituição Incra nesse processo de reforma agrária. E aqui fica o que vimos discutindo com os companheiros ao longo do tempo, e já foram até contatados alguns movimentos populares. É necessário e urgente, para não atirmos nos nossos próprios pés, fazermos o fórum estadual de reforma agrária, composto pelos trabalhadores do Incra, pelo Poder Público constituído e, principalmente, pelos trabalhadores que fazem o movimento popular do setor rural, para o qual, diga-se de passagem, eu tiro o chapéu. Nós, do setor urbano, temos de aprender muito a fazer movimento com os trabalhadores sem terra.

O nível de organização desses trabalhadores é de causar inveja a qualquer movimento organizado. E nós estivemos sempre nessa luta. Não existe trabalhadores urbanos e rurais; não existem trabalhadores da cidade e do campo; não existem trabalhadores de primeira e de segunda categoria. Nós que fazemos o movimento popular temos que nos enxergar como sociedade.

Infelizmente, há a questão cultural deste País, onde não se gosta dos negros, que são discriminados; onde não se gosta dos pobrezinhos, porque o agricultor, que está com a enxada dele nas mãos, também está mal vestido – e aí também não se gosta dele. Temos uma sociedade altamente conservadora. Temos uma co-relação de formas muito difícil, mas fazemos parte da maioria da população brasileira. Mais do que nunca, é chegada a hora de unificarmos esse trabalho, essa luta, de fato e de direito.

Interessa a todos nós a reforma agrária. Que ela saia do papel e se apresente como políticas públicas, mesmo sabendo que há uma co-relação de forças totalmente desigual. É preciso que os companheiros ocupem as terras, que pressionem. Isso vai ficar no

papel para sempre. A co-relação de forças continua a mesma de há muito tempo. Saibam que a instituição Incra é um processo. Cabe aos companheiros essa função institucional.

Em nome dos companheiros, agradeço à Comissão esta oportunidade ímpar. Parablenzo a por este momento propício à discussão. Colocamo-nos à disposição da Comissão, em qualquer outra oportunidade, para que possamos apresentar alguns dados de forma concreta.

Sr. Presidente, Srs. membros, o meu muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação da representação dos servidores públicos, a presença dos servidores públicos que acompanharam os trabalhos da CPMI no dia de hoje. Registramos a presença de representantes de mais dois movimentos: o MTRUB, cujo coordenador, Amaro Fernandes da Silva encontra-se presente; e o MTBST, cujo coordenador, José Vicente Alves, também se encontra presente.

Queremos agradecer à Assembléia Legislativa de Pernambuco, ao Presidente Romário Dias e a toda a sua equipe pela atenção devotada aos trabalhos da CPMI no dia de hoje. Quero agradecer, também, àqueles que, em nome do Governo do Estado, aqui estiveram nos assessorando nos trabalhos de hoje e que nos assessorarão nos trabalhos de amanhã. Quero agradecer a presença da imprensa e a colaboração da Polícia Militar, que nos acompanhou nos trabalhos de hoje e nos acompanhará nos trabalhos de amanhã, quando visitaremos acampamentos e assentamentos em Pernambuco.

Quero dizer que, certamente, principalmente o Relator, Deputado João Alfredo, recolheu dos debates de hoje preciosos subsídios para o seu relatório final. Não somos pretensiosos, não somos vendedores de ilusões. Queremos contribuir oferecendo alternativas de mudança na legislação para que uma reforma agrária possa significar, realmente, avanço e modernidade. Quem sabe, possamos oferecer alternativas administrativas para que o Poder Executivo do País possa desenvolver um programa com maior eficiência. Certamente, os subsídios aqui revelados significam um sinal de alerta ao Poder Executivo, já que os problemas são incriveis e tantos. Certamente, se não forem removidos, o Governo não conseguirá alcançar os objetivos propugnados no seu plano de reforma agrária para o País.

Agradecemos a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 09 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”

Ata da 11ª Reunião, realizada 20 de maio de 2004.

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas e doze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado e os Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Jamil Murad, e Marcelo Castro, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”***. Presente também o Deputado Anselmo Jesus. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Álvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as Exposições dos Senhores dos Coordenadores Nacionais da Pesquisa “Impactos dos Assentamentos – um estudo sobre o meio rural brasileiro”, Professores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão. A seguir, a Presidência convida os Professores para tomarem assentos à mesa dos Trabalhos, concedendo a palavra inicialmente ao Professor Sérgio Leite para dar início à sua exposição

e, após, ao Relator para fazer seus questionamentos aos Professores. Em seguida, a Presidência concedeu a palavra aos Professores para responderem às perguntas do Senhor Relator. Fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Deputado Anselmo Jesus e os Senadores Siba Machado e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente comunica os presentes que os funcionários do INCRA estão de greve e vários Representantes Nacionais do Movimento encontram-se na platéia. A seguir, a Presidência concede a palavra a cada Professor para suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que a audiência pública em que o Ministro Rosseto virá foi adiada para o dia 01 de junho do corrente, às 9:30 minutos, na sala 02, da Ala Nilo Coelho. Informa ainda que esta Comissão estará em viagem ao Estado do Pará, entre os dias 25 e 27 de maio deste ano, para realização de audiências públicas e visitas a áreas de conflitos e assentamentos naquele estado. A Presidência agradece a presença dos Senhores Coordenadores pela contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. O objetivo desta CPMI é realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Como é tradição, consideramos aprovada a ata correspondente à reunião anterior. A reunião de hoje tem por objetivo ouvir exposições dos Srs. Coordenadores Nacionais da Pesquisa e Impactos dos Assentamentos, um estudo sobre o meio rural brasileiro: Prof. Sérgio Pereira Leite, Prof. Moacir Gracindo Soares Palmeira, Profª Leonilde Servolo de Medeiros e Profª Rosângela Pezza Cintrão.

Em relação ao requerimento do Sr. Relator, Deputado João Alfredo, esta Comissão aprovou o convite aos professores e pesquisadores que contribuirão, com a experiência adquirida por meio de vastas pesquisas realizadas, com os trabalhos desta CPMI, fornecendo, certamente, subsídios fundamentais para que o Relator, Deputado João Alfredo, ao final, possa apresentar o seu relatório.

Vamos ouvir o Prof. Sérgio Leite, em nome do grupo de pesquisadores. Posteriormente, as Srªs e os Srs. Parlamentares poderão fazer perguntas e todos estarão à Mesa para responder às questões que forem aqui suscitadas.

De imediato, passamos a palavra ao Prof. Sérgio Leite, que fará a exposição inicial.

O SR. SÉRGIO PEREIRA LEITE – Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão; Exmº Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão; Exmªs Deputadas e Senadoras, Exmºs Deputados e Senadores, minhas senhoras e meus senhores, inicialmente, gostaria de dizer que é uma honra estar presente nesta Comissão, apresentando os resultados desta pesquisa. Agradeço, em meu nome e em nome da equipe dos demais autores, o convite feito ao corpo da pesquisa como um todo.

Também gostaria de expressar as nossas desculpas por não termos atendido de imediato ao primeiro convite, em função de compromissos anteriormente assumidos. Ressalto que o nosso objetivo era estar aqui no maior número de pessoas, dos autores do livro e da pesquisa, a fim de que pudéssemos atender às demandas e esclarecimentos de dúvidas com relação ao tema e aos resultados do próprio trabalho. Por isso, fizemos o esforço de estarmos aqui no maior número de pessoas.

Nesse sentido, gostaria de justificar a ausência da Prof. Beatriz Heredia, da UFRJ, que se encontra, no momento, em viagem à Argentina, presidindo a um congresso internacional em Buenos Aires.

A nossa idéia é fazer uma apresentação sucinta de alguns resultados apresentados pelo estudo, para que depois possamos, atendendo às questões que serão levantadas, esclarecer os demais pontos de interesse da Comissão. Com relação a isso, pediria licença para fazer uma exposição em *powerpoint*, sintetizando alguns dados, tabelas e gráficos que mostram os resultados dessa pesquisa. Vou tomar a liberdade de falar de pé com o microfone sem fio.

Essa pesquisa foi realizada pelo curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e pelo núcleo de Antropologia da Política do programa de pós-graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional da UFRJ, em convênio com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) e com o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (Iica), a partir de uma demanda feita pelo próprio Nead, pelo seu Diretor de Pesquisa à época, Dr. Osvaldo Russo*, sobre a possibilidade de mapear e analisar não só a expressão dos assentamentos em si, mas também os efeitos, as mudanças que a presença desses assentamentos traziam nos contextos local e regional onde eram implementados.

Nesse sentido, a idéia foi fazer um amplo levantamento, complementando pesquisa anterior desenvolvida no âmbito do CPDA, que trabalhou com outras regiões,

identificando áreas de concentração de famílias e projetos assentados no contexto brasileiro.

É importante ressaltar que os assentamentos aqui analisados foram aqueles implementados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, entre 1995 e 1997. A pesquisa foi realizada em 2000 e 2001, tendo como base os resultados, por exemplo, da atividade produtiva, das atividades sociais e econômicas dos assentamentos no período imediatamente anterior.

Para isso, trabalhamos a partir da listagem fornecida pelo próprio Incra com relação aos assentamentos implementados até aquela data, portanto, até 1999, pois a pesquisa começou em 2000. Identificamos seis grandes áreas com o fenômeno da concentração. Estou chamando de concentração de assentamentos especialmente as áreas com forte densidade de famílias assentadas em relação ao total de famílias implantadas em reforma agrária e em relação ao total de famílias existentes no meio rural daqueles municípios, daquelas regiões ou daqueles Estados. Trabalhamos com a idéia que chamamos no estúdio de “manchas” para expressar esse fenômeno da condensação de famílias e projetos de assentamento.

Complementando o estudo anterior ao qual me referi, identificamos seis grandes regiões, a partir desses critérios estabelecidos. Vou detalhar um pouco mais, porém, em princípio, seria o sudeste paraense, o sertão do Ceará, a zona canavieira nordestina – abrangendo o norte de Alagoas, mata norte e mata sul de Pernambuco e o sul e o brejo paraibano –, o entorno do Distrito Federal, compreendendo também o noroeste mineiro –, o sul da Bahia e o oeste de Santa Catarina.

A idéia foi trabalhar a identificação dessas grandes regiões – que estamos chamando de manchas – como resultado desse movimento de implantação de projeto de assentamentos ao longo de pouco mais de uma década. A partir da definição dessas manchas, fomos construindo um universo de submanchas amostrais, para que pudéssemos trabalhar efetivamente com uma realidade empírica, visitando os assentamentos nos municípios. Porém, como não havia disponibilidade de tempo e de recursos para fazer um levantamento do universo, foi definido um corte amostral de 10% das famílias assentadas nos projetos desses municípios com maior densidade de famílias por unidade de área. Foi identificado, portanto, como os municípios que compreenderam a nossa amostra.

A partir dessa identificação dos municípios, trabalhamos na identificação dos projetos de assentamento ali existentes. Inclusive, foi contratada uma estatística para definir o que seria nosso plano amostral, sobre o qual comentarei mais adiante. Procuramos abarcar esse

universo de famílias e amostra de assentados, aos quais aplicaríamos os questionários de pesquisa, levantando um conjunto de 1.568 famílias assentadas.

A idéia foi trabalhar áreas de concentração que, de certa forma, implicaram municípios mais ou menos contínuos. Por exemplo, a mancha do sul da Bahia, onde há forte concentração de projetos de assentamento; o sertão do Ceará, basicamente o sertão do Canindé, onde trabalhamos visitando áreas de assentamentos nos municípios sombreados, bem no miolo cearense; o entorno do Distrito Federal, trabalhando assentamentos tanto do lado do nordeste goiano quanto do noroeste mineiro; o oeste catarinense, trabalhando, nesse caso, duas submanchas de forte concentração de projetos, que é o extremo oeste de Santa Catarina e a região compreendida pelo Município de Abelardo Luz e pelo seu entorno, que são os municípios destacados; o sul-sudeste paraense, que, pela sua dimensão territorial, por si só, é uma área extremamente ampla e foi necessário definir um recorte bastante preciso para que pudéssemos levar a cabo o trabalho da pesquisa propriamente dito; foram selecionados dois municípios, Conceição e Floresta de Araguaia, que concentravam um número expressivo de famílias; por último, como mencionei inicialmente, a zona canavieira nordestina, pegando municípios da mata norte, mata sul de Pernambuco, fazendo quase que um tracejado contínuo com o sul de Alagoas e o sul e brejo paraibano.

Essas foram as seis regiões trabalhadas pela pesquisa, seis grandes manchas, complementando pesquisa anterior que tinha trabalhado algumas outras regiões de forte concentração de assentamentos no País, como, por exemplo, o Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Para tornar mais precisa a nossa exposição dos resultados, a partir do corte da estrutura da amostra construída na pesquisa, trabalhando 10% do universo das famílias encontradas nesses municípios que participaram da amostra, visitamos 39 municípios e entramos em 92 projetos de assentamento, entrevistando 1.568 famílias que representavam, naquele momento, 15.113 famílias assentadas.

Quero ressaltar que a pesquisa lançou mão de diferentes instrumentos de levantamento de informações. Lembrarei alguns deles que considero interessantes, para que possamos depois debatê-los.

O primeiro é o relativo a um questionário, que chamamos de perfil do assentamento, para cuja elaboração foram consultados o técnico que operava na área, a liderança do assentamento – seja o presidente da associação, cooperativa ou outra organização ali existente –, algum representante do governo, seja municipal, estadual ou federal, que também trabalhasse

com essa área de assentamento, no sentido de captar as informações mais convencionais e básicas sobre a área: tamanho, existência de escola, posto de saúde, estradas, etc., constituindo, portanto, uma primeira radiografia geral do projeto de assentamento.

A partir desse primeiro questionário, elaboramos outro questionário mais detalhado, aplicado justamente à nossa amostra de 1.568 famílias. Entrevistamos os responsáveis pelos lotes sorteados, ou seja, as pessoas residentes naquele imóvel, que, de certa forma, responsabilizavam-se pelas atividades ali desenvolvidas.

Esse questionário compreendia questões relativas à identificação do responsável, da família do responsável, do lote, das atividades produtivas desenvolvidas e uma série de outras questões importantes para a pesquisa, referentes aos impactos.

Além desses questionários, que foram objeto de tabulação, de avaliação crítica posterior, também lançamos mão de uma série de outros instrumentos próprios da pesquisa acadêmica, como, por exemplo, todo o levantamento de fontes documentais e bibliográficas – e, em alguns casos, cartográficas – existentes sobre as áreas pesquisadas e um conjunto não-desprezível de entrevistas qualitativas, realizadas em profundidade, em um total de 262, aplicadas não somente nos municípios onde estavam localizados os assentamentos.

Qual era a idéia desse levantamento de informações – digamos assim – qualitativas, não menos importantes que as informações quantitativas? Era justamente levar em conta os depoimentos não só dos assentados e daqueles mais diretamente envolvidos com os projetos de assentamento, mas também de todo um conjunto de atores locais ou regionais, para saber como percebiam a presença dos assentamentos naquelas regiões.

Nesse sentido, foram entrevistados representantes da imprensa local, do Poder Executivo, ou seja, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, da Igreja, de sindicatos patronais e de trabalhadores, de organizações e movimentos sociais que atuavam na área, do comércio local, de agências bancárias locais ou regionais. Foi um universo bastante detalhado de entrevistas de profundidade, para levar em conta também os depoimentos relativos à avaliação qualitativa da presença desses assentamentos naquelas regiões.

A idéia da pesquisa foi dimensionar os impactos desses assentamentos, privilegiando as suas dimensões econômicas, políticas e sociais. Esse é, mais ou menos, o recorte do perfil dos autores e da equipe de pesquisa que levou à frente o projeto.

Nessa direção, a idéia de impacto regional dos assentamentos se reflete na nossa intenção de averi-

guar, saindo da dicotomia positiva e negativa, as mudanças trazidas pelos projetos de assentamento naquelas regiões – o efeito delas –, algumas mais drásticas e imediatas, e, outras, mais moleculares e de médio e longo prazo, ambas importantes, na medida em que conformavam um conjunto de transformações locais nem sempre perceptíveis, especialmente quando se olha dos meios urbanos e metropolitanos para essa realidade basicamente ligada a pequenos e medianos municípios do interior desses Estados.

Então, privilegiaram-se as dimensões econômicas, políticas e sociais dos impactos. Para tanto, constituiu o trabalho da pesquisa a construção de indicadores que pudessem mensurar os impactos pretendidos, para serem analisados.

A idéia era entender o assentamento como um processo dinâmico e não-estático, sobretudo pensando o projeto como um ponto de chegada. O que estamos chamando de ponto de chegada e de partida? O fato de que a constituição do assentamento, por si só, já representava, de imediato, uma transformação na vida daquelas pessoas que passavam a ser beneficiadas e estavam, agora, na condição de assentadas. Se olharmos as condições dessas famílias anteriormente ao assentamento, constatamos que as condições eram muito piores do que aquelas experimentadas após o assentamento. Então, esse processo de inclusão social facultado pela reforma agrária e pela política de assentamento nos pareceu um elemento extremamente importante e, em si, um próprio impacto.

A outra dimensão dessa natureza dos impactos era verificar como essas famílias, a partir do assentamento, nessa nova condição, acionavam um conjunto de esferas, como por exemplo, políticas públicas, mercado para os seus produtos, por meio da comercialização agropecuária, mercado de trabalho para membros das famílias assentadas, inclusive; ou seja, como elas acionavam esses outros mecanismos que não estavam disponíveis a elas quando ainda não eram assentadas. Cito um exemplo: a política de crédito. Naquela ocasião, ainda vigia o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o Procer, que se transformou no Pronaf A. A própria política de crédito é específica e direcionada a esse universo de trabalhadores.

Estamos querendo ressaltar a idéia de acesso, lembrando, por exemplo, um grande economista internacional, recentemente prêmio Nobel, Amartya Sen, inspirador da construção dos indicadores do índice de desenvolvimento humano, o Pnud. Ele desenvolve muito bem esse conceito, mostrando como isso é um elemento para o próprio desenvolvimento humano.

Nessa direção, o exercício proposto pela pesquisa foi trabalhar três processos. Como esses impactos

seriam mensurados? Comparando a situação atual das famílias assentadas – e refiro-me ao trabalho de campo da pesquisa – com a situação anterior. E essa comparação foi feita tanto a partir de indicadores quantitativos – ou seja, quantos cômodos há na casa atualmente e quantos havia anteriormente, quais os aparelhos eletrodomésticos que possui hoje e quais os que possuía anteriormente –, quanto por avaliações qualitativas, como, por exemplo, poder de compra, condições de segurança, de alimentação, moradia, etc. Vou voltar a esse ponto mais adiante.

O segundo exercício foi trabalhar a idéia da presença, da dimensão desses indicadores relativos ao assentamento com relação aos indicadores relativos ao município onde estavam implantados. Por exemplo, comparando a produção dos assentamentos com a produção agropecuária dos próprios municípios, encontraremos alguns indicadores interessantes. Na média nacional, 10% do rebanho suíno dos municípios pesquisados está nos assentamentos; 15% da produção avícola está nos assentamentos; 25% da produção de caprinos e ovinos, segundo a pesquisa, estão nos assentamentos; 9% da produção do rebanho bovino também está nos assentamentos. Entre outros indicadores, esses números mostram como a participação agropecuária dos assentamentos se relaciona com a produção agropecuária dos municípios. Esse é um dado.

O outro dado, que também apresentamos de forma bastante detalhada, inclusive metodologicamente, no livro que acaba de ser publicado pelo Nead e pela editora da Unesp, demonstra como os assentamentos trazem, para determinadas regiões, especialmente para aquelas que estavam vivenciando processos de crise da monocultura – por exemplo, a lavoura cacaueteira no sul da Bahia e parte do segmento do setor sucroalcooleiro na Zona da Mata nordestina – uma pauta diferenciada na produção, com a introdução de outros produtos. Isso já se relaciona inclusive com o terceiro exercício da pesquisa, que foi mensurar esses efeitos diretos, ou seja, impactos imediatos detectados no campo, ocorridos pelo fato de que os assentamentos ali estavam.

Por exemplo, se tomarmos o contexto do sudeste paraense, foram os assentamentos ali existentes que introduziram a cultura do abacaxi, que passou depois a ser disseminada para outros agricultores, especialmente agricultores familiares que moravam no entorno desses assentamentos, que se tornaram um pólo relativamente importante no cultivo dessa fruta.

Esse exercício da pesquisa também mostrou, nesse mesmo caso do sudeste paraense, que se desenvolveu, a partir da iniciativa dos assentamentos,

uma rede de comercialização de leite e seus derivados antes não explorada exaustivamente pelos demais agricultores, mas que passou a ser inclusive utilizada pelos mesmos agricultores familiares quando os assentamentos inovaram, digamos assim – estou chamando aqui de capacidade inovadora local –, fazendo o redesenho dessa rede de comercialização.

Ainda sobre esses efeitos diretos, gostaria de levantar mais um exemplo. A princípio, podemos dizer que a presença dos assentamentos não muda radicalmente a estrutura fundiária nacional, até porque a dimensão da política de assentamentos ainda é extremamente reduzida frente ao universo de terras disponíveis no País. Segundo dados recentes levantados em estatísticas cadastrais do Incra, dos 51 milhões de hectares dos imóveis compreendidos acima de 100 módulos fiscais, 28 milhões enquadram-se na categoria constitucionalmente definida como improdutivos.

Então, a disponibilidade de terras ainda é relativamente ampla, mas a área dos assentamentos, se confrontadas com a área total dos estabelecimentos agropecuários nesses municípios pesquisados, representava cerca de 9% da área, o que não é grande coisa em termos de área em extensão, salvo o caso do sudeste do Pará, em que a área dos assentamentos era equivalente a 35% da área dos municípios, e o caso do sertão do Canindé, no Ceará, onde a área equivalente respondia por 16%.

Quando um imóvel rural de 1.500 hectares é desapropriado para o cumprimento da função social e gera 300 a 400 unidades produtivas, substitui-se um imóvel que contava como uma unidade na estatística cadastral por um conjunto muito maior e ampliado de novas unidades produtivas e de reprodução familiar. No momento, esse cálculo não pode ser levado à exaustão, porque não temos ainda pronto o novo censo agropecuário, mas podemos fazer algumas estimativas. O grosso das famílias assentadas nos projetos que pesquisamos têm seus lotes na faixa de 20 hectares a 50 hectares em média nacional – obviamente, no Pará essas dimensões são maiores, ao contrário de Santa Catarina, por exemplo.

Se são plotados esses resultados de novas unidades familiares entre 20 hectares a 50 hectares no extrato fundiário daqueles municípios, percebe-se que o impacto fundiário dos assentamentos no processo de desconcentração da terra é extremamente significativo, ainda que, neste momento, localizado.

Tenho dados mais detalhados, mas gostaria de avançar um pouco. Nessa dimensão das famílias assentadas, a origem delas é basicamente no mesmo município onde estão assentadas ou na mesma região, o que se pode verificar trabalhando os municípios cir-

cunvizinhos que, aí na barra, estão na cor azul mais escura e, logo acima, na cor meio cinzenta – a legenda está meio ruim. Notamos que, na média nacional, 80% das famílias assentadas provêm da região onde se localiza o projeto de assentamento. Se tomarmos o local da moradia anterior das famílias, 80% dos casos são moradias que estavam localizadas na área rural com alguma diferenciação entre as seis regiões abarcadas pelo projeto de pesquisa.

Nessa mesma direção, 80% das famílias habitam os seus lotes com filhos – fizemos uma estratificação da faixa etária dos filhos –, e trata-se de uma população com, no máximo, 50 anos de idade. Esse dado familiar não é desprezível. Gostaria de mostrar aos senhores que os assentamentos – foi até uma surpresa para nós, pesquisadores – acabaram nos revelando uma estratégia de recomposição de laços familiares. Famílias que estavam dispersas, por diferentes motivos, passam a se reaglutinar, mantida a capacidade atrativa da política de assentamento. Isso foi possível de observar pelo processo de entrada do responsável, depois do filho, do outro filho, ou seja, houve um movimento de reaglutinação familiar, um processo de recomposição de um tecido social não desprezível, tendo em vista que era uma camada de trabalhadores que estavam em situação extremamente periférica e marginal.

Mostramos também que, na média nacional da pesquisa, 80% das atividades de trabalho desenvolvidas pelo conjunto dos membros da família ocorre dentro do lote dos assentamentos. Alguns membros da família trabalham dentro e fora do lote.

Queria chamar a atenção dos senhores para estes resultados claros: na média nacional, a política de assentamentos implicou a criação de três postos de trabalho por lote, o que não é nada desprezível. Se considerarmos que o custo de criação de um posto de trabalho na reforma agrária é um dos mais baratos no País, cerca de R\$8 mil a R\$10 mil por pessoa em média nacional, podemos observar a fértil capacidade de implantação de um programa de fixação e de geração de emprego propriamente dito, não só do emprego da família, o que contribui para as estratégias de reprodução familiar, mas também para contratação de trabalho externo nas atividades agropecuárias envolvidas pelos assentados, especialmente em dois momentos do ciclo agrícola: nas fases de plantio e nas fases de colheita. Algo próximo a 36% dos lotes pesquisados, em algum momento do ciclo agrícola, contratam trabalhadores externos para apoio na atividade agropecuária, dinamizando em algum sentido o mercado de trabalho regional ou local. Trata-se de mudanças e transformações observadas a partir dos resultados.

Esse gráfico mostra a idéia do assentamento como um processo de acesso a mecanismos que estavam bloqueados a essas famílias na condição anterior de não assentadas ou sem terra. Perguntamos ao assentados se eles já haviam recebido crédito antes do assentamento. Concluímos que apenas 7% desses assentados – mesmo exercendo alguma atividade como parceiros arrendatários na agricultura – tinham tido antes acesso a política de crédito rural, qualquer que seja o tipo de crédito rural. A pesquisa mostrou uma média nacional de 93% das famílias sem nunca terem tido acesso.

Não descarto os problemas do acesso ao crédito – a idéia não é tapar o sol com a peneira. O acesso ao crédito nos assentamentos também se pautou por problemas. Invariavelmente, houve liberação dos recursos fora dos prazos necessários ao próprio calendário agrícola; às vezes, havia excessiva exigência da burocracia dos bancos e das agências encarregadas de operar com esse público alvo, com esses tomadores finais. Mas queria ressaltar justamente a capacidade de acesso.

Tentamos comparar o volume de recursos circulados por meio dos créditos aos assentamentos com o volume de recursos que circularam por meio do sistema nacional de crédito rural, lembrando que a política de crédito ao assentamento – o antigo Procerá e o atual Pronaf Grupo “A” – é dirigida exclusivamente a esse público. Analisamos dados especialmente das regiões nordestinas e do sudeste do Pará. No caso do Ceará, o crédito que circulou nos assentamento equivalia a 40% de todo o crédito que havia circulado pelo sistema nacional de crédito rural. No Pará, isso chegava a 60%.

Houve, então, uma circulação monetária que, em alguns casos, impactou diretamente as agências bancárias locais. Entrevistamos os representantes desses bancos e observamos também que o crédito dinamiza toda uma rede de comércio, porque ele é destinado à compra de insumos; o crédito para habitação, à compra de equipamentos para construção de imóveis. O crédito, pois, dinamizou todo o mercado regional não apenas no momento da sua liberação. Na realidade, pesquisamos essas áreas não no momento em que o crédito havia sido liberado; fomos, em alguns casos, muito depois disso. Mesmo assim, observamos um circuito financeiro ativado em algumas localidades pela presença dos assentados.

Eu me havia referido à pauta produtiva dos assentamentos. Em alguns casos, essa inovação dos produtos, sejam eles **in natura** ou processados, em primeiro ou segundo processamento, derivou na criação de marcas próprias ao produtos assentados, uma

espécie de “selo social”. Como existe o selo verde relativo a produtos orgânicos, há também um espécie de selo social, que significa “produto do assentamento”, “produto da reforma agrária”. Isso é extremamente importante em São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, ou no noroeste mineiro, por exemplo. Trata-se de um circuito criado a partir de marcas próprias que, em alguns casos, demandaram a instalação de empresas processadoras para a circulação completa dessas produtos.

Refiro-me, por exemplo, a outro caso estudado em pesquisa anterior, o da região de Ulha Negra, no Rio Grande do Sul, onde os assentados passaram a produzir sementes orgânicas, o que levou à criação de duas empresas, no Município de Bagé, para o processamento dessa produção.

Tratava mais especificamente da capacidade de diversificação da pauta dos assentados e do aumento da oferta produtiva, especialmente no mercado local. Às vezes, esses aspectos não são perceptíveis nem mensurados nas estatísticas oficiais, porque partem do princípio de que essas unidades não têm capacidade produtiva. Portanto, é preciso abordar o quadro com um pouco mais de cautela.

Nessa direção, é importante mencionar que, especialmente nas três manchas situadas no Nordeste e também no noroeste mineiro, a produção vinda dos assentamentos – essa observação não é válida para Santa Catarina, mas é válida para a Zona da Mata nordestina, Ceará e Bahia – ativou uma rede de feiras. Em alguns casos, feiras desativadas voltaram a ser efetivas com o acréscimo da produção oriunda dos projetos de reforma agrária. Em outros casos, feiras já existentes passaram a contar com a produção dos assentados, gerando competições entre os feirantes por espaço, barracas, movimento, dando vez a um comércio que passou a se instalar ao redor dessas feiras. Ou seja, houve uma redinamização local a partir de circuitos de comercialização implantados por assentados ou agricultores familiares no entorno desses assentamentos.

Houve dificuldades nos assentamentos, como falta de crédito no momento certo, más condições de solo. Esse problemas transparecem em alguns nomes de projeto, como por exemplo: Água Sumida, Areia Branca, Curral de Pedras. Tais nomes demonstram as condições físicas dessas áreas. Mesmo com essas dificuldades, nas culturas em que os assentamentos tinham maior entrada, a produtividade física dos principais cultivos foi ligeiramente superior à média local, ainda que, na safra de 1999/2000 – objeto de nossa investigação –, especialmente no caso cearense, a estiagem tenha comprometido parte da produção. Não

é à toa que os assentados do Ceará declaram fortes perdas na sua atividade produtiva, sem contar com o seguro correspondente.

Ainda é importante mostrar que, na maior parte dos casos, a ida ao assentamento trouxe aumento da capacidade de geração de renda das famílias beneficiadas, quando comparada à sua situação anterior.

Apresento esse quadro com bastantes detalhes para dizer que devemos observar a experiência dos assentamentos frente à experiência do meio rural brasileiro, especialmente no intervalo de renda familiar em que estão inseridos os assentados. Se pegarmos a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar feita para o meio rural, a Pinad, notaremos que a situação das famílias assentadas, especialmente aquelas com renda familiar até dois ou três salários mínimos, é superior à situação social das famílias do meio rural brasileiro não assentadas, a contra-amostra. E a composição dos rendimentos dessas famílias assentadas é majoritariamente oriunda, algo em torno de 60%, dos rendimentos obtidos da comercialização dos produtos agropecuários, de rendimentos do trabalho externo desenvolvido por membros da família, de outros rendimentos externos.

Nesse ponto, chamo a atenção para a política de previdência social rural, que representa 20% na média nacional. Se desdobrarmos esse gráfico para ver o que significam aqueles outros rendimentos, verificamos que, majoritariamente, são o resultado da presença das aposentadorias no meio rural, importante política de transferência e distribuição de renda, especialmente a partir da aprovação da Lei de Custeio da Previdência, no início dos anos 90, que possibilitou aos trabalhadores rurais reivindicar a aposentadoria ou benefício de um salário mínimo, em média. Esse salário é importante na composição do rendimento geral das famílias assentadas.

É preciso dizer que a estrutura desse rendimento, na média nacional, consegue ficar acima do que denominaríamos de “linha exógena da pobreza”, ou seja, um rendimento **per capita** de meio salário mínimo ou um rendimento familiar de dois salários mínimos ao mês. Segundo a pesquisa, houve capacidade de ultrapassar ligeiramente a média e permitir que as famílias se situassem ligeiramente acima desse corte exógeno da pobreza, apesar do caso do Ceará, onde a situação é mais dramática, especialmente neste ano, em função do resultados agropecuários alcançados em época de seca, que comprometeu a comercialização da produção agropecuária. Mesmo assim, quando perguntamos aos assentados como avaliam a situação atual em comparação com a anterior, uma avaliação qualitativa em relação ao poder de compra das famílias,

em pouco mais de 60% dos casos, na média nacional, a avaliação é substancialmente melhor. Vê-se isso na primeira cor da barra, azul cinzento, que representa que a situação melhorou; a segunda significa que está igual; a terceira, em vermelho, que piorou. Então, mesmo no caso do Ceará – que, como mencionei, sofreu as maiores perdas em função da seca –, mesmo nos casos dos assentamentos onde essas perdas foram expressivas, os assentados responderam afirmativamente à avaliação qualitativa que eles mesmos faziam das próprias condições e das condições das demais famílias ali assentadas.

Quando a pergunta se referiu à educação, a resposta também foi favorável, apesar da resposta de 55% dos assentados do sudeste paraense em relação a melhoras. Mas, na média geral, 70% dos assentados identificaram uma situação melhor pós-assentamento do que pré-assentamento, mostrando também essa idéia de impacto como ponto de chegada.

Os dados da saúde são menos expressivos que os da educação. Devemos mencionar – e isso tem que ficar claro – que, em 2000 e 2001, a situação dos assentados e dos assentamentos era pautada por um processo de carência de infra-estrutura extremamente acentuado. Poucos assentamentos dispunham de energia elétrica, de estradas vicinais que permitiam o acesso e o escoamento da produção. Apenas 21% dos projetos contemplavam postos de saúde, o que reflete uma infra-estrutura mais precária e que afeta as famílias. Nesse caso, a pergunta não se dirige ao assentamento, mas à política pública propriamente dita, como complementadora das condições de infra-estrutura necessária às famílias ali existentes.

Avançando um pouco nessa direção, perguntamos também com relação a lazer, e as avaliações foram menos favoráveis. Praticamente metade dos assentamentos acha que essas condições melhoraram, e algo próximo a 30% entende que se manteve.

Com relação à habitação, naquele momento, houve atraso na liberação do crédito habitação – em alguns casos, especialmente no sudeste paraense, esse crédito chegou a demorar mais de vinte meses, ou seja, a família permaneceu acampada sob uma lona preta durante mais de dois anos, praticamente, o que compromete qualquer resultado posterior. Mesmo assim, obtivemos 80% de avaliações positivas quando comparamos a moradia da família no assentamento com aquela em que habitava antes do assentamento. E não é só uma avaliação subjetiva que estamos passando aqui. No início desta fala, mencionei que também nos preocupamos em ver a quantidade de cômodos, se havia banheiro, dentro ou fora da moradia, se havia cozinha, espaço para atividade de horticultura em

torno da casa, etc. Então, há uma avaliação também quantitativa a respeito.

Um dado que nos surpreendeu bastante foi o expressivo caráter afirmativo de que as condições melhoraram muito com relação ao trabalho. Isso foi bastante interessante de se observar, especialmente quando tomamos depoimento não só nos questionários, mas também nas entrevistas. Vários responsáveis pelas parcelas de assentamentos declararam, por exemplo: “Saí do cativeiro”, “não sou mais escravo”, “deixei de ser cativo”. Não foram poucos os depoimentos positivos, especialmente aqueles tomados em regiões onde essas famílias antes estavam envolvidas em processos de trabalho extremamente precários, sem carteira assinada, etc. Então, essa condição cidadã que a política de reforma agrária proporciona foi expressamente descrita nos depoimentos dessas famílias entrevistadas – e eu insisto: famílias sorteadas aleatoriamente.

Formulando uma questão relativa às condições de vida de forma mais geral – o que permite aquilo que Amartya Sen dizia, da expansão das capacidades humanas –, na média geral da pesquisa, mas sendo significativo para todos os casos, 90% afirmaram que as condições de vida melhoraram substancialmente – o que joga para essa perspectiva da reprodução dessas famílias uma avaliação sobre o seu próprio futuro e o futuro dos seus filhos também favorável.

Com relação às condições de alimentação, por exemplo, a resposta também foi positiva. Fiz outra pesquisa mais recentemente, examinando detalhadamente o manejo dos orçamentos domésticos familiares das pessoas assentadas ao longo de um ano agrícola inteiro, uma espécie de pesquisa de orçamentos familiares, uma POF, para reforma agrária. O resultado foi que 37% do valor bruto da produção agropecuária é destinado ao autoconsumo das famílias, especialmente a alimentação dos membros da família, e contrabalança as fases de baixa, digamos assim, do processo de comercialização agropecuária.

Isso representa, no cômputo do rendimento geral, ainda que não seja um rendimento monetário estrito senso, meio salário mínimo mensal. Essa foi a média obtida nacionalmente, variando, obviamente, nas regiões. Esse dado é significativo se se pensa na capacidade de a política de reforma agrária alavancar uma base social do meio rural brasileiro, marginalizado anteriormente e que potencialmente tem capacidade de se desenvolver e de se dinamizar em diferentes dimensões, ainda que pautado por uma infra-estrutura precária ou com uma relação nem sempre tranqüila com as políticas públicas. Apesar desses óbices, a reforma agrária tem condições de dinamizar, em diferentes dimensões – econômica, política e social –,

as regiões nas quais esses mesmos projetos, essas mesmas famílias estão instalados.

Termino aqui minha exposição, agradecendo a atenção de V. Ex^{as} e colocando-me à disposição para o debate e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos ao Prof. Sérgio Leite, que, em nome de todos os convidados, fez essa apresentação inicial.

O Relator, Deputado João Alfredo iniciará as indagações, com a participação de todos os convidados, cuja presença, desde já, agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Deputado Inaldo Leitão, Deputado Anselmo, Professores Sérgio Leite, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença de V. Ex^{as} nesta CPMI, porquanto nosso desafio como Relator é muito grande, tanto para traçar um diagnóstico da situação fundiária quanto para apresentar propostas e soluções para o problema agrário, ainda não resolvido no Brasil.

Penso que a pesquisa realizada por V. S^{as} – de que tomei conhecimento, em parte, pela revista Carta-Capital e agora a recebo na totalidade, em publicação do Nead – é fundamental para compreender a situação. Os Parlamentares que participam desta CPMI acolheram de bom grado nosso requerimento. Penso que agora, nos questionamentos, poderemos extrair ainda mais contribuições importantes de V. S^{as} para o nosso relatório.

Infelizmente, devido a problemas de agendamento, não pudemos fazer o contraponto com a posição do Professor Cândido Prunes, o último a depor nesta CPMI, do Instituto Liberal, que defendeu a insustentabilidade em nosso País da reforma agrária proposta pelo nosso Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni. Gostaria de ouvir a opinião de V. S^{as} sobre alguns dados levantados por S. Ex^a.

Primeiramente, o professor defende que as terras disponíveis para a realização da reforma agrária são insuficientes. Pelos cálculos dele, deveríamos ter um lote de pelo menos 190 hectares para que uma família assentada pudesse se sustentar. Multiplicando essa área pelo número de família sem terras, ele chegou à conclusão de que não há terra disponível para isso. Esse foi o primeiro dado levantado pelo Professor Cândido Prunes.

Na verdade, na semana passada, estivemos em Pernambuco e visitamos uma área de assentamento na

Zona da Mata sul, no Município de Rio Formoso, onde uma família sobrevivia em uma área de 7,5 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado João Alfredo, apenas para complementar a afirmação de V. Ex^a, no acampamento, existem famílias que, há oito anos, aguardam a desapropriação da área; indaguei a eles quantos hectares seriam necessários para a sobrevivência de uma família; todos responderam que sobreviveriam com sete hectares; não pedem nada além de sete hectares. Particularmente, sempre imaginei que sete hectares fossem insuficientes. Por isso, seria interessante que os pesquisadores opinassem a respeito de qual seria a área ideal para a sobrevivência, com dignidade, de uma família.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – A segunda questão, ainda dentro dessa visão, tanto ligada à questão da reforma agrária como da agricultura familiar, seria uma tendência histórica, observada no mundo todo, da diminuição da população rural. E o professor diz claramente que 16 milhões no campo é algo insustentável – eu notei bem esse dado; portanto, tínhamos que fazer uma redução drástica, e essa população seria absorvida pelo setor de serviços na cidade. Sairia mais barato para o Governo pagar dois salários mínimos para cada uma dessas famílias, educá-las, trazê-las para a cidade do que subsidiar a reforma agrária. Essa é uma questão. O Governo pretende assentar, de modo geral, um milhão de famílias. Incluo aí assentamentos em áreas de reforma agrária, crédito fundiário, que é compra de terras, e terras públicas. Então, se estaria na contramão da história, e é preciso analisar se esse setor de serviços teria condições de absorver essa população.

A terceira questão é o problema da evasão. O Professor Cândido Prunes, naquela data, falou de um percentual de 40% de evasão nas áreas de assentamento. É verdade que, depois que fiz o questionamento, ele disse que não tinha dados científicos. A revista **CartaCapital** traz outra pesquisa, referindo que o problema de evasão varia muito de região para região. Mas acho que seria importante tratarmos da questão da evasão.

Quanto aos subsídios, aqueles que contestam a reforma agrária dizem que ela só se viabiliza pelo alto volume de recursos destinados a ela, seja os provenientes de desapropriação, seja os diversos créditos a ela destinados – desde os créditos de habitação até os outros ligados mesmo à atividade produtiva. Então, esse subsídio grande é que a sustentaria. Se não houvesse isso, a reforma agrária seria inviável.

Acho importante assinalar os dados da pesquisa. Um grande debate hoje é de que o MST principalmente, mas não só o MST – em Pernambuco, tomamos

conhecimento de 14 organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra – estaria trazendo pessoas da periferia para engrossar as suas ocupações. Oitenta por cento dos assentados nas áreas pesquisadas vêm da própria região onde está instalado aquele assentamento.

Finalmente, de vez em quando, diz-se que os assentamentos são favelas rurais. Até me insurjo muito contra esse tema, porque creio que há situações bem diferenciadas. Contudo, existe a idéia de que nos assentamentos se estaria socializando a pobreza, em vez de se melhorar a situação. Vi aqui dois dados aparentemente contraditórios que precisariam ser mais detalhados pelos nossos convidados de hoje. Um dado a que todas as famílias se referem é que melhorou a sua condição de moradia, de trabalho, de rendimento, de consumo, etc. No entanto, a média por família está em dois salários mínimos, e, por pessoa, em meio salário mínimo. Esse um dado que também precisaria ser mais bem explicado seria este: o que representa um salário mínimo para quem está na cidade, considerando-se as necessidades dessa família? O que representa um salário mínimo para quem está na zona rural? Essa informação seria importante, porque, em um dos gráficos, vi que a situação estaria na mesma, sob o ponto de vista da renda em si; mas, da percepção da melhora da qualidade de vida, há, portanto, uma diferença grande.

Sr. Presidente, eram esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Passamos a palavra ao Professor Sérgio, e fica a critério do grupo a resposta a essas questões.

O SR. SÉRGIO PEREIRA LEITE – Começarei a responder a algumas das questões e depois passo a palavra aos meus colegas para o tratamento de outras.

Com relação à insuficiência de terra, em primeiro lugar, é preciso ter claro que, se tomarmos o critério do que são áreas desapropriáveis para reforma agrária, ou seja, acima de 15 módulos fiscais, que não cumprem com sua função social – e estão presentes aqui alguns especialistas –, vamos observar que o Brasil é extremamente fértil do ponto de vista da disponibilidade dessas áreas. Tomei somente os imóveis rurais acima de 100 módulos fiscais, mas eu poderia fazer um corte acima de 15. Temos hoje no País 51.172.373 hectares, dos quais 28.861.830 são improdutivos, segundo os critérios definidos constitucionalmente, inclusive regulamentados pela Lei Agrária de 1993.

Essa disponibilidade é diferenciada de Estado para Estado, região para região, mas os dados mencionados são do Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária. Há também dados que mostram e comprovam, de certa forma, a existência de terras devolutas no País, que poderiam também ser destinadas à implantação de projetos de reforma agrária. Os números que possuo, a partir de fontes levantadas no próprio Incra e no IBGE, indicam a existência de pelo menos 172.946.484 hectares de áreas devolutas no País. Então, há uma primeira hipótese a ser contestada: uma tese de doutorado discutida nos anos 80 sustentava que não haveria terra suficiente para a reforma agrária no País, mas creio que os anos 90 comprovaram que essa hipótese estava furada.

A outra hipótese, aliada à primeira, é que, se houvesse terra, não haveria quem demandasse essas terras. A realidade a que temos assistido e que foi detectada não só por nossa pesquisa, mas também por outras, mostra a presença significativa de movimentos de trabalhadores pleiteando uma democratização fundiária no País.

Com relação a área especificamente do lote, já existe um levantamento feito pelo Ministério, pelo próprio Incra do que se considera uma área mínima necessária, viável para a reprodução da unidade familiar, respeitadas a localização geográfica e as condições médias e tecnológicas relativas à produção. Essa área mínima é o módulo fiscal, que varia, obviamente, de região para região.

Nesse sentido, parece-me algo despropositado afirmar que uma área mínima necessária seria ao redor de 190 hectares por família. Vimos experiências bem-sucedidas em lotes de 10, 14 ou 7 hectares, como constatou o Senador em sua visita a Pernambuco. Esse tamanho ideal vai depender até do tipo de atividade desenvolvida na área pelas famílias.

Peço licença para falar, mas não é possível definir um modelo único de projeto de assentamento para todo o País. Invariavelmente, tomam-se como exemplo algumas características próprias aos assentamentos e à atividade da agricultura familiar dos Estados do Sul do País, mas é preciso compreender que essas atividades no meio rural variam fortemente de região para região. Por exemplo, um assentamento extrativista no Norte demandará certamente um número de hectares muito maior para sua viabilidade, enquanto que, um no interior do Estado de São Paulo, próximo à região de Campinas, como no caso de Porto Feliz, fundamentado na prática da cultura do tomate, consegue muito bem viabilizar economicamente uma família com uma área muito menor, de 10 a 15 hectares. Então, essa questão deve ser tratada com relatividade.

Informo ainda que a área média dos assentamentos, segundo as estatísticas disponibilizadas pelo Incra, é de 48 hectares, considerando-se os assentamentos

com áreas mais elevadas, familiarmente falando, da região Norte.

Gostaria também de tocar em outro assunto. Em alguns casos, sobretudo onde há forte concentração demográfica nos assentamentos – não estou generalizando –, podemos até afirmar que houve certa inversão no fluxo migratório. Ao comparar alguns municípios do Pontal do Paranapanema, em outra pesquisa, especialmente Teodoro Sampaio, segundo as estatísticas demográficas, observa-se que a presença dos assentamentos significou um afluxo demográfico nessas regiões. Isso vale para algumas regiões de forte concentração, como também no caso do sudeste paraense.

Isso não significa, necessariamente, que o campo brasileiro não comportaria mais gente – e quero aqui citar um pesquisador acima de qualquer suspeita, o Celso Furtado. Ele afirmou várias vezes, em período recente, que a possibilidade de pensar um desenvolvimento mais equânime no Brasil vai no sentido, por exemplo, de pensar que ainda existe espaço, inclusive demográfico, para políticas redistributivas como é o caso da redistribuição fundiária, incorporando-se novos atores, dando cidadania a novas pessoas. Até porque não me parece evidente, se olharmos as manchetes de jornais, que as cidades, especialmente as metrópoles, tenham ainda capacidade de absorver esse tipo de contingente populacional neste momento, como tiveram nos anos 70, especialmente no setor de serviços. Naquele momento, 28 milhões de pessoas saíram do meio rural brasileiro para o meio urbano, praticamente uma Argentina inteira.

O último esclarecimento é em relação à questão das condições de renda. Em primeiro lugar, devo mencionar – e considero muito boa e oportuna a lembrança do Deputado João Alfredo – que estamos tratando aqui de rendimentos monetários. A isso se devem acrescentar rendimentos não-monetários. Eu mencionei aqui a capacidade de essas famílias gerarem, em suas próprias unidades, um potencial equivalente, em média nacional – pode ser mais alto em algumas regiões –, a meio salário mínimo, por exemplo, referente aos alimentos que eles deixariam de comprar nos mercados e passariam a consumir – é o que estou chamando de autoconsumo das famílias. É óbvio que as famílias assalariadas do meio urbano não têm a mesma capacidade que as famílias assentadas no meio rural ou mesmo que os agricultores familiares em geral.

Outro elemento importante a ser mostrado é que, se compararmos as condições de renda dessas famílias antes do assentamento e pós-assentamento, veremos que ela muda significativamente. O impacto na estrutura do rendimento familiar desses atores en-

trevistados é drástico, para cima, no caso. E isso fica evidente quando perguntamos qual era a avaliação que eles faziam do poder de compra atual em relação ao poder de compra anterior.

Pode-se observar ainda que essa realidade do meio rural está inserida em um contexto maior, que não pode ser limitado exclusivamente aos assentamentos de reforma agrária. E eu diria que dois salários mínimos por família, em média – que naquela época equivaliam a R\$302,00, se não me falha a memória –, e meio **per capita** é um indicador para essas famílias, ainda que não ideal, extremamente importante, principalmente no contexto em que vivem, com a capacidade de produção, de alimentação e acesso nutricional praticamente diário, o que muda radicalmente sua situação em relação a anterior. Contudo, insisto nisto: se esses dados forem comparados com a minha contra-amostra, ou seja, famílias no meio rural brasileiro com até dois salários mínimos de renda familiar, verificaremos que, nos assentamentos, em média – há situações mais precárias e situações muito melhores –, a situação das famílias assentadas é relativamente melhor.

Então, renda e condições de vida devem ser tratadas juntamente com um conjunto de indicadores como condições habitacionais, capacidade de garantia e acesso à alimentação – portanto, segurança alimentar –, acesso ao mercado de trabalho, capacidade e autonomia no processo produtivo.

Fico por aqui, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quem será agora? (Pausa.)

Tem a palavra a Profª Leonilde Servolo de Medeiros.

A SRA. LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

– Vou fazer um comentário sobre esse último ponto mencionado pelo Sérgio, que é a importância de se considerar também um dado que a pesquisa não pôde mensurar – porque esse tipo de pesquisa não permite –, que é a produção para autoconsumo.

Finalizamos, depois dessa, outra pesquisa voltada para o Rio de Janeiro. Dessa pesquisa, participaram o Prof. Sérgio e eu, e nós acompanhamos em quatro assentamentos, por um ano, o orçamento doméstico das famílias, visitando-as mensalmente. Pudemos constatar como é importante a produção para autoconsumo, para garantir parte significativa da alimentação dos assentados.

Há outro elemento importante, que creio os dados desta pesquisa que estamos discutindo agora deixam claro: o tipo de produtos cultivados pelos assentados. Há uma variação enorme de produtos no País. No livro, apresentamos a quantidade de produtos, mas é interessante constatar que, nessa variedade, alguns

produtos se repetem em quase todos os assentamentos: feijão, milho mandioca – chamada aipim, em algumas regiões – e a criação de pequenos animais, basicamente galinha e porcos.

É extremamente interessante verificar a recorrência dessa produção, porque ela indica produtos usados simultaneamente para a comercialização e para a alimentação das famílias. Especialmente no caso de pequenos animais, a fonte básica de proteínas vem dessa produção. Ela passa muitas vezes despercebida quando trabalhamos com esse tipo de dado macro; passa despercebida a importância que esse tipo de produção tem na manutenção das famílias.

Passando para outros tópicos, “a diminuição da população rural é necessariamente um sinal de progresso”; “quanto mais urbanizado o país, maior sinal de progresso”. Essas afirmações, obviamente, constituem uma avaliação equivocada. Basta observar o que são as grandes cidades brasileiras, o que são as favelas nas periferias das médias cidades e as implicações disso na história recente do Brasil em termos de desagregação de tecido social. Desse ponto de vista, creio que temos de refletir um pouco sobre quem são as pessoas concretas que têm demandado terra. Verificamos que são pessoas que secularmente foram excluídas de uma série de direitos. Para ilustrar o que estou dizendo, cito um dado apenas: cerca de 87% dos responsáveis pelos lotes, que entrevistamos, têm, no máximo, até a 4ª série do Ensino Fundamental. Ou seja, são populações com nível de escolarização muito baixo. O índice de analfabetismo é muito alto. Essas pessoas são portadoras de uma herança de exclusão – e retomo o que o Sérgio já comentou. A possibilidade de essas pessoas se inserirem no quadro atual do mercado de trabalho urbano, que exige cada mais sofisticação quanto à escolaridade e aos conhecimentos, é totalmente inviável em um plano imediato.

Então, os assentamentos têm representado para uma parcela da população, que vem sendo excluída do acesso à terra, uma oportunidade de vida melhor do que a que tinham antes e possivelmente melhor do que lhes seria oferecida se tivessem ido para a cidade. Creio que grande parte dessas famílias assentadas, se tivesse optado pela migração para as cidades, possivelmente estaria aumentando a quantidade de favelas e vivendo em uma situação muito pior.

Não é por acaso que eles avaliam a condição de assentados como melhor. Se compararmos com outros segmentos da população, não foi essa a nossa intenção. A nossa intenção é pensar a maneira como eles avaliam a sua situação em relação ao seu passado, no momento anterior ao assentamento. Desse ponto de vista, houve melhora. Esse foi um dado que

nos impressionou muito, porque aparece em todos os indicadores que selecionamos, embora com algumas variações. Mas, efetivamente, o assentamento implicou melhoria da situação de vida em relação à vida anterior.

O último ponto que quero comentar é sobre evasões. Tive oportunidade de participar, juntamente com a Rosângela, de uma pesquisa sobre evasão dos assentamentos rurais. Foi uma pesquisa nacional, amostral, por meio do convênio FAO/Incra. Essa pesquisa foi realizada em 1999 e 2000.

Os índices que encontramos são muito variáveis de região para região. No Nordeste, os índices de evasão são muito baixos. Na Região Norte e na Região Centro-Oeste, os índices de evasão são mais altos.

No entanto, índices de evasão dizem muito pouco a respeito do que significa, como fenômeno social, a evasão dos assentamentos rurais. Jogar com números, dizer que 30 é alto, que 40 ou 50 são altos, esclarece muito pouco.

Nas situações em que pudemos entrar um pouco mais para entender por que as pessoas ficam e por que elas saem, encontramos fenômenos importantes para explicar os índices de evasão, que têm a ver com a própria forma como a política de assentamentos acabou sendo realizada ao longo de todos esses anos. Quando se analisam os assentamentos, é necessário pensar neles e na política que os cercou e que os cerca.

Na Região Centro-Oeste, existem assentamentos realizados em áreas com enorme dificuldade de comunicação, com carência total de estradas, o que se junta com uma série de outros elementos, quer dizer, a carência de estradas significa dificuldade de acesso a recursos de saúde, significa dificuldade de comercialização da produção. Além disso, alguns deles foram realizados em áreas de endemias como malária e hanseníase. As pessoas foram colocadas nessas áreas, e, obviamente, a evasão deve-se um pouco à resposta a isso.

No Nordeste, o índice de evasão é baixo, muito baixo. Obviamente, isso tem a ver com a própria situação daqueles trabalhadores, que estavam na Região há muito tempo, muitos dos quais, inclusive, já viviam nas terras que foram desapropriadas, na condição de foreiros, etc.

No sul do País, os índices de evasão variaram, na pesquisa, em torno de 20% ou 25%.

Este é um aspecto da evasão: observá-la como fenômeno com diferenciações nacionais, que precisa ser confrontado com as condições colocadas em cada assentamento, onde pesam muito as condições das estradas, acesso à saúde, fatores decisivos para se fazer com que os assentados permaneçam no local.

Outro dado importante sobre a evasão é que esta não significa, necessariamente, fracasso do assentamento. Há situações em que o assentamento é produtivo, com uma dinâmica econômica e social muito rica, mas onde houve evasão. Por quê? Porque, muitas vezes, a primeira leva de famílias assentadas é um grupo que já se descapitalizou no processo de acampamentos, no processo anterior. Muitas vezes, quando uma família sai, ela é substituída por outras – o lote não fica vazio –, que vêm e introduzem outra dinâmica aos assentamentos. Então, a evasão não necessariamente pode ser identificada como fracasso.

Devemos trabalhar um pouco mais, e para isso falta pesquisa. A pesquisa que fizemos não dá conta da riqueza desse fenômeno, mas, com certeza, indagar sobre as causas com mais cuidado, acompanhar melhor esse processo de saída e de entrada pode apontar elementos interessantes para se pensar na natureza da política que tem sido utilizada em relação ao assentamento de famílias, escolha de local e coisa desse tipo.

Não se pode simplesmente associar saídas de famílias com fracassos. Podem ser apontados vários casos em que houve saídas e em que os assentamentos estão muito bem, por essa própria substituição, por uma escolha que, muitas vezes, é feita pelas organizações dos trabalhadores e não estritamente pelo Estado. Quando digo Estado, não falo exclusivamente do Incra. Em muitas áreas, quando são desapropriadas, existe verdadeira disputa para ver quem vai assentar. Diversas forças locais, como as prefeituras, entram na disputa por colocar os seus assentados nas terras.

Todos esses elementos têm que ser considerados antes de tratarmos, de maneira muito rápida, o tema evasão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes de passar a palavra à professora Rosângela, registro a presença de representantes do movimento grevista dos servidores do Incra, que reivindicam não apenas a melhora das condições salariais, mas também a reestruturação do órgão, para que, instrumentalizado, possa cumprir, com mais eficácia, o seu papel de executar o programa de reforma agrária do Governo.

Agradecemos a presença de todos e esperamos que sejam bem-sucedidos em suas aspirações.

Agradeço à professora Leonilde pela sua participação.

Concedo a palavra à professora Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA PEZZA CINTRÃO – Em primeiro lugar, gostaria de me referir ao contexto em que se dão os assentamentos nas áreas por nós pesquisadas, com a finalidade de nos ajudar a responder muitas perguntas, tais como: quem são essas pessoas,

de onde vêm, se há uma tendência de diminuição ou não da população do campo, se a cidade seria uma melhor opção. Há também os assentamentos chamados de favelas rurais, que é outra questão.

Sr. Presidente, vou responder às perguntas em duas frentes. Um dos pontos por nós investigados foi o que causou a concentração dos assentamentos nessas manchas, ou seja, de onde e por que elas surgiram. O interessante é que percebemos que a maioria dos assentamentos surgem tendo em vista conflitos preexistentes – creio que depois o Professor Moacir poderia falar um pouco a esse respeito. Pudemos perceber que todas as manchas apresentavam crises, sejam elas nas lavouras canavieira e cacaueteira, seja em projetos agropecuários no sudeste do Pará, seja até mesmo no entorno do Distrito Federal – aliás, nessa região, tivemos mais dificuldades em identificar como ocorre essa dinâmica; no entanto, percebemos que essas pessoas foram atraídas para o Distrito Federal, aqui se instalaram no entorno como assalariados rurais, além de toda uma crise no campo empregos, que também favoreceu isso. Também constatamos a crise da reprodução da agricultura familiar em Santa Catarina.

É interessante observarmos o perfil dos assentados. As manchas refletem isso claramente. Por exemplo, no sul da Bahia, 46% dos chefes de famílias eram assalariados rurais, provavelmente ex-assalariados das fazendas de cacau. No entorno do Distrito Federal, também 46% eram ex-assalariados, temporários ou permanentes. Na zona canavieira, 41% eram ex-assalariados rurais. No Ceará, a maioria, 58%, eram ex-moradores de fazendas, pessoas que já estavam lá há mais de 50 anos, mas que também foram atingidos pela crise do algodão.

Então, há toda uma dinâmica que contribuiu para a constituição dos assentamentos. Além disso, essa população tem um perfil completamente excluído, ou seja, 80% havia cursado até a 4ª série; 60%, até a 2ª série; um terço nunca havia freqüentado a escola. Assim, são setores da população que fazem parte de um mercado bastante fechado.

Ao lado desse perfil da população, que também mostra como a reforma agrária tem sido uma política de inclusão – falarei a esse respeito ao abordar os níveis de pobreza e as favelas –, há outro dado importante para se ressaltar: o apoio inicial para a instalação dessas famílias, que tem a ver com créditos e se há subsídio ou não. Esse apoio é fundamental em todo o desenvolvimento do assentamento posterior. Temos que pensar que essas pessoas, que já eram excluídas, quando chegam à terra, têm que construir casas, têm que pensar em abastecimento d'água, precisam construir cercas e comprar instrumentos de trabalho.

Na Zona da Mata, um fato chama muito a atenção: eles usaram crédito de fomento para comprar enxadas. Nem isso eles tinham. Eram ex-assalariados da cana, talvez só tivessem a foice. Eles têm que criar todas as condições e só terão a primeira remuneração quando vier a safra – se é que, quando eles entram, já estão plantando, porque pode ser que, quando entram, já tenha passado a época do plantio. Há uma série de condições fundamentais para que essas pessoas possam estruturar os lotes e começar a produzir. Pela análise dos dados, dá para perceber que é aos poucos que eles vão-se estruturando.

Outro aspecto muito importante também – acredito que o pessoal do Incra está atento – é que essas pessoas já trazem toda uma tradição, uma cultura; muitas vezes, já estão na região há algum tempo. É muito importante respeitar isso. Na pesquisa sobre evasão, visitamos alguns assentamentos e verificamos que muitas vezes há um desrespeito, com boa vontade, por toda cultura e história trazida por aquelas pessoas sobre a forma como trabalhar a terra, como organizá-la. Às vezes, na região, é fundamental que todos tenham acesso à margem do rio. Então, a divisão dos lotes não pode ser quadriculada. Visitei um assentamento em uma área de cerrado em que, por ter sido quadriculado, alguns lotes ficaram sem água, não tinham acesso ao rio.

Algumas questões são fundamentais, como por exemplo o subsídio para estruturação, para instalação dessas famílias. A sensação que dá é que eles vão se estruturando e que isso vai se consolidando com o tempo. Mas algumas vezes o não ter esses cuidados iniciais pode comprometer seriamente o desenvolvimento do assentamento.

Outra questão importante diz respeito ao fato de serem ou não favelas rurais. Muitas vezes, olhando de fora, em termos absolutos, realmente impressionam as condições de pobreza. Por exemplo, chamou-me muito a atenção, na análise dos dados, a comparação com a linha de pobreza nos assentamentos. Nas regiões abaixo da linha de pobreza, o Ceará e a zona canavieira do Nordeste são as áreas com as melhores avaliações. Esse dado foi colocado lado a lado – se alguém estiver com o livro, está na página 42 –, e chamou-me a atenção como as condições de miséria dessas famílias eram sérias. Devemos também levar em conta que tanto o Ceará como a Zona da Mata foram atingidos por seca. Talvez esse dado não seja representativo do geral. Por exemplo, em torno do DF, onde deu mais acima a linha de pobreza, as avaliações foram mais negativas, demonstrando como essa questão tem a ver com as condições anteriores das famílias.

Também as condições tecnológicas chamam muito a atenção. Quando comparávamos as manchas, Santa Catarina estava lá no alto em todas as mecânicas, uso de insumos, etc. Por outro lado, o Nordeste estava lá embaixo. Mas, quando comparamos com as estatísticas municipais, os assentamentos estavam iguais ou acima das condições tecnológicas do município, comparando-se com os dados do censo. Com isso, percebe-se que uma série de precariedades que estão nos assentamentos são da zona rural brasileira como um todo. Elas refletem a falta de infra-estrutura e de condições que a nossa zona rural tem e que todos os agricultores familiares também enfrentam.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, professora.

Antes de passar a palavra ao Prof. Moacir, farei um comercial na TV Senado sobre o livro desse grupo de professores e pesquisadores, que considero muito importante, principalmente para os estudiosos do assunto. O título é: “Impactos dos Assentamentos – Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro”. Foi publicado pela Editora Unesp, tem distribuição nacional, e, portanto, os interessados poderão buscá-lo como contribuição da pesquisa para um tema da maior importância para o futuro do nosso País. Como todos sabemos, o grande patrimônio da economia nacional é a terra.

Passamos a palavra agora para o professor Moacir Gracindo Soares Palmeira.

O SR. MOACIR GRACINDO SOARES PALMEIRA – Minhas saudações a todos e meus agradecimentos ao Senador Alvaro Dias pela propaganda do livro. Muito obrigado.

Os meus colegas já responderam, até exaustivamente, as questões colocadas, dentro do que é possível em uma reunião como esta. Eu tocaria muito rapidamente em dois pontos.

O primeiro é o argumento de que os assentamentos só sobreviveriam se fossem subsidiados. Há uma discussão maior em torno disso: se é possível a agricultura em geral viver sem subsídio. Trata-se de uma discussão internacional, que se aplica também aos assentamentos.

Analisemos os aportes de recursos específicos para os assentamentos. É verdade que a nossa amostra, para ser representativa, pegou sobretudo assentamentos da década de 90 – de 1985 a 1997. Poucos assentamentos mais antigos se beneficiaram dos aportes de recursos que estão sendo dados aos assentamentos mais recentes e têm sobrevivido dentro do patamar exposto aqui pelo Prof. Sérgio Leite. Esse é apenas um lembrete.

A outra questão é a idéia difundida de que estariam sendo levadas pessoas da cidade para ocupa-

ção de terras, assentamentos e essas coisas todas. A nossa pesquisa foi feita em 2000 e 2001, e os nossos questionários cobriram assentamentos dentro da faixa de 1985 a 1997. No entanto, estando na região, visitamos alguns assentamentos mais recentes e obtivemos informações sobre eles. Até àquela altura, não detectamos nenhuma mudança nessa tendência de serem fundamentalmente assentadas pessoas que vinham da área rural e que habitavam no próprio município ou nas imediações. Evidentemente, pode haver alguma diferença em processos mais recentes. Não temos dados, e seria leviano afirmarmos alguma coisa nessa direção.

Há um dado importante colhido na nossa pesquisa que pode, pelo menos, iluminar a análise de assentamentos mais recentes: mesmo naquela pequena faixa que foi assentada e que trabalhava fora da agricultura, a sua grande maioria – creio que 94% – já tinha tido antes algum tipo de experiência agropecuária. Na sua maioria, eram experiências recentes.

Por outro lado, faz-se necessária também certa sensibilidade no tratamento dessa questão, um cuidado semelhante ao que a Profª Leonilde sugeriu que houvesse na avaliação da evasão dos assentamentos. É o seguinte: há um grande número de pesquisas mais localizadas feitas sobre assentamentos, algumas mais amplas. Lembro agora que, no início dos anos 90, a FAO fez um estudo sobre levantamentos, e nesse estudo houve uma espécie de surpresa – nessa pesquisa se mencionava o caso do Rio de Janeiro: os assentamentos que estavam tendo melhores resultados tinham exatamente recrutado pessoas que haviam saído da periferia do Rio de Janeiro. A pesquisa não entrava na trajetória dessas pessoas, mas deve ser lembrado que não há impedimento radical para que não agricultores venham a ser assentados. É evidente que a grande demanda, a máxima dos assentamentos continua a vir dos trabalhadores rurais na ativa, digamos assim. Eram esses dois pontos que gostaria de lembrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Consulto se o Deputado Anselmo deseja formular alguma questão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO DE JESUS ABREU (PT – RO) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; professores de modo em geral, quando se trata da reforma agrária, principalmente da sua inviabilidade e da evasão, temos alguns históricos em relação à questão do desenvolvimento.

Quando cheguei em Rondônia, em 1984, éramos 100 famílias, e eu era dirigente da Igreja Católica. Hoje, essa mesma comunidade é composta de 26 famílias,

e eles dizem que o desenvolvimento chegou àquela região. Não sei, pois, se na época em que éramos em 100 famílias, não havia desenvolvimento, como pode haver hoje, e lá só existem 26 famílias? Há, portanto, que se conhecer o conceito de desenvolvimento. O México, por exemplo, cresceu quatro vezes mais do que o Brasil, só que concentrou uma pobreza muito maior também. Essa é, portanto, a situação que tem que ser trabalhada hoje.

Falando em inviabilidade da reforma agrária e do estoque de terra, ontem ouvi uma palestra do presidente do Incra em que ele colocava algumas situações que estão ocorrendo hoje. Em relação às vistorias de terra e da lei, estamos enfrentando um problema muito sério. Se pegarmos Goiás como exemplo, veremos que, em pouco mais de 100 áreas vistoriadas, em cerca de 80, o Poder Judiciário passou a tesoura. E esse Poder Judiciário, em sua grande maioria, é de origem latifundiária. Se pegarmos São Paulo, isso aconteceu com quase 100% das terras vistoriadas.

São situações que fazem com que cheguemos a dizer absurdos, como por exemplo, que a reforma agrária é inviável. É claro que, quando falo em Poder Judiciário, não quero generalizar. Há situações diferentes.

Em relação às favelas de reforma agrária – e há pessoas que tratam isso até de maneira desrespeitosa –, eu diria que as favelas rurais estão hoje nas cidades. Muitas vezes, as pessoas não conseguem diferenciar um acampamento de um assentamento. Se você vai a um acampamento, verá realmente uma favela, mas, a partir do momento em que assentamos as famílias, a situação é outra. E há também o problema em relação à falta de cumprimento das leis por parte dos governos. Quando se fala da evasão, portanto, fica claro que ela ocorre exatamente pela falta de cumprimento da lei por parte do Governo. As pessoas vendiam ou barganhavam seus lotes, e o Incra não agia. Este Governo começou a implantar os chamados “reassentamentos”, mas há que se fazer cumprir a lei para que a evasão possa diminuir.

Particpei do primeiro assentamento promovido pelo MST e pelo Movimento Sindical em Rondônia, isso ainda nos anos de 1987. Naquela época, enfrentamos o latifúndio, fomos ameaçados de morte, entre outras coisas. Mas conseguimos assentar 318 famílias. Diria que, se fosse hoje, se fizéssemos uma pesquisa nesse assentamento, a evasão estaria abaixo de 10. Mas não atribuo esse fato ao Incra nem ao Poder local, mas, sim, às lideranças assentadas à época e à atuação da Igreja Católica, da Igreja Luterana e do movimento sindical, que orientaram aquele povo. Não havia política, mas havia pessoas que podiam capacitar outras. De-

pendendo do apadrinhamento de cada um, há grande diferença entre um assentamento e outro. Um padre ou um pastor que atua lá, um sindicalista bastante capacitado para dialogar com os assentados produz um resultado diferenciado. Quando o assentamento é apadrinhado pelo prefeito ou por qualquer outro político, a tristeza é grande, porque é um desastre.

Tratando a questão dos assentamentos dentro de um plano de reforma agrária, em nome da distribuição de terras, teremos condições de fazer com que o campo prospere, principalmente quando se trata da integração. O professor falava de pessoas que voltaram a integrar a comunidade. Eu mesmo vim para a cidade e ainda sinto falta do tempo em que vivia em uma comunidade com 100 famílias e que hoje são apenas 26. É essa a realidade. Temos dificuldades com relação à cidadania. Naquela época, pelo menos, havia isso, mas hoje estamos deixando de ter, devido a grande evasão.

A reforma agrária deve ser assumida por estas duas Casas. O nosso grande problema está aqui, porque temos de discutir um desenvolvimento onde meia dúzia de pessoas enriquecem e a maioria empobrece. E eu diria que esta Casa tem trabalhado muito bem o debate. O Brasil tem espaço para todos. O agronegócio é um sucesso e tem um lugar fundamental no País. A reforma agrária está acima de tudo. Não concordo com o ponto de vista de que a reforma agrária é inviável hoje no Brasil. Então, é para matar esse povo? Hoje, a indústria está desempregando pessoas a todo momento. A única esperança é a reforma agrária, mas alguém é capaz de dizer que, no momento, ela é inviável. Como ficará esse povo? É um questionamento que temos de trazer para o debate. Mas, acima de tudo, é interesse de meia dúzia de pessoas. Temos de analisar profundamente o problema. Hoje, principalmente nas cidades mais interioranas do Norte, onde moro, as grandes favelas são favelas rurais. E há pessoas loucas para voltar ao ambiente em que já viveram um dia. Portanto, temos que começar a pensar em reforma agrária.

Se não pensarmos sob o ponto de vista dos latifundiários, dos parlamentares que têm suas grandes extensões de terra, e trabalharmos junto com o Incra, com o MDA, com o Núcleo Agrário – sou coordenador do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores –, futuramente sobrarão para eles também. A cada dia que passa, aumenta a massa de desempregados, há dificuldade de produção de alimentos e, de repente, deparamo-nos com determinados discursos absurdos de colegas nossos.

Os companheiros disseram muito bem que, muitas vezes, as pesquisas são desvirtuadas. Discutimos

o assunto na Comissão da Agricultura, mas, quando as pessoas trazem o debate para um lugar onde há Deputados de diversos setores, acaba descambiando para um lado ou para outro, e não se consegue resolver o grande problema que é a reforma agrária no Brasil.

Em momento algum, o agronegócio deve ser descartado. Mas não dá para aceitar o debate retrógrado, atrasado desta Casa de dizer que a reforma agrária é inviável no País hoje. Os nossos colegas – não vou citar nomes – deveriam ser grandes defensores da idéia de acabar com a grande evasão das terras que ocorrem atualmente por parte dos movimentos, porque eles não têm outra saída e também porque não há políticas discutidas nesta Casa.

Faço esse desabafo porque vivo isso no Núcleo Agrário hoje. Parabenizo os professores que fizeram essa pesquisa, que de certa forma nos orienta. Com toda certeza, estamos no caminho certo. Vou continuar sendo o defensor desse povo que precisa de terra para produzir. Certamente, venceremos essa batalha.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado Anselmo. Antes de passar a palavra ao Senador Sibá Machado, comunico uma alteração na programação desta Comissão: a vinda do Ministro Miguel Rossetto fica agendada para o dia 1º, terça-feira, às 9h30min, porque, na próxima semana, terça-feira, esta Comissão visitará o Estado do Pará, com incursão por Altamira, Marabá e Belém. Ouviremos depoimentos de vários setores envolvidos com a questão da terra, tanto de proprietários quanto de trabalhadores sem-terra e órgãos públicos, Poder Judiciário, Ministério Público, Governo Federal, Estadual. Visitaremos também assentamentos e acampamentos naquele Estado, a exemplo do que já fizemos no Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, nobre Relator, nossos convidados, tive o dissabor de perder a oportunidade de ouvir as exposições. Presenciei, em parte, o que o Dr. Sérgio Leite apresentou. Do que consegui captar, farei quatro perguntas genéricas, mas não sei a quem poderiam ser destinadas.

A primeira refere-se ao problema da vocação da mão-de-obra no campo para a questão da reforma agrária, tema que esta Comissão tem ouvido muito em debates feitos anteriormente, apresentando críticas fortes a recrutamentos feitos por organizações camponesas de pessoas desempregadas das zonas urbanas. Como apresentaram estudos e tocaram um pouco nesse ponto da origem da mão-de-obra, quero saber se isso ocorre constantemente e se é positiva ou não essa migração inversa.

A segunda refere-se ao motivo que leva uma pessoa, com sua família, a enfrentar as atrocidades de um acampamento à beira de uma estrada e, posteriormente, de uma ocupação, cujo retrato mostrado pela mídia é o de sangue, suor e lágrimas. Gostaria que fossem analisados os motivos que levam uma família a esse nível de sacrifício para conquista de uma terra, que elemento motivador sociológico podemos absorver disso.

A terceira refere-se aos sucessos e insucessos da reforma agrária. Perdi o ponto mencionado pelo Dr. Sérgio no final de sua exposição, mas saí daqui tendente a acreditar que V. Sª estava dizendo que há sucessos. Gostaria que V. Sª reproduzisse isso e, se for verdade, gostaria de confrontar esse ponto com a tese anterior do Dr. Cândido, que aqui esteve e nos falou, com todas as letras, dos custos da reforma agrária, fazendo uma comparação financeira. Quanto custa para o Estado, para o Poder Público a reforma agrária? Qual é o retorno econômico disso e quanto custa, nas condições de hoje, um emprego urbano? Na ocasião, até perguntamos em que setor seriam situados esses empregos urbanos, já que a indústria não é esse vetor. Ele nos assegurou que, hoje, os serviços urbanos podem ser um canal de agregação dessa migração camponesa. Então, ele propõe o esvaziamento do campo para esse setor. Até fez comparações com os países que possuem alta tecnologia, como os Estados Unidos, em que o campo responde, em termos de emprego, por 5% ou 6% no máximo. Como fica esse ponto?

São essas as perguntas. Eu gostaria depois de saber onde conquistar esse precioso livro, já apresentado pelo Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Sibá Machado receberá de presente o livro.

Penso que o Professor Sérgio Leite deseja começar. Concedo-lhe a palavra.

O SR. SÉRGIO PEREIRA LEITE – Vou começar pelas duas últimas questões. Dados do Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) e do Pró-Trabalho, ambos coordenados pelo Ministério do Trabalho, indicam que, entre os setores de serviço, indústria e comércio, o custo mais barato de geração de uma unidade de trabalho está no segmento mais desqualificado do setor de serviços e é da ordem de R\$13.265,00 por unidade de trabalho. Os dados não são meus, mas do Ministério.

Se levantarmos os custos necessários ao assentamento de famílias rurais por unidade de trabalho, dados bastante recentes, de dezembro passado, indicam o custo médio nacional de R\$8 mil, para geração de

um posto de trabalho em uma família assentada em um lote de assentamento.

Então, com base nesses dados e estatísticas, posso afirmar que a geração de emprego no campo, por meio de uma política de reforma agrária, é extremamente barata, se comparada com os demais segmentos. No setor industrial, os números sobem para R\$27 mil, se não me falha a memória – não é o mais barato; depois fornecerei esses dados com precisão. São dados que indicam o relativo e barato custo de criação de empregos nos assentamentos e, por outro lado, mostram que a manutenção dessas famílias possibilita, de fato, a dinamização local dessas áreas onde são implantados assentamentos – relaciono esta resposta com a terceira pergunta de V. Ex^a.

Isso retorna para o Estado de diferentes maneiras, não só do ponto de vista financeiro. Há até um retorno financeiro, se compararmos, por exemplo, a capacidade de geração de impostos a partir da circulação das mercadorias produzidas nos assentamentos. Tenho declarações de Secretários de Agricultura e de Fazenda de alguns dos municípios visitados, objeto das nossas entrevistas qualitativas, sobre a importância da comercialização dos produtos agropecuários na arrecadação tributária municipal. Isso é mais relevante em alguns casos, menos em outros, e obviamente maior, em termos de proporção, nos municípios onde existe concentração mais elevada de famílias. Posso citar, por exemplo, os municípios de Abelardo Luz, em Santa Catarina, e Promissão, em São Paulo, e uma série de outros casos dessa mesma natureza.

Parece-me objetivo deste nosso debate mostrar que o retorno para o Estado não se faz só do ponto de vista financeiro – em uma análise mais específica da aplicação de recursos e do retorno ao Estado. Acho que ele se faz, em primeiro lugar, com a promoção da cidadania – volto a insistir nesse ponto, que me pareceu extremamente significativo e dramático nas respostas e depoimentos que levantamos – para um conjunto amplo de pessoas, de brasileiros que antes não possuíam essa condição. Os dados encontrados pela pesquisa mostram claramente isso, ao apresentar que, qualitativa e quantitativamente, as condições de vida das famílias, medidas sob diferentes aspectos – e isso foi objeto de algumas transparências –, estão melhores do que no período anterior à entrada nas áreas de assentamento. Esse é um dado.

Porém, queria ressaltar outro dado. A partir dessa condição de assentado, essas famílias passaram a acionar, em maior ou menor grau, redes sociais, sejam econômicas, comerciais, financeiras, políticas. É interessante mostrar, por exemplo, que uma parte dos assentados, em alguns casos de forma expressi-

va, em outros menos, passaram a disputar eleições municipais. Quer dizer, o assentamento se tornou um capital político na vida e na trajetória dessas pessoas e famílias, incluindo esse contingente de pessoas no mercado político. Então, é importante mostrar a capacidade desse processo de assentamentos em fazer com que famílias excluídas desse circuito, e não só financeiro e monetário, passassem a compor e a integrar, de diferentes formas, de forma mais bem-sucedida ou não, esses circuitos comerciais, financeiros, políticos, sociais, redes nessa reconstrução de um tecido social antes esmiuçado, esgarçado. Isso me parece muito importante e está na base de um movimento de crise da sociedade brasileira, que se manifesta de forma contundente hoje nas grandes metrópoles, especialmente do Sudeste.

Eu não gostaria de trabalhar necessariamente a idéia de sucesso **versus** fracasso. Os processos da reforma agrária são complexos, como são complexas as vidas de todos nós, de todas as famílias. O objetivo desse estudo foi buscar, a partir de um distanciamento crítico, científico, portanto, amparado em uma estrutura metodológica estatística, instrumentos validados pela academia, a fim de compreender e retratar a experiência desses casos, ressaltando – que era a pergunta da pesquisa – quais eram as mudanças, os impactos, os efeitos.

É importante ressaltar que nem tudo é um mar de rosas. Experiências são tentadas. Há evidências de que os resultados poderiam ter sido melhores, caso houvesse melhor infra-estrutura nos assentamentos, a política agrária fosse mais eficiente e a política de liberação de recursos fosse condizente com o calendário agrícola dessas famílias. Então, é importante situarmos o contexto, verificando em que medida experiências apontam ou apontaram possibilidades de desenvolvimento regional e local, como foi lembrado aqui anteriormente, e como essas possibilidades de desenvolvimento podem ser potencializadas a partir de áreas densamente povoadas por famílias assentadas.

Lembramos que nosso trabalho tomou um recorte do País. Sabemos, portanto, que a situação dos assentamentos extrapola essas áreas que estudamos. Contudo, a pesquisa demonstra que, em áreas de concentração de famílias assentadas, os efeitos multiplicadores, tanto na dimensão econômica, quanto na social e política, são muito maiores, mais rápidos e mais presentes do que se atuarmos por meio de uma política isolada de assentamentos, atendendo meramente a situações emergenciais ou pontuais.

Passo a palavra ao Moacir, para complementar as respostas às perguntas formuladas pelo Senador Siba Machado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Prof. Moacir Palmeira.

O SR. MOACIR GRACINDO SOARES PALMEIRA

– A primeira questão do Senador referia-se à vocação agrícola das populações dos assentamentos. Um dado da pesquisa apresentado pelo Professor Sergio Leite foi o seguinte: a grande maioria dos assentados trabalhava antes na agricultura, seja como assalariado, seja como pequeno arrendatário, seja como parceiro. Foi surpreendente descobrir que a faixa dos que vinham de atividades fora da agricultura era pequena. E esses – conforme o dado que acabei de mencionar aqui –, na maioria, tinham experiência agrícola anterior. Eram geralmente pessoas que estavam na cidade recém-saídas da agricultura. No caso da área do cacau e da área da cana, eram trabalhadores que haviam sido expulsos, ou dos lotes que cultivavam como parceiros, ou das fazendas e usinas de açúcar onde trabalhavam.

Não se trata, então, de pessoas que estavam absolutamente envolvidas em atividades urbanas, que trabalhavam em uma fábrica e foram levadas para o assentamento. Não encontramos esse tipo de coisa. Quanto à divulgação pela imprensa enfocando a presença de pessoas estranhas à área rural nos assentamentos, essa ocorrência mostrou-se, para nós, muito reduzida.

A história da vocação é relativa, é questionada nas Ciências Sociais. Não se pode pensar em vocação em termos quase biológicos. O sujeito tem uma vocação para agricultor porque nasceu com ela? Não! Ele é socializado ao longo da vida. Mas há possibilidade de conversões e reconversões. E a pesquisa feita pela FAO, no início dos anos 90, verificou que, no caso do Rio de Janeiro, os assentamentos com melhores resultados econômicos eram aqueles onde havia maior percentual de pessoas vindas da periferia do Rio de Janeiro – alguns até com experiência fabril. Mas não podemos generalizar esse resultado. A nossa pesquisa não estava voltada para isso. A indagação era o impacto dos assentamentos, conforme informou o Dr. Sérgio.

Portanto, não se trata de estimular uma migração ao inverso. O problema é que hoje há fluxos migratórios invertidos. A chamada “remigração” – de, por exemplo, nordestinos que haviam migrado para São Paulo e retornam para seus Estados de origem – aumentou nas últimas décadas. Recentemente, no Ceará, um economista e sociólogo elaborou uma tese chamando a atenção para essa mudança do fluxo. O Ceará, que sempre foi um fornecedor de mão-de-obra para São Paulo, continua fornecendo gente, mas há também um retorno significativamente elevado, de tal forma que a diferença entre os dois fluxos diminuiu sensivelmente.

Muitos deles procuram emprego na Grande Fortaleza, onde novas possibilidades estão sendo abertas; mas muitos voltam para o campo, de onde haviam saído em situação crítica de seca, por exemplo.

Então, não se trata de estimular a ida de pessoas da cidade de volta para o campo. Não! Isso não faz sentido. Mas há retornos efetivos. E existe a demanda efetiva de determinados setores que estão marginalizados nas cidades, principalmente nas metrópoles, para a volta ao campo, até com possibilidade de emprego.

A segunda questão levantada por V. Ex^a foi sobre o que motivaria as pessoas a enfrentar a beira de estrada e ficarem anos à espera. Ontem, nessa manifestação da Contag, fiquei sabendo de um caso de pessoas que estavam há seis anos debaixo da lona. O que leva essas pessoas a acreditarem nisso? Creio que essa é uma questão extremamente importante. Infelizmente, na nossa pesquisa, não tínhamos condições de investir nisso, pois exigiria um investimento qualitativo muito maior. A nossa preocupação era fazer uma pesquisa mais ampla, respondendo a determinadas questões.

Contudo, acrescento algo que o Prof. Sérgio já disse também. No questionário que aplicamos a 1.500 famílias, perguntamos aos assentados se as condições de trabalho eram mais favoráveis agora ou antes. Outra pergunta era se as condições de vida do assentado eram melhores do que antes – havia vários itens sobre habitação, saúde, etc, mas não fazíamos uma pergunta geral; na questão referente ao trabalho, havia esse tipo de pergunta, mas, nessa outra, dávamos os itens mais ou menos indicados. Era um questionário que tinha de ser fechado, na sua grande maioria, para podermos operar estatisticamente depois. Só que houve uma coisa surpreendente: fazíamos as questões uma a uma, e, quando perguntávamos a alguém sobre suas condições de saúde e sobre as condições de seu vizinho, se eram melhores antes ou depois, eles sempre davam uma resposta genérica; por exemplo: “Hoje é muito melhor, porque hoje trabalho naquilo que é meu. Hoje não sou mais cativo. Hoje não dependo de ninguém.” Essa é, sem dúvida, uma motivação fortíssima.

(Intervenção fora do microfone.)

Trabalhei muitos anos em pesquisa em Pernambuco, sobretudo na área canavieira. Esse tipo de manifestação era muito presente, quer dizer, aquela idéia de se estabelecer por conta própria, preferencialmente na terra. Mas não imaginei a força que isso poderia ter em todas as regiões que estudamos. É claro que Pernambuco deve ter um peso particularmente forte aí. É muito importante essa vontade de ter autonomia, de ter uma vida digna, sem essa situação de cativo ou de qualquer situação de submissão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, em virtude de ter presidido a Comissão de Relações Exteriores até há pouco e por ter um compromisso inadiável, que me demanda ir para o aeroporto de pronto, quero cumprimentar os autores do estudo sobre o meio rural brasileiro, os Professores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Rosângela Cintrão. Agradeço-lhes pela contribuição que têm dado a esta Comissão. Pelo que havíamos lido na revista **CartaCapital**, pude observar a relevância do estudo, que agora estamos conhecendo mais de perto. O documento todo será de grande valia para esta CPMI.

A propósito desse tema, eu gostaria de registrar que, na segunda-feira passada, visitei a Superintendência do Incra em São Paulo. Estive naquela cidade para participar de uma reunião entre o Prefeito de Castilho e inúmeras entidades de trabalhadores rurais, de agricultores familiares, o Sintag, estando presente também o Superintendente Raimundo. Como os funcionários do Incra estavam em greve, eles nos pediram muito que, não apenas eu, mas todos os membros desta CPMI, nos interessássemos por essa questão.

Ontem conversei com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, que nos informaram que foi instalada uma mesa de negociação entre o Incra e os representantes do comando de greve, para que possa haver um entendimento. Creio que isso atende às reivindicações dos diversos servidores do Incra por uma negociação, com o objetivo de se estabelecer um plano de carreira, de cargos e de salários condizente com a importância e com o objetivo de todos, do Governo e dos servidores do Incra, que é o de colaborar para a realização mais rápida do processo de assentamentos, da reforma agrária em si.

Tenho que me ausentar agora e peço desculpas a todos por não poder permanecer aqui durante a exposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Gostaria de registrar a presença de diversos servidores do Incra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Já anunciamos a presença dos representantes.

Concedo a palavra à Profª Leonilde Servolo de Medeiros.

A SRA. LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

– O fundamental acerca das respostas já foi dito pelos professores Sérgio e Moacir, mas gostaria de fazer um comentário sobre a reflexão do Deputado Anselmo e sobre algumas questões do Senador Sibá.

O Deputado Anselmo mencionou uma comparação entre desenvolvimento e pobreza. Como trabalharíamos essa equação?

A partir dos dados coletados, o que podemos perceber? A pesquisa e a própria convivência nossa com os assentamentos apontam para alguns elementos interessantes, que rompem com a idéia do rural como necessariamente atrasado, como lugar da miséria, que, para desenvolver-se, precisaria do urbano. Ou seja, seria necessário que as pessoas saíssem da área rural e se dirigissem à área urbana para que houvesse desenvolvimento.

Esse processo de criação de assentamentos que vimos assistindo nos últimos anos, partindo basicamente das demandas dos trabalhadores, tem difundido e dinamizado um conjunto de reivindicações do meio rural que tem mudado a própria natureza do meio rural, que não é mais esse lugar de atraso tal qual aparece no imaginário popular.

Uma coisa interessante é que as famílias, uma vez tendo acesso à terra ou mesmo ainda nos acampamentos, têm um conjunto de demandas, o que responde à pergunta acerca do motivo que têm as famílias para passar não sei quanto anos em um acampamento. As famílias querem não só a terra, embora a terra seja o fundamental. A terra é a base, porque tem toda essa idéia de autonomia, de rompimento com relações fundamentais, de rompimento com relações de dominação que estão envolvidas nessa luta. Mas também há outra concepção do que é acesso à terra.

Não é por acaso que a primeira coisa que os assentados querem, quando chegam à terra, é a escola. Grande parte dos assentados, como eu disse anteriormente, têm um nível muito baixo de escolaridade – às vezes são analfabetos – e não querem o mesmo para os filhos. Por isso, vimos escolas montadas debaixo de uma árvore, em um barracão. Hoje, os agricultores sabem que é preciso ter conhecimento. Eles percebem que, para ser agricultor, não basta mais reproduzir o agricultor analfabeto. O agricultor precisa ter conhecimentos para operar sua produção agrícola. Isso aparece muito fortemente nas demandas. Às vezes, os dados quantitativos não mostram essa mudança, mas as entrevistas são muito ricas em termos dessas expectativas, o que demonstra que também está em curso uma reclassificação do que venha a ser o rural.

O rural não é mais o lugar do pé descalço, do pobre, do analfabeto. O meio rural agora é local de boas

casas, de eletrodomésticos, de acesso à escola. Lá, os filhos podem cursar o primeiro e o segundo graus e chegar ao curso superior, há boas condições de saúde, e, inclusive, há participação social e política – conforme mencionou o Prof. Sérgio. Talvez não estejamos dando a devida atenção ao fato de que, na história brasileira, nunca se viu um trabalhador rural ocupando um cargo de representação política. Esse rompimento é muito recente. Ocorreu há 20 anos, quando trabalhadores rurais passaram a ser vereadores, prefeitos, para não mencionar deputados federais e estaduais. Houve uma mudança de situação, mas não estou aqui mencionando por qual partido eles foram eleitos. Isso não vem ao caso. Importa destacar a mudança da dinâmica do meio rural.

É claro que essa condição é minoritária. Estatisticamente, é pouco significativo, mas, qualitativamente, representa muito, pois é um indicativo de que houve mudança da dinâmica no meio rural.

Quanto ao tema da evasão, o Deputado Anselmo mencionou a possibilidade de se coibir a evasão pelo cumprimento da lei. Pois bem, creio que há um elemento interessante, levantado em outra pesquisa sobre evasão: nos assentamentos que têm uma organização mais forte, o índice de evasão é menor. Como explicar esse comportamento? Nas situações de crise, quando a produção é crítica, as famílias pensam em largar tudo. Mas a existência de uma organização cria uma rede de segurança. Ela protege e mantém as famílias no local. Nos assentamentos desorganizados, os índices de evasão são maiores, porque as pessoas não dispõem dessa rede de proteção, estão mais atomizadas. Nada do que se diz aqui pode ser generalizado. A diversidade de situações é enorme. Essa dinâmica organizativa, verificada em alguns assentamento e, em outros, não, aponta para a necessidade de atenção quanto ao fenômeno da evasão.

Das questões anteriores, gostaria de retomar os subsídios à agricultura, mais especificamente a nossa tendência de fazer constantes comparações com os Estados Unidos e com a Europa.

Ao longo da história, nada foi mais subsidiado do que a agricultura familiar européia e a norte-americana. A dinâmica da agricultura familiar européia, a sua força e o que ela representa hoje em termos de produção, em termos sociais e econômicos, apesar de a população do campo ser pequena, tem estreita relação com os fortes subsídios aplicados no campo para estruturar essa produção. A agricultura familiar européia foi estruturada com uma quantidade importante de subsídios. Então, os subsídios são questão de opção política, ou seja, eles são concedidos a partir da decisão política sobre quais setores devem ser

fomentados para não só melhorar a situação desses setores, como também criar condições de desenvolvimento em escala local, acarretando a dinamização das pequenas cidades. E os assentamentos são um dos elementos que têm contribuído decisivamente para esse desenvolvimento.

Eram esses os pontos que eu gostaria de comentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para concluir a reunião, passo a palavra à Profª Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA PEZZA CINTRÃO – Sr. Presidente, gostaria de reforçar alguns assuntos expostos aqui. Um deles trata da discussão sobre sucessos e fracassos. O tempo todo tentou-se fugir desses aspectos, na tentativa de perceber a complexidade que envolve essa experiência, que é real e não pode ser ignorada.

Existe uma nova realidade no campo. Se o campo não mudou, há mudanças significativas, e temos que perceber o que elas trazem. Reforço ainda o que disse o Prof. Sérgio sobre os diferentes aspectos envolvidos na análise dos assentamentos. Não se pode considerar apenas o aspecto econômico, pois há também os aspectos político e social. Percebemos diferenças entre assentamentos. Há assentamentos que, do ponto de vista econômico, trazem inovações; do ponto de vista social, nem tanto. É tão complexo que se torna difícil falar em sucesso ou fracasso simplesmente.

Percebemos um aspecto importante: em muitos locais, o assentamento está servindo para reagrupar famílias. Notamos que, em quase todos os acampamentos, as famílias já se conheciam, as famílias tinham parentes em outros lotes. Pela análise dos dados, percebemos também que, muitas vezes, eles estão servindo de amparo a parentes desempregados na cidade. Eram pessoas que não viviam com aquele grupo familiar, mas que passam a viver com eles: filhos, irmãos e até pais. Então, ocorre um reagrupamento no lote, às vezes, um amparo aos netos, por exemplo. Percebemos que o filho não estava e que o neto, sim. Parece que eles servem como amparo social em um momento de crise.

Fala-se muito em evasão, mas verifica-se o inverso em muitos casos, ou seja, há assentamentos com maior número de família hoje do que no início; ou então famílias que ficam à espera de um lote que vague para elas ocuparem. Dessa forma, ocorre um rearranjo. No sorteio dos lotes, há famílias que ficam separadas e trocam lotes para aproximarem-se de seus familiares, para serem vizinhos de irmãos, por exemplo. Percebemos que há toda uma questão social em jogo.

Quando o Prof. Moacir estava falando, eu me lembrava de outros exemplos. Na Bahia, houve vários casos de cidadania. As pessoas não precisavam mais sofrer na mão do administrador, não tinham que ficar procurando emprego, viajando de uma cidade para outra, pois tinham uma casa para morar.

Em cada região, surgem aspectos interessantes. Como lidei com questionários, percebi que a questão das condições de trabalho estava junto com a questão técnica. Quando perguntamos sobre se havia trator, indagamos também se as condições de trabalhos haviam melhorado. Por que melhoraram? Nem estávamos pensando nesse aspecto, que nos surpreendeu muito.

Nas regiões onde eles eram moradores, foi perguntado onde podiam criar animais. No quintal. Antes não podiam, pois eram parceiros e tinham proibições, restrições. Podiam também plantar o que quisessem, não só o que os antigos parceiros, os donos da terra, desejassem. Enfim, apareceram questões muitos interessantes nas diferentes regiões.

Outro aspecto exposto pelo Prof. Sérgio que eu gostaria de reforçar é que os acampamentos são um ponto de chegada, a consolidação de uma política de redistribuição de terras, mas também são pontos de partida. Quando as famílias passam por um processo de luta, isso é mais presente, pois há uma série de novas reivindicações. Eles querem eletricidade, transporte. A concentração de assentamentos abre caminho para o redesenho da zona rural. Onde há grandes concentrações de assentamento, aumentam as possibilidades de transporte para o interior, o transporte escolar acaba servindo de transporte para as famílias, porque um problema que eles têm é fazer compras na cidade. Então, eles têm que estar em comunicação. Às vezes, a entrega do leite vira a possibilidade de um transporte.

Na zona canavieira, alguns municípios que giravam em torno das usinas passaram a ser descentralizados. Em Conceição do Araguaia, as sedes das agrovilas passaram a ser centros de serviço no interior do município. Em torno delas, começaram a aparecer elementos do urbano: transporte, eletricidade, escola, posto de saúde.

Temos que perceber que há uma complexidade muito grande aí. Não dá para falar só em sucesso ou fracasso. Precisamos analisar a situação como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos agradecer ao Prof. Sérgio Leite, à Profª Leonilde Me-deiros, ao Prof. Moacir Palmeira e à Profª Rosângela Cintrão pela contribuição que trazem a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quero reafirmar que, na próxima semana, tere-mos uma missão externa no Estado do Pará, e solici-to aos senhores parlamentares que desejarem parti-cipar dessa comitiva que se inscrevam na Secretaria da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Que-ro tirar uma dúvida, Sr. presidente, sobre a Anapur, se vamos conseguir chegar até lá.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Nós esta-mos com dificuldades, pois, segundo o Denit, a área está intransitável. Contudo, estamos consultando a Secretaria de Transportes do Governo do Pará, e o próprio Denit fornecerá uma informação atualizada ainda hoje à tarde.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Consi-dero essa uma das áreas importantíssimas. Fiz circular algumas fotos, porque sou uma das vítimas e gostaria de tentar comover os colegas e convencê-los da ne-cessidade de visitarmos a comunidade, que continua nas mesmas condições. Essa foto é de 1984, mas a situação continua mais ou menos idêntica atualmente. O pessoal de lá já me ligou, perguntando se vamos mesmo. Temos que tentar entender pelo menos o que ocorre lá hoje para contribuir com a solução daquele problema.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se for im-possível chegarmos até lá, a sugestão do Relator, o Deputado João Alfredo, é que as pessoas se deslo-quem até Altamira para participar de uma audiência pública e relatar o que ocorre lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ótimo. Já solicitamos à Secretaria da Comissão que providen-cie o roteiro definitivo, já considerando essa hipótese, porque as informações são de que realmente não se recomenda esse trajeto, pois também não teríamos tempo suficiente para percorrê-lo nas condições atu-ais das estradas.

Agradecendo a presença dos representantes dos funcionários do Incra – que trazem reivindicações sa-lariais e de reestruturação do órgão –, como também a presença da imprensa e de todos que nos honraram aqui na manhã de hoje, encerramos esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h46min)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS

DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”

Ata da 12ª Reunião, realizada 26 de maio de 2004 – Audiência Pública em Marabá/PA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às quinze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Marabá no Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças do Senador Sibá Machado e dos Deputados João Alfredo, Jamil Murad, Zé Geraldo e Josué Bengtson membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. Presente também a Deputada Estadual Sandra Batista. O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as exposições dos Senhores Dra. Bernadete Ten Caten, Superintendente do Incra em Marabá/PA, Dr. José Luiz Brito Furtado, Ministério Público Federal, José Batista Gonçalves, da Comissão Pastoral da Terra, Dra. Adelaide Vieira, Representante do Sindicato de Produtores Rurais, Francisco de Assis Soledade Costa, da FETAGRI. Os expositores foram questionados por todos os Parlamentares presentes. Foram entregues documentos à Presidência da Comissão pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá, pela Comissão Pastoral da Terra, Documento subscrito pela FETAGRI, CPT, FECATE, FASE, COOPSERVIÇOS, FATA, STRS e Associações de Agricultores dos Projetos de Assentamentos. Documento da Associação dos Flagelados e sem Teto da Região de Marabá. Ainda em reunião reservada foi ouvida na parte da manhã a Sra. Maria Joel da Costa. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar,

eu, Francisco Naurides Barros, Secretário eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Damos continuidade à 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com o objetivo de realizar o diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Hoje, pela manhã, visitamos áreas diversas em Eldorado dos Carajás, área com assentamento produtivo e área com invasão. Ouvimos já pela manhã o depoimento da Srª Maria Joel da Costa, depoimento sigiloso. Nesta tarde, ouviremos vários depoimentos, a começar pela Superintendente do Incra, Bernadete Ten Caten.

Peço a Bernadete que tome assento a esta Mesa. Ela é Superintendente do Incra e vai oferecer sua contribuição a esta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, que veio ao Pará com o objetivo de realizar um diagnóstico realista da situação da terra neste Estado. Nem sempre o que se ouve em Brasília é o que se constata no interior do País, especialmente em determinadas regiões, em determinados Estados. Já realizamos diligência no Estado de Pernambuco e esta é a segunda diligência que esta Comissão realiza.

Para os visitantes que nos honram com as suas presenças na Câmara de Vereadores de Marabá, queremos destacar o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, a partir de um diagnóstico, se propõe oferecer sugestões de alteração da legislação, se necessário, e alternativas administrativas para que o Governo possa se tornar mais eficiente no cumprimento dos seus objetivos de realização da reforma agrária no País.

É claro que todos sabemos das deficiências dos órgãos públicos e das deficiências, sobretudo orçamentárias, que dificultam a execução de qualquer programa de reforma agrária, mas é o dever desta Comissão Parlamentar de Inquérito identificar as dificuldades, os problemas, as contradições existentes e oferecer sugestões a partir de um relatório final que será elaborado pelo Relator Deputado João Alfredo, que se encontra a nossa esquerda.

Faço também a apresentação do Senador Sibá Machado, representante do Acre e que integra esta Comissão Parlamentar de Inquérito; Josué Bengtson, do Estado do Pará; José Geraldo, do Estado do Pará e o Deputado Jamil Murad, do Estado de São Paulo, todos integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que representa aqui, neste dia, o Estado do Pará.

Agradecemos à Câmara de Vereadores de Marabá pela cessão deste local para que pudéssemos realizar esta reunião de trabalho.

Concedo a palavra à Bernadete Ten Caten. Solicitamos que, se possível, em dez minutos ou pouco mais de dez minutos, possa expor aquilo que considera fundamental e que gostaria de dizer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que depois os Parlamentares possam fazer as indagações. Como temos uma série de depoimentos nesta tarde, vamos procurar sintetizar a apresentação inicial, já que os depoentes terão oportunidade, na resposta às indagações, de colocar todos as questões que consideram importantes.

Concedo a palavra à Bernadete Ten Caten.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Queremos, em nome da Superintendência do Incra, SR-27, responder pela coordenação do processo de reforma agrária nas regiões sul e sudeste do Pará, 39 Municípios (falha na gravação)

Queremos saudar todos os componentes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cumprimentar e saudar os Vereadores aqui presentes. Queremos saudar a todos.

Preciso dizer, Sr. Presidente, que estou surpresa de dar esse depoimento inicial. Na verdade, vim participar com o intuito de dar possíveis esclarecimentos. Então, não organizei uma fala – quero deixar isso bem claro.

O papel do Incra é o de coordenar o processo da democratização fundiária e da implementação de políticas que garantam a permanência das famílias assentadas na terra. Então, na verdade, temos a responder por um acompanhamento e uma busca de implementação de ações de minimização do conflito fundiário no sentido preventivo e também apurativo, já que temos a Ouvidoria Agrária Nacional, ligada ao MDA, que cumpre esse papel.

Consideramos conveniente esclarecer que – é do nosso conhecimento e do conhecimento de todos que se encontram nesta casa hoje – essa região aqui tem uma marca muito forte de ter tido um processo de reforma agrária muito conflituoso, infelizmente com o ceifamento de muitas vidas de muitas lideranças de trabalhadores da nossa região.

Sabemos que, por um lado, é a ausência do Estado nessa região, na Amazônia, no Pará, no Norte, tanto que, ao assumirmos a Superintendência em abril do ano passado, encontramos um quadro bastante estarrecedor, no que diz respeito ao atendimento das milhares de famílias que foram colocadas na terra nesses últimos anos. Temos em torno de 74 mil famílias assentadas nesses últimos vinte anos na nossa região. A maioria dessas famílias, em torno de 80% a 90% das

famílias, ainda não tem acesso a uma estrada para poder escoar a sua produção, uma estrada que lhes garanta a chegada dos serviços básicos essenciais, como educação e saúde e assim por diante.

Então, como a Senadora Ana Júlia Carepa costuma dizer, neste País, trabalhou-se um processo de favelização na reforma agrária. Esses dados são muito fortes e muito dolorosos na nossa região. Há o não-atendimento ao que é essencial a um trabalhador ou trabalhadora rural para poder ficar na terra, garantir o sustento da sua família, alcançar prosperidade, ter renda, viver bem com sua família e contribuir no processo de desenvolvimento local, regional e nacional.

Alguns dados da parte fundiária mostram que, na nossa região, a questão fundiária continua, apesar dos 380 projetos de assentamentos – completados no mês passado – já criados pela nossa Superintendência e de mais de 70 mil famílias na terra. Temos hoje um quadro de aproximadamente 10 mil famílias acampadas na beira de estradas, esperando um pedaço de chão, para poder sustentar sua família, trabalhar e produzir.

Por outro lado, há ainda uma concentração fundiária muito forte. Temos, na nossa região, um processo de ocupação da terra fortemente marcado pelo grilo. A maior parte dos ocupantes das terras da nossa região teve acesso a elas por meio da grilagem.

Há um quadro, a partir dos dados que o Incra tem, que mostra que o minifúndio ocupa 3,52% das terras da nossa região; a pequena propriedade, 6,16% das terras; a média propriedade, 5,87%, enquanto que a grande propriedade abocanha 83,33% das terras aqui da nossa região.

Portanto, é uma concentração fundiária ainda muito grande.

Minifúndio, 3,52%; a pequena propriedade, 6,16%. É o percentual da área ocupada. A média, 5,87%; a grande 83,33%.

É um desafio muito grande ainda para o Incra fazer com que a desconcentração aconteça e se garanta a oportunidade para todos.

Então, é o desafio grande para o Incra dar acesso à terra a quem não tem. É um trabalho muito grande ainda a vistoria de áreas para avaliar o cumprimento da função social dessas áreas e a destinação das improdutivas e das que não cumprem a função social para a reforma agrária.

Eu gostaria ainda de falar que dentre as ações do Governo Federal, há várias em curso, mas há uma importante a ser implementada já a partir do mês de junho. É uma ação que já está planejada, inclusive envolvendo vários ministérios: o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. São

diversos ministérios justamente na busca de se construir um novo mapeamento fundiário do País, e essa ação vai ter início justamente aqui no Pará, na região chamada Terra do Meio, 163, e também pegando aqui o arco do desmatamento também chamado Arco do Conflito, onde nos inserimos.

Então, já temos recurso descentralizado para essa finalidade; nós já iniciamos de certa forma essa ação, até com recursos próprios, na região da PA 70, mais precisamente nos municípios de Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Bom Jesus. Pretendemos ainda este ano trabalhar nos municípios de Curianópolis, São Félix do Xingu, Ourilândia, Tucumã e Marabá.

Então, o que se pretende? Verificar de fato a situação ocupacional: quem está na terra hoje, em que situação o ocupante se encontra, em que situação o ocupante se encontra, a regularidade do seu título, identificando também as áreas públicas. Enfim, é de se traçar um mapeamento fundiário com vistas à regularização fundiária.

Entendemos isso como uma ação pública de Governo importantíssima no sentido de que se garanta o direito a quem de fato tem e que também o Governo conheça a sua realidade fundiária e possa, a partir daí, traçar as políticas mais convenientes no sentido de poder avançar não só na reforma agrária como também a regularização.

Então, esse projeto já está pronto e já está em vias de acontecer.

Eu gostaria de dizer que estou à disposição. Infelizmente, não pude acompanhar a atividade hoje pela manhã, mas, surgindo dúvidas ou a necessidade de um depoimento maior, estamos aqui à disposição, dizendo, para encerrar, que o Governo Federal, através do Incra tem dado mostras muito claras no sentido de se tentar priorizar, de fato, um avanço na reforma agrária não só no aspecto da massividade. No sentido de se obter áreas e de se tentar assentar as famílias que estão aí acampadas, cadastradas, em busca da terra. Mas, sobretudo, no sentido de se qualificar a reforma agrária; de se construir qualidade e vida para quem já foi assentado e ainda não teve acesso às políticas sociais.

Então, temos uma possibilidade de ter ainda este ano um investimento significativo, se a greve dos servidores não se prolongar muito mais, no sentido de garantir-se este ano, talvez mais do que nunca, avanço em várias políticas. Temos dados, por exemplo, que gostaria de mencionar rapidamente. É de um recurso de apoio à produção, de incentivo, em nossa região. Tínhamos em 2002, por exemplo, um investimento de R\$20 milhões no Pronaf, que é um programa de fortalecimento da agricultura familiar para assentados. Em

2002, foi de R\$20 milhões. Ano passado, alcançamos R\$79 milhões. É um dos programas importantes, assim como estamos avançando também no Pronera, que é para a escolarização dos nossos assentados. Em nossa região temos um quadro registrando que 40% dos assentados não tiveram acesso ao ensino fundamental. Noventa por cento não tiveram acesso ao ensino médio. O quadro é bastante gritante. Há um forte analfabetismo. O quadro mostra também que a renda é muito preocupante. Quarenta e um por cento dos nossos assentados conseguem alcançar menos de um salário mínimo por mês, a família; trinta e seis por cento alcançam de um a três salários mínimos; 7,2% de três a cinco salários e apenas 4,2% alcançam de cinco a sete salários mínimos.

O desafio é de toda a ordem, e muito grande, no sentido de reverter-se o quadro social. Sabemos que somente a implementação de políticas fortes que garantam a cidadania, o acesso a uma educação forte, universalizada, atendimento à saúde e infra-estrutura básica poderão garantir e minimizar também o quadro de conflito, de violência, que vivemos em nossa região. Entendemos que o papel é do Estado, do Governo, em suas três esferas. É preciso, na verdade, fazer uma ação compartilhada, unificada, planejada para que se possa trabalhar, em um prazo curto, a reversão desse quadro, tanto no sentido da prevenção da violência como também no sentido da punição, que fica muito a desejar em nossa região. Sabemos que a impunidade tem sido um aspecto que tem permitido que a violência continue muito presente, muito viva em nossa região. Estamos tentando, por meio do Incra, avançar o máximo na implementação das políticas. É preciso uma grande parceria com os movimentos sociais, com órgãos que estão dispostos, realmente, a contribuir para a construção de um novo quadro social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Nós é que agradecemos a sua participação.

Antes de passarmos às indagações, quero registrar a presença da Deputada Estadual Sandra Batista, que acompanha os trabalhos desta CPI em nome da Assembleia Legislativa do Pará.

Vamos oferecer oportunidade a todos os parlamentares, em bloco. Antes, concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Senador Alvaro Dias, Presidente desta CPMI, Senador Sibá Machado, Deputados Jamil Murad e José Geraldo e Josué Bengtson, Deputada Sandra Batista, Sr^{as} e Srs. vereadores aqui presentes, trabalhadoras e trabalhadores, é importante – e sei que o Sr. Presidente já falou, mas quero realçar – a existência da própria CPMI. Trata-

se de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que junta, portanto, representantes das duas Casas, do Senado e da Câmara, e é presidida por um Senador, no caso o Senador Alvaro Dias. É relatado por um Deputado, no caso por mim. O desafio é imenso: o de traçar um diagnóstico sobre a situação agrária no Brasil, levantar os problemas da violência no campo, analisar os projetos e programas de reforma agrária já realizados e, também, apresentar propostas e sugestões para viabilizar a reforma agrária e de minimizar e prevenir a violência no campo. Isso tudo no aspecto rural. No aspecto urbano, deveremos tratar depois, já é um outro mundo à parte, que a CPMI decidiu deixar para um segundo momento.

E os dois primeiros Estados a serem visitados foram justamente o Estado de Pernambuco e o Estado do Pará. Em Pernambuco, houve o maior grau de mobilização nesse período do chamado abril vermelho, onde também existe o maior número de organizações de trabalhadoras e trabalhadores, compreender essa situação no Estado de Pernambuco. Gostaríamos de compreender o porquê de tanta efervescência no campo nesse Estado. E o Estado do Pará foi o segundo a ser visitado, e tem dados também extremamente, e diria que mais, preocupantes até do que o Estado de Pernambuco. Porque, segundo informa a CPT, 40% das mortes do campo ocorrem justamente neste Estado. Então, aqui, a violência não é latente, a violência é física, é real, é concreta. Inclusive tomamos o depoimento de uma viúva de um trabalhador que também foi ameaçada de morte.

O Deputado José Geraldo, que é daqui do Estado do Pará, vinha, ontem, no avião, traçando justamente o diagnóstico, o esboço histórico do porquê da violência que ocorre aqui nesse Estado.

Entendemos que o papel do Incra seja fundamental para minimizar e prevenir a violência. Portanto, gostaria de fazer as seguintes perguntas à Drª Bernadete. Impressionaram-me dois pontos, que penso que seja bom até conhecermos: primeiro, o grande número de assentamentos e assentados, mas, ainda assim, a concentração fundiária ser muito alta. Então poderíamos dizer que há um estoque grande de terras para a finalidade de Reforma Agrária e, junto com isso, também uma demanda. A demanda é esta, são 10 mil acampados, ou é maior do que isso? Essa é a primeira pergunta que gostaria que a senhora respondesse.

Vou fazê-las todas de uma vez. Se a senhora puder anotar, fica melhor até para o bom andamento dos trabalhos.

A segunda pergunta é: Qual a meta da Superintendência de Marabá? E se a senhora considera que o Incra, aqui, terá condições de cumprir essa meta?

Essa também é outra preocupação. Sabemos que há uma meta do Governo Federal no Plano Nacional de Reforma Agrária de assentamento de 115 mil famílias neste ano. E estamos vivendo uma situação peculiar, que foram as greves da Advocacia Pública e também dos próprios funcionários do Incra.

Além disso, percebemos que há uma defasagem muito grande em termos de estrutura do próprio órgão. Percebemos isso muito claramente em Pernambuco. Seria talvez importante que a senhora pudesse relatar isso. Em Pernambuco até, o Superintendente encontrou saídas de fazer convênios etc. Então qual a meta e se ela vai ser cumprida.

Essa questão da regularização fundiária, que, para mim, é fundamental. Se um dos principais problemas, aqui no Estado do Pará, é justamente o ligado à grilagem da terra, a regularização fundiária é fundamental, porque vai evitar que se indenize quem grilou a terra. Ou seja, ela vai permitir que o governo simplesmente arrecade as terras que já são do próprio Estado.

Então pediria que V. Sª pudesse explicitar para nós de que forma vai-se dar esse programa de regularização fundiária e quais seriam os impactos aqui na região do processo de Reforma Agrária.

E as duas últimas questões....

É a vez do Deputado Josué Bengtson

O SR. JOSUÉ BENGTON (PT – PA) – Permita-me só um aparte, Deputado.

Dentro da sua linha de raciocínio, como eu tinha anotado para fazer para a Drª Bernadete uma pergunta parecida, até para clarear, porque já estou aqui no Estado há 30 anos, dentro da pergunta do Deputado, gostaria de que, se possível, a senhora nos passasse, nesta região, quais são as terras do Incra, as do Iterpa e quantos hectares, quantas glebas, aquele órgão que foi criado para a regularização, o grupo Tocantins-Araguaia ou Araguaia Tocantins, o Getati, conseguiu legalizar durante a sua existência aqui, o seu funcionamento na região.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então, as duas últimas questões, Drª Bernadete, já serão mais explícitas. Nós podemos observar que das regiões que visitamos ou tomamos conhecimento, evidentemente, acreditamos que é bem mais do que isto, que são as regiões de Rondon do Pará e de Eldorado nos Carajás. Quer dizer, a violência lá em Rondon do Pará que ceifou trabalhadores, líderes sindicais, até testemunhas de processos como tem sido a ação do Incra naquele município, especificamente, e aqui em Eldorado dos Carajás. Hoje de manhã nós visitamos um acampamento Lourival Santana, na área do grupo Mitram, se não me engano, Fazenda Peruana, enfim e ao entrar

em contato justamente pela preocupação que nós tivemos nas conversas com as lideranças dos sem-terra, de que há um mandado judicial de reintegração, que pode ser cumprido a qualquer momento. E ao entrar em contato com a Drª Maria Oliveira que é Ouvidora Agrária Nacional Adjunta, e estava no Estado de Alagoas, ela me informou algo do qual já tínhamos notícia, de que havia suspeita de que naquela área havia uma parte de área privada e uma parte de área pública. E que se a Ouvidoria tiver o laudo do Incra que comprova a existência de terras públicas, nessa área hoje ocupada pelos sem-terra lá no acampamento de Lourival Santana, poderia haver a sustação da ordem de reintegração. Ela me disse para fazer essa pergunta ao pessoal do Incra do Pará para que possamos ter esse levantamento.

Então, são essas as perguntas que gostaria de fazer, dentro da nossa preocupação de que essas questões possam ser resolvidas da melhor forma para trazer a paz no campo em uma região já tão conflagrada e tão sofrida como esta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou passar a palavra à Superintendente do Incra e, antes de dar prosseguimento, quero lembrar que temos ainda mais cinco depoentes hoje. Então, há necessidade de racionalização do tempo. Não sei se o Deputado Zé Geraldo gostaria de fazer umas indagações já agora. (Pausa.)

Então, concedo a palavra ao nobre Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Sibá Machado, Srs. Deputados, Deputada Sandra, Deputada Estadual, as lideranças que estão presentes, primeiro quero parabenizar o trabalho da superintendência do Incra nesta Região e os movimentos sociais que têm trabalhado no sentido de conduzir a reforma agrária neste Governo e nós tivemos uma vitória muito grande com a suplementação dos recursos chegando a 158 milhões. Temos o desafio de aplicar estes recursos até o final do ano, e uma das questões mais preocupantes neste momento é a greve do Incra, as reivindicações são justas, mas nós torcemos para que haja realmente uma compreensão, uma negociação que possibilite termos o Incra fazendo a reforma agrária neste Brasil.

Só para reforçar, já foi tocado, eu queria saber porque nós vamos estar na sexta-feira em Belém com o Iterpa, com governo do Estado e com o Judiciário. Superintendente eu queria saber se o Incra já tem algum estudo com levantamento em curso, lá em Rondon do Pará naquela área do Sr. Delsão, que foi chamado a depor nesta CPI. Pelas informações que temos só um dos seus latifúndios chega a mais de cem mil

hectares. Suponho que uma área desse tamanho não tenha como ser legalizada. Também não sei se essa terra é toda do Iterpa, ou do Incra. Gostaria de saber se o Incra está fazendo algum levantamento e em que estágio está o levantamento da perua, já que precisamos trabalhar para suspender qualquer ação de reintegração de posse para podermos viabilizar uma negociação.

Gostaria também que V. Exª fizesse um relato da atuação do Poder Judiciário nessa região, porque achei inédito o Juiz, no caso da perua, dar uma reintegração de posse em 24 horas. É uma eficiência muito grande que penso não tem sido favorável à causa da reforma agrária no Estado do Pará. Queria que a Senhora fizesse um relato sobre a atuação do Poder Judiciário nessa região.

Eram esses os meus questionamentos e as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra para completar a seleção de perguntas ao Deputado Jamil Murad.

Deputado Josué Bengtson quer fazer antes?

Com a palavra o deputado Jamil Murad

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Alvaro Dias, o nosso Relator João Alfredo, nossa convidada Bernadete do Incra, a Deputada Sandra, que veio de Belém para participar desta audiência, as senhoras e os senhores, especialmente os trabalhadores que vieram aqui tratar de um assunto de alta relevância para o Brasil, particularmente para a região.

A nossa CPI tenta investigar e eliminar a violência que se abate no campo onde as principais vítimas são os trabalhadores.

Vimos aqui hoje um assentamento Drª Bernadete que acomoda na região 60.000 famílias. Apenas 20% desse assentamento tem créditos mas eles produzem, no conjunto, novecentas toneladas de cupuaçu, mais de dez toneladas de peixe por ano, além de outras frutas e mais de seis mil litros de leite por dia, o que mostra que a reforma agrária desenvolve o Brasil. Não só as famílias vivem melhor, como mostra depoimento das pessoas, mas o Brasil produz mais riqueza com a reforma agrária, com o assentamento das famílias cuja única profissão é lavrar a terra. Nós damos os meios para eles produzirem. Temos aqui na região o império da pistolagem, da covardia, da agressão aos mais fracos, do assassinato, da eliminação de lideranças.

Vimos uma liderança ameaçada. E faço aqui a primeira pergunta: Temos uma liderança ameaçada e praticamente nenhuma estrutura defende essa pessoa que está esperando a morte. É covardia que quem exerce o poder público não tome providências.

A Ouvidoria Federal tomou providências, colocou dois soldados, um de cada vez, revezando, mas para enfrentar o pistoleiro covarde, que não tem hombridade para agir à luz do dia que se esconde na impunidade, precisávamos da mão do Estado e fiquei sabendo que aqui só tem 10mil soldados em um Estado como esse. Queria saber se o governo de Estado coopera com o Incra. Fomos a um acampamento com 1.100 famílias e como disse o nosso colega, a justiça para agir em defesa do grileiro age rápido e já mandou desocupar. O que o Incra pode fazer para proteger essas famílias? Quais foram as providências tomadas até o momento e como essa comissão pode ajudar, Drª Bernadete, para impedir não o abril vermelho das nossas bandeiras pelo progresso, mas para impedir o fim de maio e junho manchado de sangue de trabalhadores. O que podemos impedir? A Srª já entrou em contato com o governo de Estado? Qual a atitude do governo de Estado para impedir um novo Eldorado do Carajás, onde dezenas de pessoas perderam a vida? Então, era essa a nossa preocupação.

Aqui até hoje grileiros e pistoleiros têm se escondido no anonimato, ficado impune, muitas vezes protegido por autoridades, mas esta CPI pretende que a mão forte do Estado coloque essas pessoas na cadeia e que Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público cumpram o seu dever e para isso eles são pagos com o dinheiro do povo e a sociedade cobra providências, não pode continuar como está.

O nosso Presidente Senador Alvaro Dias ia telefonar para o Governador para que não fizesse o despejo e questionar quais providências o Governador pode tomar para proteger a Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que está ameaçada de morte aqui.

Então, nesse processo, gostaríamos de tornar público quais as respostas das autoridades do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PT – PA) – Sr. Presidente, ilustre Relator Sibá, companheiro Zé Geraldo, Deputado Jamil, imprensa, vereadores, trabalhadores de toda a natureza aqui presente, antes de fazer as minhas perguntas à Drª Bernadete quero fazer um pequeno comentário. O Estado do Pará tem um milhão duzentos e cinquenta mil quilômetros quadrados para uma população total no Estado de seis milhões e meio de habitantes. O Estado de São Paulo tem poucos mais de duzentos e quarenta mil quilômetros quadrados, cinco vezes menor que o Pará, tem trinta e sete milhões de habitantes, seis vezes a nossa população e cinco vezes menos área territorial.

Faço essa colocação porque a minha primeira intervenção na CPI o ilustre Presidente deve se lembrar quando disse que no Pará temos terras para todos os paraenses que estão aqui, para todos os companheiros de Estados vizinhos que queiram vir para cá e para os 37 milhões de paulistas que quiserem vir para cá. Então, causa-me estranheza que o nosso Estado tenha sido palco desses conflitos agrários. Mas, voltando ao ano de 1973, em que cheguei aqui no Pará com muitos outros, só que não vim cuidar de terra, vim pregar o Evangelho, sou pastor, então explicam-se, hoje, algumas questões, que acho bom colocarmos, principalmente para os que vieram de fora, nossos ilustres Parlamentares visitantes. A velha política do Governo, naquele tempo não era o Incra, a política era a seguinte: do total de terra que você conseguisse desmatar, você era dono do dobro. Então, tivemos aqui um desmatamento muito rápido. Os castanhais foram destruídos. Paragominas, praticamente, tornou-se uma terra degradada, porque naquela época a posse era a posse. Na minha primeira viagem ao Pará, parei em Açailândia, e tinha um pernambucano comigo e perguntei como se faz para conseguir uma terra. Ele disse: Olha aqui, valem o machado (não havia moto-serra ainda), e o arame. Aquilo que, onde não tiver ninguém, a pessoa conseguir abrir lhe pertence. Talvez, Drª Bernadete, tenha nascido o primeiro problema agrário do Pará: o fato de o Governo não ter chegado junto, na época, para a legalização da terra. E a pergunta que quero fazer para a Senhora é a seguinte:

A Senhora está há 13 meses à frente do Incra? Treze meses. Quantas famílias foram assentadas nesses 13 meses? Sabemos dos dez mil que estão acampados. Quanto o Estado, o Governo precisaria em hectares de terra para assentar essas dez mil famílias? São essas apenas as minhas considerações. A Senhora falou, mas realmente não tenho conhecimento: quantos hectares são considerados para uma propriedade média? E a partir de quantos hectares uma propriedade grande aqui na Região? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para encerrar a fase de indagações, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Boa tarde aos nobres componentes desta Comissão, Deputado Jamil, Deputado Zé Geraldo, Deputado Josué, Deputada Sandra, Presidente desta Comissão, Senador Alvaro Dias e o Relator João Alfredo.

Ouvindo atentamente a nossa convidada a Superintendente do Incra desta Região. É uma história longa de conflitos. Houve uma das maiores barbaridades, atrocidades na história da luta pela terra no Brasil e, principalmente, o Pará, que consta das primeiras páginas.

A minha primeira pergunta para a nossa convidada: se a Dr^a Bernadete já recebeu algum tipo de ameaça e se ela suspeita de quem a tenha feito.

A segunda: por lei, qual o tamanho máximo de uma área privada, o máximo que se pode conceder em um título como propriedade privada?

Terceira: qual a relação direta do Incra com o Iterpa nessa região?

E o que de fato pode ser feito para atenuar, diminuir, reduzir a situação dos conflitos?

Por último, gostaria que reproduzisse a situação da renda promovida. Peguei alguns dados, mas não todos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, então, a Dr^a Bernadete, Superintendente do Incra, que, agora, vai exercitar toda a sua capacidade de síntese, para responder a todas essas questões.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Gostaria de saber se há limitação de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não há. Temos mais cinco depoentes e, é claro, vamos contar com a sua eficiência na síntese.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Houve a repetição também de algumas perguntas, de alguns itens. De fato, aqui, na nossa região, a ação do Incra, podemos afirmar, sem medo de errar, que em termos de complexidade, de desafio, de demanda, tanto no passivo que herdamos de atendimento ainda, de políticas públicas, como de ação ainda a ser atendida, sem dúvida, essa é a região mais complexa e maior do País.

Em contraposição, herdamos um Incra – como V. Ex^a se referiu e eu também diria – menos bem estruturado, com uma força de trabalho reduzidíssima. Deveríamos ter aqui em torno de, pelo menos, quatrocentos servidores no Incra, e não chegamos a duzentos. Temos 180 servidores e um Procurador, com alguns auxiliares. Quer dizer, realmente, é muito difícil atender a uma demanda dessa, com um quadro pequeno, em uma estrutura diminuta.

É claro que temos hoje sinais concretos do Governo de reversão desse quadro. Houve, no domingo passado, um concurso público, já para 376 vagas, das quais a maior parte será para a nossa Superintendência. Teremos 28 novos servidores a partir de agosto. Está em discussão um novo concurso, até o final do ano, bem como a reestruturação da Casa, já com medidas sendo tomadas.

Em relação ao estoque de terras, está bem claro que ele existe aqui. O que há, na questão das normas da Casa, da legislação, o caso que aponta o cumprimento da função social da propriedade, são índices hoje que já têm mais de vinte anos de idade, ou seja,

são muitos antigos e têm de ser revistos. Então, há um trabalho muito bem feito em curso no Incra. Temos de rever esses índices. Inclusive, hoje as áreas que vão para Decreto, em geral, os quatro aspectos colocados na Constituição que denotam a função da propriedade social, na verdade, o cumprimento da legislação trabalhista e o da ambiental não têm sido muito observado. Isso tem de ser registrado com toda a franqueza. Há toda uma discussão em curso para a revisão dos índices. Fazendo isso, felizmente o Governo Lula está trabalhando isso, e poderemos ter muitas propriedades aqui, na região, hoje, colocadas como produtivas e que poderão ter um outro caráter com a renovação dos índices, com a revisão de normas e de procedimentos colocados hoje.

A meta para assentar, este ano, de famílias, na nossa superintendência, é de oito mil e cem famílias. Temos uma expectativa, inclusive, de superar essa meta, não somente de atender, como de superar. O que nos ajudará muito na perspectiva de até superar essa meta é justamente o levantamento fundiário que está em curso e que se será intensificado a partir de junho. Inclusive, negociamos com os movimentos sociais, porque temos as perspectivas de áreas dadas como improdutivas de vistorias no ano passado e também de áreas já decretadas este ano.

Por exemplo, foi decretado, na semana passada, a área de 87 mil hectares; em Santa Maria das Barreiras, no dia 20 de abril, uma área de 31 mil hectares em Itupiranga. Então, temos a perspectiva, de fato, de conseguir cumprir a meta. Mas a nossa demanda não é dez mil famílias, porque o levantamento feito pelo Governo anterior via correios, aqui, superou vinte mil famílias que se cadastraram pelos Correios, como tendo interesse no lote da reforma agrária. Temos levantamentos nos sindicatos de pessoas que não estão acampadas e que dá um número de mais ou menos quatro ou cinco mil famílias. Devemos ter, nesta região, de vinte a trinta mil famílias, pelo menos, na expectativa de um pedaço de chão, hoje. Então, esse trabalho ou programa da regularização fundiária terá um trabalho, na verdade, precedente. O primeiro passo dele é fazer de fato a identificação da área, o chamado geo-referenciamento, um trabalho que nós estamos fazendo também usando a tecnologia do Cipam. Nós vamos trabalhar com isso e é um levantamento que será feito e vai nos apontar justamente uma pergunta que o Deputado Bengtson aqui levantou sobre o que hoje é da União ou do estado? O que das terras dessa região é titulado? Que títulos são verdadeiros? Essa é uma outra pergunta que cabe: Quais títulos e quantos são bons? Quantos são fraudulentos ou fraudados?

Quanto a essa pergunta do Getat nós faremos uma pesquisa sobre isso, para lhe encaminhar essa resposta num outro momento. Eu não tenho aqui o que o Getat regularizou nesta região.

Então, na verdade, hoje tem que ser dito que nem o Iterpa ou o Governo Federal conhecem as suas áreas aqui. Por isso o levantamento fundiário será feito, porque se o Estado brasileiro, a União tivesse clareza e consciência, por meio do mapeamento das suas áreas, não seria necessário fazer o trabalho que será feito.

Então, entra essa outra questão que foi levantada, da regularização e da titulação. O que dá direito à titulação? Há um aspecto da Constituição. Há dezoito anos praticamente não se titula. A titulação parou. Houve uma estagnação dessa ação de regularização, pelo menos da parte do Governo Federal, Incra.

Hoje está em discussão qual a quantidade de área que se regulariza. Não há uma definição, ainda, do Governo Federal em relação a isso. Há proposta de que seja até cem hectares e uma reação diante disto. Existem propostas também de até quinhentos hectares. Então, está em curso essa discussão e não há no Governo hoje, ainda, uma definição em relação a isso.

Quanto à área Peruano, nós queremos informar a todos o que aconteceu aqui uma reunião da Ouvidoria Agrária Nacional com os movimentos, sem a participação do Incra. Não foi possível o Incra participar, pois houve problema de agenda. Do momento em que a Ouvidoria nos comunicou sobre uma ação do Incra de fazer um levantamento topográfico e também cartorial naquela área, de imediato nós tomamos as providências e inclusive comunicamos oficialmente à juíza que o Incra estaria fazendo esse trabalho.

Então, nós já fizemos o primeiro levantamento cartorial nessa área chamada Peruano. Só que esse primeiro levantamento nos indicou que na verdade há um possível aglomerado de áreas, o que nos remonta à ação de uma segunda etapa de levantamento cartorial, que está justamente em curso. Quanto ao levantamento topográfico, como não foi autorizado pelo proprietário se fazer dentro da área, ele foi feito pelas extremidades externas de confrontação. Nós já temos também um levantamento topográfico sendo fechado, concluído.

Agora, sobre o título da propriedade, o que nós temos é que apenas parte da área é titulada, com 4.338 hectares. É um título dado pelo Getat em 1929, pelo Governo do Estado. Então, na verdade nós vamos fazer uma busca de verificação dessa titularidade junto ao Iterpa, para verificar a situação dessa titularidade.

O Incra está procedendo à ação. Esperamos poder concluir o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Há um prazo estabelecido para essa conclusão?

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Também há a dependência de uma resposta do Iterpa em relação ao título, a uma verificação desse título; e o mapa do levantamento topográfico está em fase de conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A propósito da solicitação do Deputado **(Falha na gravação. Totalmente inaudível.)**

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Nós assentamos, no ano passado, 5.830 famílias. E, este ano, 2.420, mais ou menos. Dá em torno de 8.300 famílias assentadas nesses 13 meses. E, nessa ação de assentamento, gostaria de incluir uma ação que o Incra vem fazendo, a nível nacional, mas que foi muito fortemente encarada por nós aqui, no ano passado, que é da retomada dos lotes irregularmente ocupados nos assentamentos, que gerou uma ameaça de morte a nossa pessoa. Porque temos, aqui na região, uma comercialização de lotes muito intensa, muito forte, inclusive, atendemos a uma reivindicação dos movimentos sociais, para que algo fosse feito no sentido de minimizar essa comercialização e retomamos 3.450 lotes, no ano passado, que estavam irregularmente ocupados. Continuamos com essa Ação, ela está em curso, ela terá continuidade e, de fato, detectamos que vários fazendeiros se instalaram e trabalharam a pecuarização muito fortemente dentro dos assentamentos da nossa região.

E aí já entra uma questão do Judiciário, que o Deputado Federal José Geraldo, fazendo um relato do Judiciário, entendemos que é um Poder que, de fato, hoje, não contribui para que se possa avançar, em vários aspectos. Às vezes, questões gritantes, demandas gritantes, que deveriam ter celeridade e não têm, e já, por outro lado, outras têm. Então, temos vários acampamentos de beira de estrada que foram violentados por ações de ordem judicial que, na verdade, pela nossa avaliação do Incra não cabiam. E temos, por outro lado, uma demora imensa do juiz em dar um posicionamento, uma reintegração para o Incra, de um fazendeiro que se instalou no assentamento, que é uma área da União, uma área do Incra, onde o projeto está criado. Então, temos uma ação que denota uma tendenciosidade e uma não contribuição, de fato, para que se possa avançar no que é importante para o atendimento da necessidade, aqui da região, no avanço da Reforma Agrária.

Uma outra questão levantada em relação à Rondon do Pará, foi Deputado José Gerando quem levantou, estamos com, mais ou menos, 20 mil hectares já identificados lá. Encontramos áreas do Iterpa, encontramos algumas áreas tituladas – estamos checando os

títulos encontrados lá – existe área da União também. Então, acreditamos realmente que, nessa região, onde, na verdade, a Reforma Agrária não havia chegado, de fato, que nessa região há uma possibilidade grande de se trabalhar o avanço na socialização da terra, na destinação de terras públicas, para a Reforma Agrária, sem dúvida nenhuma.

Então, está em curso essa Ação do Levantamento na área da PA-70, Rondon do Pará, Bom Jesus, e Abel Figueiredo.

Uma outra questão é levantada pelo Deputado Murad, com relação ao Governo do Estado. Queremos dizer que, infelizmente, que talvez o Pará seja o único estado brasileiro, o único Estado da Federação, onde não exista sequer um projeto de assentamento criado pelo Poder Estadual, pelo Governo do Estado.

E os movimentos sociais, vistos pelos relatórios e pelo que eles colocam, já estão há quase duas décadas reivindicando isso do Governo do Estado. E quero aqui testemunhar que o Incra, nesses 13 meses, teve inúmeras reuniões, pelo menos seis, onde o Incra se coloca à inteira disposição para reconhecer os projetos de assentamento que o Governo do Estado deveria criar em suas terras, em áreas onde famílias já se encontram há 10 ou 15 anos. Esses agricultores familiares ficam sem acesso a qualquer política, a qualquer crédito, porque o Incra não pode atendê-las por não ser sua área. O Governo do Estado se nega a criar projetos de assentamento como quem não quer, de fato, ter compromisso com a agricultura familiar. Estamos com enorme sofrimento ao ver famílias sem assistência, sem acompanhamento, sem atendimento. Até o momento estamos em dificuldade. Ainda não se criou qualquer assentamento pelo Governo do Estado. Não temos tido, infelizmente, parceria concreta do Governo do Estado na reforma agrária em nossa região. Infelizmente, neste momento, é o relato que precisamos fazer em relação ao Governo do Estado.

Em relação às propriedades aqui do Estado do Pará – se tiver errada, peço que os que conhecem me ajudem –, em nossa região é considerada como pequena a propriedade até 4 módulos fiscais. A média é de 4 a 15, e a grande é de mais de 15 módulos fiscais, sendo o módulo fiscal de 75 hectares. Na verdade, é esta a caracterização legal da nossa propriedade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E como se explica uma fazenda com mais de 100 mil hectares?

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Não é a mim que se deve fazer essa pergunta, Senador Sibá. O que o Incra tem de fazer nessa área de 100 mil hectares é um levantamento para ver como se constitui essa propriedade. Precisamos ver se ela é titulada, a

origem desse título, o que dessa área é público e o que não é. É necessário que o Incra, de fato, faça um levantamento nessa área para podermos caracterizar. Logicamente não se explica. É um absurdo. Justamente é o que caracteriza os resultados que apresentamos em que há uma grande concentração. Essa é uma das grandes propriedades. Esse percentual de 83% de grandes propriedades, o que é característico em nossa região, denota a grande concentração fundiária que ainda existe por aqui.

Conflito. Entendemos que há uma ação da Ouvidoria Agrária Nacional. Segundo ela, tenta fazer uma parceria com o Governo do Estado. Não teria condições de detalhar as ações que são feitas. Temos depoimentos do Ouvidor Agrário Nacional no sentido de tentar garantir uma segurança maior às pessoas ameaçadas de morte, implementação de varas agrárias e assim por diante. Acredito que não é papel do Incra, na verdade, ter todos os dados a respeito das ações tomadas, o que é papel do Estado e da Ouvidoria Agrária. Nosso entendimento é que precisamos fazer com que o Governo do Estado se sensibilize mais com a situação da reforma agrária em nossa região para que possamos dar passos mais significativos. Assim como, também, os governos Municipais, mas sobretudo o Governo do Estado que tem tido uma postura de grande omissão na reforma agrária do Estado. O Poder Judiciário ainda precisa ser muito cobrado para que tenha uma postura em nossa região para que possamos ter celeridade, haja vista tantas ameaças a vida e a punição a tantos crimes ocorridos aqui. O Estado precisa dar conta e avançar na implementação das políticas.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Sibá Machado fez uma pergunta que, evidentemente, não caberia à Superintendente do Incra responder, quanto ao que é permitido a alguém ter de propriedade no Brasil. A Veracel, uma empresa internacional, possui na Bahia 79 mil hectares e está plantando lá. Então não há no Brasil um limite de propriedade, desde que seja produtiva. Certo ou errado, não somos nós que vamos dizer. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Para concluir apenas, quero satisfazer uma curiosidade pessoal, já que um mega-empresário do meu Estado do Paraná tem uma enorme propriedade aqui no Pará. Eu gostaria de saber se o Incra está realizando também esse estudo da legalidade. Trata-se de Cecílio do Rego Almeida, uma propriedade de 4 milhões e 800 mil hectares.

O SR. (Orador não identificado) – Em se tratando dessa questão da CR Almeida, podemos pautar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos agradecer então à participação da Srª Bernardete Tem Caten, agradecer a sua contribuição a esta CPI, e vamos ao segundo convidado de hoje, que é o Procurador Dr. José Luiz Brito Furtado, representando (Falha na gravação.)

Pedimos ao Dr. José Luiz Brito Frutado que tome assento à mesa para que possamos dar prosseguimento aos trabalhos desta reunião, agradecendo mais uma vez a Srª Bernardete pela participação.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, enquanto o Procurador chega, até para esclarecer o Deputado Jamil.

Há hoje tramitando, até por proposta da Comissão Pastoral da Terra, uma proposta de emenda constitucional para limitar o tamanho de propriedade no Brasil; há essa proposta, que seria algo em torno de 500 módulos fiscais ou 500 hectares – não sei bem ao certo, mas hoje é isso mesmo, o que, vamos dizer, permite é que o Incra possa trabalhar e os órgãos públicos no sentido dessas desapropriações. Então até agora não temos essa limitação, seria bom que tivéssemos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos oferecer a palavra a José Batista para que ele possa fazer uma rápida exposição e depois então responder às perguntas dos Srs. Parlamentares.

Com a palavra José Batista.

O SR. JOSÉ BATISTA – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; Senador Sibá Machado; Deputados Federais aqui presentes; Deputada Estadual Sandra Batista, viúva do ex-Deputado João Batista, assassinado pelo crime organizado do campo, em seu nome saúdo os demais presentes neste auditório.

Sou da Comissão Pastoral da Terra, sou advogado, estou aqui na região desde 1975 e acompanho de perto toda essa problemática da reforma agrária e a dura realidade das famílias sem terra ou com terra nessa região sul e sudeste do Estado. Então para nós é um momento importante a visita desta Comissão para tratar de um assunto tão relevante que é a violência e, acima de tudo, a reforma agrária neste País, em especial nesta região do sul e sudeste do Pará.

Estamos numa região em que, hoje, são basicamente quase 40 Municípios, com mais de meio milhão de habitantes e, até uns 40 anos atrás, o cenário dessa região era totalmente diferente. Talvez não chegássemos a 100 mil habitantes, espalhados em pequenas vilas, ou cidades, à beira, principalmente do Rio Tocantins, e Rio Araguaia até a divisa do Mato Grosso.

Se há 40 anos atrás a gente fizesse uma viagem em linha reta, sentido Marabá à divisa de Mato Grosso, são basicamente uns 700 quilômetros, não encontraríamos quase área aberta. Era praticamente mata fechada. Se fizermos o mesmo percurso hoje nós quase não encontraremos matas de um lado e outro da estrada até que a vista alcance. Basicamente são grandes propriedades rurais que, praticamente, cultivam uma única modalidade de produção que é a pecuária extensiva.

Essa região foi, no advento do Regime Militar, praticamente dividida entre grandes grupos econômicos: a terra loteada, algumas partes tituladas e o que não foi titulado pelo então Getat, foi apropriada através do processo da grilagem, incluída, formando os grandes latifúndios que hoje cercam essa região.

O Estado brasileiro sempre ofereceu todas as benesses para esses grandes grupos econômicos, ou pecuaristas que se instalaram nessa região: incentivos fiscais, recursos abundantes através da Sudam, dos bancos oficiais e assim por diante.

Por outro lado, as famílias que existiam aqui, por exemplo, os ribeirinhos, os posseiros, que há década já ocupavam essas margens dos rios, ou algumas comunidades um pouco mais distante das margens, nem tiveram os seus direitos de posse respeitados. Muitos posseiros históricos aqui, da noite para o dia, de repente, chegava na sua casa uma pessoa, um oficial de justiça com um mandado reintegratório na mão dizendo que ele tinha que desocupar aquela área, a qual ele já estava há muitas décadas.

Então o direito, inclusive, de posse, dos posseiros tradicionais que habitavam essa região não foi respeitado no momento em que o Estado loteou, distribuiu essas terras para os grandes grupos econômicos.

Por outro lado, o Governo também desenvolveu uma campanha massiva, através dos meios de comunicação social, para deslocar para essa região aqui do Sul e Sudeste do Estado trabalhadores rurais sem terra, principalmente da região Nordeste do País. Então, na década de 60, década de 70 e 80 se deslocaram para cá milhares de famílias sem terra, vinda de regiões dos Estados, principalmente do Nordeste. O lema do governo era que aqui tinha muita terra; terra sem homens, para homens sem terra. Que nós tínhamos que ocupar essa terra, ocupar a Amazônia para não entregarmos a Amazônia; integrar para não entregar; o lema do Regime Militar.

De fato, quando as famílias sem terra chegavam aqui encontravam muita terra a perder de vista, mas quando tentavam entrar no primeiro espaço que almejavam dessas terras, apareciam logo donos, pistoleiros contratados para proteger essas propriedades

de donos que, na sua grande maioria, nem sequer residiam aqui na região. Residiam em outros Estados da Federação.

Aí começou o ciclo da violência, porque as famílias que chegavam para cá sem terra não tinham mais como voltar. Aqui não tinha emprego; o emprego que, as vezes, existia, era nas serrarias instaladas nas fazendas. A outra alternativa era o trabalho no interior das fazendas, mas, na maioria das vezes, os trabalhadores que se deslocavam para lá acabavam se tornando vítima do trabalho escravo, uma realidade que ainda persiste nessa região, que é campeã, infelizmente, do trabalho escravo. Então, se a pessoa não fosse vítima do trabalho escravo, não fosse para um garimpo ou para uma serraria, a única alternativa restante era a ocupação da terra para garantir o pão, o sustento para a família.

Então, essa disputa pela posse da terra, ao longo dos últimos anos, tem gerado aqui nessa região o maior índice de assassinatos no campo que se conhece na história deste País. Informo a Comissão que a Pastoral da Terra tem feito o registro dos dados desde 1971. Somente no Estado do Pará, de 1971 até o ano de 2003, foram 759 assassinatos entre trabalhadores rurais, ativistas, advogados, dirigentes, religiosos, militantes da reforma agrária. Esse número pode parecer alto, mas, com toda a confiança, podemos dizer que está muito distante da realidade. Não estão incluídos nesses dados os trabalhadores assassinados e enterrados em cemitérios clandestinos e em interior de fazendas, jogados dentro dos rios ou sepultados como indigentes nos cemitérios das vilas ou cidades ou ainda os não-identificados ou queimados.

Se considerarmos somente os assassinatos ocorridos na região sul e sudeste do Estado, veremos que totalizam 419 mortes. Portanto, repetindo, 419 mortes ocorreram no sul e no sudeste do Estado. Isso faz essa região ser, sem dúvida nenhuma, a mais violenta do País na disputa pela posse da terra.

Essa luta sangrenta também resultou, como informou a Superintendente do Incra – em 380 projetos de assentamento. Esta manhã os Srs. Parlamentares tiveram a oportunidade de conhecer o projeto de assentamento Piquiá, que fica próximo de Marabá 35 quilômetros. Puderam conhecer também uma experiência, entre tantas que temos com resultado positivo, da reforma agrária nesta região.

Para que os Srs. Parlamentares saibam, informo que o latifúndio improdutivo foi ocupado há quinze anos por esse assentamento. Então, ele data de três anos atrás. Foram doze anos de luta e de resistência para que as famílias conseguissem fazer com que aquela ocupação se transformasse em um assentamento,

para que tivessem os primeiros direitos ao crédito e à assistência técnica, para que pudessem lutar por uma estrada que só agora está sendo construída. Parece que são oito quilômetros de estrada. Os Srs. Parlamentares puderam ver isso.

Costumamos dizer que, em cada assentamento criado, há sangue de trabalhador derramado. Infelizmente, isso tem acontecido. Geralmente os assentamentos só são feitos depois que ocorreram algumas mortes. Essa é a realidade dramática que os trabalhadores rurais enfrentam nessa região.

Muitos questionam, inclusive o setor ruralista, a viabilidade da reforma agrária. Se fizermos um simples cálculo, veremos que foram feitos 380 assentamentos, onde moram, em média, 60.000 famílias. Se multiplicarmos esse número por cinco saberemos o número de pessoas. Talvez a quantidade de pessoas por família nessa região seja um pouco mais alto. Calculam que são 74.000 famílias, mas o conceito de assentados do movimento social e dos órgãos do Estado é diferente. Se consideramos o dado do movimento social, que informa que são 60.000 famílias, e multiplicarmos por cinco – certamente é esse o número de filhos dos habitantes dessa região ou um pouco mais – constataremos que há basicamente 300.000 pessoas morando em assentamentos nessa região. Esse número equivale a mais do que a população de duas cidades como Marabá juntas. Imaginem os senhores e as senhoras essa população residindo nas periferias das nossas cidades, o quanto que agravaria o problema da violência, do desemprego e tantos outros males que afetam a população da periferia das cidades atualmente.

Não há como negar que a reforma agrária é, sim, uma alternativa não para a geração de emprego, mas de trabalho e de renda, e para acabar com a fome e com o desemprego neste País.

Volto ainda a um tema que, infelizmente, nos preocupa muito, a violência. E cito um marco, infelizmente tão conhecido por nós aqui e do Brasil todo, até no exterior, do massacre de Eldorado dos Carajás. Muitos podem pensar que, após o massacre, a situação da violência se amenizou no sul e sudeste do Pará, em função da repercussão que teve o fato. Vamos pegar só os dados de 96 para cá, da época que aconteceu o massacre. Ocorreram nessa região 198 ocupações de terra, envolvendo 29.625 famílias, com 110 assassinatos, 388 presos, 11.767 pessoas envolvidas como vítimas de trabalho escravo em grandes fazendas, 162 pessoas ameaçadas de morte, 5.414 famílias despejadas por ação policial ou por violência de pistolagem.

De fato, são números que demonstram situação de violência gravíssima, mas números são sempre

números. Gostamos de dizer que, atrás dos números, tem uma realidade extremamente desumana vivida por essas centenas, milhares de famílias dessa região.

O que está atrás, quais são as causas dessa violência desenfreada? Sem dúvida nenhuma, uma das causas principais é justamente a ausência de políticas eficazes de reforma agrária nessa região. Isso não é só um problema do sul e sudeste do Pará, é em todo o Brasil. De fato, precisamos que o órgão fundiário, a política do governo vá a frente dos conflitos, não chegue depois que já aconteceram as mortes. Precisamos ter políticas que façam a reforma agrária sem a necessidade de acontecer os conflitos, sem a necessidade de que os trabalhadores se acampem, enfrentem o latifúndio, enfrentem a polícia, enfrentem o pistoleiro para poder conseguir a terra. Reforma agrária de verdade tem que se adiantar aos conflitos. Sem dúvida é uma das causas principais da violência. A morosidade nas ações acaba gerando uma série de situações de violência.

Outro fator, a atuação do Poder Judiciário. Se em todo o Brasil, vamos dizer assim, o Poder Judiciário tem tido uma postura muito conservadora em relação a essa questão da reforma agrária, com exceções, é claro, temos que dizer isso porque há também juizes, promotores, desembargadores, Presidentes de Tribunais comprometidos mas, de modo geral, há uma posição do Poder Judiciário muito conservadora.

Se no Brasil é assim, imagine no estado do Pará onde a situação é muito mais grave ainda. Se pegarmos, por exemplo, a questão dos assassinatos 726, salvo engano, e 400 e poucos assassinatos só aqui na região sudeste. Com mais de 400 assassinatos, só tivemos aqui 7 júris populares, só 7 casos foram a júri. Desses 7 júris só tem uma pessoa presa, somente um pistoleiro condenado há dois meses atrás. Os demais condenados estão ou aguardando em liberdade recursos ou cumprindo prisão domiciliar ou tiveram suas fugas facilitadas nas penitenciárias e delegacias de nossa região. De mais de 400 assassinatos, 419 assassinatos, na verdade.

A impunidade é a grande responsável pela permanência também da violência porque aqui quem mata hoje continua matando ali na frente, pega uma empreitada hoje e outra amanhã porque não há punição, até parece que assassinar trabalhador rural virou uma excludente, parece que não é punível.

Aí, outra questão séria, inclusive tivemos na Peruano hoje, a questão da indústria das liminares. Aqui, podemos dizer que para algumas questões o Poder Judiciário é lento, é moroso, mas para outras é velloz como um carro de Fórmula Um. Exemplo do que aconteceu na Fazenda Peruano, a qual os Srs. Parla-

mentares tiveram a oportunidade de visitar hoje pela parte da manhã. Ocupação ocorrida dia 17 de abril, a advogada do proprietário impetrou a ação no dia 19 de abril. No mesmo dia 19 de abril, a Juíza da Vara Agrária expediu a liminar sem ouvir o Ministério Público e sem audiência de justificação prévia e exigiu o emprego de força policial e o imediato cumprimento da liminar. E os trabalhadores rurais são acusados de que não cumprem a lei, são desobedientes, têm que cumprir a lei. Mas, se formos olhar aqui do ponto de vista legal, quem é mesmo que não cumpre a lei? Uma propriedade que foi flagrada com trabalho escravo há dois anos, responde, inclusive, na justiça do trabalho por isso, não cumpre a lei porque desrespeitou o art. 186 da Constituição, que diz respeito à função social da propriedade, então, não cumpre a lei. A lei também diz que o juiz, antes de dar a liminar, tem que ouvir o Ministério Público, não foi ouvido o Ministério Público, a lei não foi cumprida. A lei também estabelece que deve, em caso de conflitos coletivos, que tem que ter, inclusive, audiência de justificação prévia, o que não aconteceu. Afinal, quem é que não cumpre a lei neste País? Será que só são os trabalhadores rurais? E, aqui, tem uma novidade jurídica nesta região. Qual? Que, aqui, as ações possessórias, a sentença final, ou seja, a sentença de mérito é dada na liminar, ou seja, a ação possessória, praticamente se extingue em três, quatro dias. O autor deu entrada na ação, no mesmo dia, dá a liminar, cumpriu a liminar, acabou a possessória. Sou advogado e já apresentamos contestação em algumas dezenas de ações de reintegrações de posse aqui, e, antes de mim, outros advogados da CPT apresentaram, talvez, em algumas centenas, mas não conheço um caso em que o processo tenha dado seguimento e tenha tido uma decisão de mérito, as nossas contestações mofam lá dentro dos gabinetes. O processo morre, quando é satisfeito o interesse do autor, através do cumprimento da liminar. Então, isso é que precisamos mudar dentro do Poder Judiciário. Para isso, é que reivindicamos que fosse criada a Vara Agrária aqui em Marabá, porque se não for para ter esse tratamento, vamos dizer assim, prudente, observando a legislação em tudo o que é prescrito a favor e contra autor e requerente, requerido requerente, então, não tem sentido termos uma Vara Agrária ou uma vara especial para cuidar da questão agrária.

Para concluir, temos muita coisa para dizer, mas o tempo não nos permite, mas quero dizer para os senhores que, sem dúvida nenhuma, temos que colocar também um outro ator nesse processo que dificulta, como já foi dito aqui pela Superintendente do Incra, a implementação e acaba contribuindo com a violência, que é o Governo do Estado. Foi perguntado

aqui, pela Mesa, qual é a contribuição que o Governo do Estado tem dado para a reforma agrária. Pasmem os Senhores, infelizmente, a maior contribuição que o Governo do Estado tem dado para a questão da reforma agrária aqui tem sido colocar a polícia militar para cumprir as ordens judiciais e, na grande maioria das vezes, o cumprimento dessas ordens acaba resultando em conflitos, um dos exemplos mais graves foi o massacre de Eldorado dos Carajás, que nem era uma ordem judicial.

Bom, então, entendemos, defendemos e temos convicção, em números, dados, o que precisar, para afirmar que a reforma agrária é uma alternativa, é necessária, e eu diria, uma das principais prioridades que deve estar na pauta deste Governo para gerar emprego, renda, acabar com a fome e diminuir a tensão no campo. Agora, isso precisa de agilidade, de investimentos, de recursos, de aparelhamento do Incra, de discussão mais séria do Poder Judiciário, de um debate mais profundo com o Governo do Estado para podermos avançar e acabar com tantos conflitos que penalizam e criam tantas dificuldades para centenas de famílias nesta região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos o Dr. José Batista Gonçalves, da Comissão Pastoral da Terra.

Vamos à rodada de questionamento começando pelo Deputado João Alfredo, Relator da CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Bom, eu queria, primeiro, parabenizar o Dr. José Batista pela forma como colocou e explicou para nós a origem dos conflitos agrários aqui na região, a compreensão que devemos ter e também os problemas que se têm enfrentado no dia-a-dia para, vamos dizer assim, minimizar a violência no campo.

Penso que para nós, da CPMI, a vinda ao Pará é muito importante porque ela mostra onde é que está a verdadeira violência que se abate sobre a classe trabalhadora. A verdadeira violência que, muitas vezes, não é tratada nos meios de comunicação. Que, às vezes, vamos dizer, superdimensionam as ocupações de terras e desconhecem, não divulgam mesmo, os casos de assassinatos de trabalhadores. E os casos aqui nós estamos vendo são da maior gravidade.

Então, perguntaria ao Dr. José Batista como tem sido, em primeiro lugar, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra, numa região tão conflagrada como esta, se há os advogados, os militantes da CPT sofrido ameaças, como é que tem sido essa labuta diária em defesa da questão da reforma agrária, de acordo com os princípios que regem as pastorais sociais da Igreja Católica?

O segundo aspecto, que acho importante, é essa compreensão também do Judiciário. Aqui também nós estamos vivendo um certo descompasso. Eu voltei muito satisfeito de Pernambuco por dois depoimentos. O depoimento de um juiz da Vara Agrária, inclusive, dizendo que, na maioria dos casos, ele mesmo se deslocava à área do conflito para conhecer, antes de dar qualquer ordem. Então, vamos dizer, é o meio de prova que poucos juizes utilizam, que é a inspeção judicial – falo isso porque também sou advogado – poucos juizes, quase nenhum juiz tem essa bobagem positivista que se inventou de que o que não está nos autos não está no mundo. E o mundo do juiz são os papéis que fazem parte do processo e, muito deles, não se dispõem sequer a ir ao local do conflito. Então, é assim: como é que tem sido a atuação da Justiça? Ela tem sido sempre dessa forma, rápida contra os trabalhadores e; lenta a favor dos proprietários?

E o Ministério Público? Eu também gostaria de ouvir a opinião sobre a questão do Ministério Público. Porque lá também me chamou a atenção a posição firme do Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Chefe do Ministério Público Estadual do Governo Jarbas Vasconcelos. O Deputado Jamil não estava lá. Ele leva os promotores para os acampamentos e os assentamentos para conhecer a realidade agrária. E criou no Ministério Público um setor especializado em conflitos agrários. E participa de todos os casos ligados à questão agrária. Inclusive, às vezes, até quando há despejo ou reintegração de posse, a presença do Ministério Pública, vamos dizer, impede a violência porque a Polícia está vendo ali a presença de um promotor, de uma promotora de Justiça que faz um trabalho de mediação. Então, a violência caiu muito com a atuação do Ministério Público. Como é que tem sido aqui, no Estado do Pará, principalmente, nessa região sul e sudeste, a atuação do Ministério Público?

São esses os questionamentos que eu faço que eu faço a V.Sª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB –SP) – Queria cumprimentá-lo, Dr. João Batista, pela excelente exposição, mostrando que o senhor vive esse problema, esse drama dos trabalhadores rurais.

E eu estou me lembrando de um amigo que eu me hospedei na casa dele, em 1995, foi advogado da CPT que foi assassinado, que era o Deputado Estadual, Paulo Fonteles, era seu colega advogado da CPT também e era Deputado do PCdoB, amigo meu.

Eu queria, então, cumprimentá-lo por esta coragem, por esta decisão de defender os trabalhadores

rurais, a reforma agrária e o progresso para o nosso País.

O senhor tem conhecimento de como as terras aqui no sul e sudeste do Pará são registradas nos cartórios? Como têm se comportado esses cartórios? Isso, eventualmente, tem facilitado grilagem?

Outra pergunta: sete foram a júri, e só um pistoleiro foi preso, de 419 mortes no sul e sudeste.

Agora, algum mandante foi julgado? Porventura, algum mandante foi condenado?

Gostaria, também, de solicitar rapidamente, já que o tempo é curto, sobre essa líder de trabalhadores rurais, presidente dos trabalhadores rurais da região de Rondon do Pará, que o seu marido foi assassinado, ela, de maneira corajosa, assumiu a presidência do sindicato, continuou defendendo a reforma agrária, continuou defendendo os trabalhadores, e como tem sido? A informação que temos é que ela continua sendo ameaçada de morte e qual tem sido o papel da CPT, as informações ou dos órgãos que deveriam defendê-la? Como o senhor vê isso? O Governo do Estado, os órgãos comandados pelo Governo do Estado, como a Polícia Militar, a Polícia Civil faz um trabalho para punir aqueles que ameaçam a vida dessa líder?

É a pergunta que eu faço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – É só para reforçar aqui, viu Batista, qual a avaliação que vocês fazem aqui da atuação da Polícia Civil, porque na sexta-feira também vamos conversar com o Secretário de Segurança Pública e tenho algumas notícias, depois de presenciar alguns fatos, que a Polícia Civil, quando coordena algumas ações, no caso do Anapu, por exemplo, foi uma verdadeira tortura com relação a alguns trabalhadores.

Então, queria ver qual a avaliação que vocês fazem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o representante da CPT, José Batista Gonçalves, para responder a todas as indagações.

O SR. JOSÉ BATISTA GONÇALVES – Rapidamente, primeiro, quero deixar claro que, numa audiência pública como essa aqui, não podemos dizer tudo que sabemos. Então, algumas perguntas sobre a questão da segurança pública, do papel da Polícia não posso dizer o que eu sei.

Bom, mas vamos falar sobre algumas outras questões levantadas, sobre a trabalho da CPT e as ameaças.

Bom, infelizmente, isso faz parte do cotidiano de quem tem trabalhado não só na CPT, mas em outras

entidades que assessoram ou que representam os trabalhadores nessa região.

Em nível de CPT, faço questão de lembrar aqui o Padre Josimo, que nasceu em Marabá, trabalhou no Bico do Papagaio, foi assassinado em 1986, salvo engano. Lembro aqui o Gabriel Pimenta, advogado, trabalhou aqui em Marabá, no início dos anos 80, assassinado em 1982 e até hoje o processo está pronto para júri, mas até hoje o mandante do crime não foi julgado. O acusado é irmão do ex-Vice-Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, não é difícil de localizá-lo com certeza. Então, continua impune a assassinado do advogado Gabriel Pimenta, assassinado em 1982.

Paulo Fonteles, já lembrado aqui, assassinado. O Padre Ricardo Resende teve que sair da região, trabalhou muitos anos na CPT, teve que sair, hoje está em outro Estado. O Frei Henri Rosieu trabalha na CPT há muitos anos, muita gente sabe nesse Brasil as ameaças que ele tem sofrido e muitos outros militantes da Pastoral da Terra.

Mas costumo sempre dizer que quem é ameaçado mesmo e quem está numa situação de risco maior são sempre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, que estão lá debaixo da lona preta. Esses é que estão numa situação de risco muito maior do que qualquer um de nós. Eu sou advogado, vários companheiros meus que estão na CPT também são advogados ou advogadas ou têm outra formação e como temos muito conhecimento, às vezes temos certa proteção nesse sentido. Mas o trabalhador rural, o líder sindical às vezes não tem nada disso.

Vou passar agora para a situação de Rondon do Pará. Foi feita uma pergunta sobre as ameaças sofridas pela Dª Maria Joel. Muito antes da Dª Maria Joel, quanto nós fizemos, nós, da CPT, para tentar salvar a vida do esposo dela, o José Dutra da Costa, o Dezinho! Quantas vezes tivemos audiência com o Secretário de Segurança Pública, o Paulo Sete Câmara, aqui em Marabá, lá em Rondon do Pará, lá em Belém. Tivemos audiência com o governador do Estado, na época Almir Gabriel, e tantas outras autoridades, para pedir proteção. Dizíamos que ele estava ameaçado, que iam matá-lo. Não teve jeito, pois não conseguimos salvar a vida do nosso companheiro: ele foi assassinado.

Não conseguimos também garantir a segurança do Ribamar, outro sindicalista valioso lá em Rondon do Pará. Ele foi assinado há mais ou menos três meses.

Não conseguimos também garantir segurança para a testemunha principal do crime, o Magno, que foi tirado de dentro de sua casa e assassinado.

O mesmo ocorreu com outros trabalhadores – não vou dizer o nome deles, porque o tempo não nos permite

fazê-lo – que foram assassinados naquele município. Isso sem contar tantos outros companheiros de frente, companheiros e companheiras valiosas assassinados em outras regiões: João Canuto, Arnaldo Delcídio, Onalício(?) Barros, Expedito Ribeiro e tantos outros.

Essa é uma situação muito difícil, porque há pessoas de mais alta qualidade e que estão lutando para tirar as famílias da miséria e da fome, tentando conseguir um pedaço de terra. Neste País, nessa região isso é encarado como crime. Infelizmente, muita gente dentro da polícia, militar ou civil, e até dentro do Poder Judiciário e às vezes no Ministério Público, encara essa questão da reforma agrária como caso de polícia, como questão policial e não como questão social. Esse é um dos maiores problemas que enfrentamos no Judiciário, no Ministério Público, aqui na região, e da segurança pública. Ou seja, tratar a questão da reforma agrária como uma questão policial e não como um problema social. Se tivessem essa outra compreensão, nós, sem dúvida nenhuma, avançaríamos muito.

Temos feito um trabalho grande de conversa, de sensibilização de promotores e juizes. Temos até uma organização em nível nacional, a Rede Nacional dos Advogados e Advogadas Populares, a Renap. Nós fazemos um trabalho grande de sensibilização. Distribuímos nossos livros, panfletos, com julgados, pareceres de procuradores e de desembargadores sobre a questão da reforma agrária. Temos conseguido avançar.

A título de exemplo, até inédito, o primeiro juiz da Vara Agrária, Dr. Marcos Alan, pela primeira vez, que eu tenha conhecimento, negou liminar numa quatro ação de reintegração de posse aqui. Infelizmente, pelo menos em uma delas, em que houve recurso – não sei se houve recurso nas demais –, o Tribunal de Justiça derrubou a decisão dele e deu liminar. Para piorar, era uma ocupação fora da fazenda, o oficial de justiça da Vara Agrária foi lá deu cumprimento à liminar, fora da área da fazenda. Quer dizer, é difícil lidar com essas situações. Ser advogado aqui é, como se diz popularmente, um negócio de doido.

Nosso desafio é fazer o assentamento e também fazer a inspeção *in loco*, ouvir o Ministério Público, fazer audiência de justificação prévia, não dar liminar baseada apenas no título de propriedade, porque às vezes ele não tem veracidade. No caso da Peruano não foram juntadas provas de posse. Foram juntadas provas de domínio. Isso se discute em outra ação. Ela é reivindicatória, não é ação possessória. Mesmo assim foi dada a liminar. Assim, se o Poder Judiciário tiver essas precauções e o Ministério Público cumprir o seu papel...

Antes da criação da Vara Agrária, o Ministério Público sequer era ouvido na quase totalidade das ações

possessórias. O Ministério Público também não requeria, não exigia que fosse ouvido. Agora temos conversado muito, discutido muito com o Ministério Público, porque ele tem que ser ouvido. É preciso exigir que o processo vá para o Ministério. É preciso, inclusive, requerer a nulidade das decisões, se o processo não tramitar pelo Ministério Público.

Com relação à punição de mandantes de crime, no sul e sudeste, três mandantes de crimes foram, salvo engano, para o banco dos réus, o caso do João Canuto e do Expedito Ribeiro. No caso do João Canuto o julgamento foi no ano passado, salvo engano, e os dois foram condenados, mas aguardam o recurso em liberdade. Acredito que eles não irão para atrás das grades. Depois que o recurso tramitar em todas as instâncias do nosso Poder Judiciário e eles perderem em todas as instâncias, estarão muito distantes e a polícia certamente não fará muito esforço para encontrá-los. A título de exemplo, está no documento que o coordenador da Fetag vai entregar aos Senhores Parlamentares, estamos juntando na documentação a relação de 29, salvo engano, mandados de prisão que existem contra pistoleiros e mandantes de crime nessa região que não são cumpridos e não há qualquer esforço da polícia em fazer cumprir. A outra condenação, a do Expedito Ribeiro, fazendeiro de Jerônimo Alves Amorim, que passou poucos meses atrás das grades e hoje cumpre prisão domiciliar na sua mansão em Goiânia, pego lá em Cancun, no México, na praia, mas depois que foi condenado, arrumou uma doença, ficou doente, não podia mais ficar atrás das grades.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Um aparte, por favor.

O SR. JOSÉ BATISTA GONÇALVES – Sim, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nesses casos, se não estou enganado, houve um movimento até internacional para que houvesse a condenação.

O SR. JOSÉ BATISTA GONÇALVES – É, os casos em que têm havido condenação aqui são casos, inclusive, em que o governo brasileiro foi denunciado na OEA em função da impunidade, ou seja, da demora. O caso João Canuto é um deles, o caso Expedito é outro, o caso de Eldorado dos Carajás é outro. No caso de Eldorado, houve duas condenações e os mandantes aguardam em liberdade o julgamento de recurso. Para encerrar, o tempo está curto, a questão da grilagem. O grileiro Carlos Medeiros tem mais de 2 milhões de hectares de propriedade em títulos espalhados por aí fora. Chega-se ao cartório, registra-se e você planta o título onde quiser. Então, há cartórios conhecidos, que participam do esquema da grilagem. Inclusive, alguns que já sofreram investigação, como

o de São Miguel do Guamá, o cartório de São Félix do Xingu, o cartório de Altamira, são vários com esses problemas. Era isso. Agradecemos a oportunidade e estamos à disposição para qualquer tipo de informação que a Comissão precisar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A exposição foi uma verdadeira aula da realidade que ocorre aqui, para esclarecer a sociedade brasileira sobre a violência e sobre os mecanismos para eliminar a violência. Sugiro a V. Ex^a, como presidente da nossa Comissão, já que está sendo gravado pela TV Senado, que fizesse um resumo, mas que colocasse o depoimento do Dr. João Batista na íntegra, porque é um depoimento que o Brasil inteiro deveria ter a oportunidade de assistir. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil Murad, queremos informá-lo que a TV Senado apresentará na íntegra todos os depoimentos. Os depoimentos de Pernambuco, por exemplo, foram veiculados pela TV Senado na íntegra. Além dos depoimentos, as reportagens que foram feitas nas localidades visitadas, nos assentamentos e nos acampamentos. Da mesma forma, será feito também em relação ao Pará. Todo o Brasil poderá tomar conhecimento, por meio da TV Senado, da realidade que encontramos aqui, no Estado do Pará, do esforço que se faz aqui para que se faça justiça social, porque a cada momento, a cada fato, a cada depoimento, a cada visita, constatamos, e não é nosso papel agora fazer relatório, constatamos que respeitando a Constituição do País, que estabelece as normas para que se faça a Reforma Agrária, é possível sim compatibilizar direito à propriedade produtiva que exerce sua função social exemplarmente com a necessidade inadiável de se promover uma reforma agrária como um instrumento de distribuição de renda, geração de emprego, renda e receita pública, promovendo o desenvolvimento do País. Não há necessidade, Deputado João Alfredo, de chegarmos ao final dos trabalhos desta CPI para que esta conclusão possa ser retirada dos esforços que todos realizam em favor do desenvolvimento do nosso País. Quero agradecer, portanto, a colaboração da Comissão Pastoral da Terra, por meio do Dr. José Batista, e vamos, a seguir, convidar...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, fiquei aqui extremamente consternado com a realidade desta região, embora seja muito divulgada,

muitos de nós a acompanhamos pela mídia. É trabalho da Comissão, ao encerrar o seu trabalho, apresentar uma série de sugestões, mas no conjunto de algumas emergências como a que acabamos de ver no acampamento, onde V. Ex^a já entrou em contato com o governador para ver a possibilidade de um acordo de suspensão de um despejo, a outra iniciativa de se poder encontrar imediata solução para a situação da presidente do sindicato sobre a ameaça que tem recebido. Queria sugerir a esta Comissão e principalmente a V. Ex^a, se couber, o seguinte encaminhamento. Sr. Presidente, sinto que estamos vivendo aqui um “despoder” público em questão ao conflito agrário, onde pelos depoimentos apresentados e pelas suspeitas levantadas aqui, a juíza que emitiu essa liminar está incapacitada para o exercício de suas funções nesse município, nessa região. (Palmas)

Acho que é uma sugestão imediata que se poderia fazer, uma intervenção do Tribunal de Justiça do Pará, ou do Ministério da Justiça, ou de quem quer que seja para a substituição imediata da presente juíza. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Nós só podemos, evidentemente, registrar o desabafo do Senador Sibá Machado e a sua sugestão encaminhada ao Tribunal de Justiça do Pará. Fica feito o registro, Senador, certamente essa sua manifestação resulta da indignação de que é possuidor por conhecer o drama daqueles que vivem nessa região, por ter compartilhado com muitos deles desse drama durante muito tempo e hoje tem a honra de poder representá-los no Senado Federal.

Vamos passar a palavra ao Francisco de Assis Soledade Costa, da Fetagre, Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Por favor, Sr. Francisco, pode tomar assento à mesa e fazer a sua exposição inicial, se desejar, fazer a sua exposição antes das indagações que, como de hábito começa o Relator Deputado João Alfredo.

Com a palavra o Sr. Francisco Assis Soledad Costa, agradecendo já o seu comparecimento aqui aceitando o nosso convite.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS SOLEDAD COSTA – Boa tarde, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Senador Sibá, Deputado José Geraldo e demais Deputados, Bernadete, a nossa Superintendente do Incra aqui em Marabá, a imprensa e a “companheirada” que está presente acompanhando essa importante audiência. Acho que, como colocado pelo Batista, aqui, quando sentamos numa cadeira assim para prestar um depoimento, ficamos preocupados com duas questões. Uma é se fala tudo que imagina, que sabe,

outra é se fala um pedaço. O falar tudo se complica no dia de amanhã...

O SR.(Orador não identificado) – Deixa eu facilitar o seu trabalho. Nós, nesses processos todos, temos tomado, como tomamos hoje de manhã, depoimentos reservados em que nós aprofundamos e inclusive coletamos maiores informações.

Temos recebido também, preciso dizer, documentos em que esses fatos são relatados. Certamente, Dr. José Batista disse isto, que ele sabe muito mais do que ele disse. Mas do que ele não disse, ele nos entregou enquanto documento. Isso aqui está conosco para que justamente possamos tomar as atitudes.

Então, nós não queremos, essa é uma preocupação que nós tivemos, inclusive foi levantada pelo Deputado José Geraldo, que as pessoas exponham a sua vida, a sua segurança, nesses depoimentos.

Nesses depoimentos públicos o que é importante sabermos? É o quadro geral da questão fundiária na região, está certo?, E quais são as propostas e sugestões que vocês têm. Aquilo que o senhor considerar que não deve dizer porque está sendo colocado em público, entregue à Comissão que a Comissão, vamos dizer, garante o sigilo com relação ao senhor e fará os encaminhamentos que se fizerem necessários. Só para esclarecer isso, para lhe deixar à vontade com relação ao que vai falar e o que não puder falar encaminhar por escrito que a Comissão não vai deixar de considerar nenhuma contribuição que possa vir a ser dada. Está certo?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS SOLEDAD COSTA – Estamos à vontade, Deputado. Faço essa colocação porque em 1996, 1997, em audiência na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, em função dessa questão do conflito, da luta pela terra aqui, nós apresentamos uma relação ao Sr. Secretário de Segurança Pública da situação dos ameaçados de morte aqui na região. E dessa lista que apresentamos em 1996 muitos deles já foram, Ribamar, Zezinho, Euclides, Dedezinho. Todos eles constavam da lista que apresentamos naquele tempo. Mas, dentro do que já foi dito, quero acrescentar que aqui não temos só a questão da violência, da luta ou desses assassinatos, como já foi dito. Temos aqui, na região, quase quatrocentos projetos de assentamentos. Como já foi dito, quase setenta mil famílias, que são reconhecidas hoje pelo Governo Federal. Isso apesar das dificuldades. Como os Senhores viram hoje, um assentamento próximo aqui do asfalto, mas os trabalhadores estão lá há mais de quinze anos e pela primeira vez vai ser construída uma estrada lá para aqueles colonos. Imaginamos quem está no projeto de assentamento aqui a 200 Km de Marabá. Então nós temos aqui projeto de assenta-

mento que os assentados moram lá há mais de quinze anos e nunca chegou uma camionete na porta desse cidadão, para ele poder escoar a produção. Isso para dizer que do que os Senhores viram hoje do cupuaçu, do pescado, do açude, nós temos experiência aqui em vários projetos de assentamentos. Isso para dizer que com todas as dificuldades aqui, com a malária – nós temos uma realidade aqui em que um agricultor familiar tem quatro, cinco, seis malárias por ano – mesmo assim ainda produz o arroz, o feijão, o cupuaçu, o peixe, o leite, para falar um pouco dessa questão da produção dos projetos de assentamentos que têm aqui. Porque muitos ousam dizer de que não adianta criar o projeto de assentamento, investir na reforma agrária porque a propriedade privada é que dá o sustento, que produz os alimentos e tal. Mas é para dizer que o feijão, o arroz, o leite, a carne, a fruta no comércio local, nas pequenas e nas grandes cidades da região vem da agricultura familiar com todas as dificuldades que nós temos, inclusive, de acesso. Aqui, nesses quase 440 assentamentos, menos que 5% deles têm luz elétrica ou têm rede elétrica nesses projetos de assentamentos. Por volta de 80% dessas pessoas não têm acesso a nada, diretamente, para escoar a sua produção mas, mesmo assim, ainda tem o abastecimento na cidade. Se você pegar as feiras das cidades daqui da região, a produção vem desses projetos de assentamentos. Apesar da violência que os trabalhadores têm sofrido aqui, como assassinatos e ameaças, as dificuldades de acesso e da energia, a falta atendimento à saúde, os projetos de assentamentos produzem. Cada família que você assenta, são 3, 4 ou 5 empregos que você está criando aqui na região. Quando se coloca essa família na terra para produzir, você está tirando gente que está desempregada nas favelas e trazendo-as para a inclusão social. A questão colocada é a briga que se tem, aqui, com o latifúndio que muitos são, inclusive, improdutivos nas áreas que estão ocupadas porque muitas são griladas e não têm documentação, a exemplo da peruana que está colocada porque parte dessa fazenda não tem documentação, a documentação é falsificada. Há outras, então, que nem documentos têm. Então, enquanto você tem famílias que estão passando fome nas favelas, nas periferias das pequenas cidades, há necessidade de inclusão delas e, dentro disto, as lideranças sindicais daqui da região acabam sendo ameaçadas de morte e muitas são até assassinadas. Mas é para dizer que toda essa luta é no sentido de se incluir essas famílias. Nós, inclusive, temos trabalhado nessa questão, aqui, preocupados – a Bernadete falou um pouco desse problema – com a educação dos filhos desses trabalhadores. A dificuldade de acesso à escola – a grande maioria dos projetos de

assentamentos não tem escolas construídas e quando tem a escola lá é até a quarta série e não mais do que isto. A dificuldade está posta e é a dificuldade que nós encontramos lá no projeto de assentamento e não é só esta questão de infra-estrutura que foi colocada.

Então, é uma questão que nos preocupa com relação a esse processo. Neste ano, nós temos o maior orçamento que a Reforma Agrária já teve aqui na região. São R\$158 milhões e nós vamos trabalhar para a correta aplicação desses recursos e ainda não se resolve o problema do ponto de vista das infra-estruturas – o Projeto de Assentamento das estradas. Está longe de se resolver o problema mas podemos dizer que, apesar da dificuldade que se tem, nós estamos fazendo o Projeto de Assentamento produzir, ao contrário dos que dizem que não adianta investir na Reforma Agrária, no Projeto de Assentamento. Nós temos dificuldades na hora do financiamento agrícola no Brasil inteiro mas, também, na nossa região. Se você pegar do ponto de vista da assistência técnica, nós estamos muito pouco assistido. Menos de 20% dos agricultores familiares em projetos de assentamento têm assistência técnica porque a assistência que têm é dos recursos do Incra porque a Emater não funciona aqui no município para garantir a assistência técnica para os agricultores familiares e quando funciona é para os grandes e não para os pequenos e, também, da lógica do financiamento. Nós temos, hoje, o Pronaf que é de R\$12 mil a R\$17 mil para se investir numa propriedade. Se você pegar o exemplo da teca, aqui, na região, – do plantio de teca – é muito diferente. A média, a lógica, é de R\$7 mil e R\$8 mil por hectares enquanto nós temos de 12 a 13 mil reais para investimento no lote de uma família de agricultura familiar. Então, é esta lógica posta mas, mesmo com essa dificuldade, com essa problemática, é para dizer que nós estamos fazendo os projetos de assentamentos produzirem, como vocês visitaram hoje – o assentamento Pequia. O seu Sebastião de lá, que tem aquele plantio de cupuaçu, não teve nenhum – nem do Governo Federal, nem do Governo Municipal e nem de Governo Estadual. Então, foi a partir do punho, da coragem e da força do braço que tem hoje aquele plantio de cupuaçu e aquela experiência com criação de peixes. Dentro disso queríamos colocar essa questão porque às vezes é dito que não adianta investir na reforma agrária, que o Governo Federal está perdendo recurso que investe na agricultura familiar. Mas, ao contrário, como o Batista disse aqui, são setenta mil famílias – isso vezes cinco –, ou seja, são muitas pessoas incluídas aqui. Como o Sr. Sebastião disse hoje, o Deputado João Alfredo lhe perguntou qual era a situação dele hoje, se ele se encontrava na região melhor ou pior do que quando

veio para cá. Ele, brincando, disse que tinha pouca coisa ainda, mas pelo menos para comer e mais uma reserva ele tinha. Quer dizer, o filho dele comprou um caminhão para si com a produção de cupuaçu. Isso mostra que se os investimentos fossem feitos nessa lógica, era possível estarmos muito mais avançados na questão da agricultura.

Por fim, com relação a essa questão das ocupações, como a Bernadete disse, são mais de dez mil famílias que estão debaixo da lona preta. Se pegarmos os cadastrados nos sindicatos da região, vamos ter mais de vinte mil famílias esperando do Governo Federal conseguir uma região para trabalhar e produzir. Está aqui a questão posta, enquanto o problema do desemprego é preocupante no País, temos muita gente desempregada, passando fome nas periferias, por outro lado, há uma grande quantidade de terra improdutiva e grilada nessa região. Aí não tem conversa. Há duas saídas: ou abre para criar os projetos de assentamentos para que as famílias sejam assentadas, ou vai haver ocupação. Não há outro meio.

Dentro disso quero dizer que estamos trabalhando junto com o Incra para garantir a meta de oito mil famílias a serem assentadas na região, o que não vai ser suficiente. Tem uma parte muito grande que não está incluída entre essas oito mil famílias. Tem o problema do Estado, aqui colocado, que o Batista o fez muito bem. Nós tivemos agora uma reunião com o Iterpa, Superintendência de Marabá. O Iterpa não tem interesse em criar os projetos de assentamento nas terras do Estado, isso eles deixaram bem claro, porque a lógica é investir no agronegócio mesmo e não na agricultura familiar. O representante do Iterpa foi claro ao dizer que não adianta criar assentamento em terra do Estado porque vai estar inclusive incentivando as ocupações em terra do Estado. Temos uma experiência do que ocorreu, claramente, com relação do Governo do Estado, no Município de Paraupabas, na Fazenda Tapete Verde: depois que as famílias estavam acampadas, o Estado titulou fazendeiro, em vez de parcelar aquela propriedade lá e atender as famílias que estavam lá, uma vez que a terra é do Estado. Mas o Estado resolveu, o que é mais fácil, titular o fazendeiro e não parcelar para as famílias. Está, portanto, posto um problema com relação a essas terras do Estado.

O Incra se comprometeu, na reunião, em duas questões. Uma é o Estado criar o projeto de assentamento. O Incra assume o compromisso do projeto de assentamento, reconhece, garantindo o crédito da casa, o fomento, o Pronaf, a estrada, energia. O Estado não criou o projeto de assentamento e não se comprometeu com isso.

Isso mostra que se trata de uma questão grave que está posta com relação às áreas do Estado que são muitas na região. Qual é o destino que vai ser dado a isso? Se não tiver outro caminho, sem confusão, nós vamos ter que ocupar essas propriedades porque elas são improdutivas e nós temos um número grande de famílias passando fome e querendo um pedaço de chão para trabalhar, dentro da certeza de que os projetos de assentamento que temos aqui, mesmo com as grandes dificuldades que temos, estão dando certo. Ah, se nós não tivéssemos todos esses problemas! Apesar de todas as dificuldades, com vários trabalhadores assassinados na região, e costumamos dizer que cada projeto de assentamento criado aqui na região foi assinado com a tinta do sangue de cada colono assassinado aqui, se não tivéssemos esses assentamentos uma quantidade enorme de famílias estariam aí nas periferias, passando fome e fazendo coisas indevidas.

Então, entendemos que eles estão incluídos, tendo alguma coisa para comer e, inclusive, fornecendo para pequena, para média e para grande cidade da nossa região, porque o leite, o frango, a carne, o arroz, a farinha e o feijão vêm da agricultura familiar dessa região, não de outra localidade.

Portanto, queremos colocar um pouco dessa questão, para dizer que concordamos, em gênero, número e grau com o que o Batista apresentou, porque vivemos essa realidade juntos e só estamos muito preocupados com a vida de um monte de companheiros que estão marcados para morrer. Ficamos preocupados porque o latifúndio aqui não conversa, ele manda matar. Então, não tem conversa mesmo. A lei é a base do 38 e a impunidade pelo lado do Judiciário. Essa é a grande realidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a sua participação inicial e antes de passarmos a palavra aos Parlamentares para as questões, quero registrar aqui uma solicitação que faz a Associação dos Flagelados e Sem-Teto da Região de Marabá. A Associação requereu a área Cuidang(?) no km 1 e 2 da Transamazônica, pertencente a União, que vem sendo usada para especulação imobiliária por empresa ligada ao Governo Federal.

Além de arrendar e alugar as terras da União, os comerciantes vêm vendendo de um para o outro como se fosse transação imobiliária. Se a União tem terra para especulação imobiliária, por que não liberar a área para assentar as 2.017 famílias que vivem em áreas de alagamento?

Então é essa a solicitação que faz e pela seriedade dessa solicitação, fiz a leitura. Esse documento vem assinado pelo Presidente José Alves Amarante

e pelo 1º Secretário Odair Pereira Barroso e apenas documentos a respeito desse assunto.

Vamos levar e, naturalmente, vamos submeter à Secretaria da Comissão para elaborar os ofícios necessários, a fim de transmitir esse pleito.

O Deputado Josué Begtson pede a palavra.

O SR. JOSUÉ BEGTSON (PTB – PA) – Sr. Presidente, apenas eu e o Deputado José Geraldo somos da região, temos que informar que essa área é a área em torno do aeroporto de Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A informação, portanto, do Deputado Josué Bengtson.

Essa documentação, em respeito à Associação, é recolhida pela CPMI e será analisada. Os integrantes dessa Associação receberão uma resposta da CPMI sobre o que resultar dessa solicitação.

Quero também comunicar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e a todas as pessoas que nos honram aqui com suas presenças que conversamos, há pouco, com o Governador do Estado, que me solicita transmitir as suas preocupações também em relação àquilo que a todos nós preocupa neste momento, que é a preservação da vida de pessoas humildes que se encontram na fazenda que hoje visitamos, Peruano.

O Governador disse que não deseja, de forma alguma, estabelecer qualquer espécie de confronto. Ao contrário, deseja evitar, especialmente porque sabe das conseqüências de qualquer ação de despejo neste momento, em cumprimento de decisão judicial.

De outro lado, alega saber do seu dever, que o dever de um governante é cumprir decisão judicial, que o dever do governante é respeitar o Poder Judiciário, é não afrontá-lo, mas que vem envidando esforços, no sentido de encontrar solução para este fato sem, evidentemente, o trauma que provocaria qualquer ação de reintegração de posse neste momento.

Solicita, inclusive, a colaboração desta Comissão Parlamentar de Inquérito nos entendimentos.

Afirmou que já tem procurado contatos com o juiz substituto que também preferiu aguardar o retorno do titular a fim de que esse fato possa ser discutido e que uma solução seja encontrada. O Governador pede que o Incra agilize, o máximo que puder, a apresentação do seu relatório conclusivo a respeito da vistoria a que procede na área. S. Ex^a considera de fundamental importância que esses procedimentos sejam agilizados para facilitar os entendimentos.

Ao retornarmos a Brasília no dia de amanhã, creio que devemos procurar fazer contato com o Ministro da Justiça e quem sabe solicitar a S. Ex^a – imagino ser a pessoa mais autorizada a propor entendimento com o Poder Judiciário – que seja aguardada a conclusão do relatório do Incra que, sem dúvida, está sob sua

responsabilidade. Creio ser enorme a responsabilidade do Incra neste momento diante das circunstâncias, dos fatos, sobretudo por se tratar de uma propriedade localizada em região emblemática que já assistiu à violência na proporção maior, com repercussão internacional.

É evidente que todos ficamos preocupados com o que vimos hoje, com a tensão reinante diante da expectativa de um eventual despejo. Sobretudo, há a nossa preocupação diante da convicção das pessoas que lá se encontram de que devem resistir até as últimas conseqüências. Há um grande número de crianças que não podem ser colocadas diante de um risco de tamanha gravidade.

Essa é a palavra do Governador. S. Ex^a afirma que está sobremaneira preocupado e que não deseja tomar nenhuma iniciativa que possa significar um conflito de proporções. Portanto, há a necessidade de agilização de todos os procedimentos a partir do Incra, sobretudo para que se possa facilitar o entendimento junto ao Poder Judiciário. Esperamos que a solução seja a melhor possível.

Vamos dar continuidade aos trabalhos.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, ainda sobre esse assunto, no mesmo diapasão de V. Ex^a, disse no início que a Ouvidora Agrária substituta está a aguardar justamente o relatório do Incra para que possa intervir no processo e solicitar a suspensão da ordem. Evidentemente, a questão continua, mas o fato de conseguirmos sustar a ordem de reintegração para dar um pouco de tranquilidade àquelas famílias e continuar o trabalho de levantamento das terras para arrecadar ou para desapropriar seria um bom resultado da nossa visita para não dizer que apenas visitamos. Considero importante o entendimento de V. Ex^a com o Governador do Estado.

Não tenho perguntas, mas o Dr. Batista disse que o representante da Fetagre tinha um documento para nos entregar com detalhes mais ricos da situação fundiária e do problema da violência do campo, sobre o qual creio que vamos nos debruçar. Portanto, solicito que essa entrega seja feita. Não sei na hora do seu depoimento o Sr. Francisco de Assis se esqueceu disso, mas faço essa solicitação porque esse documento é de muita valia para compreensão da violência e, mais do que isso, para que possamos tomar atitudes concretas como fizemos há pouco com relação à questão do acampamento, visando a debelar essa situação de conflito aqui, na região. Então, era o pedido que queria fazer ao nosso depoente. Não tenho perguntas até porque coincidem em muito as colocações do

Francisco de Assis com as do Dr. José Batista. Elas vão no mesmo rumo. E nós já exploramos bem essas contribuições anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para continuar com o entendimento a respeito da ocupação do acampamento, gostaria de saber da Dr^a Bernadete que tempo precisa e que condições ainda poderiam ajudá-la para antecipar, ao máximo, esse levantamento. Isso serve, então, de prazo para que o despejo seja suspenso e serve até para o conhecimento da juíza da Justiça local.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra a Dr^a Bernadete.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Temos aqui a presença de mais alguns técnicos do Incra; do chefe da Procuradoria, Dr. Pedro Duarte; do chefe da Divisão Técnica, o Gilson. Peço ajuda dele para responder à pergunta do Senador Sibá com relação ao tempo. Ele tem melhores condições de avaliar como se encontra o relatório e o tempo necessário para sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não. (Pausa.)

Estamos realizando, hoje, uma reunião sem nos atermos às questões regimentais, que levamos muito em conta no Senado Federal. Estamos levando a reunião de maneira informal. Por isso, o senhor pode usar da palavra, sim.

O SR. GILSON – Boa-tarde. Eu gostaria de esclarecer um ponto com relação ao levantamento que está sendo realizado na Fazenda Peruano. Num primeiro momento, em reunião ocorrida juntamente com o movimento social, ficou a ser credenciado ao Incra o compromisso de fazer o levantamento topográfico e dominial da propriedade da Fazenda Peruano. Num primeiro levantamento cartorial, tivemos a confirmação da matrícula sobre 4.338 hectares de título oriundo do Estado do Pará, a título definitivo – esse que está registrado. Nesse documento, o Incra também já está fazendo a consulta junto ao Instituto de Terras quanto à sua legitimidade. Dada a necessidade de procedermos a esse levantamento topográfico que ficou confirmado para o Incra – que seriam o levantamento cartorial e topográfico – para se aferir a dimensão da propriedade e da forma como está constituída. Preliminarmente, temos uma medição que fizemos pela área externa dos confrontantes. Então, confirmamos mais dois documentos que integram a propriedade, que já está sendo levantada, cartorialmente, pela nossa Procuradoria. Temos a necessidade, dada a recusa do proprietário em indicar uma pessoa de sua confiança e que conheça os limites da propriedade, que,

dessa comissão, saia um entendimento que o proprietário acate, indique uma pessoa para acompanhar a equipe de medição do Incra e que também possibilite, dado o conhecimento, como já está acordado com a Ouvidoria Agrária Nacional, do acompanhamento do movimento da pessoa que dizem conhecer bem a delimitação da fazenda.

O Incra, após a definição dessa possibilidade de haver o acompanhamento de alguém da fazenda para que tenhamos assegurado realmente...

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Só um instante. Mas ela falou que isso poderia ser feito pelas externas.

O SR. GILSON – Sim, nós temos. Ocorre que...

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Com esse levantamento, deu quanto?

O SR. GILSON – Preliminarmente, temos dez mil e poucos hectares. Agora, o que precisamos, Excelência, é que tenhamos confirmado... Está averiguado que existe uma parte dela que não está acobertada por documento. Então, para identificação dessa parte da propriedade, temos que ter a presença de alguém do proprietário que nos acompanhe para definirmos.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Permita-me ajudar porque sou advogado. Advogado é meio metido assim mesmo, quer resolver as questões. Se o Incra já tem uma certeza pelo trabalho feito, de que você falou agora há pouco, que uma parte dessa área não tem cobertura de documento, se isso se transforma num laudo, isso poderá servir à ouvidoria e ao Governador, para neste momento sustar a reintegração.

O SR. GILSON – Sim, mas a área é oriunda de um título do Estado de 1929, onde as coordenadas geográficas que amarram a delimitação da propriedade... ela não traz coordenada geográfica, ela traz ponta de amarrações simbólicas, que não nos permitem ter a segurança de dizer que parte da propriedade é que realmente complementa, que contempla aquele título. Então, por isso é que precisamos ter a presença do proprietário com a equipe para definir essa parte.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Eu vou voltar a insistir nisso, me desculpe, talvez nem eles saibam, vou dizer aqui no microfone, devido a essa situação anterior, se o Incra – não estou querendo forçar nada – chegar à conclusão, pelos seus estudos, de que uma parte dessa área não tem cobertura de documento, portanto é área pública, devoluta, se o Incra chega a essa conclusão – não estou dizendo que ele chegou não, mas se o Incra chegar – bote isso no papel.

O SR. GILSON – Sim, mas justamente isso é que estamos colocando. Agora, temos que ter... porque esse documento foi expedido pelo Estado do Pará em 1929; não foi expedido por órgão público federal. Então,

justamente por isso é que não temos essa condição de amarrar, ver qual é o ponto dela que ...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É, o que podemos solicitar diante da emergência é a agilização desses procedimentos e, quem sabe, a divulgação de um relatório parcial, desde que, sendo parcial, já é suficiente para determinada decisão ou para revisão de uma decisão adotada anteriormente. Creio que essa questão está devidamente esclarecida e podemos...

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Eu só acho que o próprio Instituto de Terras do Pará (Iterpa) deva se envolver na mesma intensidade que o Incra se envolverá, para que possamos ter essa realidade fundiária desta área, porque, já que o título foi expedido pelo Iterpa, cabe até mais; o próprio Iterpa, que está sob o comando do Governo do Estado verificar o mais rápido possível qual a realidade fundiária dessa área. E outra coisa: não há uma pressa, daqui para a semana que vem, para verificar isso, porque aqui nesta região temos várias reintegrações de posse que estão negociadas já há bastante tempo, porque é uma questão de negociação, até porque onde aquelas famílias estão acampadas, pelo que verifiquei hoje, não tem nada, não tem um pé de quiabo para estragar ali, não atrapalha nada. Então, eu acho que temos um tempo tanto para o Incra quanto para o Iterpa resolver nesse próximo mês, mas eu gostaria que nós, desde já, também a CPMI, responsabilizássemos também o Iterpa para ajudar os dois órgãos juntos a encontrar essa solução.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Teremos a oportunidade amanhã de indagar do Iterpa sobre sua participação. O Governador adiantou também que o procedimento inicial para o cumprimento de uma ordem de reintegração de posse é encaminhar a Polícia Militar para averiguação da área e as condições para o cumprimento da decisão. Então, o Deputado José Geraldo tem razão, não é uma coisa que acontecerá de hoje para amanhã, então há ainda um tempo para os procedimentos preliminares e é contando com a agilidade do Incra e, quem sabe, do Iterpa, que nesse tempo que se exige para os procedimentos preliminares se chegue a uma reversão de expectativa.

Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, estamos numa CPMI e aquilo que falamos, os depoimentos das pessoas estão sendo gravados e não podemos deixar dúvida quanto àquilo que está acontecendo para não se fazer pré-julgamento, nem de um lado nem de outro.

Sr. Francisco, V. S^a tem algum conhecimento que a ilustre superintendente do Incra não saiba? Ela falou aqui, e V. S^a fez uma afirmação de que já está provado que os documentos das terras da Peruano são falsos. Estamos em uma CPMI, e tudo é gravado. Se V. S^a souber de algum fato de que a Superintendente do Incra não tenha conhecimento, peço que nos declare para sairmos daqui sem qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que o Sr. Francisco pode responder, para depois encerrarmos sua participação. Não sei se o Deputado Jamil Murad quer fazer-lhe alguma indagação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A questão se soma ao que abordou o Deputado José Geraldo. Os elementos demonstram que há possivelmente irregularidades nos documentos apresentados pelo proprietário da Peruano. O Incra menciona que há aproximadamente 10 mil hectares, mas ele declara possuir quatro mil hectares.

Existem vários elementos que dão base para a intervenção de V. Ex^a, Senador. Esta CPMI tem, no dia de hoje, um ponto alto, porque a Comissão teve conexão com várias autoridades, inclusive com o Governo do Estado, evitando uma tragédia. Mas, evitar uma tragédia ainda não está consolidado. Precisamos continuar nesse processo. Se amanhã pudermos conversar novamente com o Governador, deveremos fazê-lo para consolidar a idéia de que é necessário evitar o despejo, buscar outro tipo de solução e resguardar o interesse e a vida de 1.100 famílias.

Há outra questão. Pela manhã, ouvimos uma sindicalista que tem a sua vida ameaçada. Solicitamos ao Presidente da CPMI, Senador Alvaro Dias, que tratasse do assunto com o Governador, que é o chefe maior do Poder Executivo – é chefe da Polícia Militar, portanto pode deslocar um coronel da Polícia Militar, um delegado da Polícia Civil, pode trocar delegados, coronéis, ou seja, pode modificar o sistema de segurança para acabar com esta vergonha de pistoleiro e mandante continuarem aqui como se esta fosse uma terra sem lei. Aqui é Brasil. Há uma Constituição e também leis. Se em outros Estados há a obrigação de se respeitar a lei – o proprietário de terra tem obrigação de respeitar a lei –, aqui também há a obrigação de se respeitar a lei. Ele não pode se comportar em Marabá como se aqui fosse outro país, como se a Constituição não servisse para ele. O Governador e as autoridades de segurança precisam saber dessa situação e colocar a questão em prática. Não podem dar continuidade a essa insegurança. Cria-se uma CPMI, depois outra. Há reportagens em revistas, em jornais e em televisões, mas a situação não muda. As autoridades deveriam mexer no sistema de segurança, no sistema de po-

der para intimidar esses covardes, mas o sistema de segurança acaba dando cobertura aos covardes que tiram a vida de trabalhadores que querem tratar sua família com dignidade.

Como primeiro ponto, foi muito importante evitar o despejo, mas há a necessidade de tratarmos da vida da Presidente do Sindicato. Essa não é uma questão de Marabá, mas do Brasil. O País não pode permitir que se assassine, que se marque para matar uma mulher que é viúva de um sindicalista assassinado, mãe de quatro filhos e que, no seu País, no ano de 2004, não conseguiu, mesmo falando com Senadores e Deputados, evitar sua morte. Isso não pode acontecer! Precisamos falar com o Governador. S. Ex^a que resolva com os seus homens de segurança, porque é uma obrigação dele. Não é um favor que fará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos ouvir a resposta à pergunta do Deputado Josué Bengtson e depois encerrar a participação do Sr. Francisco de Assis, para ouvirmos o último depoimento.

Informo que há uma solicitação de documento feita pelo Relator.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS SOLEDAD COSTA – Vou explicar o documento para ele. Suspeitamos não só nesta fazenda, mas em várias outras. O Dezinho foi assassinado porque bateu na tecla que fazendas em torno do Rondon do Pará não tinham títulos. Eram falsas. Tanto que, quando o Incra foi criar o projeto de assentamento lá, comprovou que, de fato, naquela região, não havia titulação naquelas áreas. Então, suspeitamos que parte desta fazenda não tem documentação, assim como várias outras aqui na região. Por isso, reivindicamos ao Incra, no último acampamento que fizemos, recursos para que fosse feito levantamento fundiário na região, para constatar inclusive a realidade que suspeitamos não só dessa fazenda, mas de várias outras do sul do Pará. Avaliamos que muitas das fazendas que são consideradas produtivas não têm título, são griladas. Estamos dizendo isto abertamente com relação à questão. Por isso, reivindicamos do Incra recursos para o levantamento fundiário da região.

Quanto ao documento, vamos apresentar, de fato, dois documentos. Um trata do contexto da reforma agrária na região, da impunidade, da problemática da reforma agrária no sul do Pará, da prática criminosa do trabalho escravo na região – vamos citar os números para conhecimento dos senhores –, da lista dos mandantes e pistoleiros com prisão preventiva decretada cujo mandado não foi cumprido pela polícia, da relação de inquéritos e processos que apuram assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças no sul do Pará e, por último, da situação dos processos criminais sobre

o trabalho escravo no sul e sudeste do Pará e, entre eles, destacamos também o ano de 2003. Então, vamos disponibilizar a cada um dos senhores cópia do dossiê. Um outro documento que vamos apresentar aos senhores é com relação à produtividade dos projetos de assentamento da região coordenados por nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos, mais uma vez, a sua participação, Francisco de Assis Soledad Costa, da Fetagri. O próximo convidado seria o Sr. Diogo Naves Sobrinho, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, o qual, como está com a filha hospitalizada em Goiânia, pediu que a Drª Adelaide Vieira o substituísse nesta audiência pública.

Vamos, então, conceder a palavra à Drª Adelaide Vieira, para que possa fazer sua exposição e transmitir a esta CPMI sua visão de todas estas questões. Depois, vamos encerrar a audiência com as perguntas dos Srs. Parlamentares.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Peço vênha às autoridades presentes para saudá-los em nome do Senador Presidente da nossa CPMI que muito nos honra com sua visita e muito engrandece o Estado do Pará a presença de todos os senhores.

Quero saudar também as pessoas aqui presentes neste Plenário e dizer que estou aqui em nome do Sindicato de Produtores Rurais de Marabá. Antes da pequena exposição aos senhores, gostaria de fazer um comentário sobre algo com que ficamos muito preocupados.

Sou advogada criminalista há trinta e três anos. Venho da época do regime militar. Militei também no combate ao regime de exceção e lutei muito para que a democracia no nosso **(FALHA NA GRAVAÇÃO)**

... sinto-me profundamente ofendida. Porque, como profissional da lei, operador ou operacionalizador da lei, temos por obrigação buscar os caminhos legais que venham a reconduzir nos trilhos da justiça a verdade. Portanto, Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que seja remetida à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará a fita contendo as denúncias efetuadas aqui pelo Dr. José Batista, da CPT, assim como ao Ministério Público Estadual.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que, com relação à violência, a questão não é apenas do Estado do Pará, mas do Governo Federal. Já nos idos de 1997, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça, foi criado um programa que nós advogados criminalistas conhecemos, e muitos da sociedade conhecem, que se chama Pró Vita, que é o Programa de Proteção à Testemunha, e em que são oferecidas todas as garantias às pessoas que nele

ingressam. E é muito simples ingressar no programa, Sr. Presidente. Basta o advogado se dirigir ao Ministério Público, fazer o comunicado ou a denúncia, levar a pessoa, que é ouvida em termos e declarações pelo Ministério Público, que aciona, por meio da Ordem dos Advogados do Brasil – no caso, o do Pará – e a Secretaria de Segurança do Estado, que mantém o programa em parceria com o Governo Federal e a OAB, e a pessoa é colocada imediatamente no Pró Vita, tendo a sua vida e as de seus filhos preservadas.

Portanto, entendo que esse caso é muito simples.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A Drª Adelaide foi chamada como depoente, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Dos produtores.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sindicato dos Produtores Rurais. Portanto, indago à Presidência se, além da liberdade de colocar o que colocou, ela pode explicar a situação dos produtores rurais, se eles possuem, de maneira consciente, alguma explicação para o estado de violência. Pois muitos dos depoentes falaram que vários produtores rurais têm relação consciente com a violência estabelecida no sul do Pará. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Certamente S. Sª responderá a todas as questões no momento em que as indagações forem feitas. E creio que deve ser respeitada em seu direito de expor, sobretudo o tema que escolheu. Este momento é de liberdade a fim de que S. Sª possa exercer a liberdade de convicção pessoal, a liberdade de pensamento e a liberdade de opinião. E nós da Comissão estamos aqui a fim de garantir esse direito. Posteriormente, as indagações serão livres também. E S. Sª certamente responderá todas.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Obrigada. Gostaria de dar início ao nosso assunto. Em decorrência do problema de saúde da filha do Dr. Diogo, fui designada para representá-lo no Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá. E foi escolhido pela diretoria um tempo para ser **(falha na gravação)** a esta reunião, que é um caso inverso a todos aqui já apresentados. Inclusive estamos com uma documentação que vamos entregar à Comissão para análise posterior. Trata-se do caso do Município de Marabá, da fazenda Boa Sorte-Boa Vista, uma posse antiga, da época de 1980, em área que se pensava ser do Iterpa e, posteriormente, com a chegada do GPS e tudo mais, descobriu-se que era do Incra.

Essa Fazenda Boa Sorte e Boa Vista já sofreu, antes de 1996, invasões e foram resolvidas por meio de liminares de mandado de reintegração de posse. Em 1996, ao se descobrir que era Incra, e não Iterpa, foi feito um acordo com Executor do Incra à época, aqui em Marabá, não tinha Superintendência, era um Executor, Dr. Ronaldo Juste de Abreu, que hoje é o Presidente da Subseção OAB de Marabá. Ele e o Dr. Gilson, técnico-chefe do Incra, Engenheiro Agrônomo assinaram esse acordo com o Incra, Sr. Valdemar Camilo de Lima, em que, daquela posse que o Sr. Valdemar tinha, foram retirados 380 alqueires para ser feita a reforma agrária, a ser realizada através do assentamento Alto Bonito e o restante dentro daquela exposição pelo senhor, o que a pessoa conseguisse abrir ele teria em dobro naqueles idos passados. Realmente a fazenda é produtiva, toda de pastagem, produção pecuária.

O Incra, através desse acordo, compromete-se da titulação da área para dois filhos do Sr. Valdemar Camilo, o Valdemar Júnior e o Alessandro. E tal não ocorreu até hoje. Veio, posteriormente, uma nova invasão, desta vez, a ocupação, como é falado pelos movimentos sociais, localizada dentro da mata de reserva legal da propriedade, daquela gleba.

Foi feito o pedido de reintegração de posse, concedida a liminar, quando estava para ser cumprida, foi recolhida, e encontra-se recolhida até hoje. Nesse período começaram a se desenvolver atos de extrema violência praticados pelos habitantes do local em disputa pela terra. Tudo documentado e que desejo entregar ao Sr. Presidente, posteriormente, a fim de ser analisado por V. Ex^{as}.

Existem três pedidos de prisão preventiva dentro daquela área, sendo um deles para a D^a Edinalva Rodrigues de Araújo. Existem denúncias de todos os tipos. Foram 91 boletins de ocorrência. Continuamente ocorrem abate de gado do rebanho de propriedade do Sr. Valdemar. A propriedade encontra-se desde maio do ano passado, **sub judice**, impedindo a vistoria por uma sentença da Justiça Federal.

Em 18 de dezembro, a Superintendente do Incra, D^a Bernadete, baixou uma portaria criando um PA naquela localidade, na área de mata, que é a reserva legal daquela área. No dia 9 de janeiro deste ano, a sede da fazenda, pela terceira vez, foi esbulhada, empregados foram mantidos em cárcere privado e a D^a Edinalva, líder do acampamento, com o grupo dela, mostravam a portaria baixada pelo Incra, que ali tudo era já um assentamento. E na realidade não era.

O que não se compreende é o grau de violência para ser realizada a reforma agrária. Este PA foi criado em uma área que impedia vistoria, uma área de conflito,

uma área de mata de reserva legal, ferindo as disposições do Conama e outras disposições legais.

No decorrer desse processo, as coisas foram piorando nessa área de violência e foi denunciada à Juíza da Vara Agrária que, em um despacho, convocou as Ouvidorias Agrárias Nacional e Estadual, entre outros, para prestarem informações e virem se reunir conosco. Tivemos esta reunião em 13 de fevereiro, aqui, com a Ouvidoria Agrária Nacional. Nada daquela determinação judicial se falou naquela reunião. Em nove de janeiro, quando ocuparam novamente a sede, esbulhando, todo o gado foi jogado na estrada, em torno de 1800 cabeças. Aí, misturou-se o gado vacinado com o gado não vacinado contra aftosa. A área do sul do Pará é considerada Zona 1 e está para receber o certificado de livre de aftosa. Portanto, um ato impensado desses, cometido por um grupo de pessoas, vem a atrapalhar a própria economia do Estado do Pará. Esse gado não pôde ser vacinado na campanha de novembro. Na de maio, até à data de hoje, não se conseguiu vacinar esse gado. Denunciamos na Adepará todo o acontecido. Os técnicos vieram e fizeram um acordo com o pessoal desse PA. O advogado José Batista estava presente e também assinou o acordo, mas isso não foi possível até este momento. Por quê? Porque eles saíram da Zona da Mata, Dona Bernadete, e entraram na zona da pastagem, onde têm mais de duas mil cabeças de gado, que têm de ser vacinadas contra aftosa. Isso é muito grave. O proprietário está notificado, sujeito a multas, por esse tipo de acontecimento. Não tem como se mexer com o gado, porque invadiram área produtiva. A conversa que se ouve é a que, se se tirar o gado para trazer para o mangueiro, que é distante daquele pasto, eles não deixarão mais o gado retornar. Então, isso já está até em juízo, pela Adepará, que é o órgão que cuida da sanidade animal aqui no Estado. Se isso acontecer, é gravíssimo, porque o Estado do Pará não vai poder vender gado para fora, vai continuar somente dentro do Pará mesmo.

Toda essa documentação está aqui, comprovando todo esse depoimento.

Quanto à Ouvidoria Agrária, naquela reunião, eles foram no intuito tão somente de que os proprietários abrissem mão do mandado de reintegração de posse numa ação possessória antiga e de que se fizesse um acordo. Na realidade, não era nada disso. A reunião foi convocada para que pudéssemos retornar com o gado para dentro da fazenda. Na fazenda, não puderam entrar os empregados e o proprietário – aliás, é o posseiro mais antigo que não é o proprietário ainda. Então, a fazenda ficou abandonada na mão dos ocupantes do dia nove de janeiro a 18 de fevereiro, quando eles puderam entrar.

(Intervenções fora do microfone.)

Sim, porque tivemos a reunião no dia 13 e não houve acordo. Aí, resolveram ir ao acampamento, para ver as roças, porque o alegado era que o gado comia as roças. A história é longa. Temos todos os depoimentos aqui para verem qual é a realidade.

O que aconteceu? Nesse período todo, a fazenda ficou abandonada. A sede está toda depredada, gado continua sendo abatido sistematicamente. Inclusive, existe processo na Vara Agrária que denuncia que uma ambulância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraupeba está apreendida – não sei se é Curianópolis ou Canaã -, porque estava transportando carne para aquele acampamento em frente ao Incra, vinda da Fazenda Boa Sorte.

Então, as histórias são verídicas dos dois lados. Eu estou focando, conforme decisão da Diretoria do Sindicato, este caso. Não estou autorizada a focar os outros casos. Esse caso é considerado pelo sindicato, depois do Peruano, o caso mais grave atualmente.

Assim, existe esse acordo que o Incra não cumpriu.

Em todo esse decorrer, em face da não-observância da lei da reforma agrária, os advogados optaram, estudando toda a história, por entrar com uma notícia-crime junto ao Ministério Público Federal de Marabá, contra a Dona Bernadete e uma Procuradora do Incra, Dra. Cláudia, porque não foram cumpridos os ditames da lei da reforma agrária; foram atropelados. Então isso dá crime de prevaricação.

Está sendo analisado e está correndo.

Posteriormente, foi levada uma denúncia ao Presidente do Incra, visto que, de acordo com a Lei da Reforma Agrária e a Medida Provisória, área de conflito, crime de esbulho possessório e crime de cárcere privado impedem o assentamento das pessoas naquele local.

Então, isso foi denunciado porque também está ilegal. Isso não impede que as pessoas sejam removidas para outra área, porque chegou ao nosso conhecimento que foram baixados quatro decretos de desapropriação recentemente aqui no Pará que perfazem mais de cem mil hectares de área.

Eu não sei o número do decreto, mas sei a data dele: 19 de maio, publicado no Diário Oficial de 20 de maio de 2004, com total de 87.873 hectares, 9.483 centiares, em Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras, Gleba Cristalino. Depois, um decreto do dia 03 de fevereiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 04 de fevereiro, com total de 1.280 hectares e 4.276 centiares, em Redenção, Gleba Cocalino. O terceiro, é um decreto de 03 de fevereiro, publicado também no dia 04, um total 3.462 hectares, 8.284 cen-

tiares, Gleba Panorama 02, Município de Santa Maria dos Barreiros. O quarto, que não consegui localizar o número, mas deve ser fácil de encontrarmos posteriormente, de 31.000 hectares também.

Portanto, o Incra tem esse estoque... mais o estoque das áreas, dos lotes arrecadados em poder de terceiros, podendo realizar uma reforma agrária a contento sem as questões de envolvimento de violência, sem as questões de envolvimento de ocupações e reconhecendo o real direito daquele que se encontra na terra desde 1980, através inclusive de documento registrado em cartório.

Era o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos à Drª Adelaide. Em razão do adiantado da hora, vamos rapidamente para as indagações finais, com o Relator, Deputado João Alfredo. Antes, porém, agradecemos à Presidente da Câmara de Vereadores Júlia Rosa, pela sua presença, assim como aos vereadores que aqui se encontram. Agradecemos, sobretudo, a acolhida a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito para os trabalhos desta tarde.

Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, a depoente inclusive teve oportunidade, evidentemente com todo o direito que têm todos os depoentes, de inclusive contestar a fala do advogado José Batista. Até aí não vejo nenhum problema. No entanto, ela fez uma série de acusações à Drª Bernadete, que se encontra presente.

Acho importante que, antes de eu fazer as minhas perguntas, que fosse concedida oportunidade à Drª Bernadete não para fazer um outro depoimento, mas apenas para responder às acusações que foram feitas pela Drª Adelaide Vieira, representando o Sindicato dos Produtores Rurais.

São acusações sérias que, segundo ela, motivaram uma notícia crime no Ministério Público Federal e, em estando S. Sª aqui presente, A Drª Adelaide é advogada, como eu, penso que deveria ser dado à Drª Bernadete o direito de apresentar a sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se a senhora Bernadete desejar, ela pode fazer uso da palavra para responder a essas questões.

A SRA. BERNADETE TEN CATEN – Em relação ao acordo que a Drª Adelaide cita de 1996, de fato foi feito. Depois dessa data, na verdade, conformou-se uma nova situação social naquela área, que foi ocupada. Os agricultores familiares estão lá dentro há pelo menos sete anos. Em relação a essa área, com a criação de um projeto de assentamento, cremos que o Incra cumpriu o seu papel. É, inclusive, uma área de mais de 3 mil hectares. Queremos esclarecer a todos

que o seu Valdemar Camilo ainda ficou com uma área de aproximadamente mil hectares. Queremos esclarecer que, posteriormente, já foi feito um novo acordo com Valdemar Camilo, inclusive com representantes da Justiça. Ele ficou responsabilizado de separar sua área para evitar que o gado entrasse na roça dos agricultores familiares que lá estão. Até hoje ele não cumpriu, o que cabe ao órgão fundiário e ao Incra. Quero dizer-lhe com toda a tranquilidade, Dr^a Adelaide, que se o Sr. Valdemar Camilo não demonstrar interesse, se não demonstrar vontade de conviver com os assentados, se não tiver uma boa convivência, o Incra terá, inclusive, que cumprir sua função de uma forma ainda mais rigorosa entrando com uma reivindicatória da área, que é da União. A área não é titulada ainda. Entendemos que o Incra, inclusive, foi bastante condescendente com ele deixando-o com uma área considerável. Se ele não cumprir os acordos e separar o gado e permitir que todos possam produzir com tranquilidade e conviver de uma forma pacífica, evitando conflitos, o Incra terá, inclusive, que retomar parte da área com que ele ainda ficou.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Dr^a Adelaide está pedindo para falar.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Dr^a Adelaide, V. S^a já responderá às outras perguntas que farei. Até porque essa questão que a Dr^a Bernadete levantou talvez seja fundamental. O seu cliente tem documento válido dessa área, reconhecido? Se a Senhora puder anotar, farei todas as perguntas de uma só vez. O nosso procedimento aqui é esse. Todos vão fazer as perguntas de uma vez. A Dr^a Bernadete falou agora há pouco que a área é terra pública. O que diz aqui é que é terra particular. Se há documento, qual é a espécie de documento que tem o senhor Valdemar? A outra questão que também creio que é importante conhecermos, até sob o ponto de vista da configuração da posse, é quais foram as benfeitorias efetivamente realizadas pelo seu cliente na área? O gado que foi colocado lá, não sei em que época, era dele ou ele arrendava essa pastagem para outros proprietários? Eram essas as perguntas que gostaria que V. S^a respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Consulto os demais parlamentares se desejam fazer alguma indagação nesse momento

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quando o trabalhador ocupa uma terra pública dizem que ele está invadindo; o outro é proprietário, tem que ser respeitado. Na verdade, ele não tem título da terra. Dr^a Adelaide, a senhora afirma que todos os atos de seu cliente são executados dentro da lei. Então, como explica as sucessivas ameaças de morte feitas por ele

contra trabalhadores rurais, em denúncias registradas judicialmente.

Segunda questão. A Senhora se apresentou aqui como uma advogada, porque a senhora defendeu o seu cliente, mas não explicou, durante todo esse processo, que são 419 assassinatos, aqui na região, e praticamente um só pistoleiro foi condenado. Três mandantes foram julgados, dois condenados, porque houve um movimento internacional, para que não houvesse impunidade nesses casos. Não foi nem de funcionamento normal da nossa Justiça.

A senhora ignorou tudo isso. Ignorou tudo isso. Quer dizer, a senhora, como advogada, só vê a representação dos seus clientes. Mas estamos debatendo aqui a manutenção de terras improdutivas, de terras devolutas, que são ocupadas indevidamente, que são registradas em cartório de maneira falsa, mandando matar trabalhador, mandando matar liderança sindical, como mataram o Dezinho. A senhora não falou nada sobre isso. O tempo todo foi falado que são pistoleiros e mandantes. Os dois são criminosos. São criminosos. É crime organizado que se quer apossar de terra. Há crime organizado que assalta carga de caminhão. E, aqui, também há o crime organizado em que o cara se apossa de terra que não lhe pertence e procura eliminar aqueles que querem justiça, que querem o direito de viver, que querem o direito de ter a sua família comendo, vestindo, que querem ter o direito de ajudar o Brasil a progredir. A senhora não falou nada sobre isso. Apenas defendeu o seu cliente.

Agora, gostaria que a senhora explicasse, então, por que o seu cliente foi denunciado na Justiça, por sucessivas ameaças de morte feitas contra trabalhadores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra a Dr^a Adelaide para responder a todas as questões.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Primeiro, gostaria de responder ao Deputado João Alfredo sobre se existe um documento reconhecido.

Para nós, existe um documento da posse antiga, mansa e pacífica, desde 1980, quando chegou àquele local e abriu aquela área, e beneficiou.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Então ele não é proprietário, não é?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não, ele é possessor antigo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Ah, ele é possessor! Só para entender.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Possessor. Eu não digo proprietário.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não, estou só esclarecendo!

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Posso até me ter enganado, mas ele é o posseiro mais antigo da área.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Está! Então não tem documento de propriedade. Estou aqui só esclarecendo!

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Mas ele veio há muito tempo. É o mais antigo. Ele chegou em 1980. Não havia estrada. O acesso de Marabá para lá era feito de barco.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Mas não existe essa lei de que o posseiro mais antigo fica. Por que não ficam todos?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Deputado, não estou dizendo que o posseiro mais antigo fica.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Peço aos nossos visitantes, convidados, que nos honram com suas presenças e que tiveram um comportamento que gostaríamos de destacar, de exemplariedade, que possibilitem a Drª Adelaide concluir a sua exposição.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Desculpe, Deputado João Alfredo, mas gostaria de apartear o senhor com o seguinte: não existe lei que diz que um posseiro é mais antigo ou não. Quem decide isso é a Justiça! Somente isto, a Justiça vai decidir!

Agora, se há documento reconhecido, não! Há este acordo que está aqui, o qual peço encarecidamente a V. Exª que, depois, possa manusear e ver quais as benfeitorias realizadas. Ele tem sede, casa de empregado, áreas de pastagem com três grandes retiros e cercas dividindo tudo. Área toda cercada. Está? E a criação de gado, que é da propriedade dele. Pode ser checado na Depará.

E agora é para o Senhor que eu tenho que responder. Eu não comentei a respeito das mortes, da violência ocorrida em relação aos mais pobres e aos mais fracos. Eu vou dizer porquê a V. Exª. Eu não vim para discutir isso aqui. Eu vim para colocar o outro lado. Isso não exige que nós do sindicato rural, os produtores rurais de Marabá estejamos de acordo com qualquer tipo de crime e de ilegalidade, seja de um lado ou seja de outro Excelência, porque a lei é boa para todos nós, é feita para todos nós. Então, eu não vim discutir se tem 479, 500, 100 mortes, de forma nenhuma. Esse não é o papel do sindicato, mas nós podemos assegurar perante a todos os membros desta insigne comissão de que nós do sindicato de produtores rurais de Marabá em momento nenhum somos a favor de atos ilegais e imorais. Não somos a favor de assassinatos, não somos a favor de tortura, não somos a favor de nada que fira a lei, seja de um lado ou de outro. Porque nós achamos que a grandiosidade do nosso País, conforme bem colocou V. Exª, o tamanho do Estado do Pará que integra a nossa Nação,

ele tem que ser cada dia mais desenvolvido e que esta região do nosso País tem que ser ocupada por brasileiros. Cada dia mais e tem que se tornar uma região produtiva e rica e que os pequenos se tornem médios e que os médios se tornem grandes na produção, porque isso só vem a colaborar para o progresso desta Nação, a estabilidade da sociedade. Isso nós somos a favor, nós não somos contra a reforma agrária. Nós não somos a favor de violência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Drª Adelaide, a senhora trabalha para um presidente de sindicato rural e nunca os trabalhadores ameaçaram a vida dele. No entanto, a líder deles que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais está ameaçada de morte.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Então, Excelência, eu gostaria, aqui respondendo ao senhor, dizer que houve sucessivas denúncias de morte que estão registradas judicialmente. Eu gostaria de saber em que processos que estão, em que local estão, em que fórum, em que vara, porque até não chegou nenhuma intimação, nada absolutamente para o Sr. Valdemar e nem para os filhos. Que eu saiba gostaria de colocar a disposição da Comissão que mandasse pesquisar no fórum de Paraupéba, porque acesso para fazendas é por Paraupéba, não é por aqui porque ele precisaria de uma ponte e não existe essa ponte.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não sei se a Drª Adelaide sabe que, nessa região, os processos e os inquéritos costumam sumir. Nós recebemos aqui.... Não sei se é o caso do seu cliente, mas nós temos aqui denúncias de uma série de inquéritos que desapareceram todos eles inclusive envolvendo mortes de trabalhadores rurais aqui na região.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Sim, mas não é o caso do Sr. Valdemar porque ele é uma pessoa muito pacífica. E eu não gostaria de continuar se houvesse manifestação porque a gente não se manifestou em momento algum para os outros

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu já fiz esta solicitação e certamente nós seremos atendidos e pode continuar.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Então, nós gostaríamos de saber da pessoa que passou informação para o Senhor que nos informasse dos processos e desses inquéritos, nós vamos atrás deles e se realmente eles existirem nós traremos para esta Comissão.

E essa questão das mortes eu já disse para o Senhor, nós não somos a favor nem das mortes e nem da violência nem de um lado e nem de outro, nós somos a favor do cumprimento da lei. Acho que não pode ser de outra forma, pois somos cidadãos e estamos em

um Estado de Direito, nós temos que cumprir a lei. Eu acho isso elementar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Sibá Machado quer fazer a consideração final. Eu peço agora aos colegas de Comissão que compreendam a necessidade de nós liberarmos a Câmara de Vereadores em função do horário.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Drª Adelaide, ainda gostaria de fazer algumas perguntas para a senhora, e pediria até que as respostas fossem breves. Primeiro, quanto a sua preocupação a respeito do advogado da CPT, José Batista, ter formalizado, ele formalizou as denúncias apresentadas aqui. O Ofício 032/2004, indica o desaparecimento de processos, o que emperrou inquéritos policiais e as investigações de morte.

Só estou dizendo que é oficial a denúncia do Dr. José Batista. Não se faz necessária a sua preocupação, tendo em vista que ele formalizou à Corregedoria. Mas o que eu quero saber da senhora, primeiramente, é qual a abrangência territorial do Sindicato dos Produtores?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – De Marabá.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Só o Município de Marabá? Quantos associados têm o sindicato?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Eu vou me informar aqui.

Quinhentos.

O SR. – (Fora do microfone.)

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não, não sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Não sabe?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não sei, como a Doutora (?) se valeu de assessoria. É perfeitamente normal.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Se alguém souber eu gostaria de saber.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Quinhentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Quinhentos associados. Algum desses associados está envolvido em alguma espécie de investigação por morte dos trabalhadores?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – A senhora conhece uma pessoa conhecida pelo nome de Marlon Lopes Pide?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não é associado.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – O Sr. João Lopes Pide?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não é associado.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Lourival Santos da Rocha?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não é associado.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Orlando Dias da Silva?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não é associado.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Paulo gor-do?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não é associado.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – João do Paulo?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Os dois últimos são do Município de Itupiranga.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Consta aqui como Marabá

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – E o senhor, só sei o apelido e não gosto de citar o apelido nessas horas, é conhecido por Delzão.

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Delzão?

É de Rondon do Pará.

Não é do nosso Município.

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Não é sócio do sindicato?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Não, ele é da cidade de Rondon do Pará. Tem que verificar se sócio do sindicato de lá, não é?

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Perfeito

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – É só, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (AC – PT) – Não, para concluir, quero saber se é possível contarmos com a contribuição do Sindicato dos Produtores para dar velocidade a necessidade apontada pelo Drª Bernadete de identificar imediatamente a situação fundiária de todos os associados dos sindicatos. E quero justificar por quê. Até mesmo para dar toda a tranquilidade necessária para que eles fiquem tranquilos em suas propriedades. Quero saber se é possível contarmos com essa colaboração do sindicato e de V Srª?

A SRA. ADELAIDE VIEIRA – Quero dizer a V. Exª que nunca o Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Marabá se furtou a se encontrar em reuniões com a Drª Bernadete. Nunca o sindicato rural se negou a colaborar com Incra, de forma nenhuma. Penso que uma parceria é a melhor coisa porque esvazia a violência, caso contrário, ficamos sempre com aquela cantilena só de um lado sem ouvir o outro lado. Acho que este é um momento muito especial, é o momento de se dar as mãos, não só o Incra e o Sindicato dos Produtores Rurais, mas a Fetagre, a CPT e todos nós, como membros da sociedade, para que possamos alcançar a reforma agrária com paz, com harmonia e com desenvolvimento; não com fome. A doutora falou

aqui que há pessoas que não alcançam a renda e um lote nem de um salário-mínimo. Isso é terrível, é pior do que trabalho escravo, porque ele está escravizado na falta de condições para progredir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, já que a representante do Sindicato disse que vai pedir que esta gravação seja encaminhada ao Ministério Público Estadual e ao Judiciário, eu gostaria de afirmar, até para que a minha posição seja avaliada pelo Ministério Público e pelo Judiciário que, na minha avaliação, o Ministério Público Estadual deixa muito a desejar no Estado do Pará.

Digo isso aqui e já dizia na tribuna da Assembléia Legislativa, quando era Deputado Estadual. Chegou o momento em que um Promotor titular da comarca de Porto de Moz passou dez meses sem pisar na comarca, para se ter uma idéia. Tive que ir lá pedir para o promotor trabalhar. Com relação à decisão da juíza de reintegração de posse, pessoalmente acho – e tenho o direito de achar – que a rapidez com que a juíza deu a reintegração deve ter muita afinidade com o latifúndio e tem uma avaliação de que o Judiciário, no Estado do Pará, não está disposto, pelas ações que vi e não é só essa, pois recentemente aconteceu uma decisão dessa em Marabá com relação ao Município de Anapu, numa decisão que retroagiu, tenho a avaliação de que o Judiciário não está contribuindo para que possamos dar velocidade à reforma agrária no Estado do Pará.

Gostaria de dizer que tenho uma avaliação positiva para esta região. Penso que essa região inclusive está bem colocada geograficamente, tem rodovias asfaltadas, o que a região oeste do Pará ainda não tem; uma região que tem linha aérea diariamente para Belém e para Brasília; uma região que tem terras boas e clima bom, tenho certeza de que nos próximos anos, com o trabalho que o Incra está fazendo, com o plano de reforma agrária e com a iniciativa de muitos empresários da região de se modernizarem, de buscar o desenvolvimento sustentável, viraremos a página dessa violência.

Tenho certeza Joelma que em Rondon do Pará vamos virar esse quadro sem precisar dessa violência que está sendo colocada através de ameaças. Acredito que na medida em que o governo do Estado assumir o seu papel, porque a responsabilidade pela reforma agrária não é só do Governo Federal, até porque aqui um bom percentual de terras pertence ao governo do Estado.

Portanto, acho que todos os que buscaram esse desenvolvimento vão encontrar apoio nos bancos como

Banco do Brasil, Banco da Amazônia, BNDES, para realmente podermos sair desse estágio de violência. Isso é tão ruim, porque a maioria das lideranças, inclusive da Fetagre, do movimento social que defende a agricultura familiar, ainda gasta a maioria do seu tempo envolvido em conflitos agrários quando poderia estar envolvendo o seu tempo ajudando a organizar essa produção familiar para poder se tornar competitiva.

Portanto, fiz essa declaração para afirmar a minha avaliação sobre o Judiciário e sobre o Ministério Público no Estado do Pará. É um direito que tenho, penso assim e estou gravando isso para que o Judiciário e o Ministério Público ouça a minha avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero esclarecer que toda a requisição de gravação dos trabalhos desta CPI deve ser feita através de requerimento escrito. Como a sessão é pública e não sigilosa, não teremos dificuldade de fornecer cópia dessas gravações. Apenas não podemos fornecer as gravações das reuniões sigilosas, como a que realizamos hoje do depoimento da Srª Joel, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará.

Quero agradecer mais uma vez a sua presença, Drª Adelaide Vieira, cumprimentando-a pela coragem de se apresentar aqui, num cenário pouco favorável à posição, num cenário que foi ocupado quase que integralmente por lideranças de trabalhadores, que nos honraram com a presença.

Quero agradecer mais uma vez à Câmara de Vereadores de Marabá, agradecer a todos os meus colegas...

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª por ter vindo ao nosso Estado, o Estado Pará. Sempre tenho dito que o Pará é o paraíso. Um Estado que tem 1.250 mil km². Causa-nos espanto que tenhamos conflitos agrários. Parece que até interessa a alguém que esses conflitos continuem porque temos terras. A filosofia, inclusive, do governo revolucionário, já mencionado aqui pelo Batista: o homem sem terra na terra sem homem. E o Pará ainda continua com uma enormidade de terra sem homem. Então, lamentamos o incidente, lamentamos, eu como pastor evangélico sou contra a violência de qualquer natureza. Acho que a lei deve ser respeitada por quem tem terra e por quem não tem. A lei deve ser respeitada por todos, porque fora da lei não criaremos um País democrático, bastam os anos do regime de exceção. Não queremos voltar ao regime de exceção, em que a lei é feita pela vontade de alguns.

Quero agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, ao nosso querido relator, ao Dr. Murad com sua sabedoria, ao Senador Sibá. O Estado do Pará é um Estado que tem um grande futuro agrícola. Estamos começando

agora. E com esse grupo de trabalhadores corajosos que temos aqui, creio que vamos mudar a história do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos agradecer também em nome de todos os integrantes desta CPMI ao Governado Simon Jatene, que nos oferece cobertura com a sua equipe, a Polícia Militar, à Polícia Federal, aos servidores desta Casa, Câmara de Vereadores de Marabá, e a toda imprensa do Estado do Pará, e à imprensa que de fora nos acompanha, TV Senado, CNT, enfim a todos que prestaram o seu depoimento hoje como contribuição, à Força Aérea Brasileira, que nos acompanha.

E continuaremos nossos trabalhos amanhã, na cidade de Altamira. Posteriormente na cidade de Belém.

Muito obrigado.

Está encerrada esta reunião. (Palmas.)

(Encerra-se a reunião às h.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”

Ata da 13ª Reunião, realizada 27 de maio de 2004 – Audiência Pública em Altamira/PA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às dez horas, no Centro de Convenções da Prefeitura de Altamira, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Jamil Murad, Zé Geraldo e Josué Bengtson membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária

brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. Presente também o Prefeito Domingos Juvenil, de Altamira. O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Comunidades circunvizinhas de Anapu juntamente com as Lideranças dos Movimentos Sociais (dos assentamentos PDS Virola, Jatobá – Gleba Monte, PDS Esperança e PA Manduacari). Inicialmente foi dada a palavra ao Senhor Gabriel Domingos do Nascimento, do Sindicato dos Trabalhadores de Anapu, a seguir, ao Senhor Juraci Dias, Coordenador da FETAGRI, e após, ao Senhor Efrain Silva, Representante dos Produtores Rurais de Anapu. Em nome do INCRA falou o Senhor Bruno Lourenço Kempner, que entregou documento ao Presidente da Comissão. Os expositores foram questionados por todos os Parlamentares presentes. Ainda foram entregues documentos à Comissão pelos Posseiros do PDS de Anapu e pela Fundação Viver, Produzir e Preservar. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerrou-se a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – (...) que esses dados serão, neste momento, utilizados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, CPMI da Terra.

(Pausa.)

Como o Relator está chegando, passo a palavra a S. Ex^ª.

Sr. Relator, por favor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Penso que poderíamos pedir a cada um que for falar para dizer o nome, o que faz e relatar quais são os principais problemas. Já recebemos aqueles documentos de vocês, e, mais ou menos, estamos sabendo do que se trata, dos conflitos. E sei que seria difícil para vocês falarem na parte mais aberta, agora vocês ficam completamente à vontade.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Bom dia. Meu nome é José Rodrigues de Souza; sou Coordenador-Geral da Associação Esperança, que apresentou os PDS da área Pacajás.

Estou aqui representando esse pessoal que está lá implantado, com o PDS já documentado, mas que

ainda não podemos trabalhar. Estamos lá muito oprimidos pelos grileiros de terras, que se dizem donos; estamos com o pessoal acampado. Alguns já trabalham, mas há anos temos sido ameaçados, já foram queimados os barracos, furadas as painéis de barro a tiro de carabina e revólver. Foram tiradas as famílias à meia-noite correndo, as famílias perderam as plantações que fizeram lá dentro, perdemos as primeiras roças. E, neste ano, voltamos para a nossa terra, mas não podemos trabalhar, estamos ameaçados, homens estão derrubando as matas ao redor de nós. Inclui-se o IBAMA já mandou eles suspenderem os trabalhos lá, mas eles não atenderam. Estão continuando a trabalhar, com 50 homens no trabalho e 50 homens armados nas bocainas para não deixar que a gente haja contra eles.

Esses são os nossos problemas na área Pacajás. E o que precisamos de vocês é que vocês ajam, que tirem isso do papel e continue mostrando o trabalho lá dentro, porque precisamos de segurança. Estamos vendo, a qualquer momento, que nós perderemos nossas vidas lá, e nossas crianças que estão jogadas lá dentro. O pessoal está querendo trabalhar, mas não pode.

Então, queremos ação no trabalho; queremos segurança de vida, porque lá, da maneira que está, não tem como trabalharmos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor identifica quem são essas pessoas ou, pelo menos, o chefe ou a mando de quem eles estão?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – A mando de quem eles estão é um senhor com o nome de Taradão e o Sr. Avelino Dedé, que são os que comandam esse pessoal lá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Taradão é um apelido?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – É; não sei o nome desse sujeito.

O SR. (Orador não identificado.) – (*Inaudível.*)... agiotagem. Por isso que o nome dele é Taradão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Taradão, e o outro qual é?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Avelino Dedé.

O SR. (Orador não identificado.) – Era ele que emprestava o dinheiro para a turma fazer os negócios...

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Essa são as pessoas que comandam essa turma lá, que proíbe...

O SR. SIBA MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem o nome de pessoas que, por exemplo... O senhor já teve que sair correndo da sua casa? Algu-

mas dessas pessoas foram na sua casa para fazer o senhor sair correndo?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Na época, não conhecíamos ninguém, porque eles andam todos encapuzados; nós só víamos as armas, e os camaradas que...

O SR. (Orador não identificado.) – Que tipo de arma o senhor identificou?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – As armas deles, realmente, é só espingarda calibre 12 mesmo. Inclusive, um dia desse, vieram 12 homens armados, rodearam o meu barraco, 13 com o gerente...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quando foi isso?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Mês passado.

O SR. SIBA MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem é o gerente?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Domingos.

O SR. SIBA MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor viu a cara dele?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Esse eu já conhecia – Domingos.

O SR. SIBA MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eles foram a sua casa com espingarda 12?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Sm.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – E o que eles fizeram?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Eles fizeram ameaças, dizendo que a gente não pode continuar no trabalho; que aquela área que ele vigia é do Taradão; que aquela área ninguém corta; que o Incra não corta; peão da Doroth lá não entra, porque, se entrar, morre. O Incra, se entrar, morre também. Do jeito que eles matam os peões, matam o pessoal do Incra. Lá só corta com a Polícia Federal.

O SR. SIBA MACHADO (Bloco/PT – AC) – Esse Domingos disse isso para o senhor?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Essa foi a ameaça do gerente para o senhor?

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – E o Taradão também estava junto.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Esse Taradão também estava junto.

O SR. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA – Sim, porque foram eles dois que disseram que, se a Polícia Federal vier cortar as terras, nós poderíamos estar despreocupados; mas peão da Doroth e o Incra não cortam terra aqui dentro. Se eles vierem sós, não cor-

tam terra aqui dentro, porque do jeito que a gente mata o peão, a gente mata o Incra aqui dentro.

É esse o meu depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Por favor, que o próximo depoente diga o seu nome. Você tem seis minutos para fazer o seu depoimento.

A SRA. DOROTH – Meu nome é Doroth; eu moro na área há vinte e dois anos. Eu trabalho com todo esse pessoal, porque a nossa área não foi colonizada como já falaram. Nós vimos ocupando a terra palmo a palmo, lutando, como o Siba e o Zé Geraldo bem sabem. Nós procuramos esse PDS já em 1994, porque todo esse povo é migrante e saiu de lugares onde não têm mais como sobreviver, como no Nordeste, porque a mata acabou. Então, nosso plano, já de muito anos, é para criar uma área sustentável, onde se tenha futuro, onde a mata não acabe.

Então, tem essa possibilidade com esse projeto que o Incra endossa e deu para nós toda a confiança, como nos deu toda a razão para nós criarmos esse projeto, pelo qual o povo vai sobreviver de uma maneira digna.

O Incra já mandou duas firmas, em cada PDS, para fazer o levantamento do que tem; qual é o potencial financeiro para esse povo; o que eles podem introduzir de bem de raiz para beneficiar essa área e para que eles possam ter pelo menos três salários mínimos por mês para sobreviver lá dentro. Garante infra-estrutura (estradas, escolas etc.) e nós vamos procurando outros projetos para completar, como criação de peixe, eles mesmos beneficiando a madeira como movelaria. E esse pessoal está disposto a assumir esse... Nós colocamos para o Presidente, Senador Alvaro Dias, toda essa documentação aqui do Incra, que fala desse Taradão. Ele só falou do grupo bem próximo do lugar onde eles estão, mas nossa área também comporta uma outra área, no fundo, encostada na área indígena, do povo Pacajás. Esse aqui é o rio Anapu, o rio Pacajá. A finalidade era conservar essa área aqui para o futuro de nosso município, com trezentas famílias ocupando a área.

Nesse lado, com o PDS, é para trezentas famílias ocuparem. E esta área seria a reserva, em conjunto com o fundo de Portel, onde é uma área bem baixa, onde há rios por onde está sendo esgotada toda a nossa madeira de forma clandestina pelas balsas. Eles entram aqui com combustível, todo o maquinário está por aqui devastando tudo o que há. Aqui tem o Sr. Dério Fernandes, que tem derrubado, hoje, pelo menos 12 a 13 mil hectares, onde botou tudo no fogo, nunca tirou sequer uma tora; deu corte raso aqui beirando esses rios. Aqui tem área de mineração.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Derrubada de quantas hectares? Vou colocar aqui de 12 a 13 mil hectares.

A SRA. DOROTH – Sim; de 12 a 13 mil hectares, e está continuando desde 99. Ele começou aqui nessa área nossa em 99. Nós fomos a tudo quanto que era Ibama e Incra para proteger essa área, que é nossa, e até hoje... Este ano agora, em novembro, dezembro e janeiro, ele derrubou aqui em outra área nossa mais ou menos 400 alqueires, que representam 2 mil hectares, bem aqui, beirando o rio, com corte raso – e isso corta o nosso coração também, porque essa é a nossa reserva para o futuro.

Outro homem de Marabá, de nome Altair, está aí, 300 alqueires bem aqui. Tem o sargento aqui, do 51º BIS, com grandes derrubadas aqui. Tem outro JK aqui. Ele já falou do Avelino, e Taradão, e um (??), e os outros familiares. Aqui, neste lado, porque ele não tinha oportunidade, ele representa também essa área do PDS aqui. Essa aqui tem a firma (??), de Marabá, que chegou por último. Tem madeireiros, a Copam Madeiras (??). Temos esse Dério que tinha esse projeto, há trinta anos atrás. Desses 45 lotes para o PDS, só um tem ainda o velho que recebeu há trinta anos atrás, só um; e ele agora vendeu para o irmão do Dério, que queimou vinte casas aqui de nosso povo e expulsou bem no coração do PDS; colocou uma cancela aqui. Nosso povo nesse lote tem que passar agora pelo pasto dele, pela cancela dele; está botando pista de avião bem aqui, no coração de nosso PDS. Se ontem nós tínhamos vinte famílias, agora não temos ninguém. Bem aqui. E ninguém toma posição. Esse bem aqui invadiu 6 polícias de Anapu, com metralhadora, tirou nosso povo bem aqui dessa área que nós ocupamos há seis anos; queimou quatro casas aqui, ameaçando de queimar mais; ele está lá com trator agora, trabalhando dia e noite para dar igual ao irmão do Dério com essa pista de avião, porque ninguém toma posição.

Aqui tem seis pistoleiros, para esse Copam Madeiras (??). Aqui tem outro que tem a contabilidade Conta Norte, José Francisco Vitoriano. Eles derrubaram trezentos alqueires aqui nessa área, botou tudo no fogo. E essa área aqui é totalmente invadida levando toda a madeira clandestinamente pelos rios para o mar, de Portel para Belém.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está tudo dentro do PDS?

A SRA. DOROTH – Tudo isso é só PDS. Nós estamos, através desse relatório, achando que...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – (...) foi entregue...

A SRA. DOROTH – (...) no fim quase das nossas possibilidades. Se não há...

O SR. (Orador não identificado.) – Não tem os mapas, gostaríamos muito de ter os mapas.

A SRA. DOROTH – Sim; então vamos providenciar. O senhor que saiu eu dei para ele o mapa que distingue a área que já foi credenciada e publicada da área que está **sub judice**. O que nós vimos pedindo ao Dr. Felício já há cinco anos...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – É o Procurador da República

A SRA. DOROTH – É; que você vai encontrar por aqui.

Esse em vermelho, já oficialmente, como diz aqui, com portaria assinada, mas não temos condições de ocupar. Aqui há 60 quilômetros de serra.

O SR. (Orador não identificado.) – E os grileiros continuam todos dentro...

(Intervenções paralelas.)

A SRA. DOROTH – E essas, em amarelo, estão **sub judice**, em fase de cancelamento desde 97, e por uma razão não conseguem. A procuradoria do Incra ganhou mais dez dessa na Justiça. Em janeiro, entrou novo juiz na Vara Federal de Marabá e revogou tudinho – só agora, em janeiro. Então onde nós estamos já sentindo... Essa aqui, 126, com esse campo de aviação etc., foi tirado o tapete debaixo de nossos pés. Ainda, está **sub judice**, está em fase de cancelamento. E esse povo está vendendo essas para terceiros e está sem nenhuma condição.

Então, se não age com esta chegada (???) ... com Ibama, e começa botar essa em dia, nós não temos como. Esse laquim que falou, a área dele é bem aqui; ele tem um projeto da Sudam e ele está questionando essas pequenos PDSs. Aqui é o município. Não é tanta coisa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele está entrando nessas áreas?

A SRA. DOROTH – Ele comprou aqui do prefeito uma área de terra, de 3 mil.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Aqui, né!

A SRA. DOROTH – Aqui.

Ele tinha um projeto da Sudam.

Qual é a questão que ele tem em relação a nós, que estamos com esta desde os anos 90? Nós começamos em 1994 a pedir essa reserva para que o nosso município tivesse futuro. Esse povo todo migrou do Nordeste, porque não tem mais nada. E esse projeto se chama sustentável, para que tenha continuidade, para que tenha futuro. Vamos providenciar esse mapa também.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pode-se requisitar no Incra, oficialmente.

Lá em Belém você pode solicitar oficialmente e eles te passam todos os dados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Muitos desses fazendeiros têm projetos da Sudam que estão sob investigação...

A SRA. DOROTH – Aqui dentro fala, que aqui dentro de Anapu houve 17 projetos da Sudam, no valor de mais de 100 milhões em investimento. Então isso capitalizou um povo que agora está nos esmagando.

Aqui é um levantamento que o Ibama fez no mês de setembro. Estamos implorando diariamente, demos uma cópia dessa para o Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vocês têm outra cópia?

A SRA. DOROTH – Já passamos ao Presidente, Senador Alvaro Dias, mas podemos tirar outra cópia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Dá tem ainda?

O SR. (Orador não identificado.) – Poderia tirar a cópia e enviar depois por Sedex para o Gabinete.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mandar isso tudo aqui para mim depois.

A SRA. DOROTH – Sim.

Esse quadro aqui é somente sobre o Taradão, que diz que é uma pessoa... (*Inaudível.*) Com homens armados. É muito triste que; uma pessoa que tem esse poder de ameaçar o nosso povo. Ele foi chamado por Bruno, que lhe disse para não começar essa derrubada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Bruno é o Superintendente do Incra, que chamou o Taradão.

A SRA. DOROTH – Sim; mas ele nada de respeitar, porque eles sabem que esse problema vem de longa data e ninguém faz nada. Então, eles continuam, porque isso não é de hoje. Eles sabem que se faz esses levantamentos, mas tudo fica no mesmo.

Muito obrigada por esta oportunidade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Alguém mais? (Pausa.) Estamos em cima da hora.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Meu nome é Raimundo Nonato Lourenço Pereira; sou da área do Manducari e faço parte da Comissão.

Então, eu gostaria de falar algumas coisas referente ao nosso retorno à área Manducari, que foi no dia 1º de outubro de 2003. Entramos no dia 1º de outubro de 2003, quando foi no dia 6, do corrente mês, o Bruno esteve lá com o Gabriel, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e fizemos a primeira reunião. Nesta reunião, o Bruno falou que poderíamos tocar as nossas roças e, no mesmo mês, já dia 16, eles estariam lá para fazer os nossos cadastros.

Até aí as coisas funcionaram muito bem. Eles foram realmente; fomos cadastrados, continuamos a trabalhar na terra.

Quando foi no mês de novembro surgiu um impasse: o Sr. Iaquim, que se diz dono da fazenda, que é um grande latifundiário, grileiro, ele mandou uns jagunços para lá, chefiado pelo Sr. Daniel, se dizendo inspetor da firma (*Inaudível.*).

Esses homens instalaram uma guarita na beira da estrada e colocaram uma corrente, proibindo o nosso acesso à mesma.

Denunciamos o ocorrido. A Polícia Federal esteve lá junto com o Incra, com o Bruno, e falaram que eles não poderiam ficar com aquela corrente, com aquela guarita instalada na beira da estrada tirando nosso acesso.

Então eles fizeram o seguinte: tão-somente tiraram a corrente e instalaram a guarita mais para frente, no ramal que dá acesso à sede. Mas mudaram a guarita, tiraram a corrente, mas continuaram com as mesmas ações.

Então, tínhamos que retornar a nossa área, mas não queriam nos deixar passar pela estrada, que é pública. Então, para chegarmos à nossa área, tínhamos de dar uma volta, passar por dentro da mata. E, quando eles perceberam isso, disparavam tiro acima das nossas cabeças. Tudo bem.

Depois que eles descobriram que estávamos na área, o Daniel, junto com os jagunços dele, foram lá, nos provocaram com insultos. Então, no dia em que eles entraram na Gleba IV, só estavam lá os cozinheiros. As mulheres não queriam entrar pelo fato de estar esse clima muito desagradável, esse clima de terror.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Mas vocês estavam trabalhando na área, plantando?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Estávamos trabalhando: brocamos, queimamos, plantamos. Estávamos produzindo, trabalhando, desenvolvendo. Então, o que foi que aconteceu?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Vocês tiveram a assistência técnica do Incra?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Não; não tivemos. Até agora não. Gostaríamos de ter, mas, por enquanto, ainda não tivemos.

Então, os homens correram e entraram na nossa casa, onde fazíamos a nossa alimentação, e destruíram tudo. Furaram as vasilhas, as panelas a punhaladas e ficaram nos provocando no terreiro – isso já foi no dia 5 de dezembro. No dia 7, eles foram novamente. Quando chegaram lá, estava todo o mundo com fome. Eles foram fortemente armados, provocando, desafiando.

Mas, nesse dia, os posseiros estavam na beira da estrada e não tiveram como fugir. Então, foi preciso encarar os homens, e houve troca de tiros, sendo que um dos nossos companheiros foi baleado. É uma pena que não tivemos como levá-lo para a cidade, para o hospital de Anapu. Se o levássemos para lá, ele seria pego, porque a polícia de Anapu, o policiamento de lá também está apoiando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Apoiando quem?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Apoiando os pistoleiros que estão lá.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os grileiros?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Os grileiros. A polícia está apoiando os grileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Polícia Militar?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – A Polícia Militar. Exatamente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que aconteceu?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – O nosso companheiro foi baleado, e eles recuaram. Acho que do lado deles também saiu alguém baleado. A polícia foi lá e a perseguição foi horrenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Morreu alguém do lado deles?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Não morreu ninguém.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É porque houve uma denúncia de que houve morte lá.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Mas foi na seqüência. Os posseiros ficaram recuados e eles procurando os posseiros. Queriam pegar a qualquer custo. Tudo bem. Passou.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – E a postura da polícia?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Queria só pegar o posseiro. Com relação ao grileiro, a polícia estava silenciando.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O Daniel é de onde?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Não sabemos ao certo de onde ele é. Só sabemos que ele apareceu lá. Segundo informações, ele veio de São Félix do Xingu e vive disso. Ele é chefe de pistoleiros. Nós não queríamos mais continuar passando por dentro do mato, então, resolvemos passar pela estrada. Certo dia, alguns dos nossos companheiros iam saindo, ao se aproximarem da guarita, eles dispararam alguns tiros. Os posseiros se defenderam dentro

de umas valas, porque, há pouco tempo, a máquina tinha passado lá, tinham ficado algumas valas e eles deitaram ali para se defender dos tiros. Tudo bem. Posteriormente, um grupo de posseiros, em que havia alguns doentes, com malária, iam sair em direção à cidade de Anapu, no dia 26 de fevereiro de 2004; porém, ao se aproximarem da guarita, os homens impediram a passagem com tiros. Os posseiros, mesmo doentes, tiveram de retornar, aí deu aquela revolta; é claro! Eles são seres humanos. A gente deve ser solidário. Então, reuniram um grupo maior e disseram o seguinte: “Então, nós vamos passar, porque os nossos companheiros estão doentes; eles precisam sair a procura de remédio, de tratamento etc. Tudo bem.

Quando foi no dia 27 do mesmo mês, ia sair um grupo maior. Ao se aproximarem da guarita, eles cometeram o mesmo ato. Houve, então, a troca de tiros – outra troca de tiros, porque essa foi a última –, a que pesou mais para nós, para eles não, porque a justiça, com relação a eles, está de braços cruzados.

Nós, enquanto posseiros, somos muito perseguidos. Um de nossos companheiros foi baleado, saiu para fazer tratamento na cidade de Anapu e foi pego, está preso até hoje. Na casa em que ele estava, tinha mais dois posseiros, que foram pegos também. Bateram muito; foi uma coisa horrenda. Eles pegavam a mão do posseiro e cortavam os dedos; eles estavam com os dedos cortados de bala, eles colocaram em cima de alguma coisa e batiam com ferro, batiam nos braços, e eles estavam com uma bala no braço, sangue saía sujando até eles mesmos que estavam batendo cruelmente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A polícia?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PE-REIRA – A Polícia Militar.

Trouxeram esses 3 homens para a Delegacia de Altamira: dois estão na Delegacia e este, que foi baleado, está no presídio até hoje. Desses homens que foram presos, alguns não estavam lá. Esse que está preso, baleado ainda, que está no presídio, tem sofrido demais; o médico até falou que teria que amputar.

Gostaria de retroceder um pouco, mesmo eles fazendo todos esses ultrajes ao nosso companheiro, não levaram ele ao hospital de Anapu. Eles só levaram quando o advogado Baltazar chegou lá e fez algumas interrogações que os intimidaram. Aí, sim, levaram ele ao hospital.

Segundo soube, ao chegar lá, eles mandaram o enfermeiro amputar, cortar os dedos deles.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os dedos de quem?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PE-REIRA – Do nosso companheiro que estava baleado, o Teo, o nome dele é José dos Passos, mas popularmente é conhecido como Teo.

Então, houve tudo isso. Para concluir, porque meu tempo está esgotando, não sei, devo dizer que, ultimamente, eles foram lá novamente e, não achando ninguém na beira da estrada, porque os posseiros estavam trabalhando, ao chegaram próximo à casa branca, eles entraram no barraco, onde tinha só umas 3 mulheres e algumas crianças e humilharam as mulheres. Ameaçaram as mulheres, falando que elas saíssem com aquelas crianças porque dali a 8 dias eles estariam retornando à área para fazer o despejo. Se elas não quisessem sofrer alguma coisa, que elas saíssem com as crianças.

Em seguida, eles foram ao barraco de um posseiro, que estava com uma espingardinha de matar caça dele, e eles cometeram a mesma ação, humilharam, tomaram a espingardinha e ameaçaram. Eles estão lá dizendo que em breve irão entrar lá para fazer o despejo. Eles querem que nós saíamos, mas nós não queremos sair, porque estamos assentados pelo Incra, não somos invasores, somos posseiros, assentados pelo Incra, temos cadastro.

Então, antes de concluir o meu pronunciamento, gostaria de mostrar aqui no mapa a posição em que estamos. Aqui é a Transamazônica; bem aqui é a entrada que dá acesso à nossa área. Desse lado aqui fica a HP, da Gleba II, que foi também do laquim. Aqui, do lado esquerdo, a Gleba III, onde o Incra deu o direito deles ficarem lá.

Em sequência, na frente da HP está a Gleba IV; ao lado, aqui, está a Gleba V; em sequência, voltando para o lado direito da estrada, está a Gleba VI e, do lado esquerdo, a Gleba VII.

Então, o Incra nos deu o direito de ficarmos nessas quatro Glebas. E deu o direito também de o laquim ficar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Na Gleba III.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PE-REIRA – Na Gleba III, que fica a cerca de 15km para a cidade de Anapu.

Então, o que eles estão querendo? Eles estão querendo isso aqui tudo. Eles estão dizendo que têm uma parte aqui dessa Gleba VI. E, ultimamente, eles estão dizendo, melhor, como sempre, eles continuam dizendo que vão fazer o despejo e que a área tem que ser do laquim a qualquer custo.

O SR. (Orador não identificado.) – Só para entender o mapa: onde é que vocês estão aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Esse mapa aqui é menor.

O SR. (Orador não identificado.) – Ah, sim; aqui não tem.

O SR. (Orador não identificado.) – (...) a floresta amazônica, e esses são aqueles módulos que eu falei para vocês de 3 mil hectares; os loteamentos que o Incra já pediu o cancelamento. A região toda foi de 100 glebas.

O SR. (Orador não identificado.) – Cada um desses tem 3 mil hectares.

O SR. (Orador não identificado.) – Então, se o cara compra dez módulos, tem trinta mil hectares. No caso, o cara tem o documento de um e quer grilar mais quatro. Tem 3 mil hectares e quer grilar 12 mil.

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Senadora, eu gostaria de dizer que cada gleba dessa aqui é equivalente a 600 alqueires.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Seiscentos alqueires cada gleba?

O SR. RAIMUNDO NONATO LOURENÇO PEREIRA – Cada gleba.

Muito obrigado.

O SR. (Orador não identificado.) – Parabéns, Sr. Raimundo, pela coragem.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – (...) como se o Japão tivesse sido errado de fazer a reforma agrária, como se a Europa tivesse sido errada de fazer a reforma agrária. Portanto, todos esses países que se desenvolveram, que fizeram crescer o mercado interno, que têm um poder de compra maior, onde toda a sociedade se beneficiou desse poder aquisitivo maior do povo na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão; é como se eles estivessem errados. E, aqui, onde temos uma massa de trabalhadores imensa na pobreza absoluta, é que está certo. E apenas aqueles que são proprietários de terras, que são chamados de produtores rurais é que merecem os benefícios do desenvolvimento da sociedade.

Eu gostaria de dizer para a senhora que nós gostaríamos de continuar o debate. Nós não viemos aqui para agredir nenhum produtor rural. Assim como eu não admito também ficar calado quando se agride o assalariado rural, o bóia fria, o colono pobre. Não viemos aqui para isso; nós viemos aqui para dizer que respeitamos o proprietário rural ou produtor rural, mas viemos também aqui para dizer que aquele que esconde atrás do título de produtor rural ou de proprietário rural e é um assassino merece que a Justiça do País ponha as mãos nele, que o julgue e o coloque atrás das grades.

(Palmas.)

Nós viemos aqui para dizer que o indivíduo não pode ficar emboscado num título de produtor rural, quando ele, na verdade, é um assassino, um bandido, num país em que a lei funciona para o pobre, mas não funciona para ele, porque nem inquérito é terminado, nem julgamento é feito. Isso pode continuar.

Infelizmente, a senhora, como uma cidadã representante de uma entidade importante de proprietários rurais, a senhora não falou nada dos crimes cometidos aqui no Estado, pois só nas regiões Sul e Sudeste foram 419 assassinatos.

Então, faria uma solicitação: como Diretora da Federação dos Agricultores do Pará, que acione os mecanismos junto ao Governo do Estado, para salvar a vida dessa trabalhadora rural, mãe de quatro filhos, mulher honesta, trabalhadora, e que está defendendo os seus representados, está defendendo a justiça.

Defendo que a senhora represente os produtores rurais, os proprietários rurais, mas jamais defenderia a eliminação da sua vida, assim como não podemos admitir que quem não concorde com a D. Maria Joel, quem não concorda com ela está defendendo que seja eliminada a vida dela. Isso não é possível. Isso que tem que terminar aqui no Pará. Aqui há a maior concentração de pistoleiros e mandantes, todos impunes. Tem que acabar isso. Somos parte do povo brasileiro; somos do Brasil e temos que defender a justiça para todos os brasileiros.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. APRESENTADOR – A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI –, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana; os movimentos sociais trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terra realiza esta audiência pública.

Convidamos para compor a mesa o Exmº Sr. Engenheiro Domingos Juvenil, Prefeito Municipal de Altamira. (Aplausos)

O Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. (Aplausos)

O Exmº Sr. Deputado Federal João Alfredo, Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. (Aplausos)

O Exmº Sr. Senador Sibá Machado. (Aplausos)

A Exmª Srª. Senadora Ana Júlia Carepa. (Aplausos)

O Exmº Sr. Deputado Federal Jamil Murad. (Aplausos)

O Exmº Sr. Deputado Federal José Geraldo. (Aplausos)

O Exmº Sr. Deputado Federal Josué Bengtson.(Aplausos)

O Exmº Sr. Vereador Chico Belo, Presidente da Câmara Municipal de Altamira.(Aplausos)

Neste momento, passaremos a palavra ao Exmº Prefeito Municipal de Altamira, Domingos Juvenil, que dará as boas-vindas aos visitantes.

O SR. DOMINGOS JUVENIL – Saúdo os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, portanto, do Congresso Nacional; saúdo o seu Presidente; Senador Alvaro Dias, a Senadora Ana Júlia Carepa; o Senador Sibá Machado; os Srs. Deputados Federais Jamil Murad; José Geraldo, Josué Bengtson. Saúdo também o Secretário desta Comissão, o Presidente da Câmara Municipal de Altamira e todos que aqui se encontram neste momento.

Registro a alegria que o Município de Altamira tem em poder receber o Senador Alvaro Dias e a sua Comissão Parlamentar. Sintam-se como se efetivamente estivessem em uma reunião da Comissão do Congresso Nacional.

Aqui temos os vários movimentos da sociedade, ditos sociais, ora de trabalhadores, ora dos movimentos empresariais. O assunto que aqui a Comissão vai debater é realmente muito polêmico. Como ele não envolve somente o Município de Altamira, mas todos os municípios vizinhos, seria conveniente que tivéssemos aqui todos os segmentos da sociedade brasileira desses municípios, da sociedade paraense, da sociedade dos municípios, para discutir aqui, com esta Comissão. Infelizmente, é preciso declarar, cara Senadora Ana Júlia, que recebemos a informação da vinda da Comissão, na terça-feira. Somente ontem pudemos sentar e conversar sobre a questão. Não houve tempo de se mobilizar a sociedade interessada, envolvida no assunto, de tal sorte que nós podemos ter, neste momento, algumas representações, mas não todas elas, como nós gostaríamos que fosse.

É um assunto muito polêmico, mas o Senador Alvaro Dias, que foi Governador do Estado do Paraná, um dos estados mais desenvolvidos do Brasil, e é Senador da República, com experiência política comprovada, haverá, com os membros da sua Comissão, de ter aqui uma amostra da situação sobre a qual ele se propõe a ouvir.

Portanto, os nossos cumprimentos, Senador Alvaro Dias, e para toda a Comissão Mista de Inquérito que aqui se encontra.

Desejo, finalmente, sucesso e que esta audiência pública possa cumprir os objetivos pelos quais estamos aqui.

Muito obrigado.(Palmas)

O SR. APRESENTADOR – Passaremos, agora, a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Alvaro Dias, que dirigirá todos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Bom-dia a todos. Nós estamos iniciando esta que é a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por objetivo realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira. Hoje o objetivo principal desta reunião é ouvir comunidades circunvizinhas de Anapu, juntamente com lideranças dos movimentos sociais de Anapu, dos assentamentos PDS Virola-Jatobá, na gleba Belo Monte; PDS Esperança e PA-Manducari.

Nós queremos agradecer ao Prefeito Domingos Juvenil por esta cordial recepção; aos Vereadores, às Lideranças de Altamira. Agradecemos a presença das Lideranças políticas que representam o Pará no Congresso Nacional com brilhantismo, como a Senadora Ana Júlia Carepa, o Deputado Zé Geraldo e o Deputado Josué Bengtson, e também a presença dos demais integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito: o Relator Deputado João Alfredo e o Deputado Jamil Murad, bem como dos nossos companheiros que representam os demais integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, como o Senador Sibá Machado.

Nós viemos ao Pará na expectativa de recolhermos aqui uma contribuição valiosa, para que ao final dos trabalhos o Congresso Nacional possa oferecer a sua contribuição, quem sabe modernizando a legislação que diz respeito ao Sistema Fundiário Brasileiro, e oferecendo ao Poder Executivo alternativas administrativas que contribuam para a viabilização de um programa de reforma agrária que atenda às expectativas do País, reduzindo sobretudo a tensão no campo, que cresce de forma avassaladora, em função do crescimento do bolsão de pobreza, que é uma realidade no nosso País.

Vimos porque é preciso ouvir a voz do interior do País. **(Palmas.)**

Normalmente, o que se houve em Brasília nem sempre é o que se ouve em cada ponto de um País continente, que tem peculiaridades regionais, diferenças e contrastes que não podem ser ignorados no momento em que se estabelecerem políticas públicas transformadoras como se deseja, especialmente em relação ao campo, no nosso País.

Nós sabemos que há escassez de recursos, que os instrumentos de execução da política estão debilitados, que há necessidade da instrumentalização desses instrumentos, cito como exemplo o Incra e outros órgãos, que são encarregados da implementação do Programa de Reforma Agrária. Sabemos que há pressa; sabemos que, às vezes, os processos são lentos; há os

entraves burocráticos, há os procedimentos judiciais, que nem sempre ocorrem com a agilidade de que necessitamos; ou, às vezes, ocorrem até com agilidade demais, quando se trata de contrariar determinados interesses sociais.

Enfim, vivemos num país que espera muito dos seus dirigentes, num país em que há riquezas naturais extraordinárias, que precisam ser devidamente aproveitadas, exploradas e distribuídas, para que o País possa oferecer para sua gente a qualidade de vida digna, que todos nós almejamos.

E vamos já para o trabalho. Creio que todos entendem o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é de investigar sim e de propor, neste caso, muito mais de propor. O diagnóstico pode ser pessimista. Temos que alimentar sempre a esperança, o otimismo, de podermos encontrar soluções para os problemas existentes. Se tivermos que levar um diagnóstico pessimista a Brasília, o faremos. Mas, certamente, o pessimismo do diagnóstico não pode abater o ânimo daqueles que são responsáveis pela execução do Programa de Reforma Agrária.

Hoje, vamos ouvir o Gabriel Domingos do Nascimento, que é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, e o Sr. Juracy Dias, Coordenador da Fetagari. Esses dois representarão os demais que aqui se encontram, já que o nosso tempo é escasso.

(Intervenção fora do microfone. Totalmente inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sim, daremos. É o que acrescentaríamos, como não temos aqui a indicação de nomes, gostaríamos que fosse feita essa indicação de pelo menos um nome para representar os produtores rurais. Então, o Sr. Efraim Vieira da Silva...

O SR. (Orador não identificado) – E o Souza? Efraim Vieira Silva, representando os produtores do Município de Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Os produtores. E o Souza?

O SR. (Orador não identificado) – Representando o prefeito. Ele não está presente, mas vim representá-lo aqui na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está certo. Então, vamos conceder a palavra aos quatro que certamente nos trarão um panorama da situação vigente em Anapu, para que, principalmente o Deputado João Alfredo, Relator da CPI, possa fazer indagações, e também os demais Parlamentares.

Vamos ouvi-los inicialmente e, depois, passaremos a palavra aos Parlamentares, para que em função da exposição feita, possam fazer as indagações. É claro que vamos pedir para que sejam sucintos, que

exercitem a capacidade de síntese, para que possamos aproveitar bem o tempo.

Passaria a palavra inicialmente ao Sr. Gabriel Domingues do Nascimento. Vamos fazer alternadamente. Primeiramente, fala o Gabriel, depois, fala o Sr. Souza, representando o prefeito e, assim, daremos seqüência à exposição. Com a palavra, então, o representante do Sindicato.

O SR. GABRIEL DOMINGUES DO NASCIMENTO – Em nome dos agricultores de Anapu, aqueles que estão aqui, outros que estão no município, saúdo toda esta mesa, dizendo o seguinte aos Senhores: muito obrigado por terem vindo, preocupados com a situação de ordenamento fundiário da nossa região, e o quanto Anapu, hoje, paga um custo caro por isso. Porque há um grande interesse econômico por Anapu. Hoje, sabemos, acho que todo o Brasil sabe o que Anapu enfrenta. Mas, antes, queria dizer que já agradeço a vinda da Comissão e que não quero fazer uma crítica, mas quero dizer o seguinte para esta Mesa: quando dizia que vinha para ouvir Anapu, eu até dizia aos companheiros, está aqui uma turma de Anapu, quando mudaram para Altamira – não enciumando, sem dizer que não devíamos vir a Altamira, que é apenas 140km para Anapu. Fiquei preocupado porque deveria ter ido a Anapu, porque, com certeza, Anapu puxou a vinda desta Comissão. E, com certeza, vocês viriam muito melhor o nosso problema de Anapu. Como eu dizia, hoje Anapu tem um grande interesse econômico. É um Município com 98% de agricultores e trabalhadores rurais. É um município com muitas florestas e ainda tem muitos recursos oferecidos pela natureza. Hoje estamos nessa situação porque Anapu é marginalizado desde a criação da Transamazônica, é um município que não tem projeto de assentamentos. Os governos não tiveram essa capacidade e hoje ainda sofremos com isso. Então, como o Senador Alvaro dizia que, depois, teremos uma conversa mais interna, vamos deixar este documento para que o senhor possa assinar como recebido. A gente produziu um pouco a história de Anapu. Deixamos este documento para que todos tenham acesso

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado, pela sua participação e pelo seu documento. Recebemos e passarei o recibo. Passo a palavra a quem representa o Prefeito de Anapu, o Sr. Sousa.

O SR. SOUSA – Bom-dia. Quero agradecer a presença de todos e das autoridades que se fazem presentes. A preocupação nossa é a seguinte. O Prefeito Municipal não está, de forma alguma, contra nem o PDS nem contra qualquer outro projeto que vá para Anapu. O que queremos é um esclarecimento melhor do projeto. Queremos que sejam incluídos no projeto

não só os trabalhadores rurais, mas que sejam incluídos outros setores como o madeireiro, de fazenda e todos os que vivem no nosso Município. É lamentável quando vemos uma Comissão deste nível aqui em Altamira, discutindo os problemas de Anapu. É lamentável saber que uma Comissão deste tamanho, que nós anapuenses ficamos sabendo à noite, porque nem sequer foi divulgado dentro de nosso Município. É lamentável porque os problemas não afetam só um determinado grupo, mas o Município inteiro e toda região. Nosso Município está sofrendo, sim, penalidades, com o projeto da PDS porque não se senta com todo o segmento da sociedade anapuense, pois se senta com grupos reservados e deixam muitas outras pessoas fora. Isso é o que cria o conflito dentro do Município de Anapu. A partir do momento que possamos sentar todos os segmentos: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, setor fazendeiro, setor madeireiro, o projeto terá a aprovação geral dentro daquele município. É lamentável saber que nem sequer as pessoas que estão para fazer parte do projeto estão presentes na presença de tantas autoridades federais. O Prefeito de Anapu está preocupado, sim, porque refletem na Prefeitura Municipal os conflitos e os problemas. É a isso que estamos contra. Mas, de forma nenhuma contra a PDS, contra os outros projetos que vão para o nosso Município, mas contra esta maneira que está sendo colocada para nós: de cima para baixo, como esta reunião hoje. Nem sequer o Município está sabendo. As associações, os outros sindicatos, Câmara Municipal, Prefeito... Ninguém está sabendo. Fomos pegos de surpresa. Esta é a preocupação do Prefeito João Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tenho o dever de esclarecer. Uma CPMI é um pouco diferente de uma reunião popular. Nós não teríamos de avisar à população nem mesmo da presença da CPMI aqui. Ela veio para investigar. (Palmas.) E a investigação se faz a critério dos que investigam. Então podemos eleger determinadas pessoas, convocá-las para ir a Brasília. A CPMI terá trabalho até o final do ano. Então não esgotamos a investigação nesta audiência. Anapu é uma particularidade. Estamos tratando da questão de modo geral, um programa de reforma agrária para o País, então queremos conhecer todas as peculiaridades. Mas esse trabalho nosso não se esgota aqui nesta reunião.

Na verdade, nós viemos convocados pela emergência de um episódio que se pode tornar grave na Fazenda Peruano, quando há a possibilidade do cumprimento de uma decisão judicial de reintegração de posse, e esta CPMI se sentiu no dever de apressar a sua vinda ao Estado do Pará em função desta emer-

gência, para tentar contribuir e evitar que uma tragédia possa ocorrer. Se nós conseguirmos isso, por si só, a nossa presença no Pará terá sido justificada. Portanto, pedimos a compreensão de todos em relação a esse tipo de procedimento que exige a presença da CPMI aqui.

Vamos dar prosseguimento ouvindo agora o coordenador da Fetagre, Juraci Dias, que tem a palavra.

O SR. JURACI DIAS – Bom dia a todas as autoridades da Mesa. Em nome do Presidente da Comissão, Senador Alvaro Dias, gostaria de cumprimentar a todos. Um bom dia a todos aqui presentes.

Sou Juraci, coordenador da Fetagre, Federação dos Trabalhadores em Agricultura aqui na região, que envolve 11 Municípios, 11 sindicatos de trabalhadores, mais de 50 associações e cooperativas, tanto da área de colonização como das áreas de projetos de assentamento do Incra.

Quero deixar claro que nós também, Federação, ficamos sabendo da vinda desta Comissão anteontem, e começamos aí também a preparar a nossa participação e articular alguns Municípios para estarem aqui presentes.

Vamos fazer aqui um breve relato de fatos que já vêm acontecendo há muito tempo na nossa região, relatos esses que são frutos de documentos, que faz parte de um dossiê, que vamos entregar para a Comissão; documentos esses já entregues em outras oportunidades para o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que teve a oportunidade de estar aqui, para o Ministro da Justiça, que inclusive esteve nesta casa, e nós apresentamos documentos, algumas denúncias de fatos que vêm acontecendo, preocupantes, pela disputa da terra e do território e dos recursos naturais aqui desta região.

Quero inicialmente dizer que para nós é uma satisfação que esta CPI tenha vindo para cá. É necessária a vinda dela, ela é importante para as pessoas que estão lá em Brasília, representando o povo deste País e deste Estado, tenham conhecimento da verdadeira situação em que se encontra a nossa região.

A nossa região é uma fronteira aberta onde o Incra, na década de 70, fez a colonização, colonizou parte da área para pequenos agricultores, lotes de 100 hectares, e colonizou parte em glebas de 3 mil hectares com os chamados CATPs, que são os Contratos de Alienação de Terras Públicas, para gente dessa região e de outras regiões do País, que fizeram esses contratos, mas que nunca cumpriram. Essas áreas hoje algumas têm produção, mas a maioria delas estão improdutivas, segundo laudo do próprio Incra através do Recad. Temos também nessa região vários posseiros, tanto daqui e de outros Estados, que chegam à

procura de um pedaço de terra, assim como também têm pecuaristas, madeireiros, grandes empresas vindas de outras regiões, interessadas até em produção de grãos, como é o caso da soja, chegando nessa região aqui. E essa disputa da terra acaba criando em alguns locais certos conflitos e levando, às vezes, até a ameaças e até mesmo à morte de companheiros, trabalhadores, sindicalistas; fatos esses que já foram noticiados na grande imprensa.

Mais recentemente, em alguns Municípios essa questão dos conflitos está mais acentuada, e esses conflitos aumentam porque os órgãos responsáveis por essa questão fundiária não têm estrutura necessária. O Incra, aqui em Altamira não tem estrutura necessária, nem de pessoal, nem estrutura física para poder resolver a situação fundiária. O próprio Ibama também responsável pelos conflitos, pelos crimes ambientais que acontecem nessa região também não tem estrutura necessária. É uma das coisas que gostaria, também, de deixar registrado aqui.

Os movimentos sociais têm feito o possível para defender as terras para os trabalhadores, que precisavam dela para se sustentar.

No município de Anapu, só para reforçar o que o Gabriel já disse, o problema que está acontecendo é que os movimentos sociais, os trabalhadores pediram uma criação, e o Incra criou, desde o governo passado, um projeto PDS, que no momento não tem mais do que 70 mil hectares, mas o projeto todo vai chegar a 130 mil hectares. Mas o município todo tem mais de 700 mil hectares. Então, há muito espaço ainda. O problema é que algumas pessoas acham que não deve ter o PDS, mas os trabalhadores querem essa modalidade. Então acho que o direito foi democrático, o que os trabalhadores pedem é que apenas o Incra faça cumprir aquilo que já está criado no papel e que assente de fato as famílias.

Temos outros conflitos muito graves no município de Pacajá, também nessas áreas de ocupação, nessas áreas de acampamento. Inclusive o Incra já cadastrou. Porto de Moz, hoje é uma área de mais jurisdição, maior parte do Iterpa, e que tem grandes áreas ocupadas por madeireiros, por pecuaristas, ou seja, por grileiros: como costumamos chamar, aqueles que se apossam da terra pública e se dizem ser donos sem ter documento. A mesma coisa está acontecendo em Medissilândia, está acontecendo em Uruará. Porque as pessoas se acham no direito de vender a terra pública como se fosse donos, para as grandes empresas que vêm de fora. A mesma coisa está acontecendo em Castelo de Sonhos, onde foi noticiado há dois anos atrás, desde a morte do Brasília, Bartolomeu Moraes da Silva. De lá para cá muitos trabalhadores morreram, também pela

disputa, principalmente na gleba Gorotire, e até hoje não tem lá um projeto de assentamento para que essas famílias possam ter o seu lugar para trabalhar. Fica na disputa ao que tem maior poder aquisitivo.

Existe até nessa região fazendeiro, ou madeireiros, pessoas que se apossam de grande área de terra, que se acham no direito de montar até guaritas, até porteiros impedindo a passagem de pessoas para outras áreas. Já aconteceu nessa região e é preciso que seja tomada providência urgente, para que seja garantido o direito de ir e vir, seja garantido o direito das pessoas terem a sua posse.

Gostaria de finalizar fazendo um apelo para que todos os poderes, tanto os órgãos públicos responsáveis, como principalmente a questão da justiça que precisa resolver essa situação. Para vocês terem uma idéia, foi instalado aqui uma vara agrária. Uma vara agrária não tem a estrutura de funcionamento, não tem como que intitular exclusivo para poder dirimir essas questões agrária, não tem um promotor exclusivo; tem sim, alguém nomeado lá.

Conversava com a juíza e ela disse que é impossível atender, resolver toda problemática porque tem também que responder pela Vara Civil e tantos outros processos que acontecem.

Então, isso é apenas um resumo dos fatos que acontecem nessa região. Porto de Moz, as pessoas de lá, ribeirinhos de lá querem uma modalidade que é uma reserva extrativista que é chamado de “verde para sempre”, para que eles continuem fazendo o extrativismo lá.

Há setores da sociedade, do município que não querem; há setores do governo que não querem, mas há uma grande organização nesta região que entende que este é o modelo e que vai, com certeza, nessa reserva sobrar muitas outras áreas de terra para fazer outras modalidades de assentamento, sem nenhuma dúvida.

Então gostaria de entregar aqui esse dossiê que conta uma parte da problemática dessa região e pedir que possa ser feito essa investigação, que possa chegar a bons resultados e que a gente possa resolver os conflitos nesta região, fazer uma verdadeira reforma agrária, garantido a terra, principalmente para aqueles que precisam dela para produzir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a participação do Juraci Dias.

É claro que esta audiência tem o sentido simbólico, mas importante mesmo são os documentos que as lideranças trazem, para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa analisar e naturalmente recolher

subsídios para o relatório final que será apresentado pelo Deputado João Alfredo.

Concedo a palavra ao representante dos produtores, Sr. Efraim Silva.

O SR. EFRAIM SILVA – Exmo. Senador Alvaro Dias, em nome de V. Ex^a cumprimento os demais componentes da Mesa.

Somos produtores do Município de Anapu. Temos participado da problemática agrária da nossa região; há alguns anos acompanhamos esse problema.

A presença de tão ilustres autoridades no Município de Altamira – deveriam ter ido ao nosso Município, Anapu – honra-nos como produtores e demonstra a preocupação do Congresso Nacional com a questão. Valorizamos a preocupação de V. Ex^{as} e agradecemos por nos ouvir.

Infelizmente, não sabíamos que esta Comissão segue um procedimento, por isso tivemos de fazer a inscrição de forma improvisada. Senador, V. Ex^a nos informou muito bem que há uma regra. Sugeriria, entretanto, que fossem informados os setores envolvidos na questão no Município, pelo menos o Sindicato dos Produtores e o Sindicato dos Trabalhadores. De alguma forma eles tiveram acesso à informação antes de nós. Não tivemos condição de produzir documentos, mas peço a V. Ex^{as} que nos permitam remeter a documentação que temos, a mesma que enviamos a Ministros do Governo passado, ao delegado de Polícia Federal, ao Superintendente de Polícia Federal no Estado, ao Governador do Estado e às autoridades envolvidas nessa região. Registramos a nossa preocupação como produtores e como sindicato no Município de Anapu.

Infelizmente houve o caso da Peruana, mas felizmente porque V. Ex^{as} estão aqui. Graças a Deus, temos a oportunidade de ser ouvidos pelo Congresso Nacional. Agradeço a Deus essa oportunidade.

Quero dizer que estamos acompanhando o problema em Anapu. Senador, infelizmente, quando interessa a determinado grupo da sociedade, abafa-se o assunto; quando não interessa, permitem-nos expô-lo. Houve mortes de funcionários de empresas de segurança que trabalham na fazenda onde há o conflito, que fica próxima à minha propriedade, mas isso foi abafado. Fiz uma denúncia ao Ouvidor Agrário Nacional, Dr. Gercino, e à Polícia Federal. Conversei com pessoas, liguei, denunciei à Polícia Federal que houve morte.

Nossa preocupação já foi revelada anteriormente, quando foi realizada uma audiência pública no Município de Anapu com a participação do Dr. Gercino.

Falaram sobre a questão da Cospel, que é vizinha nossa e tem um problema de terra. Para debater a questão agrária na nossa região, devemos buscar o nosso passado, nobre Senador.

A Transamazônica foi criada para integrar a Amazônia ao restante do Brasil. Era este o lema do Governo Federal: “Integrar para não entregar.” O companheiro já falou que em Anapu não foi feita a colonização, mas foi sim. Houve a colonização. Em Anapu há lotes de 100 hectares em que foi feita a colonização. Naquela época, o Governo entendeu que seriam necessárias áreas para a implantação de pecuária. Por isso, se virem o módulo de Anapu, notarão que há áreas maiores do que 100 hectares, áreas de 3.000 hectares. Então, esse foi o entendimento do governo na época, que abriu a estrada para trazer o povo da sua região. Graças a Deus, como o Governo Federal, na época, trouxe para cá o povo dos outros estados, hoje, sou casado com uma conterrânea sua, uma paranaense. Dou graças a Deus por isso.

Quero acreditar que a Comissão de Inquérito faça justiça, peço até pelo amor de Deus, já tive a oportunidade de conversar com o Presidente do Incra, com o Ministro da Reforma Agrária, o Sr. Miguel Rossetto, já tivemos, inclusive, o desprazer de, às vezes, tomar atitude que não é peculiar da gente. Sou evangélico, tenho temor a Deus, procuro manter a minha conduta e, às vezes, você é obrigado por causa da pressão das autoridades do nosso País. Infelizmente, às vezes, somos obrigados a fazer e cometer atos por causa da própria pressão das autoridades do nosso País que não vêm para ouvir o povo.

Quando é colocada, discutida uma questão como a do PDS em uma área com essa dimensão. Coloquei a preocupação para o Presidente do Incra, ele falou para mim que os outros governos erraram. Por que eles não podem errar? Infelizmente. Os Senhores podem registrar a minha palavra e procurar o representante do Presidente do Incra que esteve numa audiência em Belém, e foram essas as palavras dele e estava ao lado o Superintendente do Incra do Estado, o nosso companheiro Beto.

Ele colocou que os outros governos erraram. Então, eles têm, também, a obrigação de errar! A que ponto estamos chegando? Peço pelo amor de Deus! Quando o senhor diz que é continental, o senhor citou aí os projetos PDS I e II e virola, é no município do Anapu. Então, temos que ter a preocupação de ver nas entrelinhas que estamos discutindo uma questão do município também. Queria que o município tivesse a oportunidade de ser ouvido antes que seja definido qualquer coisa. Que os produtores da nossa região fossem ouvidos e que pudéssemos ver exatamente qual é o interesse na criação desses projetos. Quem está por detrás, de repente, é uma pessoa que está na região há 20 anos e que tem provocado conflitos agrários na nossa região. Esse é o grande.... pesso-

as que, às vezes, nem brasileiros são. Então, a gente tem que ter preocupação, quando se vê na escolas dos Estados Unidos, alunos de 6ª série lendo livros de Geografia dizendo que a Amazônia é de interesse da humanidade.

Nobres Senadores, escutem o produtor da região, escutem e olhem bem. Estamos aqui, sou produtor e, na realidade, não temos a mesma mobilidade de certos segmentos sociais que colocam, às vezes, duas, três pessoas para fundar uma associação, titulam e mandam os documentos a Brasília e, às vezes, são mais ouvidos. Louvo a Deus por essa iniciativa de V. Exª no sentido de vir à região porque temos a oportunidade de falar.

Queria muito mais de V. Exªs, que se preocupassem em ouvir o povo que vai ser atingido por esses projetos, o Projeto Virola. Devem ir lá no município, na região, na localidade. Vamos ver, quero usar um dado que a pessoa que discursou antes da gente, que o nosso município tem aproximadamente 700 mil hectares e que o problema é apenas em poucos hectares. Por que, então, se o governo federal quer resolver o problema agrário, não tira dessas áreas que estão causando conflitos, que estão gerando problemas, será que o governo vai querer ver o novo Eldorado dos Carajás no município de Anapu? Será que ele vai querer ver? Por que então, não vamos usar um pouco mais do restante da área? Por que o governo não faz estradas boas? Por que não vem atender o que colocou há 20, 30 anos? Estamos aqui, infelizmente, o senhor não teve condição de andar na Transamazônica, mas ia ver a situação em que se encontra, por isso, somos penalizados.

Vou fazer o fechamento, registrando uma denúncia, quero que seja escrito. O partido que, hoje, está gerindo os órgãos do Governo Federal aqui, na região, Ibama e Incra, está fazendo negociata com madeireiro, com produtores, para a campanha política vindoura para prefeito. Quero que seja registrado e, se precisar, assino embaixo, que está sendo feito negociata com o Ibama, com o Incra, para a prefeitura deste ano. Quero que seja registrado. Escuta o povo, pelo amor de Deus, Senador, escuta o povo. Que Deus nos abençoe!

Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado pela sua participação.

Ainda hoje, vamos ouvir em Belém o Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, Juiz de Direito, o Superintendente do Incra, o Ministério Público Federal, o Instituto de Terras do Pará, a Delegacia da Divisão de Conflitos Agrários, a delegada do Trabalho no Pará, representante do MST, representante dos produtores rurais e Superintendente da Polícia Federal. Portanto, temos

hoje ainda um longo dia pela frente de audiências públicas, ouvindo as pessoas que vivem aqui, no Estado do Pará, todos esses problemas.

Vamos rapidamente passar a palavra aos Parlamentares – é claro, estamos pedindo a compreensão de todos, já que temos esse roteiro enorme pela frente e já estamos atrasados – iniciando com o Relator desta CPI, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente da CPMI, Senador Alvaro Dias, Sr. Prefeito de Altamira, que nos cede este local e nos recebe com tanta gentileza, acho que é por isso que V. Exª o chamou de Gentil, porque ele foi gentil conosco, nossos companheiros e companheiras da CPMI, Senadora Ana Júlia, que saiu, Senador Sibá, Deputado José Geraldo, Deputado Bengtson, Deputado Jamil, companheiros e companheiras aqui presentes, primeiro, quero até fazer um esclarecimento, porque a nossa idéia, efetivamente, era ir a Anapu, o problema é que as informações que nos foram dadas, em função do nosso horário de deslocamento e de acesso, não nos dava garantia de que pudéssemos fazer a reunião, daí por que estamos fazendo essa reunião em Altamira. Quero fazer este esclarecimento, não se trata de nada planejado, até porque eu e o Senador Alvaro Dias somos de partidos diferentes, fazemos parte de posições opostas no Congresso Nacional, mas temos nos esforçado para, em conjunto, Presidente e Relator e membros da CPMI, acertarmos o nosso roteiro que foi, inclusive, entregue a todos os Parlamentares do Estado do Pará, para que eles pudessem até sugerir modificações. Eu soube que a Senadora Ana Júlia, na última hora, ainda apresentou algumas sugestões. E o Estado do Pará nos impressiona, desde ontem, não só desde ontem, pelos dados que temos, pela quantidade de conflitos e pelo fato de que temos aqui neste Estado o maior número de mortes em conflitos agrários no País. Isso é muito sério. Estivemos ontem e vimos depoimentos candentes, a viúva de um sindicalista da Cidade de Rondon do Pará, morto em 2000, logo após a morte dele nestes últimos 3 anos, foram mortos a principal testemunha do caso, o outro dirigente do mesmo sindicato e a própria viúva, que é presidente do sindicato se encontra ameaçada de morte. Há uma situação de impunidade tão grande que processos têm desaparecido do Fórum. Há processos que tramitam na Justiça há vinte e dois anos, conforme pude ver no relatório que nós recebemos. Então, é uma situação muito grave em função, eu creio, – não sou da região – da forma desordenada que foi feita a ocupação dessas áreas aqui. Daí os conflitos que derivam de todo esse processo de colonização.

Mas eu queria fazer uma única pergunta, até porque nós temos o relatório aqui, ao representante da Fetagri, Sr. Juraci Dias, que ele pudesse explicar o que são esses PDS. Eu ouvi falar muito em PDS, eu sei porque eu li, mas não sei se o Jamil conhece. O que é que são, efetivamente, esses PDS, a diferença entre o PDS e uma reserva extrativista? (Pausa.)

Ótimo. Está certo. Estou recebendo aqui o livro. Vou estudar como relator.

Mas eu queria que fosse colocado para nós o que é PDS e qual é o conflito que está tem acontecido em Anapu em função do PDS. Porque o Sr. Juraci falou nisso e houve a contestação por parte do representante dos produtores com relação à questão do PDS. Pelo que eu pude observar esse é um foco que contribui para a presente situação.

E a outra questão – não sei se nós temos aqui representantes do Incra e do Ibama. Se temos, Sr. Presidente, eu considero que nós temos que dar oportunidade para que eles possam se explicar. O representante dos produtores rurais (Palmas) fez uma acusação grave. Eu penso que, se tivermos representante do Incra ou do Ibama, teríamos que dar oportunidade, como demos ontem, com relação às acusações que foram feitas a isso. Então, esta era a única pergunta.

Até porque eu sei que nós estamos com horário bastante avançado. Nós estamos recebendo essa documentação e posso dizer ao representante dos produtores que a CPMI, Sr. Presidente – com a sua licença posso dizer – não se negará, não se furtará a receber documento de quem quer que seja. Até porque para formar o nosso juízo de valor, como Relator e dos membros da CPMI, nós receberemos tudo. E isso será fonte de estudo.

Agora, é uma CPMI que tem um objetivo, claro, que é trazer a paz ao campo brasileiro já tão conflagrado e viabilizar (Palmas) um processo de reforma agrária que possa efetivamente trazer justiça social ao campo. Então, queria deixar isso.

Gostaria de ouvir o Sr. Juraci Dias e, se V.Exª achar por bem, ouvir, ao final, os representantes do órgãos federais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Como houve uma denúncia muito grave, vamos dar oportunidade, sim, de defesa ao final.

Eu peço ao Juraci que aguarde as outras indagações. Vamos deixar que os Parlamentares, se desejarem fazer perguntas, façam-nas, agora. Depois, então, em bloco, as respostas serão dadas a todas as perguntas. Então, está livre para quem quiser fazer uso da palavra.

O SR.(Orador não identificado) – Sr. Presidente, abro mão das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V.Sª abre mão das perguntas.

O SR. (Orador não identificado) – Sim, Sr. Presidente, abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está bem. Com a palavra o Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, em nome de V.Exª queria cumprimentar a todos os demais membros da Comissão e fazer uma saudação especial a todos vocês e dizer que, na verdade, se a situação fundiária nessa região, principalmente, eu acho que do Pará, fosse só no Anapu, era muito fácil para nós resolvermos.

Nós temos aqui uma situação criada por um vácuo deixado pelos governos anteriores, onde o Incra não agiu e as pessoas foram ocupando de acordo com a sua vontade. Então, você tem pretensões de todo o tamanho. Você tem pretensões de 50 a até 100 mil hectares. Então, são pretensões. E o Governo precisa ordenar isso. Cabe ao Governo Estadual fazer o ordenamento fundiário do estado do Pará. Enquanto isso não acontece perde todo o mundo: o pequeno, o médio, o grande e o Município.

Eu passei no Anapu, neste final de semana, e lá há umas dez serrarias instaladas e elas precisam trabalhar, elas precisam cerrar a madeira.

A válvula de escape que está se encontrando para esse ano é exatamente trabalhar a madeira que vai ser derrubada pelos pequenos produtores, que vão cultivá-la nos seus três, quatro hectares.

Ora, se assentamos quinhentas famílias e todas essas famílias terão que ocupar uma área, temos uma demanda de madeira para aquelas serrarias trabalharem. Além dos créditos que essas quinhentas famílias vão receber, é desenvolvimento para o município.

Agora, temos situações que este Governo não poderá mais permitir, que é o fato de um cidadão, que está lá em Goiás, lá no Mato Grosso, lá em Marabá, que já tem lá seus vinte, trinta, quarenta, cinquenta mil hectares de terras, vem no Anapu grilar mais vinte e manda pistoleiro de Marabá para invadir casa de posseiro no Anapu.

Se esse Governo não cuidar disso, esse Governo não está cumprindo o seu papel.

E o Incra sozinho, o Ibama sozinho, Senadora Ana Júlia e demais Senadores, nessa região, por si só faz, porque essa é uma decisão de Governo. Demarcação de terra depende de dinheiro. Assentamento das famílias depende de recursos. E tivemos nesses últimos 120 dias greve dos procuradores do Incra, greve da Polícia Federal. Agora, greve dos funcionários. O

Incra está liberalmente fechado há quinze dias, com cadeado na porta, em Belém.

Penso que essa CPI vai realmente colocar essa situação para o Governo Estadual e para o Governo Federal, que é quem precisa resolver dentro da lei. Existe uma lei, todos disputarão sobre a lei que existe. Com certeza isso atravanca, porque se essa situação tivesse sido resolvida há pelo menos cinco, seis anos atrás, esse clima não existiria no Anapu. Ninguém estaria envolvido nessa situação.

Então, lamentavelmente, nós que estamos aqui há trinta anos, temos tantas coisas para discutir: o desenvolvimento da produção, estradas, etc., ainda tenhamos que estar envolvidos em situações como essa de conflitos fundiários.

Sinceramente, estou fazendo uma coisa que não gosto. Acho que esta CPI tem o seu papel, mas aqui já tivemos nessa região várias audiências públicas.

O que precisamos agora é que o Governo tenha possibilidade de agir e resolver essa situação, para que possamos organizar tudo isso. (Palmas!) Para que possamos ter o pecuarista trabalhando com a sua pecuária modernizada, para que possamos ter o dono da serraria podendo funcionar, serrando madeira, para que os produtores possam organizar os seus planos de manejo nas suas propriedades, porque hoje está todo mundo ilegal, está ilegal e o grande e o pequenino também, porque se tirarmos uma árvore em nossa propriedade sem plano, também estaremos ilegais.

Estamos nesse estágio, é um estágio difícil, é um estágio transitório, alguém vai ter que fazer uma coisa, porque dificilmente alguém que tenha demarcado vinte, trinta mil hectares vai ficar com isso e ver o que é possível negociar.

Vi em Marabá, por exemplo, um cidadão chegando para o Incra, entregando, está aqui parte da terra para fazer a reforma agrária. E está ficando com um pedaço que ele acha que dá para ele se desenvolver. Então, tem coisas novas acontecendo.

Espero que no Anapu possamos ordenar aquilo logo, fazermos com que as quinhentas, seiscentas famílias que precisam ser assentadas sejam assentadas rapidamente, porque é claro, se passar mais um ano, mais dois, todo mundo vai chegar, vai ..., porque, Senador Presidente da Comissão, os senhores sabem como funciona um garimpo. Estamos vivendo a era do garimpo, só que é o garimpo verde. Essa é a região que tem mais madeira no Brasil. Essa é a região que a terra é relativamente barata, você compra dez, quinze, vinte mil hectares de terra com pouco dinheiro. Agora, compra uma terra de quem? Não tem documento. A terra é da União e vocês sabem que dificilmente alguém que está com essas terras na área de expansão

vai poder ser titular, até porque terras acima de 2.500 hectares só com autorização do Congresso Nacional. Essa é uma situação em que o Governo precisa encarar (**falha na gravação**), com certeza, pode atender a alguns interesses, mas acho que é possível negociar alguns interesses. Os madeireiros do Anapu chegaram à conclusão de que para eles é mais importante ver a floresta em pé do que ver a floresta queimada. Isso porque a cada 2 mil hectares de mata que se queima por ano é madeira que deixa de ir para as serrarias. Essa é uma conta fácil de fazer, pois estamos queimando dinheiro.

Assim, a visão é essa. A CPI veio aqui cumprindo o papel de uma CPI nacional. Essa questão que estamos discutindo, Anapu, representa a realidade do oeste do Pará. A região sul do Pará está num estágio diferente do nosso. Lá o pessoal já chegou, já derrubou, já acumulou. Aqui não, a turma está chegando de todos os Estados, inclusive do sul do Pará. Como as serrarias lá estão fechando, eles estão se transferindo para cá.

Assim, é normal que esses conflitos estejam acontecendo, porque o Governo não trabalhou anteriormente.

Com relação às denúncias, acho que todas elas têm que ser encaminhadas, pois precisam ser apuradas. Vocês estão vendo pela televisão que o Governo não está dando colher de chá, pois, só no Ministério da Saúde, uns quinze foram demitidos nesses quinze dias. Isso passou pelos oito anos do Governo Fernando Henrique, passou por não sei quantos Ministros, mas quando chegou aqui foi barrado. Houve um corte.

Com relação a atos de corrupção neste Governo, quem souber quem os está praticando, denuncie, prove, porque essa pessoa vai para a rua, vai para a rua em qualquer Ministério (Palmas), em qualquer órgão público. (Palmas)

A lei vai valer para todos. Esta é uma CPMI, é uma comissão mista de Senadores e Deputados de todos os partidos. Temos aqui gente do PT, do PSDB, do PFL, do PTB. Esta não é uma CPMI de um partido. É uma CPMI do Congresso Nacional, criada oficialmente pelos Senadores e Deputados e nós fazemos parte dela.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado José Geraldo.

Concedo a palavra ao Deputado Josué Bengtson

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, Senadora Ana Júlia, Sr. Relator, Senador Siba, Deputado José Geraldo, companheiro Murad, senhoras e senhores, tenho a satisfação de poder estar nesta

reunião hoje. Seria muito melhor se esta reunião fosse no Anapu, como disse bem o Presidente. Mas, devido a problemas técnicos, por falta de um aeroporto, pela distância – a Transamazônica não está grande coisa –, estamos realizando a reunião aqui.

Como o nosso Presidente e o Relator são de fora, é bom informarmos S. Ex^{as} sobre alguns problemas novos que estão surgindo no Anapu. Eu já fui àquele município algumas vezes. Com a possibilidade da construção de Belo Monte, uma solução energética não para o Pará, porque o Estado não precisa de Belo Monte, mas uma necessidade para o Brasil, um projeto federal... Quando se falou em Belo Monte, Presidente, houve um verdadeiro êxodo ao contrário. Ou seja, a vinda de tantos e tantos trabalhadores para aguardar a construção de Belo Monte. Não sei se o problema já foi resolvido, mas temos bairros dentro da cidade de Anapu que não têm energia elétrica. Pelo menos na última vez que eu fui não tinha. Formou-se um bairro novo e o município não tinha condições de colocar energia elétrica lá, porque a prefeitura não tem recursos. A população dobrou, triplicou em mais ou menos dois anos. Obviamente, isso reflete também no campo. Em todas as minhas palavras, desde que esta CPMI foi instalada, eu tenho feito um comentário de coração, ou seja, eu não vim para o Pará, há trinta anos, como muitos vieram, talvez alguns dos senhores e das senhoras que aqui estão, convidados pelo Governo para colocar o homem sem terra numa terra sem homem. Vim com uma outra missão, sou pregador do Evangelho, sou pastor e acompanho esse problema com muita preocupação. Disse ontem, em Marabá, o que tenho dito em outros lugares, que o Pará não pode, não precisa, se tem não precisa ter conflito agrário, e vou dar os dados. Por exemplo, o município de Altamira tem 161 mil quilômetros quadrados, um município. O Estado de São Paulo tem 247 mil quilômetros quadrados. Então, Altamira corresponde a 2/3 do Estado de São Paulo, é maior do que Santa Catarina, e já foi muito maior quando estava aqui São Félix do Xingu, Anapu e outros mais, era maior do que a Bélgica. O Estado de São Paulo tem 37 milhões de habitantes, Altamira tem um pouco mais de 85 mil, moram na cidade uns 55, não é, prefeito? Então, tem umas 30 mil pessoas que não moram na cidade. Por que conflito agrário? Não sei o tamanho de Anapu em quilômetros quadrados, mas acredito que a população é bem pequena. Agora, acho que é problema e não vamos culpar o atual Governo, que chegou ontem. Quando se fez o projeto da Transamazônica, por que não se fez um projeto mais sério? Se Juscelino Kubitschek construiu uma capital lá no sertão, com Palácio do Planalto, com o Alvorada, com os Tribunais, tudo feito

de uma vez, por que não se fez, vamos pensar nisso nesta CPMI, num projeto qualificado nesses PAs? Não é colocar o povo, como temos visto em alguns projetos de assentamentos que são verdadeiras favelas rurais. Coloca o povo onde não tem médico, escola. De que adianta? O que acontecerá com essas pessoas? Aquilo que aconteceu na Transamazônica. Visito Altamira há quase 30 anos. Quantas famílias de paranaenses vieram para cá, pegaram o seu lote de 100 hectares, 200 hectares, e não ficaram? Não porque a terra não seja boa, a terra é de primeira. Alguns conseguiram ficar, mas onde levar a criança ao médico? Como escoar a produção de 80km de vicinais sem ponte, com o nosso inverno rigoroso? Então, esse é o primeiro ponto que quero salientar. Quando se pensar em projeto de assentamento tem-se que construir lá o posto de saúde, a escola, a energia elétrica, para que aquela região possa sobreviver, não apenas se auto-sustentar tirando o alimento, mas sobreviver como ser humano. Agora, um outro problema que quero levar em conta, e a CPMI, Senhores que nos assistem, não foi formada apenas para ver a violência de um lado. A CPMI está analisando os dois tipos de violência. A violência de quem tenta expulsar e a violência também de ocupações violentas. Li um documento e gostaria que ele fosse acrescentado, a CPMI gosta da verdade inteira. Nesse documento há uma história até janeiro, não fala do carnaval vermelho em Anapu, quando um grupo invadiu e matou pessoas numa propriedade, não sei de quem é, não estou a par, mas acho que a história tem que ser contada toda. Somos contra todo tipo de violência, somos contra a violência do assaltante e somos contra a violência da Polícia. A lei tem que ser respeitada por ambos os lados. Volto para concluir, Sr. Presidente. Não tem cabimento um Pará, que é 5 vezes maior do que o Estado de São Paulo e tem 6 vezes menos a população de São Paulo, temos 6, 5 milhões, São Paulo tem 37 milhões e 1/5 das nossas terras. Por que conflito agrário? Temos terra para todo mundo. Agora, o grande problema, quero encerrar fazendo esse pronunciamento, temos grupos que não têm nada a ver com o campo, que não têm nada a ver com o Brasil, que instigam como que esperando cadáveres. Não queremos, felicito o nosso Presidente José Geraldo, o nosso Deputado Sibá, o nosso Relator, que fez um trabalho extraordinário ontem lá em Marabá para evitar qualquer tipo de confronto lá na Peruano. Não queremos mais conflito no campo. Tudo é possível ser resolvido como pessoas civilizadas. Agora instigar alguém para ir em busca da morte, isso também está errado. Deus não aprova essas coisas. Queremos paz em Anapu, queremos paz em Altamira, queremos paz no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou pedir a compreensão do Deputado Jamil Murad e do Senador Sibá Machado para que permitam, ao final, que a Senadora Ana Júlia, que é da Terra, possa falar em nome de vocês. Muito obrigado. Já que transformamos esta reunião da CPI numa audiência pública bem popular, estamos sem nenhuma formalidade tratando desta questão, e o Senador Sibá Machado e o Deputado Jamil Murad concordam em permitir que a Senadora Ana Júlia depois se manifeste em nome de ambos. Muito obrigado, então.

Vamos passar a palavra ao Juraci, que foi questionado pelo Relator, o Deputado João Alfredo, e depois aos representantes do Incra e do Ibama que deverão responder à denúncia formulada pelo representante dos produtores rurais, o Efraim.

O SR. JURACI DIAS – O Deputado João Alfredo perguntou, sei que aqui tem várias pessoas de dentro do PDS, em Anapu, que poderiam também responder muito bem, mas me foi feita a pergunta, e acompanhamos essa discussão de novas modalidades de projeto de assentamento nessa região fazendo parte do ordenamento territorial. Então o PDS, conforme consta da cartilha produzida pelo próprio MDA ele foi criado em 2000, através da portaria 477, do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas aqui na região a discussão dessa modalidade de assentamento em Anapu começou desde 1994 com a discussão. Só queria antes de dizer exatamente o PDS, justificar por que a modalidade de PDS, o próprio Deputado Josué Bengtson falou dos problemas que temos tido com os assentamentos, os PAs criados pelo Incra, muitas vezes criados longe da estrada, longe do acesso ao comércio, aí falta estrada, tem aquela documentação individual, às vezes facilita às pessoas vender o lote. Não é novidade, o Incra pode confirmar isso. Alguns assentamentos que foram criados aqui estão se tornando inviáveis, porque grande parte das pessoas que estão na RB já não estão mais na área porque os lotes foram vendidos e não têm condições de escoar. Por outro lado, podemos ver que a maioria das propriedades nos projetos de assentamentos não têm mais a reserva legal, porque individual cada um foi fazendo a derrubada e tornou-se insustentável do ponto vista econômico e ambiental. O PDS então vem como uma resposta, uma nova modalidade de assentamento de uso coletivo, onde a floresta, os recursos naturais sejam utilizados de forma coletiva através de um plano de utilização que por sinal o PDS já tem, um PDA, um Plano de Desenvolvimento do Assentamento, também já foi contratado pelo Incra, uma instituição da região que já fez, desenvolvimento do assentamento, e as

famílias vão ter direito aos créditos do Incra de alimentação, de habitação, fomento, Pronaf, como tem nos outros, apenas a forma de titulação vai ser coletiva, vai diminuir custo para o Incra, porque não vai precisar demarcar cada parcela individual vai demarcar apenas o perímetro e as famílias vão viver lá dentro de acordo com o plano de utilização que eles vão fazer com a assessoria do Incra, a assessoria do Ibama e de outros órgãos ambientais, de outros órgãos de assistência técnica, assessoria que vai ajudá-los. Em curtas palavras, isso é o PDS, é o modelo de reforma agrária de projeto de assentamento que vai conciliar a produção agrícola com o desenvolvimento sustentável, que os agricultores, os movimentos, os sindicatos de Anapu e de outras regiões aqui estão traçando como política agrária. Assim como nós já estamos fazendo vistoria em algumas áreas para criar, agora, a nova modalidade de projeto de assentamento florestal. Já temos a proposta para criar em Uruará, em Placas, em Rurópolis, em Medicilândia, para que possa estar, no conjunto, com as Resecs e outras unidades de conservação e também com a colonização, que já está aberta aí, fazer um modelo de desenvolvimento, um modelo de ordenamento.

Em relação àquilo que foi dito, se tem negociado nos órgãos públicos, eu queria falar em nome da Fetagre que nós estamos participando aí de uma parceria dos trabalhadores da Fetagre juntamente com as pessoas dos assentamentos e estamos discutindo com alguns madeireiros também, com o Ibama e com o Incra, mas dentro dos critérios, da Instrução Normativa nº 03 que permite. Da nossa parte queremos apenas regularizar a situação dos desmates que são feitos, que segundo dados do Ibama só 14% são regularizados. Nós queremos regularizar mais. E naquelas áreas onde realmente as pessoas têm reserva legal e vão fazer desmate que nós possamos oferecer a matéria prima, a madeira que estiver nessa área lá de forma legalizada para o setor florestal, que está aí, que precisa fazer isso de acordo com os critérios do Incra e do Ibama.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado pela participação, Juraci Dias.

Então vamos dar a oportunidade ao representante do Incra e do Ibama, se desejarem, para responder as denúncias. (Pausa)

O microfone, por favor. Pode se apresentar e responder.

O SR. BRUNO (Incra de Altamira) – Um bom dia a todos. Eu quero cumprimentar, em nome do Senador Alvaro Dias, a nossa Mesa e dizer que eu sou o Bruno, chefe da unidade do Incra de Altamira. Nós adminis-

tramos terras da União em nove Municípios. Um total de seis milhões e trezentos mil hectares de terra são administrados por essa unidade do Incra. Assumimos essa unidade em julho passado. O que foi colocado com relação aos problemas pelos quais passamos, a estrutura precária que temos hoje dentro das nossas unidades do Incra e também do Ibama, já é do conhecimento da sociedade e nós estamos discutindo isso diante da sociedade porque não podemos ficar só na lamentação. Nós temos que buscar saídas para que nós possamos fazer o ordenamento fundiário dentro das possibilidades e com os recursos que nós temos. Por isso que nós estamos buscando parcerias com outros órgãos governamentais, com as Prefeituras Municipais, com o setor organizado da sociedade, tanto dos trabalhadores como, principalmente, do setor madeireiro. No ano passado, inclusive, uma greve paralisou essa unidade do Incra por um período. Falta de matéria prima para trabalhar, problema de regularização fundiária causou esse impacto baseado na legislação ambiental que existe. Há vários Governos se vem discutindo a questão da Amazônia, como se povoar a Amazônia, como se fazer o ordenamento fundiário de uma forma que não agrida de maneira mortal o meio ambiente dessa região.

Com relação à denúncia feita aqui, é muito fácil hoje fazer denúncias. O que estamos fazendo é nos reunindo com as organizações dos trabalhadores rurais e com a organização do setor madeireiro no sentido de encontrar uma saída emergencial para suprir as madeiras que existem nessa região de matéria prima para que eles não precisem dispensar os seus trabalhadores que estão aí num momento tão difícil de desemprego para este País.

Nós já fizemos diversas reuniões. Nós temos aqui representantes do setor madeireiro que podem comprovar isso, que nós temos feito isso da maneira mais transparente possível, com a participação da sociedade, para discutir essa questão. Inclusive, temos uma Instrução Normativa que foi discutida entre o Incra e o Ibama em que não vai mais ser concedida licença individual de desmatamento, dentro dos projetos de assentamento e, sim, será o Incra que irá solicitar, depois de um levantamento dentro desses projetos, onde ficarão as áreas de desmate, quantos agricultores serão necessários para desmatar dentro da lei, dentro da legislação ambiental existente para a Amazônia e, a partir desse levantamento, o Incra fornecerá toda uma série de documentação e solicitará uma licença ambiental ao Ibama para desmatar o tamanho da área que for necessária, dentro da legalidade e dentro do projeto de assentamento. A partir daí, existe, também, a legislação de que dentro de uma área desmatada

– no caso, geralmente, se trabalha com área de 3 hectares para cada agricultor/ano, existe madeira e sobre essa madeira já existe levantamento de que nós desperdiçamos 98% dessa madeira nos desmates – são queimadas, não são aproveitadas e não gera nenhum benefício para a sociedade.

O que nós estamos fazendo, então, é discutirmos para oferecermos essa madeira que será vendida pelos agricultores ao setor madeireiro, dentro de uma forma organizada, e, também, buscando, a partir daí, parcerias para, também, oferecer infra-estrutura a esses projetos de assentamentos, principalmente na questão de estradas que é a maior carência nos projetos de assentamentos aqui, como disse o Deputado Josué Bengtson que, também, é conhecedor dessa situação.

Nós, então, queremos melhorar a situação dos projetos de assentamentos já criados e que, na sua maioria, estão numa situação precária.

Com relação à questão de Anapu, o PDS é um Projeto que foi discutido com os setores da sociedade, devido à legislação ambiental existente para a Amazônia que não permite mais que se crie projetos de assentamentos da forma tradicional, como vinha sendo criado, ou seja, jogar um agricultor em cima de um lote e permitir que ele desmate somente 20% e não oferecer uma alternativa para ele aproveitar o restante do seu lote que vai ficar em mata, isto seria injusto e tornaria os projetos de assentamentos inviáveis. O PDS, então, é um projeto que vem responder a essa expectativa e que vai fazer com que o agricultor continue com a possibilidade de fazer a sua roça dentro dos 20% que a lei permite e, ainda mais: o Incra vai oferecer assistência técnica para que esse agricultor aproveite os produtos que a natureza lhe oferece dentro da reserva legal. Então, este é o modelo do PDS que nós estamos discutindo e eu quero dizer que, não em todos os sentidos mas em algumas partes, qualquer modelo de projeto de assentamento criado naquela área, geraria conflitos de interesses porque há, também, pessoas que disputam grandes projetos dentro daquelas áreas. Então, há disputa mas entendemos que é preciso que, de uma forma legal, possamos dar oportunidade a todos os setores para que eles possam, de uma forma organizada, obter o seu pedaço de chão. O que nós não podemos permitir é que uma só pessoa se aposse de uma enorme quantidade de terra e, em alguns casos, com a finalidade específica de especular. Eu, inclusive, quero relatar um caso que nós tivemos, agora, nesta semana, quando nós fomos a Uruará para fazer um levantamento sobre a criação de um modelo de projeto de assentamento e, quando chegamos lá, a área já estava toda vendida para um

fazendeiro de Mato Grosso por R\$600.000,00, inclusive venderam parte de um Projeto de Assentamento criado em 1997. Venderam, aproximadamente, 30 lotes de um Projeto de Assentamento. Isto, então, não pode ser permitido. E sobre a questão das denúncias feitas, eu espero que, dentro do fórum legal, nós, nesse sentido, vamos querer as provas e colocamos a nossa mão à palmatória se nós fizemos alguma coisa errada e colocamos, inclusive, o nosso cargo à disposição. O que estamos discutindo com o setor madeireiro é essa maneira de tentarmos oferecer de uma forma emergencial a matéria-prima para que eles possam trabalhar em 2004 e 2005. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado.

Queremos registrar a presença na mesa também do Vereador Presidente da Câmara de Vereadores. Agradecemos a presença honrosa dele conosco.

Vamos passar a palavra à Senadora Ana Júlia e já estamos concluindo a nossa reunião.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC)

– Eu queria primeiro dar o meu bom dia a todos aqui da região, ao povo de Altamira, ao povo de Anapu, à população de toda a região da Transamazônia.

Queria parabenizar essa CPMI, cujo foco conseguimos mudar, porque primeiro, não é, Senador Sibá? Era pensada para investigar apenas um lado, Deputado Josué, só se queria investigar o MST e ela foi transformada em CPMI da Terra porque nós, mais do que ninguém, queremos a paz no campo porque só a paz no campo pode trazer a produção, o desenvolvimento para uma região.

Quero, portanto, saudar também o Prefeito de Altamira, que está nos recebendo aqui nesse Município, o Presidente da Câmara. Há vereadores e vereadoras aqui e não vou citar todos os diversos setores da sociedade aqui presentes.

Vou tentar não repetir, mas queria também dizer que fiquei feliz por ver gente fazendo autocrítica a uma postura agressiva que tomou numa reunião, porque senão o Senador Alvaro Dias vai pensar que não viemos aqui. Nós já viemos, já discutimos, já fizemos audiência pública e não é esta a primeira vez. O Ministro do Desenvolvimento já veio aqui, já foi, inclusive, ameaçado quando esteve aqui, mas eu espero que realmente possamos trabalhar. Três vezes já foram marcadas ações e, para azar nosso, quando a data foi marcada por duas vezes a Polícia Federal entrou em greve, na data da ação marcada para recuperar áreas públicas. Há pessoas que se dizem donas de uma área e é interessante porque parece que só é invasor e ocupante de terra o MST. Há pessoas que têm área maior do que mil pequenos trabalhadores rurais e são tão ocupantes de área quanto esses trabalhadores, inclusive até

vendem área que não é delas, vendem área pública. Eu não vou falar palavra mais feia, mas vendem área pública. Isso é crime e essas pessoas deveriam estar naquele local onde todos que cometem crime devem estar: atrás das grades, na prisão.

Eu não tenho a menor dúvida de que o que se quer construir nessa região é algo completamente diferente – aí quero concordar com o Deputado Josué Bengtson, porque tenho falado diversas vezes isso. Infelizmente não foi feita reforma agrária ainda nesse País. Foi feita favelização agrária. Jogaram-se os pequenos produtores a 100, 150, 200 quilômetros sem acesso a estrada, sem energia elétrica, sem posto de saúde, sem escola, sem assistência técnica, poucos com acesso a crédito. Essa é que é a verdade. Está-se tentando consertar uma situação e esse Estado é a região onde há a maior quantidade de assentamentos do Brasil. Vamos reconhecer a realidade. Está-se tentando consertar.

O que o Bruno apresentou aqui em relação ao diálogo com os madeireiros é muito importante, porque o Ibama e o Incra foram acusados inclusive. Quantas vezes não vimos na imprensa que o Ibama queria atrapalhar a atividade produtiva dos madeireiros no Pará?

Ora, está tentando, exatamente, uma alternativa, porque, na verdade, as coisas estavam sendo feitas erradas, pois não tem uma regularização e uma regulamentação fundiária nesse Estado. Isso nunca se enfrentou e, como disse a Ministra Marina, sabe que tem que haver um momento. Agora, esta semana, estava a Ministra Marina Silva, Ministro Ciro Gomes e o Dr. Marcos Barros, Presidente do Ibama, numa audiência pública da Subcomissão da Amazônia na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, expondo exatamente sobre PAS, que é o Plano Amazônia Sustentável.

É exatamente para mudar esse modelo que já vimos que não deu certo, e, se não deu certo, tem que mudar. Agora, muitas vezes, para mudar, para fazer omelete, tem que se quebrar ovos. No momento, temos que arrumar a casa. Às vezes, para arrumar a casa, não só temos que parar com a ilegalidades, mas também ferimos interesses. Esses interesses é que são realmente poderosos.

Quero dizer que tanto é positivo que quando viemos aqui, numa audiência pública, assinar um convênio do BNDES para instalar na região 12 casas familiares rurais. O BNDES tem uma contrapartida do Governo do Estado que demorou, mas acabou assinando, graças a Deus, em que a idéia, Senador e aqueles que não são da região, é que essas casas familiares rurais sejam para os jovens, filhos de trabalhadores rurais,

poderem ter acesso a uma educação rural, transformarem-se em técnicos, dentro de um modelo de desenvolvimento adequado para a Amazônia, que tem a maior diversidade do mundo e que, muitas vezes, parece uma biblioteca de Alexandria a queimar sem que possamos tomar conhecimento de toda a sua riqueza. Essa é que a verdade.

Então, o que essas 12 escolas familiares rurais pretendem é isso. Concorro que tem tanta terra nessa região que não precisamos ficar nos matando por causa de terra, mas, sem dúvida nenhuma, as mortes acontecem, de um modo geral, a grande maioria, 99%, do lado dos trabalhadores. Quando acontece uma morte como aconteceu que foi um segurança que foi morto, porque o povo já estava cansado de ser impedido de passar até com doente de malária – é preciso que se diga. Não estou justificando. Acho que nenhuma violência... Condeno todas, todas, mas é necessário que vejamos também que as pessoas passam uma vida toda apanhando, apanhando, apanhando. Elas também, muitas vezes, reagem.

Quero dizer que o objetivo dessa CPMI é fazer um levantamento, por isso que não vamos em todas as áreas, porque não dá para ir. Temos que pegar exemplos pontuais. O Pará é uma situação emblemática. O Pará é o Estado mais violento do País, é o campeão de violência e morte no campo. Infelizmente é um triste título que queremos que não mais tenha e, infelizmente, ainda é o campeão de trabalho análogo ao trabalho escravo. É outro triste título que não mais queremos. O nosso Governo tem como objetivo erradicar o trabalho escravo no nosso País, mas não viria aqui sem fazer também uma defesa de uma pessoa que acho que é tão injustiçada e que foi aqui insinuado que existem pessoas que não são daqui, que às vezes não são brasileiros e que vêm aticar ou incentivar a violência contra o povo.

Olhe, minha gente, primeiro, considero paraenses não só as pessoas que, como eu, nasceram nesta terra, mas considero paraense todos que aqui estão e que não nasceram aqui, mas que vieram para cá, escolheram aqui...(Palmas.) ...para criar suas famílias, seus filhos, produzir, e a Irmã Doroty é uma pessoa que teve uma missão de Deus. Veio para cá, mora aqui e veio em uma missão de Deus para que os trabalhadores não mais sejam escravizados. Como exemplo, quero repetir um gesto. Creio que a CPI tem que receber todos os documentos e investigar todas as denúncias, e não estamos... Queremos a paz. Agora, quando sei que as denúncias são eivadas de preconceito, eivadas de mentiras, faço, como fiz da outra vez, um gesto simbólico: embolo e jogo no chão porque é assim

que se trata, na minha opinião, denúncia que não tem nenhuma veracidade.

Precisamos fazer concursos porque foram destruídos o Incra e o Ibama. Com certeza, vamos recuperar esses órgãos não para fazer favelização agrária, mas para fazer reforma agrária decente neste País, principalmente em nossa região. Tenho e dito e repito que a Amazônia não é problema para este País. Amazônia é solução para o Brasil, é solução para este País. Mas não é possível que continuemos repetindo os erros cometidos ao longo dos tempos.

Também digo a todos que vamos cassar, sim, vampiro que devia dinheiro público. Quem denunciou e quem permitiu essa ação no Ministério da Saúde foi o Ministro da Saúde, Humberto Costa, que inclusive a partir de março, quando recebeu a denúncia que fez a Polícia Federal ao Ministério Público Federal pedindo a investigação imediatamente, alterou – diferente do que publicou uma revista nacional – as licitações e permitiu que os hemoderivados que custavam US\$ 0.41 até março de 2003 hoje custem US\$ 0.16. Só nesta administração foram economizados R\$ 170 milhões. E vamos continuar a investigação em tantos outros pontos.

Se depender de nós – e falo também por mim, como Senadora, vamos cassar todos os vampiros, inclusive aqueles que sugaram dinheiro público através da Sudam, por meio de projetos nessa região que geraram poucos empregos e pouco desenvolvimento, mas muita riqueza para alguns poucos. O objetivo da CPMI é mudar a legislação para melhorar e trazer paz ao campo.

Por isso, quero parabenizar o Presidente desta CPMI, que tem agido com correção e com a visão de que precisamos conhecer o País como um todo, não só Brasília, mas também as regiões que muitas vezes têm dificuldades de serem ouvidas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias.) – Só poderíamos fechar com chave de ouro esta reunião ouvindo a Senadora paraense Ana Júlia Carepa.

Quero dizer que todos podem encaminhar documentos, denúncias, sugestões e críticas pelo Deputado José Geraldo, da Senadora Ana Júlia Carepa e do Deputado Josué Bengtson, que representam muito bem o Estado do Pará no Congresso Nacional e nesta CPMI.

Agradeço mais uma vez o Prefeito Juvenil por sua gentileza e cordialidade nesta recepção que nos oferece e o Presidente da Câmara Municipal, Chico Belo. Agradecendo os dois, agradeço as pessoas que aqui vieram e nos honraram com a sua presença. A nossa presença aqui não tem só o objetivo de recolher informações, denúncias e sugestões. Tem o objetivo,

isto sim, de dividirmos no contato direto com todas as regiões e populações a grande responsabilidade que temos de oferecer alternativas de reformas para este País.

Muito obrigado a todos. Tenham todos um bom dia.

Está encerrada a reunião.

(Encerra-se a reunião às h.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADO-
RES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”**

Ata da 14ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2004 – Audiência Pública em Belém/PA

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às quinze horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Jamil Murad, Zé Geraldo e Josué Bengtson membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Exposições das Seguintes pessoas Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, Juiz de Direito, Dra. Socorro Gomes, Delegada do Trabalho no Pará, Dr. Felício Pontes, Ministério Público Federal,

Dra. Betânia Vinagre, FAEPA, Dr. José Ferreira Sales, Superintendente do DPF e Dr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários. Foram ouvidos em bloco de 3, sendo questionados pelos parlamentares presentes. Foram entregues documentos à Comissão pelo Sr. Manuel Imbiriba Sarmento, Secretário de Política Agrária. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias.) – Na tarde de hoje, na cidade de Belém, ouviremos depoimentos, completando a missão da CPMI no Estado do Pará, que começou, no dia de ontem, na cidade de Marabá com visita a acampamento e assentamento, sobretudo revelando a preocupação do Congresso Nacional com a hipótese de conflito na ocupação da Fazenda Peruano, no Município de Eldorado dos Carajás.

Na cidade de Marabá, ouvimos depoimentos de lideranças sindicais de trabalhadores rurais, de lideranças patronais, a Superintendente do Incra. Hoje pela manhã, na cidade de Altamira, completamos o trabalho naquela região com audiência pública, envolvendo também representantes de trabalhadores sem terra e de proprietários rurais, especialmente em função dos conflitos existentes no Município de Anapu.

Hoje, repito, na cidade de Belém, completamos o trabalho com uma viagem que teve por objetivo fazer um diagnóstico da realidade fundiária no Estado do Pará a fim de que possamos contribuir, nesta fase em que se discute o sistema fundiário no País, com sugestões que possam significar avanço. É bom dizer sempre que o que se ouve, em Brasília, nem sempre se constata no interior do País. Por isso, a importância dessas visitas da Comissão Parlamentar de Inquérito. Já realizamos visita ao Estado de Pernambuco, agora, ao Estado do Pará, e seguiremos com visitas a outros Estados.

Procederemos da seguinte maneira: inicialmente, ouviremos os convidados. Creio que cerca de dez a doze minutos são suficientes para uma exposição inicial. Posteriormente, solicitamos àqueles que puderem permanecer que permaneçam para que, em seguida, os Parlamentares façam suas indagações.

Estamos acompanhados do Relator da Comissão, Deputado João Alfredo, do PT do Ceará; do Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará; do Deputado Josué Bengtson, do PTB do Pará; Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará; Senador Sibá Machado, do PT do Acre;

e o Senador do PT, aliás Deputado Jamil Murad, do PCdoB de São Paulo. Por engano, promovi o Deputado a Senador e quase mudei seu Partido. De qualquer maneira, não há como mudar sua personalidade, responsabilidade e, principalmente, sua competência.

Iniciaremos nossos trabalhos, convidando para o primeiro depoimento o Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, Juiz do Trabalho. Pedimos que utilize um das tribunas.

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Sr. Presidente da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares e companheiros da Mesa, minhas senhoras e meus senhores, sem mais delongas, farei talvez um rápido resumo do que tenho visto no sul do Pará, nos três anos em que lá atuo como Juiz Titular, primeiro, da Vara de Trabalho de Parauapebas, que englobava, como jurisdição, os Municípios de Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas, a sede, e, posteriormente, Marabá, que engloba outros Municípios da região sul do Pará. Bem, naquela região são muito comuns, os senhores já devem ter constatado, as questões relativas à violência no campo. O que me toca falar aqui nesta Comissão é sobre uma questão de violência que envolve as relações agrárias do Brasil no Pará e, em especial, na região sul desse Estado. Vou falar aqui especificamente sobre trabalho escravo. O trabalho escravo é forma violenta de exploração de trabalho humano, e o Estado do Pará, segundo os dados do Ministério do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é o Estado campeão da exploração desse tipo de atividade ilícita. Em dados de até outubro de 2003, o Pará – só o Pará – foi alvo de 3.983 denúncias e em segundo lugar ficou a Bahia; isso só até outubro de 2003. Posteriormente ao ano de 2003, o Pará – só o Pará – foi responsável por cerca de 63% das denúncias de trabalho escravo no Brasil. No Pará, nessas denúncias foram envolvidos cerca de 3.938 trabalhadores. Do total de denúncias que foram enviadas pela Comissão Pastoral da Terra, em número de 150, apenas 81 foram fiscalizadas, um pouco mais da metade, aí resgatados 1.812 trabalhadores, num total de resgates, no ano de 2003, de 4.987 pessoas. O Pará ainda hoje é o Estado brasileiro onde mais se escraviza. Os Municípios paraenses que mantêm esse recorde são Xinguara, Rio Maria, Redenção, Piçarra, Sapucaia, Santa Maria das Barreiras, Itupiranga, Água Azul do Norte, Bannach, Novo Repartimento, Curionópolis, Cumarú do Norte, Marabá, Dom Eliseu, Pacajá, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu. Foram os Municípios com maior número de trabalhadores resgatados no período de 2001 a 2003. Esses dados são todos públicos, com fonte na

OIT, no Ministério do Trabalho e também na Comissão Pastoral da Terra, que também tem um arquivo sobre isso dos mais confiáveis, porque as denúncias começam por lá. No período de 1995 a 2003, as ações de fiscalização sobre o trabalho escravo não tiveram um aumento significativo. Apenas depois do lançamento da campanha nacional pelo atual Governo é que essas ações foram incrementadas. Não obstante, nos anos de 2002 para 2003, houve um aumento de mais de 4 mil casos de denúncias. Tenho uns gráficos aqui, depois posso passar para a Comissão. Chegamos, certamente, de 2002 para 2003, a mais de 4 mil casos de trabalho escravo no Brasil. As ocorrências por atividade de trabalho escravo 49% se dão na pecuária, 25% em desmatamento, 6% em algodão, 6% em soja, 4% em reflorestamento, 2% em alho e cebola, 2% em braquiária e outros cultivos. Basicamente, é pecuária e desmatamento. E aí nessa questão...

O SR. – (Manifestação fora do microfone)

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Está certo. O que cumpre salientar aqui é que a pecuária e o desmatamento correspondem a mais de 70% dos casos de trabalho escravo, das atividades correlatas a trabalho escravo, e aí é importante ressaltar o seguinte: que esse desmatamento geralmente é feito ou para grilagem de terras ou para áreas de cultivo, em geral de pasto. Essas atividades estão intimamente ligadas. A maioria dos resgates ocorre geralmente em desmatamento.

Também cumpre ressaltar que a taxa de reincidência de trabalho escravo é muito grande, tanto por parte dos trabalhadores que comumente são resgatados duas, três ou quatro vezes, como também por parte das pessoas que se utilizam do trabalho escravo.

Tenho aqui o chamado *ranking* de reincidência, que revela que um único proprietário de uma fazenda foi reincidente dez vezes, ou seja, dez vezes a fiscalização foi lá e dez vezes havia trabalhadores escravos em sua fazenda; outro: nove vezes; outro: seis vezes. E assim por diante. A maioria é do Pará. Apenas um é do Estado de Alagoas, segundo o relatório.

Existem algumas estatísticas do Estado do Tocantins, mas salientarei apenas as do Estado do Pará. Repassarei depois à Comissão as estatísticas referentes ao Tocantins.

Também é importante registrar que a impunidade tem levado a esses casos de reincidência. Como o Estado não se faz presente, como não há realmente punições efetivas em relação ao trabalho escravo, haverá sempre a reincidência. Essas reincidências costumam ocorrer exatamente pela ausência do Estado. Há pouco, eu falava com um Parlamentar que me dizia que a situação em Marabá talvez esteja mais

razoável do que a situação encontrada em Altamira. Isso é bem razoável, sob esse ponto de vista na minha explanação.

O Estado se faz presente com mais força na região sul do Pará, seja pela atuação do Ministério do Trabalho com os grupos móveis, seja pela atuação da própria DRT, seja pela atuação da Justiça do Trabalho ou da Polícia Federal. Portanto, o Estado se faz presente naquela região. Por isso, o número de trabalhadores resgatados naquela região também tem aumentado e, quanto às situações de violência, embora ainda graves, não há mais tanta sensação de impunidade. Porém, a impunidade ainda persiste.

De 1996 a 2003, somente 49 pessoas foram denunciadas por crime de trabalho escravo. Durante esse período, mais de 150 fazendas foram flagradas com trabalho escravo, envolvendo mais de 500 infratores.

O SR. (Orador não identificado) – Quantas fazendas?

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – 150.

O SR. – (Intervenção fora do microfone)

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Não. Foram denunciadas 49 pessoas entre 1996 e 2003. Durante esse período, mais de 150 fazendas foram flagradas com trabalho escravo, envolvendo mais de 500 infratores, segundo os dados do Ministério do Trabalho nas regiões sul e sudeste do Pará.

Esses dados também estão disponíveis no *site* do Ministério do Trabalho. Apenas compilei algumas informações para facilitar a minha exposição.

Recentemente, o Governo Federal lançou a chamada “lista suja”, em que divulgou a relação de pessoas que utilizaram comprovadamente trabalho escravo no Brasil. Parece-me que, na “lista suja” divulgada pelo Governo Federal, há cerca de 52 empresas e pessoas, mas a grande maioria – talvez V. Ex^{as} possam verificar os pontos que assinei com caneta azul – está no Pará. São exatamente essas pessoas que fazem com que o Pará assuma esse *ranking* de trabalho escravo. Eu mesmo condenei algumas delas por permitirem o trabalho escravo, com sentenças já transitadas em julgado.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quero deixar registrado que, primeiro, temos que acabar com a impunidade, e a impunidade somente se acaba com repressão firme do Estado. É a terceira vez que venho à Assembléia Legislativa falar sobre trabalho escravo, e sempre tenho insistido na necessidade da punição. Não que as medidas de Governo, como reinserção dos trabalhadores, cursos de aperfeiçoamento, coisas que são sempre lembradas e que estão aqui no Plano Nacional de Erradicação, não sejam importantes. São importantes.

Entretanto, como sempre digo, há dois tipos de ações: de Estado e de Governo. O Poder Judiciário contribui com ações de Estado, ações punitivas, eminentemente. Então, o que está faltando – já disse isso no **Jornal do Brasil** – é cadeia.

A pena prevista para o crime de trabalho escravo foi aumentada recentemente, mas o máximo é de oito anos de prisão. Consta no Plano Nacional de Erradicação tanto o aumento dessa pena, como a qualificação do trabalho escravo como crime hediondo. Seriam medidas importantes, porque existem casos de condenação criminal de trabalho escravo que acabaram caindo naquela lei do menor potencial ofensivo, pela qual o juiz é obrigado a aplicar pena alternativa. Ou seja, as pessoas foram obrigadas a pagar cestas básicas. E esta punição para quem se utiliza de trabalho escravo é ridícula. Então, o aumento de pena é necessário, assim como a inclusão do trabalho escravo no rol dos crimes hediondos, porque impediria artifícios jurídicos como relaxamento de prisão. Uma pessoa recentemente presa e que estava ameaçando o Procurador Federal foi libertada depois de ter fugido da prisão de Marabá, porque o crime, embora seja contra os direitos humanos, inclusive sujeito à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, na nossa legislação, ainda é um crime de menor importância.

Entretanto, o trabalho escravo também tem de ser entendido como crime organizado, pois há uma rede de pessoas que se enriquecem com este tipo de trabalho, haja vista que qualquer trabalho humano gera renda e, não havendo pagamento de salário, evidentemente, há enriquecimento ilícito. Mas não é só isso. Há uma rede de pessoas, aliciadores, de tomadores desta mão-de-obra. Só existe trabalho escravo, porque alguém se utiliza desse trabalho. Então, também são importantes sanções de natureza econômica.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho, temos atuado neste campo, isto é, da punição econômica, tentando inviabilizar economicamente o empreendimento que se utiliza do trabalho escravo. Como? Mediante as chamadas ações civis públicas, com condenações e danos morais coletivos. Na verdade, vislumbro dano moral material no caso. Contudo, o Ministério Público até hoje só tem pedido dano moral coletivo.

As ações do Ministério Público do Trabalho deram tão certo nesse sentido, que a Dr^a Carmen Sotas, coordenadora da Seção do Trabalho Forçado do Departamento de Normas Internacionais do trabalho da OIT, uma *expert* internacional da Organização Internacional do Trabalho, recentemente, veio ao Brasil e disse que as ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos julgamentos tive a honra de proferir, aplicando a pena de danos morais

coletivos às pessoas comprovadamente culpadas por se utilizarem do trabalho escravo, “foi a primeira decisão deste tipo em nível mundial e certamente servirá de exemplo não só para o Brasil, mas para outros Estados em que os trabalhadores são explorados dessa forma”, concluiu a Dra Carmen Sotas. Foi uma declaração de S. Exª perante o Superior Tribunal do Trabalho, publicada no *site* do TST.

Essas decisões da justiça do trabalho serão incluídas no próximo relatório global da OIT sobre o trabalho escravo como o primeiro paradigma mundial a respeito.

Pela primeira vez, o Poder Judiciário de um País disse o que é trabalho escravo e condenou alguém, ainda que de forma pecuniária, por esse crime. Esse é um marco importante que também deve ser registrado.

Outra situação importante para efeito de contribuição que eu possa, porventura, dar aos membros da Comissão, é que há a necessidade urgente de que o Estado brasileiro não mais financie e se utilize do trabalho escravo. No caso, há um contra-senso. Ou o Estado nos paga para erradicar o problema ou ele financia quem utiliza o trabalho escravo, mas não pode fazer as duas coisas.

Normalmente, vemos nessas fazendas escrito nas placas de financiamento, Basa, Banco do Brasil e outros programas do Governo. Segundo consta do Plano Nacional de Erradicação essa é uma meta de curto prazo. Aqui, no Pará, temos tentado implantar isso com o Basa e com um certo sucesso. Eu, particularmente, em minhas decisões, assim que mando quebrar os sigilos constitucionais dos réus e se constato que ele tem financiamentos públicos, imediatamente oficio ao banco para que o suspenda sob pena de responder pelo mesmo crime porque, sendo atividade ilícita, quem a financia também por ela responde e temos tido algum sucesso.

Além das penas privativas restritivas de liberdade, há as penas de natureza econômica como corte de financiamentos, suspensão de financiamentos, impossibilidade desses financiamentos, as aplicações por dano moral coletivo que começaram na Justiça do Trabalho timidamente com sessenta ou cem mil reais e, hoje, tenho uma ação que está sob minha jurisdição com mais de oitenta e cinco milhões de reais. Isso certamente vai dissuadir quem se utiliza do trabalho escravo. Entretanto, essas ações só chegam ao Poder Judiciário e ao Ministério Público quando há as denúncias por que o Estado não age de ofício.

Essa rede de denúncias é basicamente constituída por órgãos da sociedade civil, como a CPT e também o Ministério do Trabalho e Emprego nas ações do

grupo móvel que também podem ser incrementadas com as propostas do Plano Nacional.

Por fim, gostaria de falar a respeito de que existem inclusive nas listas chamadas de sujas, divulgadas pelo Governo Federal e amplamente divulgado na imprensa, membros do Poder Legislativo envolvidos nessa situação, o que é inaceitável porque assim como o Poder Judiciário e o Poder Executivo, temos que dar o exemplo e não podemos estar falando sobre o trabalho escravo e tentando combatê-lo e também utilizando dessa prática. Nesse aspecto, passo às mãos da Relatoria essas denúncias que são de conhecimento público e notório, mas vale o registro.

Gostaria ainda de parabenizar a Comissão pela iniciativa. Combater a violência no campo e saber suas causas é uma tarefa difícil, árdua, mas sei e tenho certeza de que confiando no Parlamento brasileiro que, após concluídos os trabalhos da Comissão, muito ainda poderá ser melhorado, aperfeiçoado no Poder Judiciário do Estado do Pará, especificamente na Justiça do Trabalho.

Coloco-me à disposição da Comissão e dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos complementares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Dr. Jorge Antonio Ramos Vieira, juiz do trabalho.

Queremos registrar e agradecer a honrosa presença dos Deputados Estaduais Mário Cardoso, Aírton Faleiro, Valdir Ganzer e Márcio Miranda e do Vereador Paulo Fonteles.

Alteraremos um pouco o roteiro e iremos ouvir mais dois depoentes e passaremos, então, às perguntas. Posteriormente, completaremos com o bloco restante dos convidados, exatamente a fim de que os parlamentares possam fazer suas indagações em tempo.

Convido a Drª Socorro Gomes, Delegada do Trabalho no Pará, para trazer seu pronunciamento.

Aproveito para agradecer o Deputado Mário Couto, Presidente da Assembléia Legislativa, pela cessão deste plenário a fim de que possamos realizar nossos trabalhos.

Com a palavra a Drª Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES – Em primeiro lugar, boa tarde. Gostaria de saudar esta Comissão Mista de Inquérito e dizer da sua importância. Meu testemunho, ou minha modesta contribuição, será no rumo aqui já colocado pelo Dr. Jorge Ramos Vieira. Tenho a obrigação, e por que não dizer, a honra de estar na Delegacia Regional do Trabalho, que tem o dever precípua da fiscalização das relações de trabalho. E a fiscalização no campo é absolutamente necessária em nosso Estado. É claro que com relação ao trabalho escravo em

nosso Estado as denúncias já vêm de há muito, desde a década de 70. Não apenas no Estado do Pará, mas nos Estados de Tocantins, Goiás, Piauí e, Maranhão, à época feitas por Dom Pedro Casaldáliga. E existe uma série de outros crimes no campo, além do trabalho escravo, que, por si só, já é absolutamente grave. Podemos dizer que o trabalhador rural no Estado do Pará vive hoje um verdadeiro calvário.

Da década de 60 para cá, podemos dizer que o Pará teve suas terras assaltadas, na grande maioria. Os grandes proprietários obtiveram suas terras, não podemos dizer todos nem generalizar, mas uma grande parcela, de forma fraudulenta, através da grilagem de terras. E se observarmos a questão do próprio trabalho escravo, ele é utilizado por grandes pseudo proprietários, em sua maioria, e há uma conexão com outros crimes. A questão da usurpação das terras públicas com crimes ambientais, de destruição mesmo do meio ambiente, aliado com a pistolagem. Penso que esses são os ingredientes que levam à exaltação da violência. A grande maioria das grandes fazendas utiliza verdadeiros exércitos particulares, que chamam de “seguranças” ou “vigias”. São milícias particulares mesmo, que utilizam armas de todos os calibres, até armas privativas das Forças Armadas. Também existem muitos aeroportos clandestinos. Há mineração ilegal. Uma série de crimes.

Na questão da terra, para nós seria fundamental uma harmonização do Poder Público. À medida que for verificado o crime de trabalho escravo, poderia ser verificada a cadeia possessória. Vamos verificar que, na base da cadeia, a terra não foi comprada nem doada, ela foi grilada. Podemos dizer isso principalmente do sul e do sudeste do Pará.

E acrescento, também à guisa de contribuição, que hoje podemos dizer que uma área com potencial de conflito grande e que avançando para ser, digamos, uma cidade, uma região sem lei, é a região de São Félix do Xingu. Aquela é uma região com uma série de problemas. E é necessário que o Estado brasileiro e as autoridades se voltem para o problema. As causas disso são inúmeras. A questão do trabalho escravo, vou passar uma relação para a Comissão que cita cada Município, cada propriedade onde foi encontrado o trabalho escravo, no Estado do Pará e em outras regiões próximas para uso absoluto da Comissão para que não incorramos em outros erros.

Na questão do trabalho escravo, ele se dá onde Dr. Jorge já falou, Bannach, Ourilândia, Tucumã, mas eu diria que aquela região do Xingu é absolutamente grave. Algumas outras regiões que têm um caldo de cultura muito grande como Eldorado, região de Curionópolis, que é uma região de mineração e que tem

muitas pessoas desvalidas. Foram vítimas da febre do ouro e também estão extremamente vulneráveis pela miséria absoluta em que vivem. Muitos também são utilizados como mão-de-obra escrava.

Os fatores que levam a isso de um lado como disse aqui o Dr. Jorge, a impunidade de quem comete o crime, um manto da impunidade para os que acreditam que estão acima da lei. Em geral, são pessoas de posses. Criou-se uma cultura absolutamente negativa e danosa no Brasil de que quem tem dinheiro não será punido. Felizmente já vem dando mostra de um corte nessa cultura, ainda que pequeno, quando um Juiz foi para a cadeia por corrupção, quando um Presidente sofreu defenestração por corrupção. Dessa forma começa-se a mudar essa visão que a sociedade tem, porque começa a acreditar que é possível punir seus criminosos apesar do tamanho da sua fortuna, que, muitas vezes, foram amealhadas de forma ilegal, ilícita e ilegítima.

Do outro lado, não podemos esquecer, a miséria, porque o trabalhador, que é vítima do trabalho escravo, do trabalho degradante ou da pistolagem não vai por ganância, nem pela impunidade, porque ele é a vítima; vai por conta da miséria, da falta de políticas públicas que o Governo brasileiro, há décadas, ausentou-se de garanti-las. Então é preciso não só políticas públicas gerais, mas voltadas para essa população, que tendo em vista terem nascido excluídas, já nasceram com um selo ‘você nasceu para morrer’, ‘você nasceu para não ter emprego, para não ter renda, para não ter benefício.’ É um selo maldito que se prega desde o nascimento. Então, essas pessoas, em geral, não têm nem o registro de nascimento. Noventa por cento ou mais das vítimas de trabalho escravo não têm certidão de nascimento, não têm nome. São conhecidos como Zé Piauí, o Tocantins, o Baiano; não têm sequer um nome. As pessoas que vivem com elas vão saber muitas vezes quando morrem não sabem que nome teve porque não tinha um documento. Se não tiver alguém muito íntimo que alguma vez ouviu o seu nome completo, não sabe.

Um outro ingrediente é ausência do poder público, a ausência do Estado. E eu digo do Estado de um modo mais genérico, seja o Governo do Estado, o Governo Federal, qualquer instituição que posas dizer assim “aqui existe a sociedade, através do seu Governo, para intimidar, para coibir e também para prevenir o crime”. O nosso Estado, principalmente essas regiões mais distantes, precisam ter o aparato do Estado presente. É preciso um empenho para se ter Tribunal de Justiça, Tribunal do Trabalho, Ministério Público, Polícia Federal. Ou seja, que os entes do Poder Público

estejam presentes. Só essa sinalização já derrubaria para muito menos esse tipo de crime.

O que eu iria dizer está escrito aqui, os dados, os elementos. Com o intuito de poupá-los de ler cada item, vou repassar às mãos da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado à Drª Socorro Gomes, Delegada do Trabalho no Estado do Pará.

Vamos ouvir o Dr. Felício Pontes, do Ministério Público Federal.

Mais uma vez, pedimos aos que já se pronunciaram que permaneçam para que possam depois responder às indagações dos Senadores e Deputados aqui presentes.

O SR. FELÍCIO PONTES – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, Senadora Ana Júlia Carepa, Deputados Zé Geraldo e Josué Bengtson, demais componentes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, penso que o papel do Ministério Público é, brevemente, tentar relatar o que vem sendo feito pela nossa instituição no Pará em razão da grilagem de terra.

Talvez querendo mudar um pouco o enfoque do que já foi dito aqui sobre o problema do trabalho escravo, eu gostaria de entrar numa outra seara. Os depoimentos dos dois que me antecederam foram extremamente elucidativos nesse sentido.

Em relação ao sul do Pará, é o trabalho escravo mesmo que merecia uma atenção maior. É nessa forma que tem de haver o combate. Há projetos de lei tramitando no Congresso Nacional. Eu destacaria entre eles o confisco de terras para aqueles que foram flagrados explorando o trabalho escravo. Talvez essa seja a medida mais coerente e mais forte para que possamos coibir essas coisas, além de outros projetos que aumentam a pena do crime de trabalho escravo.

Deixando de lado um pouco essa parte do trabalho escravo, outros conflitos vêm se dando no Estado. Se levarmos em conta o mapa do Pará, eles vêm chegando no sentido sul-norte ou sul-oeste. São conflitos originários não apenas do trabalho escravo em si, mas da luta pela terra, em que trabalhadores rurais estão de um lado e, de outro lado, grandes fazendeiros ou grandes madeireiros tentando se implantar na área.

Nos anos 70, a política de desenvolvimento para a Amazônia esteve sob aquele delírio militar de que precisaríamos ocupar a Amazônia, sob pena de termos esta região internacionalizada. Esse delírio fez com que o Governo Federal, naquela época, desse dois grandes motes de desenvolvimento para a região. O primeiro deles foi a madeira; o segundo, a pecuária. Então, houve uma invasão propriamente dita no sul do Pará, em busca desses dois tesouros, madeira e pe-

cuária, como mote de desenvolvimento. O resultado disso é o que V. Ex^{as} estão tratando: este é o Estado brasileiro campeão brasileiro de trabalho escravo, é o Estado campeão brasileiro no índice de trabalhadores rurais mortos. Enfim, isso mostra que o resultado não veio a contento. Não houve um resultado eficaz; não houve um desenvolvimento para a Amazônia, como o Governo militar que se implantou no Brasil gostaria que fosse.

Outra migração dessa forma está se dando exatamente neste momento. Estamos vivendo um segundo período histórico que não tem mais como mote a madeira e a pecuária, como tinha no sul do Pará. Agora, o mote é madeira e soja. É pior que o de antes. É pior, porque a pecuária conseguia fazer poucos empregos, mas ainda conseguia. A soja não vai fazer nem isso.

Então, o embate que se trava hoje neste Estado é o de uma nova fronteira agrícola e madeireira se expandindo para áreas onde ainda existe esse filão madeireiro. Que áreas são essas? É a área do centro-oeste do Pará. A hora de agir é agora, sob pena de termos de, daqui a pouco, estar trabalhando o centro e o oeste do Pará, mais uma vez, como se estivéssemos com o trabalho escravo. O trabalho escravo é o fim da reta, é a última consequência, é o que tem de mais danoso para a dignidade da pessoa humana. Temos a chance de fazer com que essa história não se repita no centro e no oeste do Pará.

Hoje, na opinião do Ministério Público Federal, dois pólos hoje são extremamente exemplificativos dessa situação: Anapu e Santarém. O Município de Anapu e o Município de Santarém. Os municípios de anapu e de Santarém, são dois barris de pólvora neste Estado.

O município de Anapu teve uma peculiaridade ainda diferente: por irresponsabilidade do Governo Federal anterior se anunciou a construção daquela que seria a terceira maior hidroelétrica do mundo sem que o projeto tivesse sido feito sem que houvesse discussão sobre se seria viável ou não e, pior, sem dinheiro para fazê-lo.

Só o anúncio, Sr. Presidente, dessa hidroelétrica fez com que houvesse um crescimento populacional em uma cidade que, não me lembro bem, Ana Júlia, devia ter uns 04 a 05 mil habitantes para, agora, mais ou menos 20 mil habitantes, dois anos depois.

Não há estrutura de serviço público que possa suportar um gama tão grande gente indo para a mesma região ao mesmo tempo. No final, a hidroelétrica não foi construída; não há sequer previsão de que ela venha a ser construída, e os trabalhadores braçais, que eram trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro em sua grande maioria, que foram para a região de

Anapu começaram a perceber que tinham de sobreviver de alguma forma. E foram para dentro de uma floresta pública.

Aliado a isso, tivemos o anúncio do asfaltamento da Transamazônica naquele trecho. Isso valorizou imensamente aquela área de lá. Como a área já estava de um modo geral intacta, os madeireiros, que já tinham acabado com o seu produto no Sul do Pará, rumaram para a região de Anapu. Pronto está o cenário para o conflito de terras; para que tenhamos mais um massacre de trabalhadores rurais.

A chegada de madeireiros ocupando terras públicas, dizendo-se donos daquelas terras públicas; de outro lado, os trabalhadores rurais, precisando da terra para a sua subsistência. Está pronto o cenário.

O que precisamos fazer para mudar essa situação? A Dr^a Socorro Gomes acabou de anunciar: nós precisamos de uma presença do Estado mais forte. O Incra, a Polícia Federal são capazes de fazer esse trabalho? Claro que sim. E digo mais aos senhores, pelo que conheço da região, ainda que chegássemos lá com o Incra forte, sem a Polícia Federal, o problema estaria resolvido.

O problema é que não temos o Incra forte. Pelo contrário, há quantos anos – e falará daqui a pouco o superintendente do Incra neste Estado – não temos concurso público para o Incra? Ao invés de se fortalecer, a demanda vai se tornando cada vez maior e a ação de Governo cada vez menor. Vai vigorar a lei do mais forte, e isso significa a morte dos trabalhadores rurais. Essa é a situação.

Em Santarém, a mesma coisa se dá, mas não pela questão da hidroelétrica, mas pela migração de pequenos proprietários de terra do Mato Grosso e do Paraná, principalmente esses dois Estados, que foram para a região de Santarém em busca de plantar soja na região, que é, talvez, o primeiro grande produto nacional de exportação. Mas uma vez, vai se dar o conflito entre os que trabalham na terra e essas pessoas que estão chegando lá, esse novo fluxo migratório.

Mais uma vez a solução para isso não é outra. Ninguém precisa fazer mágica alguma. Precisamos fortalecer o Incra, o Ibama e a Polícia Federal. Precisamos dar prioridade em termos de concurso público para que as pessoas venham para cá; dar prioridade, no Orçamento Público, para que o dinheiro venha para esses três órgãos que são os pilares do Estado, para que não aconteça mais Eldorado do Carajás.

Porque eles são os pilares desse Estado? Estamos trabalhando em um Estado em que quase 70% da área são federais. Então, é preciso dotar esses órgãos federais que estão representados aqui de uma de força muito maior do que em outros Estados.

E como o Ministério Público, que é o guardião da sociedade, que tem a incumbência de defender a sociedade, fica diante do nosso desespero quando conseguimos sentir que não temos um Ibama forte, uma Polícia Federal forte e um Incra forte. Dependemos deles para nossas atuações.

Venho fazer um apelo para que V. Ex^{as} possam dar prioridade às ações de Governo. O fundamental é que a materialização é o fortalecimento do Incra, do Ibama e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a presença do Dr. Felício Pontes, do Ministério Público Federal.

Vamos passar à fase de indagações. Depois, ouviremos os demais convidados. Inicialmente, concedo a palavra ao Relator da CPI, Deputado João Alfredo para as suas perguntas. Não sei se há um microfone sem fio para que nossos convidados possam responder às questões.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Júlia, Senador Sibá Machado, Deputado José Geraldo, Deputado Jamil Murad, Sr^{as} e Srs. Deputados Federais, quero saudar o companheiro Valdir Ganzer, é um prazer encontrá-lo aqui. Cumprimento os demais presentes a esta audiência pública.

Como dizia, a mim coube a árdua tarefa de relatar esta CPMI. A definição da visita ao Estado do Pará, que era em função do que conhecíamos por literatura, durante dois dias, confirmou a gravidade do que temos encontrado tanto nas visitas que nós realizamos como nos depoimentos que tomamos de ontem até hoje. É impressionante ouvirmos depoimentos como o que ouvimos, ontem, de uma liderança sindical em Marabá. Tratava-se da viúva de um sindicalista assassinado. O sindicato teve um outro dirigente, nesses últimos três anos, que também foi assassinado. No processo, a principal testemunha também foi assassinada. Ela era a próxima marcada para morrer, de acordo com todos os depoimentos. Foi como se estivéssemos convivendo com uma situação de feudalismo em função de tanta violência, da ausência do Estado, de leis, no Estado do Pará. Por outro lado, é uma unidade da federação que também tem uma tradição forte de luta camponesa, de luta pelos direitos humanos e uma militância muito importante de movimentos sociais.

Nesse primeiro bloco de depoimentos, a questão voltou-se mais para o trabalho escravo, gostaria fazer uma pergunta ao Dr. Jorge Antonio Ramos Vieira, e a Dr^a Socorro Gomes. Parece-me que, talvez pela exiguidade do tempo, não foi possível fechar. Há um só tempo foi dito que os casos têm aumentado, mas também há uma presença mais forte do Estado nessas

regiões. Falo do sul e da região oeste, onde andamos: Altamira, Anapu.

Então me parece que essa questão precisaria ficar mais bem esclarecida. Se efetivamente está havendo uma presença maior do Estado, do Poder Público, como se explica que esses casos ainda existam numa quantidade tão elevada, inclusive na sua reincidência? Essa era uma questão que gostaria que me fosse esclarecida tanto pelo nosso Juiz Trabalhista como pela nossa Delegada Regional do Trabalho.

E também na mesma linha, vem uma pergunta acerca de como tem sido esse combate. Ou seja, se tem sido isolado, se tem cabido unicamente à Delegacia Regional do Trabalho, e evidentemente ao Ministério Público do Trabalho e à Justiça Trabalhista, no processamento e julgamento dessas questões, ou se tem havido um trabalho repressivo, enquanto forças-tarefa, enquanto grupos-tarefa organizados? Há uma denúncia, apura-se, levanta-se, processa-se, verifica-se se há reincidência; se tem havido um trabalho mais articulado.

Trocando aqui em miúdos e puxando mais de V. S^{as} o esclarecimento: qual tem sido a colaboração da Polícia Federal e do aparelho policial do Estado, da Secretaria de Segurança Pública, por meio das suas Polícias Civil e Militar? Como tem sido a participação do Estado do Pará, por meio do seu Governo, nesse combate?

E, ao Dr. Felício Pontes, representante do Ministério Público Federal, perguntaria se também há uma integração entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. Porque, quando fizemos uma audiência pública, ontem, em Marabá, ouvi muitas queixas, tanto relativas à postura do Ministério Público Estadual como também à Justiça Estadual. Então, na medida em que V. S^a milita na área federal, mas é representante do Ministério Público, creio que seja importante termos essa compreensão.

Finalmente a última pergunta. Esta CPMI não tem o condão apenas de levantar as denúncias, até porque, como já foi dito pelos depoentes, muitas delas já são até de conhecimento público. Ela quer apontar algumas propostas e sugestões. Sei que a questão do confisco das terras onde se encontra a incidência de trabalhos escravos seja fundamental. E estamos percebendo, é preciso que digamos isto hoje, aqui no Pará, a pressão que está sendo feita na Câmara para essa matéria ou ser desvirtuada ou não ser votada. Essa matéria era para ter sido votada na semana passada, não o foi, está certo? Deveria ter sido nesta semana, também não o foi, por conta de manobras de setores ruralistas dentro da Câmara dos Deputados. Mas, além disso, porque essa matéria, vamos dizer, do ponto de

vista legal, regimental, está sendo processada na Câmara, já veio do Senado e está sendo apreciada pela Câmara dos Deputados.

Quais são as outras propostas e sugestões que V.S^{as} encaminhariam a esta CPMI, tanto no sentido de coibir o trabalho escravo, mas também de coibir a própria violência no campo, até porque o depoimento do Dr. Felício Campos foi muito mais abrangente. Então penso que teríamos que tratar o problema da violência do campo dessa forma mais abrangente.

Então gostaria de perguntar isso a V. S^{as}. Na ausência, aqui, do Presidente, uma vez que está dando uma entrevista, vamos pedir que assuma aqui a Senadora Ana Júlia Carepa, pois também vou dar ali uma entrevista rápida. Porque temos adotado, Senadora, o seguinte procedimento. Todos os membros da CPMI fazem os questionamentos no mesmo tempo, os nossos convidados anotam as perguntas e depois nós voltamos para eles.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Então, eu pergunto: O Deputado Josué Bengtson tem alguma questão.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Em primeiro lugar, quero saudar à Mesa, todos os presentes, como não ouvi o último depoimento do Dr. Felício Pontes, ouvi apenas o da Dr^a Socorro Gomes e também o do Dr. Jorge, que falaram sobre o trabalho escravo e eu fiz parte da Comissão da PEC do trabalho escravo que já foi votado na Comissão Especial e deverá ser votada a semana que vem, não foi ontem, por causa do acordo que foi feito na votação da PEC dos vereadores, em segundo turno, então, eu não vou fazer nenhuma pergunta a respeito do trabalho escravo pelo fato de a Comissão Especial já ter aprovado a PEC e ela ir à votação possivelmente na semana que vem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Muito obrigada, Deputado Josué Bengtson.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O Presidente volta e assume a presidência.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, em seu nome quero cumprimentar todos os membros da Mesa, cumprimentar os Deputados presentes, os representantes do Governo presentes, os depoentes, a Imprensa, os que estão nas galerias.

Ontem em Marabá e hoje em Altamira, ouvi as lamentações que nós estamos ouvindo há dez anos, ou há muito mais tempo, mas eu passei oito anos aqui nesta Casa e quase que diariamente na tribuna nós relatávamos violência no campo, depredação ambiental e etc.

E vim ao Pará nesta CPI porque sou membro, é o Estado em que estamos acompanhando os con-

flitos agrários, mas a minha expectativa é que esta CPMI possa, inclusive se for o caso, voltar ao Estado ou convidar, convocar várias pessoas que, na minha avaliação, precisam ser convocadas para esta CPMI. E hoje, lá em Altamira, nós constatamos bem uma meia dúzia que não pode deixar de ser convocada para esta CPMI, mas a minha expectativa é que nós precisamos construir aqui, neste Estado, realmente uma decisão de enfrentar, e essa decisão não pode ser só do Incra, ou só do Ibama, ou só da Polícia Federal, ou só do Judiciário, tem que ser uma ação conjunta.

O Judiciário precisa estar presente, o Governo do Estado precisa estar presente assim como os órgãos federais. Ou colocamos essa articulação para funcionar ou seremos mais fracos do que aqueles que estão, ainda hoje, fazendo grilagem de terras e cometendo crimes ambientais. Costumamos falar dos anos 70, mas nós estamos vivendo a mesma coisa dos anos 70. Nos anos 70 foi o sul e o sudeste e agora, em uma velocidade maior, em uma quantidade também maior, no oeste do Pará a situação está colocada. E o que vimos hoje nos depoimentos e conheço já boa parte da realidade do município do Anapu é uma coisa vergonhosa para o próprio estado. Eu me sentirei em uma situação bastante delicada se o Estado – Eu estou falando aqui o Estado – o Incra, a Polícia Federal, o Ibama, o Judiciário, o Ministério Público Federal, se não conseguir, pelo menos, frear aquela situação. Inclusive, lá não há muito conflito. É uma área demarcada pelo Incra. Melhor dizendo, demarcada ainda não porque não foi regularizada, mas foi criado um chamado PDS, um Plano de Desenvolvimento Sustentável. E os grileiros estão se apossando, com pista de avião dentro da área, pistoleiros, tudo o que é necessário para, rapidamente, não só grilar, mas para fazer a posse, como se fazia antigamente – porque antigamente era no machado, então demorava para fazer uma posse de três mil hectares. Lá, não, o cidadão, em dois anos, derrubou e formou seis mil hectares, sem deixar uma castanheira em pé, sem respeitar uma nascente ou um Igarapé, sem respeitar ninguém. Então, quem vai enfrentar essa situação? Somente se o Estado articulado. Se for desarticulado perde. Se o Incra chegar sozinho é perigoso ser preso lá como eles disseram no depoimento: Aqui a gente manda!

Como membro da CPI, pretendo propor algumas convocações, em Brasília. As pessoas deverão ser convidadas a depor. O cidadão chega na casa de um posseiro com doze homens armados e mandando sair de uma área que é dele, onde já foi assentado pelo Incra. Em Uruará, um cidadão vendeu metade de um assentamento para uma pessoa de Mato Grosso. Dessa forma, penso que esta CPI terá que chegar até o

Mato Grosso, porque o latifúndio moderno que recebe os créditos lá fora está chegando no oeste. Ninguém quer menos de dez, vinte mil hectares.

Eu chego em Santarém, converso com o cidadão que me diz: É, eu estou chegando. Está chegando? Estou, estou chegando em Alenquer. Quantos hectares? Eu comprei quinze mil hectares e estou analisando como é que eu vou...

Quinze mil hectares! Então, a situação naquela região é gravíssima e cabe ao Governo agir, rapidamente. Naturalmente o Incra passou por greve de Procuradores. A Polícia Federal estava em greve e agora o Incra está fechado, literalmente fechado; recentemente com cadeado na porta. É claro que o Incra precisa ser reforçado, as reivindicações são legítimas, um funcionário do Incra, um agrônomo, hoje não ganha nada, um motorista que está perto de se aposentar está com um salário defasado e o Governo entende que, sem um Incra fortalecido, não vamos fazer, nem implantar o Plano de Reforma Agrária que tem uma meta de assentar cento e quinze mil famílias este ano.

E lá em Anapu, nós precisamos assentar nos próximos sessenta dias, quinhentas famílias, porque a terra está lá e é federal. Ou agimos agora, ou eles tomarão posse dessas terras. E depois que se toma posse a situação fica mais complicada. Portanto, como membro desta CPI, gostaria de fazer esse apelo de que precisamos estar todos articulados.

Eu vi em Marabá ontem uma juíza, em menos de 24h, dar uma reintegração de posse. Para mim essa juíza tem uma grande afinidade com o latifúndio. Posso estar errado, mas eu tenho direito de pensar assim. Em um dia o cidadão entrou com o pedido de reintegração e ela concedeu. Enquanto o Incra tenta fazer a retomada de terra nos assentamentos, o Judiciário não age da mesma forma. Muito pelo contrário, o Judiciário apóia as pessoas que estão grilando, comprando a terra nos projetos de assentamento, o que pela lei não é permitido. Tem cidadão que já comprou setenta lotes de cem hectares em um projeto de assentamento no Município de Repartimento.

Então precisamos ter essa articulação da Polícia Federal, do Ibama, do Incra, do Judiciário, do movimento social e do Ministério Público Federal, para que possamos, no mínimo, empatar, neste momento, para que a partir daí possamos junto com o Estado fazer esse zoneamento econômico e ecológico, e penso que isso não será muito fácil e que a reforma agrária não é papel apenas do Governo Federal. Reforma agrária é papel do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Municípios, porque muitas vezes chegamos em alguns Municípios em que o prefeito recebe o convênio do Incra para fazer estrada para o assentamento

e desvia grande parte do dinheiro, conforme tenho acompanhado.

Então, essa realidade nós precisamos encarar. Então, essa CPMI vai precisar convocar algumas pessoas que estão fazendo pistolagem, como vimos no Anapu, expulsando as famílias, cometendo crimes ambientais e, acima de tudo, ocupando as terras da União, porque todos sabem que a própria lei diz que terras acima de 2.500 hectares só com autorização do Congresso Nacional. O cidadão chega e grila e agora estão chegando de toda parte. Estamos falando de Mato Grosso mas estão chegando de todos os Estados porque todos sabem que haverá infra-estrutura. A Cuiabá-Santarém será asfaltada, a Transamazônica também será asfaltada nos próximos anos, há anúncio da hidrelétrica, a energia já chegou e o programa de universalização da energia.

Para terminar, os Srs. sabem como funciona um garimpo, como foi em Itaituba e em Serra Pelada. Estamos vivendo a época do garimpo do ouro verde no oeste do Pará, porque as terras são baratas e a região mais rica em madeira do Brasil, é o estoque de madeira nativa do Brasil que está na região e as pessoas se apoderam dessas terras. Um lote no Anapu, há quatro anos atrás, na beira da estrada de 100 hectares valia R\$20mil e hoje já custa em torno de R\$100mil. Então, é um bom negócio para aqueles que querem ganhar dinheiro comprando e vendendo terra, como está acontecendo naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Anunciamos a presença da Deputada Sandra Batista e agradecemos.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Boa-tarde. Senador Alvaro Dias, que preside esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a questão fundiária no Brasil; Senador Sibá Machado; Deputado Jamil Murad; Deputado José Geraldo; Deputado Josué Bengtson, nosso Deputado Relator que está ali dando entrevista João Alfredo, como estamos numa CPMI vou procurar muito mais aproveitar nossos convidados para questioná-los.

Se alguém já me viu falar na TV Senado deve ter percebido que utilizo a palavra “favelização agrária”, termo usado sempre porque reflete o que tem acontecido no nosso Estado. A favelização agrária que foi feita, porque não chamo de reforma agrária os assentamentos da forma como foram feitos colocando o povo a 100 ou 200 quilômetros no meio do mato, com precaríssima assistência técnica, sem acesso a estradas, a energia, crédito, sem habitação ou saúde não é fazer reforma agrária, apesar da grande propaganda que o

Governo anterior fez de que havia feito a maior reforma agrária do mundo. Ele fez a maior favelização agrária do mundo e isso faz com que as pessoas acabem abandonando a terra. Essa não é uma ação qualquer e sim pensada para tentar mostrar para a sociedade que a agricultura familiar é inviável, que se contrapõe inclusive ao que acontece no mundo desenvolvido, porque no mundo desenvolvido a agricultura familiar é a maior responsável pela produção agrícola. E no nosso País também não é diferente, onde ela consegue produzir, a agricultura familiar é muito positiva.

Gostaria de fazer algumas perguntas. Primeira-mente ao Dr. Jorge, que falou muito bem sobre a questão do trabalho escravo, a necessidade de agilizarmos a legislação, a que já está em votação, já passou pelo Senado, está na Câmara Federal, a necessidade de outras propostas de legislação, que aprofundem mesmo o mecanismo de combater a impunidade, mas V. Sª também falou aqui que tem tido uma boa parceria, por exemplo, com relação a algumas instituições públicas, citando o Basa. Como tem sido isso em relação ao Banco do Brasil? Como o Banco do Brasil tem respondido a essa demanda de impedir o crédito, já que sei que é uma diretriz de Governo que os nossos bancos públicos não financiem propriedades onde existe o trabalho análogo ao trabalho escravo?

Sabemos que temos muitos problemas, mas podemos acompanhar, eu e o Deputado Paulo Rocha, não sei se o Zé Geraldo estava conosco, com a Secretária de Trabalho do Ministério do Trabalho, vários empresários numa tentativa de realizarmos um diálogo melhor para que algumas questões, algumas exigências possam ser dirimidas, mas não aquelas que são públicas e notórias, que a imprensa mostra que é um trabalho absolutamente degradante.

Dirigindo-me ao Dr. Felício Pontes, V. Sª fala da questão das terras, da grande quantidade de terras públicas federais no Pará. Pergunto: o Incra, o Ibama e a Polícia Federal, com a estrutura de que dispõem hoje, na situação em que se encontram, que sabemos que ao longo dos anos vem se deteriorando, são suficientes para enfrentar essa situação?. E como fazer isso? Sei que haverá concurso para o Incra, Ibama. Podemos reforçar o poder público, o estado público, mas como fazer isso no momento e ter ao mesmo tempo o combate? Pois precisamos ser rápidos. Como V. Sª aqui disse, estamos no momento certo, estamos com a possibilidade de termos, pela primeira vez, a recuperação da BR-163, Cuiabá-Santarém. Sem dúvida alguma é um trecho importantíssimo não somente para a nossa região, mas para o País. Essa semana mesmo, o Ministro Ciro Gomes, a Ministra Marina Silva e o Presidente do Ibama, Marcos Barros, estiveram no

Senado na Subcomissão da Amazônia da Comissão de Relações Exteriores, expondo sobre o Plano Amazônia Sustentável, mostrando que, pela primeira vez, não está se fazendo apenas um plano de asfaltamento de uma rodovia, mas um plano de desenvolvimento para aquela região, com regularização fundiária, exatamente para não acontecer esse absurdo, que digo que só uma insanidade total poderia permitir destruir a floresta amazônica com toda a sua diversidade para homogeneizá-la apenas com a soja. Não tenho nada contra a soja, mas derrubar floresta para plantar soja é atestado de insanidade. Deve-se internar tanto quem faz como quem permite fazer, e também quem permite indiretamente, porque a história é assim: primeiro vão os madeireiros e arrasam a área; em seguida os pecuaristas acabam de arrasar para depois, então, dizer “Já está degradada. Agora, vamos plantar soja.” Sabemos como funciona.

Então, eu lhe pergunto, os órgãos de segurança do Estado, que são responsáveis pela segurança, pela vida humana, inclusive falando isso depois do depoimento às portas fechadas, pois a CPMI tem esse tipo de depoimento que ouvimos hoje em Altamira e que mostra, muitas vezes, a convivência muito grande. Não foi somente lá, mas em muitas regiões, dos órgãos de segurança do Estado, apenas com o Setor ruralista. Na minha opinião, quero concordar com a ex-Deputada e hoje Delegada Regional do Trabalho, Socorro Gomes, que a maioria dos proprietários de terra, que grande parte deles, no nosso Estado, são tão posseiros quanto o MST. Pior, na minha opinião, porque fraudaram documentos, e têm um grande poder econômico, o que os nossos pequenos agricultores não têm.

Então, V. S^a não considera que também é responsabilidade do Estado, já que ele, pelo seu órgão público de segurança, é responsável pela segurança do cidadão, inclusive que mora no Estado. Não interessa se ele mora em uma terra federal, estadual, municipal, enfim. Por exemplo, temos o sistema único. Hoje, o próprio Governo Federal repassa recursos ao Estado em relação à segurança. Ele repassou R\$12 milhões, no ano passado, para a segurança. Será que essa segurança não pode também servir para assegurar a sobrevivência desses trabalhadores? Assegurar a legislação? Pergunto o que V. S^a pensa disso.

A outra questão que, na verdade, interessa a todos é como podemos envolver a sociedade? Estive aqui em uma outra CPMI, Senador, a da Exploração Sexual. Esse é um problema também muito sério. Mas, não vou falar disso. A sociedade, às vezes, é levada a tratar essa questão do pequeno trabalhador, do pequeno agricultor de uma forma extremamente preconcei-

tuosa, pois aquele cidadão é excluído, é um marginal, ele já é um quase bandido.

Vemos isso. O Pará é campeão de morte no campo e a impunidade é, sem dúvida, a incentivadora maior dessa violência. Primeiro, os órgãos de imprensa estão aqui e podem contribuir para alterar essa visão, para fazer uma campanha de conscientização na sociedade de que, se tivermos o agricultor familiar bem assentado, com condições de produzir, com paz no campo, temos condições de produzir, de crescer, de desenvolver, de gerar emprego e de distribuir renda. Todos nós ficaremos melhor. Todos, com certeza. E também como combater a impunidade? Tenho ouvido reclamações com relação à Justiça. E pergunto ao Ministério Público Federal: o que fazer? Onde está o nó que o Tribunal de Justiça precisa agilizar para julgar os casos, quando se trata de violência, principalmente contra os pequenos, quando se trata de uma morte? Como quando houve uma situação contra um segurança, uma verdadeira milícia particular, eles prendem e torturam – estão presos até hoje – as pessoas.

Agora, o trabalhador pode ser morto à vontade que ninguém faz nada! É como se a Justiça desse uma carta branca e dissesse “Pode matar neste Estado! Pode matar. Aqui é livre!”

Não, não! Eu nasci nessa terra e eu não quero ter essa marca da impunidade.

Então, na verdade não é somente para o Ministério Público, é lógico, mas nós precisamos fazer uma verdadeira campanha para erradicar a impunidade, porque ela pode existir em outros lugares, é verdade! Ela não existe somente aqui, mas neste lugar consegue ser maior. É por isso que nós temos os maiores índices de violência.

Eu queria fazer essas perguntas porque acho importantes. É lógico, há várias ações que nós podemos realizar para se ter mais recursos. Eu não vou aqui ler, mas recursos estão sendo aplicados para reforma agrária e para o crescimento do Pronaf, principalmente para reger o Norte e o Nordeste, porém a verdade é que ainda é pouco para o tamanho de déficit que nós temos. Há uma dívida social. Como o Governo do Estado resolverá essa questão?

Em alguns assentamentos que estão em área do Estado os assentados querem passar para área do Incra, porque com todas as deficiências eles ainda dizem que é melhor, uma vez que o Estado não aplica nada, não investe e é completamente omissivo quanto ao cumprimento da lei de polícia.

Então, eu queria deixar essas perguntas para os nossos primeiros convidados e agradecer inclusive a presença dos Deputados Estaduais e dos nossos convidados, daqueles que tenham real interesse em

um tema tão importante para o Estado, que tem, com certeza, uma vocação agrícola e portanto possui um grande potencial nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu vou passar a palavra ao Senador Sibá Machado, para as perguntas. Depois, o Deputado Jamil Murad também fará perguntas e então ouviremos os convidados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, saúdo os nossos convidados de hoje e também dois ilustres amigos meus de muito tempo: o Deputado Valdir Ganza e o Deputado Aírton Falero, em nome dos quais cumprimento a todos os demais.

Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, V. S^a fez um comentário muito importante sobre a presença do Estado e a presença de Governo como a solução para se impor diante de tanta barbaridade. Eu queria perguntar, em primeiro lugar, a V. S^a se tem conhecimento de desaparecimento de processos de cartório no Estado do Pará e se porventura tem alguma informação do que está sendo feito para a solução de um problema dessa natureza?

Outra pergunta. Eu queria saber se V. S^a algum dia sofreu algum tipo de ameaça? Em caso afirmativo, se poderia comentar um pouco conosco sobre essas ameaças sofridas?

A terceira pergunta é sobre a situação da Juíza da Comarca de Marabá, porque durante as audiências daquele Município foram feitas fortes denúncias de parcialidade de S. Ex^a. Há algum encaminhamento pedindo qualquer tipo de providência do Tribunal de Justiça do Estado sobre a referida Juíza?

Dr. Felício Pontes, eu gostaria apenas de localizá-lo. Eu queria saber de V. Ex^a se há alguém especial que V. Ex^a recomendaria para esta CPI convocar, a fim de ser ouvido e se poderia citar os nomes?

Por último, somente a título de comentário, eu gostaria de ouvir sugestões, tendo em vista a desenvoltura do Incra e dos órgãos do Governo Federal, como o Ministério do Trabalho, na região de Marabá, dando conta de uma série de atitudes tomadas para a pacificação e ordenamento daquele território, que sugestões, tanto o Dr. Felício, quanto o Dr. João e a Dr^a Socorro, poderiam fazer para uma providência desta natureza, em Anapu ou em qualquer outro foco violento de conflitos vividos aqui no Estado do Pará.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quero cumprimentar a Mesa, na figura do Senador Alvaro Dias, cumprimentar os Deputados Estaduais, na figura da Deputada Sandra Batista e do Deputado Valdir

Ganzer – eu era muito amigo do irmão dele, na Procureadoria, os vereadores, na figura de Paulo Fonteles e outras figuras aqui no Plenário ou na galeria.

Fiz questão de vir aqui ao Pará, nessa missão da CPI, porque o líder político que mais admirei na vida era um paraense chamado João Amazonas. Era um homem digno dedicado a lutar pela justiça do seu povo e, portanto, depois vieram outros líderes, o Paulo Fonteles, o Padre Josimo e tantos outros, que eram amigos nosso e que, portanto, temos esse compromisso permanente de lutar pela justiça, para acabar com a impunidade e que para que se realize a Reforma Agrária como um fator de desenvolvimento, não só da família, do agricultor, mas, desenvolvimento do Brasil e da sociedade brasileira.

Agora, prestei muita atenção ao depoimento do Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, Juiz de Direito, e ele afirmava que, na questão do trabalho escravo, a impunidade é o fator que mais contribui para a sua existência e, principalmente, para a sua reincidência. E faz uma série de sugestões para inibir essa chaga que ainda permanece na sociedade brasileira.

Mas, ontem, em Marabá, verificamos também que a impunidade é a marca, é o fator principal da violência contra os trabalhadores rurais. Quer dizer, de 419 assassinatos, na região sul e sudeste do Pará, apenas um pistoleiro foi preso, foi punido, julgado e condenado, está preso. E dois mandantes, porque os casos ganharam fórum internacional, pressão internacional para que não houvesse a impunidade, então dois mandantes foram punidos.

Então, vejo uma semelhança: a impunidade, no caso do trabalho escravo; e a impunidade, no caso do assassinato dos trabalhadores rurais e nas suas lideranças.

Parece-me que a pistolagem ligada à grilagem de terras é uma normalidade, é legalizada aqui. A pistolagem não encontra como contraponto a lei, as autoridades. E queria fazer essa pergunta, porque o julgamento começa com o inquérito. O inquérito é feito pela Polícia Civil, Militar, depois entra o Ministério Público e, depois, entra o juiz para julgar. Agora, só um pistoleiro punido? Dois mandantes em 419 crimes? Portanto, esse sistema de justiça que envolve desde o inquérito até o julgamento, ele está podre aqui no Pará. Ele não é feito para fazer justiça. A Constituição brasileira não tem força aqui, porque as pessoas eliminam o trabalhador, o Presidente do Sindicato, um trabalhador rural. Por isso, eu gostaria de dizer que, ontem, o Presidente de nossa Comissão, Senador Álvaro Das, entrou em contato com o Governador para que não houvesse o despejo naquele acampamento Lourival Santana. São 1.100 famílias. Então, reafir-

mamos aqui da Tribuna da Assembléia Legislativa do Pará, ao Sr. Governador para que aguarde o levantamento do Incra. Lá existe grilagem de terra. Já existem sinais claros de que existem terras públicas nas quais o Judiciário está dando reintegração de posse a quem não tem direito. Então, primeiro, desejo solicitar ao Governo do Pará para que não faça a reintegração de posse, não coloque a polícia à disposição para, mais uma vez, proteger o grileiro. Segundo, peço aos Deputados Estaduais que levem ao Governador essa questão, já que o Presidente da CPMI, Senador Alvaro Dias, também já o fez. Nós temos uma Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Maria Joel Costa, que está marcada para morrer. Seu marido foi assassinado no ano 2000. Agora, em 2004, no mês de fevereiro, o tesoureiro do Sindicato foi assassinado. Quero saber... O sistema de segurança, em que a Polícia Militar e a Polícia Civil estão sob o comando do Governador, vai proteger essa cidadã brasileira? Vai impedir que esses covardes, bandidos eliminem a vida dessa mãe de família, que tem quatro filhos e que cumpre o seu mandato, legitimamente eleita como Presidente do Sindicato. Será que o Governador não tem meios de exigir da Polícia Militar e da Polícia Civil que ponham a mão nesses covardes que agem ao arrepio da lei? Acho que tem! Se não tiver, o Governo Federal terá de tomar outras providências com relação ao Estado. Mas o cidadão paraense não pode ficar sujeito à ação covarde de eliminação de pessoas. Para isso é que existe judiciário. Se acha que alguém cometeu o crime, leve ao judiciário, sem que se faça justiça com as próprias mãos. O que eu tenho visto é que os trabalhadores rurais não cometem violência, mas quem a comete são os poderosos contra o povo, contra os trabalhadores. Essa visita ao Pará, se não servisse para mais nada, quero cobrar do Governador, porque ele é o chefe da Polícia Militar e chefe da Polícia Civil. Dona Maria Joel da Costa fala que na frente da sua casa passam pistoleiros, fazendeiros com olhares ameaçadores e vão para lá e voltam na mesma rua onde está a casa. Pergunto para o Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, o Judiciário não pode fazer o grampeamento do telefone, dentro da lei, para saber a ligação dos pistoleiros com os mandantes?

O Judiciário tem o instrumental. Até agora, por exemplo, o inquérito do tesoureiro do sindicato não foi terminado, não acharam, quer dizer, está no anonimato. Como pode acontecer isso? O Paulo Fonteles foi assassinado aqui e tantas outras lideranças que merecem o nosso respeito e a nossa veneração, porque lutavam por um sistema mais justo.

O Pará faz parte do Estado brasileiro e, em outros Estados, os brasileiros são obrigados a cumprir a

lei; portanto, os grileiros, fazendeiros, empresários de toda a ordem, todos devem cumprir a lei. A Constituição é a mesma. Aqui, no Pará, não vai ser feita outra Constituição, não vai ser feita uma lei própria. Dizem: “Aqui a gente elimina mesmo!” Houve 419 assassinatos no sul do Pará de 1970 a 2003 – é um absurdo –, sem julgamento, sem esclarecimento. Isso não pode continuar.

Antes do término da CPMI já estamos cobrando aqui das autoridades que ponham a mão nesses covardes e que o Pará, que tem um povo trabalhador, que é orgulho do povo brasileiro, é um povo trabalhador, inteligente, que contribui para o desenvolvimento nacional, que esse povo seja respeitado.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos passar a palavra então aos convidados para que respondam as perguntas. Primeiramente, Dr. Jorge Antônio Ramos Vieira, peço que se dirija à tribuna, já que estamos transmitindo pela **TV Senado**, para que possa ser filmado de frente.

Esta sessão será retransmitida pela **TV Senado**. E para que possamos colher o seu depoimento de frente, solicito que use essa tribuna.

Muito obrigado.

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Vou ver aqui se eu consegui captar bem. Foram várias perguntas. Se eu me esquecer de alguma questão, por gentileza, me lembrem.

S.Ex^a, o Deputado João Alfredo, Relator desta CPI, perguntou sobre a aparente contradição entre os casos de trabalho escravo relatados, o aumento do número de casos, se a fiscalização também aumentou. Costumo dizer que a principal tarefa do Poder Judiciário, numa linguagem mais simples – às vezes, quando dou palestra nos sindicatos ou para as pessoas que trabalham lá, que não têm toda a cultura jurídica que V. Ex^{as} têm –, é revolver tapetes, tirar a sujeira debaixo deles e principalmente saber quem colocou essa sujeira ali embaixo. Então essa aparente contradição é exatamente isso, porque, onde o Estado se faz presente, esta sujeira é revolvida e, quando ela é revolvida, evidentemente que o número desses trabalhadores tende a aumentar.

Existem seis equipes móveis do Ministério do Trabalho, do grupo especial móvel, que cuidam – são seis equipes para o Brasil inteiro – e visam – eles só fazem isso – só ao combate do trabalho escravo, trabalho forçado. Então, se têm seis equipes e se estiverem as seis aqui no Pará, a gente vai aumentar; se botarem dez, vai aumentar muito mais. É porque um dos gráficos que repassei a V. Ex^a – o senhor pode constatar aí que o número de denúncias é sempre maior que o

número de ações efetivamente fiscalizadas. O grupo móvel vai, fiscaliza, depois emite um relatório que vai para o Ministério Público do Trabalho, e já filtra. Até isso chegar ao Poder Judiciário, então o número muito pequeno de ações em relação a esse número muito grande de pessoas.

Aí já vou respondendo algumas outras perguntas em relação ao Poder Judiciário, especificamente Justiça do Trabalho, depois chego na Justiça Comum.

O que precisamos fazer é possibilitar esse trânsito mais fácil, essa mobilidade mais desembaraçada para que essas denúncias possam chegar, talvez, diretamente ao Ministério Público e assim poder chegar ao Judiciário.

Já tive caso dos trabalhadores, eles mesmos irem lá e ajuizarem as suas próprias ações. Mas para o trabalhador é sempre muito embaraçoso fazer isso, primeiro porque ele vai ter que ir, como diria, por a cara, vai se expor. Isso já é um risco. Então as ações individuais se mostram inócuas por conta desse temor, até fundado, que os trabalhadores têm.

Então o que acontece. Precisa ser através do Ministério Público, então o Ministério Público vai e as ações têm natureza coletiva. E cada ação dessa envolve um número muito grande de trabalhadores. Daí, talvez, esta aparente contradição, ou seja, de 2003, já no atual Governo, como se aumentou muito o número de fiscalizações, aqui no sul do Pará, também, evidentemente, esse número tende a aumentar em relação aos trabalhadores libertados, com relação e o número de casos, efetivamente comprovados.

V. Ex^a perguntou também sobre a questão do combate. Se ele é isolado, ou se existe a figura da força tarefa. Diria que há ainda o trabalho escravo e há aí a violência no campo, porque o trabalho escravo é uma espécie do gênero da violência, é uma das formas de violência no campo.

O que tenho visto e aí recorro àquele exemplo italiano que a máfia lá na Itália, eles realmente utilizavam uma força tarefa. Mas essa força tarefa como foi feito lá, ela é composta por pessoas que só cuidavam daquilo. O Estado brasileiro tem que definir: Vamos acabar com a violência no campo, e aí todas essas formas de violência, criar uma força tarefa – isso é uma sugestão que já até repassei lá para o Ouvidor Agrário Nacional – que seja de voluntários. Aqui a gente faz assim, na Justiça de Trabalho, as chamadas caras itinerantes, que as varas vão lá onde o problema está. Mas os juizes são voluntários. Voluntários por quê?

Porque se o juiz for promovido, removido, pela questão da antiguidade ou do merecimento, você não tem como escolher o juiz que vai para lá, e, efetivamente, dizer que toda aquela carga de imparcialidade que

se espera do Poder Judiciário é um pouco de doutrina; até a teoria pura do direito explicava essa imparcialidade. Na verdade o juiz não é um ser de outro planeta que desce para julgar um processo, depois sobe novamente. Não. O juiz ele traz consigo todas as suas idiosincrasias, as suas convicções. Alguém já disse: Eu sou eu e minhas circunstâncias. Por isso as pessoas têm que ser voluntárias, como eram voluntários. Alguns foram mortos até. Eu mesmo fui ameaçado de morte e estou lá no sul do Pará.

Então acho que passa pelo trabalho voluntário, ou seja, cria-se a força tarefa. Agora, vou dar um exemplo pessoal, qual é o meu problema? Já dei várias sentenças para as pessoas envolvidas lá com trabalho escravo, mas lá no sul do Pará, na minha região, efetivamente o trabalho escravo, se eu for ver o número de reclamações trabalhistas que eu recebo, em torno de 3 mil por ano, apenas dez, doze ações do serviço público, do Ministério Público e se for ver ações individuais é um número muito pequeno, é pontual. Então tenho toda uma outra leva de processos, de casos que tenho que me debruçar, principalmente construção civil pesada, aquelas mineradoras que estão lá naquela região, Vale do Rio Doce e as pessoas que trabalham para ele. Então isto é o que eu tenho, basicamente, de fazer.

Agora se há a vontade do Estado, se há um programa de Governo, especificamente para combater a violência no campo, e um mais específico ainda para erradicar. E vejam bem, não é apenas combater, o Estado quer erradicar. Então, enquanto houver um trabalhador escravizado, não atingimos o objetivo do programa.

Se o objetivo é erradicar, essas medidas de força-tarefa têm de ser implementadas. Para isso, além de vontade política, é preciso haver também coragem política, não só por parte dos Parlamentares, mas também por parte dos Presidentes dos Tribunais Regionais e dos Tribunais de Justiça. Esbarramos sempre nas questões de competência. Vejam os senhores que, quando chegamos numa fazenda como aquela, onde há 100 ou 140 trabalhadores, resolvemos as questões.

Ontem foi rejeitado, na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, um projeto do Deputado César Bandeira, do PFL do Maranhão, que visava impor ao juízo do trabalho que se abstinhasse do chamado bloqueio via internet ou *on line*. Fazemos esse bloqueio por meio de uma senha ou de uma contrasenha do Banco Central. Ora, o bloqueio *on line* nada mais é do que aquele bloqueio que se fazia de ofício, mas agora ele é mais rápido. Então, de fato, existe uma ressonância ou um grande contraponto a essas forças que precisam ser equilibradas. A força-tarefa visa transpor obstáculos.

Cito outro exemplo. Quando mandamos quebrar o sigilo bancário ou fiscal, estudamos os processos e depois mandamos fazer o levantamento dos documentos nos cartórios, a fim de saber se aquela fazenda é legal, procurando saber também como aquele registro foi obtido. Geralmente as terras são griladas. E não adianta mandar penhorar terra que foi grilada. Nesse caso, o que tenho feito é oficiar o Ministério Público estadual, porque não tenho competência material – a lei não me dá essa competência – para anular esse título.

Alguns juizes ou promotores têm medo de fazer isso, porque são ameaçados pela pistolagem. Eu mesmo fui ameaçado. Respondo a pergunta de V. Ex^a, Deputado. Também fui ameaçado. Na época, recebi escolta, durante algum tempo, da Polícia Federal. Depois, por questões administrativas, a escolta foi suspensa. Mas escolta não resolve; é uma solução apenas emergencial, pois não se pode viver com escolta. Quem já teve escolta sabe que é mais um transtorno do que uma solução. Além disso, a Polícia Federal não tem efetivo. Lá em Marabá tinha doze policiais. A escolta devia ter 8 pessoas. Se 8 policiais fizerem a escolta de um juiz, apenas quatro ficarão em Marabá resolvendo os problemas. É melhor deixar o juiz em Belém, como ocorreu, e deixar os policiais lá. Então, essa solução de escolta é ruim.

A solução é esta: a força-tarefa. E essa força-tarefa deve ter uma proteção permanente, porque é mais fácil proteger todos os que dela fazem parte, instituindo um rodízio entre juizes e promotores, todos reunidos, porque assim, se um não tiver competência, a justiça estadual terá. Dessa forma, fariam os encaminhamentos e o que fosse necessário. Essa é uma sugestão. Isso pode ser feito pelos tribunais. Entretanto, realmente não há vontade ou coragem para fazê-lo.

Talvez coubesse uma lei para criar essa força-tarefa, com a participação de membros da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da Justiça Federal, do Ministério Público estadual e do Ministério Público Federal, tentando criar um grupo para combater e se debruçar sobre essa questão.

Sei que o Dr. Felício esteve por lá. Às vezes tira férias até para poder dar conta do trabalho que fica acumulado, porque ou se cuida de índio ou de terra da União. É preciso escolher, entre uma quantidade enorme de questões, o que vai fazer. Se tiver de cuidar de tudo, realmente não terá como se debruçar sobre o problema específico, portanto acabará não resolvendo nada. Não faço uma crítica. Sei que não resolvem tudo, porque não têm tempo. Realmente não há como fazer tudo. Se tentarmos resolver tudo, acabaremos não resolvendo nada. É melhor resolver um problema por vez.

V. Ex^a me perguntou também sobre a questão da Polícia Federal. A Polícia Federal, e aí vou falar especificamente sobre a atuação em conjunto com a Justiça do Trabalho nas chamadas Varas do Trabalho Itinerante, onde a Vara se desloca com o Juiz e vai até ao local do problema.

Nesses casos, o problema que se apresenta é administrativo. A Polícia Federal não tem recursos para pagar diárias para os policiais federais, embora sempre tenha colocado os policiais à disposição, nunca faltou policial para as diligências da Vara do Trabalho Itinerante. Entretanto, às vezes, os Tribunais e o Ministério Público do Trabalho também faz isso, entram com verba do seu orçamento para pagar as diárias dos policiais federais. O TCU, parece-me, disse que isso é ilegal, cria um certo obstáculo administrativo por parte do TCU mas, aí, temos que resolver o problema porque o Juiz não pode ir para lá sozinho, o policial também não pode ir sem receber diária. Então, temos que resolver o problema.

Como digo sempre, em Direito Administrativo, temos que explicar e justificar. Explicando e justificando o TCU, apesar dessas ressalvas tem permitido que isso seja feito, mas sempre com essas ressalvas. A Polícia Federal tem, de fato, dado bastante contribuição nesse aspecto da segurança. O que sei que alguns colegas do Ministério Público Federal, talvez o Dr. Felício pudesse falar melhor sobre isso, reclamam, isso já ouvi da Procuradoria Federal do Direito ao Cidadão, em Brasília, é que essa equipe da Polícia Federal que vai para fazer a segurança do Juiz, dos Procuradores, dos Auditores Fiscais, ela não vai como polícia judiciária, ou seja, ela não coleta provas, para talvez fundamentar denúncias contra essas violências praticadas no campo.

Voltando especificamente para a questão do trabalho escravo, talvez o Ministério Público pudesse fazer como fazemos na Justiça do Trabalho, utilizar a documentação fornecida pelos Auditores Fiscais. Ouvi essa crítica em Brasília sobre a atuação da Polícia Federal no sentido de que nessas fiscalizações não age como polícia judiciária na busca, na procura de provas.

A polícia do Estado do Pará – aqui é preciso fazer um registro – vou contar dois casos que são exemplificativos e vão falar por si só. Já estive com o Governador do Estado, já falei isso para ele e vou relatar aqui. Houve um trabalhador que fugiu de uma fazenda e foi à Polícia do Estado procurar ajuda. A polícia levou-o de volta para a fazenda, foi essa a ajuda que deram para ele. O outro, foi um caso meu específico. Na Vara em Paraupabas recebi a denúncia de que os fazendeiros estavam levando pistoleiros para a audiência, não para amedrontar o Juiz, mas para amedrontar e afugentar os trabalhadores e suas testemunhas. Mande

um ofício para a corporação da Polícia Federal de Paraupebas, porque lá tem uma corporação, um quartel. Mandaram um ofício de volta dizendo que não podiam mandar ninguém porque não havia efetivo. Arquivei e até liguei para Belém para o Comandante Geral e ele providenciou aqui de Belém.

Algum tempo depois, um mês, dois meses depois, um fazendeiro vai à sala de audiência levando dois policiais militares armados com metralhadoras, com pistola, alegando que eram para servir de testemunhas dele, quando, na verdade, o Código Civil diz que para qualquer policial vir depor, precisa que o Juiz o requirite. Ele vai entrar, então, como civil, sem armas. Então, se o fazendeiro pode levar um policial e não tem efetivo para o Juiz, isso é um absurdo e isso aconteceu no Pará.

Acho que a Polícia Militar aqui do Pará, nesse aspecto, precisa haver uma certa – não vou dar conselho para ninguém – mas precisaria haver uma espécie de uma seleção para agir nesses casos. O Juiz requirita, não tem, mas o particular leva.

Também V. Ex^a perguntou sobre propostas. Tenho ido de vez em quando a Brasília, ao Gabinete da Senadora Ana Júlia e de outros parlamentares do Pará com quem tenho um maior contato, com algumas propostas, tanto para o trabalho escravo como para outras questões.

Em relação à violência, a questão da força-tarefa seria interessante talvez para os Parlamentares pensarem e estabelecerem uma legislação específica para isso. Uma questão interessante para o trabalho escravo e também para a questão da violência no campo, o estabelecimento do chamado selo verde, alguma coisa, naquele cipoal de projetos que tramitam no Parlamento, parece-me que há alguns projetos nesse sentido de estabelecer os chamados selos verdes, no caso, não seriam selos verdes, seria selo contra o trabalho escravo, aqui na nossa Câmara Estadual, temos um projeto mais ou menos já alinhavado. E o que seria este selo verde? Um selo de qualidade de que, naquele processo produtivo, não houve utilização de mão-de-obra escrava nem violência contra os direitos humanos. Eu já estive dizendo isso aqui, na Assembléia Legislativa, e volto a repetir, que, hoje, a barreira que se coloca aos produtos agrícolas do Pará, especificamente da pecuária, é a aftose, mas quando esta for superada, vão colocar as barreiras sociais e trabalho escravo e trabalho infantil serão uma delas. Então, seria interessante até para que a classe produtora já começasse também a trabalhar nesse sentido de conseguir um certificado, como existe esse ISO, alguma coisa. A Vale do Rio Doce só se preocupa com a questão dos acidentes de trabalho porque sabe que

não vão comprar seus minérios, se não tiver aqueles ISOs todos. Então, o mercado se impõe. E utilizando a lógica do mercado, a instituição desse selo verde por lei seria muito interessante, parece-me que já há projetos nesse sentido em tramitação no Congresso.

Parece que essas foram as suas perguntas. Espero que tenha conseguido responder.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – E quanto à questão das famílias?

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Essa questão das famílias egressas do trabalho escravo é um problema mais social, porque existe uma reincidência também, um trabalhador é resgatado várias vezes e várias vezes é encontrado na mesma situação e o que empurra esse trabalhador é, efetivamente, a miséria, porque ninguém se sujeita a trabalhar nessas condições, se não for por absoluta necessidade. Temos um problema muito grave, particularmente na Justiça do Trabalho, no pagamento dessas pessoas, é o art. 477 da CLT, que estabelece um prazo de 10 dias para que o empregador possa pagar os direitos rescisórios, indenizações dos trabalhadores. Agora, imaginem numa fazenda com 50 trabalhadores. Como vamos esperar 10 dias, como vamos alimentar essas pessoas, como essas pessoas vão sobreviver durante 10 dias esperando que o trabalhador... Por isso, o Ministério Público entra com a chamada ação civil coletiva, e o juiz bloqueia logo isso, via Internet, pelo Banco Central, para assegurar esse pagamento, para que, nesses 10 dias, o trabalhador não venha a sofrer nenhum prejuízo. Por outro lado, não podemos também sair de lá, porque, se sairmos, quando voltarmos, no 10º dia, já não tem mais ninguém. Então, tem esse problema.

Quanto à questão especificamente que o senhor perguntou das famílias, volto a dizer que temos que desmistificar um pouco essa questão do trabalho braçal rural. Qualificarmos as pessoas e ensinar uma outra atividade para elas é importante, mas aquilo é um posto de trabalho que está aberto. Fazer asseio de cerca, roçar pasto, isso é um trabalho como outro qualquer. Se o trabalhador rural for requalificado, alguém vai ter que fazer esse outro serviço, porque ele existe. Por isso, é que digo sempre que nós, da Justiça do Trabalho, atacamos o outro lado, o lado que pode arcar com a legislação. Ou seja, se o trabalhador tiver sua carteira anotada, receber salário, porque, lá, não recebe salário, paga para trabalhar, se tiver, minimamente, as condições que a legislação prevê, observadas, evidentemente, vai poder, além de não ser reincidente no trabalho escravo, também talvez dar uma condição melhor para a família ou simplesmente ser protegido pela legislação social. Se o trabalhador sofrer algum acidente, está completamente desam-

parado. Não sei se foi isso que V.Ex^a perguntou. Mas no que me toca responder pela Justiça do Trabalho, é isso que eu queria colocar.

A Senadora Ana Júlia também pediu propostas. Essa do 477 seria interessante que fosse alterado o dispositivo para que, nesse caso do trabalho escravo, o empregador não tivesse esse dez dias, mas, no máximo, vinte e quatro horas. Porque nós bloqueamos esses bens. Em vinte e quatro horas aparece lá. Então, em vinte e quatro a quarenta e oito horas seria um prazo razoável, prazo em que nós poderíamos, talvez, segurar os trabalhadores com essa situação emergencial que eu coloquei.

Outro projeto importante é aquela – se não me falhe a memória, já foi aprovado esta semana na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados – certidão de débito trabalhistas. A certidão de débito trabalhista para não obtenção de créditos públicos. Se ele precisasse da certidão de FGTS, aquele negócio todo, então, isso já foi aprovado, na Comissão de Trabalho, na Câmara. É um projeto interessante.

A questão do selo do trabalho escravo também é um projeto interessante.

Quanto à questão da atuação do BASA e do Banco do Brasil. O BASA é até um dos nossos parceiros na nossa Câmara Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo que foi criada pela DRT, pela Socorro. E nós também integramos esta Câmara junto com outros parceiros. O BASA é um deles. O BASA tem se mostrado bastante receptivo a essas medidas, inclusive, adotando as chamadas cláusulas de barreiras nos seus contratos, fazendo com que esses créditos só cheguem ao destinatário no caso de ele não responder a nenhum tipo de ação fiscal ou processo judicial em relação ao trabalho escravo. E o BASA é muito receptivo.

Quanto ao Banco do Brasil eu tenho algumas restrições. Até onde eu sei, o Banco do Brasil também integra a nossa Câmara, mas não tem tido o mesmo empenho do Banco da Amazônia. O Banco do Brasil seria um instrumento muito importante porque ele não atua só aqui, na região amazônica, ele atua no Brasil inteiro.

E não se enganem, o trabalho escravo não está aqui só, aqui no Pará. Já se registrou trabalho escravo, no ano passado e neste ano, porque aumentou fiscalização na Bahia, no Rio de Janeiro. O Presidente da Assembleia Legislativa está lá respondendo sobre o problema de trabalho escravo. Lá, em São Paulo, também. Então, aqui, ainda, o foco é maior. Mas isso não existe só aqui.

O Banco do Brasil seria um parceiro interessante pela questão da abrangência e pelos recursos de que se dispõe.

Outra questão que a Senadora Ana Júlia colocou é como envolver a sociedade. E citou – até anotei aqui – que a sociedade exclui. E até, na semana passada, estava em Porto Velho, Rondônia, fazendo uma palestra sobre isso. E disse exatamente isto que a sociedade, de fato, exclui, a sociedade ela trava, ela impede alguns acessos. Parafraseando alguém, certamente o homem branco, adulto, são, ele tem um espaço e circulação maior na sociedade do que uma mulher negra portadora de deficiência, ou de necessidade especial. Então, a sociedade exclui mesmo.

Por isso, é importante ações que eu chamo de ações afirmativas. O Estado nesta questão não pode apenas se abster e olhar isso passivamente. O Estado tem que ser pró-ativo. Ele tem que ser incisivo nessa questão. E, aí, a questão de quotas é interessante.

Então, voltando ao tema, que a Senadora colocou, de como envolver a sociedade nisso. Um passo interessante é criar um disque-denúncia. Isso tem funcionado na questão do crime organizado, das drogas, no Rio, também eu acho que funcionaria aqui na violência no campo.

Outra questão é realmente envolver a sociedade nesses programas. Eu acho que a massificação das informações... A OIT lançou agora uma campanha nacional contra trabalho escravo – disse-me a representante da OIT, aqui, no Brasil, que cuida desta matéria – não foi cobrado um tostão da OIT, apesar de a OIT ter US\$1,700 milhão para aplicar nisso. Então, V. Ex^{as} já devem ter visto isso na televisão uma campanha que a OIT lançou.

Ainda, sobre trabalho escravo há mais de três anos acompanho isso bem de perto e, nos dois ou três últimos anos realmente esse tema não sai da mídia, seja nas televisões, nos jornais, eu mesmo, de vez em quando, estou dando entrevista aos jornais falando sobre isso. É um tema bastante palpitante e isso envolve a sociedade.

Então, só a iniciativa de a Comissão de ter vindo ao Pará e estarmos tratando novamente disso aqui na Assembleia Legislativa mostra que essas palestras, essas informações, os parlamentares da **TV Senado**, da **TV Câmara**, da **TV Justiça**, os canais abertos deveriam ser incentivados a apoiar esta iniciativa.

Deve haver a massificação de informações e a divulgação de que existe o atualmente o trabalho escravo. Não é o trabalho escravo que acabou em 1888, mas que existe um trabalho escravo, e isso desperta a sociedade, como a campanha do Betinho despertou a sociedade para uma outra situação. Então, eu acho que é importante.

E ainda como sugestão, temos realmente uma questão processual muito complexa. As questões de

competência acabam se misturando muito no processo. Para dar um exemplo, a Justiça Federal e a Justiça comum ainda discutem a competência de quem é competente para julgar o trabalho escravo. Só na discussão da questão de competência leva-se algum tempo, perdem-se alguns anos nessas discussões de competência.

Agora, imaginem, chego eu numa fazenda e o trabalhador pergunta assim: mas Doutor, vai ficar nisso, vão só pagar e ninguém vai preso? Podemos mandar prender em flagrante lá, mas no flagrante só pegamos o gato, o gerente, jamais vamos pegar um proprietário em flagrante, porque eles não ficam na fazenda.

Como diria a Denise Frossard, já em procedimentos de pouso. O Senador Siba Machado perguntou sobre a questão relativa à Juíza de Direito da Comarca de Marabá.

Eu não a conheço, sendo Juíza de Direito ligada ao Tribunal de Justiça, não vou eu aqui tecer críticas ou fazer comentários sobre a atuação da Juíza, até porque não teria o que falar; se tivesse, até falaria.

Mas ficaria uma sugestão talvez para que a CPMI convocasse, em uma outra oportunidade, alguém do Tribunal de Justiça, para talvez dar explicações se há alguma denúncia contra a Juíza no Tribunal, se tramita alguma coisa contra S. Ex^a no Tribunal, o que estão fazendo e o que existe de fato sobre a questão da Juíza de Marabá.

Queria fazer só um pequeno comentário em relação a essa questão das reintegrações que foi colocada aqui pelos Deputados, inclusive o Deputado Jamil.

A reintegração é um pouco mal compreendida. A legislação estabelece que o cidadão que passou lá um ano e um dia, em posse mansa e pacífica, tem direito a brigar pela posse, não pela propriedade, mas pela posse. E aí a legislação abstrai completamente essa questão de que se a posse ou a propriedade foi adquirida lícitamente ou ilícitamente. O juiz não analisa na reintegração essa questão. Poder-se-ia até, no início falei isso com o Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino, e sugeri a S. Ex^a que nessas questões de reintegração que fosse utilizado esse sistema que utilizamos na Justiça do Trabalho, chamado de Varas Móveis, fazer uma Vara Móvel Agrária. Ou seja, juízes que tenham um perfil social mais calibrado serem designados para essas varas móveis e aí, ao invés de conceder a reintegração em 24 horas, como foi falado aqui, tentar antes chamar o dono da terra, da propriedade ou que se diz o dono e o líder do movimento, para tentarem ali fazer um acordo ou alguma coisa assim negociada. Mas aí fica a sugestão.

Com relação às ameaças já falei. Disse que recebi ameaças e já mencionei o que foi feito à época.

À época, fiquei em Belém algum tempo e depois voltei ao sul do Pará. O mesmo ocorreu com o Procurador Federal lá do Tocantins, Dr. Mário Avelar, que também foi para Brasília, não sei se retornou. Inclusive, alguém falou aqui que, no caso dos trabalhadores, apenas um pistoleiro foi preso e dois mandantes foram presos.

No nosso caso, meu e do Mário Avelar, o pistoleiro foi solto e o mandante nunca foi preso. Estamos numa situação ainda um pouquinho pior.

O Deputado Jamil também falou da questão da impunidade, e se referiu a mim como juiz de Direito. Eu, infelizmente, não posso responder pela Justiça comum. Eu acho que de fato existe realmente impunidade. Eu acho que de fato existe mesmo uma má vontade no sentido de que esses julgamentos contra os direitos humanos sejam entendidos pelo Judiciário dessa forma. Já existem alguns avanços. Embora eu reconheça que há de fato, de parte do Judiciário, uma grande parcela de culpa com relação a essa questão – isso tem que ser dito mesmo –, o que existe também é que a legislação emperra esses julgamentos, há uma infinidade de recursos. No Pará, um dia desses, alguém foi condenado a duzentos e tantos anos de prisão e saiu andando, foi solto, porque é réu primário. Quer dizer, alguém receber duzentos e tantos anos de cadeia e sair do tribunal do júri andando, sem ser recolhido à prisão, parece-me um absurdo! Mas a Constituição e as leis garantem esse direito e qualquer juiz irá aplicar a lei que está em vigor.

Assim, com relação à questão da reintegração, talvez fosse interessante olhar a legislação, para que as reintegrações pudessem observar outros...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu vou pedir licença ao Dr. Jorge e também pedir sua compreensão e colaboração no sentido de que exerça sua capacidade de síntese, porque estamos desesperados com o tempo.

O SR. JORGE ANTÔNIO RAMOS VIEIRA – Pois não.

Finalizando, foi colocada a questão do grampo. Ou seja, se o juiz não poderia autorizar o grampo. Pode autorizar com certeza. Se houver uma ação nesse sentido, e aí o crime seria de ameaça, a própria vítima teria que fazer essa denúncia. Volto a dizer, é muito difícil alguém fazer uma denúncia lá nessa região contra uma pessoa que a está ameaçando. Como o crime se procede mediante denúncia da vítima, essa denúncia poderia desencadear o evento temido. Esse é um outro problema.

Não sei se respondi às perguntas como devia, mas tentei ser o mais breve e o mais sintético possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Dr. Jorge.

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Deputado Josué.

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, nós começamos às 15 horas e já são 17h15min e ainda não ouvimos ainda a conclusão dos três primeiros.

Assim, eu pediria à Mesa que estabelecesse um tempo para as perguntas, para as réplicas e as tréplicas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu acolho a sugestão do Deputado e peço a compreensão dos Parlamentares. É da educação parlamentar não impor nessas ocasiões, especialmente porque estamos em visita a um Estado que admiramos muito. Os Parlamentares que aqui se pronunciaram são representantes deste Estado. Eles usaram, é claro, o tempo que desejaram, sem limitação. Pedimos a compreensão de todos, especialmente da Mesa, muito mais da Mesa, e dos nossos convidados, se puderam contribuir, fazendo uma síntese nas suas respostas.

Concedo a palavra ao Dr. Felício Pontes, do Ministério Público Federal, para responder às indagações.

O SR. FELÍCIO PONTES – Sr. Presidente, prometo ser extremamente breve, mesmo porque as perguntas, tanto do Deputado-Relator, como do Senador Sibá e da Senadora Ana Júlia são convergentes.

Primeiro, uma campanha que poderíamos ter no Estado para sensibilizar as pessoas com relação a esse tema. Acho que isso é possível sim, Senadora Ana Júlia. Quando nós entramos no caso, quando o Ministério Público Federal assumiu de verdade a questão do trabalho escravo, há cinco anos, eles estavam na mídia na parte relativa às páginas policiais dos jornais. Três anos depois, esse tema passa a vir para a parte política dos jornais. Foi aí que começou a haver um maior empenho do Governo Federal no sentido de que os grupos móveis tivessem maior autonomia e maior ação.

Com relação à estrutura do Ministério Público e à estrutura dos órgãos federais, eu falei muito mais na questão dos órgãos federais aqui por se tratar de uma CPI mista, Câmara e Senado, mas é claro que não tem como haver a solução desses problemas se não houver também a participação do Estado, dos órgãos de segurança do Estado principalmente. Daí vai a minha sugestão, de que sejam chamados a prestar depoimento a V. Ex^{as}, como nós, o Secretário de Defesa Social do Estado, o Secretário de Segurança Pública e o Delegado Geral da Polícia Civil, porque os relatos, pelo que vi, que os Senhores receberam em Marabá dizem respeito muito mais à questão da

segurança estadual do que da segurança federal. É claro que temos culpa, não é, Dr. Sales, nesse cenário todo, mas não são só nossas essas atribuições. Esse Estado precisa, como o Ministério Público Federal, de um maior dispêndio de recursos públicos para que se faça presente a essa demanda que está chegando. Há dados que os Senhores podem ter com o governador do Estado que dizem que, neste Estado, por ano, chega para morar uma média de 100 mil a 200 mil pessoas. Isso precisa ter um acompanhamento também do sistema público. É preciso que se ofereçam também os serviços públicos para que possa essa demanda ser recebida no Estado. Acredito que não há estado no Brasil que tenha um fluxo migratório tão forte, hoje, proporcionalmente a sua estrutura. Não temos estrutura para suportar isso. Quando levamos isso ao conhecimento do Procurador-Geral da República sabe o que conseguimos, no âmbito do Ministério Público Federal, Senador Presidente? Conseguimos fazer com que no último concurso para Procurador da República fosse dada prioridade às vagas do Norte do Brasil, para as vagas da Amazônia. No final das contas, tivemos dez vagas preenchidas, dez vagas determinadas para o Pará apenas, e o Rio de Janeiro teve uma. Houve uma inversão de valores. Para que a gente consiga que Polícia Federal, Ibama e Incra, principalmente esses três, mas eu incluiria a Funai também no meio, sejam dotadas de uma estrutura de eficácia para trabalhar nesse Estado, é preciso que se inverta essa coisa no âmbito do Executivo, que a CPMI sugira, Deputado José Geraldo, ao Executivo, que agora vamos pelo menos, já que não dá para fazer um concurso nacional e escolher essas vagas, vamos regionalizar e fazer com que primeiro sejam preenchidas as vagas do Incra, Polícia Federal e Ibama no Estado do Pará.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só uma informação. A Ministra Marina informou que os concursos do Ibama, inclusive, já serão regionalizados, até porque existe uma dificuldade de manter as pessoas, elas passam um tempo na região, depois querem ir embora. Então, já vão regionalizar até exatamente para isso. Além de aumentar, vão regionalizar. O Ibama já tomou isso, o Governo Federal já tomou isso como decisão.

O SR. FELÍCIO PONTES – Obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa. Por fim, acho que precisamos também que venha prestar depoimento aos Senhores o Procurador-Geral de Justiça, porque há uma integração entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual no sentido da cúpula, na cúpula dessas instituições. Há menos esse contato na base, e temos muitas falhas nos inquéritos das Polícias Cíveis, muito mal elaborados, uma falta talvez de direcionamento da

Polícia Militar para que ela atenda mais essa área mais carente do que outras áreas. Então, por conta disso, a minha sugestão é no sentido de que seja também chamado o Procurador-Geral de Justiça para que possa fazer com que o Ministério Público Estadual esteja presente muito mais nessas áreas mais críticas que os Senhores visitaram do que na capital do Estado. É só isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Dr. Felício Pontes pela síntese compreendendo o desespero pelo tempo. Vamos convidar para fazer uso da palavra Bethânia Meireles Inagre, representando a Federação da Agricultura.

A SRA. BETÂNIA MEIRELES INAGRE – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, em seu nome saúdo os demais integrantes desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que ora, em visita ao nosso Estado, nos honra trazendo para nós a discussão de um diagnóstico sobre a questão fundiária brasileira, em especial do nosso Estado no momento.

Srs. Senadores, Srª Senadora, Srs. Deputados e Deputadas desta Casa, senhoras e senhores aqui presentes, a experiência como produtora rural que tenho, e essa experiência também maculada por ter minha propriedade invadida, minha propriedade produtiva invadida, e também a minha experiência como Vice-Presidente da Comissão Estadual de Assuntos Fundiários do Estado do Pará me traz um grande número de informações vivenciadas e relatadas por profissionais do agronegócio, pequenos, grandes, médios, e até pelas populações que vivem no interior do nosso Estado, de crimes continuados, como invasões de terras produtivas, prédios públicos, agências bancárias, formação de favelas rurais, como bem falou a Senadora Ana Júlia, que abrigam guetos de bandidagem, que vêm por aterrorizar não só proprietários de terra mas as comunidades do interior do nosso Estado. Essas comunidades que têm suas rotinas sacadas da sua pacata labuta diária, por integrantes de ditos movimentos sociais, mas que vem trazer o terror ao interior do nosso Estado.

Essa politicagem, essa impunidade sob uma bandeira populista de reforma agrária, onde prega-se que todos os proprietários de terra, mesmo aqueles que não possuem aptidão para trabalhar nelas, teriam direito de estar na contra-mão da lei e da nossa Constituição Federal.

Se assim fosse, Sr. Presidente, poderíamos aceitar e admitir que os desempregados das áreas urbanas pudessem traficar drogas, pudessem invadir e queimar propriedades públicas e privadas.

Como integrante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará, levo até os Srs. Parlamen-

tares que não somos contra a reforma agrária, contra são os que querem fazê-la na marra, sem critérios que assegurem a tranquilidade e a permanência do homem no campo, e cujos líderes incitam a desobediência civil e a quebra da ordem constitucional. Preocupa-nos a proposta do Governo Federal de assentar 115 mil novas famílias neste ano de 2004, quando cerca de 90 mil lotes em assentamentos já solidificados estão desocupados e abandonados. Onde está o critério e a responsabilidade com o dinheiro público? Já foi dito e os senhores são sabedores que na Argentina a média do tamanho das propriedades é quatro vezes maior do que no Brasil; na Austrália, 30 vezes e até na pequena Grã-Bretanha a média é superior a do Brasil. Assim pergunto aos Srs. Parlamentares, que neste estágio em que se encontra esta CPMI, após as visitas feitas nos Estados de Pernambuco e do Pará, já devem inclusive ter refletido sobre isso, com a área estimada de dois módulos fiscais na conjuntura proposta de reforma agrária, há como o trabalhador sobreviver? Qual a porcentagem de assentamentos que se emanciparam? É justo, porque o assentamento de 500 mil famílias, por pressões dos movimentos sociais, no Governo passado, e por pressões da igreja, que aqui também seja dito, tenham se transformado em recursos desperdiçados, pois a maioria dos assentados não tinha vocação para a atividade. Por que tais recursos não são utilizados para capacitar o nosso homem do campo para que tenha mais opções e mais opções de emprego, não só na área rural mas na área urbana também?

Esta semana, em conversa com um Deputado amigo, desta Casa, em busca de soluções para colonos que ocupam ilegalmente a terra que não lhes pertence – estes, sim, que têm o intuito de plantar – ouvi do meu interlocutor, que por sinal pertence a um partido de esquerda, que “as soluções existem e são muitas, mas não são operacionalizadas porque existem pessoas interessadas em alimentar o conflito, pois deles se nutrem econômica ou politicamente” – que seja dito de ambas as partes.

O que precisamos é acabar com discussões ideológicas, verdadeiras ou falsas, e não criticar aqueles que apresentam um plano de ação. A agricultura e a pecuária, de hoje, são tecnificadas e modernas. Não há lugar para mão-de-obra que não seja muito especializada e muito técnica. E este modelo agrícola baseado na ignorância do nosso homem do campo, do agricultor, ele não tem futuro. Ele não pode ter futuro.

Creemos que o entendimento e a discussão dessas propostas é o melhor caminho para busca de soluções. Precisamos unir os Governos Federal, Estadual e Municipal, contar com o apoio do Poder Judiciário,

das representações de classes legitimamente representadas e constituídas, não só do sistema patronal, como do sistema dos trabalhadores também.

Sem um projeto abrangente, dificilmente uma reforma agrária desenvolvimentista acontecerá neste País e neste Estado. Precisamos não de discurso divisionista, mas da união em defesa dos produtores. Porque não interessa o tamanho, todo aquele que produz a terra é um produtor rural. Todos nós, eu, vocês, somos produtores rurais. Somos trabalhadores rurais. Somos trabalhadores do campo.

Precisamos de autarquias que nos ajudem a manter os pequenos e mini-produtores, não de órgãos de defesa à baderna, ao esbulho e ao crime. Por que não pensarmos juntos sobre propostas de descentralizar as ações, atribuindo aos Estados e Municípios a competência de fazê-la, de fazer uma boa reforma agrária.

Os modelos de cooperativas coordenados por produtores mais experientes que beneficiem os seus vizinhos lavradores. Todos temos que dar a nossa parcela de ajuda à diminuição das desigualdades sociais, pois sabemos que desta forma teremos mais consumidores, como falou também a Senadora Ana Júlia Carepa, muito bem colocado. Teremos mais consumidores para os nossos produtos, teremos mais desenvolvimento, teremos mais riqueza circulando e, principalmente, nós vamos ter melhores noites de sono. Maiores e melhores noites de sono.

O povo que habita os campos, matas e cerrados do nosso Estado, seja ele empregado ou empregador, é um povo ordeiro que privilegia o seu crescimento pessoal, através da capacitação, e para tanto necessita de investimentos sim neste setor. E nega-se terminantemente a ser usado como massa de manobra para aqueles que não têm interesse de desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida do nosso povo e sim na desestabilização política do nosso País, através de fórmulas já desgastadas e comprovadamente ineficientes. O que precisamos é qualificar a nossa mão-de-obra que hoje está desempregada no campo. É melhor que mantê-la à beira das estradas à margem da vida.

É nosso entendimento que esta CPMI ponha em discussão as questões fundiárias e agrárias e não as relações do trabalho. Mas já que tal tema foi aqui abordado eu gostaria de dar a nossa contribuição, comunicando a esta CPMI que, através de uma ação da nossa Confederação Nacional da Agricultura em parceria com a Federação do nosso Estado e o apoio dos nossos Sindicatos Rurais, promoveu, durante esses dois últimos meses, uma série de encontros para, justamente, levar ao nosso produtor, de qualquer tamanho, informações sobre relações do trabalho, informações

sobre como manter os nossos empregados dentro da lei, como manter essas relações absolutamente dentro da lei. Esses encontros foram um sucesso. Diagnosticamos que muitos dos nossos pequenos e médios produtores não fazem ou não cumprem determinados regimentos por pura desinformação ou ignorância. Isto é uma falha nossa enquanto Federação e enquanto Sindicato e aceitamos isto como falha e levamos essa informação ao nosso produtor.

Infelizmente, acho que a nossa Delegada do Trabalho, Sr^a Socorro Gomes, não mais se faz presente mas eu gostaria de até deixar registrado o nosso agradecimento porque ela se tem feito presente às nossas discussões, nas questões de relação do trabalho.

Quanto à lista suja que aqui foi comentada por um dos convidados, essa lista é realmente suja porque ela não é embasada em nenhuma constatação – nem científica e nem criminal. Enfim, nada que possa resgatar a idoneidade dos produtores rurais que foram divulgados na mídia como escravagistas. Nós não aceitamos esse termo “trabalho escravo”. Aceitamos o termo de “trabalho forçado” ou em alguns casos até, situações análogas à escravidão. Trabalho forçado, sim, porque temos alguns proprietários rurais que não são bons proprietários rurais, como temos médicos bons e maus, como temos advogados bons e maus, como temos políticos bons e maus. Mas toda uma classe não pode ser penalizada pelo que ainda não foi transitado em julgado de alguém que tenha trabalhado de forma errônea. O nosso Deputado Josué Bengtson bem falou que a Proposta de Emenda Constitucional nº 438 está sendo julgada nessa semana – já foi julgada pela Comissão e será votada agora. Até por uma proposta da Deputada Kátia Abreu, conseguimos introduzir nessa Proposta de Emenda Constitucional uma justiça que foi, também, a de propor uma Emenda ao trabalho análogo ao escravo no meio urbano porque não podemos aceitar que só o meio rural seja qualificado como escravagista.

Diante desse resumido quadro, vemos que grande parte dos problemas fundiários do nosso Brasil ocorre pelo desrespeito às leis e a quem as redigem, desrespeitando a nossa vocação democrática. A Federação da Agricultura do Estado do Pará, assim como a sua Confederação Nacional, sempre atuou e age nos limites da lei e entende que essa avalanche de desmandos, violência e quebra de prestígio do setor produtivo só privilegia os nossos concorrentes internacionais. Porém, crer que o escudo daqueles que labutam – nós, trabalhadores do campo – e lutam para manter as suas legítimas propriedades na nobre missão de produzirem alimentos para este País, são a justiça e o voto que permeiam esta Casa e o Congresso Nacional.

Fica, aqui, a nossa contribuição, sucinta, até pelo adiantado da hora, a esta comissão, lembrando ainda que o nosso Governo Estadual, o Governo do Estado do Pará, está implementando um programa de zoneamento econômico-ecológico para o nosso Estado que, com toda certeza, contribuirá para tirar nossa região da condição de santuário do mundo, lembrando que aqui temos fauna, flora, ecossistema, riquezas minerais, mas temos também gente vivendo, trabalhando e precisando crescer.

Só lamentamos, Sr. Presidente e demais senhores integrantes dessa comissão, que essa vinda dos senhores ao nosso Estado tenha sido tão breve, menos, acredito, de quarenta e oito horas, que esse trânsito dos senhores tenha sido feito mais por via aérea e não rodando nas nossas estradas para que possam verificar não só as tristezas de acampamentos à beira de estrada ou de assentamentos mal solidificados, mas ver também que aqui há gente séria que produz com muita competência.

Os senhores, acredito que ontem ou hoje, quando estiveram em Marabá, foram visitar a fazenda Peruano, de propriedade da família Mutran e, por informações que tive, os senhores só visitaram a invasão, é uma pena que os senhores não tenham visitado também o laboratório de transferência de embrião, o banco genético que tem essa fazenda e o quanto essa fazenda produz e o quanto contribui para a melhoria genética do rebanho, não do nosso Estado mas do nosso País. Fica o nosso lamento pela vinda tão breve dos senhores.

Agradeço também a esta Casa, agradeço à audiência, agradeço à imprensa que aqui também está nos reportando e agradeço à Presidência desta Casa, Deputado Mário Couto, por nos acolher, acolher essa nossa discussão que precisa ser muito, muito e muito ainda aprofundada e investigada e muito ainda o nosso Estado precisa dos senhores e da visita dos senhores para que vejam não só as questões de violência e de conflito mas que atestem também o quanto este Estado, de grande proporções, de fronteira agrícola, com tantos problemas de invasões de produtores de outros Estados mas que também aqui vêm enriquecer e nos trazer *know-how* mas formam também essa grande confusão cultural. Muito obrigada.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Penso que deveríamos fazer como fizemos pela manhã, quando ouvimos dois representantes dos trabalhadores e dois representantes dos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O representante do MST convidado é Jaques Nildo Pinto. Consulto se ele está presente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Ou se tem alguém que possa representá-lo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Temos ali a representação do MPA, do Movimento de Pequenos Agricultores, da Fetagri e temos da CPT. Então, que pudessem escolher outro.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Tem alguém da Fetagri.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, falará em nome da Fetagri. Pode usar a tribuna e fazer a sua exposição. Dessa forma, ele fala em nome dos trabalhadores, em nome das outras organizações, inclusive do MST.

O SR. MANUEL IMBIRIBA SARMENTO – Boa-noite a todos. Sou Manuel Imbiriba Sarmiento, estou representando aqui a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.

Queremos cumprimentar a Mesa, em nome do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná, aos Deputados José Geraldo, Deputado Jamil, Deputado Josué, Deputado Relator, que é o João Alfredo, Senadora Ana Júlia e também o Senador Sibá, que está aqui no nosso Estado.

Quero dizer que para nós é uma satisfação termos a visita de mais uma CPMI, inclusive já tivemos várias CPMIs que foram criadas, e esperamos que esta realmente dê uma resposta positiva, principalmente para os trabalhadores rurais, que estão na luta pela reforma agrária, pela posse da terra em nosso Estado.

Queremos ressaltar que a Fetagri estadual representa todos os trabalhadores rurais do Estado, através dos sindicatos, e que, hoje, temos em torno do Estado 500 projetos de assentamento criados pelo Incra e temos em torno de 200 áreas ocupadas por trabalhadores e trabalhadores rurais. Temos, também, os acampamentos, que são os trabalhadores que estão debaixo da lona, na busca por um pedaço de chão.

Então, não vamos aqui abordar um documento que vamos entregar à CPMI e vamos destacar alguns pontos para a ser bem breve.

Esse documento fala sobre o combate à violência no campo, no nosso Estado, e aqui temos uma relação de mais de 20 lideranças sindicais, políticos, religiosos, que foram assassinados neste Estado na luta pela terra, defendendo os direitos da classe trabalhadora.

Temos também um ponto que fala do combate à violência praticada por órgãos oficiais do Estado. Aí queremos destacar, principalmente, o que aconteceu ontem, em um Município do nosso Estado. Tivemos, ontem, o cumprimento de uma reintegração de posse de uma fazenda de uma área ocupada no Município de Acará, onde estavam, há mais de três anos, setenta e

cinco famílias. Ontem, durante o dia, fomos informados, acompanhamos, chegamos lá e intervimos no caso, mas chegamos um pouco tarde, porque policiais militares chegaram no local e chegaram a tacar fogo em mais de sessenta casas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, queimando todos seus pertences, inclusive só rede, fizemos um levantamento de mais de duzentos e noventa redes das famílias que estavam nesta área, já produzindo há mais de três anos.

Isso consideramos uma irresponsabilidade, um absurdo, porque isso foi feito de forma irregular e irresponsável. E esse é apenas um caso que estou destacando para contribuir com o tema.

Destacamos também muitas coisas contribuem para a violência no campo, para a impunidade e para a grilagem de terra. Destacaremos a questão da violência como meio de consolidar as propriedades expulsando os posseiros de suas comunidades tradicionais. Destacamos também que no caso da violência anunciada em dezenas de casos, as pessoas ameaçadas foram executadas sem que o Poder Público adotasse qualquer providência para proteger suas vidas. A ausência de política de regularização fundiária por parte do Incra e do Iterpa, que favorece a ação de madeireiros e grileiros e a extração ilegal de madeiras e de recursos naturais em nosso Estado. Quanto aos incentivos fiscais, durante décadas, a União financiou a instalação de fazendas e abertura de pastos em florestas nativas e virgens, favorecendo o desmatamento e a concentração da propriedade com o incentivo do Poder Público como, por exemplo, ao criar os meios para expansão dos grandes projetos como o projeto da soja no Oeste paraense, onde se vem intensificando o processo de exclusão dos agricultores pela grilagem ou pela venda induzida das pequenas e médias propriedades rurais. Registramos também a violência organizada: há verdadeiros escritórios de agenciamento e crimes de encomendas já várias vezes denunciadas. A impunidade e omissão do Estado em averiguar e apurar os crimes, identificando os culpados e punindo-os exemplarmente, gerou um sentimento de impunidade que favorecem novos crimes.

Senhores membros da Comissão, essa é a situação do nosso Estado. V. Ex^{as} já tiveram a oportunidade de conhecer algumas regiões. Creio que esta Comissão tem de voltar ao nosso Estado para visitar o Oeste do Pará. Eu gostaria de reafirmar o que já foi dito pelo Deputado José Geraldo e pelo Procurador da República Felício Pontes com relação àquela região que, hoje, é um verdadeiro barril de pólvora. Lá realmente há uma quadrilha de pessoas grilando as terras do Estado e da União e comercializando-as com as comunidades tradicionais, fazendo parte dessas áreas. Praticamen-

te estão sendo expulsas das terras onde nasceram e criaram seus filhos. Hoje há um verdadeiro conflito naquela região, pior que a região Sul e Sudeste do Pará, que conhecemos muito bem.

Com relação ao trabalho escravo, reconhecemos que é preciso uma ação mais integrada por parte dos órgãos do Governo Federal para realmente mudarmos a história do nosso Estado. O Estado do Pará é conhecido como campeão na grilagem de terra, campeão na violência do campo, campeão em trabalho escravo, e temos de mudar isso. Também nos causou surpresa o depoimento da representante do segmento patronal. Na sua colocação, ela expressa realmente seu conceito e seu ódio com relação aos movimentos sociais e às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais deste Estado. Então, isso mostra que temos realmente esse grande passivo com relação à violência no campo, aos assassinatos, às ameaças de morte e que esse é um incentivo cada vez maior.

Sugiro a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI da Terra, que ouça mais dessa representante da Federação da Indústria Patronal qual é realmente a sua responsabilidade com relação aos crimes que já aconteceram nesse Estado e que, de 1964 a 2003, tivemos 751 assassinatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Então, qual é realmente a responsabilidade dessa entidade com relação a esses crimes, a essas ameaças de morte que estão acontecendo em nosso Estado? Foi colocado realmente que isso é um retrocesso à questão dos trabalhadores rurais que estão na luta por um pedaço de chão. Sabemos que a terra é realmente a vida do trabalhador rural.

Deixamos aqui as nossas considerações para esta Comissão. Espero que possamos ter uma resposta positiva com relação aos direitos e à defesa dos trabalhadores rurais deste Estado. Vou passar o documento ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao representante dos trabalhadores.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Apresentei requerimento de convocação, para esta sessão, do Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará. Diante do fato da reintegração criminosa feita pela Polícia Militar, no Estado – que demonstra que todas as redes inclusive foram queimadas –, proponho a convocação mais urgente possível do Secretário de

Segurança Pública para depor, especialmente, sobre essa reintegração de posse.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Encaminharemos o requerimento ao Secretário.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero subscrever o requerimento do Deputado Zé Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que esta CPMI nem precisa deliberar sobre esse requerimento. Nós o consideramos aprovado consensualmente e encaminharemos o ofício ao Secretário para que deponha em Brasília numa das nossas reuniões, assim como outros que foram convocados e não puderam comparecer às sessões que realizamos em Marabá, em Altamira e aqui, em Belém.

Ouviremos o Superintendente da Polícia Federal, Dr. José Ferreira Sales. Mais uma vez, pedimos a compreensão de todos. Deveríamos encerrar esta reunião às 18 horas. Vamos prorrogá-la um pouco mais, mas pedimos a colaboração de todos para que finalizemos os trabalhos o mais rápido possível.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES – Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, em nome de quem saúdo os demais Parlamentares que compõem a Mesa e esta Comissão, senhores presentes, boa-noite.

A Polícia Federal, muito citada no decorrer dos pronunciamentos, tem também experimentado a angústia de verificar que a questão agrária, no Pará, não se resolve, se agiganta e se complica. Observo, não com malcriação – me entendam –, que a questão fundiária não é uma questão policial. Quando ela chega à esfera policial, outros órgãos, historicamente, falharam ou não estão funcionando a contento. Particularmente, no Pará, isso é mais grave porquanto – já foi dito aqui – não há uma definição sobre a área, o que é federal e o que é estadual. Conseqüentemente, ficam de Herodes a Pilatos na questão. É competência do Incra ou do Instituto de Terras do Pará (Iterpa)? Da Justiça do Estado ou da Justiça Federal? E ainda uma das variáveis, uma das conseqüências dessa indefinição – a questão do trabalho escravo – ainda tende a ser conhecida, mesmo enquanto crime, pela Justiça do Trabalho. É mister que se mencione um breve histórico da questão fundiária, inicialmente os conflitos na região nordeste do Estado, até mesmo em Bragança, Marabá e companhia, depois Caixa Real e região, depois ao longo da Belém/Brasília, passando por Rondon do Pará, Marabá, Xinguara e São Félix. Agora se acentuam na região de Altamira, enfim, ao longo da Transamazônica. E está anunciado, desenhado, que vai acontecer, ou está acontecendo, na região oeste do Pará, ao longo da BR – 163, com seu asfaltamento anunciado e prometido e também com a migração de grande

quantidade de empresários gaúchos, paranaenses e mato-grossenses, investindo pesadamente no cultivo de soja. Recordo que há dias o ilustre Deputado Valdir Ganzer, aqui presente, gaúcho missioneiro, disse que saiu daquelas terras praticamente expulso pelos plantadores de soja. Soja não é investimento para pequenos produtores. Fatalmente esses são tragados pelas máquinas dos grandes produtores, dos grandes investimentos, e o Senador Presidente da CPI sabe disso, por ser do Paraná. Não desconhecemos a nobreza das razões que impulsionam os movimentos sociais, a sua legitimidade, e por vezes, confesso, me sinto assustado com seus métodos, mas tudo isso passa pela justiça, essa avaliação de suas ações. Sinto também uma preocupação muito grande quando vejo que o Incra ainda não tem um cadastro confiável dos assentamentos, dos assentados. Quando trabalhávamos em Imperatriz, no tempo do extinto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), que fazíamos diligências na região de Imperatriz e Altamira, apoiando as ações de técnicos desses órgãos, verificávamos com frequência que pessoas assentadas, famílias assentadas em um ponto estavam, tempos depois, em outro ponto, e o Incra ainda não tinha, e parece que ainda não tem, um cadastro elaborado das pessoas que já foram assentadas. Assustei-me até com os números revelados por representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), quando ele fala em 500 assentamentos no Estado, mais de 200 invasões e um sem-número de acampamentos. Quero falar especificamente da Polícia Federal nessa questão, citado que fomos pelo Juiz do trabalho em outras questões, quero apenas ratificar a escassez, a carência de meios que experimentamos, a nossa baixa capilaridade, uma superintendência em Belém, uma delegacia em Santarém, Marabá e Redenção. Segunda-feira estarei indo a Altamira para resolver, ou tentar obter informações de onde iremos nos instalar. Estive em Brasília, fui cobrado pelo diretor-geral, para adotar medidas com vistas à instalação da delegacia; enquanto não podemos instalar uma delegacia em Altamira, vamos instalar uma representação, uma equipe que possa fazer alguma coisa enquanto se instala essa delegacia e outros órgãos adquirem os meios.

Já falei de nossa falta de recursos materiais e humanos, mas, mesmo com essa falta de recursos, digo que temos estado presente nas ações desenvolvidas pelo Incra, Ibama, DRT e outros órgãos federais que buscam nosso apoio. Quero registrar, como foi dito, que a Polícia Federal não tem meios, não tem efetivo na área e não tem recurso para pagamento de diárias. Causa uma situação muito desconfortável que tenhamos que operar com diárias e outros recursos

fornecidos por outros órgãos. Isso dá a sensação de que a Polícia Federal está alugada a outros órgãos, muito embora a causa seja a mesma no interesse da sociedade. No entanto, esse recurso deveria na base, na distribuição, ser destinado à Polícia Federal, bem como os recursos para viaturas e quaisquer outros meios destinados a essa ação.

Quanto à fiscalização do trabalho escravo, a Polícia Federal acompanha as equipes da Delegacia Regional do Trabalho e os auditores do trabalho. É fato que não temos realmente realizado ações de polícia judiciária. Apesar de sermos solicitados a dar segurança a essas ações, nada impede que os dados coletados pelos técnicos, como auditores e procuradores do trabalho, sejam repassados à Polícia Federal para a adoção das medidas de polícia judiciária. O que também dificulta o nosso posicionamento na equipe é que os dados não são fornecidos com clareza e com antecedência à Polícia Federal, e não sei exatamente o porquê. Pedimos apenas apoio para darmos segurança às diligências em determinada região, mas sequer o nome da fazenda ou da propriedade a ser vistoriada é fornecido com antecedência. Repito: para todos os dados que forem fornecidos serão dotadas, com certeza, as providências enquanto polícia judiciária.

Registro, com satisfação, a preocupação de Parlamentares de tamanha envergadura com as questões da nossa terra e rogo a atenção para a adoção de medidas que visem a dotar a Polícia Federal dos meios para a consecução dos seus mistérios e fazer as suas ações de polícia cidadã, de polícia judiciária nessa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agrademos ao Dr. José Ferreira Sales a participação em nome da Polícia Federal.

Para a finalização dos trabalhos, passaremos a uma rodada de perguntas. Mais uma vez, recomenda-se a abreviação das indagações – sei que todos compreendem isso. Previmos o horário das 18 horas, e o retorno a Brasília está programado para hoje. Por isso, vamos partir para a finalização.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, quero conferir um dado com V. Ex^a. Haveria ainda mais dois depoimentos: o do Dr. Sérgio Maneschy, do Instituto de Terras do Pará, e o do Dr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários. Será que eles se encontram presentes?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Sr. José Alcântara Neves está presente? Vamos ouvi-lo, mesmo que sucintamente, pois é importante seu depoimento.

Não o convidei, porque fui informado de que S. S^a não estaria presente.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – V. S^a é da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Dr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Sr. Presidente, demais integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, autoridades presentes, meus senhores e minhas senhoras, fui convocado para prestar alguns esclarecimentos sobre a violência no meio rural e as questões agrárias no Estado do Pará. Farei apenas uma correção. Não é Divisão de Conflitos Agrários; é Delegacia de Conflitos Agrários – integrante da Polícia Civil.

A Delegacia de Conflitos Agrários parece-me ser a única no Brasil – se não é a única, pelo menos, é a pioneira. Sua sede localiza-se em Belém, com atribuição em todo o Estado do Pará. A Delegacia possui uma estrutura pequena, mas que vem crescendo, na medida em que crescem também os problemas fundiários. Estou há cerca de quatro anos nessa chefia e tenho deparado com muitas situações, muitas mortes, muitas invasões de áreas públicas e particulares. Essas invasões e esses crimes de homicídio, principalmente, têm-se concentrado, na sua maioria, nas regiões sul, sudeste e agora na região oeste do Pará. Na verdade, essa transferência de território para o oeste é mais recente. Na verdade, na região Nordeste, os conflitos são menores e também os crimes acontecem em menor proporção.

Temos que reconhecer que a presença do Estado como um todo é carente e pequena. Não que inexista, mas, em razão da grande extensão territorial, a Polícia Civil e a Polícia Militar, às vezes, ainda não se fazem presentes em alguns locais onde a concentração de crimes é bem maior.

Foi mencionado aqui pela Dr^a Socorro Gomes a questão de São Félix do Xingu, que se transformou, de dois anos para cá, no maior centro de invasões de terras, na maior concentração de pistolagem, com ocorrência de um número significativo de homicídios, sem contar as tentativas de homicídio que são bem maiores.

Na medida do possível e com grande esforço da Polícia Civil, no caso o Governo do Estado do Pará aqui representado, tem feito a sua parte. Não é tudo. Mas se tem esforçado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Quem promove as invasões de São Félix do Xingu, região de grandes propriedades?

O SR JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Vou aqui fazer uma divisão entre o invasor. Há o invasor ocupante, geralmente orientado por movimentos, principalmente o MST, além de associações, entidades como a Feta-gri e o CPT. O invasor, pistoleiro, na verdade, está-se concentrando mais no sul, sudeste e oeste do Pará. Casos de repercussão ocorreram no ano passado. Eu estava observando a coleta de dados, para informar aos senhores, e concluí que cresceu de 2001 a 2003, em uma proporção muito grande. Quando chegamos ao local, houve sete homicídios decorrentes de conflitos agrários, seja de trabalhador, seja de pistoleiro, seja de proprietário da terra. Em 2002, esse número cresceu para 13; em 2003, para 34, um salto muito grande. Felizmente, em 2004 – estamos quase na metade do ano –, observa-se uma redução substancial. Até agora houve apenas nove homicídios. Emprego o termo “apenas”, considerando o volume de 34, do ano passado.

Isto vislumbra a ação do Estado, da Polícia Federal, Polícia Militar, Ibama, Incra, Iterpa. Na região do sul do Estado, costuma-se dizer: “Delegado, aqui apenas 10% das terras são tituladas”. Ou seja, 90% está nas mãos de pessoas que não são seus verdadeiros donos.

Há uma dificuldade a considerar: as grandes distâncias. Viajamos, em média, 1.100 km de Belém até São Félix do Xingu, onde percorremos cerca de 200, 300, 400 km e em condições precárias. Muitas vezes, saímos em viaturas apropriadas, depois andamos de caminhão e até de jéricko para chegarmos ao local e averiguarmos a denúncia feita.

O Dr. Felício, meu amigo particular, ponderou que os inquéritos são, às vezes, mal feitos. Eu não diria que sejam mal feitos por incapacidade do delegado, porque não é só a DECA, como é camada a Delegacia, que faz os inquéritos. Há situações que, por situação de emergência, são feitos por delegados locais. Entretanto, não é por essa razão que seriam mal feitos. A questão maior é a dificuldade na coleta de dados, em fazer o levantamento perfeito do local do crime, em ouvir testemunhas

A dificuldade em ouvir uma testemunha que não se dá pelo fato de ele não querer prestar o depoimento, mas por ter o receio de prestar a informação e, rapidamente, sai do raio de ação da polícia. Assim, resta aquela informação precária, de um inquérito precário que conduz a uma decisão do juiz também precária. Trata-se de uma questão de seqüência. O inquérito bem feito, com certeza, traz elementos suficientes

para uma decisão ou para uma condenação fundamentada do juiz.

Verificamos nos conflitos agrários que, paralelo a isso, verifica-se a degradação ambiental. Quando atendemos a uma denúncia de conflitos agrários, geralmente vamos às fazendas, nas áreas de desmatamento e verificamos trabalhadores em situações que foram levantadas aqui.

Nessa situação, em um passado recente, houve a tentativa de uma parceria entre o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Trabalho e Emprego para capacitar policiais civis a dar apoios às ações da DRT. Isso foi pensado em razão de os dois Ministérios questionarem que ofereciam a vaga para a Polícia Federal e, por falta de pessoal, de um contingente suficiente, disponibilizava pessoal aquém das vagas oferecidas. Assim, essas vagas deveriam ser repassadas para a Polícia Civil ou a Polícia Militar.

O assunto foi conversado há uns dois ou três anos, mas não houve segmento. Gostaria que fosse anotado, se possível, para voltar à tona e, talvez, serem oferecidas vagas ao Governo do Estado para que venha a capacitar policiais civis e militares não só para acompanhar as missões dos órgãos federais na ausência da Polícia Federal como também para tratar de imediato por estar mais presente nas situações do Estado do Pará por ter um contingente maior que o da Polícia Federal do Estado e ter condições de adotar as primeiras providências por mais que esse procedimento, que esse inquérito venha a ser depois encaminhado para o Distrito Federal, mas é uma idéia que penso valha a pena ser retomada.

As invasões de terras, na verdade, tiveram um crescimento muito grande e, semelhante ao que ocorreu com os homicídios, elas decresceram. Costumo dizer, quando converso com alguém daqui, que o abril no Pará não foi vermelho. Verificou-se em outras regiões do Brasil um maior número de invasões. Catalogamos apenas cinco invasões no Estado do Pará no mês de abril e umas sete ou oito de janeiro para cá. Vamos dizer que o nosso abril foi cor-de-rosa, o que demonstra que os movimentos já estavam colocados nas áreas em que pretendem a sua desapropriação para fins de projeto de assentamento e foi esse fato que ensejou a diminuição das invasões.

Voltamos a falar de São Félix do Xingu onde estive no ano passado por várias vezes, chegando a passar sessenta dias assumindo a apuração da chamada “Chacina da Vila Primavera” em que oito trabalhadores foram assassinados. A apuração foi concluída, foram indiciadas vinte e três pessoas, há cinco pessoas presas inclusive o principal pistoleiro que foi preso por uma

equipe nossa no Estado do Tocantins e encontra-se na fase judicial.

Tenho conhecimento de que a juíza agrária de Marabá se deslocou a Belém no mês passado para dar início ao interrogatório dos réus. Isso já foi feito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Foi preso o pistoleiro, é isso?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Vários pistoleiros inclusive o chefe da pistolagem que é o Daniel.

O Deputado Zé Geraldo pergunta aqui sobre o mandante. É aquela velha questão de se perguntar por que se prende o pistoleiro e não se prende o mandante. Interroguei pessoalmente o Daniel, aqui em Belém, e também no Tocantins, e ele foi enfático ao dizer: “Não falo nada”. Quer dizer, ele disse para mim que tem um mandante. Até porque a estrutura que se viu lá, de avião, de rancho, de munição, de armamento, alguém está financiando, alguém está pagando. A investigação não pára com a conclusão do inquérito. Agora, a nossa equipe é uma equipe pequena, e não tem só esse inquérito para cuidar, não só essas mortes para cuidar. Temos outras, no Estado todo. Por conta disso, a Delegacia Geral já elaborou um projeto para a criação de Delegacias Agrárias nos Municípios de Altamira, Marabá e Redenção. Marabá já está bem adiantado. Pretendemos trilhar o mesmo caminho seguido pelo Poder Judiciário, quando criou as Varas Agrárias e foi implantando nos Municípios indicados. Então, o primeiro Município a ser contemplado com uma Delegacia de Conflitos Agrários será Marabá. Já está o prédio pronto, o pessoal sendo qualificado, aguardando só a inauguração. Em seguida, virá Redenção, e depois Altamira. E, possivelmente, Paragominas. Mas Paragominas, como está mais próxima de Belém, talvez seja para um momento final.

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Lá existem duas situações. Como a terra está à vontade, segue da cidade um grupo de dez, vinte pequenos colonos. E vão grilar terras. E grilam 1.000 alqueires... Lá não é nem hectares. Para se ter uma idéia, a terra é tão grande, que a medida não é...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Pequeno? O senhor disse que pequeno é 1.000 alqueires?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – É. Em São Félix do Xingu, quem tem 1.000 hectares lá é pequeno.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Ah, bom. Mas não é pequeno.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – É colono. Para a região é colono.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Queira me perdoar, Delegado, é que lá, até onde eu sei, os produtores rurais se reuniram para dizer que aqui não entra agricultor familiar, não entra pequeno produtor. Essa é uma decisão dos ruralistas em São Félix do Xingu. Por isso, a mortandade e a violência.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Deixe-me contar rapidamente como ocorre essa situação. Seguem essas pessoas, vários grupos de dez, vinte colonos e vão grilar 500 alqueires, 1.000 alqueires, conforme o tamanho da área. E começam o trabalho de plantio e tudo. Algum grande empresário precisa de 5.000 hectares. E a pessoa que vai vender para ele só tem 1.000. Mas ao lado dele estão esses colonos. E ele começa a limpeza da área, contratando pistoleiro e bancando toda aquela estrutura que já mencionamos aqui. E aí é que vem o confronto. Eles estão armados, mas os colonos também estão armados, é claro que em desvantagem, em posição de inferioridade. E nesses conflitos, na verdade, quem está levando a desvantagem é sempre o pequeno colono. Agora, V. Exª me perguntariam: quem são esses grandes? É a grande questão. Sabemos por informação. É um fazendeiro do Tocantins, é um fazendeiro de Goiás, mas ele nunca vem pessoalmente. Aliás, ele não vem a São Félix do Xingu. Ele vem de avião, sobrevoa a área, alguém já tem um *notebook* para alguém inserir para ele toda a região, ele conhece a área por avião, e de lá volta. Deixa apenas os prepostos. Os prepostos morrem e não dizem quem são. Fazem um pacto de fidelidade. Essa que é a grande dificuldade.

Outra dificuldade é o acesso. Nesta oportunidade, neste momento, de janeiro até agora não retornei a essa área porque não há condições de chegar ao local. Só de avião. E de avião vamos chegar apenas na sede. E o deslocamento para outras áreas não temos como fazer. Estamos aguardando levantar o tempo, como se diz aqui, parar de chover, para retomar todas aquelas investigações de alguns homicídios ainda pendentes de apuração. Isso deverá ocorrer agora, a partir do mês de junho.

No mais, fico à disposição de V. Exªs para qualquer questionamento que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Gostáramos de agradecer a participação de V. Sª. E como o Deputado Jamil Murad e eu temos horário de vôo para Brasília e os demais membros da Mesa vão permanecer, peço à Senadora Ana Júlia que assuma a presidência, como uma forma de homenageá-la, também, por ser representante do Pará.

Agradeço, desde já, o Governador Simon Jatene pela assessoria que ofereceu a essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e também ao Deputado

Mário Couto, Presidente da Assembléia Legislativa do Pará e a todos aqueles que contribuíram para que os trabalhos dessa CPMI pudessem se desenvolver nesses dois dias no Estado do Pará

Solicito aos Depoentes que permaneçam, para que os Parlamentares possa lhes fazer as indagações.

Neste momento, assume a presidência dos trabalhos a Senadora Ana Júlia Carepa.

...como se o Japão ou a Europa estivessem errados por fazerem a reforma agrária. Todos esses países se desenvolveram, cresceram os seus mercados internos e têm um poder de compra maior. E toda a sociedade se beneficiou desse poder aquisitivo maior do povo na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, como se eles estivessem errados. Aqui, onde se mantém uma massa imensa de trabalhadores na pobreza absoluta, está certo, e apenas aqueles que são proprietários de terra, que são chamados de produtores rurais, merecem os benefícios do desenvolvimento da sociedade.

Quero dizer a V. S^a que gostaríamos de continuar o debate. Não viemos aqui para agredir nenhum produtor rural, assim como não admito ficar calado quando se agride o assalariado rural, o bóia-fria ou o colono pobre. Não viemos aqui para isso. Viemos aqui para dizer que respeitamos o proprietário rural e o produtor rural, mas também para dizer, em relação àquele que se esconde atrás do título de produtor ou de proprietário rural, mas que é um assassino, que a Justiça do País ponha a mão nele, julgue-o e o ponha atrás das grades. Viemos aqui para dizer que um indivíduo não pode ficar emboscado no título de produtor rural, quando, na verdade, é um assassino, um bandido. A lei funciona para o pobre, mas não funciona para ele, porque nem inquérito é terminado, nem julgamento é feito. Isso não pode continuar.

Infelizmente, a senhora, como uma cidadã representante de uma entidade importante de proprietários rurais, não falou nada dos crimes cometidos aqui no Estado, e só nas regiões Sul e Sudeste há 419 assassinatos.

Peço a V. S^a, como Diretora da Federação dos Agricultores aqui do Pará, que acione os mecanismos junto ao Governo do Estado para salvar a vida dessa trabalhadora rural, mãe de quatro filhos, mulher honesta, trabalhadora, que está defendendo os seus representantes e a Justiça.

Eu defendo que V. S^a represente os proprietários rurais, mas jamais defenderia a eliminação da sua vida, assim como não podemos admitir que quem não concorde com a Dona Maria Joel defenda que seja eliminada a vida dela. Isso não é possível.

É isso que tem que terminar aqui no Pará, onde há a maior concentração de pistolagem e mandantes, todos impunes. Isso tem que acabar. Somos parte do povo brasileiro, somos do Brasil e temos que defender a Justiça para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Deputado, quero agradecer.

Pergunto ao técnico de som se está sendo gravado.

Já está gravando. Muito obrigada.

Solicitaria aos depoentes que permanecessem nesta reunião. Faltam poucos Parlamentares para intervir, mas tem prioridade sempre, numa CPMI ou em qualquer comissão, o Relator.

Então, passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

Gostaria que permanecessem, inclusive os membros da Imprensa, porque é muito importante que ela possa registrar essa segunda parte do debate, em que ouvimos outros setores importantes. É importante que a Imprensa tome conhecimento de como a CPMI vai aprofundar as investigações neste momento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Senadora Ana Júlia, que preside esta reunião, é importante essa providência de V. Ex^a no sentido de fazer a gravação, porque, na medida em que a equipe do Senado já se retirou, vamos precisar desse apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Pará para o nosso relatório.

Sou Relator e tenho, na medida do possível, me omitido de apresentar as minhas opiniões, embora as tenha e vá apresentá-las individualmente no relatório, mas tenho procurado extrair dos depoimentos todas as questões que possam ajudar o relatório.

As primeiras questões eu faria à Sr^a Betânia, que representa a Federação dos Proprietários Rurais.

O Deputado Jamil já falou que há uma lista de 419 mortos no Estado do Pará, só de 1986 a 2003, não só de trabalhadores e trabalhadoras, mas de lideranças sindicais, religiosas, advogados. E há pouco contávamos com a presença do filho de um dos mais importantes advogados da luta da terra no Pará e no Brasil, que é Paulo Fonteles, a quem tive a honra de conhecer, que chegou a ser assassinado em função de sua luta.

Da lista que nos foi fornecida pelas entidades constam 23 sindicalistas mortos, inclusive com os nomes, no período de 1981 a 2004, no Estado do Pará, na luta pela terra e as circunstâncias em que aconteceram. Sabemos que muitas vezes essa lista é incompleta, por conta de cemitérios clandestinos descobertos pelo Deputado José Roberto.

Gostaria de perguntar à depoente quantos sindicalistas patronais foram assassinados nesse período, já que V. S^a falou tanto em violência. Temos 46 sindicalistas rurais ameaçados ainda, pela lista da Contag. Quantos sindicalistas patronais estão ameaçados? A federação tem essa lista, assim como a Fetag, de sindicalistas assassinados, ameaçados, com queixa, inquérito e tudo mais?

No documento que recebemos da CPT, do MST e da Contag, há outra lista de mandantes e pistoleiros com prisões preventivas decretadas, mas que não foram capturados pela polícia. São 29 pistoleiros e mandantes que estão foragidos, todos ligados a proprietários rurais, grileiros ou o que seja.

Pergunto se há, na Federação dos Proprietários Rurais, essa lista, se existe esse levantamento, como fizeram a CPT, o MST e a Contag.

Ao Sr. Delegado da Polícia Federal aqui presente, Dr. José Ferreira Sales, gostaria de fazer um apelo especial.

Estivemos, hoje, pela manhã, em Altamira, reunidos com lideranças de trabalhadores e trabalhadoras de Anapu, região que apresenta uma situação muito tensa, porque há um trabalho realizado pelo Incra, segundo o qual os proprietários ou grileiros estão impedindo o próprio órgão federal, o Incra, que criou projetos de assentamento no local, de entrar nessas áreas. Já houve conflito, mortes na região, há uma situação de tensão muito grande, inclusive quem estava lá hoje de manhã percebeu que a tensão foi transportada para a audiência pública. Os Parlamentares até se omitiram de levantar muitos dados por conta da situação.

Então, gostaria de fazer um apelo, neste momento, com relação à questão de Anapu, no sentido de que a Polícia Federal fizesse uma ação imediata de desarmamento, de apoio ao trabalho dos órgãos públicos, em especial ao órgão ligado à reforma agrária, o Incra.

Com relação ao Delegado de Conflitos Agrários, Dr. José Alcântara Neves, primeiramente quero parabenizar a Secretaria de Segurança Pública aqui do Governo por ter criado essa delegacia, mas, por outro lado, preocupa-nos porque, por onde andamos, não com relação a V. S^a evidentemente, as queixas com relação à Polícia do Estado são muitas, tanto a Polícia Militar, porque, inclusive, foi denunciado um fato pelo representante da Fetag, como a Polícia Civil. O próprio Juiz do Trabalho exemplificou o caso de dois policiais militares fardados, armados, acompanhando um grileiro de terras, numa atitude de intimidação diante da própria autoridade judicial.

Então, queria lhe fazer algumas perguntas: primeiro, se V. S^a tem conhecimento do desaparecimento de inquéritos na cidade de Rondon do Pará.

Recebi uma denúncia, assinada por três entidades, Comissão Pastoral da Terra, Justiça Global e Terra de Direitos, dizendo que três inquéritos policiais tinham desaparecido do Fórum de Rondon do Pará. Como é fase de inquérito, podem ter desaparecido do cartório ou da delegacia de polícia. Nesses dois casos, podem ter desaparecido no meio do caminho.

Não estou dizendo que a responsabilidade é do cartório nem da Delegacia de Polícia, mas houve o Inquérito nº 032, de 2000, que apura o assassinato de Pedro Alves, o 034/2000, que apura assassinato de Judaci Gomes da Silva, e o 037/2000, que apura o assassinato de um homem conhecido como Piauí. A informação que nos chega é de que inclusive teria ocorrido a mando de um dos grileiros, acusado de ser um dos mandantes da morte do sindicalista Dezinho, já referido agora há pouco pelo Deputado Jamil.

Se V. S^a não tiver essa resposta, gostaria de lhe pedir que apurasse essa situação.

Segundo, na lista que nos foi fornecida pelo MST e pela CPT – se V. S^a não tiver, posso lhe passar uma cópia – há nomes de mandantes e de pistoleiros com prisões preventivas decretadas, mas que não foram capturados pela Polícia. São 29.

Se V. S^a tem conhecimento desses casos, por que efetivamente essas pessoas ainda não foram presas, já que existe ordem de prisão? Portanto, não estamos tratando de prisão ilegal. São pessoas que têm ordem judicial a ser cumprida.

Para concluir, queria que V. S^a levasse ao Secretário de Segurança um pedido, reforçando o pedido já feito ao Governador pelo Senador Alvaro Dias, relativo ao caso da fazenda Peruano, onde há o acampamento de 1.100 famílias. Há uma suspeita de que aquela área, ou parte daquela área, seja de terra grilada, porque até agora foi apresentado documento de aproximadamente quatro mil hectares, e, segundo a medição, são quase dez mil hectares. Portanto, haveria uma área particular que pode ser até produtiva, como falou a representante da Federação dos Proprietários Rurais, Patronal, mas haveria uma outra área, e estou falando no tempo condicional, que seria pública e poderia inclusive ser arrecadada pelo Estado para assentar aquelas famílias. E este trabalho está sendo feito pelo Incra e pela Iterpa, que, infelizmente, não veio. Quero lamentar isso. Portanto, há um levantamento dessa área, que pode ser pública, podem inclusive estar ocupando área pública. E essa área que verificamos não tem produção alguma efetivamente. Estão à margem da estrada praticamente.

Para que se evite essa situação, seria muito importante, Dr. José Alcântara Neves, que a Polícia do Pará adotasse o mesmo procedimento da Polícia de Alagoas e de Pernambuco, no sentido de que, quando fosse chamada para cumprir uma ordem de reintegração, comunicasse e exigisse a presença do Ministério Público, porque essa presença, mesmo no cumprimento dessas ordens, garante que não haverá violência. Inclusive, as famílias podem se retirar pacificamente, em alguns casos, se sentirem segurança de que alguém que está fora do conflito poderá acompanhar.

Como a CPMI vai apresentar sugestões e está coletando esses exemplos em todo o Brasil, esses casos que já conhecemos tanto de Pernambuco, que já está na lei estadual... E me dirijo aos Deputados Estaduais que estão aqui. Há uma lei estadual, em Pernambuco, Deputado Valdir Ganzer, que determina que qualquer ordem de reintegração e despejo tem que ser comunicada ao Ministério Público, o qual tem que acompanhar aquele procedimento. Com isso, cai ainda mais esse grau de tensão e violência no campo que V. Exª diz que já está declinando. Fico feliz com essa notícia. Oxalá seja verdadeira. Oxalá o Estado do Pará, que nos recebeu tão bem nesses dois dias, não continue ostentando índices de violência tão elevados como vimos nesses dias.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada.

Tem a palavra o Deputado Josué.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Srª Presidente, Senadora Ana Júlia, demais companheiros, meus amigos, não vou fazer perguntas. Acho que as perguntas que já foram feitas são suficientes. Só quero dar uma pequena palavra mais ou menos na direção do que eu disse na primeira reunião desta CPMI em Brasília.

Gosto muito de mostrar números. O Pará seria, depois do Amazonas, o último Estado brasileiro a ter conflitos agrários. Por quê? Nós temos 1.250.000 quilômetros quadrados. O Estado de São Paulo, 247 mil. Somos cinco vezes maiores do que o Estado de São Paulo, e temos uma população 5,5 vezes menor. Enquanto São Paulo tem 37 milhões de habitantes numa área de 247 mil quilômetros quadrados, temos 6,5 milhões em 1.250.000 quilômetros. E ainda, desses 6,5 milhões, pelo menos 3 milhões vivem na cidade; no caso da Grande Belém, 2 milhões, mais 1 milhão esparramados por 142 municípios do Estado.

Temos terra de sobra. Não haveria razão para conflitos agrários. No Pará caberia uma população muito maior do que a do Estado de São Paulo, vivem de harmônica e pacificamente.

Outro fato que chama a nossa atenção – mencionarei isso hoje, em Altamira, assim como a Senadora – é que, no meio do sertão, no Planalto Central, Juscelino Kubitschek construiu uma cidade do nada quando se quis fazer Brasília. Se houvesse vontade política do Governo...

Não estou me referindo a este Governo, que chegou há um ano e pouco e também está muito devagar em matéria de reforma agrária, mas é uma história.

Os assentamentos que foram feitos no Pará... Até tive que discordar do Stedile, há poucos dias, quando disse que no Pará não se podia fazer reforma agrária, Senadora – V. Exª não estava lá –, porque aqui nem Deus vem. Fiquei bravo com ele. Disse que lá no Pará não pode, aquilo lá não serve para reforma agrária.

Confesso a vocês que, se houvesse vontade política do Governo Federal – e vamos pensar nisso daqui para frente –, poderíamos fazer uma reforma agrária organizada, municipalizada, criando nos Municípios os projetos de assentamento, mas começando com a infra-estrutura; não colocando o povo para morar em barraco, mas fazendo pequenas casas, financiadas pela Caixa Econômica Federal, levando energia, escola, hospital.

Quem não gosta de morar na roça? Eu fui criado lá, só que tivemos como o Ganzer, porque, naquela época, não havia escola, não havia coisa nenhuma. Eu, em São Paulo; ele, no Rio Grande. Mas viver na região agrícola é a melhor coisa que existe, desde que haja infra-estrutura.

No meu caso específico, quando a família tinha filhos na idade de ir para a escola, tinha de dar um jeito de encostar na cidade, de viver lá na cidade. Hoje, a maior pobreza do Brasil não está no campo. Por mais pobre que seja o campo, ele está muito melhor do que as regiões dos entornos de Belém, de Ananindeua, e de outras regiões.

Então, quero, ao concluir estas minhas palavras, dizer que, ao finalizar esta CPMI, devemos levantar algumas questões. Primeiro – ouvi isso da Presidenta do Incra, lá, em Marabá –, existem milhares de lotes que foram abandonados. Vamos reaproveitá-los para a reforma agrária, mas com infra-estrutura, Senador.

Existem certos momentos em que até acho que o Governo Lula está correto: é melhor dar uma parada, para acertar aquilo que existe, para, quando começar, fazer da maneira certa. Cometeram-se muitos erros na reforma agrária brasileira. Se levar à estrada, se levar à escola, se levar à educação, se levar à energia elétrica, todos irão viver felizes no campo, sem conflitos.

Eu até acho que essas ocupações ou invasões, não importa o título que se dê, são muito mais simbólicas, para chamar a atenção do Governo e dos

governantes. Quero manifestar, de público, a minha opinião: sou totalmente contrário à invasão de terras tituladas que sejam produtivas, porque não é com isso que o Brasil vai resolver o problema. Onde já se produz, continue produzindo. Vamos pegar aquilo que é improdutivo e fazer produzir com apoio; com o FNO para o pequeno produtor, com o Pronaf, com a ajuda do Banco.

Então, quero agradecer a V. Ex^{as}. Até peço desculpas por haver me excedido um pouco no tempo, mas creio que é por aí que vamos resolver os problemas que o Pará não deveria estar vivendo. Lamentavelmente, com tanta terra sobrando, com tanta terra pública, estamos vendo pessoas morrerem por causa de um pedaço de terra, não importa quantos, se foram setecentos, se foi um ou se foi uma criança. Uma vida é uma vida; e temos que valorizar a vida.

Lembrando as palavras da Bíblia: um abismo chama outro abismo, muitas vezes, uma violência gera outra violência. E precisamos trabalhar pela paz no campo, porque na cidade está muito difícil encontrar a paz.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado José Geraldo.

O SR. JOSÉ GERALDO – Tenho certeza de que o trabalho que iniciamos – e, certamente, até o final do ano, ainda faremos muita coisa – dará mais uma grande contribuição não somente para esse debate, como também, por exemplo, servirá para sugestões importantes, como essa que foi feita aqui, pela própria Assembleia Legislativa, de ter uma lei aprovada.

Talvez essa situação que o Imbiriba acabou de citar, de uma reintegração em que todas as redes de garotos, garotas, homens e mulheres foram queimadas, não acontecesse se houvesse a presença do Ministério Público, como há em outros Estados. Lamento que isso esteja ocorrendo, porque fizemos esse debate no passado. Depois do conflito de Eldorado, aqui, nesta Casa, fizemos um acerto para o Pará: que a Polícia Militar, antes de fazer uma reintegração de posse, possa fazer um bom trabalho. E me parece que a Polícia agiu com raiva, porque, quando faz uma reintegração de posse, tira as pessoas e queima os seus pertences; isso é um crime. Por isso vou oficializar a convocação do Secretário de Segurança Pública nesta CPI.

E continuo fazendo minhas críticas, publicamente, ao Governo do Estado, com relação à questão da reforma agrária, que é papel de todos. Fiz as contas em Brasília, esses dias: se cada prefeito do Brasil, em 4 anos, assentasse dez famílias, somente as prefeituras assentariam 55 mil famílias em 4 anos. E todo

mundo sabe que as prefeituras podem também fazer alguma coisa.

No Governo do Estado do Pará – fiquei 8 anos nesta Casa –, o orçamento é sempre a mesma coisa; o Iterpa não tem uma delegacia instalada no interior do Estado do Pará nem em Santarém, que é aquele baixo Amazonas; nem em São Félix nem no Marajó; não existe. Lá em Porto de Mós, aquele estopim que está lá é porque nem as terras da beira do rio, dos ribeirinhos, foram demarcadas. E, agora, devido à pressão de criar as reservas, o Iterpa quer ir lá, Sandra Batista, para demarcar 50 hectares de terras para uma família que mora lá, há vários anos, e que precisa ser também extrativista. Então, é uma forma de tirar um pedacinho de terra para aquelas famílias que estão lá, para proteger a grilagem instalada naquele município.

Não concordo e não posso ficar calado. Penso que o trabalho que o Incra está fazendo aqui, no Pará, este ano – a Assembleia pode, inclusive, convidar os dois superintendentes para verem os números... O Incra, no Estado do Pará, com todas as suas deficiências e a falta de recursos, está cumprindo seu papel. No sul e no sudeste do Pará, foram retomados, até agora, em menos de um ano e meio de governo, mais de 3.000 lotes dos projetos de assentamento, gerando uma economia ao Governo Federal de mais de 50 milhões, se fosse desapropriar terra para fazer assentamento. Com isso, viabiliza-se um assentamento, porque, se o assentamento foi feito para morar 200 famílias, e só tem 100 morando, já inviabiliza a prestação de serviços de saúde, assistência médica, transporte coletivo, eletrificação rural, etc. Então, a Superintendência do Incra, naquela região, está fazendo.

Há situação em que o cidadão é um grande latifundiário, em Rondon, no Pará. Chegou lá no Rio Gelado, que foi criado exatamente na época do massacre de Eldorado, para levar o pessoal aqui de Eldorado para lá, e está com 70 lotes de 100 hectares acumulados dentro do Rio Gelado, ou seja, uma grande fazenda. O Incra entrou na Justiça para retomar os lotes, e a coisa está barrada na Justiça. Provavelmente perderá, porque a lei é muito clara na questão dos projetos de assentamentos.

Quero dizer que estou bastante otimista. E acho que, nesses próximos três anos, aqui no Estado do Pará, se o Estado encarar a coisa, com o trabalho que o Incra vai fazer, vamos, com certeza, virar essa página da violência no campo, porque esse assunto é pesado.

Saí cansado de Altamira, hoje, até porque já participei muito tempo disso. Enquanto deveríamos estar discutindo exatamente a modernização da produção, a produção de sementes nesse Estado, a produção de

mudas, a produção dos pequenos animais, a qualificação disso tudo, todos nós ainda estamos gastando muito tempo com a briga fundiária. Infelizmente, esta ainda é a situação.

Não gostaria de estar nesta CPI nem nos debates se faz por aí afora. Às vezes, chego a um município, e a pauta principal que vêm discutir conosco é conflito fundiário. Essa é a pauta para um Deputado Federal quando chega lá no município. E é um clima difícil.

Hoje, vi, em Altamira, no rosto de cada um, a preocupação dos proprietários, porque sabem que vão perder parte daquelas terras; o rosto dos agricultores, todos, de uma certa forma, revoltados, preocupados, inseguros, porque se instalou, no vácuo que o Governo Federal deixou, o oportunismo, porque as pessoas cometem um erro, como no caso da Sudam, e todas as pessoas que estão virando terra e derrubando mata são aquelas que pegaram o dinheiro da Sudam, mas não o pagaram, desviaram o dinheiro. E parte desse dinheiro está lá, sendo gasto para grilar terras e derrubar matas. Essa é a realidade nua e crua; não há o que esconder.

E vocês perceberam que toda vez que falamos nesta tribuna, mencionamos proprietário/grileiro. Por que proprietário/grileiro? Se é proprietário, é proprietário.

Sabem por quê? Porque, geralmente, a maioria dos proprietários é isto mesmo: é proprietário e grileiro. Ele tem um documento de três mil, e grila mais seis mil, doze mil, quinze mil. Quem quiser poderá fazer essa pesquisa no oeste e no sul e sudeste do Pará.

Então, se eu tenho uma propriedade documentada, titulada, eu sou proprietário; agora, se tenho uma propriedade de três mil, mais seis ou sete mil grilada, sou proprietário/grileiro. Por isso, nesta tribuna, sempre que alguém ia falar, mencionava proprietário/grileiro, porque fica a dúvida sobre se é proprietário ou grileiro.

Temos que virar essa página. Creio que esta CPI também poderá dar a sua contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada.

Eu queria passar a Presidência, para me pronunciar, para o Deputado Josué Bengtson. Vou tentar ser bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Josué Bengtson) – Ouviremos a Senadora Ana Júlia, que fará as suas considerações finais e as perguntas que entender necessárias.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria agradecer o depoimento de todos e dizer que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito veio

para ouvir a todos, independente das nossas opiniões, sejam elas diferentes ou não.

Hoje, tive a oportunidade de usar o mesmo termo que o Deputado Josué Bengtson: creio que ninguém mais do que nós quer a paz no campo. Não há como gerar emprego e distribuir riquezas neste País se não houver a paz no campo.

Vou até mudar um pouco um termo que eu costumava usar. Creio que nem vou mais usá-lo, porque ele está sendo mal interpretado. Eu falava sempre de favelização, exatamente criticando a reforma agrária que o Governo Fernando Henrique diz que fez. Agora, querer dizer que a culpa daquela reforma agrária foi dos movimentos sociais e da Igreja Católica é querer forçar a barra. A responsabilidade é do Governo Federal, que fez uma reforma agrária mal feita. Essa é a verdade.

Diferente de alguns dados que foram apresentados aqui, quero dizer que a agricultura familiar no mundo tem sido solução. Na França, mais de 90% das propriedades rurais são pequenas, familiares.

Aliás, o Brasil é o décimo segundo país com a maior concentração fundiária do mundo. Vou repetir para as pessoas poderem anotar: décimo segundo país com maior concentração fundiária do mundo! Então nós não somos parâmetro. Há onze mais do que nós, que devem ser piores.

Por isso, quando criticaram o Brasil, porque teve menos 0,2% de PIB, a Argentina decresceu 18% no seu PIB. Com certeza, essas grandes concentrações devem ser responsáveis.

A reforma agrária é a forma de emprego mais barata que existe; é a geração de emprego mais barata que podemos ter. Essa é a verdade. Agora, reforma agrária como quer fazer o nosso Governo.

Não adianta dizer que está assentando muita gente. Reforma agrária, acabou essa história de dizer que é só da terra; é, primeiro, dar condições para a produção. Em todos os lugares do mundo, dá-se tanto subsídio ao pequeno agricultor que até brigamos na Organização Mundial do Comércio. Pela primeira vez o Brasil foi vencedor, porque teve coragem. O nosso País está tendo uma boa política externa para que não se haja tanto subsídio e para que os nossos produtos possam ser comercializados em nível internacional.

Então quero dizer que concordo com muita coisa e parabenizar a Federação da Agricultura por estar fazendo esse trabalho em relação ao trabalho escravo, a esse esclarecimento. Eu mesma acompanhei, quer dizer, ajudei a fazer esse trabalho. Sinto-me feliz de que esteja dando frutos, porque eu fui com os produtores ao Ministério do Trabalho. Acho que isso é muito positivo, porque uma coisa sempre dizia os representantes

da Federação da Agricultura: enquanto vocês ficarem repetindo que não existe trabalho análogo ao trabalho escravo, enquanto baterem nesta tecla, vocês jamais separarão o joio do trigo, porque não podemos dizer que todos os produtores praticam trabalho análogo ao trabalho escravo; seria uma injustiça. Mas também dizer que nenhum pratica é tão injusto quanto dizer que todos praticam. Então considero muito positivo, queria parabenizar, mas também discordar de muitas questões.

Quem está apresentando visão realmente ideológica não somos nós. Quando se fala de baderna... Vamos pensar o seguinte: ser proibida a ocupação de terras tituladas. Quantas terras são tituladas no Pará? A minoria, pessoal. Então muitos proprietários, como já diz José Geraldo, são grileiros. Como é que uma entidade se sente representando e aceitando como sócios criminosos? Porque eles são criminosos. São criminosos, não são? Eles estão agredindo a legislação? Juiz, estou falando alguma coisa que seja... Estou falando sério. Então é criminoso também, são criminosos.

Foi feito no ano passado... O Governo do Estado gastou R\$1 milhão com ações de reintegração de posse. O senhor se lembra, Deputado José Geraldo? Como se sente uma entidade que deu apoio a ações ilegais? Junto com essas ações de reintegração, a Polícia Militar ia de madrugada, sem nenhum documento de reintegração de posse da Justiça, com apoio da Polícia do Governo do Estado do Pará, fazer a expulsão de trabalhadores.

Como é que alguém se sente representando esses bandidos? Eles não são bandidos? Eles não são criminosos? Eles não estão trabalhando contra a lei? Eles não estão trabalhando contra a Constituição, contra a democracia no País?

Quero dizer que nem tudo que o movimento social ou que o MST faz eu assino embaixo também, como já falei diversas vezes. O Deputado Valdir Ganzer sabe disso. Agora, nós temos que entender a conjuntura deste País e entender, por exemplo, a condição em que foi morto um segurança numa troca de tiros em Anapu. Depois que os trabalhadores foram, por diversas vezes, agredidos, não puderam passar em terras que são públicas, deles, de um plano de desenvolvimento sustentável, grilados, ou seja, por pessoas que estão, na verdade, na ilegalidade, mas, porque têm o poder econômico, se sentem donas do poder. E esses trabalhadores, depois de terem sido tão humilhados e agredidos, no dia em que tentaram passar com doentes de malária e não foi deixado, a revolta foi tão grande que, no dia seguinte, foi mais gente, houve um conflito e morreu uma pessoa: um segurança da milícia armada. Milícia particular armada, pelo que sei, nobre Deputado,

também é contra lei. Sr. Juiz, não é verdade? É contra a lei. Então estão praticando ilegalidade.

Estamos listando uma série de ilegalidades que os ditos produtores, grileiros rurais, não só deste Estado, mas de outros também, praticam, e eu queria que as representações sindicais combatessem duramente essas ilegalidades, como eu também o faço, porque não concordo com elas nem com muitas ações exageradas. Algumas delas, eu diria que são explicáveis, dos trabalhadores, porque eles estão, há muitos anos, neste País, sofrendo as consequências da exclusão.

Quero dizer que essa questão de santuário do mundo já nem se discute mais, está tão ultrapassada... Tirem do discurso, porque isso não existe mais em nenhuma concepção; acabou isso. Vamos parar de achar que o zoneamento econômico ecológico – aliás, li nos jornais que até os empresários estão reclamando, porque não foram ouvidos; o Governo Federal também, que precisaria, aliás pela lei, estar junto, não muito, que vai resolver.

Se continuar, Delegado, com todo respeito – quero parabenizá-lo, porque o senhor foi o único órgão do Estado que aqui compareceu – a sua delegacia com tão poucos recursos, tão pequena como o senhor diz, vamos a continuar a ter a situação que em todo lugar a que vamos... O que recebemos de reclamação... A Polícia age contra o pequeno, inclusive até numa ação contra aqueles que se dizem seguidores – eu sou católica, frequento a igreja todo domingo –, mas não seguem, na verdade, o que Deus manda; defender, inclusive, os nossos irmãos, os nossos desprotegidos.

Discordo da visão de que a agricultura é algo absolutamente... que só tem espaço, no mundo, para a agricultura com ultratecnologia. Isso não é verdadeiro; esse é um discurso atrasado. Perdoe-me, eu o respeito muito, concordo com muitas coisas, parabenizo-o, mas é um discurso atrasado. Por quê? Porque no mundo inteiro está se dizendo que não é assim; no mundo inteiro, que é valorizado... Inclusive a Itália tem toda uma região que saiu da pobreza pelo investimento no pequeno produtor. Não só o pequeno produtor rural, mas o pequeno urbano, através de cooperativas; de inserção de tecnologia sim, mas não é inserção de altas tecnologias. Subsidiados sim, altamente subsidiados. E o único governo que está começando fazer o subsídio concreto e real para a agricultura familiar é este. Posso lhe mostrar os números: nós crescemos mais de 40% nos recursos, no primeiro ano de Governo, da safra do Governo Lula para a agricultura familiar, que passou para 5 bilhões e 400 milhões, e os recursos para a agricultura familiar vão ser de 7 bilhões. Vamos multiplicar por quatro a assistência técnica, porque, diferente do Governo do Estado, que há nove anos vem

destruindo a Emater, que era o órgão de assistência técnica deste Estado, nosso Governo está recuperando a assistência técnica. E o Iterpa também, completamente detonado.

Que prioridade é essa que este Governo dá? Eu não entendo. Queimar casa também não é crime?

Se formos por essa questão, vamos ver que quem tem mais crime nas costas, infelizmente, são os produtores grileiros. Agora, eles se escondem por trás de quem? Por trás dos pistoleiros, que não dizem quem são os mandantes. Sabemos o nome de muitos deles. Muitos produtores sérios também sabem quem são os bandidos, quem está na ilegalidade, mas nem por isso denunciam. Eu gostaria de vê-los fazer essas ações também.

Esta CPMI terá muitas coisas importantes a fazer, principalmente propor alterações na legislação para este Estado, fazendo um chamado ao Governo do Estado: não queremos andar na contramão, mas juntos, de mãos dadas com o Governo do Pará.

Estamos dando R\$81 milhões para saneamento. Caro Superintendente da Polícia Federal, apesar da Cosampa estar inadimplente e sem capacidade de endividamento, interferimos para que a Caixa Econômica liberasse R\$81 milhões para saneamento para o Governo do Estado do Pará. São mais recursos do que aqueles liberados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso nos seus últimos quatro anos de mandato, que foram R\$76 milhões. O nosso compromisso não é com o Partido A, B ou C, mas com o povo deste Estado. Por isso há mais recursos para o Pronaf e para a saúde do que houve em 2002, quando o Presidente era do mesmo Partido do Governador. Estamos, em Brasília, defendendo o povo do Pará, independente do Governo.

Gostaria de que o Governo do Estado não cruzasse os braços, mas que agisse junto conosco para combater a violência. Não pode combater a violência apenas investindo R\$1 milhão para expulsar o trabalhador da terra ou para queimar rede de criança. Não. É preciso investir recursos também em assistência técnica, cuidar de estrada vicinal, da segurança do trabalhador, treinar a Polícia Militar e a Polícia Civil para fazer a apuração de crimes contra o trabalhador.

Ouvimos o triste depoimento de um cidadão que, apesar de ter recebido um tiro, foi espancado pela Polícia, chegando o seu corpo a espirrar sangue. Isso é cruel. Não queremos mais isso; depõe contra todos nós. Precisamos encarar o problema e entender que não adianta tentar incriminar os movimentos sociais, pois eles existem exatamente pela omissão de décadas do Governo. Eu cobro do meu Governo, mas não posso cobrar tudo de um Governo que assumiu de-

pois de décadas de destruição de um País. Seria muito querer que resolvessem todos os problemas do País, principalmente nessa área.

Sinceramente, penso que temos soluções, mas é preciso que as pessoas, as instituições, as diversas esferas de poder e também aqueles que representam setores importantes da sociedade encarem esse desafio, façam o trabalho necessário e nos ajudem a fazer com que esse Estado progrida.

Parabenizo o Governo do Estado por assinar o convênio com o BNDES que permitirá a construção de doze casas para famílias rurais. Isso representa uma visão moderna de agricultura para a Amazônia, permite a agregação de valores ao extrativismo, de forma que os nossos jovens, filhos de agricultores, possam estudar de acordo com a realidade desta região, que tem a maior diversidade do planeta, mas muitas vezes parece a Biblioteca de Alexandria, a queimar seus conhecimentos sem que tenhamos acesso a todos eles. Não vamos permitir que eles sejam queimados. Vamos agir. Tenho certeza de que o Governo Federal, agora, mais do que nunca, com os recursos que tem feito, e não é só para assentar, mas para dar condições, assistência técnica para que esses assentados produzam, com condições e com modernidade inclusive.

Quando o Governo teve uma atuação firme para que os nossos bombons de cupuaçu pudessem ser exportados, conseguimos alterar a situação, porque, no Japão, tinham colocado o cupuaçu como marca registrada, e conseguimos reverter essa situação.

Portanto, chamo o nosso Relator para que possamos ouvir os nossos interpelados e dizer que o caminho é esse, para que construamos a paz com produção, porque, neste Estado, tem espaço para o grande produtor, para o médio e muito para o pequeno, só que, para este, não pode ser apenas no meio do mato, a 200 km da estrada, sem condição de infra-estrutura. Coloque-o na beira da estrada para ver como esse pequeno produtor vai produzir cem vezes mais, porque essa é a realidade.

Não estou falando, aqui, à toa, mas do estudo do Dr. Francisco Costa, Doutor do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, que diz que a maior produção da agricultura do Pará não vem do grande produtor rural, mas da agricultura familiar. Portanto, é bastante produtiva; não é problema, é solução.

O SR. PRESIDENTE (Josué Bengtson) – Voltamos a Presidência à Senadora Ana Júlia.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa.) – Passo a palavra à Dr^a Betânia Vinagre. Vamos tentar cinco minutos, como o Deputado João Alfredo está pedindo, para cada um.

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – Rapidamente, Senadora. É uma pena que o Deputado Jamil Murad não esteja mais presente, para que eu possa agradecê-lo pela bondosa verificação da minha juventude, apesar de eu estar há 10 dias de uma cirurgia. Aliás, eu estava até me sentindo bem depauperada, mas estou aqui apenas por acreditar na seriedade desta CPMI e na importância do tema.

Infelizmente, também não posso falar nada sobre o que o Deputado Jamil Murad falou, porque, a despeito da minha juventude, parece que já não a tenha, tanto que fez uma grande confusão entre produtor, trabalhador, proprietário, enfim, não sei do que ele me chamou.

Por último, entendi que ele chamou a minha Federação de federação de assassinos; nem gostaria de comentar a esse respeito.

Quanto às indagações do Deputado e Relator João Alfredo, não tenho, Deputado, nenhuma lista de mortos, como também não atesto a veracidade de lista de Contag, de CPT, porque não sei se são verdadeiras nem sei em que condições aconteceram essas mortes.

Creio que está existindo uma grande confusão entre a função de uma federação, não de proprietários, mas uma federação de produtores, agricultores e pecuaristas; está havendo uma confusão entre a atribuição da federação. Vocês estão nos atribuindo pesquisas, ações que são da Polícia, da Justiça, não são nossas. Não posso lhes falar sobre esses números, porque quem deve tê-los são as delegacias. Enfim, os números dos quais posso falar são os da nossa capacitação no campo, no CENAR, onde houve 8 mil capacitados no passado. Temos um convênio assinado para 50 mil capacitados, jovens e adultos, no Pará. É desses números que posso lhe falar. Quanto a números sobre mortos, realmente não tenho essa confirmação e duvido de quem tenha.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – É aquele convênio da CNA com a Fundação Banco do Brasil, inclusive, não é isso?

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – É, exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Com o Ministério da Educação, que foi feito em 2003, não é?

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – Há esse convênio. E há mais um outro convênio que está sendo proposto ao Governo do Estado, para capacitação de jovens e adultos.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Gostaria de prestar a V. Sª um esclarecimento muito rápido, sem interrompê-la muito.

V. Sª pode solicitar à Ouvidora Agrária Nacional, porque os dados que a Ouvidoria utiliza são de inquérito e de processos. Então, ela não faz nenhum debate ideológico; verifica o inquérito e as circunstâncias. E nos que tenho aqui também, todos eles, inclusive, trazem o nome, a data da morte e a circunstância. Então, há, efetivamente...

Considero estranho – permitam-me – que alguém, no Estado do Pará, independente da posição política e ideológica que tenha, desconheça a violência no campo ou atribua – quero deixar claro – essa violência à Federação dos Agricultores. De maneira alguma. Tanto é que esclareci para um colega seu: não fiz nenhuma atribuição neste sentido. Quero até acreditar que não tenha nada a ver com isso. Até, como eu disse, esses são grileiros, pistoleiros, é outra visão. Ruim é quando a Federação parece assumir a defesa desses.

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – Deputado, nós não temos poder de polícia, mas, obviamente, somos contra violência, assassinatos. E acreditamos que os poderes públicos constituídos devem apurar e punir quem faça isso, quem mate, quem torture, de ambos os lados.

Creio que está havendo uma grande confusão entre Federação da Agricultura e Pecuária e “federação de grileiros”. Nós não defendemos grileiros. E também, Senadora, não denunciemos grileiros – se é que existem –, porque não é a nossa atribuição. Como também noto que os políticos não denunciam os políticos corruptos, seus colegas também.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Nem todos. Eu diria que há muitos que denunciam. Eu sou uma delas.

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – Então, torço e aposto nisto.

Deputado José Geraldo, continuo dizendo que está havendo uma grande confusão entre a nossa Federação e uma federação que protege grileiros. Produtores rurais não são, na sua maioria, grileiros. E a Federação não defende grileiros, pistoleiros e assassinos. Acreditamos – torno a dizer – que os poderes públicos constituídos devem apurar e punir quem os faz.

Quanto ao representante da Fetagri, desculpe-me, eu tive que sair para dar uma entrevista e não vi a sua manifestação, mas soube que você se referiu a mim como uma pessoa com rancor ou raiva dos trabalhadores. Ao contrário, estou aqui – volto a dizer –, apenas a dez dias de uma operação, para lutar por uma reforma agrária tecnicamente possível, para que todos os trabalhadores possam viver no campo.

Nós não somos contra, Senadora, agricultura familiar. Particularmente, acho que a agricultura familiar só é validada ou cooperativada com incentivos do

Governo, com subsídios. Está havendo uma confusão. No meu pronunciamento, eu não me posicionei contra a agricultura familiar. Apenas não nos moldes que está acontecendo. E não esta reforma agrária nos moldes que está acontecendo.

Quanto à sua interpretação de favelização, eu entendi corretamente. Também concordo que a favelização vem do Governo passado, mas não vejo que este Governo esteja fazendo uma reforma agrária melhor, mais competente ou mais ágil.

Muito obrigada pelos parabéns ao nosso trabalho na Federação contra as relações do trabalho. É um longo caminho, e contamos com a ajuda de todos vocês.

Quanto à sua referência a milícias armadas, nós também somos contra elas. Não que entendamos que o proprietário, no seu afã de defender a sua propriedade, não se deixe levar pela sedução de contratar segurança pessoal. Só entendemos que essa segurança tem que vir de firmas especializadas, treinadas, para que possa ser feita mediante todo um critério de cuidados, para que não seja uma segurança leviana.

Quanto a sua afirmação ou consideração sobre o ZEE – Zoneamento Econômico-Ecológico, não sei se vai dar certo. Sei que já houve o apoio e os elogios até da nossa Ministra Marina Silva, mas torço muito para que dê certo.

Gostaria, também, de apresentar apenas uma posição – se eu estiver errada, a senhora me corrija: a Emater, pelo que sei, não começou a ser sucateada neste Governo do Estado, mas sim no Governo Federal de Fernando Collor de Mello.

No mais, encerro as minhas considerações. Não sei se os senhores estão satisfeitos ou se gostariam de fazer mais alguma pergunta.

Agradeço, também, o pronunciamento do Deputado Josué Bengtson.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada, Drª Betânia. Agradeço-lhe, mas queria fazer um esclarecimento.

Há muitos anos lutamos por um zoneamento econômico-ecológico. Acreditamos que seja fundamental para o Estado do Pará.

A SRA. BETÂNIA VINAGRE – Que bom, vamos torcer para que dê certo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Pela ordem, o Dr. José Sales, Superintendente da Polícia Federal.

Foi feita alguma pergunta? Não?

(Intervenção fora do microfone)

O SR. (Não Identificado) – Está atendido o meu apelo?

O SR. (Não Identificado) – Pelo amor de Deus, além de Parlamentar no quarto mandato, três estaduais e um federal, eu não queria pedir a quem quer que seja, quanto mais a uma autoridade policial, nada que não fosse dentro dos parâmetros da lei. Dei-lhe notícia, Sr. Superintendente, do clima de tensão, está certo? E a Polícia Federal não precisa receber uma ordem para fazer uma investigação, ainda mais quando dada por outra autoridade federal; no caso, a minha pessoa.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES – Desculpe-me pelos termos que foram colocados, mas há situações, particularmente em Anapu, que não estão sendo apresentadas publicamente, uma situação de legalidade.

O Juiz Federal de Marabá tinha concedido uma medida, e esse mandado nunca chegou à Polícia Federal para cumprimento. O novo juiz cassou a imissão de posse no Incra naqueles lotes, e o discurso de algumas lideranças ruralistas de Anapu é de que a terra é do Incra, que quer fazer um assentamento.

Tivemos duas reuniões com o Ministério Público, uma até por insistência nossa – o Dr. Felício, infelizmente, não se encontra mais –, em que até insisti na presença das Forças Estaduais de Segurança. E foram o Secretário de Segurança e o Comandante da PM. Fiz ver que muitas das ações, em que estão reclamando providências ali, são da competência do Estado, por quê? Porque fazemos uma coisa pontual. Há limite de atuação da Polícia Federal, em razão da sua competência.

A criminalidade comum, como eles dizem, pisto-lagem, assalto em rodovia, etc., é tudo competência do Estado. Vamos fazer ações pontuais e forçosamente sair da área. Não temos unidades lá. Estamos tentando implantar. Ainda assim não poderíamos substituir o Estado em todas as suas ações.

Então, há uma cobrança, sim, para a Polícia Federal, que vai além das suas atribuições legais.

Temos o comprometimento pessoal e profissional com essas causas, com a justiça social, com a cidadania, mas não podemos passar disso aí. Vamos nos fazer presentes. Repito: segunda-feira estarei lá, para conversar com quem aparecer sobre local para instalar a Polícia Federal. Vou mobilizar todas as nossas unidades, no sentido de disponibilizar gente. Conto com o apoio da Direção-Geral, mas insisto nas nossas limitações legais para atuação na área.

Inclusive, por proposta nossa, enquanto não se define esse aspecto formal de propriedade na área, que se façam assentamentos nas áreas comprovadamente do Incra, sobre as quais não haja litígio.

O PDS, não sei onde está instalado, mas há áreas que estão disponíveis. Então vamos fazer o assentamento. Vamos combater, inclusive por proposta nossa, os crimes ambientais, que, perpetrados em área de particular ou da União, têm que ser coibidos. Por isso, pedi uma ação conjunta dos órgãos. Eu pedi, na reunião com o Ministério Público, para o Incra, Polícia Federal, quem mais puder colaborar, o Ibama; pedi, inclusive, um helicóptero do Ibama para fazer reconhecimento, porque nessas áreas, com estradas terríveis – quem conhece a região sabe disso –, as precipitações pluviométricas cessaram agora, mas, mesmo assim, ainda não dá para movimentar, porque são áreas imensas. Precisariamos de um helicóptero para fazer reconhecimento. Onde houver ação de danos ambientais, podemos atuar, independentemente de ser ou não área de particular, de haver ou não conflito legal. Esta é a nossa posição. Estamos disponíveis, temos até pressa, temos um planejamento para apoiar o Incra, para cumprir o mandato judicial.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Julia Carepa) – O representante da Fetagri tinha feito alguma pergunta? (Pausa) Não.

Dr. Sales, as ações que estavam programadas eram realmente conjuntas com o Incra e com o Ibama. Quando elas iam ser implementadas – os lotes já estavam reconhecidos inclusive pela Justiça –, houve aquelas greves. A Emater é um órgão estadual, e não federal. A Embrapa é um órgão federal. Assim, a Emater é um órgão do Governo do Estado, não é, Deputada Sandra Batista? Isso é normal, porque às vezes há tantas siglas que nós também nos confundimos.

Quero agradecer-lhe por ter vindo, apesar do seu problema de saúde. Desejo-lhe uma boa recuperação.

Devido ao adiantado da hora, queria fazer um agradecimento especial, mais uma vez, à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, na pessoa do seu Presidente e da sua Mesa Diretora, que nos permitiu fazer esta audiência aqui.

Quero também agradecer os Deputados e Deputadas que estiveram presentes e que valorizaram, com certeza, a atuação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Agradeço os nossos convidados por terem atendido ao nosso convite.

Perguntaria se foi feita alguma pergunta ao Delegado.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Se ele tivesse respostas acerca do desaparecimento de inquéritos, isso seria importante.

Fiz a pergunta sobre o desaparecimento dos inquéritos, sobre as ordens de prisão que não estão sendo cumpridas...

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Deputado João Alfredo, V. Exª mencionou uma lista de vinte e sete sindicalistas mortos e propôs me oferecer essa lista. Como não sei quem são eles, eu gostaria que ela me fosse fornecida.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Não, eu falei de uma lista de mandados de prisão não cumpridos, de pessoas que estão foragidas. Falei dos mortos muito mais em função da intervenção da representante do Sindicato dos Produtores Rurais.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Há uma relação de vinte e nove prisões decretadas?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim, de foragidos da Justiça.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Eu diria que só a delegacia que fez a greve tem mais de cinquenta pedidos de prisão – não sei quais são – em diversos processos. Fora aqueles processos no interior do Estado, feitos pelas polícias locais.

Com relação à denúncia da Polícia Civil, que foi detectada no interior, durante a passagem dos senhores por Marabá e Altamira, devo fazer um relatório da minha vinda até aqui e vou encaminhar ao Delegado-Geral, que deverá dar seguimento, para tentar identificar onde ocorreu. Para isso, com certeza, deverá expedir algum ofício para a Comissão, para que seja informado onde e quando foram feitas as denúncias.

Com relação aos três inquéritos na cidade de Rondon, no Pará, também comunicarei ao Delegado-Geral e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil. Também farei esse pedido diretamente à delegacia, para informar e municiar de dados a nossa, mas, independentemente disso, será comunicado ao Delegado-Geral e ao Corregedor-Geral da Polícia Civil, para que adotem as providências e confirmem ou não esse desaparecimento. Vou tentar localizá-los.

Com relação à Fazenda Peruano, levarei a sua mensagem ao Sr. Delegado-Geral, que, com certeza, terá uma audiência com o Secretário e com o Governador posteriormente.

Foi mencionada aqui a situação de uma reintegração na Fazenda Bom Recreio, onde teria ocorrido queima de pertences pessoais dos invasores.

Ainda não tenho confirmação, mas o colega que estava me acompanhando teria mencionado que essa ação não era autorizada pelo Comando-Geral da Polícia Militar. Isso também será mencionado em relatório para posterior averiguação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – O senhor poderia mandar esse relatório para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por gentileza?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Inclusive, quando falei dos 27 sindicalistas, porque pensei que o Deputado teria falado, é porque queria exatamente examinar, confrontar com os meus assentamentos e prestar essa informação formalmente, para que me fosse fornecido o endereço.

O senhor mencionou a questão da reintegração de posse, que sugeria ao Governo do Estado que adotasse procedimentos semelhantes aos da Polícia de Alagoas.

Apenas presto a informação de que, no Estado do Pará, o Governo criou uma Comissão Mista de Conflitos Agrários, de mediação de conflitos agrários, e que, antes de qualquer providência, antes de qualquer ação policial militar, antes de qualquer ação investigatória propriamente dita, essa Comissão funciona para tentar mediar a questão. Ela é constituída pelo representante da Segup, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, sociedade organizada, OAB, Defensoria Pública e outras que não lembro no momento, e até entidades representativas de trabalhadores e proprietários rurais, Ouvidoria Agrária. Temos também uma Ouvidoria Agrária Estadual.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Então, num caso como esse que foi denunciado pelo representante da Fetagri, essa Comissão não foi ouvida.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Com certeza, não posso afirmar.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – E no caso, por exemplo, da Fazenda Peruano, também essa Comissão agiria.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Ela já esteve lá. Inclusive eu estava viajando para Tucumã, na semana passada e, no retorno, encontrei, no Aeroporto de Marabá, os integrantes da Comissão, quando conversei com o representante do Ministério Público e com o Dr. Otávio; mencionaram que tinham ido lá no hotel local, tentar mediar a reintegração, que estava nesse impasse. Os trabalhadores precisavam de mais tempo, e o proprietário já achava que o tempo já estava muito elástico. Estavam nesse impasse, no sentido de que fosse decidido um tempo maior; ou decidir a questão de reintegrar ou aguardar mais tempo.

Quer dizer, existe essa Comissão, talvez não nos moldes de Alagoas, mas ela funciona, trabalha preventivamente e tem, com a sua atividade, evitado, realmente, muitos conflitos, muitos combates, muitos embates entre proprietários e trabalhadores.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Só queria pedir para o senhor mandar à CPMI o diploma legal,

o decreto, o que seja, que criou essa Comissão, que é importante, porque vamos fazer o estudo de todas essas experiências estaduais, até para socializar com os outros estados. Eu não sabia que existia essa Comissão de Mediação aqui no Pará, estou sabendo neste momento, e gostaria muito de que o formato dessa Comissão constasse do meu relatório, ao final da CPMI.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Quando ela foi criada?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Eu não tenho a data certa, mas já participei de reuniões. Em 2001 já existia; eu não sei a data certa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Obrigada.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA NEVES – Gostaria só de receber o endereço para onde deve ser remetido qualquer material a ser produzido.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Quero agradecer, mais uma vez, o Dr. Jorge Antonio Ramos Vieira, Juiz do Trabalho; o Dr. Felício Pontes, do Ministério Público Federal; o Dr. José Alcântara Neves, Delegado da Divisão de Conflitos Agrários; a Dr^a Socorro Gomes, Delegada do Trabalho do Pará; a Dr^a Betânia Vinagre, representante da Federação de Agricultura; o Dr. José Ferreira Sales, Superintendente da Polícia Federal, e o Manoel, representante da Fetagri – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que aqui vieram com muita disposição, para que pudéssemos ouvi-los.

Com certeza, o objetivo desta CPMI é que se apresentem soluções, políticas públicas, mudanças necessárias para que se possa ter a melhor produção, com paz no campo, no nosso País.

Dou por encerrada esta reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, que tem como objetivo realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Obrigada.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM

**SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA
E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS
PARA SUA SOLUÇÃO.”**

Ata da 15ª Reunião, realizada em 1 de junho de 2004.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dez horas e dez minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Sibá Machado, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti e Ana Júlia e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Jamil Murad, Ronaldo Caiado e Heleno Silva, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. Presentes também os Deputados Eduardo Sciarra e João Grandão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a Exposição do Senhor Dr. Miguel Rossetto, Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo para fazer um Relato sucinto da Viagem da CPMI ao Estado do Pará. Após, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias solicitou ao Ministro que o INCRA agilize os procedimentos para apresentar relatório conclusivo sobre a titulação da Fazenda Peruana, em Eldorado dos Carajás, a fim de evitar uma nova tragédia na região. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Ministro Rossetto para dar início a sua exposição e, após ao Relator para fazer aos seus questionamentos. A Presidência também fez vários questionamentos ao Ministro Rossetto. O Senhor Ministro solicitou do Presidente Senador Álvaro Dias que lhe encaminhasse comprovação de denúncias sobre a cobrança de propinas por funcionários públicos no processo de desapropriação da fazenda da Araupel, localizada em Quedas do Iguaçu, no Oeste do Paraná. Pela ordem de inscrição, fizeram uso da palavra em

Bloco de 3 os seguintes Parlamentares Deputado Zé Geraldo, Deputado Jamil Murad, Senador Siba Machado, Deputado Luiz Carlos Heinze, Senadora Ana Júlia, Luiz Carlos Heinze, Abelardo Lupion, Ronaldo Caiado, Deputado João Grandão e o Deputado Eduardo Sciarra. Foram aprovados os seguintes Requerimentos: Req. nº 074, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo a convocação do Senhor Sérgio Luiz Almeida Maneschy, Presidente do Instituto de Terra do Para (ITERPA) e do Sr. Ivanildo Ferreira Alves, Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará; Req. nº 075, de autoria da Senadora Ana Júlia, requerendo a convocação dos Senhores Laudelino Délio Fernandes Neto, Dani Gutzait, Sargento J. Antônio (51º Batalhão de Infantaria de Selva), Marco Oliveira, Regivaldo Pereira Galvão (conhecido como Taradão) e Marquinho Felíssimo Lélío Silva, fazendeiros da região de Anapú, acusados de invasão de terras e de promoverem a violência na região; Req. nº 076, de autoria do Senador Siba Machado requerendo seja convocado o Prefeito de Unai/MG, o Sr. José Braz da Silva, dono da Fazenda Boa Esperança, em Canaã dos Carajás/PA, que foi condenado a pagar indenização de R\$ 280 mil por manter na propriedade dez trabalhadores em condição análogo à escravidão; Req. nº 077, de autoria do Senador Siba Machado e outros, requerendo seja convocado o Senhor Reginaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, para prestar informações a respeito de problemas agrário na região de Anapu/PA. Ao final, a Presidência concede a palavra ao Senhor Ministro para suas considerações finais, colocando a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário à disposição da Comissão. A Presidência agradece a presença do Dr. Miguel Rossetto pela contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Ouviremos hoje o Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que já se encontra presente aqui. Agradecemos a sua presença, Sr. Ministro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, com o pronunciamento do Ministro Miguel Rossetto, pedimos ao Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que faça um relato sucinto da visita desta Comissão ao Pará e das pro-

vidências propostas por esta Comissão que se fazem necessárias neste momento.

A presença do Ministro Miguel Rossetto é oportuna, em função do que pretende esta Comissão, diante do que constatou especialmente nas regiões de Anapu, Eldorado dos Carajás, Marabá e Altamira, onde estivemos na última semana. Há uma preocupação que se justifica, porque há indícios de que estamos na antevéspera de uma eventual tragédia, que pode ser evitada. Há indícios de que a violência pode se exacerbar naquela região se não forem adotadas providências urgentes. O que esta Comissão verificou na localidade deve alertar as autoridades para que não se repita a tragédia ocorrida, há oito anos, em Eldorado do Carajás.

Repito que as providências são urgentes e devem ter origem nos Poderes Executivo e Judiciário, já que a impunidade tem prevalecido e tem institucionalizado a desordem e a violência.

Vamos passar a palavra ao Relator da Comissão, Deputado João Alfredo, para que faça, sucintamente, um relato do que identificamos na região e das providências sugeridas pela Comissão neste momento.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; Sr^{as} e Srs. Parlamentares e demais autoridades; senhoras e senhores aqui presentes, talvez nenhuma outra atividade da CPMI tenha nos marcado tanto quanto a visita ao Estado do Pará. Foram apenas dois dias, mas, nesses dois dias, pudemos constatar, por visitas, depoimentos e documentos, a gravidade de uma situação histórica que envolve o problema da grilagem de terra, da violência, do trabalho escravo e, eu diria, mais do que isso, da ausência do Estado naquela região que permite um alto grau de impunidade.

Os dados da CPT mostram que, de 1971 a 2003, foram mortos 759 camponeses no Pará. O Deputado José Geraldo, daquele Estado, dizia que esses dados podem até ser imprecisos, porque ele mesmo constatou a existência de cemitérios clandestinos em algumas grandes propriedades daquela região.

Desses, pelo menos 23 foram sindicalistas, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Portanto, o Estado do Pará tem um índice de 40% das mortes na luta pela terra em nosso País.

Sabe-se que 52% das denúncias relativas a trabalho escravo estão ligadas ao Estado do Pará, grande parte delas envolvendo madeireiras e empresas na área de pecuária. E é uma situação de impunidade que faz com que até inquéritos desapareçam misteriosamente dos fóruns, como aconteceu na cidade de Rondon

do Pará. A impunidade faz com que 29 mandados de prisão não tenham sido cumpridos e com que esses criminosos até hoje estejam foragidos, segundo dados que nos foram encaminhados.

Sr. Presidente, V. Ex^a se lembra bem, pois teve uma atuação importante, de que estivemos no acampamento no Município de Eldorado dos Carajás, na fazenda Peruana, onde 1,1 mil famílias podem ser a qualquer momento despejadas por força de reintegração de posse. Aquelas famílias e o Ministério Público não foram ouvidos pelo Judiciário local, numa área em que se suspeita que possa ocorrer também a grilagem de terra, já que, de dez mil hectares aproximadamente daquela fazenda, só se constatou a existência de titulação em quatro mil hectares. Isso ocorre em Eldorado dos Carajás, próximo a Marabá.

A situação mais candente, que merece uma interferência mais forte do poder do Estado Federal, deu-se na região de Altamira, bem conhecida pelo Deputado José Geraldo. Ali posseiros que procuraram a CPMI para denunciar conflitos com grileiros daquela região, numa área em que o Incra tenta instalar projetos de desenvolvimento sustentável, logo após a saída da Comissão, foram visitados por capangas armados. Inclusive, tenho em minhas mãos a queixa encaminhada à delegacia de Anapu, em que a esposa de um desses posseiros relatou que quatro homens, três dos quais encapuzados, portando duas armas longas, procuraram justamente por esse trabalhador que havia se dirigido a Altamira para fazer a denúncia do conflito que ocorre naquela região.

A Irmã Doroty, missionária da Igreja Católica, e o Dr. Aderbal, advogado da Comissão Pastoral da Terra, já foram ouvidos em Altamira, mas não podem ser ouvidos formalmente pela CPMI. Estamos intermediando – já tomei essa atitude, Sr. Presidente, e creio que V. Ex^a haveria de concordar – uma audiência tanto com o Ministério da Justiça quanto com o Ministro Secretário de Direitos Humanos para relatar essa situação, no sentido de pedir uma interferência de uma força tarefa federal, coordenada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, para dar um basta à violência naquela região.

Evidentemente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra, poderá contribuir muito com relação a esse problema, resolvendo a situação fundiária. É verdade que há aspectos judiciais. O advogado acompanha essa questão, porque há ordens que validam e ordens que revogam a permissão dada ao Incra para fazer aqueles assentamentos em áreas que são ocupadas por grileiros de terra numa região extremamente conflituosa.

Penso que há necessidade dessa interferência, Sr. Presidente, até porque, na audiência que tivemos na capital, Belém do Pará, não compareceu o representante do Instituto de Terras, que poderia ter dado uma contribuição grande, já que, no caso a que me referia, o de Eldorado de Carajás, é preciso haver uma parceria entre o Incra e o Instituto de Terras justamente para o levantamento fundiário daquela propriedade.

Das autoridades estaduais convidadas, compareceu apenas o representante da Secretaria de Segurança Pública, razão por que entendo haver essa necessidade de uma ação federal mais forte, mais incisiva, no Estado do Pará.

Evidentemente, devemos oficializar ao Tribunal de Justiça, questionando o desaparecimento dos processos no fórum de Rondon no Pará; oficializar ao próprio Instituto de Terras, para nos dar o quadro da situação fundiária local; e tratar do problema principal, que inclusive foi representado naquela audiência de Marabá pela viúva do trabalhador Dezinho, a sindicalista Mariel Joel, que teve seu marido assassinado e também se encontra, ela própria, ameaçada de morte.

Esse é o breve relato que faço a V. Ex^a, aos demais Pares e ao nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, sugerindo esses encaminhamentos, para que, pelo menos nesta semana, aproveitando a presença da Irmã Doroty e do advogado da Comissão da Pastoral da Terra, possamos nos dirigir ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos ao Relator, Deputado João Alfredo. Vamos aguardar a definição de data e horário para a realização das audiências. Os Srs. Parlamentares estão, desde já, convidados a comparecer.

Aproveitando a presença do Ministro, eu acrescentaria às palavras do Relator João Alfredo uma solicitação que creio deve ser dirigida especialmente ao Ministro Miguel Rossetto. Nas intermediações propostas pela CPMI no Pará, junto ao Governo do Estado, sobretudo, para evitar a hipótese de uma tragédia em Eldorado dos Carajás, houve, da parte do Governador, a preocupação com a lentidão dos procedimentos do Incra, na realização da vistoria daquela área. Então, a nossa solicitação ao Ministro é no sentido de que se determine a agilização dos procedimentos, para que o quanto antes o Incra possa oferecer relatório conclusivo com a exata definição dos procedimentos que devem ser adotados em função da ocupação daquela área, já que há uma discussão em torno de produtividade e também de legalidade de documentação.

É possível até que parte da área possa ser disponibilizada, para que o Governo, desapropriando-a ou não – não se trata de terra passível de desapropriação, por já ser propriedade do próprio Governo –, possa, pela área disponível, resolver a situação daquela ocupação, evitando, portanto, a tragédia.

O Governador Simão Jatene declarou a sua disposição de colaborar, de aguardar e de negociar, na tentativa de evitar a conflagração. Certamente, a agilização dos procedimentos do Incra é da maior importância para que essa situação possa ser resolvida da melhor forma possível.

Srs. Parlamentares, creio que é hora de ouvirmos o Ministro Miguel Rossetto, que certamente tem muito a nos dizer, especialmente a partir do relato do Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão.

V. Ex^a dispõe do tempo que desejar, evidentemente contribuindo com a sua capacidade de síntese, para que possamos, depois, quem sabe, sanar as dúvidas, oferecendo oportunidade aos Srs. Parlamentares para as indagações.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Bom dia aos representantes da CPMI! Dirijo uma saudação muito respeitosa ao Senador Alvaro Dias, Presidente da CPMI; ao Relator, Deputado João Alfredo; às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores; aos Srs. Parlamentares aqui presentes; às Lideranças que nos acompanham; aos assessores e aos profissionais da imprensa que aqui estão.

Sr. Presidente, desde já, gostaria de, a exemplo do que fiz publicamente, quando da instalação desta CPMI, cumprimentar a iniciativa do Congresso Nacional de encontrar um espaço como este para dedicar-se às questões fundiárias do nosso País. Digo isso na condição de Parlamentar que fui, como Deputado Federal. Tenho a certeza de que, em todos os momentos em que o Congresso Nacional encontra espaço para dedicar-se de forma mais aprofundada a temas específicos, a grandes temas como esse, as contribuições são enormes para o País, no sentido de avançarmos numa qualificação institucional e de criarmos as melhores condições para o nosso País, de fato, enfrentar algumas questões seculares que acompanham a história do nosso País de forma singular.

Portanto, Sr. Presidente, neste espaço, faço esse registro – e já o fiz publicamente. Do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o início foi assim, e renovo toda a abertura e todos os espaços, no sentido de colaborar com esse trabalho tão qualificado que V. Ex^{as} vêm desenvolvendo.

Quero fazer também uma referência muito rápida, Sr. Presidente. Seguramente, a minha intervenção inicial pretende ser curta, para que possamos, nos questionamentos, nas reflexões comuns, aproximarmos-nos mais das inquietudes e dos temas em debate neste espaço.

Obviamente, a minha intervenção se concentrará no trabalho que estamos fazendo em relação a uma estratégia de desenvolvimento rural do Presidente Lula, do nosso Governo. O tema central nessa estratégia serão os informes sobre o trabalho referente ao Plano Nacional de Reforma Agrária e o desempenho e a execução desse programa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, como é do conhecimento de V. Ex^{as}, temos a responsabilidade institucional de apoiar a agricultura familiar no nosso País. Vamos rapidamente desenvolver alguns temas que organizam essa estratégia de desenvolvimento rural para aqueles setores que estão na terra, que dispõem de terra e que devem exigir um apoio para que possamos qualificar cada vez mais o espaço rural.

Digo isso, Sr. Presidente, porque os temas fundiários do nosso País são mais largos do que o que normalmente debatemos ou acompanhamos com base em uma agenda de acesso à terra, conhecida como Programa de Reforma Agrária.

O nosso País, infelizmente, ainda não conseguiu resolver alguns problemas fundiários que nos acompanham. É uma determinação do Presidente Lula e do nosso Governo no sentido de avançarmos em algumas dessas áreas e criarmos as melhores condições para efetivamente resolvermos esses temas.

Faço referência, por exemplo, àquilo que há cem anos o País vem trabalhando, que é a demarcação das terras indígenas. Há cem anos o País se dedica a isso e não concluiu o trabalho de demarcação definitiva dos territórios das populações indígenas, o que é um direito constitucional desses povos.

O nosso País ainda não conseguiu responder ao mandamento constitucional previsto no art. 68, que estabelece o direito das populações afrodescendentes, os quilombolas, de titulação e demarcação das áreas conhecidas como quilombos, no nosso País. Essa é uma exigência constitucional, definida pelos nossos constituintes, a qual estamos neste momento buscando agilizar.

Faço isso como referência de temas que envolvem as questões fundiárias no País para além dos temas que conhecemos e de que vamos tratar neste momento, que envolvem o direito de acesso à terra frente a uma estrutura fundiária que conhecemos como Programa de Reforma Agrária.

Por fim, Sr. Presidente, obviamente não encerrando o tema das questões fundiárias, que são muitas – e vamos debatê-las –, faço uma referência a um esforço importante do Governo quanto a um tema que, por via de regra, não guarda uma dimensão nacional, não dispõe de uma dimensão nacional, como ocorre com esses temas fundiários a que fiz referência, mas que tem provocado, em várias regiões do nosso País, problemas muito grandes. O Governo Federal, a partir da coordenação do Ministro José Dirceu, busca equacionar essa questão positivamente. Faço referência aos que muitos conhecem como os atingidos por barragens. São trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras, que historicamente foram retirados de suas áreas devido ao alagamento de terras provocado pela construção de grandes barragens.

Para que os senhores tenham idéia, o levantamento que estamos concluindo dá conta hoje da necessidade de localização de áreas para assentamento de mais de dez mil famílias que, ao longo da história, foram desalojadas e que não conseguiram encontrar uma equação positiva, seja por indenização, seja pela realocação produtiva.

Estamos buscando um equacionamento institucional de tal forma que, para além da exigência dos impactos ambientais nessas obras, o País disponha também de institutos, de normas que qualifiquem os impactos sociais desses empreendimentos, para que possamos interromper esse processo que, em várias regiões do nosso País, tem provocado um padrão de conflito fundiário importante.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que isso faz parte da dedicação e do conhecimento de todos os senhores, mas faço essa referência para ilustrar um desafio deste País, desafio que é do Governo Federal, que assume integralmente todas as suas responsabilidades, e também de todas as instituições republicanas e de todas as instituições da Federação.

Durante esse debate, tenho certeza de que iremos avançar naquilo que imagino, muitas vezes, o nosso debate perde foco. Este País é uma Federação, dispõe de instituições que têm responsabilidades claras do ponto de vista estadual e federal. Vamos seguramente percorrer esse debate durante a nossa exposição.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, a reforma agrária é um dos programas prioritários para o Governo do Presidente Lula. Um país como o nosso, que dispõe de terras ociosas, de terras improdutivas, em que milhares de cidadãos e cidadãs buscam trabalho no meio rural, tem uma grande oportunidade histórica. Poucos países dispõem da oportunidade que o nosso País dispõe por não terem resolvido e enfrentado esse tema. O Brasil, a exemplo de outros países,

dispõe de uma grande oportunidade de ocupar positivamente o seu território e de, com essa equação, contribuir de forma muito importante na geração de trabalho, de emprego, no desenvolvimento regional e na ampliação de produção de alimentos.

Essa é a diretriz fundamental que atualiza esse programa para o nosso Governo, dá um sentido de prioridade e obviamente guarda urgência na capacidade de operação e produção dessa reforma atual, contemporânea e urgente para o nosso País.

Sr. Presidente, a referência fundamental que estamos trabalhando guarda metas, diretrizes, objetivos, que estão registrados no Plano Nacional de Reforma Agrária, definidos em novembro de 2003. A partir de amplo debate com a sociedade brasileira e com organizações que historicamente lutam pela reforma agrária, buscamos atualizar aqueles dois grandes estatutos que, de alguma forma, deram organicidade a essa agenda no País. Faço referência ao Estatuto da Terra e ao primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, construído em 1985. Obviamente procuramos resgatar a grande experiência da sociedade brasileira, a partir desses dois grandes instrumentos que guardaram e ofereceram organicidade nesta agenda para o País.

O segundo Plano Nacional da Reforma Agrária, apresentado e definido em novembro de 2003, estabelece, portanto, conceitos, diretrizes e metas absolutamente claros, que estão orientando o trabalho do MDA, do Incra e do Governo, na medida em que estendemos que um programa dessa dimensão tem responsabilidade institucional. Para obter êxito, o programa deve ser compreendido – e assim o é para este Governo – como um programa do Governo. Vamos esclarecer isso e informar sobre esses temas durante a nossa intervenção.

A idéia fundamental, portanto, é compreender o movimento reformador, assegurando o acesso à terra, democratizando o acesso à terra. O movimento se constitui de espaços reformados, de espaços com qualidade de vida, com qualidade produtiva e com qualidade ambiental e social. Essa é a diretriz fundamental. As áreas devem estar integradas econômica e socialmente aos seus diversos territórios, às diversas comunidades. Portanto, é uma estratégia de desenvolvimento nesses níveis que se integra às regiões, às suas comunidades, e que constitui um instrumento de desenvolvimento territorial.

Quais são as metas que assumimos em novembro de 2003? Há as metas quantitativas do ponto de vista do acesso à terra. O programa organizador da reforma agrária estabelece a meta de que, nesses quatro anos de mandato do Presidente Lula, 400 mil famílias devem ter o direito assegurado de acesso à

terra. Cento e trinta mil famílias serão beneficiadas por um instrumento complementar à reforma agrária, conhecido como crédito fundiário, que permite acessar a terra ou ampliar o estoque de terras disponíveis a essas famílias, terras essas não passíveis de desapropriação. São pequenas e médias propriedades ou propriedades produtivas que não sejam passíveis de serem obtidas por um instrumento de desapropriação. Obviamente, aqui permanece atual a obtenção ou a disponibilidade de áreas públicas federais e estaduais para programas de assentamentos de reforma agrária.

Especialmente na Região Norte do País, já estamos trabalhando com assentamentos que procuram guardar essas características. Já estamos implantando o que chamamos de assentamentos florestais. São assentamentos que buscam, por meio da tecnologia existente, do reconhecimento da riqueza florestal em várias áreas do nosso País, desenvolver atividades produtivas sustentáveis a partir dessa referência. Já estamos em fase de implantação de duas experiências no Estado do Acre e queremos expandir esse modelo para outras regiões.

Quanto à recuperação da capacidade produtiva e à viabilidade econômica dos atuais assentamentos, é de conhecimento da sociedade brasileira e das Sras e dos Srs. Parlamentares que há muito trabalho a ser feito no sentido de recuperar essas áreas. Há áreas de assentamentos com graves problemas de infraestrutura, de acompanhamento, de assistência. Apesar dos esforços enormes das comunidades, dos assentados, temos um grande desafio pela frente para criar condições de implementar nessas áreas o padrão de qualidade produtiva desejável. Quando falamos em padrão de qualidade produtiva, estamos obviamente falando não só de capacidade de produção e de auto-subsistência, mas também de capacidade de produção de excedentes. Portanto, para nós, essas áreas reformadas, os nossos assentamentos, devem ter capacidade de produção de renda monetária, de excedentes que viabilizem o padrão de renda para os nossos assentados.

Uma das diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária é darmos consequência à legislação aprovada há dois anos, que apontava para a necessidade de modernização cadastral do País. Todos os senhores sabem que o cadastro de terras é um cadastro declaratório. Infelizmente, ao longo dos últimos anos, o País vem convivendo com situações cartoriais não adequadas a situações fáticas em relação a nossa estrutura fundiária.

Estamos iniciando um trabalho de georeferenciamento dos imóveis rurais do nosso País. Temos uma meta positivamente audaciosa de regularizarmos num

primeiro momento – e vamos falar sobre isso – 2,2 milhões de imóveis rurais, todos eles georeferenciados. A legislação já obriga que as transações imobiliárias sejam feitas – e há uma exigência para os cartórios – por meio de imóveis georeferenciados.

Qual é o dado, Sr. Presidente? E paro por aqui quanto a esse tema, que é estratégico para o nosso País. Se somarmos todas as informações de que dispomos no cadastro do Incra, que é o grande cadastro dos imóveis rurais, se somarmos as áreas cadastradas dos Institutos de Terras estaduais, as áreas urbanas, os rios, as estradas, as ferrovias, os lagos, toda a parcela do território brasileiro de alguma forma formalizada, dos 850 milhões de hectares de que dispõe o território nacional, vamos encontrar 650 milhões de hectares de alguma forma formalizados, identificados formalmente em algum cadastro. Portanto, estamos falando de algo em torno de 200 milhões de hectares neste País que não guardam identificação por nenhuma instituição do Estado brasileiro. É evidente que um País como o nosso não tem o direito de entrar no século XXI ou de continuar no século XXI sem se assenhorear integralmente do seu território.

O objetivo do programa de cadastro georeferenciado é exatamente o de permitir que o País disponha de um padrão de informação que possa colaborar para uma estabilidade jurídica das estruturas dos imóveis rurais do nosso País, criando, portanto, uma ferramenta estratégica para assegurar a estabilidade jurídica nos nossos imóveis e a constituição de políticas públicas adequadas a essa realidade.

Com esse objetivo, com esse instrumento, temos como meta reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas e também avançar muito no reconhecimento e na titulação das chamadas áreas dos posseiros – são áreas de posse, que guardam grande instabilidade em relação ao seu domínio e que, por conta dessa situação de instabilidade, têm sido espaço de importantes conflitos fundiários. Os dados de que dispomos dão conta de mais de 1,2 milhão de posseiros no nosso País, que, de diversas formas, ocupam tradicionalmente essas áreas que não guardam uma estabilidade jurídica importante.

Há o desafio de trabalharmos de uma forma cada vez mais articulada com o Ministério da Justiça e com a Funai, o que significa a criação de condições nessa política de assentamento para os públicos da reforma agrária que são desentrosados a partir da demarcação de áreas indígenas. Portanto, são populações não-indígenas que são retiradas dessas áreas e devem dispor do direito de acesso à terra. Portanto, já estamos operando esse trabalho integrado com outros órgãos do

Governo e queremos com isso eliminar um padrão de conflito importante em relação a esses dois temas.

Também há a idéia de promoção da igualdade de gênero na reforma agrária. Esse é um dos temas importantes que faz parte de uma agenda histórica das mulheres trabalhadoras rurais. Faço aqui uma referência muito rápida. Todos os senhores e senhoras conhecem e estão lembrados de um dispositivo constitucional que assegurava a titulação e a posse em qualquer condição conjunta entre o assentado e a mulher assentada.

Sr. Presidente, faço isso porque responde a uma expectativa histórica. Já no ano passado, por determinação do Ministério, a Presidência do Incra formaliza toda a titulação e o uso das áreas da reforma agrária, o que é feito de forma conjunta entre homens e mulheres. Isso nos parece positivo. Pintar um pouco a nossa reforma agrária de lilás também ajuda a construir um espaço de igualdade em todos os níveis em nosso País.

Sr. Presidente, a exemplo de titulação, faço uma referência rápida aqui que dá conta de que, quando não conseguimos construir espaços integrais de cidadania, também os conflitos sociais criam um ambiente nem sempre desejado.

De acordo com dados de que dispomos, 41 mil mulheres assentadas não dispõem de documentos, de nenhum tipo de documento. De forma integrada com vários órgãos do Governo Federal e dos Governos estaduais, estamos trabalhando numa ampla campanha de documentação das trabalhadoras rurais. O IBGE dá conta de nove milhões de trabalhadores rurais que não dispõem de documentação, o que significa que eles não têm acesso a um conjunto de políticas públicas, a direitos econômicos e sociais fundamentais. Portanto, estamos trabalhando já nessa perspectiva.

Por fim, trato de dois temas que compõem essas diretrizes e que traduzem esses conceitos com que estamos trabalhando para a reforma agrária e para o desenvolvimento rural. A idéia de garantia de assistência técnica, extensão rural, capacitação, crédito, políticas de comercialização para as famílias assentadas, esse é um desafio fundamental. Vamos fazer referência, logo em seguida, à forma como estamos trabalhando nesse item.

Não é razoável, mais do que nunca, trabalharmos com o conceito de que uma reforma agrária deve se limitar a uma idéia de acesso à terra. Se V. Ex^{as} me permitem fazer uma simplificação, devo dizer que uma verdadeira reforma agrária se inicia a partir do acesso à terra, mas se consolida com políticas públicas adequadas e com uma estratégia de desenvolvimento. Esses temas são fundamentais para nós.

Por fim, há a idéia de universalizar o direito à educação, à cultura e à saúde nesses espaços. Com essas diretrizes e metas claras, com esses objetivos definidos, estamos trabalhando, portanto, desde o ano passado, no sentido de realizar esse programa.

O que estamos fazendo e o que fizemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares? Em 2003, assentamos 37 mil famílias. Todos nós sabemos que convivemos com um ano extremamente difícil. O Incra teve uma capacidade de execução muito positiva; 95% dos orçamentos disponíveis para obtenção de terra foram executados. Portanto, esse é um padrão de execução acima da média histórica, o que revela um esforço e uma dedicação importantes. Para 2004, estamos trabalhando para assegurar o assentamento de 115 mil famílias, conforme estabelecido no Plano Nacional de Reforma Agrária.

De janeiro a 20 de maio deste ano, 29.317 mil novas famílias já acessaram a terra ou a estão acessando, com dois critérios claros. Dessas, 16.407 famílias já dispõem daquilo que para nós é um indicador de acesso à terra, que é a relação de beneficiários homologada. O indicador do Incra identifica as famílias e a área em que elas serão assentadas. O cidadão passa a ser, portanto, formalmente de um sem-terra para um assentado. E já há projetos de assentamentos concluídos que garantem acesso a 12.910 mil famílias, que estão em processo de assentamento, com área já assegurada. Não foi possível processar isso ainda basicamente por conta da greve dos funcionários do Incra. A nossa expectativa é a de que, num prazo muito curto, possamos imediatamente criar as condições para o retorno pleno ao trabalho.

Faço essa referência, porque isso faz parte de um direito constitucional, mas é óbvio que todos esses números trazem um custo para a instituição.

Há um mês praticamente, os servidores do Incra estão em greve, e é claro que isso cria problemas em relação à nossa capacidade de trabalho. E, há dois meses e meio, os Procuradores estavam em greve, o que também cria uma limitação, um retardamento importante na nossa capacidade de execução.

Sr. Presidente, hoje, estamos trabalhando com um estoque, em todos os níveis do Incra, de 2,9 milhões de hectares. São várias etapas de processo, de avaliação, de vistoria, em todas as nossas estruturas regionais. Esse estoque de trabalho existente dá conta de um potencial de assentamento de 134.847 famílias.

O que queremos informar a esta Comissão com esses números é que é um ritmo forte de trabalho, havendo uma mudança clara em relação ao ritmo de trabalho de 2003. Estamos seguros. E, na medida em que possamos, num prazo muito curto, recuperar a

nossa capacidade de trabalho, queremos cumprir integralmente todas as metas físicas de assentamento estabelecidas pelo Presidente Lula.

Como referência às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares, nesse ritmo, nesse primeiro quadrimestre, já emitimos 123 imóveis para desapropriação, totalizando 335.819 hectares. Isso representa um índice quase três vezes superior ao produzido ano passado. Portanto, é um ritmo intensificado de avaliação, de vistorias e de desapropriação em todo o nosso País.

V. Ex^a fez referência à solicitação do Governador. Sr. Presidente, durante o debate, seguramente vamos falar sobre a relação de responsabilidade entre os Institutos de Terra estaduais, o Incra e as estruturas do Governo Federal, o que é correto.

Historicamente, trabalhamos com prazos muito alargados, do ponto de vista administrativo, desde o início de um programa de vistoria, a criação de um projeto de assentamento até a instalação dessas famílias. Para que os senhores tenham uma idéia, em 2003, o tempo médio entre o início de um processo de vistoria e a constituição de um projeto de assentamento e a sua instalação era de 504 dias, com todas as etapas administrativas desse procedimento. Já em 2004, no final de 2003, com as normas alteradas do ponto de vista administrativo, garantindo qualidade e eficiência, mas agilizando o processo formal interno, reduzimos os prazos e já estamos trabalhando com médias de 166 dias entre as cinco etapas administrativas do processo. Isso significa um esforço de redução dos prazos, quando não há obviamente interrupção alguma por determinação judicial de processos dessa natureza. Portanto, é um esforço importante de agilização que já estamos promovendo.

As execuções orçamentárias, na nossa opinião, estão rigorosamente adequadas. Dispomos de recursos orçamentários para o cumprimento das nossas metas, e há, é claro, uma necessidade de suplementação orçamentária para assegurarmos as metas anuais.

Sr. Presidente, foi encaminhado para a apreciação do Congresso Nacional um projeto de suplementação orçamentária. Esse projeto foi encaminhado pelo Governo Federal. Para os programas de reforma agrária, estamos solicitando ao Poder Executivo a liberação de mais R\$435 milhões. Reforço que isso é muito importante para que possamos sustentar velocidade, ritmo e qualidade nesse processo. A par da análise qualificada por parte dos Srs. Congressistas do projeto de suplementação orçamentária, temos o maior interesse na aprovação e na garantia desses recursos, para que possamos sustentar um ritmo forte com o nosso programa.

Esses recursos que estão no projeto de suplementação orçamentária compõem a primeira parcela de uma suplementação prevista de mais R\$800 milhões para a aquisição de terras para este ano, de um total de uma suplementação de R\$1,7 bilhão.

Sr. Presidente, em relação ao apoio aos assentados, aos créditos para os assentados, fiz rapidamente uma referência que procura demonstrar o ritmo de obtenção de terras, o que, prioritariamente, é organizado a partir da capacidade de vistoria. Estamos trabalhando fortemente e avaliamos positivamente a arrecadação de terras, terras da União e terras de Estados. Cito dois exemplos: estamos neste momento num esforço importante com o Governo do Estado do Pará para a cessão de áreas estaduais para projetos de reforma agrária e também com o Governo do Estado do Piauí, que dispõe de terras devolutas. Estamos buscando o repasse de áreas estaduais, para trabalharmos juntos com programas de assentamento.

Por fim, também nessa direção de um trabalho conjunto com Governos estaduais, já existe um convênio de trabalho estabelecido pelo Governo do Estado de São Paulo, de tal forma que o Governo Federal apóia um processo de recuperação de áreas públicas – faço referência exclusivamente às áreas do Pontal de Paranapanema. O Estado de São Paulo está num processo de áreas públicas, como é do conhecimento de V. Ex^{as}. E aí estamos repassando recursos da ordem de R\$29 milhões, para acelerarmos o processo de obtenção de terras.

V. Ex^{as} sabem que o Governo Federal está impedido legalmente de trabalhar sobre as áreas do Pontal de Paranapanema, porque todas aquelas áreas têm a sua cadeia dominial, sua estrutura de domínio, em questionamento judicial. Mas há da nossa parte um esforço enorme de colaboração.

No ano de 2003, daquilo que trabalhamos como referência de 500 mil famílias assentadas, nos diversos processos de assentamentos, 192.430 famílias tiveram acesso aos diversos programas de financiamento do Governo Federal. A previsão para 2004 é que 303 mil famílias possam dispor de um padrão de financiamento produtivo dos diversos programas do Governo Federal. Ou seja, 192.430 famílias acessaram, em 2003, os diversos créditos, as diversas formas de fomento para a produção dos assentamentos. E estamos trabalhando para que, em 2004, 303.569 famílias possam acessar esses recursos produtivos para as suas áreas, o que é um incremento muito importante em todas as linhas de financiamento do Governo Federal.

Neste momento, em 2004, 230.750 famílias estão com cobertura de assistência técnica permanente. São mais de 2.240 técnicos que estão trabalhando nos

assentamentos nas diversas formas de que dispomos de apoio e de financiamento.

Sr. Presidente, há um dado histórico importante para a experiência da reforma agrária do País: com esses recursos previstos no projeto de suplementação orçamentária, iremos, neste ano, a partir de julho, assegurando a aprovação desses recursos, universalizar a assistência técnica nos assentamentos da reforma agrária. Todos os assentamentos da reforma agrária deste País irão dispor de assistência técnica e extensão rural em caráter permanente, o que será um marco histórico de respeito a esses trabalhadores e trabalhadoras e, ao mesmo tempo, o primeiro grande instrumento que iremos universalizar, com o grande esforço do Governo Federal, de tal forma a iniciarmos um outro ciclo produtivo de qualidade nos nossos assentamentos.

Vou tratar de mais dois temas e encerro, Sr. Presidente.

Uma grande preocupação que todos nós expomos – e faz parte de uma agenda de debates históricos no País – é a qualificação da escolarização dos nossos assentados. Há um programa iniciado em 1999, chamado Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que busca articular um conjunto de instituições públicas para assegurar o processo de escolarização dos assentados da reforma agrária.

No ano passado, 60 mil assentados e assentadas passaram por algum programa de escolarização, de alfabetização, de ensino de jovens e adultos, de ensino médio e de todos os níveis técnicos. E os recursos já assegurados no Orçamento e que triplicamos do ano passado para este ano permitem que 110 mil assentados e assentadas passem por programas de escolarização, o que é muito importante para nós.

Por fim, em relação à reforma agrária, Sr. Presidente, a avaliação que construímos, no ano passado, a partir do diagnóstico produzido, dá conta de que um dos grandes instrumentos que garantem ou não o sucesso desse empreendimento tem como base a condição de partida desse assentamento, exatamente no momento em que essas famílias acessam a terra e organizam o seu processo de produção, de habitação, de ocupação positiva desse território.

Sr. Presidente, já estamos trabalhando com uma ampliação importante de recursos que busca qualificar esse início de um programa de assentamento. Faço duas referências ao que chamamos de créditos de instalação. Portanto, é o primeiro recurso público que vai organizar esse assentamento. Para que os senhores tenham uma idéia, o volume de crédito para habitação era de R\$3 mil. Trabalhamos a partir de médias nacionais, e era muito difícil criarmos uma

habitação com padrão básico de dignidade e de saneamento com R\$3 mil, mesmo em regime de mutirão e outras coisas. Estamos trabalhando com R\$5 mil, o que para o Orçamento que envolve de 115 mil famílias é um recurso muito importante. Houve a elevação de R\$3 mil para R\$5 mil para a construção da habitação e a elevação dos recursos para a assistência técnica, para a organização do Plano de Desenvolvimento de Assentamento, de R\$200,00 para R\$600,00. É um esforço, Sr. Presidente, para que, na largada, no início, haja um apoio, um acompanhamento bastante mais qualificado.

A nossa experiência é a de que, se conseguimos construir um processo positivo na largada, estimulando uma produção cooperativada, uma produção adequada ao bioma, com uma tecnologia apropriada, vinculada economicamente ao mercado de compras, todos esses instrumentos asseguram sucesso para esse empreendimento.

E criamos duas condições importantes. Primeiro, há uma destinação de R\$1 mil para os assentamentos da região do semi-árido, quando não há capacidade de saneamento ou de oferta de água, para a produção de cisternas. Em segundo lugar, há algo muito importante. Quando assumimos, não dispúnhamos de nenhum assentamento com licenciamento ambiental. Assumimos um compromisso com o Ministério Público Federal e com o Ministério do Meio Ambiente. Estamos trabalhando em cima de um termo de ajustamento de conduta para marcarmos um ambiente sustentável em todos os nossos assentamentos. Já temos recursos da ordem de R\$1 mil por família para manejo sustentável, recuperação de reservas legais, o que é um trabalho importante que estamos produzindo. Já estamos operando.

Esses são os temas fundamentais que vêm organizando o nosso trabalho e que procuram revelar o esforço que estamos fazendo no sentido de assegurar todas as metas e os conceitos previstos no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Acreditamos, com isso, estarmos colaborando com esse programa, que tem dimensão para o nosso País e que guarda essa prioridade tão importante, como um programa de inclusão social, mas que não é um programa de assistência social, Sr. Presidente. O Programa de Reforma Agrária para o nosso Governo é um programa de desenvolvimento econômico sustentável, é um programa gerador de renda. E, portanto, todo ele é pensado nessa perspectiva.

Há duas palavras, Sr. Presidente, que me parecem importantes, porque organizam uma agenda rural, de desenvolvimento rural. A história tem mostrado um padrão ou não de conflito fundiário, mas tenho a cer-

teza de que esta Comissão comunga do conceito de que devemos tratar não só do conflito fundiário, mas da qualidade fundiária do nosso País, da qualidade da vida rural no nosso País.

Portanto, falamos aqui da estratégia de obtenção da terra, de acesso à terra. Vou fazer três referências sobre o esforço de assegurar qualidade de renda e de vida para os 15 milhões de trabalhadores, homens e mulheres, agricultores familiares, extrativistas, pescadores, que estão na terra trabalhando e que devem ter o apoio necessário para nela permanecerem, caso queiram ali continuar trabalhando.

Fiz referência ao programa de regularização fundiária, que é muito importante para dar estabilidade jurídica, e faço duas ou três referências aos principais programas de apoio que estamos desenvolvendo para uma agricultura que corresponde a 84% dos estabelecimentos rurais do País, que é a agricultura familiar, a pequena agricultura. São 4,1 milhões de estabelecimentos no País, e 70% do trabalho gerado no campo vem dessa estrutura fundiária, que produz muito – quase 40% do valor bruto da produção agropecuária do País vem dessa estrutura fundiária. Grande parte dos produtos que alimentam o povo brasileiro vem dessa estrutura: a mandioca, o feijão, os suínos, o milho, o leite.

Então, passo às referências. Temos um grande programa chamado Pronaf – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, que é o programa que organiza o acesso ao crédito diferenciado para essa estrutura fundiária e que cria, portanto, Sr. Presidente, mais estabilidade e qualidade nessa estrutura fundiária, impedindo o êxodo rural.

Estamos encerrando – vou falar rapidamente aqui e peco pela simplificação, mas tenho sensibilidade quanto ao tempo, Sr. Presidente – o ano agrícola de 2003/2004 em 31 de junho de 2004. Estamos muito entusiasmados com o trabalho desenvolvido nesse período. Encerramos, no ano passado, com R\$2,2 bilhões executados. Já executamos – e os dados que tenho são de 10 de maio; portanto, não são dados atualizados – R\$4,5 bilhões. Nesse primeiro ano, o trabalho foi executado por bancos oficiais, Estados, instituições de assistência técnica, movimentos sociais, sindicatos, cooperativas. Mais do que dobramos os recursos, que, efetivamente, foram destinados ao estímulo da produção e à qualificação das propriedades dos agricultores familiares, portanto qualificando essa estrutura fundiária e distendendo-a, pois, à medida que geram renda, geram qualidade de vida.

Nesse primeiro ano agrícola, incorporamos a esse sistema mais de 450 mil famílias de agricultores e agricultoras que nunca, na sua vida, tiveram acesso

a um crédito produtivo. São 4.958 Municípios do País atendidos por esse programa de crédito.

Sr. Presidente, qual é a perspectiva para o próximo ano agrícola de 2004/2005? O Presidente Lula já autorizou – e, neste momento, estamos concluindo as negociações com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento – o volume total de recursos de R\$7 bilhões. Portanto, dos R\$5,4 bilhões liberados para este ano, estamos indo para R\$7 bilhões para investimento nessa estrutura fundiária. Pretendemos, com isso, ampliarmos em mais 400 mil novos agricultores, o que permitiria que 1,8 milhões de agricultores acessassem esse programa.

Quero fazer uma última referência em relação a isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. O grande desafio que tínhamos no ano passado era o de nacionalizarmos o Pronaf, criando condições para que um programa que dispõe de uma forte marca sulista continuasse tendo obviamente essa marca – e expandimos esse programa no Sul –, mas pudesse crescer muito mais no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste. Quero dizer aos Srs. Parlamentares que tivemos um sucesso muito importante, porque praticamente duplicamos ou triplicamos o acesso desse crédito para essas regiões, o que é um dado muito positivo. E queremos continuar trabalhando.

Para que os senhores tenham uma idéia, só no Pronaf B, que é o microcrédito rural – o Governo duplicou o que era um recurso da ordem de R\$500,00 por tomador para R\$1 mil –, já investimos quase R\$193,3 milhões em um ano, o que representa mais do que tudo o que foi investido nos últimos quatro anos. Estamos falando aqui do setor mais empobrecido do campo brasileiro.

Abrimos, obviamente, programas de seguro, como a Garantia-Safra, na região do semi-árido. Estamos trabalhando nessa perspectiva.

O Congresso teve um papel fundamental nesse desempenho quando aprovou a Lei da Renegociação das Dívidas, permitindo que milhares e milhares de agricultores pudessem renegociar suas dívidas e permanecer no sistema de crédito. O Congresso teve um papel fundamental quando aprovou a legislação que permitiu o Programa de Compras Diretas da Agricultura Familiar, um instrumento poderoso, estimulador de produção em nosso País.

Enfim, encerro, Sr. Presidente, dizendo que esse é todo o esforço que estamos fazendo em busca de criar as melhores condições para a afirmação de uma estratégia de desenvolvimento rural. E tanto mais avançamos nessa estratégia, que temos certeza de que reduzimos o padrão de conflito.

Evidentemente, todos que comungamos da mesma opinião sabemos que é inaceitável numa sociedade democrática um padrão de violência. Sabemos que há um padrão de conflito que, muitas vezes, é a expressão de um ambiente democrático – são conflitos reais e objetivos da sociedade –, mas sabemos o limite entre esse padrão de manifestação de conflitos com um ambiente de violência, que não queremos e não aceitamos. Estamos seguros de que, na medida em que avançamos nesses programas, na medida em que o Estado brasileiro, a República brasileira se qualifica com a presença de suas instituições, de seus órgãos de segurança, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e Federal, vamos criando um ambiente de afirmação não só no mundo rural brasileiro, mas em todo o País, um ambiente de paz, com justiça e dignidade para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço ao Ministro Miguel Rossetto.

Vamos iniciar as indagações por meio do Relator da CPMI, o Deputado João Alfredo, que está com a palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, queria fazer primeiro uma indagação de ordem geral, que serviria para essa nossa Relatoria como uma apresentação de sugestões. Evidentemente, a participação num debate como este de um Ministro que está na máquina administrativa, que está lidando no dia-a-dia com a questão agrária, é muito importante.

E aí vai a minha primeira pergunta: quais são os entraves que encontra nesse processo de execução? O que poderia sugerir ao Congresso Nacional, em termos de mudança na nossa legislação, para tornar mais ágil e mais justo o procedimento da reforma agrária?

Sabemos que administrativamente já houve uma redução, mas eu perguntaria, de uma forma mais geral, se a legislação em vigor – V. Exª já foi Parlamentar e pode nos ajudar muito nesta Relatoria – é algo que facilita ou dificulta a reforma agrária. Como vê também dentro desse processo o próprio Poder Judiciário?

A segunda questão, também de ordem geral – é um debate que tem acontecido e que para nós é importante –, diz respeito à relação da reforma agrária com a agricultura familiar e o agronegócio. Há uma complementação? Como tem sido essa relação das áreas de assentamento? Como têm trabalhado? Sabemos que o Ministério de Desenvolvimento Agrário também está vinculado à questão da agricultura familiar. V. Exª, evidentemente, fez um apanhado geral, mas essa relação para nós é importante, para que possamos compreender como o Governo tem trabalhado isso.

Quanto à questão da participação dos Estados, V. Ex^a falou sobre os convênios realizados com os Estados do Pará, do Piauí e de São Paulo com relação à reestruturação fundiária, à reordenação fundiária. No entanto, temos observado a questão da infra-estrutura. Quando fomos ao Pará – o Presidente, os Deputados Jamil Murad e José Geraldo, a Senadora Ana Júlia, que já saiu, e o Senador Sibá Machado –, estivemos num assentamento em que há pouco tempo tinha sido construído uma estrada. Mas há uma queixa geral do problema da infra-estrutura de estradas e de eletrificação, principalmente.

Tem havia um trabalho com os Governos dos Estados nessa questão da infra-estrutura dos assentamentos? Principalmente na Região Norte, há queixa de que existem assentamentos que ficam a 20, 50, 100 quilômetros da estrada. O Deputado Bengston, que é do Pará, diz que alguns ficam a 200 quilômetros da estrada. É importante conhecermos como isso se encontra.

Uma pergunta mais específica diz respeito ao reassentamento dos povos não índios. Como isso está sendo trabalhado com a Funai? Falo especificamente da reserva Raposa/Serra do Sol.

Eram esses os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se o Ministro concordar em anotar as indagações para responder em bloco, para uma questão de...

Creio que o Ministro pode responder primeiramente ao Relator. Depois, poderá responder às demais indagações em bloco de três Parlamentares, com cinco minutos para cada um deles.

Concedo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto para responder ao Relator.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – São quatro temas. Faço um esforço para ser o mais objetivo possível, dentro das minhas limitações, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Em relação à normativa, a posição do Governo é a de não tomar iniciativa ou reconhecer um grande marco normativo, que é a Constituição de 1988, regras que não são impeditivas do nosso programa de reforma agrária.

Estamos buscando um aperfeiçoamento institucional por meio de normas administrativas. É muito provável que haja algumas alterações legislativas que busquem criar melhores condições de agilização de alguns procedimentos para a aquisição de terras. Dou um exemplo, Sr. Deputado. Todos os senhores conhecem o chamado Decreto nº 433, que vem do Governo do Presidente Itamar e que foi normatizado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse decreto permite a aquisição de terras num ambiente

de acordo com o proprietário, o que acreditamos ser positivo. Mas a normatização do Decreto nº 433, na nossa opinião, é extremamente formalista e burocrática, quando normatiza emissão de TDAs para áreas superiores a 3 mil, 5 mil, 15 mil hectares. Muitas vezes, por conta dessa normatização excessiva, impede-se que o processo de aquisição de terra num ambiente amigável. O Governo está debatendo, por exemplo, o aperfeiçoamento disso, mas não há nenhuma proposta de alteração substancial neste momento em relação a regras, a normatizações quanto ao programa de reforma agrária. Essa é a nossa opinião, com muita clareza.

Em relação à reforma agrária, à política de obtenção de terras, não há a previsão, por parte do Governo, de alterações substanciais em relação normativa.

Quanto à violência no campo, na nossa opinião há uma prioridade, a par de vários outros temas que podemos falar. Pensamos que a Câmara Federal, na medida em que o Senado já ocupou um papel histórico importante para o País, está diante de uma possibilidade de redução da violência, com a aprovação da emenda constitucional que busca criar um mecanismo que iniba, de fato, o trabalho escravo. Isso é muito importante na nossa avaliação para inibir um ambiente de violência.

Temos duas limitações orçamentárias, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que são conhecidas dos senhores. O Governo vem fazendo um esforço no sentido de ampliação de recursos para acelerarmos esse programa. Temos uma garantia do Presidente Lula de recursos para execução de todo PNRA, mas, obviamente, os Governos enfrentam limitações. Nesse caso, temos a garantia por parte do Presidente Lula e a sensibilidade por parte do Congresso Nacional quanto à liberação de recursos, para que possamos, já em 2004, acelerar esse programa.

E o segundo limite de que dispomos, que estamos procurando superar, Deputado João Alfredo, é a qualificação do Incra, a capacidade operacional desse órgão. Realizamos no domingo passado um concurso. Já temos assegurada a contratação de mais 360 profissionais e já estamos debatendo com o Governo Federal a ampliação do número de trabalhadores para o Incra, portanto superando uma limitação operacional em relação a esse tema. Achamos que com isso viabilizamos um ritmo com qualidade no nosso trabalho. Evidentemente, aqui há uma série de convênios de cooperação com os Estados, com órgãos federais, de tal forma a suprir esse tema orçamentário e também o tema da capacidade operacional.

Portanto, o nosso orçamento de conjunto para a reforma agrária é superior ao orçamento do Incra e do MDA.

Em relação à estratégia de desenvolvimento rural e à relação daquilo que é chamado de agronegócio com a agricultura familiar e com os assentados, temos uma posição clara de governo: temos um enorme espaço para a convivência, para a relação econômica ou produtiva de todas as estruturas produtivas no campo brasileiro, e as experiências têm sido positivas. Digo daquilo que se chama de agronegócio, porque não concordo com a identificação de agronegócio com o padrão de estrutura de empreendimento rural que emprega o regime assalariado. Por que digo isso? Porque a agricultura familiar e os nossos assentamentos têm uma visão empreendedora também, fazem negócios. Não é correto, do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista da realidade produtiva, segmentar a agricultura, de tal forma que um determinado padrão produza negócios ou excedente e o outro não os produza. Isso não corresponde a uma realidade produtiva do País. A agricultura familiar produz muito e faz negócios, se negócios entrarem em mercado. Organizam-se em cooperativas e em associações e produzem renda, da mesma forma que os nossos assentamentos.

O que estamos buscando é um reequilíbrio de apoio da estrutura estatal. Todo movimento que estamos fazendo é no sentido de reconhecer a necessidade de ampliação de apoio a um setor que historicamente teve menor atenção dos Governos. Por isso, a expansão do crédito é tão importante para a agricultura familiar e os assentamentos.

Neste momento, estamos discutindo uma estrutura mais qualificada, um arranjo produtivo melhor nos nossos assentamentos; apoio à organização de cooperativas de crédito e de produção; apoio à agregação de tecnologia, a um enorme espaço para a produção de tecnologias voltadas para essa estrutura fundiária, não só tecnologias produtivas diretas, mas tecnologias, por exemplo, em relação à mecanização, à capacidade de produção de instrumentos de mecanização da agricultura familiar adequadas a essa estrutura. É um enorme trabalho que vem sendo desenvolvido no sentido de sustentar e apoiar esse modelo. A Embrapa tem feito um trabalho fantástico, na nossa opinião, pois, ao mesmo tempo que segue com suas linhas tradicionais, abre um braço junto com universidades e com outras instituições para avançar na pesquisa agroecológica e num conjunto de outras pesquisas importantes.

Portanto, Deputado, a nossa referência de trabalho é voltar o conjunto de instrumentos de apoio – crédito, assistência técnica, pesquisa, tecnologia apropriada, mecanização – a essa estrutura, de tal forma que o País não disponha de uma estrutura que objetivamente estimule um padrão de concentração de renda e de concentração fundiária, que, sob nosso

ponto de vista, não é necessariamente positiva para um país. O País deve e pode combinar apoio a todos os setores, mas deve buscar um equilíbrio positivo e produtivo no acesso ao seu território.

Temos construído uma relação positiva com todos os Estados, com os Governos estaduais, de várias formas, com a qualificação e a recuperação de responsabilidade do Governo Federal, com assistência técnica, por meio da Emater, das estruturas estaduais de assistência e/ou estruturas de pesquisa. Reiniciamos o repasse de recursos para essas instituições e recuperamos o Programa Nacional de Assistência Técnica. Há convênios com cessão de terras – como fiz referência aqui –, há convênios com a cedência de técnicos para apoiar programas de reforma agrária. Cito o exemplo do Governo da Bahia, com o qual temos um convênio de cessão de técnicos e engenheiros, que trabalham com o Incra. Há convênio com o Governo de Pernambuco e com vários Estados no sentido de cessão de profissionais e de investimentos em assistência técnica em vários níveis. É uma relação que tem sido muito positiva e crescente.

Há integração com outros órgãos do Governo Federal, e faço referência a três programas recentes.

Em áreas de infra-estrutura, especialmente em relação a estradas, há uma demanda enorme não só na Região Norte. Quando falamos em infra-estrutura, estamos falando em estrada, energia elétrica, habitação e saneamento. Temos avançado mais nas estradas. Os Estados dispõem também de limitações orçamentárias. Estamos buscando uma nova relação com as prefeituras e com as cidades agrárias que dispõem de assentamentos.

Faço três referências objetivas aqui. A primeira é que estamos trabalhando e que há uma segurança muito grande numa mudança de padrão no fornecimento de energia elétrica a partir do programa do Governo Federal “Luz Para Todos”. Já há execução em vários assentamentos, e há expectativa de uma cobertura grande até 2006 de eletrificação rural, por meio do programa “Luz Para Todos”, o que é muito positivo.

Concluimos com o Ministério da Saúde, com o Ministro Humberto Costa, um programa de atendimento à saúde rural, o qual já está em operação. Portanto, já há uma definição normativa. Todos os assentamentos vão dispor do Programa Saúde da Família, com 50% de recurso a maior que o programa normal.

E o que é importante – os Prefeitos dos nossos Municípios e os Srs. Parlamentares que convivem com essa questão sabem disso – é que todos os programas de transferência voluntária que têm como referência **per capita**, como, por exemplo, piso de atendimento básico... Na medida em que o Incra constitui o assenta-

mento, criamos um sistema em que, automaticamente, a alteração populacional e demográfica do Município é reconhecida pelo Ministério da Saúde, e o repasse, no mês subsequente à instalação do assentamento, dá-se por meio desse reconhecimento de alteração demográfica, o que, na nossa opinião, é muito importante para criar esse ambiente melhor de integração.

A quarta pergunta era referente à reserva Raposa/Serra do Sol.

Recentemente, firmamos uma portaria – mais do que um convênio, como exemplo – com o Ministério da Defesa no sentido de aproveitar a capacidade instalada do Exército Brasileiro, por meio dos seus Batalhões de Engenharia, que têm qualificação e que conhecem o nosso território, para a execução de estradas. Para que os senhores tenham uma idéia, a demanda existente no sul do Pará é de qualificação de 13 mil quilômetros de estradas. Se expandirmos para Mato Grosso, Acre e Maranhão, será necessário um volume impressionante de recursos para atendermos a essa demanda.

Estamos ampliando os nossos recursos, buscando a redução de custos, de tal forma que possamos, obviamente, nesse período de Governo, avançar em relação a isso. Não é uma tarefa fácil. É uma tarefa muito difícil diante da demanda que recebemos, mas estamos trabalhando nessa perspectiva.

Quanto à reserva Raposa/Serra do Sol, estamos aguardando uma definição do Presidente Lula. Todo o trabalho de responsabilidade do Incra em relação ao reassentamento das famílias não-índias está concluído. Temos condições de reassentar essas famílias. Em relação a Roraima, estamos, mais do que isso, trabalhando no sentido de ceder parte das áreas federais para o Estado.

Mas, Deputado João Alfredo, em relações a eventuais óbices para uma definição do Presidente Lula de demarcação integral da área indígena Raposa/ Serra do Sol, por conta da necessidade de reassentamento das famílias, eu lhe informo que o Incra e o MDA ofereceram alternativas a todos esses temas. Todos esses temas estão equacionados para uma eventual decisão do Presidente Lula frente a uma demarcação integral do território indígena Raposa/Serra do Sol.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu gostaria de complementar as indagações do nosso Relator, Deputado João Alfredo, com um documento oficial do Tribunal de Contas da União, que realizou a auditoria e faz algumas recomendações. Eu gostaria de ouvir o Ministro a respeito.

A primeira delas dá conta de que o Incra tem-se centrado apenas nas áreas improdutivas para desapropriação, dispensando outras alternativas de obtenção de terra para efeito de assentamento. E o TCU consi-

dera isso uma omissão que eleva o custo da reforma agrária, impõe um ônus adicional ao programa de reforma agrária no País. E é dito que é preciso verificar a responsabilidade de tudo isso, alegando que cabe, inclusive, responsabilização dessa omissão que acarreta um ônus adicional ao erário.

Cita, por exemplo, que 14 imóveis rurais da União disponíveis para reforma agrária não foram utilizados. Pelo menos o Incra, até junho de 2003, não havia se manifestado quanto a oferta de 14 imóveis rurais da União disponíveis para a reforma agrária, indicando por isso a não utilização das alternativas legalmente disponíveis. Esse é o exemplo que a auditoria cita.

Há outra questão: observa que o Incra, nas desapropriações, não tem realizado o prévio estudo de viabilidade econômica, conforme determina a legislação. Não há, portanto, estudo de viabilidade econômica para a desapropriação. E, com isso, o TCU conclui que o Incra não está atento ao princípio da eficiência a que se submetem os órgãos públicos.

Em relação a questão da viabilidade, eu destacaria a desapropriação de uma área, no Estado do Paraná, da empresa Araupel S. A. Houve denúncia de superavaliação da área, uma área que custaria à União cerca de R\$142 milhões. Houve denúncia de cobrança de propina, inclusive com a existência de uma fita gravada, que fala exatamente de uma ação desonesta, de um conluio que promoveu a elevação dos preços dessa área. E há que se considerar, inclusive, que parte significativa da área é destinada à preservação ambiental. Esse fato também não teria sido considerado na desapropriação efetuada pelo Incra.

De outro lado, os procedimentos foram interrompidos em função da denúncia, não houve conclusão desse processo, e há uma ação ordinária de indenização da parte da Empresa Araupel, em que se fala de prejuízos da ordem R\$1,790 milhão devido à impossibilidade de plantio na safra de verão de 1999, 2000 e 2001 e também de um prejuízo de R\$140 mil, relativo à perda de produtividade da terra, causada pelo cultivo por parte dos invasores.

Portanto, Sr. Ministro, essa é uma questão ainda emperrada, não solucionada, e gostaríamos de ouvi-lo a respeito.

Depois, iniciaremos as indagações dos Srs. Parlamentares.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sr. Presidente, o relatório do Tribunal de Contas da União basicamente analisa as contas e os procedimentos do Governo passado, mas aborda alguns temas da gestão de 2003. É um relatório que analisa o ano de 2002. Quero dizer que ali temos um grande documento. Penso que todos aqueles que tenham disposição de fazer uma

leitura atenta do relatório do Tribunal de Contas, relativo basicamente ao ano de 2002, vão encontrar um excelente documento.

Sr. Presidente, na semana passada, estive conversando com o Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Valdir Campelo, e com sua equipe e quero lhe informar que várias das recomendações produzidas pelo Tribunal de Contas já estão incorporadas aos procedimentos do Incra, e, obviamente, há um conjunto de outras sugestões que estão em processo de análise para incorporação normativa no Incra.

Quero, primeiro, fazer este registro: quanto ao ano de 2002, foi um excelente trabalho o do Tribunal de Contas.

Em relação às áreas da União, Sr. Presidente, o Ministério Público Federal tem trabalhado com essa tese, na nossa opinião, corretamente. No Estado do Mato Grosso, temos a expectativa – e há um conjunto de demandas judiciais motivadas pelo Incra – de recuperação de áreas da União, de áreas federais. Qual é o tema? Não achamos que há contradição, primeiro, de legalidade, de economicidade, entre os dois movimentos que o Incra vem fazendo. Por um lado, estamos buscando recuperação de áreas federais que estão griladas, ocupadas indevidamente, que obviamente obedecem a todo o rito normativo judicial, e, ao mesmo tempo, desempenhamos a nossa atividade prevista em lei, que é a missão institucional do Incra, de obtenção de terras por instrumentos legais.

Portanto, a observação é correta, ou seja, é uma obrigação nossa, como de resto do Ministério Público Federal e de todas as instituições, preservar o patrimônio público. Estamos fazendo e, ao mesmo tempo, estamos desenvolvendo essas iniciativas.

Por que faço essas referências, Sr. Presidente? Porque não é realizável imaginarmos uma situação em que, antes da definição por parte do Poder Judiciário de todos os processos de arrecadação de terra federal, ficássemos imobilizados no nosso trabalho. Não é razoável essa tese, na minha opinião. Não é razoável imaginarmos que, antes de uma definição federal de todos os processos de arrecadação de terras federais e/ou estaduais, o Incra fique absolutamente paralisado.

Assim, entendemos correto, entendemos como missão nossa trabalharmos fortemente na recuperação de áreas. Obviamente, temos uma relação muito positiva com o Poder Judiciário, mas há um desafio institucional. E temos dialogado com os Srs. Ministros, com Desembargadores, no sentido de avançarmos na agilização, de criarmos condições para que o Poder Judiciário possa, efetivamente, responder com a agili-

dade necessária – e sei que essa é a posição dos Srs. Juízes e dos Srs. Desembargadores.

Cito o exemplo do Pará. Sr. Presidente, em Altamira, a chamada fazenda Curuá envolve 4,7 milhões de hectares. Há uma ação declaratória de nulidade da titulação que está parada desde 1996. Estamos falando de uma área de 4,7 milhões de hectares.

Obviamente, seria indevido da minha parte fazer crítica ao Poder Judiciário. Inclusive, reconhecemos esforços importantes, mas é evidente que essa morosidade cria situações pouco confortáveis. Estamos dialogando fortemente com os Presidentes de Tribunais e com Ministros, e há uma avaliação muito positiva do empenho manifesto, da dedicação em agilização desses processos, de tal forma que aqui possamos avançar.

Com relação ao segundo tema, faço esta referência: estamos trabalhando e não consideramos razoável a tese de que paralisemos o Incra, seus instrumentos legais de obtenção de terra e a sua missão, até que os processos de recuperação de área federal sejam resolvidos. Estamos trabalhando de forma muito dedicada com a nossa Procuradoria do Ministério Público Federal para agilizarmos esses procedimentos.

Em relação ao tema da chamada área Araupel, quero, primeiramente, fazer um registro público. Sr. Presidente, frente a gravidade da sua observação, quero dizer que desconheço os dados referentes a propinas. Solicito formalmente à Presidência da CPMI que me apresente esses dados. Quero recebê-los da Presidência, porque...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Remeterei ao Ministro a cópia da gravação em que há o relato da propina.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Ótimo. Eu os desconheço. Quero recebê-los formalmente do Sr. Presidente e tomarei todas as providências necessárias frente a essa informação que V. Ex^a está me passando pela primeira vez. Posto isso,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Parece-me que esse assunto já é público.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu o desconheço. É a primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Parece que já houve uma denúncia e que a imprensa do Paraná registrou o fato.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Conheço informações e vou falar sobre elas. Falarei sobre todos os temas a que V. Ex^a fez referência ao mérito. Em relação à propina, eu a desconheço. E quero solicitar mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Ex^a desconhecia o fato, Sr. Ministro. A partir de hoje, V. Ex^a o conhece. Vamos aguardar as providências.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Exatamente. Pela primeira vez, passo a conhecer. Solicito formalmente que V. Exª me repasse, por favor, todas as informações, para que possamos tomar providências cabíveis e rigorosas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu o farei.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Em relação à área da Araupel, do que se trata? Estamos falando de uma área de 25 mil hectares, na região de Quedas de Iguaçu, no Paraná. Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é uma área de conflito importante no Estado do Paraná. Há três, quatro ou cinco anos, iniciou-se um processo de ocupação daquela área. São 1,5 mil famílias ocupando aquela área, em uma situação de conflito social importante. Nós herdamos essa situação. O fato é que fomos procurados pelos proprietários, que se dispunham – e ainda se dispõem – a repassar essa área para um programa de assentamento, dentro do espaço legal de aquisição de áreas, por meio do mecanismo do quatro, três, três.

Iniciamos, no ano passado, estudo de viabilização econômica para essa área. Obviamente aqueles que conhecem essa região sabem da excelência de produção daquela área. O estudo tem como base três variáveis fundamentais: a primeira delas é a cadeia dominial, estudo padrão das áreas; a segunda é o preço da terra nua, o valor da terra; e a terceira é o valor das benfeitorias que estão sobre essa terra. Esse é um procedimento ordinário, permanente, que compõe a estrutura do que a Constituição exige, que é o preço justo, a justa remuneração, entendida pelos Tribunais como preço de mercado.

Essa área, por todas as suas características, com suas áreas de preservação ambiental – lindeiros a essa área há dois outros assentamentos importantes com problemas ambientais –, permite-nos compor uma estratégia regional muito positiva, em nossa opinião. Por quê? Porque frente a possibilidade de obtenção dessa área não só estaríamos resolvendo um conflito social importante, mas também garantindo viabilidade econômica para algo em torno de 2,5 mil famílias e resolvendo um problema sério, importante, ambiental e produtivo de duas outras áreas de assentamentos vizinhos, lindeiros, a essa propriedade. Por conta disso, estamos trabalhando.

Qual foi o problema ocorrido no final do ano e que é freqüente não só no Estado do Paraná? É um problema em relação à dominialidade da terra. Durante a análise da cadeia dominial, da titulação da área, durante a análise rigorosa da Procuradoria, há a constatação de possibilidade de erro cartorial da década de 30. Portanto, segundo a Procuradoria do Incra, com uma análise da cadeia dominial, que tem como base

a construção da estrada Sorocaba-Rio Grande do Sul, os decretos de concessão de Dom Pedro, com suas sucessivas dominialidades e direitos de concessão de posse, há, nesse processo, um espaço cuja dominialidade não está clara. Isso não significa que seja uma área grilada – para ser claro –, porém o estudo mais aprofundado exigiu uma qualificação da cadeia dominial. Sobre essa matéria complexa, e não sobre nenhuma outra, há a sustação do processo, há um questionamento em relação à dominialidade da área.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – E quanto ao valor...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Chegarei lá. Estou tratando ponto a ponto todos os temas levantados por V. Exª.

Sobre a dominialidade da área, há um questionamento importante. Obviamente, a orientação da Presidência do Incra é a de sustar o processo até que o tema da dominialidade fique claro. Isso envolve outras áreas no oeste do Paraná. Portanto, sustamos o processo e continuamos trabalhando nele, mas com o maior rigor com relação a esse tema.

Em relação ao levantamento dos custos de desapropriação quanto às benfeitorias e à terra, Sr. Presidente, estamos concluindo, neste momento, estudo rigoroso que solicitamos de um levantamento do inventário florestal especialmente daquela área, na medida em que é uma área que tem boas benfeitorias.

A Universidade Federal do Paraná está concluindo um levantamento rigoroso também das benfeitorias daquela área. Nossa expectativa é a de que, nas próximas semanas, a Universidade Federal do Paraná nos informe. Como em todos os processos, haverá absoluta transparência nos recursos. Por quê? Não só porque é uma obrigação de todo gestor público, mas porque, para nós, os recursos envolvidos nessa ação e em todas as nossas ações não só são auditados, mas também devem responder, sim, a uma idéia de eficiência, de economicidade, que deve orientar nosso gestor público.

Por fim, Sr. Presidente, vou lhe repassar todos os documentos finais em relação aos custos que não estão definidos. Há custos aproximados. Não é um processo concluído. Mas, de nosso ponto de vista, caso seja possível realizar, é um excelente investimento para a região e para a reforma agrária. Por quê? Porque muitas vezes, quando há uma análise de custos, a análise fica restrita ao preço da terra, não é capaz de produzir uma relação de custo da eficiência da terra.

Recentemente, falávamos, Sr. Presidente, dos investimentos em estradas. Cito isso como um exemplo. Muitas vezes se cria uma referência de custo positivo para o que é baixo na aquisição da terra. Mas, para

garantir a eficiência daquele projeto, o custo adicional da estrada, da energia elétrica, da água e da escola, faz com que esse empreendimento triplique, quintuplique os recursos para isso.

Portanto, quando falamos em custo, pensamos em todos os investimentos necessários a benfeitorias, cercas, silagens, estruturas de produção de várias dessas áreas. Portanto, o Incra, primeiro, respeita a lei. Todas essas variáveis devem compor o custo, Sr. Presidente. Quando compomos esse custo, estamos falando, sim, num custo adequado a um empreendimento com aquela qualidade. Por quê? Porque, por uma diretriz que temos do nosso programa, buscamos, sim, áreas com boa capacidade produtiva. Portanto, estamos nos afastando de áreas que são aparentemente mais baratas, mas que têm baixíssima capacidade de produção. E tudo isso equacionado numa estratégia produtiva positiva.

Todos os levantamentos técnicos são públicos e serão públicos porque ainda não-concluídos. Por fim, não faço referência à sua manifestação, Senador, em hipótese alguma, porque eu seria desrespeitoso com V. Ex^a. E não o sou. Portanto, não faço referência à sua manifestação, que considero correta. E vamos informar todos os temas assim que concluídos, tenho absoluta certeza.

Mas o que percebo em vários debates, quando ando pelo Brasil, é uma enorme carga de preconceito. Ao mesmo tempo em que corretamente a sociedade brasileira cobra uma reforma agrária produtiva, com qualidade, com investimentos que justifiquem a utilização do recurso público, pelo retorno que ela oferece social e economicamente, quando buscamos boas terras, próximas de mercado, próximas de estradas, próximas de infra-estrutura, que viabilizem uma estratégia produtiva e que, portanto, guardam, sim, preço superior às médias produzidas quando se buscava outro tipo de reforma agrária, é óbvio que temos um custo ampliado. E é óbvio que a lei nos obriga a estabelecer uma remuneração adequada a esse proprietário, seja na desapropriação, seja na compra e venda, e cria-se um ambiente preconceituoso. Por quê? Porque não podemos fazer bons investimentos, qualificados, para reforma agrária.

Sou corretamente cobrado, porque são de minha responsabilidade e da responsabilidade de minha equipe projetos que tenham viabilidade econômica, retorno e custo-benefício. O pior investimento feito é aquele que, seja de que dimensão for, não responde e não estabelece nenhum retorno à sociedade. Por que existem os maiores índices de evasão na Região Norte, no Pará, no norte do Mato Grosso, onde os se-

nhores estiveram? Porque assentar famílias que não têm casa para morar...

Há um mês, Sr. Presidente, estive no Mato Grosso. O nosso Governo repassou, agora, R\$39 milhões, para responder a uma demanda de três anos no Mato Grosso, com os créditos para habitação rural. Há assentamentos que, há três anos, não receberam recursos para a habitação rural. Por que lhe digo isso? Porque o tema Araupel e todos os temas que estamos concluindo – como o projeto Maísa, empreendimento importante do Rio Grande do Norte, e o Itamaraty II, em que estamos concluindo um processo de negociação em outras áreas – compõem custos adequados. São custos adequados a partir do que a legislação exige e a partir do que exigimos em relação à reforma agrária.

Por fim, Sr. Presidente, estamos concluindo todos os estudos sobre o caso Araupel. Eu lhe repassarei formalmente todos os estudos abertos, todos eles – essa é nossa obrigação –, e, ao mesmo tempo, tenho certeza de que vou receber do senhor todas as informações que porventura tenham sinalizado uma conduta não adequada de algum gestor público do Incra ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não pretendo polemizar com o Ministro, até em respeito aos Parlamentares que desejam formular indagações, mas é evidente que não posso concordar com essa tese, já que a esse preço o Incra compra o Paraná inteiro sem nenhuma dificuldade, e rapidamente. Só que necessitaria do orçamento dos Estados Unidos da América do Norte para fazer a reforma agrária no Brasil. É impossível fazer reforma agrária a esse custo. Vou encaminhar ao Ministro as informações documentadas sobre o assunto a que me referi anteriormente.

Passo a palavra primeiramente ao Deputado José Geraldo. Depois, falará o Deputado Jamil Murad e, em seguida, o Senador Sibá Machado. Vamos proceder, como sempre, ao bloco de três Parlamentares, sendo dados cinco minutos para cada um fazer suas indagações.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Relator, não tenho a menor dúvida de que estamos fazendo uma revolução no campo a partir dos dados que foram citados pelo Ministro e de muitos outros que poderiam ter sido citados aqui.

Mas eu gostaria de me deter numa situação que nós, da CPMI, percebemos e na qual nos envolvemos nessa ida à região de Altamira, depois de ter visitado Marabá. O Ministro já esteve também no ano passado em Altamira e já presenciou aquele fato. Depois, o Ministro da Justiça também esteve em Altamira e foi acionado sobre o fato, e agora o foi a CPMI.

Trata-se de um Município, Sr. Ministro, que tem aproximadamente 130 mil hectares de terras nas margens da rodovia Transamazônica, até 30km ou 40km, e essas terras estão à disposição de nosso Governo para fazer assentamentos. Existem lá 600 famílias esperando por esse assentamento. Dois Planos de Desenvolvimento Sustentável já foram criados. Essas terras estão sendo ocupadas pelos grileiros, e isso está criando esses conflitos.

É o Município de Anapu, que já foi citado. Nesse caso, aquelas terras são todas federais. Lá não há nenhuma participação do Estado, não há nenhum hectare de terras do Estado. Então, Sr. Ministro, penso que essa ação para Anapu precisa ser coordenada o mais rápido possível.

É verdade que fomos vítimas, durante esses 90 dias, das greves, e V. Ex^a citou a greve da Procuradoria, mas, no caso do Pará, há a greve da Polícia Federal. Muitas ações do Incra no Pará e na Amazônia não se fazem sem a presença da Polícia Federal, inclusive em Anapu. Se o Incra e o Ibama chegam lá, os pistoleiros botam o Incra e o Ibama para correr. Eles estão preparados para isso. Lá é preciso que haja a ação da Polícia Federal, que não está mais em greve. Espero que o Incra possa trabalhar o mais rápido possível, para fazermos essa operação.

Eu queria, então, pedir que o Ministério pudesse coordenar essa ação. Deveríamos fazer uma audiência o mais rápido possível com o MDA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça, ainda esta semana, para que pudéssemos pensar na operação e agir.

Está-se encerrando o período chuvoso, que vai de janeiro a junho, e agora inicia o período de sol, que vai de junho a dezembro, que é exatamente o período em que todos começam a tomar posse das áreas. E penso que o nosso Governo não pode deixar de fazer essa ação, porque, se não a fizer agora, todas essas terras serão tomadas por pessoas que já têm propriedades.

Já há grilagem, inclusive, na região sul e sudeste do Pará. Há pessoas envolvidas nas fraudes da Sudam. Inclusive, um dos citados nos depoimentos, que chegou com doze pistoleiros, tirando as famílias de lá, já foi preso pela Polícia Federal, no final do Governo Fernando Henrique. Ele foi preso com 11 milhões de cheques, porque ele emprestava dinheiro para as pessoas que não tinham dinheiro para fazer os projetos da Sudam naquela região. E essa turma ainda age lá a partir da força daqueles recursos do Banco da Amazônia e da Sudam que são maldirecionados – esse combustível ainda está funcionando.

Penso também que vamos precisar convocar ou prender urgentemente umas cinco ou seis pessoas

daquela região, porque, num depoimento no Município de Uruará, um cidadão vendeu até metade de um assentamento do Incra, no valor de R\$600 mil, para as pessoas que estão chegando do Mato Grosso naquela região.

Não podemos deixar de convocar urgentemente aqui o Presidente do Iterpa, que não esteve em Belém, e o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará, principalmente depois do depoimento do Diretor da Fetagri, que nos relatou que a Polícia Militar promoveu recentemente, na semana passada, um despejo de famílias que estavam há três anos na área. Todos os pertences dessas famílias foram queimados, inclusive 180 redes, se não me engano.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foram queimadas mais de 200 redes.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Foram mais de 200 redes, como corrige a Senadora Ana Júlia.

As redes, na Amazônia, na maioria das residências, são as camas que as pessoas usam para se acomodar. E tudo foi queimado.

Então, essa segurança pública do Estado do Pará continua contribuindo para o conflito, assim como em Eldorado dos Carajás, em que houve o massacre.

Assim, não podemos deixar de convocar o Presidente do Iterpa, porque o Iterpa não tem contribuído com a reforma agrária. Inclusive, em Marabá – e volto a falar da situação de Rondon do Pará, da esposa do Dezinho –, a gleba Gavião, em Rondon do Pará, por onde começou aquele conflito, já em 1991, até hoje não foi demarcada pelo Iterpa. O Iterpa não tem uma delegacia instalada no interior do Estado do Pará. O Iterpa não age. O Iterpa tem, inclusive, loteado as suas terras, até 2,5 mil hectares, e isso tem criado conflito, por exemplo, no Município de Porto de Moz, onde a maioria das terras é do Estado. E o Estado até hoje não demarcou nem a terra dos ribeirinhos que estão lá há 50 anos, 100 anos. Então, não há nem reserva, nenhuma Resex, e não há nem as propriedades de 50 hectares ou de 100 hectares demarcadas.

Eu queria pedir encarecidamente a V. Ex^a que passasse a coordenar o mais rápido possível essa ação e que pudesse provocar, para esta semana ainda, uma audiência com o MDA, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Justiça, para que pudéssemos preparar uma ação para garantir a paz no Município de Anapu. E essa paz só se garantirá com o assentamento dessas famílias na terra, fazendo a regularidade fundiária para que tanto os proprietários de terras como os madeireiros possam desenvolver suas atividades naquela região, dando oportunidade para essas 600 famílias, que já foram tiradas de lá, de dentro do PDS.

Já há pista de avião. Um cidadão sozinho, em dois anos, derrubou e queimou seis mil hectares dentro do PDS, sem deixar uma castanheira em pé, sem respeitar uma nascente, sem respeitar um igarapé. E, pelo que me consta, o Governo pode, em duas ou três horas, sair daqui e denotar uma pista de avião em uma área de assentamento.

Portanto, falta uma ação concreta, que deve durar alguns dias – não são suficientes dois ou três dias. Precisamos de uma ação de pelo menos 30 dias, para assentarmos e darmos garantias e segurança às famílias que estão naquela área.

Encontra-se presente nesta reunião a Irmã Dorothy, que está nessa batalha há quase 30 anos e que é uma das ameaçadas de morte por toda essa ofensiva dos grileiros daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cumprimento o Ministro Miguel Rossetto pelo seu trabalho à frente do Ministério de Desenvolvimento Agrário, um Ministério extremamente importante. Tenho sempre dito que a agricultura é um dos pilares da economia do Brasil e o será em qualquer regime político, em qualquer época, pelas terras que há no País, pelo seu potencial e pelo povo que sabe trabalhar a terra. A agricultura é diferente daquilo que manifestou um expositor que veio aqui a convite. Ele desprezava completamente a agricultura, dizendo que, em vez de se fazer reforma agrária, as pessoas que moram no campo deveriam ser transferidas para as cidades. Essa era a proposta do cidadão.

Além de dizer que estou satisfeito com esse processo durante esse ano de trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário, querendo contribuir para que o processo se desenvolva, correspondendo ao anseio daqueles que trabalham a terra e que desejam continuar a fazê-lo e também ao anseio de desenvolvimento do País, quero, neste momento, abordar outra questão. Ministro Miguel Rossetto, farei a pergunta logo em seguida.

Sr. Ministro, fomos ao Pará. A motivação da CPMI é estudar o diagnóstico da estrutura agrária e também analisar a violência dos movimentos sociais nas ocupações. Quando se trata dos proprietários rurais, fala-se: “Os movimentos de proprietários de terra, segundo se divulga, têm-se organizado para impedir as ocupações, por vezes, com violência”. Eu queria dizer que, ao visitarmos o Pará, constatamos a situação e temos provas de que nada ocorre “segundo se divulga”. Existe uma quantidade imensa de provas. Não falo dos proprietários rurais, mas muitos se escondem no título de proprietários rurais e comportam-se como

bandidos, como assassinos. Vimos, no sul do Pará, o império da pistolagem. Questionamos sobre esse fato, inclusive na Assembléia Legislativa do Pará, porque lá também existe a Constituição brasileira. Aquela região não pode ficar impune, como está até hoje.

Visitamos assentamentos que produzem cupu-açu e vivem da pesca, onde os assentados têm uma renda boa. Em outros assentamentos, há cerca de 1,1 mil famílias aguardando decisão da Justiça. No mesmo dia em que o pedido de liminar foi impetrado, o Judiciário concedeu a liminar para fazer o despejo. Portanto, existe uma estrutura que envolve Executivo, em vários níveis, inclusive no Estado, e existe a questão do Judiciário, do Legislativo, que, muitas vezes, dá cobertura para esse processo.

Ouvimos o depoimento de uma senhora de uns 45 anos, de nome Maria Joel Costa, cujo marido foi assassinado no ano de 2000. Ele era Presidente do Sindicato, defendia os trabalhadores e a reforma agrária. O tesoureiro do Sindicato foi assassinado em fevereiro de 2004. Ela recebe insistentes telefonemas em que dizem que ela deveria ter sido assassinada junto com o tesoureiro, mas que, como não estava lá, ela será a próxima. Mãe de quatro filhos, ela disse que não se mudaria dali, que iria cumprir a sua missão de lutar pela reforma agrária, defendendo os trabalhadores, defendendo a sociedade.

A Ouvidoria-Geral da União e o Governo do Estado enviaram para o local dois PMs que se revezam, mas, na frente do Sindicato, passam pistoleiros conhecidos na região. Fazendeiros passam com o carro devagar, abaixam o vidro e ficam olhando, vão para lá com o carro, voltam, vão e voltam em um sentido ameaçador, confirmando as ameaças de que ela será próxima.

Naquela região, 419 lideranças perderam a vida de 1970 a 2003, mas apenas um pistoleiro está preso. Dois mandantes foram condenados: um está preso, e o outro está em casa. O caso teve repercussão internacional, e houve muita pressão para que se fizesse justiça.

Pergunto: o que o Governo Federal pode fazer para que o Governo do Estado, que tem Polícia Civil e Polícia Militar e que dispõe de instrumentos eficazes, investigue aqueles que telefonam e passam na frente do Sindicato de maneira ameaçadora? O que pode ser feito para que, em nome do povo brasileiro, quem estiver fora da lei pague?

Assim, poderemos salvar a vida dessa mulher, como a de muitos outros, e dar o exemplo de que, no sul do Pará, ter-se-á que cumprir a Constituição, a lei, de que naquela região deixará de existir o império da pistolagem.

Há um tal de Delsão, que tem 113 mil hectares e que não atendeu ao convite da CPMI para depor. Ele é citado em inúmeros casos de assassinatos. Existe esse outro a que V. Ex^a se referiu aqui, o Cecílio Almeida, que tem uma extensão de terra que vai de São Paulo ao Rio de Janeiro, com 100km de profundidade – são 480km. Na verdade, é maior do que a área compreendida entre São Paulo e Rio de Janeiro, entre Campinas e Rio de Janeiro. Tem 100km de profundidade. Essa é a propriedade dele.

Como há cartórios venais, como houve todo tipo de grilagem, acreditamos que essa área não pode permanecer improdutiva dessa forma, que ela deve ser devolvida para a sociedade. Não é porque ele tem um pedaço de papel e diz que é dono disso que vamos aceitar que mantenha a área como uma propriedade improdutiva, embora haja tanto brasileiro querendo produzir.

Não sou daqueles que não valorizam mesmo o grande proprietário que está produzindo, o grande produtor. O Governo Lula necessita de todos os brasileiros que queiram produzir, criar empregos, criar riquezas e ajudar o Brasil a se desenvolver. No entanto, não podemos, de maneira alguma, parar o processo de reforma agrária. Temos de acelerá-lo e necessitamos, então, de punir esse criminosos que se escondem sob o manto de serem fazendeiros quando, na verdade, em primeiro lugar, e com mais destaque, são assassinos frios de trabalhadores que apenas querem trabalhar para criar sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Sr. Ministro pede uns minutos para se retirar. (Pausa.)

Há alguns requerimentos para deliberação, e aguardaremos o momento oportuno para a sua apresentação. Temos também que definir – e pediria aos Senadores e Deputados que discutissem a alternativa – a próxima visita. Creio que, no mês de junho, devemos fazer mais uma visita a um dos Estados do País. Há o Pontal do Paranapanema, o Paraná e o Rio Grande do Sul. Algumas solicitações foram feitas, e ficará a critério desta Comissão a definição da próxima visita.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tem a palavra o Sr. Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, eu havia apresentado o requerimento convocando o Presidente do Iterpa e o Secretário de Segurança Pública, para depor na intenção de que eles fizessem no Estado a nossa passagem, o que não aconteceu. Como devo proceder? Faço um novo requerimento, ou os requerimentos aprovados estão valendo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não há necessidade de novo requerimento. Pode-se apenas formular novo convite ou convocação. No caso de seu requerimento, parece-me ser convocação.

Vamos definir uma data, a critério da Comissão, do Relator João Alfredo e de V. Ex^a, e enviaremos o ofício convocando o Presidente do Iterpa.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Em qualquer momento, gostaria que agendássemos a visita ao Pontal do Paranapanema, mesmo porque lá, agora, o Presidente da UDR está fazendo carreatas. Ele tem a liberdade de fazê-lo, mas queremos mostrar que também há necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Como V. Ex^a representa o Estado de São Paulo, peço que mantenha entendimento com o Relator da Comissão, Deputado João Alfredo, para definirmos a data para essa visita. Creio que V. Ex^a tem razão: esse deve ser o próximo Estado a ser visitado.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; o Sr. Relator; o Sr. Ministro de Estado Miguel Rossetto; e as Sr^{as} e os Srs. Colegas Parlamentares da Câmara e do Senado.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero agradecer pela sua vinda a esta Comissão. V. Ex^a está nos ajudando bastante a ter uma compreensão cada vez maior desse problema com que convivemos no Brasil. Parabenizo-o pela riqueza das informações apresentadas e pelos trabalhos da sua Pasta na solução de um problema tão difícil e histórico de nosso País.

Podemos caracterizar esse debate em dois grandes focos: um é o dos que não acreditam na reforma agrária, e o outro é o dos que nela acreditam. Eu me coloco no segundo bloco.

Gostaria de lembrar que, para quem acredita ou não, vejo três momentos nesse debate. O primeiro quando trata do arcaico-agrário, que é a posse e a propriedade da terra. Esse é o momento em que penso que não houve modernidade alguma; repete-se ao longo de toda a história brasileira, seja com escravos, seja com índios. É o que vemos atualmente. O segundo momento é o do vetor dessa funcionalidade. Uma vez decidido de quem é a terra, como ela agora vai produzir e se reproduzir? Aí entra a situação de infraestrutura, de tecnologias e de muitos outros aportes para o funcionamento dessa terra. O terceiro é o da viabilidade econômica. E hoje, de certa forma, podemos ver as três coisas permeando, a fim de justificar o sucesso ou insucesso da reforma agrária.

O que vimos no Estado do Pará? É bem distinto dos demais. Vimos nessa visita, Sr. Ministro, a situação

de grilagem, formação de quadrilhas, agenciamento de pistolagem, desvio de recursos públicos, rombos da Sudam, ameaças de morte, assassinatos, trabalho escravo, suborno de policiais militares, crimes contra o meio ambiente e contrabando de madeira. Os praticantes desses dez itens merecem, todos eles, cadeia.

No Estado de Roraima, para citar um problema da Justiça, Sr. Ministro, há 18 anos, uma área de 16 mil hectares de terra foi grilada, e o Incra está às turras com a Justiça até hoje a fim de rescindir a posse dessa pessoa. Até o presente momento, a Justiça não deu um parecer final do processo.

Ainda no Pará, nomes que não podemos revelar, por conta de segurança de vida, acusam o Sr. Reginaldo Pereira Galvão como uma das pessoas que se envolvem, senão nesses dez itens, em pelo menos cinco deles. E o Dr. Paulo Medeiros de Carvalho, médico do Estado de São Paulo, também está envolvido em pelo menos cinco dos itens colocados até o presente momento.

A Constituição Federal, art. 188, §1º, determina: “A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional”.

Um outro cidadão de nome Cecílio Rego Almeida se diz detentor de 4,8 milhões de hectares de terra, sem falar dos demais que se dizem proprietários de 80 mil, 100 mil, 150 mil, 200 mil hectares. Não vi tramitar no Congresso Nacional qualquer autorização para concessão de uma posse desse tamanho. Pergunto: o que fazer para que o Estado dê como nulidade de pretensão?

Faço outra pergunta, Sr. Ministro: quais os impasses legais que hoje o Ministério, o Governo Federal e os Governos estaduais e municipais têm para tornar de má-fé a posse e as benfeitorias de pessoas que se encontram em qualquer um dos crimes já mencionados?

Faço uma terceira pergunta quanto ao problema da regionalização da reforma agrária. Vimos, em um dos depoimentos do Estado do Pará, que cerca de 200 mil pessoas são migrantes de outros Estados e chegam ao Estado do Pará à procura de terra. Como poderemos fazer uma reforma agrária que retenha as famílias necessitadas de terra em seus próprios Estados? O que V. Exª pensa da extinção do título definitivo para terras de reforma agrária, ou seja, de deixar que a terra de reforma agrária permaneça como terra pública, evitando o problema da concentração fundiária?

Também nos baseamos na informação da Drª Bernadete, que é Superintendente do Incra de Mara-

bá e que nos forneceu um número muito alto – não me lembro agora – de retomada de lotes de reforma agrária que estavam apropriados por terceiros. Ela os retomou, numa atitude corajosa.

Faço outra pergunta, Sr. Ministro: como tem sido a parceria do Ministério com os Governos estaduais?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Vimos uma dificuldade de intercâmbio no Estado de Pernambuco e pior ainda no Estado do Pará. Não sei se isso vai se repetir nos outros Estados – acredito que não em todos. Mas como tem sido feita essa parceria para a solução do problema da reforma agrária?

Há outro questionamento feito por posseiros de Anapu: como o Governo brasileiro vai se instalar enquanto governa? Aliás, não foram os posseiros que fizeram essa pergunta, mas, se não me engano, foi o juiz que prestou depoimento em Belém, o juiz de Marabá.

Aonde o Estado chegou, a criminalidade reduziu. Vi, na cidade de Anapu e em Marabá, um clamor para que o Estado brasileiro se fizesse presente ali, acabando com todo aquele tipo de ilicitude.

Outra pergunta é sobre a questão da assistência técnica. Soubemos que o Governo Collor desmontou e que isso se tornou responsabilidade exclusiva dos Governos dos Estados. É possível pensar no restabelecimento, senão da Embrater, de um sistema nacional de assistência técnica?

Há mais uma pergunta, que trata do Plano Amazônia Sustentável – PAS. Na semana passada, vieram aqui a Ministra Marina Silva e o Ministro Ciro Gomes, que nos apresentaram as idéias referentes a esse Plano. Então, a nossa pergunta é: como o MDA está incluído nesse programa?

Para encerrar, faço mais uma pergunta: sobre a greve dos funcionários, é possível abriremos alguma intermediação de negociação? Quero já fazer uma sugestão: retomam-se as negociações, e o movimento grevista pelo menos retoma parte dos seus trabalhos, para que possamos dar continuidade imediata a pelo menos esses pontos emergenciais da reforma agrária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Senador.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Infelizmente, chegou a notícia de que, de ontem para cá, houve um conflito exatamente em Anapu, em que foram mortos

quatro pistoleiros e o gerente de uma área. Isso ocorreu exatamente nessa região do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Lamentamos. É evidente que esse fato deplorável reforça a convicção de que é preciso essa força-tarefa sugerida pela CPMI, por meio do Relator, Deputado João Alfredo, a fim de que se coloque um paradeiro na violência naquela região.

Concedo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto, para responder aos Deputados José Geraldo e Jamil Murad e ao Senador Sibá Machado.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Obviamente, quero associar-me a essa não-aceitação desse ambiente de violência no Estado do Pará, confirmado por essa informação de mais mortes naquela região, por conta de conflitos agrários.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, existem dois temas: um grande tema, que é a situação do Pará, e um conjunto de temas que o Senador Sibá nos traz. Todos eles são absolutamente pertinentes. Vou procurar responder a todas as perguntas. Peço desculpas, desde já, ao Senador Sibá Machado, por conta da rapidez, e à Comissão, por conta da extensão do tempo.

Temos reconhecido o Estado do Pará, obviamente, como um Estado onde o padrão de violência atingiu níveis insustentáveis. No ano passado, foram cinco mil trabalhadores libertados da condição de trabalho escravo no Pará; houve 19 mortes por conflitos agrários no Estado do Pará – quase 50% das mortes por conflitos agrários ocorreram naquele Estado; mais da metade dos trabalhadores libertados dessa condição degradante estavam no Estado do Pará. A grande maioria da madeira ilegalmente extraída do País está no Estado do Pará, onde há uma situação de conflito fundiário extremamente pesada.

O Governo Federal, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Parlamentares, Sr. Relator, tem procurado, desde o início da nossa gestão, não só compreender isso, reconhecer essa situação, mas também concentrar esforços – recursos pessoais e financeiros – no Pará, especialmente no sul do Pará.

Temos transferido profissionais do Incra de todo o País para o Pará, temos financiado forças-tarefas no Pará, temos repassado recursos para o Tribunal de Justiça do Pará para a instalação de varas agrárias no Estado, temos priorizado trabalhos de regularização fundiária no Estado do Pará.

E, agora, com o programa do georeferenciamento do cadastro de terra, Sr. Presidente, estamos com todo o processo pronto e, tão logo se encerre a greve dos servidores do Incra, vamos começar esse trabalho pelo Pará, especialmente na fronteira da BR-163

– estamos priorizando Cuiabá/Santarém, mas, a partir desse trecho, vamos alastrar para o Pará.

E temos procurado, sim, dialogar intensamente com o Governo do Estado no sentido de criar um ambiente de colaboração positiva em relação às diversas responsabilidades.

O Governo Federal tem repassado recursos, por meio do Ministério da Justiça, para a estrutura de segurança do Estado do Pará. Quero registrar esse fato aos Parlamentares. Evidentemente, sabemos que forças-tarefas são importantes para situações conjunturais. Não estamos diante de uma situação conjuntural no Pará. As forças-tarefas têm-se mostrado importantes. Na medida em que não é possível caracterizar a situação do Pará como de conflito tópico, as forças-tarefas funcionam. Há uma situação emergencial, e se desloca um efetivo integrado de fiscais. Temos um problema endêmico, um problema estrutural, no Pará. O que estamos procurando, paralelamente às forças-tarefas, que minimizam o problema, é reorganizar a presença permanente do Governo Federal com mais força no Estado do Pará, como em outras situações.

Lembro aos Srs. Parlamentares que – e não é só sob o ponto de vista do Executivo –, se verificarmos a estrutura, por exemplo, do Poder Judiciário naquela região, vamos verificar as limitações do próprio Poder Judiciário Federal no sentido de responder a essas demandas ou a várias delas. Na verdade, parece-me que a Comissão, corretamente, traz para este debate – e me permito dizer assim – a necessidade de um esforço do Estado brasileiro para garantir a República e suas instituições nessas áreas. Precisamos nos esforçar e reconhecer que, neste País, há territórios que infelizmente não têm República, não têm instituições, e sabemos que essa idéia de segurança institucional para a população é conquistada na medida em que um conjunto de instituições está presente.

Há casos em que as Procuradorias trabalham muito, mas param num fluxo de decisão, porque a estrutura do Poder Judiciário Federal não é adequada a essa demanda e a outras situações.

Sr. Presidente, quero dizer que, primeiro, temos a compreensão de que há um trabalho muito importante de ampliação da nossa presença no Estado do Pará, garantindo a forte presença ali de todas as nossas estruturas, não só a do Incra ou a do Ministério. E imaginamos que, além do trabalho permanente nosso, em que há deslocamento de forças-tarefas no sentido de minimizar um problema aqui ou ali, o relato que os senhores nos trazem dá conta de que são raras as áreas no Estado do Pará que têm estabilidade. São raras as áreas, Sr. Presidente, que encontram estabilidade. Portanto, há um esforço enorme de ampliar a nossa

presença ali, de torná-la mais eficiente, de transferir recursos. Todas as nossas prioridades estão voltadas para essa região. São mais de 80 mil famílias numa condição extremamente difícil.

Sr. Presidente, faço esse registro aqui. Acompanhamos a sua preocupação e registramos esse enorme esforço no sentido de ampliar a nossa presença e a nossa eficiência para impedir a continuidade dessa situação. Na minha opinião, por fim, penso que esse trabalho que estamos iniciando no georeferenciamento viabilizará um instrumento poderosíssimo para a estabilização fundiária no Estado do Pará na região do Arco do Desmatamento, que é uma região de conflito, e no País. Por quê? Porque é evidente que às pessoas sérias e de boa-fé, aos investidores, aos empresários, aos agricultores, aos prefeitos, a todos interessa a estabilidade jurídica. Penso que, com esse trabalho, vamos colaborar fortemente para que possamos minimizar essa situação. Isso implica a presença da Polícia Federal, a presença forte do Ibama e dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente, a presença do Incra, a presença da República, do Estado, não só na estrutura federal como na estadual.

Quero registrar isso para os senhores e as senhoras da CPMI. Há muito trabalho a ser feito. Penso que hoje há uma sensibilidade nacional e estadual por parte do Governador, no sentido de colaborar para eliminar essa situação, que é dramática para o Pará e para o País.

Em relação ao conjunto de temas, todos eles absolutamente corretos, são questionamentos que traduzem a preocupação do Senador Sibá Machado. Fico numa situação constrangedora por conta do tempo. Vou procurar responder alguns dos pontos aqui abordados.

Estamos recuperando o Sistema Nacional de Assistência Técnica. Todos os senhores sabem que, quando da extinção da Embrater, por conta do Presidente Collor, quase a totalidade dos recursos para financiar programas de assistência técnica e extensão rural ficou sob a responsabilidade dos Governos estaduais. E vários Governos estaduais ou Estados com situação de dificuldade praticamente extinguiram esses serviços. E esta, de alguma forma, é a contradição e a perversidade da estrutura de nosso País: as regiões com maior carência foram aquelas que tiveram maior dificuldade de sustentar programas, de tal forma que os índices de cobertura de assistência técnica com alguma qualidade nas Regiões Nordeste, Norte ou Centro-Oeste são muito baixos.

O que temos de positivo é a minha percepção de que praticamente todos os Governos estaduais estão reinvestindo nas suas estruturas. Esse é um dado

muito positivo. E, ao mesmo tempo, o Governo Federal começou a recuperar sua capacidade de investimento direto e indireto em relação à assistência técnica.

Os números que estamos trabalhando para este ano dão conta de R\$178 milhões em programas diretos e indiretos de assistência técnica, seja por meio de recursos diretos do MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Incra, seja por sistemas de financiamento, como o Pronaf A, em que parte dos recursos financia a assistência técnica.

Sr. Presidente, é um recurso importante, mas tão importante quanto isso é recriar uma estrutura institucional que dê uma perspectiva nacional e de integração dos sistemas de assistência técnica estatais e não-estatais. Temos experiência em instituições muito qualificadas – essa é a diretriz. Ao mesmo tempo, deve-se articular isso com uma capacidade de pesquisa produtiva vinculada ao nossos biomas.

Esse esforço é nosso. O Ministério de Desenvolvimento Agrário assumiu a responsabilidade em relação à assistência técnica, e a expectativa até o final do mês de julho é a de que possamos compor essa nova institucionalidade forte, em que, em todas as instituições que dispõem de recursos – somados, não são poucos -, possamos criar um ambiente de abertura e de coordenação da aplicação do conjunto desses recursos.

Se somarmos os recursos do Senar, da Sebrae, das instituições estaduais, das universidades, os recursos diretos do Governo Federal com crédito, veremos que são recursos importantes. A expectativa é a de que, com esse desenho, possamos avançar muito na assistência e na extensão regular, permanente, e, ao mesmo tempo, numa vinculação cada vez melhor em relação à pesquisa disponível, pois, infelizmente, não temos mecanismos de fazer com que essa pesquisa chegue aos nossos agricultores.

Estamos trabalhando fortemente – fiz referência a isto na minha segunda intervenção -, pois essa é uma determinação para o Incra, para a recuperação das áreas públicas. Convivemos ainda, infelizmente, com uma apropriação indevida de áreas da reforma agrária - não somente áreas da reforma agrária, mas também áreas da reforma agrária -, de PAs e de assentamentos, que são indevidamente apropriados por particulares. Nós, logo que assumimos, informamos a todos aqueles que, de alguma forma, de boa-fé, por desconhecimento, participaram de uma transação ilegal, ou seja, compravam, de uma forma ou de outra, ilegalmente, lotes ou áreas de reforma agrária.

Esse é um trabalho que tem sido muito positivo no Mato Grosso e no sul do Pará. Estamos recuperando áreas muito importantes para a reforma agrária e

recuperando uma cultura de seriedade nesses nossos assentamentos. Vamos continuar com esse trabalho.

Essa uma informação muito clara para todos. Tenho pessoalmente conversado com lideranças estaduais no sentido de deixar absolutamente claro isto: não vamos tergiversar sobre patrimônio público. Áreas de assentamento pertencem ao povo brasileiro, que cedem essas áreas para trabalhadores sem terra produzirem e trabalharem. Aqui, não há nenhum espaço para qualquer ambiente que não seja absolutamente rigoroso em relação a isso.

Portanto, o trabalho que estamos fazendo com a nossa Procuradoria e com as nossas Superintendências é o de recriar um ambiente de seriedade, de estabilidade e de preservação do patrimônio público. Vamos continuar trabalhando nessa perspectiva.

A idéia da integração na Amazônia é a de uma integração muito forte. Na verdade, parece-me que um dos grandes saltos que estamos dando - e este é um processo - é o de trabalhar com a idéia de que não existe uma reforma agrária dentro do ponto de vista produtivo. O país que pensa uma reforma agrária como um espaço de trabalho e produção deve pensar esse espaço reformado dentro de uma estratégia de desenvolvimento rural, que deve respeitar as características dos diversos biomas do nosso País. Existe o mundo rural da Amazônia, existe o mundo rural do Cerrado, existe o mundo rural dos campos, existe o mundo rural do semi-árido, existe o mundo rural da Zona da Mata. Cada política de ocupação territorial, por meio de programas como esse, deve ter programas planejados e pensados a partir da sustentabilidade.

O nosso desafio e o nosso compromisso é não reproduzirmos fracassos econômicos, sociais e ambientais que, durante a década de 70 e 80, campearam por este Brasil. Portanto, não há contradição - ao contrário - entre a idéia de sustentabilidade ambiental, econômica e social. O desafio de integração é pensarmos as nossas estratégias para a região amazônica, para o cerrado, para o Nordeste, estratégias essas adequadas a essa visão de sustentabilidade.

Sabemos que não existe uma única Amazônia. Não podemos pensar a Amazônia como um único território, dentro do ponto de vista dos seus biomas; temos de definitivamente avançarmos para a constituição dos nossos zoneamentos ecológicos e econômicos. O País tem o direito de conhecer a capacidade produtiva e a capacidade de preservação das suas diversas áreas e de, nesse sentido, pensar em políticas de ocupação.

Penso que os projetos que estamos desenvolvendo de recuperação em relação ao Arco do Desmatamento, os projetos de investimento na agricultura familiar, a partir de conceitos de sustentabilidade e de

reconversão produtiva, e os projetos de assentamentos florestais que iniciamos no Acre criam uma referência poderosa, do ponto de vista produtivo, de renda e de preservação. E é essa equação contemporânea, forte, que estamos trabalhando.

Ao mesmo tempo, penso que, a partir do trabalho do georeferenciamento do cadastro, definitivamente poderemos nos assenhorar do território nacional e construir um conjunto de políticas públicas.

Sr. Presidente, necessito de mais trinta segundos. Estou falando aqui em cadastro georeferenciado e não sei se todos sabem tecnicamente o que é isso. Mas o que é fundamental? É digitalizar o perímetro de todos os imóveis rurais. Hoje é declaratório o cadastro rural, fundamentalmente. E é isso que tem criado situações em que, por exemplo, no Mato Grosso - digo isso porque conheço o caso -, existe uma mesma área que tem 16 títulos ou 16 propriedades. Por via de regra, é declaratório. O proprietário chega no cartório e declara a sua planta, e não há capacidade de verificar a estrutura fundiária de fato com a estrutura declarada. Isso cria situações como essa, que coloca em risco os investimentos e, ao mesmo tempo, estimula o que é conhecido por todos nós, a grilagem, em que a estrutura fundiária real não é adequada à titulação formal no cartório.

Com a tecnologia do georeferenciamento, poderemos, Sr. Presidente, fechar o perímetro real do imóvel com um limite, uma aproximação de 20 centímetros. Com isso, teremos o mapa fundiário real com titulação com domínio, e é isso que vai permitir, primeiro, que o Brasil digitalize o seu território, que haja a identificação de suas propriedades e a correção de eventuais irregularidades fundiárias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) - Sr. Ministro, são 200 milhões de hectares ou de metros quadrados?

O SR. MIGUEL ROSSETTO - De hectares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) - Isso significa que não se tem conhecimento de quem é proprietário de 200 milhões de hectares no Brasil?

O SR. MIGUEL ROSSETTO - Exatamente. Se V. Exª me permite, devo dizer que podem ser várias coisas. Por exemplo, pode ser uma área com posseiros. Não significa área onde não haja povoamento. Significa isso mesmo que V. Exª compreendeu. Não há informação. Há áreas com grandes concentração de posseiros em que não há titulação. Há áreas que podem efetivamente guardar incoerência, porque são áreas griladas, onde um título fala em um milhão de hectares e eventualmente a área efetivamente ocupada é de dez milhões de hectares - portanto, nove milhões de hectares não têm domínio, não aparecem.

Então, esta é a idéia fundamental: que o País tenha domínio do seu território e que, a partir disso, obviamente, possa desempenhar um conjunto de políticas públicas não só nas questões fundiárias, mas em toda a estratégia de desenvolvimento!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, vamos ouvir o Deputado Luís Carlos Heinze, o Deputado Abelardo Lupion e o Deputado Ronaldo Caiado.

Concedo a palavra ao Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Colegas Parlamentares, ilustre Ministro conterrâneo Miguel Rossetto, fico satisfeito ao ouvir as respostas do Ministro às perguntas do ilustre Senador Sibá Machado.

Anotei: “A estratégia de desenvolvimento rural deve respeitar os diferentes biomas”. No Rio Grande do Sul, não é o que acontece, Ministro. V. Ex^a, que participou durante o Governo Olívio Dutra, sabe da grande pressão que havia nas terras da fronteira, especificamente. Falo das regiões de Manoel Viana, onde há assentamentos, de Alegrete, de Rosário do Sul, de Santana do Livramento, de Terras de Areia, de Campos Nativos. O ambientalista Dr. Lussemborg dizia que aquela é a vocação da região. O pampa do Rio Grande do Sul não tem vocação para ser dividido em 15 hectares, 20 hectares, 30 hectares, e não pode uma família, descentemente, conseguir sobreviver dessa propriedade. Estão agredindo o meio ambiente, o bioma. Creio que se deve mudar a orientação com relação a algumas áreas do Rio Grande do Sul que, realmente, não se prestam e esse tipo de reforma agrária, como outras que têm terras próprias para desenvolver a agricultura. É apenas uma constatação. Fico satisfeito de ouvir suas argumentações a esse respeito.

Volto a falar, Sr. Ministro, de um trabalho que se chama “Pobreza Rural”. Não sei se V. Ex^a o conhece. Foi elaborado por técnicos da Embrapa e também da Fundação Getúlio Vargas. É uma preocupação que nos move. Temos trabalhado, justamente, nesse sentido.

Fiz uma síntese daquele trabalho, analisando propriedades de até 10 ha, de 10 ha a 20 ha, de 20 ha a 50 ha e de 50 ha a 100 ha, nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País. Esse trabalho mostra, nas cinco Regiões do País – e fiz uma média em salários mínimos –, o que ganha hoje um produtor rural brasileiro. Numa receita, na Região Norte, de R\$6.154,00 anuais, digamos que houvesse uma renda de R\$615,00 por ano, o que daria 2,56 salários, Senador Sibá Machado. Na Região Nordeste, desenvolvendo o mesmo raciocínio, seriam 2,4 salários mínimos; na Região Centro-Oeste, 5,03 salários mínimos; na Região Sudeste, 9,66 salários mínimos;

e, na Região Sul, 10,86 salários mínimos, se houvesse uma renda de 10%.

O Ministro conhece a região do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná. Neste ano, em função da estiagem, com a soja, com o milho, há uma seca brutal, e as pessoas têm prejuízo. Mas digamos que houvesse uma renda. Essa é a realidade de mais de três milhões de propriedades rurais. Certamente, 14 milhões de trabalhadores estão inseridos nessa realidade.

Nossa grande preocupação é que temos que ter os pés no chão. São pessoas vocacionadas para a terra, são pessoas que vivem, por gerações, da terra em qualquer região do País. Minha preocupação é que essas pessoas não estão sendo atendidas. Enquanto isso, por meio do MST, há pressões não apenas nesse Governo, mas desde Governos anteriores.

O Senador Sibá Machado falou de desvios no Pará. Quero apresentar um relatório a esta Comissão, Sr. Presidente. Falamos em desvios de recursos públicos em oito anos do Governo Fernando Henrique. Denunciamos esse fato. Falamos de terras superfaturadas, de terras que se prestavam à reforma agrária e foram compradas. Havia, nesse processo, produtores e técnicos do Incra que superfaturavam. Enfim, houve uma série de problemas como a venda de lotes, o arrendamento de lotes.

Esse é o processo de reforma agrária, mas vejo que V. Ex^a tem os pés no chão. Creio que isto é o que deveria ser dito ao MST: vamos fazer aquilo que o País pode fazer. Vamos privilegiar milhões de trabalhadores, de agricultores vocacionados, e não pegar um pessoal que não temos condição de atender. Vamos dar atenção àqueles que vivem da terra, vamos regularizar seus lotes, dar-lhes assistência técnica e crédito. Apesar do esforço de V. Ex^a com o Pronaf, de passá-lo de R\$5 bilhões para R\$7 bilhões, esse pessoal ainda não será alcançado. Por mais esforços que sejam feitos este ano ou no próximo ano ou no outro ano do Governo Lula, não haverá condições de atender essa gente.

No seu Estado, Senador, há pessoas que não têm acesso ao crédito, à assistência técnica. E o Rio Grande do Sul é um Estado evoluído. Imagine no Nordeste, no Norte do País, no Centro-Oeste?

Então, essa é a nossa preocupação. Os “com-terra” não têm acesso a nada. Enquanto isso, no Governo passado, de US\$8 bilhões a US\$9 bilhões foram colocados, e muito dinheiro foi desviado e mal-aplicado. Essa é a nossa preocupação.

Por isso, há a nossa preocupação de apresentar novamente essa situação em cima desse relatório.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Ministro, há poucos dias, fiz um pronunciamento na Câmara a respeito de uma matéria que saiu no jornal **Folha de S. Paulo** sobre um curso de Agronomia no Estado de Sergipe. Sr. Presidente, 409 alunos de um curso regular prestaram vestibular para o curso de Agronomia na Universidade Federal de Sergipe. E houve um privilégio, está-se criando uma nova classe de privilegiados no nosso País. Oitenta e cinco integrantes do MST prestaram uma prova de conhecimentos gerais, e se abriu um curso específico para o pessoal do MST. Veja que é um privilégio.

E aí a pergunta, Sr. Ministro: o seu Ministério vai ajudar com recursos para esse curso do MST? Essa é uma preocupação, porque é uma discriminação com 369 estudantes do Estado do Sergipe, que prestaram o vestibular e foram excluídos do processo. Mas, de 85 integrantes do MST, escolheram 60 pessoas para entrar num curso de Agronomia regular. Isso foi ratificado pela Justiça Federal do Estado de Pernambuco, e a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe entrou com uma ação contra esse processo.

Vi no **Zero Hora**, na semana passada, que, no Rio Grande do Sul, no Município de Iraí, estão querendo construir uma escola do MST numa escola que estava fechada. Por que eles não entram nas escolas regulares, que são centenas neste País. Por que querer criar uma outra escola com ideologia? Essa é a nossa preocupação, Sr. Ministro.

Todos somos brasileiros e temos que ter os mesmos direitos, e estamos criando uma categoria de privilegiados. Cria-se uma escola, para, com a sua ideologia, colocar ali os filhos do MST. Num curso superior no Município de Ijuí, professores são instruídos, há cursos para treinar professores para estarem nos assentamentos do MST. Essa é a nossa preocupação, quando milhares de brasileiros estão em situação de abandono total quanto à assistência técnica, à tecnologia, a recursos, que serviriam para que eles pudessem produzir. E eles são vocacionados.

V. Exª sabe que grande parte desse pessoal que hoje está nesses acampamentos – são mais de 200 mil famílias pelo Brasil a fora – não tem vocação para a terra. Quando eu falava na questão dos desvios, outro dia, Dom Tomás Balduino, que esteve aqui, Sr. Presidente, dizia-nos: “O desvio é normal, porque eles nunca mexeram com terra, eles nunca mexeram com dinheiro; agora, pega dinheiro, tem que desviar mesmo!” Disse aqui nesta reunião o eminente Dom Tomás Balduino, quando eu criticava essa atitude, quando eu falava a esse respeito.

Então, a preocupação, Sr. Ministro, é com relação aos milhões que não têm acesso. Por mais esforço que

V. Exª faça, não vai atingir essas pessoas. Não seria mais justo reativarmos o Banco da Terra, que sei que agora vai entrar? Esse é um dos caminhos para se dar oportunidade para este tipo de gente, filho de trabalhador rural, filho de produtor rural, que tem realmente vocação e que não é assistido.

Uma sugestão é referente ao Banco da Terra; a outra é referente aos “com-terra”, que não são assistidos. E falo também da preocupação com o privilégio que está sendo dado hoje para o MST, com colégio agrícola e com faculdade de Agronomia. E recursos estão sendo desviados, quer dizer, colocados do MEC diretamente ou, talvez, até do seu Ministério... Gostaria de saber se V. Exª vai colaborar com essa iniciativa, para se criarem cursos de privilegiados neste País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Bom dia!

Já há um requerimento meu chegando, Senador, para, uma vez que já foi feito o convite, convocar – penso que é necessário um requerimento – o Iterpa e o Secretário de Segurança. É natural fazermos um convite, mas, já que não atenderam ao convite, não se justificaram e nem sequer mandaram representantes, temos que convocá-los. E temos de convocar também vários cidadãos citados em diversos depoimentos como mandantes de violência no campo, de violência na região em que estivemos presentes, na região da Transamazônica, em especial na região de Anapu.

Sabemos que violência gera violência. Como disse o Deputado José Geraldo, a violência é consequência. O interessante é que os trabalhadores só reagem quando estão cansados de serem mortos às centenas. Inclusive, as milícias vêm encapuzadas. E eles reagem com violência. É natural que acabe acontecendo esse processo.

Faço esse apelo, Sr. Ministro, não só para reforçar o apelo que V. Exª já fez aqui para reunir, para retomar, até porque, na região de Anapu, a retomada de terras depende da Polícia Federal. E as declarações das milícias são no seguinte sentido: se chegarem aqui o Incra e o Ibama, vamos matar da mesma forma que matamos peão. Eles falam assim mesmo. A ameaça não é velada; ela é explícita.

Já tive muitas discussões com o Deputado que falou anteriormente, mas quero concordar com parte do que S. Exª diz em relação à forma como foi feita a reforma agrária.

Quero parabenizar o MDA e o Incra, que têm feito um esforço imenso no sentido de dotar essas áreas

de assistência técnica e de condições para que essas pessoas possam realmente produzir.

No Pará, Sr. Ministro, apesar de tudo, há experiências de assentamentos produtivos, em que as próprias cooperativas de produtores já conseguiram se mecanizar, porque realmente conseguiram assistência técnica. Dessa forma, conseguiram transformar seus assentamentos em produtivos.

É necessário dizermos – algumas pessoas podem dar chilikue – que nessa área a herança maldita foi bem maior, e o povo brasileiro não tem noção do quanto foi uma herança maldita. É muito maior realmente do que o povo tem condições perceber.

Quanto à vocação para a terra, quero registrar, quando V. Ex^a esteve no Pará, a assinatura do convênio do BNDES com a entidade Viver Produzir e Preservar, que também contou com a participação do Governo do Estado, que deu uma contrapartida menor, para criar doze casas familiares rurais para filhos de produtores rurais, exatamente para as pessoas vocacionadas para a terra, não só para investir no extrativismo, para agregar valores ao extrativismo, mas para melhorar ainda mais a produção daquela área, que já é altamente produtiva.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Estou apresentando o requerimento, Sr. Presidente, mas quero, além disso, reforçar que existe, sim, uma visão preconceituosa, Sr. Ministro. Concordo com V. Ex^a, e falei sobre isso na CPMI da Terra.

O representante do Ministério Público Federal nos fez um alerta, na CPMI, de que a situação dessa área da região transamazônica no Pará tende a ser muito pior do que foi a ocupação no sul e no sudeste do Pará. Como o nosso próprio Presidente relatou aqui, há o perigo de existir outro massacre como o de Eldorado do Carajás.

E me espanta a atitude da juíza agrária. O Governo Federal libera recursos para haver Vara agrária, uma Justiça agrária, e uma juíza que chegou recentemente lá deu parecer em 24 horas, sem fazer uma análise realmente correta. E, até hoje, os proprietários não conseguiram provar a propriedade de toda aquela área; só conseguiram provar a propriedade de parte da área. Infelizmente, Sr. Ministro – e digo isso com tristeza –, muitos fazendeiros do Pará são donos de terra e grileiros ao mesmo tempo. Eles têm parte da terra, e a outra parte é grilada. O Deputado Zé Geraldo sabe disso. Quando Deputado Estadual, esteve na CPI sobre o envolvimento escandaloso dos cartórios no Estado do Pará, com grilagem de terra pública, o que é realmente um escândalo. Essa é a verdade, e, muitas vezes, ainda conseguem financiamentos, como

no caso da Sudam, com desvios de dinheiro público. É lógico que esse dinheiro é usado para formar milícias, incentivando a violência.

Assim, Senador, além do requerimento que acabo de fazer aqui, gostaria que esta CPMI, por acordo, fizesse um documento à Comissão do Orçamento, para que votássemos com urgência. Queremos, agora, fazer uma reforma agrária pé no chão. Não adianta dizer que assentamos 500 mil ou um milhão de pessoas. Não adianta isso. Temos que assentar pessoas com condições de produção. E sei que muitas delas têm vocação para a terra. Mas não há cristão com maior vocação para a terra que consiga produzir a 200km da estrada, sem energia elétrica, sem assistência técnica, sem acesso a crédito, sem água. Aí nem o melhor agricultor do mundo conseguirá produzir, porque agricultura não é milagre.

Queria parabenizar o Ministério, dizendo que precisamos ter uma conversa com o Governo do Estado. Não adianta o discurso bonito do Governo do Estado do Pará se seus órgãos públicos, se suas instituições, principalmente as de segurança, têm agido de forma contrária ao discurso do Governador. Eles dizem uma coisa, mas a Polícia Militar está fazendo outra no Estado do Pará. A Polícia Militar está fazendo desocupação ilegal, como foi testemunhado – inclusive, isso está filmado. O próprio delegado, que foi o único representante do Estado – o Senador Alvaro Dias estava presente –, disse que eles desconheciam tal desapropriação. Isso está gravado. Ou seja, isso foi feito de forma ilegal, com o apoio dos órgãos de segurança do Estado.

Então, é preciso chamar o Estado também à responsabilidade. A Emater – a representante dos empresários não sabia que esse era um órgão do Estado; ela se confundiu e pensou que era um órgão federal – também foi completamente destruída e é a responsável pela assistência técnica.

Penso que precisamos ter um diálogo melhor e cobrar isso do Estado. Não adianta! Estão sendo passados recursos. Foram R\$12 milhões que o Ministério da Justiça repassou só para ajudar a equipar melhor a Polícia Militar e Civil. Mas ajudar a equipar melhor a Polícia para que esta seja mais violenta contra os trabalhadores realmente não é o nosso objetivo. Também não é possível passar dinheiro para fazer Vara agrária para colocar ali juízes que não têm o cuidado e a sensibilidade de verificar se os documentos são corretos, se tudo está comprovado, e que fazem a reintegração de posse de forma precária. Isso também não é possível.

Temos que cobrar, porque é dinheiro do povo brasileiro. O Governo Federal está agindo com critério, com clareza, e tem feito parceria com vários Governos

dos Estados. Mas eu gostaria que as instituições públicas do Pará agissem, não ficassem só no discurso, mas partissem para a prática – falo principalmente dos órgãos de segurança, de assistência técnica e de regulamentação da terra no Pará.

Quero dizer, somente para informar o Deputado, que as pessoas que moram em Porto de Moz estão vocacionadas para a terra. Elas estão há dezenas de anos trabalhando na terra, Deputado. Nesta hora, V. Ex^a não me ouve! Elas, há dezenas de anos, trabalham na terra e estão sendo expulsas por madeireiros. E digo que não são madeireiros, que são bandidos travestidos de madeireiros, que expulsam essas pessoas que estão lá há dezenas de anos.

Um levantamento do IPE aponta para o fato de que, se não for criada ali uma reserva, em três anos e meio aquela terra será simplesmente um vazio – teremos derrubado toda a floresta. E essa área, infelizmente, é o Governo do Estado que está liberando completamente sem nenhum critério.

Eu queria deixar esse registro, parabenizando o nosso Senador, o nosso Presidente da Comissão, que foi sensível à questão. Que não aconteça outro massacre como o de Eldorado do Carajás! Era o Poder Público mesmo matando trabalhadores. Era a Polícia Militar do Pará matando trabalhadores. Não queremos mais isso. Queremos paz para a produção no campo, principalmente no meu Estado. Sou uma lutadora da bandeira da paz, pois acredito que, somente com a paz no campo, haverá desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

O requerimento de V. Ex^a reforça um requerimento já aprovado, do Deputado Zé Geraldo. Assim, nós o consideramos aprovado. Vamos definir uma data para a convocação do Presidente do Iterpa e do Secretário de Segurança do Pará.

Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só gostaria de responder à Senadora Ana Júlia. Existem nas Polícias Militares a hierarquia e a disciplina. A Polícia Militar só age a mando do Poder Executivo e depois de receber uma determinação judicial para ceder forças para uma desocupação. Ela não faz ao seu bel-prazer. Então, quem tem de ser responsabilizado são aqueles que dão as ordens se houver qualquer tipo de abuso, porque eles não são obrigados a saber se vai haver conflito ou não. Eles estão lá para cumprir uma determinação judicial. Daí, a Polícia paga o soldado, paga a conta, porque o Governador resolveu fazer uma cortesia.

Então, é muito importante que façamos uma análise muito fria nesse aspecto.

Eu gostaria de cumprimentar o Ministro e de nos posicionar. Estamos aqui - hoje, somos quatro - e temos a difícil missão de não ir por um discurso emocional. Temos a obrigação, nesta Comissão, de citar fatos pontuais para colaborar com o bom andamento da reforma agrária e para, com o bom andamento, preservar o nosso principal cliente, que é o produtor rural. Esse é que temos a obrigação de preservar; é aquele que está colocando a comida não só nos pratos dos brasileiros, mas também nos pratos dos estrangeiros. Então, a esse devemos total fidelidade. Não estamos aqui para defender grilo nem pistolagem e muito menos para defender aquele que é o improdutivo, o que usa as suas terras para cadastro bancário. Não estamos aqui fazendo isso.

Todos nós aqui somos descendentes de produtores rurais que chegaram a este País e fizeram a sua parte. Muitos aqui são descendentes de cinco ou seis gerações de pessoas que entraram na mata, abriram as suas propriedades rurais e fizeram uma reforma agrária natural, na cama. Talvez, nossos bisavôs tivessem duzentos mil hectares. Hoje, eu, por exemplo, tenho 350 hectares de terras, que são muito produtivas, com mais de mil cabeças em cima, com preservação ecológica modelo na minha região. Então, estou muito à vontade para defender aquele que, como eu, respeita a sua propriedade rural. São esses que estamos aqui para defender.

Nesse episódio, sabemos da sua dificuldade, Ministro, em poder angariar as terras necessárias para o terrível projeto e praticamente impossível projeto que se espera do Governo. Não existe condição de orçamento - e sabemos disso - para que se faça exatamente o que se espera desse Governo.

Mas queremos colaborar para que realmente se acabe, de uma vez por todas, com essa história de uma superavaliação responsabilizar toda a classe dos produtores rurais. Temos de exigir efetivamente a pena máxima possível para aquele que comete o dolo, para aquele que está querendo se aproveitar de um momento. Existe um problema social, e todos nós sabemos disso. Mas o produtor rural está fazendo sua parte. No meu Estado, damos 250 mil empregos para trabalhadores volantes, que, se não estivéssemos dando os empregos, seriam os clientes da reforma agrária.

Então, penso que precisamos nos complementar. Este momento é muito rico, e esta Comissão foi criada para que pudéssemos encontrar maneiras de ter o diálogo necessário para evitar conflitos.

Nesse trabalho, não pode haver certos tipos de atitude, e vou citar uma delas aqui, Sr. Ministro.

Houve uma prisão no Paraná, no Município de Quedas do Iguaçu, nessa mesma propriedade de que V. Exª falou, a Araupel. Foi preso um travestido de sem-terra chamado Elemar do Nascimento Cezimbra, também qualificado de sem-terra, réu em processo criminal visando apurar a sua imputabilidade penal quanto aos delitos de quadrilha armada, roubo qualificado, corrupção de menores. Ele foi preso após se encontrar foragido por oito meses. Esse mesmo cidadão recebeu o apoio da Ouvidoria Agrária, por meio...

(Falha na gravação.)

O SR. ABERLADO LUPION (PFL – PR) – ...que enviou, no dia 5/4/2004, um fax ao juiz da Comarca de Quedas do Iguaçu, onde igualmente requer a preferência na apreciação do pedido de soltura do réu, o qual – acrescenta ainda – se compromete a colaborar para agilizar a prestação da tutela jurisdicional no presente caso concreto. Após citar jurisprudência, afirma também que a soltura do agricultor facilitará a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal, no Estado do Paraná.

Esses casos foram narrados pelo próprio Juiz de Direito da Comarca, que não somente peticionou na qualidade de cidadão a esta CPMI, como também efetuou a denúncia em emissora de rádio local. Foram veiculadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, nas edições dos dias 26 e 27 de abril, reportagens tratando desses fatos, com entrevistas das partes envolvidas.

Fizemos essa denúncia, encaminhando a denúncia do próprio Magistrado, que se sentiu extremamente desconfortável. Sendo uma autoridade pública da mais alta qualificação e estando num cargo de excepcional visibilidade, ele o fez de maneira extremamente deslegante, já que se tratava de um colega.

No dia 30/3/2004, antes que fossem notificados esses fatos à Comissão, numa audiência do Sr. Gersino nesta Comissão, ele disse o seguinte: “Quase sempre essas pessoas responsáveis pelos assassinatos ocorridos em conflitos no campo acabam em liberdade mediante um **habeas corpus**, e nunca mais a Justiça colocará as mãos na pessoa que consegue a liberdade mediante um **habeas corpus**, um relaxamento de prisão ou uma revogação. Isto é muito preocupante”.

Com essa afirmação, o Sr. Gersino deixa claro que não acredita na persecução dos crimes ocorridos em decorrência de conflitos agrários após concessão de **habeas corpus**. Como seria possível conciliar essa sua opinião com as correspondências que enviara antes e que voltaria a enviar cinco dias depois de pronunciar essas palavras? Ou tal raciocínio somente se aplica quando o paciente do **habeas corpus** for um fazendeiro?

Vamos entrar, com a CPMI, no delito de prevaricação, que significa, segundo o art. 319 do Código Penal, “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” – isso daria a detenção de três meses a um ano e multa –, e no delito de advocacia administrativa, que significa, segundo o art. 321 do mesmo Código, “patrocinador, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”, também com pena de detenção de um a três meses ou multa.

Vou passar às suas mãos uma Nota Técnica feita por esta Casa, em que são analisados todos os fatos. Sr. Ministro, isso não ajuda em nada para que possamos resolver os conflitos. Ao tirar um pretenso meliante da cadeia por estar travestido de sem-terra, assim como no caso de um fazendeiro, estamos expondo toda uma classe. No caso do sem-terra, também estaremos expondo o legítimo trabalhador rural. Não podemos concordar que a Ouvidoria Agrária use esse tipo de expediente, que em nada ajuda a reforma agrária. Devemos deixar que a lei cumpra a sua parte, porque só conseguiremos fazer uma reforma agrária respeitando as leis e a Constituição Brasileira.

Quero aqui deixar, Sr. Ministro, o meu máximo respeito por V. Exª, pela sua história em defesa do tema. Tenho a certeza de que V. Exª, a partir de agora, coibirá esse tipo de abuso, porque isso, mal-interpretado, pode causar um dano irreparável à sua história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Sr. Deputado Abelardo Lupion.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Miguel Rossetto, para responder ao Deputado Luís Carlos Heinze, à Senadora Ana Júlia Carepa e ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para proferir uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, V. Exª poderia nos informar quantos ainda estão inscritos. Talvez, fosse possível a formulação da pergunta logo a seguir, e o Sr. Ministro responderia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – São mais três: os Deputados Ronaldo Caiado, João Grandão e Eduardo Sciarra.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores e Parlamentares pela manutenção do impedimento de fumar aqui.

O Deputado Luís Carlos Heinze traz vários temas que fazem parte de uma agenda de diálogo há mais tempo, e eu queria registrar duas ou três observações, Sr. Presidente.

A primeira delas é relativa ao tema biomas. Um dos temas fundamentais que tem procurado orientar o trabalho do MDA é o da sustentabilidade, não só em relação à reforma agrária, não só em relação aos novos assentamentos, mas em relação a toda uma estratégia de desenvolvimento rural. É preciso compreender que o tema da sustentabilidade é decisivo do ponto de vista econômico e social. Essa é uma orientação que migra para as nossas políticas de assistência técnica, para as escolhas tecnológicas de produção, paralelamente a um estímulo a uma organização de produção cada vez mais cooperativada, como modelo produtivo e sustentável social e economicamente, como um padrão fundiário ou agrário de produção.

Qual é o tema? Isso implica investimento em pesquisa, investimentos em capacidade de produção, conhecimento dos biomas etc. Por que digo isso, Deputado? Porque temos muito acordo nisso. Na verdade, só faço o registro por conta da referência territorial que V. Exª fez. Para quem é do Rio Grande, para os conterrâneos que estão aqui, seria impensável há seis anos imaginar que esses biomas – não só a região da campanha, mas também outras – pudessem superar o binômio pecuária de corte e arroz e absorver, por exemplo, a produção de uva.

Há seis anos, seria impensável imaginar que, nas terras de Encruzilhada do Sul, onde se cria ovelha e onde se produz milho – e, segundo alguns, aranha e pedra, porque é uma área difícil –, teríamos a capacidade de produzir uva com qualidade.

Por que digo isso, Sr. Deputado? Porque o conceito é este: temos que pensar em estratégias produtivas em todas as suas dimensões que sejam capazes de garantir sustentabilidade. Este é um equívoco que não iremos cometer: insistir em um padrão de produção absolutamente insustentável.

Por conta do tempo, não vou reproduzir aqui as histórias de fracassos econômicos, sociais, ambientais, que foram produzidas especialmente no Norte e no Centro-Oeste do País, com milhões e milhões de hectares degradados. Este é um tema posto para o debate nacional: como recuperar essas áreas e garantir que esses milhões de hectares façam parte de um esforço produtivo?

Mesmo nas áreas da chamada metade sul do Rio Grande, como em todas do País, qualquer projeto de

assentamento, como qualquer projeto de investimento produtivo para uma agricultura familiar, para uma cooperativa, deve guardar relação com essa capacidade. Esse é o esforço de todos nós, e, na minha opinião, estamos indo bem. Há muito trabalho a fazer, mas penso que estamos indo bem em relação a esse tema.

Obviamente, respeito a posição do Sr. Parlamentar – e me dou o direito de uma forma muito respeitosa –, mas penso que não é razoável caracterizar que não há nenhuma assistência a quem tem terra, especialmente na agricultura familiar. Penso que o Presidente Lula vem fazendo um esforço muito grande no sentido de apoiar esse segmento.

Dissemos dos R\$4,5 bilhões investidos, e, no primeiro ano, mais de 450 mil novos agricultores e agricultoras, pela primeira vez na vida, tiveram acesso a um crédito. Não penso que é razoável recusar isso, porque é um grande esforço não só do Governo federal, mas também do Congresso Nacional, que, por um conjunto de legislações aprovadas, vem viabilizando esse acesso.

Não penso que R\$7 bilhões, que serão disponibilizados – estamos, neste momento, definindo isso –, possam ser traduzidos como zero. É real, é um fato. Vamos chegar a 1,8 milhão, vamos avançar no cooperativismo, vamos permitir que todos os assentamentos tenham assistência técnica – são mais de 250 mil – e vamos construir um processo. Sabemos que não há mágica, mas trabalho. Há condições institucionais, condições orçamentárias e um bom planejamento, que é o que estamos fazendo.

Quero só fazer esse registro, porque há muito trabalho aqui. São sindicatos, cooperativas, Governos estaduais, Banco do Brasil, BNB, Basa. Há um esforço muito grande de renovação e de qualificação que deve ser reconhecido por todos nós.

Por fim, a reforma agrária é uma política pública; não é uma política privada. A reforma agrária e os programas de apoio à agricultura familiar são políticas públicas. E políticas públicas devem acompanhar regras, normas, leis. É minha responsabilidade e da minha equipe integralmente executar essas políticas públicas dentro dessas regras. Portanto, obviamente, é de minha responsabilidade e da minha equipe superar e corrigir qualquer desvio de conduta.

Srs. Parlamentares, Srªs e Srs. Senadores, o nosso encontro é uma solenidade e não necessariamente uma formalidade, mas me disponho a ser um homem de esquerda, porque acredito nisso como alternativa para a humanidade e para o nosso País. Antes disso, considero-me um republicano. Antes disso, sou um republicano e, para além da minha obrigação legal, tenho um conceito político que procuro fazer com que

seja sólido: o do valor da república, o do valor da coisa pública. Essa é uma conduta absolutamente clara da minha gestão e da minha equipe.

Todos os temas referentes a esses conceitos são e procuram ser rigorosamente operados pela área sobre a qual tenho responsabilidade. Temos limites, temos que qualificar, mas essa é a condução para garantir a maior eficiência do recurso que é do povo brasileiro, que é público, a eficiência na sua aplicação e o seu retorno.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, falamos – e, talvez, eu possa não ter entendido corretamente, mas vou aproveitar este ambiente – em reforma agrária em média. Como trabalhamos com um programa nacional e como o País dispõe de condições muito diferenciadas de custo, é evidente que obtaremos áreas em algumas regiões com preços adequados àquele mercado de terra, como obteremos em outras regiões preços menores, adequados àquele mercado de terras. Ainda pode haver a aquisição por meio de áreas públicas e uma média de investimentos nacionais, porque preservamos o caráter nacional da reforma agrária.

Estamos trabalhando com uma referência média de obtenção e construímos o nosso planejamento a partir de uma média de R\$21 mil por família. Sr. Presidente, quando falamos de uma média por família, estamos fazendo não um movimento linear, mas um movimento que direciona uma redução do custo a partir da agregação de tecnologia produtiva.

Não achamos – e as experiências nos têm mostrado – que duas referências de organização de produção reduzem o custo de implantação e viabilizam economicamente o empreendimento. Primeiramente, uma organização de produção com base na associação e no cooperativismo agrega valor, reduz o preço de insumo, retém renda para o cooperativado – não é mais uma relação lote individual **versus** mercado. Essa organização de produção reduz preço de implantação e preserva a renda no assentado. Em segundo lugar, deve-se agregar tecnologia produtiva, não necessariamente escolher uma *commodity*, mas pensar em outras atividades produtivas que são capazes de gerar mais renda por hectare. Portanto, isso cria uma condição de diminuir a área por família e garantir sustentabilidade.

É um desafio estratégico que estamos trabalhando, e acreditamos que, na medida em que criarmos uma condição de universalização da assistência técnica, haverá massa crítica e uma estrutura capaz de elevar esse padrão tecnológico e de repensar, inclusive, em práticas do passado que não deram certo.

Essa é a estratégia geral em que estamos trabalhando, e achamos que, a partir dessa aprovação orçamentária, teremos condições de viabilizar isso.

Srs. Parlamentares, vivemos num ambiente de pobreza, com dignidade, com trabalho e com esforço. Renda monetária para esse público, renda monetária de dois ou três salários mínimos é uma condição de superação de pobreza, gerando dignidade, e é uma condição que garante um padrão de financiamento da terra e dos financiamentos que temos. Essa equação econômica estamos buscando realizar com melhor eficiência.

Por fim, Deputado Luís Carlos Heinze, não quero obviamente polemizar – seria indelicado da minha parte – sobre o conceito de privilegiado que V. Ex^a traz a esta reunião. Não penso que um assentado que sai de uma condição de extrema pobreza seja privilegiado. Só quero registrar que não concordo que, para qualquer efeito, essa parcela da população brasileira, que tem lei, que é claramente identificada, que não tem propriedade, que tem baixa renda – e parte dela vive em condição de exclusão estrutural –, seja chamada de privilegiada social e economicamente, ao contrário.

A lei estabelece condições especiais de acesso à educação. A LDB e as normatizações do MEC estabelecem um conjunto de regras que excepcionam parcelas da sociedade ao acesso à educação. Dou o exemplo, Sr. Deputado, dos professores. V. Ex^a sabe que há uma exigência da LDB no sentido de qualificação de escolaridade de professores, seja em relação ao ensino superior e até mesmo ao mestrado. A LDB excepciona a possibilidade de os professores acessarem o ensino universitário sem se submeterem a um processo ordinário de vestibular. Isso é bom, porque responde a uma legislação anterior. Há vários casos na legislação brasileira que criam excepcionalidade por conta de condição social ou por conta de legislação prevista.

O que estamos fazendo há muito tempo? E, a bem da verdade, não foi o nosso Governo que começou. Estamos investindo em escolarização e em educação em todos os níveis: na alfabetização, por meio de um programa chamado Pronera; no ensino básico; no ensino médio. Estamos financiando, em convênios com instituições, cursos técnicos de agropecuária, cursos técnicos de saúde e vários outros cursos. Financiamos convênios com instituições. São mais de 35 instituições no País que prestam esse serviço, numa pedagogia distinta, basicamente em cursos de alternância, porque uma parcela da população não consegue frequentar um padrão de escolaridade básica, porque trabalha, e a escola é distinta. Há todo um curso, que V. Ex^a e vários Parlamentares conhecem, que é a pedagogia

da alternância, em que há concentração de atividades escolares com atividades de campo, num regime que permite a frequência.

Estamos fazendo isso e achamos que é fundamental que possamos ampliar essa oferta de serviço de educação para os assentados, como vamos fazer para o conjunto dos agricultores familiares. Estamos trabalhando numa conferência com o MEC, num programa de educação para o campo. O País tem que enfrentar isso, pois as menores taxas de escolaridade estão no campo.

Portanto, estamos desenvolvendo programas que fazem uma adequação a essa realidade de quem não pode sair da sua comunidade e ir para uma capital, de quem não pode sair para uma grande cidade e frequentar um padrão regular de educação. Assim, estes poderão ter acesso a cursos básicos, à educação de jovens e adultos, a cursos técnicos. Iniciamos, agora, a possibilidade de acesso a curso superior em três universidades para os assentados, como política pública, nobre Deputada, no Pará, na Bahia e em Sergipe.

Penso que a sociedade brasileira e todos nós deveremos ficar orgulhosos, com todo respeito. O Estado brasileiro oferece condições para que esses que não dispõem de nada, ou de quase nada, possam acessar, dentro da legalidade, um curso de Engenharia na área de ciências agrárias. E mais: isso é um direito fundamental, dentro da legalidade, que estamos oferecendo.

Eu poderia ser criticado por não oferecer condição de acesso à escolaridade à base social – é a área que tenho responsabilidade de prover. Do mesmo jeito, estamos debatendo com o MEC e com os Governos dos Estados, em várias áreas, para adequar uma escolarização a essa realidade.

Portanto, estamos patrocinando, estamos apoiando, estamos estimulando e queremos financiar mais programas dessa natureza. O País ganha quando parte de seu povo, nessas condições, tem acesso a uma educação, em todos os níveis, com qualidade. Essa é a nossa opinião. Respeitamos todas as outras opiniões.

Em relação ao tema abordado pela Senadora Ana Júlia, quero novamente concordar com S. Exª e ratificar o que S. Exª disse. É um esforço enorme nosso, e temos que ampliar os recursos e a presença do Estado, não só a do Poder Executivo como a de todas as instituições, para apoiar o Estado do Pará e outros Estados que têm um padrão de conflito maior.

Permito-me, mais uma vez, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, renovar o que penso – e é um trabalho histórico que o Senado produziu – sobre a emenda constitucional que está sob a responsabili-

dade da Câmara Federal e que é relativa a um instrumento poderoso que inibe, definitivamente, no nosso País, essa condição de violência degradante, que é o trabalho escravo. Do nosso ponto de vista, esse não é um instrumento para obter terra, mas sim um instrumento para acabar com a violência que degrada a sociedade brasileira e a Nação. Portanto, a aprovação desse instrumento vai, sim, colaborar com a eliminação da violência no meio rural brasileiro. Só no Estado do Pará, foram cinco mil trabalhadores libertados no ano passado. O Senado produziu um documento histórico, e, na minha opinião, a Câmara dos Deputados vai qualificar e acompanhar – como já fez em Comissão especial – esse instrumento tão importante.

Por fim, Deputado Abelardo Lupion, quero concordar integralmente com as suas premissas. Quem trabalha dentro daquilo que é o ordenamento legal não teme a reforma agrária. A reforma agrária é um instrumento para superar uma condição de ociosidade de terras que são finitas e um patrimônio nacional. Portanto, a posição do nosso Governo é a de apoiar uma estrutura produtiva, que, dentro de regras ambientais e sociais, constitui não só uma área rural, mas também um patrimônio de uma nação que deve ser preservado.

Portanto, não é disso que estamos falando aqui, e quero concordar com todas as suas premissas. Sou obrigado a fazer referência ao tema abordado na parcela final de sua intervenção: uma de caráter geral e outra de caráter mais específico.

Não gosto – e sei que os senhores vão compreender – de entrar em tema mais específico, que os senhores acompanham e ao qual se dedicam, pois, infelizmente, muitas vezes, o Ministro, por conta de uma preparação de caráter geral, pode não dominá-lo.

Vou fazer referência às observações relativas ao Desembargador Gersino, da Ouvidoria Agrária. Com absoluto respeito à sua opinião, quero testemunhar aqui, de forma geral, a minha enorme admiração pelo Desembargador Gersino. Poucos são os cidadãos brasileiros que se dispõem a trabalhar 24 horas por dias no sentido de minimizar um padrão de conflito. O Desembargador Gersino, a Drª Maria Oliveira e a nossa equipe da Ouvidoria Agrária têm uma longa trajetória. Estamos falando de um Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, com longa experiência, que, com sabedoria, cautela e capacidade de buscar harmonia em situações de absoluta tensão, tem colaborado com o País. Quero testemunhar o grande respeito que tenho pelo trabalho da nova Ouvidoria Agrária, onde estamos fazendo uma ampliação. É uma instituição que tem sido exemplar no sentido de auxiliar e minimizar um padrão de conflito em todo o

nosso País. Felizmente, conseguimos ampliar a nossa Ouvidoria Agrária: eram três profissionais, e, agora, são 12. Isso ajudará o trabalho, e, talvez, em escala nacional, possamos evitar a ampliação da violência em nosso terreno.

Devo ter toda cautela quanto a casos mais específicos que V. Ex^a traz, mas quero fazer uma referência ao caso do réu, eu chamaria assim, Elemer do Nascimento Cezimbra, em Quedas do Iguaçu. Os adjetivos colocados foram muito graves. Há um conjunto de adjetivos que são fortes, mas passo a ler rapidamente o que tenho, que é uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, do Ministro-Relator, em relação ao **habeas corpus**, definido no dia 25 de maio de 2004, que passo a ler. No despacho, diz-se: “A Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, concedeu a ordem para trancar a ação penal de que aqui se cuida [a referente a esse trabalhador rural], por falta de justa causa quanto aos crimes de formação de quadrilha e corrupção de menores, estendendo a ordem de ofício aos demais acusados, para trancar a ação penal em relação aos pacientes. No que se refere à acusação de roubo qualificado, por inépcia da denúncia, sem prejuízo, se for o caso, da instauração de nova persecução, estendendo-se a ordem de ofício ao co-réu Adelson Schollemberg, e ainda para revogar a prisão preventiva dos pacientes, sem prejuízo de nova decretação, se demonstrada a necessidade de custódia cautelar, estendendo-se de ofício ao co-réu Adelson Schollemberg, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator”.

Essa é uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, de 25 de maio.

Portanto, Sr. Deputado, não estamos adjetivando ou, naquilo que imagino, “ideologizando” ou politizando a ação de um Desembargador, porque, a partir de uma decisão do Ministro-Relator do Superior Tribunal de Justiça, trata-se de uma conduta ou de uma adjetivação não ao Desembargado, mas ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Faço questão de relatar isso aqui, frente a gravidade das acusações.

Sr. Deputado, em hipótese alguma, da minha parte, isso implica um desrespeito às suas opiniões. Obviamente, não concordo e acho que o padrão de adjetivação foi extremamente forte, especialmente porque não se refere ao Desembargador Gersino, mas a um voto de uma Turma do Superior Tribunal de Justiça, conforme relatei.

O que quero, Sr. Presidente, informar, neste nosso diálogo, é que tenho absoluta certeza de que a ninguém interessa um padrão de violência. O esforço nosso, o esforço do Governo e o de todas as instituições, obviamente, é um esforço feito a partir do reconhecimento de um padrão de conflito na sociedade brasileira. Equi-

vocado seria recusar um padrão de conflito estrutural, social. O grande desafio da nossa democracia, da nossa República e das nossas instituições é o de como administrar esse padrão de conflito de tal forma que ele não transborde para uma situação de violência.

Todo o esforço, volto a reiterar, que estamos produzindo, a partir dos programas e dos conceitos que oferecemos a esta CPMI, é exatamente nessa perspectiva. O País não quer conviver com mortes no campo por conflitos agrários. Não queremos conviver com mortes, com sofrimento no campo, por conflitos agrários, e, portanto, toda a qualificação, todo o nosso trabalho, como o de V. Ex^{as}, tenho certeza, a partir das grandes contribuições que esta CPMI vai dar ao Congresso e ao País, caminha nessa direção.

Nas observações que fiz, procurei exatamente responder a isso, porque é uma percepção de uma vontade da sociedade brasileira, especialmente daqueles que produzem e que merecem a nossa homenagem. Eles trabalham muito, transformaram este País num dos maiores exportadores líquidos de alimentos do mundo e construíram uma capacidade de ofertar alimentos para o nosso povo, como poucos países produziram.

Sabemos que temos muito trabalho pela frente, mas estamos muito seguros de que essa estratégia agrária e agrícola que produzimos vai permitir que, num curto espaço de tempo, a agenda prioritária do nosso debate seja de produção, de renda agrícola e de outros temas que interessam a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para proferir uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Ministro, respeito a sua posição, a sua defesa da sua equipe.

O que fizemos foi uma denúncia, para que pudessemos não acirrar ainda mais as disputas que existem dentro do nosso segmento. Nada justifica o tipo de ação feita em tentar a interferência num ato judicial. V. Ex^a leu uma sentença do dia 25 de maio. E, aqui, estamos denunciando um fato acontecido no dia 5 de abril. Não sei em que condições o caso se deu, já que há sustação da denúncia de corrupção de menores e do caso de formação de quadrilha. Mas, no que significa roubo, susta não pelo mérito. E algo extremamente importante é que a denúncia não é feita pelo Deputado Abelardo Lupion. A denúncia é feita

por um Juiz de Direito responsável pela Comarca de Quedas do Iguaçu.

Então, aqui, estamos colaborando. Não estaríamos aqui colaborando se nos omitíssemos quanto a isso. V. Exª leu uma ação feita após uma denúncia, e houve uma descaracterização de crime por meio do Superior Tribunal de Justiça. Mas a conduta está errada. Por mais que tenhamos a intenção de evitar os conflitos, não podemos interferir em decisão judicial. Dentro desse trabalho é que eu gostaria de deixar muito clara a nossa posição, não desrespeitosa quanto à qualificação de qualquer tipo de funcionário.

V. Exª falou em cooperativismo. O Senador Alvaro Dias, o Deputado Sciarra e eu nos orgulhamos muito do nosso cooperativismo no Estado do Paraná.

E eu gostaria de fazer um desafio a V. Exª. Há mais de dez anos estamos tentando fazer isso junto aos Governos. Por meio da Organização das Cooperativas do Paraná, que hoje representa o setor cooperativista dos produtos agrícolas do Paraná – 60% da produção do Paraná sai de cooperativas agrícolas, e 80% dos componentes dessas cooperativas são de pequenos e miniprodutores –, queremos uma chance de mostrar que, pelo cooperativismo, podemos fazer, sim, uma reforma agrária. Dentro do nosso setor, há os nossos trabalhadores rurais, que não incorrem em lei, não incorrem em nenhum crime, quando não invadem – esses merecem uma chance tanto quanto aqueles que estão invadindo. E os filhos dos nossos produtores estão sendo obrigados a migrar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a compreensão do Deputado.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra só por dois minutinhos, só para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se formos conceder réplica a todos, ficaremos aqui até o fim do dia.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Mas quero fazer só uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Por consideração a V. Exª, vou-lhe conceder a palavra por 30 segundos.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – O Ministro falou dos R\$7 bilhões, os quais reconheço. Mas, Sr. Ministro, o que falei é que, hoje, no Brasil, talvez, haja 1,5 milhões ou 1,6 milhões de contratos, seja do MDA, seja do Ministério da Agricultura. Há mais de cinco milhões de propriedades e, certamente, mais de sete milhões de produtores rurais. O que eu quis dizer é que mais de três milhões de propriedades não tiveram acesso a nada, nem à assistência técnica.

Louvo a sua atitude, porque sou engenheiro agrônomo e extensionista e sei da necessidade. Quando se fala em número de aplicação, penso que precisamos atender a essa gente.

E lamento porque, agora, são três universidades que estão trabalhando para os sem-terra. Não sei quantos sem-terra existem hoje no País, quantas são as pessoas do MST. Agora, são três cursos. Eu sabia do de Sergipe. Agora, V. Exª fala que há universidade na Bahia e em Sergipe e outra no Pará também. Realmente, isso nos preocupa, pois aí sim estamos privilegiando uma categoria, esse pessoal dos sem-terra. Então, penso que esses milhares de estudantes brasileiros terão que aderir a essa linha, para poderem ter o direito de entrar numa universidade – falo daqueles que não têm condições de nela entrar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Registro o requerimento que está sobre a mesa e o coloco em deliberação. É do Senador Sibá Machado, do Deputado José Geraldo, da Senadora Ana Júlia e do Deputado Jamil Murad.

O requerimento convoca para depor nesta Comissão o Prefeito de Unaí, José Brás da Silva, proprietário da Fazenda Boa Esperança, em Canaã dos Carajás. Ele foi condenado a pagar indenização de R\$280 mil, por manter na propriedade dez trabalhadores em condição análoga à escravidão.

Convoca-se também o Sr. Regivaldo Pereira Galvão, para prestar informações a respeito de programas agrários na região de Anapu, no Estado do Pará. Ainda há a convocação dos Srs. Laudelino Délio Fernandes Neto; Dani Gutzait; Sargento João Antônio; Marco Oliveira; Regivaldo Pereira Galvão, que já foi anteriormente citado; Marquinho Felíssimo Lélío Silva, fazendeiros de Anapu, acusados de invadir terras e de promover a violência na região.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam com a convocação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto-o à Secretaria para as providências.

Concedo a palavra aos três últimos inscritos para a indagação: Deputados Ronaldo Caiado, João Grandão e Eduardo Sciarra.

O Deputado Ronaldo Caiado tem a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, devo dizer ao Sr. Ministro que respeito a posição política e ideológica de V. Exª, quando se declara um homem de esquerda, mas um republicano preocupado exatamente com a coisa pública.

Tenho consciência de que V. Exª é um homem preparado e de que, com isso, conhece detalhadamente a máquina do Governo, conhece orçamento, conhece exatamente as limitações do Governo do qual V. Exª faz parte.

Com isso, Sr. Ministro, pergunto: é justo V. Exªs sinalizarem a uma população de carentes, de excluídos, quando o Governo de V. Exªs não destina orçamento suficiente para atendê-los? Esse é o primeiro ponto.

Não estaríamos exatamente vendendo a milhões e milhões de brasileiros uma ilusão e, com isso, fomentando, cada vez mais, um processo de luta de classes, principalmente no setor rural, já que o Governo não tem orçamentariamente condições de instalar essas pessoas? É um primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Ministro, é que V. Exª diz que é um executor de política pública dentro de normas, regras e leis. São palavras de V. Exª. No entanto, a Medida Provisória nº 2.183, que é lei, diz que todo cidadão que invade uma propriedade não poderá estar no cadastro de futuros assentados e que essa propriedade não pode ser vistoriada por um prazo mínimo de dois anos. Infelizmente, o Ministério que V. Exª coordena não vem cumprindo essa determinação legal.

O terceiro ponto, Sr. Ministro, é o seguinte: V. Exª defende a equipe técnica e as pessoas que coordenam hoje a Ouvidoria Agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Mas veja, Sr. Ministro, o caso relatado pelo Deputado Abelardo Lupion e o quadro hoje relatado por mim no Estado de Goiás, em que um jovem do Estado de V. Exª, de vinte e poucos anos, foi brutalmente assassinado por um tiro, ao estar na companhia do pai, quando a fazenda estava sendo invadida. E realmente era alguém com uma mira certa, porque o foco foi detectado no momento em que esse jovem acendeu um cigarro. Nessa hora, ele foi atingido na cabeça.

A pergunta que faço a V. Exª e a todos que nos estão vendo é a seguinte: Sr. Ministro, é justo, é correto os familiares, os amigos, a mãe e o pai desse rapaz presenciarem a força do Governo, da Ouvidoria Agrária, do Conselho Nacional de Políticas Humanas e do Ministério da Justiça para impedir que os policiais ou a Justiça do Estado tomem as providências dentro dos ritos normais?

E V. Exª há de convir que é um constrangimento para um Desembargador do meu Estado receber um ofício do Relator dando preferência ao julgamento do **habeas corpus** daquele que previamente foi retido pela Polícia do meu Estado como sendo o possível assassino. É isso o que se interroga.

Esta é a pergunta que lhe faço, Sr. Ministro: alma tem valor ponderal no Governo de V. Exª? A alma do

produtor rural não vale nada, a alma do trabalhador rural tem toda a cobertura de todas as estruturas do Governo.

Então, como disse o Deputado Abelardo Lupion, estamos aqui para ver se conseguimos sensibilizar o Governo, V. Exª e os Parlamentares que dão apoio ao atual Governo, para que diminuam não só o preconceito, mas a radicalização na discussão.

V. Exª cita que conseguimos combater, com as ações do Governo, e debelar vários focos de trabalho escravo, e todos nós e qualquer cidadão de mente sã se propõe exatamente a combater o trabalho escravo.

Mas vejam bem o desserviço feito. Hoje, os países que competem com o Brasil estão utilizando *banners* e *outdoors*, que foram colocados aqui, na Casa, dizendo que o açúcar, o café, a soja, como também a carne, todos eles são fruto de trabalho escravo e que por isso o Brasil consegue preços menores e consegue mercado em outros países. O nobre Colega passou várias vezes pelo corredor da chegada ao Plenário e pôde ver que, durante mais de 15 dias, esses *banners* ficaram lá expostos e ainda carimbavam a carne com trabalho escravo e ferravam a soja, o açúcar e também a cana, os demais produtos nossos, com a inscrição “trabalho escravo”.

Sr. Ministro, são essas posições que, sem dúvida, causam angústia e inquietação no campo. V. Exª, como Ministro de Estado, tem uma posição de imparcialidade, uma posição, como V. Exª disse, de cumprir regras, normas e leis.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – A pergunta que faço, continuando, Sr. Presidente, é exatamente se V. Exª saberia nos dizer se, realmente, hoje temos em acampamento em torno de 180 mil brasileiros, em primeiro lugar. Em segundo lugar, quantos mil assentados existem hoje no Brasil? Em terceiro lugar, quantos são os assentamentos emancipados, ou seja, aqueles que hoje sobrevivem e conseguem dar uma renda mínima aos que ali habitam? Em quarto lugar, Sr. Ministro, por que no Governo de V. Exª a agricultura familiar hoje não consegue comercializar seus produtos? Não há verba para AGF nem para EGF. A denúncia está em todos os jornais do Brasil.

Se o cidadão recebe um pequeno empréstimo, se ele deposita suas esperanças na produção do milho e do arroz ou de sua pequena lavoura, como é que ele vai dar conta de sobreviver, sendo que, nessa hora, como V. Exª conhece bem, o comerciante da cidade vai impor a ele um preço que é, sem dúvida alguma, a metade quase até do preço mínimo? Ele não tem a quem vender. E o Governo Federal não direcionou nenhuma política no sentido de atender principalmen-

te esses produtores, para não deixar que os atravessadores se beneficiassem no momento da colheita, quando o cidadão tem que pagar as suas dívidas no comércio.

Há outro ponto. V. Ex^a disse que trabalha – e aplaudo isso, sem dúvida nenhuma – para agregar tecnologia, para que, cada vez mais, possamos implantar programas de assentamentos com áreas menores e com maior produtividade. Como é, Sr. Ministro, que V. Ex^a, com cabeça tão arejada e visão tão inteligente, não conseguiu sensibilizar os Pares que compõem o Governo Lula a respeito da necessidade de aprovarmos uma legislação da biossegurança, que hoje está no Senado Federal, que pudesse exatamente dar condições para que essa tecnologia agregada chegasse principalmente aos cidadãos mais pobres, conforme a decisão da ONU?

Sei do avançado da hora, e estamos aqui um pouco também no aguardo dessa audiência há muitos dias. Mas quero dizer ao Sr. Ministro da nossa preocupação com a preservação do meio ambiente e da reserva florestal, que é determinada em lei, sendo obrigação que todos os produtores rurais a tenham e possam ser fiscalizados.

Sr. Ministro, não vou ser genérico, mas, no meu Estado, desafio um assentamento que tenha preservado a reserva legal. A destruição é feita, principalmente, sobre a área de reserva legal.

Não quero aqui sugerir como se deve proceder, até porque não tenho credenciais para isso. Como Parlamentar que sou, devo discutir a legislação e não ficar aqui sugerindo política ao Ministro de Estado. Mas cabe a mim, Sr. Ministro, dizer que temos que tomar uma decisão no sentido de arrefecer os ânimos, de mostrar as limitações que o Governo tem de não instigar esse processo de que alguns se acham com direito de fazer reforma agrária com as próprias mãos – e essa é a tônica do Sr. Stédile. Em contrapartida, V. Ex^a vê o setor rural totalmente acuado, angustiado e preocupado com o dia em que será vítima de uma invasão ou de uma truculência.

Sei que V. Ex^a, que é um democrata e que se define como um cidadão de esquerda, não gostaria, sem dúvida nenhuma, de ver no currículo de V. Ex^a a trajetória no Ministério onde proliferassem os “Abril Vermelho”, com tanta violência e com tanta invasão, como tem acontecido ultimamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pelo tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Grandão.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, tenho o maior respeito

pelo Ministro Miguel Rossetto, pela sua conduta, pela sua capacidade de síntese e, acima de tudo, pela sua responsabilidade com os movimentos sociais e com o Brasil.

V. Ex^a tem se esforçado para fazer com que este País efetivamente tenha a possibilidade de dizer que têm assentamentos que podem dar certo. Se hoje há assentamentos que não estão dando certo e que têm problemas de todas as ordens, com certeza essa não é responsabilidade de V. Ex^a e muito menos do Governo que está aí. Portanto, há quem não fez reforma agrária neste País, e, com certeza, não foi V. Ex^a e nem o Governo Lula, que está tentando fazer acontecer a reforma agrária.

Eu poderia até fazer aqui alguns contrapontos, em termos numéricos, inclusive com valorização de alma, com o Deputado Ronaldo Caiado, mas não é esse o mérito, não vou entrar nesse mérito. Eu poderia aqui dizer da admiração que eu e alguns Deputados temos pelo MST, fazendo uma analogia com a admiração que alguns Deputados desta Casa têm pela UDR. Mas não vou fazê-lo, não vou entrar nesse debate, até porque o mérito aqui não é fazer nenhuma comparação numérica de preço de alma, se essa vale mais ou se essa vale menos.

Quero, Sr. Ministro, dizer que nós, do Mato Grosso do Sul, temos resultado prático desse Governo. E tenho plena convicção de que outros Estados também têm resultado prático. Inclusive, nesta sala, há pessoas que contribuíram, e muito, para a feitura do processo da fazenda Itamaraty, na segunda etapa. O representante do Incra, especialmente, e o pessoal da área de Agronomia estão nesta sala, ouvindo o que estamos dizendo aqui. Nesse sentido, Sr. Presidente, creio que está demonstrado que, quando há vontade política de fazer reforma agrária, esta pode ser feita.

Nesta Casa, sou membro da Comissão de Orçamento. E, hoje, temos o conhecimento de que há um projeto de suplementação orçamentária. E aí me preocupo, pela sua boa vontade, pela sua capacidade, se esses recursos realmente são suficientes para a feitura de toda a situação que V. Ex^a tem vontade de fazer.

E me preocupa não só a questão numérica, mas também o tempo necessário para que esse recurso seja efetivamente colocado à disposição de um projeto desse Governo.

Sr. Presidente, há outra coisa que eu queria perguntar ao nobre Ministro. Temos acompanhado de perto essa questão dos financiamentos, e existem algumas ilações em termos de que não há dinheiro, de que não chegou o crédito. Quais são os dados sobre o acesso ao crédito, principalmente sobre o Pronaf A? Para aqueles que têm dificuldade de entender essa questão,

devo dizer que o Pronaf A diz respeito àquele recurso que dá a primeira possibilidade para o assentamento de poder se instrumentalizar. Temos informações de que alguns assentados estavam aguardando recursos do Pronaf A há quatro anos.

Portanto, é muito fácil fazer crítica. Inclusive, há críticas até certo ponto infundadas.

Sr. Presidente, sei que há projetos – e discutimos sobre isso – sobre a questão de recuperação de assentamento. Em Mato Grosso do Sul, o Idaterra e o Governo Zeca do PT têm contribuído sobremaneira nesse aspecto, em termos de recuperação de assentamentos. O que é na verdade? Não é o que gostaríamos que fosse, no tempo em que está colocado, mas, em função da forma como estava, há uma participação muito importante do Governo dos Estado nesse sentido.

Gostaria, então, Sr. Ministro, que V. Ex^a comentasse sobre os projetos de recuperação de assentamentos, entrando, evidentemente, na questão da assistência técnica.

Há também uma situação que apresentamos, e, inclusive, o Dr. Plínio de Arruda comentou sobre isso há pouco. Quando se faz um debate como esse, há coisas que muito respeitamos, como o amor à Pátria, que envolve um conjunto de situações, e o amor e o respeito à questão da propriedade. É claro que, para se ter a propriedade, deve haver os direitos a ela inerente: a questão do uso, do gozo e da disponibilidade. Mas, evidentemente, se há o uso, o gozo e a disponibilidade, mas se a propriedade não está desempenhando a sua função social, algumas situações precisam ser resolvidas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Nesse sentido, Sr. Presidente, é que quero que o Ministro nos dê essas informações.

Em respeito à fala dos nobres Deputados, devo dizer que citaram muito aqui a MP nº 2.183. Aqueles que fazem um processo de ocupação não terão mais direito a crédito. Parece que isso não está sendo cumprido. E aqueles que têm – e não são poucos – mil hectares, mil alqueires, mas que, na verdade, grilam e ficam com três mil ou quatro mil? Esses terão direito a crédito normalmente. São situações sobre as quais temos que ter postura. Devemos ter coerência e, acima de tudo, boa vontade e discernimento para fazermos aqui algumas colocações.

Em função do tempo de que dispomos, em função do adiantado da hora, não me vou prolongar mais, mas gostaria que, a esses questionamentos, nos fossem dadas respostas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Eduardo Sciarra, do Paraná.

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Relator, em função do que foi dito pelo Deputado João Grandão, devo dizer que entendemos que a lei deve ser cumprida em todos os casos, sem exceção. E, nesse sentido – antes de fazer a minha intervenção, eu gostaria de falar sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária –, quero voltar ao assunto de Quedas do Iguaçu.

Sr. Ministro, moro muito perto de Quedas do Iguaçu, moro em Cascavel. Tenho acompanhado, há muitos anos, o assentamento em Quedas do Iguaçu. Em diversos momentos, o assentamento tem sido, inclusive, refúgio de pessoas condenadas pela Justiça. E o desmatamento que tem acontecido no assentamento e o comércio de madeira provocaram um dano irreparável ao meio ambiente naquela região. Evidentemente, sabemos que tudo isso deve ser punido e combatido.

O Desembargador Dr. Gersino, pessoa que, realmente, tem um passado em prol de causas democráticas, não está sendo, nessa atuação no Estado do Paraná – e sabemos também de outras situações –, imparcial da forma que o cargo lhe imputa. Ele esteve algumas vezes em de Quedas do Iguaçu. Ouvi a entrevista do Juiz Leonardo Ribas Tavares, de Quedas do Iguaçu, que recebeu essa correspondência da Ouvidoria Agrária do Ministério, pedindo a soltura do agricultor Elomar do Nascimento Cezimbra, que, entre outras coisas, é acusado de roubo de soja. E, no momento em que o Ouvidor Agrário mandou essa correspondência para o Juiz, não havia nenhuma decisão do STJ, e, conseqüentemente, estava o Ouvidor trabalhando para soltar, até então – e o processo continua –, o acusado de roubo de soja. Da mesma forma, entendemos que aquele acusado de assassinato, por exemplo, em conflitos de terra não pode ter a soltura pedida. E, aqui, na CPMI, o próprio Ouvidor Agrário falou isso quando tratava da questão dos **habeas corpus**.

Com todo o respeito, quero ouvir do Sr. Ministro se apóia ou concorda com isso. Não quero tratar de caso pontual, mas as ações têm acontecido.

No dia 9 de dezembro de 2003, o Dr. Gersino esteve na Comissão dos Direitos Humanos da Câmara e disse – isso está gravado – que tem agido muitas vezes nesse sentido, junto a delegados e a juízes, por entender que esse é um papel que lhe cabe no cargo que ocupa. Eu, particularmente, penso que isso só serve para incentivar a violência no campo, a impunidade, e hoje nos preocupa sobremaneira o número

de casos de invasões, o que é uma triste realidade para todos nós.

Queria, Sr. Ministro, falar rapidamente sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi proposto no final do ano passado. Essa é a proposta do Ministério. Relacionei alguns itens e gostaria de pontuá-los.

Diz o Plano que pretende mudar a estrutura agrária brasileira – isso está na pág. 3 do documento. Há outras observações: “intervir sobre a estrutura produtiva” e “busca ser massiva, ou seja, criar extensas áreas reformadas”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SCIARRA (PFL – PR) – O Plano condena expressamente o atual modelo agrícola “por gerar pobreza, desigualdade e exclusão no campo”. Volta-se contra o processo tecnológico que busca aumentar a produtividade física da terra, a produtividade da força de trabalho empregada no cultivo e na criação de animais. Considera insustentável, do ponto de vista econômico, social e ambiental, o atual modelo de produção agropecuária. Esse é o modelo que está trazendo para o País taxas elevadas de crescimento nos últimos anos, gerando emprego e renda no campo e fora dele, com assegurados folgados superávits da balança comercial, promovendo a expansão física da ocupação do território nacional. Isso é reconhecido pelo Presidente da República; é de conhecimento geral da Nação.

Qual é, enfim, de fato a política agrícola que deve prevalecer no Governo? É essa que está em curso, trazendo tantos benefícios para o nosso País, ou a política de reforma agrária proposta pelo Ministério?

Então, Sr. Ministro, em função do adiantado da hora, deixo essas colocações. Eu teria outras observações a fazer a respeito do Plano, mas, em amor à brevidade, vamos encerrar a nossa participação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos conceder a palavra ao Ministro, para que responda às últimas questões e faça as suas despedidas.

Antes, anuncio que, na próxima semana, uma Comissão integrada por Parlamentares da CPMI irá ao Estado de Goiás, para investigar a prisão em flagrante do Sr. José Felipe dos Santos, com busca e apreensão de armas.

O requerimento foi de autoria dos Deputados Adão Pretto, João Alfredo e Jamil Murad. Com a aprovação desse requerimento, fica designada a Comissão, integrada pelos próprios requerentes e, eventualmente, por mais algum Parlamentar, se desejar, para essa visita ao Estado de Goiás, na próxima semana.

Concedo a palavra ao Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esta é minha última intervenção nesta CPMI, e eu gostaria, desde já, de colocar-me inteiramente à disposição dos Srs. Parlamentares que, por conta do tempo, eventualmente não tenham conseguido levantar as questões e buscar respostas a algumas indagações que disponham. Gostaria de me colocar inteiramente à disposição, a qualquer momento, das Sr^{as} e Srs. Parlamentares da CPMI para prestar esclarecimentos, informações, de tal forma a colaborar com o bom andamento da CPMI, na medida em que toda a nossa expectativa é muito positiva.

Rapidamente, por conta do adiantado, gostaria de responder às três questões que os nobres Parlamentares trazem para o debate.

A Ouvidoria Agrária tem sido uma instituição, um instrumento importante para minimizar o padrão de conflito agrário no País. São centenas e centenas de casos em que há um ambiente extremamente tenso, ambientes-limites, em que a Ouvidoria Agrária vem desenvolvendo um trabalho muito positivo, de tal forma a evitar o transbordamento dessas situações.

A Ouvidoria Agrária comete erro na sua conduta? Provavelmente.

Ela se pauta, o conjunto do seu trabalho, por uma política, uma postura equivocada? Não, na minha opinião. Em hipótese alguma.

Acolho as opiniões dos diversos Parlamentares. O Desembargador e toda a sua equipe, numa situação de grande tensão, têm preservado uma postura equilibrada e serena e têm-se orientado por uma busca de respeito à legalidade, a um senso de justiça. Isso conduz a Ouvidoria Agrária.

É muito difícil para o Ministro – fiz essa referência frente a intervenção do Deputado Lupion –, a partir de casos concretos, dispor de uma opinião. Estamos falando em centenas e centenas de episódios. Estou acompanhando diretamente a conduta da Ouvidoria Agrária. Não só a estou acompanhando, mas fortalecendo a Ouvidoria Agrária. Vejo a disposição desses brasileiros, cidadãos e cidadãs, que não têm hora para trabalhar e que têm um senso de urgência e de justiça muito apurado.

Portanto, já fiz referência às informações que disponho sobre os dois casos que os Srs. Deputados trazem. É uma decisão de uma Turma do Superior Tribunal de Justiça, que é uma referência para todos nós. São referências de legalidade as decisões judiciais, independentemente das opiniões de que dispomos.

Em relação ao segundo caso, tenho a certeza de que a conduta de todos nós é a busca pela justiça. A

vida deve ser respeitada para todos. É um valor em si, é um valor universal, e a conduta do Desembargador Gersino, tenho certeza, firma-se na busca da justiça.

Não quero aqui entrar, Deputado Caiado, no detalhamento do processo, mas tenho certeza disso. Vou analisar todas as informações de que disponho e que não são conclusivas. Foram exatamente provocadas por informações que o senhor traz a esta Comissão. Há um grau de precisão no projétil que, segundo alguns, a eventual arma que estava de posse desse cidadão não seria capaz de produzir. Isso é perícia, é técnico, mas não farei referência a isso. O que moveu o Desembargador foi a justiça. Portanto, há a idéia, por conta de uma perícia, de que o eventual porte dessa arma seria incapaz de produzir isso que o outro projétil produziu, infelizmente causando a morte desse cidadão.

Portanto, para o nosso Ministério, a vida é um valor em si. Temos que trabalhar e trabalhamos nessa perspectiva, de forma muito dedicada, pela Ouvidoria. Estamos fortalecendo-a.

A idéia de um modelo é um tema recorrente. Todos os temas, todos os conceitos contemplados no documento do PNRA são absolutamente ratificados e endossados por mim. Quero deixar isso absolutamente claro.

Qual é o tema? Há uma posição de Governo do Presidente Lula, a que fiz referência aqui – e farei referência novamente. A nossa posição é a de que há um espaço produtivo no mundo rural capaz de absorver vários modelos produtivos, várias tecnologias produtivas, e de que o que deve ser homenageado é o trabalho, a produção, dentro dos parâmetros a que fiz referência, ou seja, de produzir de uma forma respeitosa à legislação ambiental e trabalhista etc. Essa é a referência. Não há contradição, não há escolha, não há exclusividade. Há uma opção, sim, de buscar o equilíbrio num setor que melhor responde ao trabalho e ao emprego, que melhor responde a uma opção de repartição de renda produzida, que melhor responde estruturalmente às questões ambientais.

Os Parlamentares do Paraná trazem isto: a experiência, se é uma verdade ou se é um valor, a equidade na repartição de patrimônio e de renda de uma sociedade. Os Estados que melhor e positivamente repartiram esse patrimônio são os que melhor dispuseram de uma distribuição de renda. Isso é um fato, não uma opinião ideológica, e todos os senhores o conhecem. Portanto, é um direito de uma sociedade escolher a forma como seu território é utilizado nos aspectos produtivos, ambientais e sociais.

Os países escolhem a forma como esse patrimônio – que é finito – é utilizado. O que estamos dizendo – este é um debate que se trava – é que existem resulta-

dos das opções. É possível imaginarmos o predomínio, a hegemonia de um único modelo agrário e produtivo no País que tenha como base a monocultura extensiva? Isso é bom para a economia brasileira? Não. Essa não é uma posição ideológica, é uma posição econômica. Há modernidade, há novidade na monocultura extensiva no País? É claro que não. O País conhece isso há quatro séculos. O País conhece essa estrutura fundiária e produtiva há quatro séculos. Ou não?

É bom que o País desenvolva a capacidade produtiva, com a ampliação de produtividade, custos baixos, competitividade, preservação ambiental, para que possa alimentar seu povo e contribuir para a alimentação de outros povos? É claro que sim. Esse é um valor. Este é um País que, ao longo dos últimos anos, foi um dos maiores produtores de carne, de proteína animal, com a criação de gado, suínos e aves. É um dos maiores exportadores de soja, café, açúcar tradicional, suco de laranja. Isso é ruim? É claro que não. Isso é positivo.

Qual é a contradição a que o País tem que responder? Não é uma contradição para os produtores, mas para os Governos, e não apenas para o Poder Executivo. Como o País foi capaz, nas últimas décadas, de responder a esses desafios e, ao mesmo tempo, não conseguiu impedir que parte de sua população rural passasse fome? Como um País como este tem os maiores índices de pobreza rural e reproduz na sua estrutura fundiária um padrão de concentração de renda?

Esse é o debate estratégico que temos de fazer de uma forma serena. Todos os países fizeram isso. Todos os países, independentemente do regime político e do período histórico, produziram um amplo debate sobre o padrão de ocupação e distribuição de seu território. Todos eles o fizeram. O último momento histórico em que o País produziu esse debate foi 1988, na Constituinte. Portanto, temos de fazer, sim – é correto e justo –, um debate estrutural de desenvolvimento rural.

Interessam às nossas regiões e comunidades imensos vazios rurais? Penso que não. Como conciliar um padrão tecnológico que responda a essas variáveis com geração de trabalho e emprego direto?

Portanto, estamos sugerindo um debate permanente, porque iremos traduzir em políticas públicas essas opções que faremos juntos. Iremos construir políticas públicas de tal forma a evitar desequilíbrios estruturais para o nosso País do ponto de vista econômico, social e ambiental.

O País, com dimensão continental como a nossa, deve dispor, na sua estratégia de desenvolvimento e de ocupação demográfica, de uma política que melhor ordene nossa população. Esse é o nosso esforço.

Não é razoável a constituição de metrópoles – muitas delas ingovernáveis – com esse território. Um projeto de desenvolvimento equilibrado absorve uma melhor distribuição demográfica no País e não concentrações urbanas, gigantescas metrópoles como as que aqui existem. Por isso, é preciso reforma agrária e apoio à agricultura familiar. Por isso, os melhores indicadores de desenvolvimento humano estão nas pequenas e médias cidades com forte presença agropecuária.

Esse é o conceito que estamos debatendo, e é justo que se debata. É desse conceito que iremos definir políticas públicas. Não é razoável a fotografia de que o campo da agricultura familiar ou dos assentamentos é uma só pobreza que não comercializa e não produz e que, de outro lado, temos uma parte produtiva. Não! Não é essa a fotografia do mundo rural brasileiros. Há regiões onde a renda média por hectare da agricultura familiar é três vezes maior do que a renda média por hectare da grande propriedade; onde a agregação de valor por hectare é três vezes superior à grande propriedade. Essa é uma referência nacional.

Por isso, estamos colaborando com uma estratégia de desenvolvimento rural que absorverá esses patrimônios do País, que é quem produz, quem trabalha, buscando equilibrar essa orientação clara do Presidente Lula. Todos os temas que temos trabalho compõem esse debate, que todas as outras Nações fizeram e que estamos, permanentemente, realizando.

Sr. Presidente, desculpe-me. Vou acelerar.

Deputado João Grandão, nossa estratégia é a recuperação de assentamentos. Estamos trabalhando com projetos como o de eletrificação rural, o Luz para Todos, o de saúde, com Governadores, Prefeitos e escolas. Temos de investir na assistência técnica. Neste ano, desde que aprovada a nossa suplementação, universalizaremos a assistência técnica com qualidade, criando um ambiente produtivo. Esta é a pauta com todos os movimentos sociais para o Ministério: transformar esses espaços em espaços produtivos que colaborem com as regiões, com as nossas comunidades e prefeituras. É isso o que estamos fazendo, obviamente, com as limitações de que dispõe o Governo.

Queremos, sim, uma reforma agrária ampla, com qualidade, com capacidade de responder aos temas que estamos abordando aqui. O Brasil tem urgência em gerar emprego e trabalho. A reforma agrária é um grande instrumento para oferecer trabalho, emprego direto e indireto. É nossa responsabilidade, com o Presidente Lula, com a sociedade brasileira, com o programa de regularização Fundiária, de reforma agrária, de crédito fundiário, assegurarmos dois milhões de postos de trabalho permanentes a partir do campo. É nossa responsabilidade aproveitar ao máxi-

mo essa oportunidade que temos no País, e que não há em outros países, e colaborar com uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Deputado Ronaldo Caiado, no ano passado, realizamos 95% do nosso Orçamento. Estamos executando R\$400 milhões, e, na suplementação, são R\$270 milhões para a obtenção de terra, dos R\$345 milhões. Portanto, há um compromisso do Governo de, neste primeiro semestre, trabalharmos com esse padrão de execução orçamentária, que são quase R\$700 milhões, e de sustentarmos suplementação para o segundo semestre, de tal forma que possamos executar todas as nossas metas.

Eficiência e redução de custo são nossas responsabilidades. A referência são as nossas metas físicas com qualidade. Portanto, estamos trabalhando a partir dos números fixados e das diretrizes no PNRA. Temos compromisso de execução desses números. Com essa qualidade, estamos trabalhando nessa perspectiva. Por isso, é uma grande expectativa que o Congresso Nacional aprecie, obviamente, como sempre, com qualidade, mas que possamos ter, no prazo muito curto, a aprovação e a preservação desses recursos para essas áreas.

Em relação à MP nº 2.183, nós a temos cumprido integralmente. Não há nenhuma – estamos com 16 meses de Governo – manifestação do Poder Judiciário que tenha agredido algum ato administrativo, desapropriatório ou não, do Incra, em todo esse período, por desrespeito à medida provisória. Para além da minha manifestação, trago isso para o nosso debate. Não há nenhuma manifestação judicial anulando, agredindo um ato administrativo da autarquia Incra por desrespeito à medida provisória. Portanto, é clara a nossa orientação de cumprirmos a legislação, as normas. Vamos continuar com essa determinação. É assim que trabalhamos e que queremos continuar trabalhando.

Por fim, sobre as questões do setor rural e da biossegurança, quero dizer que tenho viajado por todos os Estados e dialogado muito com lideranças, empreendedores rurais, proprietários, fazendeiros e cooperativistas de todos os portes e que não percebo a idéia de que há uma situação de alarme e crise no campo brasileiro. Digo isso com muita tranquilidade. Vejo produtores investindo, trabalhando, produzindo, a sua imensa maioria. Não acho que esses tristes exemplos compõem média dos produtores brasileiros. É uma minoria. E aqui não é um problema agrário, mas de segurança pública, de legalidade. Há vários exemplos nos Estados. No Pará, por exemplo, há o problema da grilagem. Não é isso. Os problemas dos produtores têm outra ordem. São os problemas derivados da seca, que nos agrediu, os da ferrugem asiática,

os problemas comerciais com a China, os problemas de câmbio, que quase destruíram a nossa agropecuária há cinco anos. Esses são os grandes temas que preocupam a atividade rural no nosso País.

É evidente que não há normalidade em situações como as que vivemos em abril. Não achamos que há normalidade nessa situação. Trabalhamos no sentido de evitar a preservação desse ambiente, não apenas o Governo Federal, mas também os Governos estaduais. Sr. Presidente, quero aqui testemunhar que dialoguei praticamente com todos os Governos estaduais, de todos os Partidos, que tiveram uma conduta extremamente correta. O Governador Paulo Souto, na Bahia; o Governador Aécio Neves, em Minas Gerais; o Governador Luiz Henrique, em Santa Catarina; o Governador Zeca do PT, no Mato Grosso do Sul; o Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo; o Governador Jarbas Vasconcelos, todos os Governadores têm uma postura correta, na busca de diálogo e de uma solução para a situação.

Acredito que vamos trabalhando e superando esse quadro com essas duas diretrizes. Vamos afirmar esse programa preservando a legalidade e criando a República, fortalecendo o Estado.

Por fim, quanto à biossegurança, Sr. Deputado, quando falamos em modernidade produtiva – e todos nós fazemos, realizamos um grande balanço da chamada Revolução Verde –, penso que abrimos um leque de avaliações sobre as tecnologias a serem utilizadas de forma sustentada. Penso que a biotecnologia é um ramo de pesquisas a ser estimulado, especialmente no que diz respeito às modificações genéticas, à produção de organismos geneticamente modificados. Da mesma forma, penso que avançar numa pesquisa agroecológica é sinal de modernidade e de opção. Portanto, temos um leque enorme e devemos avançar cada vez mais numa produção ampla de pesquisas.

Em relação à biossegurança, tenho uma opinião que o trabalho que a Câmara fez foi muito positivo. Penso que é um projeto equilibrado, sólido, um projeto capaz de estimular positivamente a pesquisa, de preservar o princípio de precaução e de organizar um conjunto de instituições que traduz corretamente um princípio de precaução. Penso que o trabalho que a Câmara fez, portanto, no substitutivo do Relator Renildo Calheiros foi muito correto, equilibrado, e penso que o Senado dispõe de um bom material para analisar.

Penso que a sociedade brasileira – e aí estamos falando em equilíbrio, obviamente – deve avançar na pesquisa, dotar o País de conhecimento e permitir que o País tenha soberania de escolha de produção. Parece-me que, nesse ambiente, o relatório avança bastante,

como também avança em mecanismos equilibrados garantidores do princípio de precaução.

Vivemos experiências pequenas e grandes no País, e o Senado tem uma grande virtude institucional – se me permite, Sr. Presidente. O Senado é a única estrutura política com mandato popular que dispõe do prazo de oito anos no exercício de mandato. Essa é uma virtude. Essa é uma virtude em vários momentos. As pressões muitas vezes causam tensão em debates conjunturais devido a urgências, e a nossa história, infelizmente, é cheia de decisões que, de forma açodada, por climas conjunturais, são produzidas. E o Senado, com essa virtude, com o mandato de oito anos, é uma Câmara que tem melhores condições institucionais – quero ser muito claro aqui; digo “institucionais” – de ter um olhar estratégico e histórico para com o País. E esse olhar estratégico e histórico com o País permite uma condição muitas vezes de serenidade, de cautela, que é um privilégio por conta desse período.

Então, Deputado Ronaldo Caiado, penso que a Câmara produziu um bom instrumento, que poderá ser qualificado, obviamente, por uma avaliação muito criteriosa por parte do Senado Federal. Dota-se o Brasil de um instrumento muito poderoso, avançando na pesquisa, assegurando autonomia, preservando a riqueza da biossegurança e da biodiversidade do País.

Existem riscos que uma sociedade não pode oferecer a gerações futuras. Existem riscos que as sociedades presentes fazem e devem fazer. Existem riscos que não temos, na minha opinião, o direito de oferecer às sociedades futuras, a gerações futuras. O risco de contaminação e de perda de controle da nossa biodiversidade e da nossa biossegurança são riscos intoleráveis, que não podem, na minha opinião, ser ofertados ao futuro deste País. Portanto, essa cautela responsável, que organiza essa agenda, na minha opinião, não deve, em hipótese alguma, ser abrandada em relação ao rigor de responsabilidade sobre o tema que estamos falando.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria muito de agradecer o convite. Quero afirmar a todos que recolhi muitas opiniões e muitas posições que farão parte da nossa reflexão futura. Quero colocar o nosso Ministério e as nossas estruturas à inteira disposição da Comissão, dos Srs. Parlamentares. Ao mesmo tempo, reafirmo este conceito que tem procurado organizar todo o nosso trabalho: queremos o mundo rural com paz, com justiça; queremos um mundo rural capaz de oferecer a essa parcela do povo brasileiro que muito tem trabalhado esperança e qualidade de vida. Reforma agrária e agricultura familiar compõem uma estratégia de qualificação para essa parcela que merece nosso respeito, que tem tra-

balhado, que tem produzido alimentos para o nosso povo, que tem direito a um espaço de vida qualificado. Assim, poderemos colaborar com o grande projeto de mudança de um país que quer cada vez mais se transformar numa grande nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, na medida em que o nosso Ministro tratou da questão dos atingidos por barragens, já que há aqui um projeto de lei que prevê justamente a titulação e o reassentamento dessas populações, eu queria passar às mãos de S. Ex^a esse nosso projeto para exame do Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos agradecer ao Ministro Miguel Rosseto pela participação nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e dizer que, na sua heterogeneidade, esta Comissão quer ser contribuição, quer ser a construção de um caminho de eficiência para a promoção de um programa de reforma agrária no País que promova distribuição de renda, emprego e, sobretudo, justiça social. É evidente que a manifestação de vontade política tem que se transformar em ação competente e produzir resultados concretos.

A lei tem que ser respeitada. Enquanto houver invasões, violência, assassinatos, descumprimento de ordens judiciais, certamente não estaremos trilhando o caminho da construção que queremos.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN
“COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO
DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA
FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS
DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA,
OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES
(QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES
DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS
E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA),
ASSIM COMO OS MOVIMENTOS
DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS
(QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM
SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR
AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA).
CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR
NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO.”

Ata da 16ª Reunião, realizada 15 de junho de 2004.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às onze horas e quinze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Sérgio Guerra, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Ana Júlia, Ney Suassuna e Garibaldi Alves Filho e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcelo Siqueira, Sebastião Madeira, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Kátia Abreu e Jackson Barreto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN “com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)”. Presentes também a Senadora Heloísa Helena os Deputados Anselmo de Jesus e Ivan Valente. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a Exposição do Professor Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária e Ex-Deputado Federal, para falar sobre a Questão Fundiária, convidando-o para tomar assento à mesa dos trabalhos. A seguir, o Senhor Presidente leu o ofício de justificativa, subscrito pela Maria Delith Balaban, Chefe de Gabinete, do Senhor Raul Jungmann, Ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, lamentando a impossibilidade de seu comparecimento a reunião da Comissão. Após, o Senhor Presidente passa a ler o curriculum do Prof^º Plínio de Arruda Sampaio, concedendo-o a palavra para iniciar a sua exposição. Ato contínuo, a Presidência passa a apreciação e discussão de Requerimentos. Foi concedida Questão de Ordem para discutir os Requerimentos os seguintes Parlamentares Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Heloísa Helena, Sibá Machado, Onyx Lorenzoni, Eduardo Suplicy e o Relator Deputado João Alfredo. Foram aprovados, por unanimidade, os seguintes Requerimentos: Req. nº 063, de autoria do Deputado Abelardo Lupion, re-

querendo a Convocação do Engenheiro Agrônomo Evares Leandro da Silva – INCRA/RN, para prestar esclarecimentos perante a Comissão; Req. nº 078, de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo bancário da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Req. nº 079, de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo fiscal da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Req. nº 080, de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo fiscal da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB; Req. nº 081, de autoria do Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB; Req. nº 083, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao INCRA cópia dos Processos referentes a desapropriações com indícios de superfaturamento; Req. nº 084, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo seja solicitado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o Relatório sobre o Crédito Fundiário/Banco Terra, referente ao período de 1999 a 2002; Req. nº 085, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo sejam solicitados às Assembléias Legislativas Estaduais e à Câmara Legislativa do Distrito Federal Relatórios Finais apresentados em CPIs que tenham tido como objeto de suas investigações os diversos tipos de conflitos no campo ou sobre a ocupação de terras públicas; Req. nº 086, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao INCRA os relatórios sintéticos e descritivos do último censo sobre os assentamentos de Reforma Agrária; Req. nº 087, de autoria do Deputado João Alfredo e outros, requerendo à Polícia Civil de Goiás, cópias de capa a capa dos autos de prisão em flagrante e busca e apreensão de armas na propriedade rural do Senhor José Filipe dos Santos, em Alto Paraíso; Req. nº 088, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao INCRA Processo Administrativo referente a Fazenda Southall, São Gabriel; Req. nº 089, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal em relação as empresas que prestam serviço de segurança privada; Req. nº 090, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações: a) relação e quantitativo de mandados de segurança ajuizados perante o Superior Tribunal Federal – STF, contra decretos presidenciais declaratórios de imóveis de interesse social para fins de reforma agrária, b) resultado das decisões proferidas (liminares ou definitivas) relativas aos mandados de segurança ajuizados em 2003 e 2004; Req. nº 091, de autoria do Deputado

Adão Pretto, solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal em relação as empresas que prestam serviço de segurança privada. Ainda foi aprovado, de acordo com o processo de votação nominal, o Req. nº 082, de autoria do Senador Siba Machado, requerendo a quebra de sigilo bancário do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR – Seção Rio Grande do Sul. Foram rejeitados, de acordo com o processo de votação nominal, os seguintes Requerimentos: Req. de autoria do Senador Siba Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária – CNA; Req. de autoria do Senador Siba Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Req. de autoria do Senador Siba Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da União Democrática Ruralista – UDR. Foram retirados pelo autor os seguintes Requerimentos: Req. de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a convocação do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho para prestar esclarecimentos perante a Comissão; Req. de autoria do Senador Siba Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Senhor Relator para aos seus questionamentos. O Senhor Presidente Álvaro Dias passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, em virtude de ter que se ausentar da mesa dos trabalhos para participar de reunião de bancada. Prosseguindo, a Presidência concede a Palavra ao convidado para responder as perguntas do Relator. Fizeram uso da palavra para questionar ao convidado a Senadora Ana Júlia e o Senador Eduardo Suplicy. A Senadora Ana Júlia sugeriu que a Comissão votasse requerimentos questionando aos tribunais por que determinados processos de desapropriação demoram tanto a serem solucionados. Ao final, a Presidência concedeu a palavra ao Profº Plínio de Arruda Sampaio para suas considerações finais. A Presidência agradece a presença do Profº Plínio de Arruda Sampaio pela valiosa contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Indago ao plenário se há necessidade de leitura da ata da reunião anterior.(Pausa)

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, sugiro a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam sentados.(Pausa)

Aprovada a ata da reunião anterior.

A reunião de hoje tinha por objetivo estabelecer o debate entre dois convidados: o Professor Plínio de Arruda Sampaio e o ex-Ministro da Reforma Agrária, Deputado Raul Jungmann.

Recebemos um ofício assinado por uma funcionária do Deputado, informando a sua impossibilidade de comparecer.

Lamento profundamente, porque a gestão de Raul Jungmann tem sido duramente questionada nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Era a oportunidade que se lhe oferecia para contestar os questionamentos aqui apresentados durante praticamente todas as reuniões desta CPI. Por isso lamento a ausência de S. Ex^a, que, como Deputado Federal, está em Brasília hoje. Não creio que teria maiores dificuldades.

Imagino que dessa forma o Deputado Raul Jungmann concorda com as críticas formuladas à sua gestão à frente do Ministério da Reforma Agrária. O não-comparecimento implica essa conclusão. Provavelmente certos estão aqueles que aqui condenaram a sua gestão à frente do Ministério da Reforma Agrária.

Agradecemos a presença do ilustre convidado, Professor Plínio de Arruda Sampaio, ex-Deputado Federal. Foi relator da Emenda Constitucional nº 1 da Reforma Agrária de 1963, apresentada pelo Presidente João Goulart. Funcionário das Nações Unidas, Organização para a Agricultura e Alimentação – FAO, de 1965 a 1975. Encarregado do Departamento de Administração de Reforma Agrária do Ensino Instituto de Capacitação e Investigação de Reforma Agrária do Chile. Subdiretor do Programa Cooperativo FAO – BID. Consultor da FAO e do Pnud – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para assuntos de reforma agrária e desenvolvimento rural, desde 1976 até o presente momento. É Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Vamos iniciar, portanto, esta reunião passando a palavra ao Professor Plínio de Arruda Sampaio para fazer a sua exposição inicial. Posteriormente daremos início às indagações dos Srs. Parlamentares a quem agradecemos desde já pela presença.

Com a palavra o Professor Plínio.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Relator, Srs. Membros desta CPI, senhoras e senhores, da leitura do con-

te que o Presidente desta Comissão, Senador Álvaro Dias, me enviou deparei que a Comissão está preocupada com três problemas: a concentração da propriedade da terra, a pobreza da população rural e a violência no campo.

A preocupação com a concentração da terra decorre de um imperativo constitucional, de modo que não vou cansar os senhores com a justificação teórica da necessidade de dividir as terras e distribuí-las, porque temos que cumprir a Constituição. Essa é a nossa obrigação, sobretudo dos Parlamentares, dos representantes do povo.

A preocupação com a pobreza, que inclui a preocupação com a falta de trabalho no campo, justifica-se plenamente em um país cuja população, em sua grande maioria, é pobre, vive próxima ou abaixo da linha da pobreza absoluta e, hoje em dia, não tem trabalho, porque a tecnologia moderna do agronegócio não emprega muita mão de obra.

Finalmente, há uma preocupação com a violência. A violência no campo corre o risco de descontrolar pelo qual cheguemos a uma situação como na Colômbia, de absoluto descontrolar.

Realmente, a preocupação da Comissão tem muito sentido nesta época, nesta hora, neste tempo.

Os três problemas estão, evidentemente, conectados. A falta de distribuição de terra ou a concentração da terra é uma das causas principais da pobreza rural. A pobreza rural, sem dúvida, é uma das causas da violência.

De modo que, ao invés de entrar num aspecto mais teórico da questão - se acaso, depois, os Parlamentares quiserem fazer perguntas, estou pronto a respondê-las -, eu preferiria orientar minha exposição para uma espécie de lista dos obstáculos que estão se antepondo à desconcentração da terra e à eliminação da pobreza e da violência no campo.

Sobre a distribuição de terra, primeiramente, eu gostaria de dizer que vários, freqüentes, sucessivos e consensuais estudos têm demonstrado que há uma correlação direta entre a concentração da propriedade da terra e a concentração da pobreza, onde o Índice de Gini é mais elevado, indicando um grau maior de concentração da propriedade da terra, o índice de pobreza é maior e a gravidade da pobreza é maior. Em 1980, fiz um estudo, com o Professor Rodolfo Hoffmann, da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, para a FAO, e constatamos exatamente isso. Nos Estados onde havia uma correlação um pouquinho melhor na concentração da terra, a situação de pobreza era um pouquinho melhor. Então, temos de discutir fundamentalmente o seguinte: o que está obstaculizando a distribuição da terra?

Temos três modalidades de distribuição de terra. Uma modalidade de distribuição de terra é a desapropriação das terras improdutivas, que está prevista na Constituição Federal. Outra modalidade é a arrecadação de terras devolutas e sua atribuição aos planos de reforma agrária e de política agrícola. A terceira modalidade é o crédito fundiário.

Eu me permitiria fazer algumas observações a respeito desses três tópicos. O primeiro elemento que está dificultando a desconcentração da propriedade da terra é a insuficiência dos recursos. Tenho em mãos – vou entregar à comissão – a proposta do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, que eu tive a honra de coordenar. Nesse plano, propusemos uma meta de desapropriação de 36 milhões de hectares de terra, em quatro anos, para assentar nessas terras um milhão de famílias e assegurar a cada uma delas um ingresso familiar composto de 3,5 salários mínimos o que lhes permitiria superar não a situação de pobreza, mas a situação de pobreza absoluta.

O plano mostra que existe gente para receber essa terra. Fizemos um estudo exaustivo da situação de pobreza, usando dados do PNAD e do IBGE. Verificamos que entre três e seis milhões de famílias se beneficiariam muito e poderiam sair da pobreza se recebessem pedaços de terra.

Fizemos também um estudo para verificar se haveria terras para essa gente. Verificamos que utilizando apenas as terras produtivas das grandes propriedades, daquelas de mais de quinze até 100 módulos fiscais, seriam suficientes, equivalentes a 36 milhões de hectares.

Fizemos um estudo em cada estado e comprovamos que em apenas cinco estados essas terras não seriam suficientes. Seria necessário usar terras arrecadadas de terras devolutas.

Em tudo isso, Sr. Presidente, usamos o critério único de desapropriação na base da produtividade econômica com os índices do passado, os quais estão totalmente defasados. Ou seja, temos uma quantidade de terras a serem distribuídas no Brasil realmente muito grande e superior à demanda de terras.

Fixamos a meta de um milhão baseados fundamentalmente em dois indicadores: um foi o número de cartas enviadas ao INCRA solicitando lotes de terras. Foram 800 mil cartas num programa feito pelo Governo anterior. E as 200 mil famílias que estão presentemente acampadas na beira das estradas, à espera de um lote de terra.

Então nos parece que a fixação de uma meta de um milhão é perfeitamente justificável. Temos gente e terra.

Esse programa custaria, em quatro anos, R\$24 bilhões, dos quais R\$11 bilhões seriam destinados ao pagamento das indenizações e R\$13 bilhões a dar meios de assistência técnica, de capacitação, de crédito e de comercialização, para que as famílias assentadas não fiquem num depósito, mas realmente num esquema que lhes permita se desenvolver, ultrapassando os 3,5 salários mínimos em cinco, seis ou oito anos de trabalho. Então seriam R\$24 bilhões em quatro anos.

O Governo não pôde aceitar essa meta porque ela feriria o seu plano de economia orçamentária. Como o Brasil está interditado pelo Fundo Monetário Internacional e proibido de alocar livremente os seus recursos, porque é obrigado a fazer uma economia de 4,25% dos impostos que arrecada para garantir aos credores a existência de dinheiro suficiente quando do cumprimento das obrigações da dívida, essa meta teve que ser reduzida, Sr. Presidente, a 520 mil assentamentos.

Com isso perde-se a qualidade da reforma agrária, que passa a ser um programa – o maior que já se fez – de assentamento rural.

Qual é a diferença entre um programa de assentamento rural e um programa de reforma agrária?

Um programa de reforma agrária tem uma quantidade de intervenções que se transformam em qualidade. Essa quantidade de intervenção provoca desequilíbrios virtuosos no campo e modificações no ambiente econômico, social e político.

Um programa de reforma agrária não tem essa qualidade, mas representa, sem dúvida, um enorme benefício para as populações por ele atingidas.

Ocorre, Sr. Presidente, que nem esse programa de assentamentos está sendo realizado até o momento. A meta para este ano deveria ser de 115 mil famílias assentadas. Segundo informações do Presidente do Incra de que disponho – pode ser que já esteja mais atualizado –, até agora só foram assentadas, este semestre, 11 mil famílias, o que representa praticamente 10% da meta deste ano. Nesses seis meses deverá ser feito um esforço extraordinário para atingir a meta. Se essa meta não for atingida, evidentemente, vai somar-se ao do ano que vem e ao do ano seguinte, o que vai dificultar o cumprimento do programa.

Por que razão não se acelera mais? Por que o Governo não consegue assentar nem as 115 mil famílias a que se propôs? Gostaria de mencionar alguns obstáculos. O primeiro são os processos administrativos. Trouxe aqui, Sr. Presidente, um estudo que foi feito no Instituto de Reforma Agrária para mostrar aos senhores o procedimento administrativo para a expropriação de um pedaço de terra. Quero passar à Comissão esse

estudo porque ele é altamente ilustrativo. Esses são os passos que precisam ser dados, no Incra, para desapropriar um pedaço de terra. Fizemos um estudo para que esses inúmeros passos, que levam precisamente 16 meses para serem cumpridos, se tudo der certo e não houver nenhum incidente, sejam reduzidos a quatro meses. Isso está sendo tentado pelo Incra, mas foram encontrados vários obstáculos que vou, em seguida, comentar.

Há uma absoluta falta de necessidade desse número excessivo de passos. A dificuldade maior que encontramos nesse processo refere-se à notificação do desapropriado. Anunciada a notificação, o proprietário faltoso escapa, some, não é encontrado, não se vê. Ninguém, na fazenda, tem condições de responder. Imediatamente, seus advogados requerem uma liminar. Invariavelmente, o juiz concede a liminar para o processo. Creio que esse é um dos pontos que gostaria de levar ao conhecimento da Comissão para que possa ser objeto de uma legislação. A CPMI tem, fundamentalmente, como função básica a de propor uma legislação. É preciso uma legislação em que esses abusos, que são evidentes, que são grosseiros, que são palpáveis, possam ser eliminados a fim de agilizar o procedimento interno, o procedimento do Executivo, evidentemente sem nenhum prejuízo para quaisquer das partes.

O segundo ponto é o desaparecimento do Incra. O Incra chegou a ter, Sr. Presidente, 12 mil servidores. Está reduzido a pouco mais de 3 mil. Dentre esses, uma boa parte pretende se aposentar por causa das modificações na Lei da Previdência Social. Isso quer dizer que o órgão está desaparecendo. O segundo problema com o Incra é que só duas carreiras estão organizadas como carreiras profissionais. As outras funções do Incra não estão organizadas como carreiras profissionais, o que não dá segurança ao servidor e, obviamente, reflete-se no moral do trabalho. A greve que os servidores do Incra estão fazendo há mais de um mês foi causada pela falta de segurança das carreiras profissionais.

Quero focar ainda um outro aspecto. A organização do Incra está totalmente desajustada em relação à tarefa que realizar. E vou mais longe, a estrutura de organização do Ministério do Desenvolvimento Agrário é uma divisão das funções, uma divisão das atribuições, uma divisão da autoridade, para permitir a consecução dos objetivos da organização. É disso que se trata.

Uma estrutura de organização, portanto, é, em geral, piramidal e tem como objetivo ajustar as funções para que sejam complementares. Ela tem o objetivo de definir as atribuições e de fixar a autoridade.

A estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra foi objeto de várias transformações do curso dos últimos governos, ficando, na verdade, uma estrutura que não tem coerência alguma.

O Ministro atual está tentando fazer uma modificação criando delegacias regionais, delegacias do Ministério nos Estados. Sr. Presidente, considero essa medida uma duplicação de funções que simplesmente serve para separar as clientelas do próprio Ministério. Esta separação: de um lado, os agricultores assentados, e, de outro lado, os agricultores familiares, a idéia de que os agricultores assentados são atendidos, uma vez assentados, pelo Incra, e os agricultores que têm terra são atendidos pela Secretaria Agrária, pela Secretaria de Assuntos Fundiários e pela Secretaria de Reordenamento Territorial, pulveriza a população do campo, quando todo o objetivo da reforma agrária é unificar o camponês que tem terra com o camponês que vai ganhar uma terra. Isso representa economia de recursos e, sobretudo, a possibilidade de unificação da pressão camponesa, sem a qual não há reforma agrária. A reforma agrária não caminha, se não houver a pressão da base camponesa.

Então considero que esse seja um dos pontos que está dificultando essa segmentação da clientela, provocando duplicação. Para que a reforma agrária caminhe, nos processos que tive oportunidade de ver, e, durante estes 30 anos, não fiz outra coisa senão visitar projetos de reforma agrária, ela exige uma unidade de terreno muito forte. E, nessa unidade de terreno muito forte, ela exige um chefe hierarquicamente subordinado ao Ministro com bastante autoridade. A idéia de que atuam chefes locais, de vários departamentos nacionais, dificulta a coordenação em nível local. E essa dificuldade retira a velocidade da ação administrativa e impede o cumprimento das metas.

De modo que vou, depois, apresentar a V. Ex^a e aos membros da Comissão uma formulação de como seria, a meu ver, uma estrutura que poderia agilizar o processo de reforma agrária.

O terceiro problema que está dificultando a distribuição de terras é a lentidão do processo expropriatório judicial. Essa lentidão é impressionante! Anunciada a vistoria, a primeira providência do proprietário é fugir dela, todos eles facilitados pela deficiência da legislação. Quando finalmente o Incra consegue notificar para se fazer a vistoria, ele entra imediatamente com uma liminar, alegando que a terra não é improdutiva. E, invariavelmente, os juízes dão a liminar, e, dando a liminar, pára o processo por um mês, dois meses, cinco meses, um ano, três anos.

Evidentemente, é impossível cumprir uma meta dessa maneira. Essa é uma questão legal; está pre-

vista na lei. Então é preciso modificá-la, porque essa lei é excessiva e permite realmente que todos esses expedientes sejam utilizados.

É uma questão tão clara que custa crer que não tenhamos ainda conseguido fazer uma legislação que impeça esses abusos.

Uma vez que se conseguiu vistoriar e demonstrar que o preço é aquele ou chegar em um preço, uma vez que se depositou o dinheiro, o juiz tem que dar em 48 horas. Muitos juízes não dão. Mas por que não dão? Não são obrigados pela lei a dar. Sim, mas ele não dá. E o que se faz com o juiz que não dá? O Incra pode fazer correição imparcial em todos os casos? Não. Não há uma providência dos tribunais superiores contra juízes que, sem nenhum motivo, deixam de dar o despacho para determinar a imissão do Incra na posse da terra e mandar as comunicações aos cartórios, para que o Incra possa entrar na terra e fazer assentamento.

Então eu queria apresentar para os Srs. Deputados a situação. Aqui existem 100, 200 famílias ou ocupando ou na beira da estrada, desesperadas. Quem já andou no campo sabe que ali as coisas têm um tempo, não são determinadas pelo juiz, mas pelo sol.

De modo que essa família está desesperada para entrar, e, quando tudo está pronto, o juiz não dá a imissão de posse por um dia, por dois, por cinco, por dez, por quinze, por um mês. Quer dizer, é um estímulo à ocupação. É evidente porque o coitado daquele homem está vendo mais uma safra sem colheita. Para nós que temos uma colheita mensal polpuda isso não é problema, mas para quem precisa disso para comer é realmente um estímulo brutal para a ocupação, a qual, embora legítima na minha opinião, é sem dúvida um método que facilita a deterioração da situação, a violência.

Isso teria que ser modificado. Existem projetos de lei aqui na Casa. Eu vou entregar a V. Ex^a uma lista desses projetos. A CPI prestaria um enorme serviço à Nação se constituísse uma comissão para preparar esses projetos e votá-los rapidamente.

O terceiro problema que está dificultando a desapropriação é a defasagem dos índices de produtividade. A terra é considerada produtiva ou improdutivo em função de dois índices: um índice de aproveitamento e um de produtividade física. Esses índices foram calculados e feitos, segundo a lei, por órgãos técnicos e aprovados por decreto do Presidente da República.

Pois bem! Os índices de que dispomos são de 1975. Ora, os Srs. Deputados e os Srs. Senadores hão de convir que de 1975 para cá a produtividade média da agricultura brasileira, aumentou, melhorou, mas só consideramos improdutivo uma propriedade tão ocio-

sa, tão mal cuidada que em 1975 ela não atingiria os índices médios da população brasileira.

Existem dois estudos de atualização desses índices. Um deles foi feito pela Universidade de Campinas, pela Unicamp, pela Fecamp. Não contente com os resultados desse estudo, dessa a atualização, o Ministério pediu um novo estudo a Embrapa. Ambos os estudos foram feitos separadamente, sem conhecimento um do outro. Consta que até havia a idéia de que um pudesse inquinhar o outro tecnicamente. O curioso é que os índices coincidem extraordinariamente. Um foi feito pela Embrapa e o outro, pela universidade. Um feito por um órgão do Governo e outro, por uma universidade autônoma. Os dois coincidem nos novos índices. E não se entende por que esses índices não estão em vigor, dado que isso depende unicamente do Executivo.

Então, penso que seria bem positivo se esta Comissão solicitasse informações para saber por que razão não se atualizam os índices, o que permitiria aumentar brutalmente o número de terras improdutivas, especificamente na pecuária, onde se põe um boi numa extensão brutal de terra e já se considera essa terra produtiva. Isso seria um benefício para reforma agrária, para a desconcentração da terra e para o País, porque obrigaria os produtores a melhorar a técnica da sua produção.

O quarto fator que está dificultando a distribuição de terras pela via da desapropriação é o elevado valor das indenizações. Alguns deles chegam a ser abusivos, escandalosos. Vou citar aqui dois processos e passarei o número deles a V. Ex^{as} para que a comissão tome conhecimento. Como é que se chega a esse valor tão alto? Chega-se a esse valor tão alto porque a legislação, a lei, o permite. A primeira delas permite que se atualize o valor dos títulos da dívida agrária pela taxa referencial mais 6% ao ano, a título de juros compensatórios. A pergunta que faço é: Compensatórios do quê? Compensa o quê? Um proprietário faltoso que não cumpriu sua função social e que por isso teve a sua terra compulsoriamente adquirida pelo Governo, como uma pena pelo mau uso da propriedade, o que é um princípio basilar da nossa Constituição, esse homem tem garantido na Constituição que o valor de mercado da sua terra será garantido.

A reforma agrária não consiste em nada mais do que pagar a prazo uma terra, a fim de que o Governo tenha recursos para adquirir bastante terra e distribuí-la a quem não tem. Mas se nós criamos na lei uma série de obrigações que oneram progressivamente, na verdade, estamos agüando a reforma agrária.

O que a lei garante é que o valor de mercado daquela terra seja garantido em todas as prestações. Se

ele receber prestações por vinte anos, o valor daquela terra vai ser garantido. Mas o TDA não é uma aplicação financeira, o desapropriado não está emprestando dinheiro ao Governo para ganhar juros. Quando eu pego do meu dinheiro e entrego ao Governo — eu posso entregar para um banco privado com eu posso entregar para o Governo — o governo adota uma taxa de juros, o banco privado adota outra taxa de juros, e eu opto por uma das aplicações.

Não é esse o caso. Estamos diante de uma venda compulsória, portanto não tem cabimento essa correção pela taxa de referência mais 6% de juros ao ano.

Agora, qual seria o correto? A terra hoje vale 10 na região de Tatuí, no Estado de São Paulo. Na primeira prestação, essa terra está valendo 15. Na segunda prestação baixou o preço da terra, que agora está valendo 8. Reduz-se o valor da correção, porque o que a Constituição assegura a garantia do valor de mercado da terra expressa nos títulos da dívida agrária. Vou encaminhar a V. Ex^a, Sr. Presidente, um projeto de lei neste sentido.

O segundo é mais abusivo ainda. É uma lei editada no tempo do Presidente Collor que diz o seguinte: na hora de julgar, o Incra oferece 10 e o juiz considera 20. Para a diferença entre 10 e 20, durante o tempo que ele demora a receber os 10, ele tem direito a juros moratórios que se somam aos juros compensatórios. Então, ele recebe 12% nesse período.

Ora, é evidente que esse é um estímulo para que a parte faça tudo para que demore essa decisão do juiz. A parte não tem o menor interesse em receber, porque não fará nenhuma aplicação no Brasil melhor do que a aplicação em um título que é garantido pelo Governo, que pode entrar em concorrência, comprar empresa privatizada etc., tem a sua atualização garantida pela taxa referencial, o que segura a inflação, mais 6% e mais 6% na diferença do tempo que o juiz dá a sentença. Então, se demora dois ou três anos, aquilo vai subindo e chega ao absurdo que depois vou mostrar a V. Ex^a.

Fazenda Ocoi. Foz do Iguaçu. Estado do Paraná. A indenização fixada para esta fazenda foi de R\$445milhões. Acho que esse processo deveria vir para cá para ser examinado.

Rondônia. 17mil hectares. R\$200milhões. Isso representa um hectare num seringal de valor de R\$120mil, ou seja, por um hectare de um seringal em Rondônia. Haja borracha!

Estou com os dois processos aqui e, em seguida, lerei e passarei a V. Ex^a. Tenho as duas aqui e não tenho na memória. Certamente inclui as Cataratas, porque R\$445milhões deve ter algum aproveitamento hidrelétrico.

Agora vou mais longe Sr. Presidente. Sabe quanto o juiz arbitrou o honorário dos advogados neste processo? R\$13milhões. Isso é uma sorte grande, não é uma causa. Isto é uma mega sena. Então, o advogado recebeu R\$13 milhões por uma solicitação da Ordem dos Advogados. O precatório dos advogados nas ações de desapropriação é considerado prestação alimentar e tem precedência sobre o pagamento. Então, quando o juiz manda o precatório para o Incra pagar, e ele desdobra a indenização devida aos desapropriados e a indenização devida aos advogados, que é uma prestação alimentícia — precisam viver, afinal de contas, R\$13 milhões é uma necessidade.

De modo que trago esses dois casos apenas como exemplos. Evidentemente procurei exemplos gritantes, fortes. Outros casos não são desse tamanho, mas, se V. Ex^{as} somarem os pequenos, os médios, os grandes e os escandalosos, verificarão que uma grande parte do dinheiro destinada à reforma agrária vai para essa sucção injustificável.

Então gostaria de deixar, na qualidade de um velho Parlamentar, uma sugestão aos meus, não sei se são mais colegas, teriam sido colegas, de que fizéssemos uma legislação englobando todos esses problemas a garantir ao expropriado o seu direito, mas não o abuso, que é o que está acontecendo.

Em seguida, somente para concluir esta parte. Pela modalidade da distribuição das terras improdutivas, temos os seguintes obstáculos: A insuficiência dos recursos devida a interdição do FMI; o desaparecimento do Incra; um processo administrativo extremamente demorado; um processo judicial absurdamente demorado; e uma elevação injustificada do custo das desapropriações. Tudo isso explica o fato de que, no primeiro semestre, temos de 115 mil famílias para o ano, apenas 11 mil, 12 mil ou 20 mil terão sido assentadas.

O segundo problema que está ligado ao problema da concentração da terra, ao problema da violência e ao problema da violência é a segunda modalidade de distribuição de terra que são as terras devolutas, a distribuição das terras públicas, a arrecadação das terras devolutas e a sua posterior distribuição a agricultores sem terra.

O estudo que fizemos e vamos entregar a V. Ex^a revelou que existem 170 milhões de hectares de terra para serem arrecadados pelos Estados, porque corresponde aos Estados a arrecadação. A União só arrecada nas faixas de fronteira, e os Municípios só arrecadam dentro do território municipal, nas periferias das cidades, na zona urbana. Mas as Justiças Estaduais e os Governos Estaduais é que têm a obrigação dessa arrecadação, 170 milhões. Acho que seria uma coisa

extremamente importante se esta CPI oficiasse ao Poder Judiciário e pedisse uma relação dessas ações e do tempo que demoram para ser julgadas.

Ação de terras. Quando estudei na Faculdade de Direito, há cinquenta anos, era normal que demorasse cinco, oito, dez, vinte anos, porque, naquele tempo, tinha que ir para o mato, com a picada, com o topógrafo, com teodolito, e fazia toda a medição, e aquilo tinha uma escritura que estava vazada em termos reinos e manuelinos, e havia a escritura do padre. Mas, hoje, com o satélite, como o geo-referenciamento, como é possível que uma ação demore trinta anos? Como é possível que demore 10, 15, 20 anos? Isso é um escândalo, e é na nossa cara. É na nossa cara, na nossa frente.

Então gostaria de fazer essa solicitação à Comissão. Se a Comissão quer apurar por que tem violência no campo, quer saber por que camponês está ocupando terra, que saber por que proprietário rural está assustado porque tem segurança, porque um grupo de camponês pode entrar a qualquer momento em sua terra, quer saber? Aqui existe um exemplo. Entreguem 170 milhões de terra, pois a Constituição determina que sejam entregues aos trabalhadores rurais sem terra, e perguntem por que razão demora trinta anos. Morre o perito, outro perito.

Uma vez, quando eu era Secretário do Governo de São Paulo, tive que entrar em um caso em que uma decisão sobre essas terras tinha durado mais de oitenta anos e, finalmente, o Supremo Tribunal Federal entregou aos herdeiros dos herdeiros do dono a cidade de Palmital. Eu imagino como seria para o oficial de justiça cumprir essa determinação.

Pois bem, quarenta anos depois, estamos na mesma situação. Então, o pedido que faço aqui, neste CPMI, é que ela oficie o Poder Judiciário, perguntando qual é e que façamos uma nova legislação, para a apuração das terras devolutas. Tem de mudar o Código de Processo Civil. Concluo dizendo que, se os obstáculos legais e administrativos que se antepõem à redistribuição da terra pela desapropriação não forem devolvidos, será impossível cumprir o preceito constitucional que determina ao Estado Brasileiro a realização de uma reforma agrária. Menos ainda, será possível reduzir a pressão crescente da população rural por um pedaço de terra; menos ainda a violência, que é uma decorrência inevitável dessa pressão.

A terceira modalidade é o crédito fundiário. Ela tem sido muito estimulada pelo Banco Mundial, em todos os países, evidentemente nos países subdesenvolvidos, pois, nos grandes, o Banco Mundial não entra. Nos países subdesenvolvidos ela tem proposto o crédito fundiário que é baseado em um princípio,

que diz assim “O Estado procura aproximar um **willing buyer** de um **willing seller**.” Um que quer comprar de um que quer vender. Com isso, faz-se uma reforma agrária de mercado; faz-se uma reforma agrária sem conflito; faz-se uma reforma agrária sem punição; faz-se uma reforma agrária de concórdia; faz-se uma reforma agrária na base de negociações racionais e maduras, como convém ao **homo economicus** da era neoliberal. Essa é a racionalidade do trabalho do Banco Mundial. Ele tem insistido nisso.

As informações que se têm dos estudos feitos é que a alteração do “índice de Gini” com esse processo é muito pequena. O “índice de Gini”, V. Ex^{as} sabem, mede o grau de concentração da propriedade da terra. Se não afetar o “índice de Gini”, não é reforma agrária. Pode ser tudo, menos reforma agrária. E não se atinge esse índice com esse processo, porque ele é muito lento. Da minha experiência pessoal, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, conheço dois desses programas. Com um desses tive contato em 1991, na Colômbia, quando chefei uma missão da FAO, para discutir a reforma agrária colombiana.

Na ocasião, discutia-se a possibilidade da implantação deste projeto de crédito fundiário na Colômbia. Eu entrevistei o diretor de um programa desse tipo, que tinha sido feito nos anos oitenta e que tinha sido extinto. Esse senhor me disse “Não, o programa foi muito bom, muito bom, porque todos os agrônomos da equipe compraram os lotes que os pobres dos agricultores não puderam pagar.”. Então, foi um programa ótimo, porque deu terra para os agrônomos. Mas, para o camponês não deu. Agora, eu queria contar um outro fato mais grave. Eu estive, no ano 2000, no Zimbábue, a convite, por uma missão determinada pelo Kofi Annan para evitar uma conflagração fortíssima nesse País.

Naquele País, como V. Ex^{as} sabem, houve uma guerrilha rural comandada por um cidadão chamado Roberto Mugabe. Esta guerrilha venceu militarmente as tropas inglesas da Rodésia. E quando isso estava no seu auge, houve uma negociação de paz, que foi feita num palácio chamado Casa de Lancaster, **House of Lancaster**. E neste acordo, que pôs fim à guerra, estabeleceu-se o seguinte: os colonos ingleses que tinham as melhores terras, porque as tinham esbulhado dos negros africanos, venderiam ao Governo, que era um **Willy buyer**, e os colonos ingleses se comportariam como **Willy sellers**. E durante dez anos a Inglaterra daria o dinheiro para terminar com esse processo, tirar os ingleses de lá e entregar a terra à população africana. O que aconteceu? Não existia **Willy seller**. Tinha um monte de **Willy buyer**, muitos querendo comprar, mas ninguém querendo vender. O resultado V. Ex^{as}

estão vendo aí, essa situação terrível que acontece no Zimbábue.

Então, esse é um processo suplementar, secundário, paralelo, que pode ser útil quando se tem, numa situação específica, dificuldade para encontrar, na forma da lei, uma maneira de desapropriar. Darei um exemplo: um território de reforma agrária, quando se está desapropriando as terras improdutivas e existe uma série de pequenos minifúndios; todos têm a sua terrinha, que é insuficiente para que eles vivam. Então, aquele cidadão se proporia, se tivesse um bom crédito, a comprar uma nova terra. Tem ali perto uma fazenda que é produtiva, está dentro dos tamanhos legais e não é o caso de desapropriar. Então, o Governo chega e oferece.

Agora, o Governo tem essa possibilidade, hoje, de comprar e pagar em TDA. De modo que eu não entendo porque nós estamos gastando quatrocentos milhões com o Fundo de Terras. Realmente não entendo e gostaria que isso fosse visto.

Eu não sei como está o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Exª está utilizando o tempo do Ex-Ministro que não veio. Em consequência, prolongamos o tempo da sua exposição.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Eu já estou terminando. estou querendo terminar essa parte para entrar na segunda parte.

Então, a primeira é a seguinte: por que não des-concentra a terra? Por tudo isso que eu acabei de falar. Porque a legislação não o permite. Então, nós precisamos realmente alterar essa legislação.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar rapidamente o problema do apoio aos agricultores pobres. Se as tendências atuais do mercado não forem alteradas e se não houver um processo de reforma agrária, a oferta de trabalho agrícola vai se reduzir sensivelmente nos próximos anos, porque as novas técnicas não exigem tanta mão-de-obra.

Ora, qual era a porta, o mecanismo de escape da população rural? Emigrar para a cidade, onde não há mais emprego e a modernização da indústria brasileira está se fazendo com economia de força de trabalho; é uma modernização que usa mais o capital do que a força de trabalho. Então, não pode vir para a cidade e não tem emprego nem terra no campo. Como é possível que essa população viva? Nós temos, na verdade, uma bomba de tempo.

Eu examinei isso, corri todos os países da América Latina estudando a questão agrária. Examinei quatro países da África, nos quais realizei missões para a FAO. Eu posso lhes assegurar que isto é uma bomba de tempo. A nossa geração talvez consiga segurar; as próximas não segurarão e nós seremos culpados

por isso. É apenas uma questão de raciocínio lógico: há uma população do campo que cresce vegetativamente, e que não tem como viver no campo nem na cidade. Essa população vai encontrar algum canal para sobreviver, o qual terá conotações de violências evidentes. Basta olhar para a Colômbia, está aí do lado. Entre as viagens da Comissão, uma boa viagem seria para a Colômbia, para ver o que está acontecendo lá e por que aconteceu.

Se se quer evitar esse futuro trágico, deve-se não só dar terra, como dar meios à população rural para sobreviver. O segundo PNRA, a proposta que fizemos, contemplava R\$8 mil reais por família como uma prestação do Estado, para criar as condições mínimas para que o agricultor pudesse progredir na sua terra. A idéia era assegurar um salário de 3.5 salários mínimos por família, mas não seria algo para engessá-lo nesse rendimento pequeno. Seria preciso dar, então, assistência técnica, capacitação, crédito e gostaria de chamar a atenção dos senhores para isto: comprar a produção. Talvez o momento da sucção da renda do homem do campo seja o da comercialização, porque ele entra no mercado com pequenas quantidades, sem um conhecimento muito grande, sem muita instrução, num esquema feito para pagar o menor preço. Então, seria necessário, porque isso permitiria planejar a discussão, a distribuição de terras e a produção, se tivéssemos um programa de compra antecipada da produção.

O Estado brasileiro é um grande comprador de comida: o Governo Federal compra, assim como os estados e os municípios para os seus programas sociais, para a sua tropa, para a merenda escolar, para uma série de coisas.

Então, uma das propostas que traremos aqui, que foi aprovada no Congresso da Conferência Alimentar e que poderia eventualmente ser objeto de legislação é o fato de estabelecer que a compra dos produtos básicos da região, no caso da minha região, arroz, feijão, milho, mandioca, esses produtos simples fossem comprados pelo Estado, pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual. Com isso seria possível fazer uma compra antecipada. Então, o produtor que ganha a terra ou o pequeno agricultor terá condições de produzir e entregar ao governo a preço que lhe permita sobreviver.

Assim ele garante uma parte do lote dele produzindo. Isso garante a comida dele e uma pequena renda monetária. E existe a outra parte para disputar no mercado na qual ele vai plantar morango, beterraba, se for o caso, uma planta importante que tenha um rendimento maior. Essa é a racionalidade do processo que estávamos pensando.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Tomo a liberdade de sugerir ao nosso convidado, se possível, concluir, porque vejo a ansiedade dos Parlamentares em indagar. Já estamos há uma hora ouvindo o nosso convidado e a sessão na Câmara começa logo, assim como a do Senado Federal. E sei que há questões a serem apresentadas.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Vou passar imediatamente à violência no meio rural. Alguns órgãos representativos dos grandes proprietários e alguns veículos da mídia insistem em atribuir a responsabilidade das ocupações de terras e a violência que muitas vezes acompanha essas ocupações, as organizações camponesas e, em especial, o MST. Devo dizer aos senhores que considero que essa acusação, além de descabida e sem fundamento, revela uma enorme miopia. Os que fazem essa acusação não conseguem ver que o MST civiliza o conflito agrário, na medida em que dá uma esperança para uma massa rural que não vê saída para o seu problema. Na medida em que disciplina essa massa rural, faz com que o trabalhador rural tenha um comportamento segundo regras. Ela impede a anomia de se instalar no meio rural. Essa é a função do MST; ele é um civilizador.

Como podemos considerar violento um movimento que só tem assassinados nas suas filas? Não há assassinato feito pelo MST, e sim assassinados no seu interior. Houve um conflito em Porto Alegre que todos conhecem muito bem, no qual houve violência cometida primeiramente pela Polícia Militar, mas um ficou sem perna.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dezenove, no Pará, foram mortos pela Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vamos aguardar a conclusão para iniciar os debates posteriormente.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Mas vou dizer qual é a razão da ocupação de terras. Ela não é promovida pelo MST. Nenhuma organização teria força para colocar uma família na beira de uma estrada, na frente de um jagunço, correndo o risco de ser presa, correndo o risco de ser despejada por meses se houvesse um processo de distribuição de terras. É o desespero que impulsiona essas famílias. Tenho uma comprovação empírica num estudo do CPDA da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse estudo foi feito com base num questionário com 15 mil famílias assentadas. Dessas, depois de vários trabalhos, foi tirada uma amostra de 92 assentamentos para os quais a pergunta era a seguinte: esse assentamento foi feito por iniciativa do Incra, sem conflito, ou foi feito pelo Incra em resposta a um conflito com ocupação de terra? Dos 92, 88 assentamentos em cinco regiões

diferentes do Brasil decorreram de ocupações de terras. Em apenas quatro casos a iniciativa foi tomada pelo Incra.

Então pergunto: quem causa a ocupação de terra? A ocupação de terra é causada pela inação do Governo. Se o Governo atuasse, não haveria ocupação em quatro diferentes regiões do País.

De modo que eu diria, para terminar, Sr. Presidente, que a violência física que acompanha as ocupações tem duas origens: uma é a expulsão violenta por intermédio de jagunços; outra é o despejo feito ao arrepio da lei pelas polícias militares.

Termino com uma lista de indagações que a Comissão poderia fazer: quantos despejos judiciais foram executados na comarca e em que horários? Essa informação pode ser pedida à Justiça. Os senhores sabem que a Constituição determina que os despejos não sejam feitos à noite. Segunda, em quantos deles o representante do Ministério Público, como manda a lei, esteve presente durante toda a diligência? Eu pedi essa lista em 1996, e não recebi até hoje. Que providências foram tomadas para apurar as responsabilidades nos casos de despejos realizados à noite ou sem a presença do Ministério Público? Que resultados decorreram dessas providências?

Pedi pessoalmente ao Governador Jaime Lerner que apurasse a responsabilidade de um despejo realizado à noite e filmado à noite. Levei o vídeo e até hoje estou esperando uma resposta.

Quantos inquéritos policiais e quantos processos-crime por homicídio decorrentes de conflitos de terra estão em andamento nas comarcas do Estado? Cada Justiça poderia mandar essa informação para cá. Quantos réus de crime de homicídio provocado por conflitos fundiários encontram-se cumprindo pena? Quantos desses presos são autores de crime e quantos são mandantes de crime? Quantas ações de ressarcimento de danos materiais sofridos por famílias despejadas de terras tramitam nas comarcas do Estado?

O senhor sabe que quando despejam arreben-tam tudo; não está escrito na lei do despejo. Não pode quebrar panela, não pode arreben-tar móvel, não pode quebrar televisão, tem que tirar a pessoa do lugar – isso é o que o juiz determina – e tirar os bens, inventariá-los, fazer uma lista e entregar depois. Onde estão os bens dessa gente? “Ah, mas é uma cacarecada”; é a cacarecada com a qual eles vivem. Quantos processos desses existem? Quem tomou a iniciativa de fazer esses processos? Quantas ações já foram julgadas? Quantos trabalhadores e lideranças estão sendo processados por crime de esbulho possessório e formação de bando de quadrilha? Já existe uma jurisprudência firmada do Superior Tribunal de Justiça de que

um agrupamento de camponeses que se juntam para ocupar uma terra a fim de pressionar pela reforma agrária não tipifica o delito de esbulho possessório e formação de quadrilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, vou terminar com uma conclusão. Quando fui convocado, Sr. Presidente, pensei: afinal de contas, quem é o culpado mesmo da violência? E cheguei à seguinte conclusão que quero, respeitosamente, apresentar aqui: são três os culpados maiores. O primeiro é o Poder Executivo, que só age provocado, que não age se não houver um caso que o obrigue a fazê-lo; o segundo, Sr. Presidente – e falo isso com tristeza porque o senhor sabe que me considero um homem desta Casa, considero-me um Deputado; a minha vida toda foi assim. Nunca fiz outra coisa na vida senão isso, salvo nos tempos em que estive fora, no exílio. Aí sim, virei técnico em reforma agrária, mas no tempo em que estou normal, legal, Sr. Presidente, sou Deputado; no geral, sou Deputado –, é o Poder Legislativo, porque permite que essa legislação absolutamente abusiva continue vigendo; o terceiro é o Poder Judiciário, que tem dois pesos e duas medidas: quando se trata de desapropriar uma terra, é de um legalismo e de um rigor absoluto; quando se trata de fazer um despejo, é de uma rapidez fulminante, mas, quando se trata de fixar a indenização, é de uma liberalidade incrível.

Então, na verdade, o que é o Poder Legislativo, o que é o Poder Executivo, o que é o Poder Judiciário? Somos nós a elite dirigente deste País. A elite dirigente deste País tem uma dívida de 150 anos com a reforma agrária, não a faz porque não quer. Eu queria terminar só com essas palavras: a elite colombiana, mas antes dela vou citar o velho Rui, que é um homem desta Casa e que, na verdade, é um dos símbolos desta Casa, que dizia o seguinte: a consciência conservadora é extremamente curiosa. Quando se tratava de reformar a Constituição de 61, ele dizia assim: “Os conservadores não querem reformar a Constituição e dizem: se o povo está agitado, não se pode reformar a Constituição porque não se pode aceitar a imposição do povo; se o povo não está agitado, para que reformar a Constituição?” A nossa elite diz assim – não estou fazendo distinção; refiro-me à nossa elite porque todos somos culpados disso: se os camponeses estão invadindo ocupando terra, não se pode fazer reforma agrária, porque significa aceitar uma imposição.

Se os camponeses não ocupam terra, para que fazer a reforma agrária? A elite colombiana pensava exatamente assim. E porque pensava exatamente assim foi obrigada a chamar tropa estrangeira para botar ordem no seu território. Já temos sinais sérios; as rotas do narcotráfico estão dentro do nosso País e

tudo isso decorre dessa desordem no campo da reforma agrária.

Muito obrigado pela atenção. Eu me desculpo pelo tempo e pelo atraso que foram involuntários.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nós é que agradecemos ao Professor Plínio Arruda Sampaio, que, com autoridade reconhecida no assunto, durante uma hora e sete minutos expôs a sua posição sobre essa questão fundamental para o País, que é a questão da terra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se for possível ao Dr. Plínio de Arruda Sampaio, Deputado Federal desta Casa por tantos anos, providenciar que seja copiado o seu texto para que de pronto possam os membros da CPI também ter acesso a ele, que foi complementado por tantas informações, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Transferimos a sua solicitação ao Dr. Plínio.

Srs. Senadores, há requerimento sobre a mesa e, como há **quorum** regimental, vamos deliberar. Primeiramente, requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que pede o depoimento em audiência pública dos Srs. Laudelino Délio Fernandes Neto, Dany Gut Said, Sargento João Antonio, Avelino Dedéia, Regivaldo Pereira Galvão, Marquinhos Felício Lélío Silva, todos fazendeiros da região de Anapu, acusados de invasão de terras e de promover violência na região.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

Do Deputado Adão Pretto, há vários requerimentos solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal em relação a empresas que prestam serviço de segurança privada. S. Ex^a solicita ao Ministro do Desenvolvimento Agrário as informações relativas a decisões proferidas em mandados de segurança ajuizados em 2003 e 2004 e relação e quantitativo de mandados de segurança ajuizados perante o Superior Tribunal Federal contra decretos presidenciais declaratórios de imóveis de interesse social.

O outro requerimento do Deputado Adão Pretto solicita informações ao Diretor da Polícia Federal em relação às empresas que prestam serviços de segurança privada.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa)

Aprovado.

O Deputado João Alfredo, Relator desta CPI, requer ao Incra cópia dos processos referentes a desapropriações com indícios de superfaturamento. Este é o primeiro requerimento.

Requer ao Ministério do Desenvolvimento Agrário relatório sobre o crédito fundiário, Banco da Terra, referente ao período de 1999 a 2002. Requer sejam solicitados documentos às Assembléias Legislativas Estaduais e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Requer ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra os relatórios sintéticos descritivos do último censo sobre os assentamentos de reforma agrária.

Requer cópia de capa dos autos de prisão em flagrante, busca e apreensão de armas na propriedade rural do Sr. José Felipe dos Santos, em Alto Paraíso, Goiás.

Requer processo administrativo referente à Fazenda Soltal, de São Gabriel, Rio Grande do Sul.

São os requerimentos do Deputado João Alfredo, Relator desta CPI.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Requerimento do Deputado Abelardo Lupion, que vem acompanhado das assinaturas de outros Parlamentares:

Requer a transferência do sigilo bancário para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Anca – Associação Nacional de Cooperação Agrícola; no outro, solicita a transferência do sigilo fiscal da mesma entidade para esta Comissão.

Relativos à Anca há esses dois requerimentos.

Há também outros requerimentos relativos à transferência dos sigilos bancário e fiscal da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

Primeiramente deliberaremos sobre os dois primeiros requerimentos que dizem respeito à Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo para discutir.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, não temos nada a opor à quebra do sigilo bancário de qualquer entidade relacionada à questão agrária e agrícola no nosso País, até porque sei que a iniciativa dos Deputados que subscrevem o requerimento é justamente no sentido de saber quais foram os convênios e qual foi o montante de recursos federais repassados a essas entidades.

Entretanto, queremos apor considerações relativas a outros requerimentos apresentados pelo Senador Sibá Machado no mesmo sentido – poderemos votar juntos – visando a quebra do sigilo bancário da União Democrática Ruralista, da Confederação Nacional da Agricultura, da Organização das Cooperativas do Brasil e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Se-

nar. Dessa forma, teremos na Mesa, como tem sido a prática desta CPMI, dados referentes tanto às entidades ligadas aos trabalhadores rurais, quanto àquelas ligadas aos proprietários rurais.

Apoiaremos com absoluta tranquilidade os requerimentos apresentados, mas, como Relator da matéria, querendo municiar o nosso trabalho de todos os elementos possíveis acerca de todas as entidades, sugiro que votemos em bloco o conjunto de requerimentos, tanto os do Deputado Abelardo Lupion, como os do Senador Sibá Machado, a fim de que possamos ter igualdade, pois esta tem sido a preocupação de V. Ex^a, eminente Presidente desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sem dúvida, o nosso dever é presidir as reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito de forma imparcial. Por isso, estamos submetendo pela ordem os requerimentos que chegaram à Mesa.

Os requerimentos a que fez referência o Relator, Deputado João Alfredo, também serão submetidos ao Plenário. Creio que regimentalmente é este o procedimento: submetermos separadamente o requerimento dirigido a esta CPMI com o objetivo de transferir sigilo fiscal ou bancário de cada entidade. Por isso inicialmente fizemos a leitura dos requerimentos referentes à Anca, deixando para leitura posterior aqueles referentes à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vários Parlamentares pediram a palavra pela ordem ou para uma questão de ordem. Solicito aos Srs. Parlamentares que restrinjam a questão de ordem, uma vez que teremos oportunidade de debater os requerimentos através de inscrição que pode ser feita.

O SR. JOSÉ GERALDO – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Primeiramente, solicitou pela ordem o Deputado José Geraldo.

O SR. JOSÉ GERALDO – Sr. Presidente, é só para me tirar uma dúvida. Apresentei um requerimento desde o início, para convidar o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará para aquela reunião que fizemos lá, que foi votado e aprovado. O Secretário não compareceu e, lá em Belém, na sessão, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura fez o relato do último despejo que houve no Pará, feito pela Polícia Militar, de famílias que estavam há 3 anos na área; foram queimadas no despejo 218 redes, ou seja, todas as redes que são as camas das pessoas naquele

Estado foram queimadas. E propus que convidássemos o Secretário de Segurança aqui para Brasília.

Pergunto se o requerimento continua valendo, porque está aprovado desde o início. Penso que precisamos trazê-lo o mais rápido possível, dada a grave denúncia da queima dos utensílios que foi feita no acampamento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado José Geraldo, já está inclusive agendada a audiência pública no dia 22, quando estará aqui o Secretário de Segurança Pública, atendendo a solicitação de V. Ex^a.

Pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion, depois a Deputada.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, parece que estamos aqui fazendo algum tipo de negociação, mas não estamos negociando nada. O requerimento que fizemos única e exclusivamente é que, após uma investigação da Polícia Federal, realizada no ano de 2000, concluiu-se que os recursos repassados para estas duas entidades, a Anca e a Concrab, eram utilizados para financiar invasões de terras. O Governo Fernando Henrique Cardoso, suspendeu o repasse para as associações. Qual não foi a nossa surpresa ao verificar, em dados do Siafi, R\$6 milhões sendo repassados a essas entidades que estão sob suspeita. São duas entidades.

O que temos a obrigação de fazer é justamente investigar isso, porque coisas estranhas estão acontecendo. O MST não tem nenhum tipo de designação jurídica, não tem CPF nem CGC, mas tem o domínio da Internet dentro da Fapesp em nome da Anca. Então, o que queremos é justamente apurar esses dados. Esta é a nossa obrigação. Não estamos aqui negociando se vamos autorizar a quebra de sigilo bancário. Se nos disserem que há irregularidades em qualquer entidade com os dados que estamos trazendo aqui, imediatamente vamos aprovar. Queremos total transparência nesta Comissão. O que não vamos, sob hipótese alguma fazer é negociação. Há irregularidades? Sim. Foi provado pela Polícia Federal. Foram seguros os repasses. Isso está aqui no Siafi. Estão repassando de novo R\$6 milhões para essas duas entidades. Então, queremos saber o que está acontecendo por detrás disso. O motivo do nosso pedido da quebra de sigilo fiscal e bancário dessas duas entidades é obrigação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra a Deputada Kátia Abreu, pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria também, complementando o que o Deputado Lupion disse, de lembrar aos Srs. Senado-

res e Deputados que somente essas duas entidades, a Anca e a Concrab, receberam R\$6 milhões e que todas as outras associações e cooperativas congêneres receberam de R\$20 mil a R\$60 mil. Quer dizer, há uma disparidade muito grande e não conseguimos entender por que tanto prestígio e privilégio para duas entidades que foram suspensas no Governo anterior. Mas quero lembrar, Sr. Presidente, que estamos falando de dinheiro do Orçamento Geral da União, estamos falando de dinheiro dos Ministérios. São R\$6 milhões repassados pelo MEC – Ministério da Educação e pelo Ministério da Reforma Agrária. Então, esta Casa tem o direito de fiscalizar esses recursos, porque são dinheiros do contribuinte, dinheiro do povo brasileiro, diferentemente das entidades privadas. Porque o Senar, inclusive, é auditado pelo Tribunal de Contas da União. As suas contas estão todas à disposição na Internet.

Com relação às entidades privadas, a CNA e a Contag também estão pedindo a OCB. Todas as privadas do Brasil vivem dos recursos dos seus associados, e não de recursos de Ministérios. Se forem de Ministérios, é obrigação nossa fiscalizar, assim como denunciou a revista **Veja**, que nos alertou para essa questão. Então, são dois assuntos diferentes. Nós pedimos quebra de sigilo bancário porque esses R\$6 milhões são dinheiro do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Quanto a essa questão, por economia de tempo, peço aos Srs. Parlamentares que não voltem a ela, porque a Presidência vai submeter separadamente os requerimentos. Não há como apresentá-los em conjunto, porque são argumentações diferenciadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) – Sr. Presidente, tenho uma sugestão concreta a fazer a V. Ex^a e ao Relator, não sem antes prestar uma homenagem que julgo merecida ao Professor Plínio de Arruda Sampaio, que é uma figura realmente maiúscula quando se pensa em homem público brasileiro.

Vejo a tristeza do companheiro bravo de meu pai nas lutas democráticas do passado, na resistência à ditadura militar, da qual participei como jovem, evidentemente, mas não vejo com tristeza o fato de hoje nós pensarmos diferente o econômico e os caminhos para o Brasil. Tenho pelo seu filho, Plínio de Arruda Sampaio Filho, o maior carinho e respeito intelectual.

Longe de me sentir triste ao pensar diferente de V. Ex^a, Deputado Plínio de Arruda Sampaio, quero ressaltar o fato de que nós todos lutamos por uma demo-

cracia que me dá o direito e a consciência de pensar diferente e manter a ternura, o respeito, a certeza de que o seu tamanho não diminuiu em momento algum; só aumentou. Posso não concordar, às vezes, com todo o seu texto, mas não duvido da sinceridade de nenhuma palavra sua. O que V. Exª diz é a sua verdade. Pode até não ser a minha, mas é verdade. Então eu queria dizer da honra que a Casa tem de receber uma figura do seu tamanho, da sua dignidade.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Deputado Lupion foi feliz ao dizer o que, para mim, se tornou cerne do pronunciamento a fazer. Nós não poderíamos mesmo dizer: “Quebre de um, não quebre de outro; ou quebre de um, ou quebre de outro”.

Eu gostaria de conhecer as razões pelas quais estão sendo postas em xeque as entidades tal e tal. Se o Relator apresentar em relação, digamos, aos antípodas UDR e Confederação da Agricultura e outras irregularidades, estou disposto, com a minha Bancada, a votar. É sábio se votar mesmo, de per si, porque não faremos a barganha. Vamos passar a impressão de que estamos investigando Fulano e Beltrano para não investigar Cicrano e Cicrano de tal. Investigaríamos todos, ou seja, nada de um de cada lado; dez de cada lado, nenhum de cada lado, ou um de um lado e dez do outro. Onde houvesse sinal claro de irregularidade, de maneira muito expressiva, apoiaríamos a investigação da irregularidade.

Não podemos nos deter diante do fato de que denúncia séria e embasada é para ser investigada. Pode até ser desmentida pelo tempo. Sem haver denúncia, por outro lado, fica algo complicado.

Se o Relator, Deputado João Alfredo, pudesse nos falar do que tem concreto para haver ou não o acordo para o que se vota aqui, creio que esse seria o encaminhamento mais sábio e ético.

No mais, lamento não ter podido presenciar a palestra do Professor Plínio de Arruda Sampaio, mas volto a dizer a ele que a democracia brasileira hoje me dá essa alegria de poder discordar dele sem perder um pinga da ternura que nasceu na minha infância e o respeito que tenho por esse homem público que só fez bem ao País, só disse coisas boas para o País e deu sempre o melhor que o seu coração tinha por um Brasil mais justo, embora seus métodos possam não ser os meus hoje. Não tenho dúvida alguma de que estamos diante de um grande brasileiro. Queria que ficasse registrado nos Anais da Comissão o apreço que não é dos seus correligionários, mas de todos os brasileiros que sabem o que foi a luta pela democracia e o que é uma vida de coerência, de decência, de mãos limpas como a sua.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está em discussão o primeiro requerimento. E como sugestão, não como determinação, porque cada Parlamentar usa o seu tempo da forma que melhor lhe aprouver, discutiríamos agora o requerimento submetido à deliberação, que é o de transferência do sigilo bancário e fiscal referente à Associação Nacional de Cooperação. Depois, discutiremos os demais.

Em discussão. (Pausa.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Sr. Presidente.

Estamos numa CPMI que desde o seu início, Dr. Plínio... Também não pude, estava em outra Comissão, não tive condições de assistir a sua fala, mas V. Sª sabe do apreço e do meu respeito às suas posições, graças a Deus, concordando com muitas delas.

Quando esta CPMI foi criada, sendo feita CPMI do MST, acabou não acontecendo. Quando amadurecemos isso para uma CPMI da Terra, em relação aos problemas agrários, aos conflitos, com certeza todos que estão aqui querem fazer com que isso não mais aconteça.

Então, meu querido Presidente, que tem encaminhado tão bem, com uma postura tão correta no nosso Estado, o Pará, que tem o triste título de campeão da violência no campo, votarmos um requerimento sem que possamos, por exemplo... A CNA tem acusação, processo no TCU em relação à transferência de recursos através do Senai.

Temos que investigar tudo, até porque vamos entender uma coisa: por um certo período neste País só se investigava um lado. Vamos entender também que isso é real, tanto que o depoimento – e está ao meu lado o Deputado Josué Bengtson, que estava presente, junto com o José Geraldo e outros, quando o próprio representante da Polícia do Estado... Existia uma comissão que analisava, junto com o Ministério Público, todas as ações de despejo. E a ação de despejo foi feita com a participação da Polícia no Estado do Pará e comissão não teve conhecimento, não passou por ninguém e foi feita a equação da Polícia Militar, ou seja, foi feita com a ação institucional.

Então, não podemos pensar... Só vamos realmente requerer a quebra se tiver... Creio que temos que requerer, meu caro amigo Senador que me antecedeu, de todos. Defendo isso com a tranquilidade de quem pode ter certeza de que pode haver gente que queira

tanto a paz no campo quanto eu, mas ninguém mais, porque vivo e conheço os problemas do Estado campeão de violência e de morte. Não queremos mais esse sangue ali, fazendo semente em nossa terra.

Precisamos ter tranquilidade nesse momento, levando, inclusive, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem seguido a direção do nosso Presidente e do nosso Relator, a ponderar isso em relação aos requerimentos. Não é uma questão de: Ah! vamos trocar! Não, aqui estamos investigando tudo. Temos, sim, que assumir.

Quero dizer que não tenho nenhum problema em aprovar todos os requerimentos em relação à questão de cooperativas de trabalhadores. Quero crer que quem quer investigar a questão da terra não terá nenhum problema também de aprovar isso com relação a outras entidades ruralistas. Vou até me isentar de fazer comentários a respeito. Depois vou perguntar ao Dr. Plínio e dar exemplos concretos.

Eu queria fazer essa ponderação para ficar registrada aqui.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Lupion para uma questão de ordem, gostaria, mais uma vez, em nome da boa condução dos trabalhos, de sugerir que os debates sejam feitos em conjunto, já que todos os oradores se referem a todos os requerimentos. Votaremos os requerimentos após o debate e o faremos separadamente.

Deputado Lupion, V. Exª tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – Recebi um documento oficial desta Comissão, referente aos Ofícios de nºs 67/04, 69/04, e documentos, balancetes com as devidas demonstrações mensais do período de janeiro a dezembro de 2003, balanço consolidado do ano de 2003, onde estão registrados recursos recebidos dos associados, as fichas, razões e os referidos recursos. Estão registradas as entradas mensais e o balanço consolidado do ano de 2003, onde estão registradas as obrigações tributárias da entidade e cópia da ficha da razão social das referidas obrigações.

Não há entrada de recursos de entidades oficiais, muito menos de origem internacional. Todos esses documentos estão acompanhados dos estatutos sociais, de atas da assembléia-geral realizada em 2004, comprovantes de recibo de entrega de declaração de Imposto de Renda relativos aos anos de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003; documentação contendo folhas com respeito à UDR. Ou seja, a UDR entregou todos

os pedidos – isso está nas mãos da Comissão para ser avaliado, conforme requeremos.

No Ofício nº 2003/04, encaminhado por Gildo Joaquim Alves de Aguiar Rego, do MST, em atenção ao Ofício nº 070, responde que o MST não é pessoa jurídica, mas sim movimento social. Não é possível ao MST a abertura de contas bancárias, uma vez que não é pessoa jurídica, tampouco dispõe de lista de associados e demais dados solicitados pela Comissão no Ofício nº 7, de 2004. Participam do movimento todas as famílias assentadas em acampamentos por meio do MST.

Quando temos a possibilidade real de encontrar num **site** público que o MST recebe sim recursos por meio de duas entidades ligadas a ele, temos o direito de fazer essa investigação, principalmente se essas entidades estão sob suspeita.

Gostaria de deixar claro que a UDR entregou toda a documentação solicitada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Posteriormente vamos submeter à votação esse requerimento que solicita a transferência do sigilo bancário e fiscal da UDR.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, V. Exª submete à Comissão, com base em informações e denúncias, a proposta de quebra de sigilo de duas instituições. Quem fez esse requerimento acredita que é necessário que o sigilo seja quebrado para que a investigação prossiga na Comissão.

O Sr. Relator sugere que outras instituições sejam também investigadas.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – V. Exª me permite, só para esclarecer?

Na verdade há requerimentos. Eu apenas lembrei que esses requerimentos existiam e foram assinados por vários Parlamentares. Sugeri que eles fossem votados conjuntamente. Digo isso só para esclarecer V. Exª. Depois vou me pronunciar sobre o mérito.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Sr. Presidente, creio que há uma certa confusão em torno da questão. A Comissão deveria votar o primeiro requerimento com base nas informações que estão acrescentadas e decidir sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – É o que faremos

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE) – Havendo outros requerimentos sobre matéria correlata, de instituições que atuem no meio rural, em face da fundamentação desses requerimentos eles devem ser votados. Quero me declarar favorável a qualquer um deles, sobre qualquer uma das instituições patronais que possam ser investigadas daqui para a frente. Não

creio que possa haver negociação, dois para lá, dois para cá, um para aqui, outro para lá, não é o caso. Não pode haver, tampouco, uma ação que passe a impressão de, como vamos investigar o MST, vamos investigar também a instituição tal, que, aparentemente, é antagônica ao MST. Não é assim que vamos conduzir isso. Não acredito que seja uma orientação do Presidente, muito menos do Relator. Havendo fundamento, objetividade, bom senso em proposta para quebrar sigilo fiscal de qualquer instituição, CNA, Senar, UDR, seja lá qual for, penso que esta Comissão não tem por que deixar de aprová-lo, mas deve haver um conteúdo, algo que o justifique, para que não seja uma coisa meramente compensatória pelo fato de quebrarmos aqui o sigilo fiscal de instituições que cobram o MST. Pelo que entendi da leitura do Deputado, é uma instituição que não tem personalidade jurídica, e o movimento como tal funciona com base em recursos que não são dela. Alguém deve ter esses recursos, e seguramente não são aqueles que estão sem terra nas beiras de estradas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência já deliberou sobre a questão de ordem referente ao processo de votação. Vamos submeter separadamente os requerimentos para deliberação. Aqueles que quiserem discutir que o façam em função do mérito das matérias apresentadas. É o que quer a Senadora Heloísa Helena, que tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em seguida eu me inscrevo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido – AL) – Sr. Presidente, como não sou membro efetivo da Comissão, se V. Ex^a achar por bem dar a palavra primeiro... Porque, de fato, quero discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Só o Senador Sibá Machado está inscrito.

A SRA. HELOÍSA HELENA (S/Partido – AL) – Creio que as observações que foram feitas pelo Senador Sérgio são importantes para evitar que, em alguns momentos, quem acompanha os trabalhos da Comissão possa identificar que existe quase que uma troca de procedimentos, o que às vezes é natural no trabalho legislativo.

Não sou membro desta Comissão, até porque, depois que o PT me expulsou, não tenho mais essa oportunidade, mas tenho acompanhado muito os trabalhos da Comissão, o que é natural, porque eu me identifico com o tema. E hoje a tecnologia possibilita acompanhar pelo computador o que tem acontecido.

Embora seja extremamente preciosa a observação que o Senador fez, porque às vezes parece mes-

mo que estamos tentando trocar, pois ficam duas de um lado e duas de outro, o que é quase natural nos trabalhos legislativos, é verdade, quem acompanha os trabalhos desta ou de qualquer outra comissão... Porque não existe neutralidade no comportamento humano; não existe neutralidade nem na complexa subjetividade humana, imagine na convicção ideológica e programática. É absolutamente normal que, em muitos momentos, quem assiste aos trabalhos da Comissão veja exatamente isso. Se eu estivesse aqui, estaria também trabalhando desse jeito. Não precisa de cinismo, de dissimulação; isso é normal.

É natural que quem tem convicções ideológicas, visão de mundo, concepção programática, adote um lado. E defender lado é muito bom. Aliás, prefiro enfrentar alguém que é meu opositor ideológico e programático do que enfrentar o cinismo e a dissimulação. Não tenho problema em ter lado, em defender posição política. Quem acompanha vê muito isso aqui. Deputados e Senadores que têm mais vinculação com os movimentos sociais, que lutam pela reforma agrária ocupando terra... Se houvesse governo e estado para cumprir a lei, é evidente que não haveria violência no campo, e existiria reforma agrária do mesmo jeito, sem milícias armadas na grande estrutura do latifúndio neste País. Não haveria milícias armadas e protegidas inclusive pelo aparato público; não haveria violência no campo; não seria preciso fazer esse tipo de ocupação de terra. O Plínio, que estava aqui, sabe. Quem já passou por uma ocupação de terra sabe o que é. Não estou falando de ocupação de terra produtiva, mas de ocupar o matagal, a capoeira, lugar que não tem nada e ficar, durante a noite toda, escutando tiros de espingardas 12, correndo no meio do matagal. E o frio, Senador Ney Suassuna, à noite, cortando os ossos, e, durante o dia, o sol infernizando o juízo. Não é simples ocupar a terra; não é simples ficar jogado no meio do mato sem ter nem sequer a quem esmolar. Às vezes, nem a cesta básica tem.

Estou fazendo essas considerações, Senador Alvaro, porque para mim não há problema ter lado, do mesmo jeito que não há nenhum problema para muitos aqui. Já travamos, inclusive, algumas lutas conjuntas em relação à repactuação da dívida dos produtores rurais. O Senador Jonas tem uma posição tão diferente da minha em tantos aspectos, e em muitos momentos trabalhamos juntos na repactuação da dívida dos produtores rurais, da agricultura familiar ou do médio produtor rural. Não é disso que se trata.

Porém se o que vamos investigar é a utilização de recursos públicos, se existe desvio ou não na utilização de recursos públicos, então entendo, e faço uma sugestão, porque tenho o direito de sugerir, mas não o

de votar, que a Comissão estabeleça um procedimento investigatório sobre a utilização dos recursos públicos. Se há desvio de recursos públicos, não necessariamente a quebra do sigilo bancário em relação a toda a estrutura financeira da entidade significa que se vai identificar. Se há desvio de recursos públicos, que se abra um procedimento investigatório, com o qual concordamos, em relação aos recursos públicos. Se recursos estão sendo desviados, se os Senadores e Deputados entendem que é legítimo investigar, é obrigação do Senado e da Comissão ajudar a investigar. Do mesmo jeito que é obrigação também de todos investigar os desvios em relação ao Senar, na CNA.

Há um acórdão do Tribunal de Contas da União condenando inclusive pela utilização indevida. Fui até buscar o Acórdão nº 134/2000, que mostra a utilização indevida. Ele nem está condenando, nem vou dizer o que se fez com os recursos públicos.

Entendo que se é um procedimento investigatório não significa a quebra do sigilo bancário, porque isso não necessariamente garante a investigação, enquanto um procedimento investigatório, ou pelo Tribunal de Contas da União, acompanhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, pode, sim, identificar se o recurso que foi encaminhado... E o Deputado já mostrou inclusive os dados do Siafi.

Se existe recurso público, então que a auditoria, o procedimento investigatório, ou qualquer nome que a ela seja dado, seja em relação à utilização dos recursos públicos, e não necessariamente em relação à quebra do sigilo bancário e fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos à Senadora Heloisa Helena, que, embora não integrando esta Comissão, nos honra e valoriza esta Comissão com a sua presença. Esperamos que brevemente o pessoal possa ter presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço desculpas iniciais ao Professor Plínio de Arruda Sampaio para, digamos assim, homenageá-lo pela sua militância no momento em que voltamos a debater sobre o tema.

Com relação ao que estamos vivendo aqui, primeiro quero lembrar que algumas pessoas, quando falam, pelo dom da sua palavra, Sr. Presidente, inspiram em todos que a escutam a credibilidade. E, às vezes, algumas coisas são ditas de uma maneira como se a verdade estivesse pontuada de um lado só.

Primeiro, o requerimento não é do Relator; os requerimentos são meus. Apresentei quatro requerimentos assinados por outros companheiros membros

desta Comissão. Então quem apresentou os requerimentos fui eu.

Segundo, se houver preocupação sobre se existiu ou não tentativa de acordo para diminuir o número de requerimentos ou algo parecido, houve, porque a própria Comissão já foi fruto de um acordo.

Quando o Senador Arthur Virgílio apresentou o pedido de constituição desta CPI, solicitou a investigação de algo que imaginou complicado naquele momento, que era a onda vermelha do MST. E foi num acordo, sim, com o Senador Eduardo Suplicy que se ampliou a visão da Comissão para os conflitos no campo. Então, se, para a constituição da Comissão, chegamos a um acordo inicial, vale o acordo até o fim dos trabalhos da Comissão. Se havia um requerimento pedindo duas inscrições, eu apresentei para quatro. Se diminuir para 3, 2 ou 1, poderemos discutir.

Outro ponto: esta Comissão solicitou informações da UDR as quais já recebeu. Solicito a V. Ex^a esse mesmo direito para qualquer outra instituição, antes de pedir a quebra de sigilo bancário, porque o que se apresenta lá fora são muitas complicações, Sr. Presidente. Isso não pode ser concedido dessa forma.

Então quero dizer que apresentei, sim, a proposta de convencimento, com o Deputado Abelardo Lupion e com o Senador Sérgio Guerra, no sentido de que, antes de enviar requerimento solicitando a quebra de sigilo bancário, se solicitassem, da forma como foi solicitada da UDR, informações e se essas informações forem inadequadas à preocupação, aí vale sim.

Por último, desde 1985, data do surgimento das duas instituições líderes nos conflitos nos campos por assim dizer: MST e UDR, quem fez – desafio o Governo – naquele momento da compra de armas dos leilões de bois e não sei mais o quê?

O que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que nós nunca viemos para qualquer Comissão armados de qualquer precedente, mesmo de desconfiança, qualquer que seja ela. Se assim procedesse, já teríamos feito uma vistoria na vida de muitas instituições e até de pessoas. Então, todos os requerimentos aqui estão, sim, embasados na seriedade e na tentativa de corrigir problemas.

Então, o que sugiro é o seguinte: suspensão de todos os requerimentos nessa direção e que se peçam informações preliminares dos problemas que foram levantados aqui anteriormente. Não havendo essa contraposição, votaríamos os documentos.

E quero trazer o embasamento de tudo o que nós estamos falando aqui das demais entidades que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em resposta às indagações do Senador Sibá Machado, a Presidência

quer dizer que é evidente, protocolar, próprio do Parlamento a palavra ser sempre dirigida ao Presidente. No entanto, nesse momento, ela é dirigida aos membros da CPMI que decidirão sobre os requerimentos apresentados, já que é da obrigação do Presidente submeter à votação e à deliberação todos os requerimentos, e assim será feito.

Continua em discussão.

Com a palavra, por solicitação, o Vice-Presidente Onyx Lorenzoni e, em seguida, o Deputado José Geraldo. Em seguida encerraremos a discussão, se permitir o Senador Eduardo Suplicy, para que possamos deliberar, já que há uma relação de dez inscritos para a formulação de perguntas ao nosso convidado, Professor Plínio de Arruda Sampaio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Sr. Presidente, quero ratificar – porque houve vários encaminhamentos – o direito de cada um dos Srs. Parlamentares, membros desta Comissão, de votar a favor ou contra qualquer proposta que venha para discussão nesta CPMI. Compartilho da tese de que todos aqueles requerimentos, seja de quebra de sigilo bancário ou fiscal, que chegarem a esta CPI, adequadamente fundamentados, racionalmente sustentáveis e objetivamente apontados, devem ser discutido e votados. Portanto, não acato proposta que possa nos tolher e cassar o direito de exercer, em toda a sua plenitude, o mandato de que estamos investidos.

Como o Deputado Abelardo Lupion e outros Deputados, também sou signatário desse documento e o entendo como absolutamente necessário pela circunstância com que foi trazido ao conhecimento do público. Creio que todos os demais requerimentos serão avaliados segundo esses critérios. Quando eles tiverem solidez suficiente para motivar o voto, tenho certeza que todas as Sr^{as} e os Senadores, as Sr^{as} e os Srs. Deputados terão a tranquilidade de dar o voto.

Portanto, Sr. Presidente, reitero a disposição de votar todos os requerimentos que V. Ex^a tem sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

A Presidência apenas lembra aos Srs. Parlamentares o seguinte, em razão de experiência adquirida em outras CPIs desta Casa: todo requerimento aprovado nesta Comissão poderá ser alvo de ação judicial junto ao Supremo Tribunal Federal. Daí a necessidade de cada requerimento apresentar um suporte de argumentação que convença o STF, sob pena de colocarmos em risco a imagem do próprio Congresso Nacional. Portanto torna-se importante o debate que se trava em torno do conteúdo das propostas apresentadas e a necessidade de votá-las separadamente.

Com a palavra o Deputado José Geraldo.

O SR. JOSÉ GERALDO – Sr. Presidente, eu queria reforçar a proposição do Senador Sibá, porque, realmente, se pedirmos a quebra de sigilo bancário de qualquer entidade de que tenhamos notícia de estar recebendo dinheiro do Governo Federal por meio de convênio para fazer alguma ação, teremos que fazer muitas quebras de sigilo bancário sem antes dar oportunidade para que essa entidade venha explicar o andamento do programa que está sendo posto em prática com aquele dinheiro que ela recebeu.

Considero perfeitamente normal qualquer entidade não-governamental receber dinheiro de qualquer Ministério do Governo Federal para colocar em prática, por exemplo, um programa de alfabetização, como as federações de trabalhadores na agricultura e o Movimento Sem-Terra estão fazendo.

Verifica-se no jornal ou no Diário Oficial que a entidade tal recebeu R\$3 milhões, então você já passa a suspeitar que essa entidade está desviando ou aplicando. Pode até estar ocorrendo isso, mas precisamos, diante disso, convidar primeiro essas entidades para prestarem esclarecimento sobre o andamento, o investimento, como está o programa, porque o que vejo neste país são programas interessantíssimos postos em prática por entidades governamentais. E aí deste País se não fossem as iniciativas, as inovações, o sacrifício que muitos estão fazendo e fizeram para, com pouco dinheiro, fazer milagre.

Sou de uma região, por exemplo, da Transamazônica em que existe um movimento pela sobrevivência daquela estrada, o qual não tem legalidade. Mas lá dentro existe a Fundação Viver, Produzir e Preservar, que inclusive recentemente administrou a serragem de todo o mogno que foi roubado na chamada Terra do Meio, em Altamira, pelos grandes latifundiários daquela região, muito bem fiscalizada. Até o pó do mogno foi medido, para V. Ex^a ter uma idéia.

Quanto aos recursos, foi criado oficialmente um fundo permanente. Somente o rendimento desse fundo será administrado para se implantarem programas auto-sustentáveis naquela região.

Portanto está perfeitamente apresentada a proposição do Senador Sibá no sentido de, no primeiro momento, ouvirmos as entidades que estão recebendo os recursos para verificar como estão os programas dos quais receberam esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O último orador inscrito é o Senador Suplicy.

Peço a V. Ex^a compreensão em relação ao tempo.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, considero importante que essa vontade de se saber como estão sendo aplicados os recursos

seja precedida da sugestão daqueles Parlamentares que observaram que podem perfeitamente essas instituições, inclusive a Anca e o MST, responder às indagações precisas, sobretudo as relativas à utilização de recursos públicos. E isso poderá ser válido para as demais entidades relativamente às quais eu próprio fiz requerimento. De maneira que, havendo dúvidas posteriores a esse estágio é que se poderia, bem fundamentado, solicitar a transferência do sigilo bancário que se desejar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra para ingressar no processo de votação o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, pedi novamente a palavra em função do que me foi questionado pelo nobre Senador Arthur Virgílio acerca da fundamentação dos pedidos.

O Senador Sibá Machado já esclareceu que os requerimentos são de autoria de S. Ex^a, com vários signatários, dentre os quais eu me incluo.

É de todos sabida – a Senadora Heloísa Helena foi, como sempre, ao ponto – a questão que divide e pode unificar esta CPMI. Não há segredo para nenhum de nós aqui que há uma bancada profundamente ligada aos ruralistas. Também não é segredo para ninguém que há uma bancada que tem vinculação com a Contag, com o MST, porque todos nós temos as nossas convicções políticas e ideológicas.

Mas o Senador Sibá Machado foi muito feliz quando disse que esta CPMI, por proposição original do Senador Arthur Virgílio, era voltada para um foco, o qual, depois da intervenção do Senador Eduardo Suplicy, foi ampliado. E temos tido a preocupação de fazer com que esta CPMI não se bandeie apenas para um lado nas suas investigações, mas que possam abrir o leque nesse procedimento.

Senador Sérgio Guerra, quando pedi que a matéria fosse discutida conjuntamente, e já existiam os requerimentos do Senador Sibá, foi por entender que há uma conexão entre esses dois aspectos. Ou seja, poderíamos quebrar um equilíbrio tênue e difícil desta CPMI.

Provocado pelo sempre atento Senador Arthur Virgílio, procurei o acórdão do Tribunal de Contas da União a respeito de uma denúncia de irregularidades praticas pelo Senar do Rio Grande do Sul, onde houve a utilização desses recursos pela Federação de Agricultores do Rio Grande do Sul, a Fasul, do Sr. Carlos Sperotto, o qual vou ler para V. Ex^{as}:

“Em 1988, durante a realização da Expointer, o Senar do Rio Grande do Sul alugou e pagou vários ônibus para o transporte de associados dos sindicatos rurais patronais filiados à Fasul, a fim de participarem

de manifestações de cunho político na referida feira. Tudo indica que não houve licitação e não cabe ao Senar [todos sabemos que o Senar faz parte do Sistema “s”] pagar despesas da Fasul, que, na época, coordenava e administrava o referido evento.”

Desde 1997 estão ocorrendo contratações de pessoal. O processo legal de concurso e edital de inscrição está sendo observado? E se diz que não. Contratam-se pelo Senar funcionários para a Fasul.

Na Av. Borges de Medeiros, nº 541, está situado um prédio de propriedade da Fasul que foi recentemente reformado interna e externamente, utilizando recursos do Senar, que é o Serviço de Aprendizagem Rural.

Há claramente um desvio de finalidade e um desvio de recursos dessa entidade que deveria estar voltada para a formação técnica de agricultores, e que utilizou esses recursos para manifestações políticas, inclusive para reformar a sua própria sede.

Está aqui. Inclusive a Senadora Heloísa Helena está fotocopiando a ementa do acórdão em que essas denúncias são consideradas procedentes pelo Tribunal de Contas da União.

Então vejo que, no caso do Senar, para responder a uma pergunta e a uma provocação no bom sentido do Senador Arthur Virgílio, temos razões para solicitar a quebra de sigilo daquela entidade.

Com relação à UDR, nesta mesma reunião, aprovamos um requerimento de nossa autoria, referente ao caso de prisão de um proprietário rural do Estado de Goiás que estava portando armas, aliás, armamento pesado. Aliás não é só uma denúncia de proprietário rural ligado à UDR e envolvido com armamentos.

Aprovamos, como se lembra o Sr. Presidente, a solicitação de inquéritos que correm na região do Pontal do Paranapanema.

Ora, se esta CPI, Deputada Kátia Abreu, está investigando a questão da violência no campo, nada mais justo que se quebre o sigilo da União Democrática Ruralista, para saber se está utilizando esses recursos para a compra de armas. Não vejo isso, Senador Arthur Virgílio e Senador Sérgio Guerra, como uma barganha, de maneira alguma, mas como uma isonomia, como a atitude de uma CPMI que vai investigar tudo: o MST e a UDR, as entidades ligadas ao MST, mas também as entidades ligadas ao aspecto patronal.

Por isso solicito, como Relator, como quem vai apresentar o relatório à apreciação de V. Ex^{as} e precisa de todos esses dados, que aprovemos todos os requerimentos. Esta é a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em deliberação o requerimento, de autoria do Deputado Aberlardo Lupion e outros, que solicita a transferência do sigilo

bancário e do sigilo fiscal da Associação Nacional de Cooperação Nacional.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o segundo requerimento dos mesmos autores pelo qual requerem transferência do sigilo bancário e fiscal da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab).

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, da Senadora Ana Júlia Carepa e outros, pelo qual requerem a quebra de sigilo bancário da União Democrática Ruralista.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A discussão já ocorreu.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não fizemos nenhum tipo de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Abelardo Lupion, para evitar tumulto nesta reunião.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O Senador me pediu para falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra com a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, quanto à proposição do Relator me parece equilibrada, em face de um acórdão que envolve investigação, para votar a quebra do sigilo da instituição citada, o Senar, é preciso ter clareza se é o Senar nacional ou do Rio Grande do Sul, como é a contabilidade.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Senador, pela ordem.

O recurso que a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul impetrou contra o Acórdão nº 134, citado pela Senadora, já foi publicado no Diário Oficial no dia 11 de junho, absolvendo o Senar do Rio Grande do Sul.

Assim como vão acessar a cópia do Acórdão nº 134, deverão acessar também a cópia do Diário Oficial do dia 11 de junho, que absolve o Senar do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Senador Sérgio Guerra já concluiu?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ainda não concluí.

O Sr. Relator fez ponderações sensatas e leu um acórdão em que são citadas aparentes irregularidades no Senar do Rio Grande do Sul. Essa questão merece ser discutida aqui.

Estou ouvindo agora que essa questão já foi decidida pela Justiça. É isso?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Está no Diário Oficial do dia 11 de junho, de 2004, a absolvição do Senar do Rio Grande do Sul, que recorreu do acórdão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com o maior respeito a todos os Parlamentares, esta Presidência tem horror a uma postura autoritária na condução dos trabalhos, mas também tem apreço pela ordem. Estamos em processo de votação. Questão de ordem só é admitida se se referir ao processo de votação. A fase da discussão já se encerrou. Lamentavelmente, terei que desligar o microfone, em nome da ordem dos trabalhos desta CPI, se a questão de ordem suscitada não disser respeito ao processo de votação.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a solicita a palavra pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

Em votação o requerimento que propõe a quebra do sigilo bancário da União Democrática Ruralista.

As Sr^{as} e os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Creio que teremos de fazer votação nominal para proferir.

Começando pelo Senado, como vota o Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Valdir Raupp? Ausente.

Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Mozarildo Cavalcanti? Ausente.

Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Garibaldi Alves Filho? Ausente.

Passando aos Srs. Deputados, como vota o Deputado João Alfredo?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Aberlado Lupion?

O SR. ABERLARDO LUPION (PFL – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Sebastião Madeira?

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Josué Bengtson?

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, nesta votação, eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jackson Barreto?

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Votaram NÃO 10 e SIM 06. Houve uma abstenção.

Está rejeitado este requerimento.

Requerimento de quebra de sigilo bancário da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, CNA, dos mesmos autores.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Para evitar dúvidas, submeto o requerimento à votação nominal.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, solicito que façamos a votação nominal de todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência vai chamar os Srs. Senadores. Como vota o Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que aguardem o resultado da votação.

Como vota o Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – CNA ou Senar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – CNA.

Senador Eduardo Suplicy já votou?

Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Valdir Raupp? Ausente.

Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Mozarildo Cavalcanti? Ausente.

Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Garibaldi Alves Filho? Ausente.

Passando aos Srs. Deputados, como vota o Deputado João Alfredo?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Abelardo Lupion?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Sebastião Madeira?

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Josué Bengtson?

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jackson Barreto?

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Por 11 votos a 6 foi, portanto, rejeitado o requerimento.

O novo requerimento requer quebra de sigilo bancário do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Aqui não especifica se é do Rio Grande do Sul; é o Senar, nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Não.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, nosso acordo, em face da denúncia, nossa posição é votar com o Senar do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não, não há; o requerimento não especifica.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – É referente ao Senar nacional o requerimento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos submeter à votação nominal.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Para orientação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pelo bem dos trabalhos, foi apresentada uma questão referente ao fato de envolver a utilização de recursos públicos. Foi feita inclusive como uma preliminar. E o convênio é feito com o Senar nacional, que repassa para o Senar... Eu estava na assinatura do convênio. Então, quero dizer que referente ao Senar nacional.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Para esclarecer. Sr. Presidente, quem conhece minimamente o Sistema “S”...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência vai proceder à votação. Estamos em processo de votação.

A Presidência só pode submeter o requerimento que se encontra sobre a mesa, o qual diz respeito ao Senar.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Jonas Pinheiro, como vota?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra, como vota?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Valdir Raupp? Ausente.

Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Farei uma declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou pronto para votar a favor da quebra de sigilo bancário do Sul, e o Deputado Abelardo Lupion dizia que se não há razão e se faz a tentativa de quebra do sigilo da UDR, S. Ex^a pediria o da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Um terceiro poderia dizer: “Puxa, Deputado, por que a Contag?” E ele pergunta: “Por que a UDR?” Agora mesmo nós o demovemos de pedir da Contag também, para não

haver exorbitância. E eu gostaria muito de cumprir a palavra que aqui empenhei, porque concordo com o raciocínio do Relator: havendo fumaça de irregularidade, ela deve ser esclarecida. Gostaria de poder votar “sim” se se contingenciasse ao local onde há irregularidade, mas votaria “não” se fosse geral, porque o do Sul, supostamente, foi quem praticou irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência sugere o seguinte: como este requerimento já está em processo de votação, se rejeitado, será possível a apresentação de um novo requerimento propondo a quebra e transferência do sigilo bancário e fiscal única e exclusivamente da Seção do Rio Grande do Sul do Senar. Portanto, a rejeição deste requerimento não exclui a possibilidade de aprovação do outro.

Senador Arthur Virgílio, já votou?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não ao nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Garibaldi Alves Filho? Ausente.

Passando aos Srs. Deputados, como vota o Deputado João Alfredo?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Abelardo Lupion?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Marcelo Siqueira?

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Josué Bengtson?

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jackson Barreto?

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Resultado da votação: 11 “Não” e 7 “Sim”. Rejeitado o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero retirar o requerimento seguinte e verbalizar, nominando o requerimento, para fazer a investigação de contas do Senar do Rio Grande do Sul. Peço a V. Exª o tempo necessário para elaborar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Receberei posteriormente o requerimento escrito do Senador Sibá Machado.

Vamos submeter à votação o requerimento referente ao Senar do Rio Grande do Sul.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Há um requerimento de votação nominal, e a Presidência cumpre o dever de submeter a voto.

Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Valdir Raupp? Ausente.

Senador Juvêncio da Fonseca?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Mozarildo Cavalcanti? Ausente.

Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Garibaldi Alves Filho? Ausente.

Como vota o Deputado João Alfredo?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Abelardo Lupion?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Marcelo Siqueira?

O SR. MARCELO SIQUEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Sebastião Madeira?

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Luis Carlos Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Josué Bengtson?

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Por ter sido julgado e absolvido, não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jackson Barreto?

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Requerimento aprovado por 14 votos a quatro.

Há requerimento sobre a mesa, de autoria dos Deputados Abelardo Lupion e Eduardo Sciarra, que pedem a convocação do Desembargador Gersino José da Silva para esclarecer pedido de soltura formulado em favor de membro do MST.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, o Desembargador já esteve nesta CPMI e prestou esclarecimentos sobre esse fato.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, retiro o requerimento, haja vista que, quando o Ministro esteve aqui, S. Ex^a nos deu informações a respeito do caso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Requerimento retirado.

requerimento do Deputado Abelardo Lupion que convoca o engenheiro agrônomo Evaris Leandro da Silva, do Incra do Rio Grande do Norte, para prestar esclarecimento a esta Comissão.

É do Rio de Janeiro? Aqui está Rio Grande do Norte. Então, faremos a correção.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, recebemos uma denúncia extremamente farta a respeito de comprometimento da atuação do fiscal. Encaminho essa documentação toda embasada, para que possamos ouvir o engenheiro na Comissão a respeito de vistorias feitas por essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Iniciaremos agora o questionamento, agradecendo ao eterno Deputado Plínio de Arruda Sampaio a paciência e a tolerância em acompanhar os trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra à Deputada Kátia Abreu, primeira inscrita para fazer as indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, não é mais o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Um momento, Deputada. Como é hábito, o primeiro a questionar é o Relator. Houve um lapso da minha parte.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Sr. Presidente, o Deputado João Alfredo é um cavalheiro. Tenho certeza de que S. Ex^a me concederá a palavra e falará posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo, inicialmente.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Deputada Kátia Abreu, serei cavalheiro com V. Ex^a em outras oportunidades: vou abrir-lhe a porta ou, quando V. Ex^a almoçar comigo, puxarei a cadeira para sentar-se. No entanto, estamos tratando de Regimento Interno e, como farei o relatório...

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Conforme o Regimento, se quiser, V. Ex^a pode ceder a palavra a qualquer Parlamentar, seja homem ou mulher.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – V. Ex^a é sábia nisso. É uma questão política.

Sr. Presidente, sei que V. Ex^a precisa sair para participar de uma reunião, mas, antes de sua retirada, talvez fosse importante comunicar aos Parlamentares a audiência pública que se realizará no próximo dia 22. Talvez fosse interessante V. Ex^a anunciá-la. Já foram feitas as convocações?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Informo que no próximo dia 22 estarão presentes a esta CPMI o Sr. Sérgio Maneschky, do Itaperá do Pará, e o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará. E ainda José Décio Barros Nunes, Regivaldo Pereira Galvão e Laudelino Délio Fernandes Neto.

Portanto, a Presidência convoca os Srs. Parlamentares para a reunião do dia 22, às 10 horas, nesta sala de reuniões.

Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, nosso depoente de hoje é o Professor e Deputado Constituinte Plínio de Arruda Sampaio. Em primeiro lugar, gostaria de fazer minhas algumas palavras – não todas – do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Interrompo o Deputado João Alfredo para solicitar permissão para me retirar, pois há uma reunião da Bancada do PSDB com o escopo de tratar da questão do salário mínimo, e não há como me ausentar da reunião. Portanto, peço ao Vice-Presidente que assuma a presidência dos trabalhos.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Não é tarde para lembrar e reconhecer a contribuição do Deputado Federal, Constituinte, Professor, Consultor da FAO, um pouco guru de todos nós, militantes da causa da reforma agrária no País, o nosso querido Professor Plínio de Arruda Sampaio. Como Relator, considero importante seu depoimento não só pelo levantamento que fez dos entraves, dos obstáculos para um verdadeiro processo de reforma agrária no País, como também pela apresentação de uma série de sugestões que poderão facilitar, viabilizar e agilizar a reforma agrária no País, até porque é objetivo desta CPMI analisar os processos de reforma agrária, diminuir, na medida do possível, a violência no campo e, evidentemente, tornar viável a distribuição de renda e de terra em nosso País.

Teria poucas perguntas a fazer a V. Ex^a: primeira, qual a opinião de V. Ex^a sobre os indicadores da função social da sociedade?

V. Ex^a se referiu à produtividade e disse que os indicadores já estariam defasados em face do tempo e do próprio desenvolvimento da tecnologia na agricultura, mas sabemos que a Constituição da República, quando se refere à função social, não se limita à produtividade, mas suscita aspectos ligados à questão ambiental e trabalhista. Portanto, na sua visão de uma

legislação mais consentânea com o momento que vivemos e até mais adequada à Constituição de 1988, da qual V. Ex^a foi um dos autores, conseguiria essa nova legislação resolver a questão?

Como se incorporariam esses outros aspectos, até do ponto de vista do cumprimento da função social ou socioambiental da propriedade da terra?

Outra questão importante para ser debatida, até por conta do preço das indenizações, seria a fixação do preço justo. O que seria preço justo num processo de desapropriação de terra, tendo em vista que a nossa Constituição consagra a um só tempo o direito de propriedade, mas o condiciona à sua função social?

O terceiro aspecto que me chamou atenção e queria até solicitar maior esclarecimento por parte de V. Ex^a é quanto ao dado de 170 milhões de hectares de terras devolutas. Questionaria a V. Ex^a se o dado é confiável e explico por quê. Sabemos que até hoje é a declaração do proprietário junto ao Incra que diz o tamanho da terra. E conhecemos – V. Ex^a conhece melhor do que eu – o processo de grilagem de terras públicas no Centro-Oeste e no Norte principalmente. O Estado do Pará, que visitamos recentemente, vive essa situação há muito tempo. Há a proposta de um trabalho de georeferenciamento para termos esses dados com mais confiabilidade. Por isso, perguntaria a V. Ex^a até que ponto podemos nos valer dessa informação.

Quanto à questão ligada a esses dois procedimentos que não são os principais de reforma agrária, o assentamento em terras públicas e o crédito fundiário, até concordo com V. Ex^a de que o instrumento precípuo para a realização da reforma agrária é a desapropriação do latifúndio por exploração. No entanto, viveremos situações em que pode ser até mais barato para o Estado e não irá premiar o grileiro a arrecadação dessas terras e há os casos que não se adequam à situação de latifúndio por exploração que poderiam ser utilizados como projetos complementares.

No plano de reforma agrária do Governo, em que há diferenças com o que V. Ex^a elaborou, essas duas medidas são apresentadas como complementares e não são o carro-chefe, que seria a desapropriação.

Uma última pergunta sobre o que V. Ex^a tratou **en passant** no início, o agronegócio. Vivemos uma situação em que houve uma expansão muito forte da monocultura e da pecuária, abrindo novas fronteiras, e sabemos que todo o desmatamento da Amazônia está vinculado a isso.

A soja, que começou no Rio Grande do Sul, ocupou a região leste, depois veio para o cerrado, começa a subir para a Região Norte e ocupa um espaço importante nessa área por um lado. Por outro lado, cria-se um processo de valorização muito grande da terra.

Como compatibilizar – fiz essa pergunta ao Sr. Ministro – o agronegócio exportador da monocultura, que é pouco gerador de mão-de-obra, com um modelo vinculado à reforma agrária e à agricultura familiar?

Seriam esses os questionamentos que faria a S. Ex^a.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Sr. Presidente, esta audiência deveria ser um debate entre duas pessoas que têm uma experiência grande na operação de programas de reforma agrária.

Acredito que nem todos os membros da Comissão têm operado o programa. Evidentemente são grandes conhecedores do assunto, mas não tiveram a experiência concreta de fazer.

Parece-me que a utilidade do debate seria entre uma pessoa que ocupou o cargo de Ministro durante muitos anos e alguém que há quarenta anos trabalha nisso e em todos os programas, o que não aconteceu porque um dos debatedores não compareceu. Em uma luta de boxe, quando um contendor não comparece, o juiz levanta a mão do outro que ganhou o debate.

A bancada ruralista aqui presente apresentou um requerimento que tem um sentido ou um efeito muito claro. Não atribuo nunca intenções a ninguém. Sei que as pessoas atuam com a maior pureza de intenções, mas os resultados são objetivos.

As manchetes de amanhã não serão “depoente solicita do Congresso nova lei para regulamentar o processo de desapropriação”. A manchete de amanhã será “irregularidades no MST”, mas é uma habilidade fantástica.

Finalmente, quando, depois de todos os debates e de superada a dificuldade da preliminar, se esvaziou a reunião, vejo aqui a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, que tem o dever de ofício de presidir supletivamente a Comissão, e o Relator. De modo que conseguiram exatamente que – e não acredito que tenha sido essa a intenção, mas o efeito é claro – eu fale para a platéia.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – V. S^a vai falar para milhões de brasileiros que estão ligados a esta hora na TV Senado.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Então vou me dirigir aos milhões de brasileiros, dizendo que é típico de discutir o que não precisa ser discutido. É um caso típico de certas análises que têm sido feitas a respeito do problema parlamentar.

Vários analistas – se não me equivoco, o próprio Lenin tratou disso – fazem referência aos desvios que acontecem no Legislativo, e que realmente as pessoas esquecem um pouco a realidade do País e se apaixonam pelas discussões internas.

Nossa Casa, Sr. Presidente, tem um defeito: ela não tem nem janelas. Ela é realmente, absolutamente autista. Tudo se passa aqui dentro.

Gostaria de deixar essa informação a V. Ex^a, dizendo que não foi com esse espírito que vim discutir. Não vim aqui terçar armas, para ganhar por pontos ou por nocaute do Deputado Raul Jungmann, e sim para tentar, como brasileiro, sensibilizar outros brasileiros para o cumprimento da Constituição. E para a solução de um problema que estou vendo agravar-se dia-a-dia.

Fiz três missões na Colômbia. Estive na Colômbia em diferentes etapas do processo colombiano. E vi aquilo como que uma inflamação crescendo. Até a última vez em que conversei com o mediador da guerrilha e do governo, o Dr. Oto Morales Bermudes, e lhe perguntei por que razão o governo se senta com a guerrilha. Ele disse que é porque as Forças Armadas chegaram à conclusão de que nem a guerrilha as vence nem as Forças Armadas vencem a guerrilha. Por quê? Porque se deixou aprofundar o problema.

Então, penso que o entevero conduz se não a um impasse. E o impasse é o pior, é o desgaste diário, é a corrosão permanente.

A questão foi levantada pela primeira vez no Brasil independente por José Bonifácio de Andrada e Silva e depois pelo Senador Joaquim Nabuco. Foi levantada posteriormente pelo Presidente João Goulart, e não conseguimos superar esse obstáculo.

Inegavelmente, a elite dirigente é mais forte do que as forças da reforma agrária e tem conseguido evitar, como conseguiu evitar a libertação dos escravos até quando a medida perdeu o impacto, esvaziou-se, não tinha mais importância. E o resultado? Tudo o que era benéfico da abolição se perdeu, porque se deu a liberdade ao africano, mas não se lhe deu terra.

Portanto, o que gostaria claramente de dizer é que procurei fazer um trabalho para demonstrar... Não vou discutir teoria de reforma agrária aqui, porque há um mandado constitucional e nós todos temos de realizar esse processo. Isso é lei fundamental da República. E o que a está obstaculizando são um, dois, três, quatro, cinco, seis.

É isso que vim fazer aqui, baseando-me no seguinte sentido: o deputado e o senador são pessoas que representam o povo e têm que averiguar a gravidade do que está acontecendo na esperança de obter algum entendimento para que algum desses empecilhos seja superado.

Com isso, Sr. Presidente, passo rapidamente a responder as perguntas do Deputado João Alfredo.

Tratei aqui apenas dos indicadores de produtividade, mostrando que esses indicadores são insuficientes

para fazer reforma agrária porque estão defasados, mas que, mesmo com esses indicadores, há terra suficiente e desapropriável para se fazer reforma agrária.

Evidentemente, a função social da propriedade não é apenas produzir na terra, mas produzir nesta terra. Produzir respeitando a legislação trabalhista e o meio ambiente. Penso que esse é um tipo de legislação que precisaria ser editado aqui na Casa.

Quanto ao preço justo, não vou discuti-lo, porque é uma questão teórica. A Constituição manda pagar o preço de mercado. O problema agora é fazer uma regulamentação correta para avaliar exatamente qual é o preço de mercado. Esse preço varia. No exemplo que citou o Deputado João Alfredo, quando a soja entra numa certa região, o preço de terra sobe; quando sai de outra região, o preço de suas terras cai. Então é preciso um mecanismo que saia dessa financeirização do TDA. O TDA virou uma aplicação financeira ótima, excelente. Que passe a ser o que a Constituição manda: o valor da terra.

Quanto aos 170 milhões de terras devolutas, Deputado João Alfredo, há um dado certo e outro dado obscuro. O certo é que 170 milhões existem; o obscuro é que pode ser muito mais. Se se examinar realmente, fazendo um georeferenciamento real, provavelmente encontraremos mais terra.

Com relação ao crédito fundiário, creio haver dito na minha exposição tratar-se de um elemento útil e complementar se a reforma agrária for realizada através de uma unidade territorial para resolver casos em que não cabe a desapropriação.

Finalmente, quanto ao agronegócio, no outro dia houve uma magnífica reportagem do jornalista Washington Novaes, mostrando que estamos com apenas 6% do cerrado ainda intacto, o que é uma perda enorme para o nosso País.

Serei rápido, porque, na hora do almoço, desde o cinegrafista até esta platéia que está firme, e não devo mais cansá-los. Tenho a impressão de que este tema ainda não adquiriu o grau de sensibilidade de que precisa para que toda a Comissão esteja presente e discuta o problema até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Na verdade, o nosso Deputado Relator apresentou uma série de perguntas importantes, mas eu queria concordar, Dr. Plínio, com V. Ex^a e até lamentar que aquilo que é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem como objetivo apurar as questões da terra, da violência no campo, os motivos e, obviamente, propor ações para as diversas esferas do poder, inclusive para a esfera legislativa... E V. Ex^a trouxe pro-

postas concretas tanto de ações em relação ao Poder Judiciário quanto ao próprio Poder Legislativo.

Sugiro que essas propostas sejam apresentadas como requerimento, que possamos votá-las agora e que encaminhemos – já que fizemos tantas votações ainda há pouco – esses questionamentos ao Tribunal de Justiça do Estado.

Assim como V. Ex^a citou a demora no julgamento de diversas, causa-me espanto que alguns juízes, inclusive agrários, no meu Estado, dêem liminares de reintegração de posse em 24 horas, um tempo recorde, sem sequer examinar se realmente o proprietário tem a documentação correta. Por exemplo: se não fosse a CPML estar presente no Pará, talvez houvesse um outro Eldorado dos Carajás, lamentavelmente. A reintegração de posse foi dada em 24 horas sem que o proprietário tivesse comprovado ser dono da totalidade das terras, inclusive da parte da terra que está ocupada.

Dr. Plínio, com todo respeito, sei que V. Ex^a conhece a situação brasileira, mas talvez não conheça as particularidades de nosso Estado. Infelizmente, a maioria dos proprietários rurais faz parte não do movimento dos sem-terra, mas do movimento dos sem-terra que ocupam ilegalmente a terra dos outros, principalmente a terra pública. A grande maioria deles são grileiros de terra. Eles têm uma parte da terra e começam a ocupar a outra parte, que não é deles, não lhes pertence, quando não é toda a área pública, como no caso de Anapu.

Aliás, foi aprovada aqui, por unanimidade, a convocação de pessoas que estão ocupando áreas que são do Incra. Foi aprovado, há anos, no Governo anterior, um plano de desenvolvimento sustentável para aquela região, e essas terras até hoje são ocupadas. Graças a Deus, a Polícia Federal já esteve presente, depois da nossa ida lá e prendeu vários fazendeiros. Alguns deles são acusados de desvios de recursos da Sudam, por exemplo.

Segundo se diz, o fato de eles estarem extrapolando mais ainda as áreas que estavam ocupando era para justificar alguns projetos com prestações de conta absolutamente injustificáveis.

Então, é esse debate que deveríamos fazer. Devemos fazer debates como este sobre o papel da Justiça e o que podemos fazer em relação a isso. A Justiça também tem suas responsabilidades em relação ao problema no campo, assim como têm responsabilidade o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Entretanto, quero fazer justiça, Dr. Plínio: mesmo reconhecendo a distância que ainda há em relação à forma sustentável que deve ser, quero lhe dizer do grande avanço que temos sentido em relação ao Incra, que, por exemplo, no nosso Estado, pela primeira vez, assume o

compromisso e libera mais recursos do que o próprio movimento social, como a Fetagre e o MST, solicitou ao Governo Federal. Então, há realmente uma vontade de fazer com que a reforma agrária aconteça, até porque não tenho a menor dúvida de que é geração de emprego mais barata que temos neste País, quando é feita de forma correta, quando é feita realmente com a titulação da terra como um produto final e com as pré-condições para que aquele assentado se transforme em produtor.

Isso que eu gostaria de discutir.

Quero concordar e propor em forma de requerimento - já o faço oralmente para que seja aprovado - que solicitemos ao Poder Executivo a correção desses índices que V. Exª aqui citou, em relação à questão da produtividade, até para que haja realmente um critério mais justo e legal em relação a isso.

Então não só estou fazendo perguntas, mas propostas concretas para que aproveemos em conjunto todas as propostas em forma de requerimento, a fim de que esta CPMI aprove todas as propostas trazidas pelo Dr. Plínio.

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Apenas uma observação.

Eu gostaria de, primeiro, agradecer a intervenção da Srª Senadora, mas nesse estudo que deixarei na Comissão, que é a proposta de plano da reforma agrária, fizemos o cálculo do custo de investimento para criar um emprego e chegamos à seguinte conclusão, baseados em vários estudos feitos por vários projetos do Governo de criação de emprego: Comparando todos os dados, o custo de investimento de um posto permanente de trabalho com o salário mínimo na agricultura é de R\$8.110. O emprego na indústria custa R\$13.559. O mesmo emprego no setor de serviços custa R\$25.626 e no comércio custa R\$20.311.

Portanto, não há na República nenhum posto de trabalho que exija menos investimento do Governo Federal do que o investimento na agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª é o último inscrito para fazer o seu questionamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Cumprimento a excelência do trabalho do Deputado Federal Constituinte que tanto honrou esta Casa. Sobre tudo cumprimento o Dr. Plínio e, da mesma maneira, o Senador Arthur Virgílio por toda a contribuição que deram na luta pela redemocratização deste País e como um estudioso da reforma agrária.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para que possa nos dar um pouco mais do seu estudo e conhecimento, especialmente no que diz respeito ao Plano Nacional da Reforma Agrária.

V. Exª que chamou a atenção para o fato de que, dadas as dificuldades, inclusive administrativas, que hoje se referem ao Incra, mas também as formas e o ritmo com que tem havido as desapropriações das áreas improdutivas e a demora no âmbito da Justiça, isso está atrasando a meta de realização da reforma agrária do Presidente Lula, que já havia sido mais extensa. Levando em conta o estudo de V. Exª, o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária acabou sendo objeto de diálogo entre o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Contag e outras entidades há alguns meses. Mas ali se estabeleceu uma meta de, salvo engano meu, 560 mil famílias...

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Quinhentas e vinte mil famílias.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No período que restava, mas já estávamos avançados no primeiro ano. Então, imaginava o próprio Presidente poder firmemente selar como um compromisso. E dessas 520 mil famílias haveria 115 mil este ano.

V. Exª chamou a atenção para o fato de que já estamos quase na metade do ano e temos, apenas 11 mil famílias assentadas. Seria ótimo que o Ministro Miguel Rosseto estivesse aqui. Obviamente, essa é a pergunta que nos vem à mente.

Na avaliação de V. Exª, o que poderá ser feito pelo Governo do Presidente Lula e pelo Ministro Miguel Rosseto para recuperar esse atraso e ainda atender à meta que foi objeto do solene compromisso do Presidente Lula no seu encontro com as entidades do movimento social? Foram o MST, a Contag e outros que fizeram essa reivindicação?

O segundo ponto que gostaria de conhecer, dada a experiência de V. Exª, é com respeito à sua recomendação, com relação à forma que deve prevalecer, uma vez realizado o assentamento. Na sua experiência, quais foram aquelas formas de organização que mais deram certo onde já se fez o assentamento? V. Exª poderia citar, no Brasil ou em outros países onde estudou o assunto, quais foram as experiências de organização mais bem sucedidas? Foram na forma de cooperativas ou envolvendo agricultura familiar? Foram organizadas, de alguma maneira, na forma de cooperativas ou não? Agradeço-lhe se V. Exª puder falar sobre se a cooperativa é a melhor maneira de pôr em prática o assentamento, quais são os bons exemplos nessa área e suas recomendações.

Finalmente, refiro-me às dificuldades no plano do Judiciário. Gostaria inclusive, Presidente Onyx Lorenzoni, de informar à CPI que, quando esteve aqui, Dom Tomás Balduino fez uma série de observações sobre os procedimentos da Justiça. Naquela ocasião, mencionou uma decisão da Ministra Ellen Gracie que

foi inclusive motivo de uma visita à Ministra. Hoje, inclusive, S. Ex^a é Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Respeitosamente, levei a V. Ex^a a preocupação que tinha sido objeto do meu requerimento. Na oportunidade, disse-me que gostaria de esclarecer que, diferentemente do que Dom Tomás Balduino teria dito a seu respeito – que poderia ter algum interesse familiar naquela decisão –, tal não ocorria. Transmiti à Ministra Ellen Gracie que poderia inclusive expor por escrito a natureza de seu esclarecimento, se preferisse não vir aqui. Esse foi o teor do meu requerimento.

Gostaria de informar que estou aguardando esses esclarecimentos. Porventura chegou à Presidência, ao Senador Alvaro Dias? Se não chegou, deixo apenas o registro. S. Ex^a mesma disse-me que ainda queria conversar mais uma vez. Estou à disposição, como o autor do requerimento que foi aqui aprovado. O que transmiti a S. Ex^a e reitero aqui é que, explicando o que foi objeto da consideração de Dom Tomás Balduino, garantiremos o direito ao esclarecimento.

Gostaria de ressaltar que, quando fiz aquele requerimento, não havia, por parte do Senado Federal, da CPMI, qualquer contestação à decisão soberana do Supremo Tribunal Federal. O que se procurava era esclarecer se porventura houve qualquer interesse de natureza familiar, tal como Dom Tomás Balduino havia aqui registrado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Agradecemos as informações do Senador. Vamos orientar a Secretaria para que contate a Assessoria da Ministra Ellen para saber se S. Ex^a mandará por escrito ou se desejará comparecer a esta CPMI.

Para suas considerações finais...

O SR. PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO – Sr. Presidente, serei telegráfico, porque já estão abrindo a Sessão Plenária, que é o dever primeiro dos Parlamentares. Assim sendo, serei muito rápido.

Senador, o que fazer para ainda recuperar? Todo o trabalho que fiz e trouxe por escrito é um elenco de providências que poderiam ser tomadas rapidamente se houvesse um consenso na Casa a respeito da urgência de remover esses obstáculos legais à celeridade do processo.

Além disso, há uma série de pedidos de informação que permitiriam esclarecer junto ao Judiciário, à Polícia Federal e aos outros órgãos por que não avançam. Então creio que ainda poderia salvar alguma coisa, pelo menos chegando mais perto da meta deste ano.

Quanto às formas de organização, o que posso dizer é o seguinte: de tudo o que vi, os processos de

reforma agrária – não vou citar os processos da área socialista, porque não entram no registro –, não tenho a menor dúvida, são um sucesso. Basta olhar a China ou Cuba. Come-se nos dois países, e aqui não se come. Isso é fundamental! A diferença é que aqui há gente que não come; na China e em Cuba todos comem.

Nos países capitalistas, pelo menos no processo que acompanhei **pari passu**, que foi o processo chileno, indiscutivelmente as formas cooperativas são muito superiores à divisão em lotes individuais, jogando cada produtor no **mare magnum** do mercado. As formas cooperativas dão tamanho, escala e segurança ao produtor e são indiscutivelmente melhores.

Gostaria, Sr. Presidente, de agradecer e de esclarecer o seguinte: escrevi este texto rapidamente; recolhi um pouco de informação, e ainda faltam certas precisões. Por exemplo: a Deputada Kátia Abreu perguntou quantos hectares tinha uma terra que foi desapropriada por R\$445 milhões. Se ela possuía 445 mil hectares, até que não foi tão alto. Mas se havia 20, 30 mil, foi um absurdo. Então gostaria de solicitar a V. Ex^a um prazo para entregar isso à Comissão dentro de dois ou três dias. Pediria ao Relator.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, o convite para vir depor.

De toda maneira, apesar de não ter sido o esperado, creio que haja uma contribuição, não só porque se fala para essa população, mas também porque fica nos anais desta Casa. E os anais desta Casa são a memória do nosso País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Muito obrigado ao Deputado Plínio. Agradecemos a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares e damos por encerrada esta reunião, convocando outra para a próxima terça-feira, às dez horas, neste mesmo plenário.

(Levanta-se a reunião às 14h13min)

Ata da 13ª Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Quinquagésima Segunda Legislatura da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Realizada no Dia 12 de Agosto de 2004, Às 9h30 minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de agosto do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador EDUARDO MATARAZZO SUPICY e Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores LUIZ OTÁVIO, JOÃO CAPIBERIBE, JEFFERSON PÉRES, EDUARDO AZEREDO, MÁRIO CALIXO, ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, TIÃO VIANA, CRISTOVAM BUARQUE,